
J. SCALA

I P P F

(Federação Internacional de Planejamento Familiar)

**A MULTINACIONAL
DA**

MORTE

Jorge Scala

**IPPF
A MULTINACIONAL
DA MORTE**



CÚRIA DIOCESANA DE ANÁPOLIS

PRAÇA BOM JESUS - CAIXA POSTAL 178

FONES: (62) 324-3578, Fax: (62) 324-7859

Home Page: www.diocesedeapolis.org.br

E-mail: www.diocesedeapolis@genetic.com.br

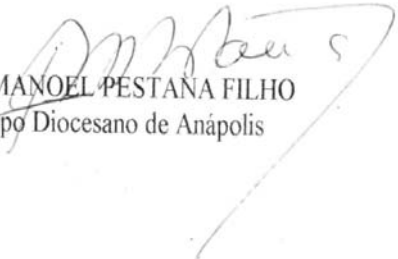
ANÁPOLIS - GOIÁS

Ao PREFÁCIO e ao APÊNDICE do Revmo. Pe. Luiz Carlos Lodi da Cruz ao livro "IPPF, A MULTINACIONAL DA MORTE", de Jorge Scala:

NIHIL OBSTAT

Aprovo, aplaudo, recomendo.

Anápolis, 11.03.2004


DOM MANOEL PESTANA FILHO
Bispo Diocesano de Anápolis

"Por fim meu Imaculado Coração triunfará" (Fátima)

Jorge Scala

IPPF
A MULTINACIONAL DA MORTE

traduzido conforme a 2ª edição argentina (1997)

A 1ª Edição Argentina recebeu o prêmio
Primeira Faixa de Honra Leonardo Castellani de 1996.

Título do original castelhano:
IPPF: la multinacional de la muerte.

ISBN da edição original em castelhano: 987-95472-1-7

Tradução de Pe. Luiz Carlos Lodi da Cruz, de acordo com a 2ª edição
argentina (1997).
Apêndice sobre a realidade brasileira acrescentado pelo tradutor.

Desenho da capa: *Adam Dabrowski*

SCALA, Jorge. **IPPF: a multinacional da morte.**
Impresso no Brasil em 2004
Anápolis, Múltipla Gráfica e Editora.

PREFÁCIO

Coube a mim a honrosa tarefa de traduzir o livro “*IPPF – a multinacional da morte*”, na tentativa de preencher uma lacuna na língua portuguesa. De fato, até hoje não tinha sido publicado no Brasil um livro que esclarecesse com tanta agudeza e tanta riqueza de detalhes o problema do controle demográfico.

O autor, Jorge Scala, um advogado argentino, guerreiro pela causa da vida e da família, desvenda os interesses das instituições que promovem o aborto, a esterilização e a anticoncepção como meio de dominação política dos países do chamado Terceiro Mundo.

Desmascara as mentiras – tantas vezes repetidas que passam a ter aparência de verdade – sobre a “explosão demográfica”, o “esgotamento de recursos”, a “escassez de alimentos” e a “defesa do futuro” entre outras.

Expõe minuciosamente a mentalidade eugenésica, já anterior ao nazismo e ainda hoje presente, segundo a qual os pobres, por serem geneticamente inferiores, não devem reproduzir-se por constituírem uma ameaça à espécie humana.

Apresenta com lucidez as leis da demografia, entre as quais a de que o crescimento populacional é causa, e não empecilho, para o crescimento econômico de uma nação.

Descreve o chamado “Relatório Kissinger”, a cartilha do imperialismo contraceptivo norte-americano, escrito em 1974 e mantido confidencial na Casa Branca até 1989, no qual é traçado um plano minucioso para conter a população do mundo. Esta constitui, segundo seu autor Henry Kissinger, uma ameaça à “segurança” e aos “interesses externos” dos Estados Unidos.

Conta a história das sucessivas conferências internacionais nas quais se tentou impor o aborto aos países em desenvolvimento: Bucareste (1974), México (1984), Rio de Janeiro (Eco 92), Cairo (1994), Pequim (1995).

Mostra a verdadeira face das Nações Unidas e suas agências, com interesse obsessivo pelo controle demográfico. Expõe a imensa quantidade de dólares investidos para esse fim em nível internacional.

Denuncia as instituições financeiras que emprestam dinheiro com a condição de que os países devedores tomem medidas para conter o crescimento de seu povo.

E dá um relevo especial à maior entidade privada do mundo

de controle demográfico: a *Federação Internacional de Planejamento Familiar* (IPPF), com suas filiais espalhadas por 180 países (dado de 2004), a qual chama de “*a multinacional da morte*”.

O modo de agir da IPPF é descrito com minúcias, incluindo as estratégias de interferir na legislação dos países por meio de um gigantesco “lobby”, o Grupo Parlamentar Internacional (GPI), a fim de favorecer o controle demográfico.

No entanto, na minha opinião, o maior mérito do autor está na clareza com que expõe as questões morais. Quem lê este livro entende por que a anticoncepção é antinatural. Entende que os dois significados, o unitivo e o procriador, do ato sexual, não podem ser separados sem ofensa à natureza. Entende o conceito de aborto e de eutanásia e os argumentos usados pela Igreja para condenar a ambos. E entende claramente como o desrespeito pela vida vem sempre acompanhado do desprezo pela família. De fato, os defensores do aborto e da eutanásia também defendem o divórcio, o homossexualismo, a prostituição e outras formas de agressão à família.

A clareza da linguagem já se manifesta na “Introdução” em que o autor, de maneira lapidar, esclarece que o termo “planejamento familiar” nada mais é que um eufemismo para “controle de natalidade”, não havendo nenhuma diferença essencial entre ambos. Isso é muito importante, pois não faltam pessoas bem intencionadas que se declaram contrárias ao “controle de natalidade” mas favoráveis ao “planejamento familiar”. Há até católicos que dizem que a Igreja defende o “planejamento familiar natural” ou que aceita os métodos naturais de “planejamento familiar” (sic).

Essa confusão terminológica é grave. Quem lê os documentos oficiais da Igreja sobre a regulação da fecundidade **nunca** encontra o termo “planejamento familiar”. Pode-se em vão procurar essa expressão na encíclica *Humanae Vitae* (Paulo VI, 1968), nos documentos do Concílio Vaticano II (1962-65), na exortação apostólica *Familiaris Consortio* (João Paulo II, 1981), na encíclica *Evangelium Vitae* (João Paulo II, 1995) ou no Catecismo da Igreja Católica (1992). A expressão tampouco aparece no “*Vade-mécum para os confessores sobre alguns temas de moral relacionados com a vida conjugal*” (Pontifício Conselho para a Família, 1997), que trata especificamente do tema da anticoncepção.

De fato, a expressão “planejamento familiar” (“*family planning*”) foi empregada após a Segunda Guerra Mundial, depois de vencido e desmoralizado o nazismo, para substituir “controle de natalidade” (“*birth control*”). O objetivo foi, única e exclusivamente, mascarar o caráter eugenésico e coativo da anticoncepção, da esterilização e do aborto, bandeiras defendidas pela IPPF e seus aliados. Há, no entanto,

uma legião de inocentes úteis que, com a melhor das intenções, usam o termo “planejamento familiar” para designar a continência periódica praticada pelo casal quando há razões graves para espaçar a geração de filhos.

Ao contrário, o termo “paternidade responsável” é genuinamente cristão. Aparece na Encíclica *Humanae Vitae* (n.º 10, Paulo VI, 1968), e já havia aparecido sido usado implicitamente no Concílio Vaticano II (Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* n.º 50-51). É empregado em praticamente todos os documentos eclesiais que tratam da procriação humana. Tem um significado **positivo**, de abrir-se à geração de uma prole numerosa e, excepcionalmente, quando houver razões **graves**, de usar da continência periódica para evitar uma nova gravidez. Esse é o ensinamento perene contido na histórica encíclica de Paulo VI: a *Humanae Vitae* (n.º 10).

Não conheço, em qualquer língua, um outro autor que esclareça com tanto cuidado quanto Jorge Scala a diferença entre a paternidade responsável e outros termos espúrios, como o “planejamento familiar”.

Senti a necessidade de acrescentar, ao final do livro, com o consentimento do autor, um apêndice específico sobre a realidade brasileira.

Faço votos de que outros livros como este sejam lançados, para formação e informação dos defensores da vida e da família. No entanto, até o momento, não conheço outra obra que a esta se iguale. Este é o motivo pelo qual recomendo ao leitor que, após saboreá-la, passe adiante. Não pode ficar escondida uma cidade sobre a montanha. A lâmpada deve ser posta no candelabro e brilhar para todos (cf. Mt 5,14-15).

Anápolis (GO), 11 de abril de 2004.
Páscoa da Ressurreição do Senhor
Pe. Luiz Carlos Lodi da Cruz
O tradutor

INTRODUÇÃO

Cabe uma advertência ao leitor. É uma questão conceitual, com importantes conseqüências na vida real. Na linguagem corrente, costumam-se identificar como sinônimos os termos controle de natalidade ou planejamento familiar com paternidade responsável. Nada mais errôneo. A paternidade responsável é a livre, ponderada e generosa decisão dos cônjuges de ter uma família numerosa, ou a de evitar um novo nascimento durante algum tempo ou por tempo indefinido, sempre que existam graves motivos e para tanto se utilizem meios naturais — ou seja, que se exclui a esterilização direta e toda ação ou mecanismo que antes, durante ou depois do ato sexual se proponha, como fim ou como meio, tornar impossível a procriação (1).

Ao contrário, o controle da natalidade é o conjunto de ações executadas pelo Estado e organismos para-estatais (dependências das Nações Unidas, multinacionais, organizações não-governamentais etc.) cuja finalidade é provocar o decréscimo da taxa de natalidade em determinadas regiões ou países. Este livro trata da origem, desenvolvimento e métodos de ação da “multinacional da morte” no mundo e na República Argentina, cujo único objetivo é o controle demográfico.

O planejamento familiar é o conjunto de medidas tomadas para o espaçamento dos filhos, tendo em conta para isto razões de todo tipo — quase nunca de acordo com a ordem moral objetiva — e para o qual se utilizam em geral métodos contraceptivos químicos ou mecânicos, cujo mecanismo de ação é, em alguns casos, impedir a fecundação, e na maioria das vezes provocar a morte do ser humano concebido mas ainda não nascido; para tais fins, também utilizam a esterilização e o aborto. Promovem o planejamento familiar os fabricantes de anticoncepcionais, ginecologistas, os autodenominados educadores sexuais ou sexólogos, psicólogos e psicanalistas; na prática o planejamento familiar é um instrumento a mais dos agentes do controle de natalidade.

Até o leitor menos avisado compreende, apenas observando a realidade circundante, que os ataques sistemáticos e incansáveis à família, ao matrimônio, à vida humana e sua dignidade etc., não são casuais, mas obedecem a um cuidadoso planejamento centralizado e a uma minuciosa execução descentralizada. Neste livro estudaremos o cérebro desta organização, principal propagadora em nível mundial da denominada “cultura da morte”, que espreita a humanidade no alvorecer

do seu Terceiro Milênio.

A paternidade responsável é uma atitude racional e digna do homem, frente ao mistério da transmissão da vida humana. O controle da natalidade e o planejamento familiar são instrumentos de dominação de uns homens por parte de outros: mostrar ao leitor tal realidade é o objetivo deste trabalho

O Autor
Córdoba, 25 de Março de 1995.

CAPÍTULO 1

A INTERNACIONAL DA MORTE: SEU “MODUS OPERANDI”

A

Na Antigüidade, o domínio de uns povos sobre outros se exercia de um modo físico; de tal maneira que os vencidos no campo de batalha eram convertidos em escravos dos vencedores. Os romanos modificaram este estilo de conquista, mediante a assinatura de pactos com os povos derrotados, nos quais lhes asseguravam alguns direitos importantes, como a designação de suas autoridades locais e a manutenção de suas próprias leis; Deviam tributo a Roma, pagável parte em dinheiro e parte em soldados; careciam de exércitos próprios e não podiam executar condenações à morte. Com este hábil sistema diplomático, jurídico e militar, Roma se converteu em um Império que durou vários séculos e abarcou uma enorme superfície da terra.

B

Os bárbaros arruinaram todos os aspectos da organização romana e retomaram as formas físicas de domínio dos povos. Hoje isto é absolutamente impensável. A generalização do sistema republicano de governo torna-o impossível. Todavia seria uma pueril ingenuidade pensar que as democracias implicam o respeito e o equilíbrio entre as nações. Assim como a tendência insana de domínio de uns homens subsiste na vida privada, do mesmo modo o imperialismo subsiste nas relações entre os povos; apenas mudou a forma em que se concretiza: antes o domínio era físico, hoje é geopolítico e econômico.

Desde o fim da Segunda Guerra Mundial até 1989, o mundo esteve dividido em dois grandes blocos, submetido de maneira diversa a dois grandes Impérios: o bloco soviético, aferrolhado à moda antiga em torno da ex-URSS; e o bloco ocidental, dominado ao estilo “democrático” pelos EUA. A queda do “muro de Berlim”, a proibição do comunismo por trás da “cortina de ferro” e a desintegração da União Soviética deixaram-nos de pé um só império, que, vale a pena afirmá-lo, talvez seja tão perverso quanto o outro, como veremos nestas páginas.

C

Desaparecido o conflito Leste-Oeste — pelo desmembramento do império soviético — a atenção da geopolítica voltou-se agora com

exclusividade ao “conflito Norte-Sul”, que desde algumas décadas se havia delineado, mas que estava em segundo plano em relação à questão principal: qual dos dois imperialismos venceria o outro.

A dicotomia entre o Leste e o Oeste delineou-se como uma luta claramente política, com ações militares periféricas (basicamente no Sudeste Asiático, Oriente Médio e guerrilhas em luta pelo poder na América Latina e África). A União Soviética foi conquistando um país atrás do outro, mas em geral fracassa em seu intento de marxistizá-los; em especial os países islâmicos e africanos de sua órbita resultam impermeáveis ao leninismo. Também fracassa a URSS no sistema econômico que tenta impor aos novos países que submete. Ao estender demais seus domínios, sua própria economia começa a esgotar-se pela impotência para “manter” um império tão dilatado e custoso. Paralelamente produz-se o primeiro grande fracasso militar, com a impossibilidade de dominar um país vizinho, pobre e despovoado como o Afeganistão. A eleição de Karol Wojtyła como Romano Pontífice e as revoltas operárias na Polônia, encabeçadas por Lech Walesa — “o eletricista mais famoso do mundo”, como costumava chamar-se a si mesmo — aceleraram o colapso soviético, que hoje é uma realidade.

D

Na década dos anos 70, começa-se a falar de um outro conflito, de entidade mais econômica que política, à diferença do anterior. É a dicotomia entre o Norte rico — os países desenvolvidos integrantes da Comissão Trilateral EUA, Europa e Japão — e o Sul pobre — os países subdesenvolvidos e em vias de desenvolvimento. As diferentes realidades demográficas fizeram que o conflito se delineasse nesses anos, conforme os antecedentes que a seguir exponho:

- A situação demográfica dos países ricos era a seguinte:

1º) Notável diminuição da taxa de natalidade, com várias décadas sem alcançar as taxas de reposição da população (2,1 filhos por mulher, em países de baixa mortalidade infantil); por enquanto a população não diminui pelo “arrasto” de períodos recentes mais fecundos e a imigração crescente, mas fica praticamente estabilizada.

2º) Sofrem um progressivo envelhecimento da população, com cada vez mais cidadãos passivos por um ativo, e as conseqüentes crises nos sistemas de seguridade social.

3º) A expectativa de vida, que havia aumentado muito no pós-guerra, tende a estabilizar-se.

- Nos países do Terceiro Mundo

1º) Mantêm-se as altas taxas de fecundidade, mas isso, unido a um aumento médio de vinte anos na expectativa de vida, pela

generalização dos serviços sanitários, produz um importante incremento no número total dos habitantes, que assustou tanto os países do Norte, que o denominaram “explosão demográfica”.

2º) Nos últimos anos, a taxa de natalidade dos países do Sul tem diminuído consideravelmente — por obra da “multinacional da morte”, como veremos — e a expectativa de vida tem-se mantido quase invariável; de qualquer modo, o termo “explosão demográfica” permanece em voga. Por quê? A resposta a esta pergunta é o nó do conflito Norte-Sul. Vejamos:

E

Os Estados Unidos da América do Norte baseiam seu domínio político, não na força das armas — ainda que as utilizem periodicamente — mas no poderio de sua economia. Ora, com um país envelhecendo progressivamente e com um moderado aumento da população graças à imigração, as perspectivas econômicas a médio e longo prazo não são boas. Se a isso se acrescenta que os países do Terceiro Mundo continuam com povos jovens — e por isso mais pujantes — e com um importante crescimento populacional, o qual implica mais mão-de-obra e, portanto, a menor custo, e que o aumento do mercado consumidor garante uma maior produção e, por conseguinte, maior movimento econômico; mais tarde ou mais cedo **a América do Norte perderá a liderança comercial e, ao mesmo tempo, a liderança política.**

Em síntese, o conflito “Norte-Sul” consiste na luta dos países ricos — liderados pelos EUA — para manter sua supremacia econômica, que lhes permite dominar politicamente os países pobres. Sua estratégia é elementar. Posto que a origem do desequilíbrio atual é demográfica, e os países ricos se reconhecem incapazes de aumentar suas taxas de natalidade — o egoísmo visceral de seus cidadãos os faz **estéreis em todos os campos**, incluindo a rejeição da própria descendência -; em conseqüência, a “solução” que dispuseram foi diminuir compulsoriamente a natalidade das nações pobres, até obter um equilíbrio entre as taxas, que assegure a continuidade da atual ordem econômica e geopolítica.

Os países ricos têm para isso uma arma magnífica, cuja eficácia experimentaram na própria carne: a “multinacional da morte”, a qual os países têm subvencionado e potencializado a níveis astronômicos nas últimas décadas. Proponho-me desmascarar esta instituição e seus tentáculos no mundo e na Argentina.

F

Já conhecemos o objetivo real da “multinacional da morte”: fazer diminuir as taxas de natalidade dos países pobres, até alcançar as dos países ricos, com o objetivo de manter o atual equilíbrio econômico e político e, por conseguinte, a continuidade da submissão do Terceiro Mundo aos países desenvolvidos. Agora sistematizarei seu atual **modus operandi**, que se vai refinando cínica e progressivamente.

Quatro são os grupos de organismos que atuam perfeitamente inter-relacionados, mas com âmbitos e modalidades operativas próprias:

1º) Os organismos multilaterais de crédito, em especial a Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID ou USAID), o Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Condicionam toda ajuda econômica externa ao cumprimento de metas demográficas pautadas em cada empréstimo.

2º) Alguns organismos dependentes das Nações Unidas, principalmente a Organização Mundial de Saúde (OMS), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Fundo das Nações Unidas para Atividades em População (FNUAP), o Fundo das Nações Unidas para a Cultura (UNESCO), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Exercem coação em nível de governo, a fim de que adotem políticas de controle de natalidade. Supervisionam os programas financiados nacional ou internacionalmente, destinados à saúde “reprodutiva” — ou seja, a implantação do planejamento familiar nos hospitais públicos — e a educação em matérias de saúde, população e sexo. “Capacitam” funcionários, agentes sanitários e sociais e educadores, para que executem os programas ditos acima.

3º) Os Grupos Parlamentares Internacionais, verdadeiros **lobbies** integrados por legisladores e ex-legisladores dos países, cuja função é coagir seus pares e os funcionários dos poderes executivo e judiciário, a fim de que adotem em seus respectivos âmbitos, as políticas de controle populacional.

4º) A IPPF e suas 178 filiais nacionais, que são entidades privadas, com aprovação estatal como entidades de utilidade pública. Em nosso país é a Associação Argentina de Proteção Familiar (AAPF). Aglutinam e dirigem toda a atividade privada em torno do planejamento familiar. Para isso abrem clínicas onde se realiza todo tipo de atividade contraceptiva (incluindo abortos e esterilizações, se a legislação local o permite; caso contrário, lutam pela despenalização de ambos). Capacitam pessoal médico para os serviços estatais de planejamento familiar. Exercem uma liderança indiscutível na formação profissional e

orientação contrária à vida humana de ginecologistas e os autodenominados “sexólogos” e “educadores e terapeutas sexuais”. Sugestivamente, em geral, suas atividades têm muito boa acolhida nos meios de comunicação de massa. Já veremos por quê...

À parte destes grupos organizados, colabora com o objetivo geopolítico dos países do Norte toda uma casta de indivíduos que encontra nisso uma forma muito lucrativa de ganhar a vida: os laboratórios e fabricantes de contraceptivos, muitos médicos ginecologistas e todos os aborteiros; funcionários públicos da IPPF e/ou das Nações Unidas; psicanalistas e muitos psicólogos; “educadores” e “terapeutas sexuais”; os donos e beneficiários das cadeias pornográficas no cinema, na televisão, no teatro e nos meios gráficos; proxenetas, prostitutas e travestis; etc.

f.1.

O Pontifício Conselho para a Família preparou um **instrumentum laboris** em que afirma: “O movimento pró-aborto, em nível internacional, baseia-se, sobretudo, na atividade da IPPF (International Planned Parenthood Federation) e sobre outros organismos que atuam na perspectiva neomalthusiana do controle demográfico obtido também através da promoção do aborto. Isto contradiz a recomendação N.º 18 do ‘Report of the International Conference Population’, 1984 (das Nações Unidas)... Além disso, também organismos das Nações Unidas, por exemplo, estão comprometidos em investigações sobre o produto abortivo RU 486. Os promotores do aborto, ademais, atuam por meio de vários grupos: associações profissionais médicas e jurídicas, órgãos de assistência social, ‘lobby’ de políticos em nível nacional e internacional e não raramente por meio de centros de poder e os *mass-media*” (2).

E todos estes, ou seja, os grupos organizados e os indivíduos particulares atuavam anteriormente de forma solapada, mas ultimamente o fazem com total descaramento, uma vez que se sentem cada dia mais seguros e impunes. Tudo isso ante a passividade e muitas vezes a cumplicidade dos poderes públicos, dos juízes e dos juristas, dos políticos e demais agentes sociais, e ante o assombro e a impotência das famílias, que recentemente estão começando a defender-se, como antigamente sempre haviam feito, ou seja, associando-se com fins comuns.

f.2.

A situação reveste tal gravidade, que me atrevo a afirmar que os pais medianamente instruídos têm a obrigação moral de participar ou ao menos colaborar e beneficiar-se, de alguma associação que os

aglutine. Do contrário, lhes resultará virtualmente impossível cumprir seu sagrado dever de progenitores. Com todo acerto, João Paulo II afirma que “a função social das famílias está chamada a manifestar-se também na forma de intervenção política, ou seja, as famílias devem ser as primeiras a procurar que as leis e as instituições do Estado não só não ofendam, mas sustentem e defendam positivamente os direitos e deveres da família. **Neste sentido as famílias devem crescer na consciência de serem protagonistas da chamada política familiar, e assumir a responsabilidade de transformar a sociedade; de outro modo, as famílias serão as primeiras vítimas daqueles males que se limitaram a observar com indiferença...**” (3). Voltarei a este assunto mais adiante.

Portanto, deste sintético esboço da situação atual do imperialismo contraceptivo, resulta útil adentrarmos na gênese e começos do movimento para a implantação do controle demográfico em escala mundial.

CAPÍTULO 2 ORIGENS E DESENVOLVIMENTO DO CONTROLE DE NATALIDADE ATÉ 1974

A) Margaret Sanger

A norte-americana de pais irlandeses Margaret Sanger (1883-1966), foi a precursora do movimento em favor do controle de natalidade. Seu progenitor foi um livre-pensador pertencente à “Escola Eugénica”. Margaret começou a ler no colégio, os livros da feminista sueca Ellen Key, em especial “O Movimento da Mulher”, do qual toma “suas idéias acerca da feminilidade e do matrimônio, desenvolvendo a filosofia de que ‘ao eu interno deveria ser permitida uma plena liberdade de expressão e desenvolvimento’, e que só a satisfação sexual individual, não a lei ou a tradição, podia tornar santo o matrimônio, já que ‘o amor físico’ é ‘um imperativo mais elevado que a mera lei’. Opinava Sanger que ‘o leito conjugal é a influência mais degenerante na ordem social’, e começou a advogar por uma ‘associação voluntária’ entre os parceiros sexuais. Mudou com êxito o comum denominador da sociedade, da unidade familiar para a satisfação sexual individual” (4).

Da amizade de Margaret com Havelock Ellis, sexólogo partidário da eugenesia, surge sua posição favorável a esta corrente de pensamento, cujo nome fora imposto por Francis Galton, que sustentava teorias racistas para justificar a “eugenesia” ou “bom nascimento”, porque pensava que “na natureza os mais ricos afirmam que eles são os melhores porque têm um patrimônio genético melhor, e os pobres são os do fracasso, são os mais débeis, e que portanto não há como escapar a esta solução. Por isso é preciso favorecer a transmissão da vida entre os melhor dotados, e intervir para impedir a transmissão da vida entre os mais pobres” (5). Sanger abre em 1916 sua primeira clínica para o controle de natalidade, com *slogans* como “Os seres sãos devem procurar procriar abundantemente e os ineptos devem abster-se ... este é o principal objetivo do controle da natalidade” e “o controle dos nascimentos facilitará a criação de uma raça superior” (6). Também dizia: “mais crianças dos capacitados, menos dos incapacitados”.

a.1.

Em 1921 funda a Liga Norte-americana para o Controle da Natalidade (mais conhecida como Birth Control). Em 1922 publica seu livro “Pivô da civilização”, onde suas idéias racistas se destacam

plenamente, ao queixar-se que “os filantropos que proporcionam cuidados gratuitos de maternidade estimulam os segmentos mais sadios e normais do mundo a suportar a carga da fecundidade irreflexiva e indiscriminada dos demais: o que traz consigo um peso morto de desperdício humano; em lugar de diminuir e dedicar-se a eliminar as estirpes que mais prejudicam o futuro da raça e do mundo, tendem a torná-las dominantes em um grau ameaçador” (7). Imediatamente traça seu “Plano para a Paz”, que consta dos seguintes passos:

“a) Impedir a imigração de indesejáveis e das pessoas com baixo coeficiente mental.”

“b) Aplicar uma política severa e rígida de esterilização e isolamento ao setor de população com menor desenvolvimento intelectual”

“c) Conceder uma pensão às pessoas cujo coeficiente intelectual seja baixo e consintam voluntariamente na esterilização.”

“d) Oferecer aos grupos de deficientes a escolha entre o isolamento (serem realmente confinados em campos de concentração) e a esterilização”.

“e) Dedicar estas pessoas a explorações agrícolas rurais sob vigilância.”

“f) Fazer estatísticas dos inadaptados, débeis mentais, criminosos, prostitutas e toxicômanos, classificá-los em seções e encerrá-los até sua reeducação (8)”.

Sanger, em sua revista “Birth Control” de abril de 1933, publica um número dedicado completamente às esterilizações eugenésicas, em que aconselha aos norte-americanos a aplicação das práticas do Terceiro Reich, afirmando: “A propaganda sobre esterilização deve fazer-se progressivamente e sobretudo dirigida aos Doutores Médicos”. Em 1934 publica um artigo na revista “American Weekly”, cujo título diz: “LICENÇA PARA TER FILHOS. Um código proposto por Margaret Sanger e baseado no senso comum em lugar dos sentimentos”.

a.2.

Em 1939 a Liga Norte-americana para o Controle de Natalidade se transformou na Federação para o Controle da Natalidade. Depois Sanger cria o Research Bureau, com o objetivo de financiar os trabalhos de controle de natalidade; tal instituição financiou a radicação nos Estados Unidos do médico alemão Ernst Graefenberg, um dos criadores dos dispositivos intra-uterinos (DIU). Em 1961 a Federação para o Controle da Natalidade se funde com o Population Research Bureau para criar a Federação Internacional de Planejamento Familiar (International Planned Parenthood Federation), cujos fundadores são Margaret Sanger e Hugh Moore. A razão da mudança de nome é simples: a derrota da Alemanha nazista na Segunda Guerra Mundial e o

conhecimento maciço de sua loucura eugenésica e racista, fazem perder adeptos a seus seguidores norte-americanos. Por isso substituem o termo controle de natalidade pelo de planejamento familiar e afastam-se exteriormente das teorias racistas e eugenésicas.

a.2.1.

O documento redigido pelo Dr. Wetzel, a pedido de H. Himmler, sobre a política demográfica dos nazistas na Rússia ocupada, é revelador, porque poderia ter sido escrito no dia de hoje. Afirma que “se deve inculcar à população russa por todos os meios de propaganda, em particular pela imprensa, o rádio, o cinema, os panfletos, folhetos e conferências, que um grande número de filhos não representa senão uma carga pesada. **Há que insistir nos gastos que ocasionam os filhos, nas boas coisas que se poderiam ter com o dinheiro que se gasta com eles. Poder-se-ia mesmo aludir aos perigos que podem representar os partos para a saúde da mulher... Ao mesmo tempo, deve-se estabelecer uma propaganda ampla e poderosa em favor dos produtos anticoncepcionais. Deve-se criar uma indústria apropriada com esse objeto. A lei não castigará nem a difusão, nem venda dos produtos anticoncepcionais, nem tampouco o aborto. Haverá que facilitar a criação de instituições especiais para o aborto, treinar para isso parteiras ou enfermeiras. A população acudirá com mais freqüência aos serviços de abortos, se estes forem efetuados com cuidado. Os médicos devem recomendar igualmente a esterilização voluntária**” (9). Como veremos adiante, nestes últimos anos, reapareceram as práticas eugenésicas, com uma violência e uma extensão muito maiores que as dos nazistas.

B) A IPPF e o Conselho de População

Paralelamente às atividades de Margaret Sanger, surgiram na década de 50, duas instituições que têm um papel crucial no controle populacional. Em 1952, com o auspício do multimilionário norte-americano John D. Rockefeller III, fundem-se 8 associações de vários países e constituem em Londres a Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF), da qual a Paternidade Planificada norte-americana é uma de suas 178 filiais nacionais. Para qualificá-la, basta esta frase: “A IPPF se converteu assim na maior instituição antividua, melhor financiada e com maior força em nível internacional, existente na atualidade” (10). Nesse mesmo ano 1952, o mesmo John Rockefeller III organizou a mobilização de recursos para a campanha antidemográfica, para a qual fundou o Conselho de População (Population Council), cuja Junta Diretiva está formada por representantes de diversas empresas multinacionais, como a ATT, Mobil Oil, Sherman and Sterling, etc.

b.1.

Para compreender melhor a atividade da IPPF, a Dra. Lagroua

Weill-Hallé explica, a este respeito, a importância do congresso celebrado em Dacca de 28 de janeiro a 5 de fevereiro de 1969: ‘Pela primeira vez oficialmente, em um congresso da Fédération Internationale de la Parenté Planifiée (IPPF), o aborto é apresentado como um *meio de anticoncepção (...) como um método de controle de natalidade*’. E mais acima: ‘O fracasso maciço da anticoncepção imposta (sic) às populações pouco cooperativas do Terceiro Mundo é o que fez adotar (...) o aborto, pela Planificação familiar internacional, como um meio urgente para fazer frente ao excesso de população” (11).

C) A Encíclica “*Humanae Vitae*”

A Igreja Católica sempre teve em mente uma atitude positiva diante da procriação: cada nova criatura é outro filho de Deus e, portanto, herdeiro da glória celestial. A Igreja, como Mãe e Mestra, respeitou sempre e em todos os campos a ordem na natureza imposta pelo Criador. Portanto, sua posição sobre a contracepção artificial foi, é e será a de considerá-la uma grave desordem moral, violatória do sexto mandamento, em matéria sempre grave.

c.1.

De qualquer modo, as correntes antinatalistas e de “liberação sexual” em meados dos anos sessenta, estavam suficientemente difundidas para que o Papa Paulo VI designasse novos integrantes para uma comissão criada por João XXIII em março de 1963, para assessorá-lo na questão do controle de natalidade, reservando para si a palavra definitiva sobre o assunto. O documento final de tal comissão foi subscrito por 19 teólogos e outros peritos na última sessão plenária, ocorrida entre 4 e 9 de junho de 1966. O trabalho intitula-se “Esquema para um Documento sobre a Paternidade Responsável”, e contém dois relatórios: o da maioria (favorável a certas formas de anticoncepção) e o da minoria, mais extenso e melhor fundado, que mantém a doutrina perene da Igreja neste ponto. Depois disso, o Papa solicita o parecer a outros Bispos.

c.2.

No dia 28 de julho de 1968, Paulo VI publica a mais importante e transcendente de suas encíclicas, a *Humanae Vitae*, onde já na introdução manifesta que “o gravíssimo dever de transmitir a vida humana foi sempre para os esposos, colaboradores livres e responsáveis de Deus criador, fonte de grandes alegrias, mesmo algumas vezes acompanhadas de não poucas dificuldades e angústias” (12). A Encíclica se divide em três partes:

1º) os “novos aspectos do problema e competência do Magistério”;

2º) os “princípios doutrinários” e

3º) as “diretrizes pastorais”.

Sintetizo seu conteúdo:

O Papa caracteriza o amor conjugal como “plenamente humano”, “total”, “fiel e exclusivo até a morte”, e “fecundo” (13). Afirma que “a Igreja, sem embargo, ao exigir que os homens observem as normas da lei natural interpretada por sua constante doutrina, ensina que qualquer ato matrimonial deve ficar aberto à transmissão da vida” (14) e, portanto, “há que excluir igualmente, como o Magistério da Igreja declarou muitas vezes, a esterilização direta, perpétua ou temporária, tanto do homem como da mulher; **fica também excluída toda ação que, em previsão do ato conjugal, ou durante a sua realização, ou no desenvolvimento de suas conseqüências naturais, se proponha, como fim ou como meio, tornar impossível a procriação**” (15). Depois expressa que “se para espaçar os nascimentos existem sérios motivos, derivados das condições físicas e psicológicas dos cônjuges, ou de circunstâncias exteriores, a Igreja ensina que então é lícito ter em conta os ritmos naturais imanentes às funções geradoras para usar do matrimônio só nos períodos infecundos e assim, regular a natalidade sem ofender os princípios morais que acabamos de recordar” (16).

Mais adiante, Paulo VI profetizou as “graves conseqüências dos métodos de regulação artificial da natalidade”; afirmando que “se abriria à infidelidade conjugal e á degradação geral da moralidade” um caminho fácil e amplo; que pelo uso de contraceptivos o homem “... acabaria por perder o respeito pela mulher ... chegaria a considerá-la como um simples instrumento de gozo egoístico e não como companheira, respeitada e amada”. E depois pergunta: “Quem impediria aos governantes de favorecer e até impor a seus povos, se o considerassem necessário, o método anticoncepcional que eles julgassem mais eficaz? Desse modo os homens ... chegariam a deixar à mercê da intervenção das autoridades públicas o setor mais pessoal e mais reservado da intimidade conjugal” (17).

Depois afirma o Papa que, “ao defender a moral conjugal em sua integridade, a Igreja sabe que contribui para a instauração de uma civilização verdadeiramente humana; ela compromete o homem a não abdicar da própria responsabilidade para submeter-se aos meios técnicos; defende com isto mesmo a dignidade dos cônjuges. Fiel aos ensinamentos e ao exemplo do Salvador, ela se mostra amiga sincera e desinteressada dos homens a quem quer ajudar, já desde seu caminho terreno, ‘a participar como filhos da vida de Deus, Pai de todos os homens’” (18). Tal como previu Paulo VI, a *Humanae Vitae* sofreu resistência em muitos ambientes, também católicos, inclusive com declarações ambíguas de alguns episcopados, como os da França, Bélgica, Áustria, Canadá e Inglaterra (19). Passaram-se 25 anos. A

História deu plena razão ao Papa Paulo VI; basta contemplar a realidade do mundo atual...

D) Política populacional norte-americana

O presidente norte-americano Eisenhower, em princípios da década de 50, tempo em que começa o debate sobre a contracepção, ordena ao Governo dos EUA manter-se afastado da questão. Na década seguinte, a pedido do presidente Kennedy, começa o apoio oficial e institucional do governo norte-americano às políticas e controle de natalidade. Em 1965, dezessete dos Estados norte-americanos aprovaram leis para que “os jovens casais pudessem praticar a contracepção”. Depois, o Presidente Johnson declarou em sua mensagem sobre a saúde e educação de 1966: “é essencial que todas as famílias tenham acesso à informação e serviços que permitam poder escolher livremente o número e espaçamento dos filhos dentro dos ditados da consciência individual”.

Após o fracasso do programa de ajuda econômica à América Latina, a “Aliança para o Progresso”, promovido pelo Presidente Kennedy, seu sucessor Johnson, em seu tristemente célebre discurso nas Nações Unidas, disse que “atuaria sobre o fato de que cinco dólares investidos em controle de natalidade equivalem a cem dólares investidos em crescimento econômico”, o que implicou que a partir desse momento a Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID), organismo oficial de ajuda norte-americana, dirigisse a massa principal de seus recursos para programas antinatalistas. A guerra contra a população havia sido declarada pelos Estados Unidos, e no próprio seio das Nações Unidas...

d.1.

Apenas um ano depois, em 1967, cria-se o Fundo das Nações Unidas para Atividades em Matéria de População (FNUAP), do qual se nomeia diretor em 1969 Rafael M. Salas, que lhe dá um forte impulso, e em junho de 1973 já dispunha de um capital de US\$ 100.000.000. A partir de fins da década de sessenta, o Banco Mundial (que em 1970 outorga seu primeiro empréstimo para controle demográfico), dirigido entre 1968 e 1981 por Robert McNamara, somado a diversas agências das Nações Unidas, existentes ou criadas para este fim (especialmente o FNUAP, PNUD, UNICEF, OMS e a FAO), lança-se às campanhas mundiais de controle de natalidade. Assim, por exemplo, no discurso inaugural como novo Presidente do Banco Mundial, Robert S. McNamara se dirigiu à Junta de Governadores do mesmo em 30 de setembro de 1968 na cidade de Washington, nestes termos: “O rápido crescimento demográfico é uma das nossas maiores barreiras que obstaculizam o crescimento econômico e o bem-estar social de nossos Estados membros”.

d.1.1.

Por esses anos publicam-se três livros que tiveram muita difusão — apesar de carecerem do mais elementar rigor científico, e serem absolutamente sensacionalistas. Foram utilizados para difundir no inconsciente coletivo as falsas idéias do excesso da população mundial e a proximidade de um colapso universal por este tema. Intitulam-se “A bomba demográfica”, escrito por Paul Ehrlich em 1968; “Dinâmica Mundial”, publicado em 1971 e pertencente a Jay Forrester; e “Os limites do crescimento”, relatório do Clube de Roma de 1972. Falaremos sobre eles com mais detalhe no capítulo relativo aos meios de comunicação social como agentes do controle de natalidade.

d.1.2.

O presidente seguinte, Nixon, envia uma mensagem ao Congresso solicitando maiores fundos para financiar atividades de população, e em 1970 cria a Comissão sobre o Crescimento Demográfico e o Futuro da América do Norte, nomeando para presidi-la nada menos que John D. Rockefeller III. Em 1973 a Suprema Corte dos EUA dita sua desumana sentença no caso “Roe versus Wade”, pela qual legaliza o aborto em todo do território norte-americano.

d.2.

Durante 1973, as Nações Unidas anunciaram a Conferência de Bucarest, como culminação do “Ano Mundial da População 1974”, publicada com *posters* que sugestivamente diziam: “uma família pequena é uma família feliz” (sic). Rockefeller dirigiu-se aos delegados diante da Conferência, em um discurso onde afirmou que “a planificação da população há de ser uma parte fundamental de qualquer programa de desenvolvimento moderno, tal como o reconhecem e aceitam os líderes das nações” (20) (sic). Entramos assim no ano chave: 1974.

E) O controle de natalidade na Grã-Bretanha

Mas antes disso, é interessante comparar como na Inglaterra (que em 1967 havia despenalizado por lei o aborto), a contracepção teve uma gênese similar: “em 1984 li um artigo em uma revista médica, agora desaparecida, que se chamava *Current Practice*. Tratava-se de uma entrevista com Lady Helen Brook, a fundadora da cadeia de consultórios de controle de natalidade denominados Centros Assessores Brook para Jovens... Segundo Lady Brook, tudo começou em final dos anos cinquenta, quando a companhia de transportes urbanos de Londres lançou uma campanha para recrutar empregados nas Índias Ocidentais... Como membro, na época, da Associação para o Planejamento Familiar, estava logicamente preocupada porque as pessoas do Caribe costumam ter vários filhos já antes de celebrar seu casamento... O que em verdade preocupava a pessoas como Lady Brook não era o caráter pré-matri-

monial das relações dos índios ocidentais, mas o número de filhos, muito superior à média que costumam ter esses imigrantes negros. Depois de longas conversações com os funcionários desses três departamentos, concedeu-se autorização para ensaiar um sistema de planejamento familiar dirigido ao caso especial de casais de caribenhos que não estavam casados. Depois de triunfar em seu intento de influir sobre as mulheres negras, não passou muito tempo sem que Lady Brook se pusesse a pensar em oferecer seus serviços às brancas solteiras, e iniciou o programa de ‘abrir seus centros’ a todas as mulheres que quisessem ... Tampouco podemos esquecer quem era o proprietário da casa em que Lady Brook estabeleceu seu primeiro consultório em Marylebone: a Sociedade Eugénica. Tal como disse aos jornalistas em 1984, uma vez que começou a atender também a mulheres brancas solteiras, a atitude da sociedade em relação à contracepção mudou por completo. ‘Já não nos limitamos mais ao planejamento familiar, explicou, mas ao controle dos nascimentos, o qual não tem necessariamente que ver com a família ou o matrimônio’” (21).

e.1.

Na Grã-Bretanha, a pioneira da multinacional da morte foi a doutora Helen Wright. O Boletim Médico da IPPF publica um artigo elogioso na comemoração dos 100 anos de seu natalício, embora tenha morrido seis anos antes. Diz que “assistiu ao nascimento da APF (Associação de Planejamento Familiar) britânica e da IPPF, dirigindo seus primeiros passos vacilantes. Em toda sua longa e ativa vida, a preocupação de obter a liberdade sexual para as mulheres em todos os países, que ela considerava como seu direito, ocupou lugar de prioridade para Helen Wright. Foi uma mulher direta e determinada, uma inovadora e uma educadora. Suas opiniões não convencionais e ‘avançadas’ a respeito da sexualidade feminina escandalizaram a muitos de seus contemporâneos, se bem que hoje em dia mal chamariam a atenção. O tempo demonstrou que se achava adiantada a sua geração quanto aos métodos anticoncepcionais de barreira e em seu trabalho como terapeuta sexual. Antecipou a reforma da Lei sobre Aborto de 1967 e converteu a anticoncepção em uma atitude respeitável, em um momento em que o tema era quase imencionável em público na Grã-Bretanha” (22).

CAPÍTULO 3

ANO 1974: O “RELATÓRIO KISSINGER” E A CONFERÊNCIA DE BUCARESTE

O ano de 1974 é o ponto de inflexão para a contracepção. Ela deixa de ser um assunto de instituições particulares, ou esforços pequenos de alguns governos em seus assuntos internos. A questão se politiza ao máximo nível e se internacionaliza. Passa a ser um dos pontos principais na política exterior dos países desenvolvidos, em especial os EUA, e se começa a impor através de organismos transnacionais. A partir dessa data, os fundos dedicados ao controle da natalidade aumentam de forma exponencial, até alcançar os níveis atuais. Este ponto de inflexão é o resultado de um relatório reservado do governo norte-americano, conhecido vulgarmente como “Relatório Kissinger”, e da “Conferência de Bucarest”, que é a primeira reunião internacional de caráter político, organizada pelas Nações Unidas, para tratar a problemática populacional.

A) O “Relatório Kissinger”

Em sua função de Secretário de Estado do Governo norte-americano, o Dr. Henry Kissinger assinou em 24 de abril de 1974 o documento intitulado “Memorando de Estudo para a Segurança Nacional N.º 200 — Implicações do crescimento da População Mundial para a segurança dos Estados Unidos da América e seus interesses ultramarinos (NSSM 2000)” Foi dirigido, entre outros, aos seguintes funcionários: o Secretário de Defesa, o Diretor da CIA, o Administrador da Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID ou USAID).

Em 26 de novembro de 1975 o então presidente Gerald Ford emite o Memorando de Resolução de Segurança Nacional (NSDM 314), que adota todas as recomendações políticas do anterior, como parte essencial da política exterior norte-americana. Ambos os trabalhos foram publicados recentemente em maio de 1991. Até então haviam sido mantidos como documentos secretos. Desde que ordenados, foram escrupulosamente executados pelo Governo norte-americano, tanto com administrações republicanas, como democratas, utilizando para isso a Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID).

a.1.

Nos ditos documentos se expõe a teoria do “globalismo” ou da “nova ordem mundial”, outro de cujos cultores é Brzezinski —

funcionário do presidente Carter e conselheiro principal dos últimos mandatários norte-americanos. Conforme esta teoria, as pessoas endinheiradas teriam a mais ampla liberdade — a qual consideram o valor supremo — porque não estão limitadas pelos Estados, nem pelos organismos internacionais, nem em definitivo por ninguém; ao contrário, os pobres têm sua liberdade com muitos condicionamentos; por isso dever-se-ia favorecer a transmissão da vida entre os mais dotados (os ricos) e procurar evitá-la entre os menos dotados (os pobres). O fundamento pseudocientífico destas idéias racistas é uma mescla das falazes doutrinas malthusianas e darwinianas: o gênero humano estaria em uma luta que produz uma seleção natural, e os que estão mais bem dotados são os ricos; por isso eles devem obter uma melhor seleção e reproduzir-se. Em contraposição, os pobres — com menor liberdade e, portanto, menos dotados — não deveriam reproduzir-se.

a.1.1.

Estas idéias as aplicam tanto às pessoas individuais quanto aos povos. A respeito destes últimos, surge a doutrina da “segurança demográfica”, segundo a qual, como 80% da humanidade vive em países pobres (majoritariamente no hemisfério Sul), cujas maiores taxas de crescimento populacional lhes fazem presumir conflitos sociais futuros e reclamações aos países opulentos, isso poria em perigo a segurança destes últimos (geralmente localizados no hemisfério Norte). Todas estas desordens potenciais fariam perigar a nova ordem mundial — surgida com a queda do comunismo e segundo a qual o domínio do mundo se reparte entre EUA, a Europa dos Doze e o Japão. É por isso que propugnam a “segurança demográfica”, que consiste em obter que a taxa de crescimento populacional dos países pobres se equipare à dos países ricos, mantendo-se o equilíbrio atual e, em consequência, que se consiga manter assim a atual situação de dependência política. Este é o conflito Norte-Sul que aparece ante os meios de comunicação.

a.2.

Há também ingredientes de tipo econômico nas teses de Kissinger: trata-se de controlar a população dos países pobres de acordo com as necessidades e os interesses dos países ricos; de acordo com o número de habitantes necessário para manter idêntica relação econômica de pobreza e riqueza que a atual, conservando o mercado internacional na mesma proporção. Os países ricos têm em conjunto um crescimento demográfico quase nulo. Portanto, devem aplicar-se as políticas nacionais e internacionais necessárias para diminuir a taxa de natalidade dos países do Terceiro Mundo; do contrário, rompe-se a proporção e o equilíbrio atuais, e os países desenvolvidos veriam ameaçados seu poder e riqueza. Por isso, inventa-se o mito da superpopulação, alimentado por certos governos, organismos internacionais, multinacionais, agências de

notícias e jornalistas, como instrumento de dominação de alguns homens por parte de outros, e de algumas nações por parte de outras (23).

“As empresas multinacionais aparecem aqui como um mecanismo essencial do sistema global da dominação; levam a cabo uma industrialização que ao mesmo tempo se encarregam de limitar. Graças aos centros de decisão da metrópole, tornam possível o controle dos custos de mão-de-obra. Mantêm uma chantagem baseada na ameaça do traslado de fábricas, caso considerem exorbitantes as reivindicações dos trabalhadores locais. Organizam a competência e, ao mesmo tempo, a controlam, já que as relações de competência ficam limitadas ao mundo dos trabalhadores, entre aqueles em que as desigualdades de retribuição constituem, em nível mundial, um fator de divisão que é preciso alimentar para seguir dominando. Em suma, as multinacionais velam sobre seus mercados, protegem, caso necessário, seus oligopólios, e vigiam e, ocasionalmente, freiam o desenvolvimento econômico das nações satélites” (24).

a.3.

Em síntese, **Kissinger não trata de combater a pobreza, mas de lutar contra os pobres**; e tampouco pretende ajudar o crescimento econômico das nações em desenvolvimento, e sim mantê-las em seu estado atual. Esta é a política oficial do Governo norte-americano desde 1974 até esta data, com relação à população mundial. Só se pode observar uma mudança introduzida pela administração do presidente Reagan, que, em 1984 eliminou todo apoio político e muitos subsídios econômicos do Governo Federal, às entidades que utilizaram o aborto como um de seus métodos de controle da natalidade. O presidente Bush manteve esta decisão de seu predecessor que, repito, só se restringe ao aborto. O atual presidente Clinton eliminou as restrições ao envio de fundos federais para os abortos em seu primeiro ato de governo. O objetivo de reduzir a taxa de natalidade dos países do Terceiro Mundo foi sempre **prioritário** desde 1974, para a política exterior norte-americana. Cito agora alguns parágrafos significativos do “Relatório Kissinger”:

a.4.

Quanto ao financiamento para o desenvolvimento dos países pobres, afirma que “seria muito mais eficiente usar esses aportes para fins de controle populacional que elevar a produção através de investimentos diretos em irrigação, projetos de energia e indústrias” (25). Inclui-se como “objetivo mundial: modificar os níveis de fertilidade para o ano 2000” (26).

“A economia dos EUA vai requerer maiores e crescentes quantidades de minerais de outros países, especialmente dos menos desenvolvidos. Este fato realça o interesse dos EUA na estabilidade econômica e social dos países abastecedores. Sempre que se produzir

um declínio nas prestações populacionais exteriorizada em índices de natalidade reduzidos, ali podem aumentar as perspectivas da dita estabilidade. A política populacional chega a ser assim de grande importância quanto ao fornecimento de recursos e aos interesses econômicos dos EUA” (27).

a.5.

Já na introdução, Kissinger afirmava que “é fundamental para qualquer estratégia efetiva chegar a um compromisso mundial político e popular para a estabilização da população ... Os EUA deverão alentar os dirigentes dos países em vias de desenvolvimento a avançar no planejamento familiar ... e a relacionar as políticas de população e planejamento familiar com os maiores setores de desenvolvimento: saúde, nutrição, agricultura, educação, serviços sociais, trabalhos organizados, atividades femininas e desenvolvimento da comunidade” (28)

Sugere que “para reforçar o planejamento populacional no plano de desenvolvimento nacional ... (dever-se-ão incluir) considerações sobre fatores populacionais e políticas populacionais em todos os Documentos de Assistência aos Países Estratégicos e documentos de múltiplos anos do Programa de Assistência ao Desenvolvimento” (29).

“O governo dos EUA teria que se interessar pelos problemas e pelos programas de população de alguns países para reduzir a taxa de natalidade. Ademais, naqueles países de grande prioridade, nos que a assistência à população é agora limitada por uma ou outra razão, devemos estar dispostos a expandir nossos esforços para mostrar a seus dirigentes as conseqüências de um crescimento demográfico rápido e os benefícios das ações para reduzir a fertilidade” (30).

“Além de buscar como chegar a influenciar os dirigentes, as melhoras dos aportes no mundo dirigidas ou relacionadas aos problemas populacionais deveriam ser encaradas através de uma crescente ênfase sobre programas de educação e motivação para a população influenciada pelos *mass media* e a população restante, pela ONU, a USIA e a AID. Devemos dar maior prioridade a nossos programas mundiais de informação relacionados a esta área e considerar a expansão de convênios colaborativos com instituições multilaterais em programas de educação” (31).

a.6.

O Memorando propõem a liderança norte-americana sobre os organismos multilaterais, trabalhando em conjunto com outros países desenvolvidos “... em um esforço internacional colaborativo na investigação sobre a reprodução e o controle da fertilidade humana abarcando a biomedicina e dos fatores socioeconômicos. Os EUA, mais adiante, se oferecem para colaborar com outros países doadores

interessados e organizações (por exemplo, OMS, FNUAP, Banco Mundial, UNICEF)” em atividades de planejamento familiar (32). “O Departamento de Estado dos EUA e da AID julgaram um importante papel estabelecer o Fundo das Nações Unidas para as Atividades de População (FNUAP), o qual atuará como ponta de lança no esforço multilateral em população, como um complemento das demais ações bilaterais da AID e dos demais países contribuintes” (33).

Também considera que com relação à ajuda aos países do Terceiro Mundo que incluam metas de controle populacional, **“pode-se necessitar de programas obrigatórios e deveríamos estar considerando estas possibilidades agora”** (34). Isso teve sua concreção mais adiante, na Ata de Assistência Internacional de Desenvolvimento e Alimentação de 1978, que regula a atividade da AID; na Seção 104 (d), Código de EUA 22, sec. 2151-1a, diz: **“A assistência para o desenvolvimento ... deve concentrar-se em países que ... dêem uso mais efetivo a nossa assistência ... o Presidente deve medir a determinação e o progresso dos países ... empregando critérios que incluam o seguinte: ... controle do crescimento da população”**, a sec. 2151-1b continua preceituando que “o Presidente está autorizado a proporcionar a ajuda ... para planificação voluntária da população ... os programas de planificação populacional deverão motivar para ter famílias pequenas” e **“todas ...as atividades propostas para financiamento ... deverão projetar-se para estabelecer a motivação para famílias menores”** (sic).

No próximo capítulo veremos como todas as propostas do Relatório Kissinger foram aplicadas, corrigidas e aumentadas. Antecipamos que David Rockefeller, respondendo a uma sugestão explícita de Brzezinski, organiza a ‘Comissão Trilateral’: os EUA, Europa Ocidental e o Japão devem pôr-se de acordo frente ao Terceiro Mundo que parece querer organizar-se e de que dependem os países industrializados para importar suas matérias-primas e energia, e para dar saída a seus produtos. E o Terceiro Mundo está em plena expansão demográfica ... Esta frente comum mundial só poderá articular-se a partir dos EUA e sob sua liderança. Em razão de seu desenvolvimento e de sua riqueza, a Europa Ocidental e o Japão serão associados, a título de aliados privilegiados, à empresa de segurança comum. Todo este bloco constituído pelas nações ricas deverá esforçar-se por controlar o desenvolvimento no mundo em geral. A austeridade deixou de ser uma virtude: é um dever. Frear o crescimento, frear a capacidade de produção e praticar o malthusianismo econômico se impõem tanto mais — dizemos — quanto é preciso proteger o ambiente ameaçado pela contaminação” (35).

B) A Conferência Mundial de População de Bucareste

A ONU havia organizado duas Conferências de População de caráter exclusivamente científico, em Roma em 1954 e em Belgrado em 1965, A de Bucareste teve um caráter marcadamente político. Foi aberta pelo então Secretário Geral da ONU, Kurt Waldheim, em 19 de agosto de 1974. Participaram 135 governos, além de 14 organismos das Nações Unidas relacionados com a temática populacional, entre eles FNUAP, UNESCO, FAO, OIT e UNICEF. Ali se debateu o Plano Mundial de Ação em População, baseado em um Plano Provisional, preparado por 16 “peritos” das Nações Unidas. “O Plano Provisional recomenda que se deve adotar como meta para o ano 1985 a redução da taxa mundial de crescimento anual, de 2 % atuais a 1,6 %. Seguindo esta mesma linha, o Plano Provisional urge a todas as nações para que façam chegar, não mais tarde que 1985, a qualquer indivíduo que o deseje, a necessária informação e educação sobre planejamento familiar, e os métodos para levar a cabo eficazmente um planejamento familiar” (36).

b.1.

O “Relatório Kissinger” comentou a sorte do Plano de Ação para a População Mundial, afirmando que “houve uma consternação geral porque, no começo da conferência o plano foi submetido a um ataque fulminante que se prolongou por cinco horas, encabeçado pela Argélia, com o apoio de vários países africanos; Argentina, apoiada pelo Uruguai, Brasil, Peru, e, de forma mais limitada, por outros países da América Latina; o grupo de países do Leste Europeu (menos Romênia); o PRC e a Santa Sé” (37).

Ao tratar do Plano Provisional “a maior surpresa foi a atuação da **Argentina**, que propôs nada menos que 69 emendas, a maioria das quais atacava os dispositivos do Plano dedicados ao planejamento familiar e à redução do crescimento da população. Especialmente ofensiva para a Argentina era a meta de proporcionar informação e métodos de planejamento familiar a todos os casais do mundo para 1985, e o delineamento dos problemas do subdesenvolvimento da perspectiva da suposta ‘explosão demográfica’. Portanto, a Argentina propôs que se eliminasse do documento toda referência à urgência de pôr em prática programas de planejamento familiar e a distribuição de informação e serviços sobre o controle de natalidade a todos os casais do mundo para o ano 1985. Esta moção foi adotada por 52 votos a favor e 42 contra, com protestos oficiais por parte dos Estados Unidos, Iugoslávia e México”.

“A delegação da Argentina não podia aceitar o pressuposto de que a população teria que ser tratada de ‘uma maneira peculiar e singular’, fora do contexto de outros fatores mais importantes como

são o desenvolvimento, a justiça social e a distribuição eqüitativa das riquezas da terra. **A mudança de ênfase no Plano Mundial do controle da fertilidade para estes outros fatores deve-se em grande parte às emendas propostas pela Argentina no Grupo de Trabalho**” (38). Como veremos mais adiante, na Eco 92, nosso país voltaria a ter um papel decisivo, para desbaratar os aspectos antinatalistas dos anteprojetos de trabalho preparados pelos burocratas das Nações Unidas.

b.2.

Em sua redação definitiva, o Plano Mundial da Ação em População quase não efetua considerações em torno do controle de natalidade. Das mais de 100 recomendações, as únicas que se relacionam com a contracepção são as seguintes:

“29. Recomenda-se a todos os Governos que devem:

a) Respeitar e assegurar ... o direito das pessoas de determinar, de modo livre, informado e responsável, o número e espaçamento de seus filhos.”

“b) Animar a educação apropriada sobre a paternidade responsável, e proporcionar às pessoas que o desejem a informação e os meios para obtê-la.”

“c) Assegurar que o planejamento familiar e os serviços relacionados dirijam-se à prevenção de filhos não desejados e da infertilidade”.

“30) Os Governo que já têm programas de planejamento familiar são convidados a considerar a inclusão destes programas em seus esquemas oficiais de Segurança Social”.

“37) Os países que consideram que suas taxas de natalidade são prejudiciais a seus objetivos nacionais são convidados a considerar o estabelecimento de metas quantitativas e a pôr em prática políticas que possam chegar ao alcance desses objetivos para o ano 1985”.

“86. As instituições educacionais deveriam estender seus programas de estudo para incluir temas de população e, onde seja apropriado, de vida familiar e paternidade responsável”.

b.3.

Os jovens não estiveram ausentes na Conferência; e dentro da Tribuna de População, atuaram, discutiram e, como fruto de sua tarefa, redigiu-se um documento, o “Chamamento dirigido a toda a Juventude do Mundo”. “A juventude não se prestou a ser manipulada pelos grupos partidários do controle da natalidade, nem tampouco pressionada pelos 300.000 dólares que puseram à sua disposição as Nações Unidas (FNUAP) e alguns governos” (39) (sic).

Cito textualmente agora alguns parágrafos do Chamamento:

“Rechaçamos categoricamente as teorias malthusiana e neomalthusianas contemporâneas que fazem do aumento demográfico o maior obstáculo ao progresso da Humanidade”. “Consideramos que o principal problema que se delinea em todo o mundo, e particularmente nos países em vias de desenvolvimento, não é o da ‘explosão demográfica’, senão, mais que tudo, a ausência de desenvolvimento e a existência de uma distribuição desigual dos recursos materiais entre pobres e ricos, tanto em nível nacional como em nível internacional”. Propõe logo que “**se detenha com todos os meios o experimento dos anticonceptivos com as mulheres dos países em vias de desenvolvimento e as pertencentes às minorias nacionais, e se ponha fim à esterilização forçada, sem o conhecimento e consentimento destas mulheres**”.

b.4.

Como pode apreciar-se objetivamente, o Plano Mundial de Ação em População resultou um fiasco para os EUA e os organismos dependentes das Nações Unidas, cujo único interesse era a aplicação em escala mundial do controle de natalidade. Todavia, “ainda que os objetivos mais radicais tenham sido modificados e minados em grande parte do Plano, ainda seguem ali, entretecidos ao longo do documento e camuflados por uma linguagem retórica. Por isso, cada palavra chega a ter uma importância muito maior do que se percebe sobre o papel: a **condenação** dos abortos **ilegais** significa de fato a **aprovação** dos abortos legais; a **integração** da mulher na **sociedade** implica a **redução** de suas obrigações com respeito a sua **família**; o **direito** de cada casal decidir o **número de filhos** que desejam se traduz no **acesso aos anticonceptivos** que queiram, e assim sucessivamente” (40).

b.4.1.

Os organizadores da Conferência de Bucareste foram o suficientemente hábeis para compensar sua derrota no campo diplomático com importantes vitórias no campo jornalístico. Para isso, prepararam e desenvolveram de forma paralela à Conferência, o Colóquio para Jornalistas, com 10 conferências a cargo de diversos “peritos” contratados pela organização. Curiosamente 9 deles eram acérrimos partidários do controle de natalidade, como Margaret Mead, Lester Brown, Aziz Bindary e Aurelio Peccei. Assistiram mais de 250 jornalistas, incluindo 50 que haviam sido convidados especialmente e financiados exclusivamente pelas Nações Unidas (sic).

b.4.2.

Ademais, levou-se a cabo a Tribuna de População, na qual expuseram 159 pessoas, das quais só 46 pertenciam a instituições universitárias, 8 à IPPF, e o resto eram funcionários de organismos demográficos ou de saúde, governamentais ou não-governamentais. Oitenta por cento eram partidários do controle de natalidade, como

por exemplo, o infalível John D. Rockefeller III... Publicou-se o diário Planet da Conferência, que foi distribuído aos 5.000 assistentes durante os 10 dias de sua duração; editou-o a IPPF, e seu conteúdo foi indissimuladamente partidário do controle de natalidade. Com todos estes elementos, os jornalistas credenciados da Conferência começaram a falar do suposto “espírito de Bucareste”, segundo o qual haveria um excesso na população mundial, e seria imprescindível e impostergável tomar medidas concretas para a redução da taxa de natalidade de todos os países em vias de desenvolvimento.

Eles não o reconhecerão jamais, mas, tal como observaram agudamente Ferrer e outros, no “espírito de Bucareste” subjazem as teses de Malthus, que, “em vez de preocupar-se em aliviar a miséria alheia, ‘descobriu’ um princípio ‘natural’, segundo o qual é preciso evitar que existam pobres evitando que nasçam, e se nascem, não devem ser ajudados, porque não têm direito à vida: ‘Sentimo-nos obrigados pela justiça e pela honra a negar formalmente que os pobres tenham direito de serem ajudados’ (sic). Este ‘espírito malthusiano’ não é a mentalidade de ‘uma sociedade adulta e responsável pelo futuro’, mas uma simples expressão de um mundo egoísta” (41). O certo e real é que desde a Conferência de Bucareste, os meios de comunicação social se lançaram a uma campanha cada vez mais intensa em favor da contracepção e do controle de natalidade e, paralelamente, silenciaram todas as vozes partidárias do respeito à dignidade da pessoa humana.

CAPÍTULO 4

O CONTROLE DE NATALIDADE DESDE 1974

ATÉ NOSSOS DIAS

Historicamente se pode fazer a seguinte cronologia das práticas antinatalistas no mundo, nas duas últimas décadas:

A) Década de 1973 a 1983

A Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF) se expande por todo o mundo, instalando sucursais na maioria dos países, as quais começam a atuar inicialmente em círculos fechados de médicos, em especial ginecologistas. Membros da IPPF ou indivíduos com ideologia afim são designados nos pontos chave dos principais organismos dependentes das Nações Unidas, os organismos multilaterais de crédito e a AID. Também ocupam cargos importantes nos Ministérios da Saúde de muitos países desenvolvidos. De tais posições, pressionam para obter que:

- a) em quase todos os países ricos se instalem as clínicas de planejamento familiar (muitas delas dirigidas pela filial local da IPPF);
- b) prestem-se serviços gratuitos de controle de natalidade nos hospitais públicos;
- c) sejam despenalizados o aborto e as cirurgias mutiladoras para evitar a descendência; e
- d) seja oferecida educação sexual permissiva e obrigatória nas escolas. Nesses anos, começam-se a desenvolver programas, em vários países do Terceiro Mundo, que contêm alguns dos objetivos recém-descritos, utilizando para isso como plataforma de lançamento as filiais locais da IPPF.

a.1.

Década de 1984 a 1993:

O ano 1984 produz certo giro na política exterior norte-americana nestas questões. O presidente Reagan se mostra contrário ao aborto e suspende a ajuda do Governo Federal a toda instituição que contemple tal crime como meio de controle demográfico. Na prática esta medida tem uma eficácia relativa, uma vez que, ainda que sejam eliminados os subsídios diretos ao aborto — que deixa de ser gratuito nos hospitais — e a Paternidade Planificada (filial norte-americana da IPPF) perca seu financiamento estatal, continuam os subsídios indiretos

ao aborto, através das contribuições à AID e aos organismos das Nações Unidas. Por outra parte, a política de diminuir a taxa de natalidade no Terceiro Mundo continua exatamente como a havia programado o “Relatório Kissinger”. De qualquer modo, é um indício de que as coisas vão mudando.

Paralelamente a isso, começam a atuar em muitos países desenvolvidos, organizações em defesa da vida humana e da família, muitas de inspiração religiosas, outras, entidades civis sem fins de lucro, e as menos atuantes, entidades de algum modo políticas. Para neutralizá-las e dar outro passo adiante na mudança dos costumes sociais — não se deve esquecer que quando o sexo se torna absolutamente independente da procriação, provoca-se uma mudança fundamental nos conceitos de moral social, matrimônio e família — a IPPF vincula-se diretamente ou através de organismos das Nações Unidas ou Fundações, com grupos radicalizados de diversa índole, a saber: feministas, homossexuais e lésbicas, pseudo-ecologistas que defendem simultaneamente a vida silvestre de plantas e animais e o aborto de seres humanos, seitas orientais ou degeneradas como os Meninos de Deus, que depois ficam englobadas de algum modo no movimento da Nova Era. Muitos desses grupos heterogêneos aumentam sua eficácia ao obter o *status* de Organismos Não-governamentais (ONG) das Nações Unidas, do Conselho da Europa, da OEA etc.

Simultaneamente nessa mesma década aprofunda-se a ação contraceptiva nos países do Terceiro Mundo. Os empréstimos internacionais que nesses anos se multiplicam, contêm cláusulas condicionantes em matéria demográfica, tão escandalosas que o Papa João Paulo II o denuncia em sua Carta *Familiaris Consortio*, de novembro de 1981, nestes termos: “há que rejeitar como gravemente injusto o fato de que, nas relações internacionais, a ajuda econômica concedida para a promoção dos povos esteja condicionada a programas de anticoncepção, esterilização e aborto” (42). Estas verdadeiras extorsões supranacionais e econômicas levaram muitos países em vias de desenvolvimento a claudicar ante os representantes da “multinacional da morte”, tolerando o aborto e a esterilização de seus jovens — muitas vezes forçada — as práticas contraceptivas nos hospitais e a educação sexual permissiva nas escolas. Os países muçulmanos, por razões culturais e religiosas, costumam ser os mais refratários a estas políticas; pelo contrário, muitos países asiáticos são os mais permeáveis; a América Latina costuma ter uma posição intermédia.

Afirmou o Papa João Paulo II: “Por outra parte é muito alarmante constatar em muitos países o lançamento de campanhas sistemáticas contra a natalidade, por iniciativa de seus governos, em contraste não só com a identidade cultural e religiosa dos mesmos países,

mas também com a natureza do verdadeiro desenvolvimento. Sucede freqüentemente que tais campanhas são devidas a pressões e são financiadas por capitais provenientes do estrangeiro e, em algum caso, estão subordinadas às mesmas e à assistência econômico-financeira. Em todo caso, trata-se de uma falta absoluta de respeito pela liberdade de decisão das pessoas afetadas, homens e mulheres, submetidas às vezes a intoleráveis pressões, inclusive econômicas, para submetê-las a esta nova forma de opressão. São as populações mais pobres as que sofrem os atropelos, e isso chega a originar às vezes a tendência a certo racismo, ou favorecer a aplicação de certas formas de eugenismo, igualmente racistas” (43).

Esta década termina com dois fatos de suma importância, mas completamente antagônicos:

a) em setembro de 1991 é constituído o Conselho Mundial para a Vida e a Família, que pretende ser — e já tem começado a ser — a “multinacional da Vida Humana”; e

b) a assunção, em meados de 1993, do novo presidente norte-americano Clinton, cujos primeiros atos de governo foram ostensivamente favoráveis aos objetivos da “multinacional da morte”. O cenário para uma batalha decisiva está pronto: nem você nem eu podemos permanecer indiferentes...

Neste capítulo farei uma breve síntese histórica da evolução do movimento antividua, desde 1974 até nossos dias, e nos capítulos sucessivos, ao tratar tematicamente os distintos organismos e seu agir, o leitor terá uma idéia mais completa e acabada da questão.

B) Investimentos para financiar o controle de natalidade

Para advertir a crucial importância que os países desenvolvidos outorgam ao controle de natalidade das nações do Terceiro Mundo, basta observar o aumento dos montantes investidos em tais planos. *No ano 1960 os governos de todos os países do mundo destinaram US\$ 91.000 e os organismos privados US\$ 3.100.000; para um total investido nesse ano de US\$ 3.191.000. Em 1968 irrompem os organismos multilaterais neste tipo de aportes em dinheiro com US\$ 4.660.000; nesse ano os governos haviam entregado US\$ 37.800.000 e as entidades privadas US\$ 26.520.000; o que dá um total de US\$ 68.990.000. Para 1973 os organismos são os seguintes: aportes estatais: US\$ 177.750.000; aportes de organismos multilaterais: US\$ 99.180.000; aportes de entidades privadas: US\$ 73.630.000; o que dá um total de US\$ 350.570.000 (44);*

Ora, “o total de gastos nacionais e internacionais para o planejamento familiar e outras importantes atividades de população em todos os países em desenvolvimento ascenderam em 1987 a um total de

cerca de 4.500 milhões de dólares” (45). Ou seja, em 1987 se gastou **1500 vezes mais do que em 1960, em controle de natalidade**. No ponto 1.18 da Declaração de Amsterdã, estima-se que “o custo anual mínimo do apoio a tais atividades, estimado para o ano 2000 é da ordem de 9.000 milhões de dólares”; e tal investimento tem por objeto levar ao uso de anticoncepcionais para “alcançar ao menos 56% das mulheres em idade de procriar até o ano 2000, ... e ampliar assim o número de casais usuários, estimado atualmente em 326 milhões, para chegar a 535 milhões” (46).

As propostas do documento preparatório para a Conferência de População do Cairo são ainda maiores. Propõem passar “de 550 milhões — de casais usuários de anticoncepcionais — em 1995 a quase 640 milhões no ano 2000 e a 880 milhões em 2015. A taxa de utilização de anticoncepcionais, segundo se depreende dessas cifras, aumentaria de 58% em 1995 a 69% em 2015” (47). Para isso, os investimentos em dinheiro seriam anualmente “(em dólares dos EUA de 1993): 10.200 milhões de dólares no ano 2000; 11.500 milhões de dólares em 2005; 12.600 milhões em 2010; e 13.800 milhões em 2015” (48).

Acaso não é mais razoável utilizar esses milhares de milhões de dólares anuais que se gastam para impedir nascimentos de seres humanos, em atividades de promoção social ou desenvolvimento econômico? **A práxis dos países desenvolvidos consiste, simplesmente, em eliminar a pobreza impedindo que os pobres tenham descendência!**; e isso, hipocritamente, em nome dos direitos humanos e como demonstração de solidariedade universal. Vejamos como e por que chegamos a esta situação demencial.

C) O Grupo Rockefeller e a IPPF

A partir de 1974 — ano em que o governo dos EUA declarou guerra contra a população humana de nosso planeta — começaram-se a institucionalizar mecanismos cada vez mais sofisticados com o único fim de diminuir as taxas de natalidade, principalmente, embora não exclusivamente, nos países do Terceiro Mundo. Esses mecanismos deram lugar a um gigantesco “polvo bicéfalo”, cujas duas cabeças são o Conselho de População, como líder do Grupo Rockefeller, e a Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF).

c.1.

O Grupo Rockefeller tem a seu cargo:

1º) o financiamento da maioria dos projetos, mediante os aportes do Banco Mundial e demais organismos multilaterais de crédito, a Agência Internacional para o Desenvolvimento, e as fundações das grandes corporações econômicas, como a Rockefeller, Playboy,

Pathfinder etc.; e

2º) o *lobby* ante o governo norte-americano — através do próprio Conselho de População — e ante os organismos dependentes das Nações Unidas (em especial a OMS, UNICEF, UNESCO, PNUD, PNUMA, FNUAP e FAO).

c.2.

A IPPF, em conjunto com suas 178 filiais nacionais, realiza:

1º) o *lobby* com os parlamentares dos países do Terceiro Mundo — através do Grupo Mundial de Parlamentares em População e Desenvolvimento;

2º) treina funcionários públicos, médicos, parteiras, enfermeiros, e autodenominados sexólogos, terapeutas e educadores sexuais, nas técnicas de controle de natalidade; para isso agrupa-os em diversas entidades de caráter pseudocientífico; e

3º) dirige diversas clínicas abortivas e contraceptivas, ou assiste a hospitais públicos ou centros médicos privados em questões antinatalistas.

É muito interessante conhecer a composição da origem dos fundos que recebe “a IPPF. Em 1968 recebia dos governos dos países subdesenvolvidos 38% do orçamento do organismo, que passou em 1977 a 91,8%. Ou seja, as fundações Rockefeller e Ford e a AID não só financiaram apenas 9,2% do total, mas o resto dos custos foi assumido pelos próprios habitantes dos países envolvidos na aventura” (49). **Isto quer dizer que todos os programas de controle de natalidade efetuados com empréstimos outorgados pelos organismos multilaterais de crédito, agências da ONU ou a AID, devem ser devolvidos pontualmente pelos países do Terceiro Mundo, com os juros correspondentes. Em bom romance, nossos países pagam sua própria esterilidade social, que os leva a manter sua situação de dependência política e econômica, e os poderia condenar à desaparecimento**, como veremos no capítulo seguinte.

D) Novos grupos antivida

A década de 80 produziu novas ramificações do imperialismo contraceptivo, com a aparição de novas organizações, algumas das quais reivindicam autênticos direitos, mesclados com atividades anti-humanas, como as feministas e algumas entidades ecologistas; outros buscam privilégios inaceitáveis, como os homossexuais e lésbicas; por fim, as seitas com a *New Age* à cabeça. Todas essas agrupações têm dois elementos em comum:

1º) seu objetivo é a mudança na mentalidade e na forma de agir de **todos** os seres humanos, cujo fundamento é uma “nova moral” radicalmente egocêntrica, egocêntrica e hedonista, onde “eu” sou o

Universo;

2º) concebem a sexualidade como algo autônomo, cuja **única** vinculação com a natureza é o prazer que produz individualmente em cada pessoa; o aspecto procriativo é desprezado e rejeitado. Como facilmente se percebe, ambos os elementos coincidem com as teses e a práxis da “multinacional da morte”; por isso, mesmo que em muitos casos não pertençam organicamente a ela, apóiam-se mutuamente na busca de objetivos comuns.

E) Os meios de comunicação

Destaco por sua importância crucial na mudança de mentalidade de muitas pessoas, e inclusive das massas de alguns povos, a atividade que os meios maciços de comunicação realizam em favor da implantação do imperialismo contraceptivo. As principais agências de notícia e cadeias televisivas do mundo inteiro converteram-se em um prodigioso, sofisticado e eficaz alto-falante dos representantes da “multinacional da morte” (por exemplo, a cadeia norte-americana CNN, cujo dono é Ted Turner, “casado” com a atual ginasta vegetariana Jane Fonda). Trabalham em dois sentidos habilmente combinados:

1º) uma verdadeira “conspiração do silêncio” para tudo o que sejam os valores autênticos da vida e da família, que quase não têm espaço nos meios de comunicação; e

2º) a “mentira organizada” quanto ao “auto-elogio” e difusão de todo tipo de falsidades e concepções errôneas sobre a vida humana, o matrimônio, a sexualidade, a família etc.

e.1.

Diz Ravaioli que “esta intensa, multiplicada e muito bem organizada campanha de desinformação, não se limita apenas às cifras. A IPPF e outros organismos antivida difundem com grande ostentação publicitária as ‘bondades’ do uso dos anticoncepcionais, ocultando geralmente suas nefastas conseqüências, não só biológicas, mas também psicológicas. As agências de controle de natalidade costumam omitir em seus panfletos e folhetos de propaganda, em publicações, rádio, televisão ou cinema os numerosos danos físicos que DIUs, aparelhos contraceptivos e a esterilização têm provocado em muitas mulheres do mundo” (50).

“Uma pesquisa levada a cabo em 1985 entre especialistas de reprodução humana revela o mal-estar que reina entre eles. Tais especialistas desejariam expressar sua opinião e exigem liberdade de fazê-lo. Um deles resume perfeitamente o sentimento geral quando diz: ‘Há certas coisas que não se podem dizer nem escrever: o aborto é uma delas’. Efetivamente, faz alguns anos, na França, a maioria das mensagens contrárias ao aborto era censurada pelos meios de comunicação ... A

este respeito, a situação atual não é muito menor, inclusive piorou. Toda pessoa que expressa alguma inquietude sobre o aborto e suas conseqüências físicas e/ou psicológicas é tachada de ‘quadrada’, ‘reacionária’ e inclusive ‘integrista’. O mesmo ocorre, além disso, no que concerne às enfermidades sexualmente transmissíveis. Em qualquer caso, os que formulam essas inquietudes caem sob a suspeita ou a acusação de atentar contra a liberdade individual” (51).

e.2

Uma explicação para este fenômeno seria o suborno aos jornalistas, para que informem esses temas em uma direção concreta. Há exemplos disso: “A denúncia de Francisco Tatad, membro do Senado filipino, pôs a descoberto uma campanha em favor do controle demográfico neste país, patrocinada pela USAID e montada sobre uma verdadeira dança de milhões de dólares. A denúncia revela a existência de fundos ‘negros’ entregues ao Ministro da Saúde Pública para diversas campanhas com apoio jornalístico. **Destinou-se mais de um milhão de dólares para pagar subornos a jornalistas, editorialistas, radiodifusoras e outros meios de comunicação...** O jornalista cobra quando demonstra que sua ‘notícia’ conseguiu ser publicada. O Ministro da Saúde Pública reconheceu a existência da ofensiva” (52).

F) A Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID ou USAID)

Os aportes financeiros do governo norte-americano para o controle de natalidade foram efetuados no começo diretamente através da Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID); mas rapidamente “o antagonismo contra o conceito norte-americano de controle demográfico subiu à superfície em numerosos países ... a susceptibilidade em todos dos programas de população é tão grande em outros países, que tem sido mais aceitável para muitas nações receber ajuda através de agências multilaterais, como o FNUAP ou por meio de grandes organizações privadas e voluntárias” (53).

G) Organismos das Nações Unidas

Pela oposição da maioria dos povos em receber dinheiro para o controle de natalidade diretamente do governo norte-americano, “hoje (a citação é de 1975), ou, se preferir, nos últimos anos, todas as famílias das Nações Unidas avançam em uma frente única. Organismos como o UNICEF e a OMS, cujos fins originários eram o de salvar e defender as crianças e os enfermos, na atualidade têm como objetivo prioritário o controle de natalidade... Desde 1970 a UNESCO concede ajuda a seus Estados membros para elaborar políticas de população e de planejamento familiar ... Entre as publicações do UNICEF, destacamos

... ‘O UNICEF e o Planejamento Familiar’, em que se expõe a atuação deste organismo sobre o *Planning*. Há anos que atua na África, tendo havido casos de negar assistência médica a mães que se negaram a controlar sua fecundidade. Nestes últimos anos, os investimentos econômicos aumentaram consideravelmente, e assim hoje o UNICEF tem clínicas em mais de 30 países, destinadas à higiene materna e serviços de controle. *É surpreendente que um Organismo surgido para a defesa e proteção da infância, tenha-se convertido em uma plataforma para impedir, por todos os meios, que nasçam crianças*” (54).

g.1.

Para assegurar-se de que a totalidade do dinheiro empregado em questões de população é investida em planos de controle de natalidade, a IPPF colocou homens de sua confiança nos postos chave dos organismos dependentes das Nações Unidas. Por exemplo: “O Dr. Halfdan Mahler, que durante quinze anos foi diretor geral da Organização Mundial de Saúde, passou a ocupar o mesmo posto na International Planned Parenthood, a mais importante organização mundial para o controle da população” (55). Como se pode apreciar, o Dr. Mahler, homem vinculado à IPPF, assume o cargo de Diretor Geral da OMS precisamente no crucial ano 1974.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) implementou em 1980 o “Programa Especial de Investigações, Desenvolvimento e Formação de Investigadores sobre Reprodução Humana”, que é “o principal recurso de que dispõe a OMS para as investigações sobre planejamento familiar ... Na Declaração de Alma-Ata, se reconhece que o planejamento familiar é um elemento básico da atenção primária de saúde, e as atividades de investigação do Programa Especial estão orientadas ao ‘fornecimento de orientações básicas e material de adestramento para a prestação dos serviços correspondentes, da maneira mais eficaz, por meio das infra-estruturas sanitárias. Mediante o Programa Especial, os governos e os cientistas podem colaborar tanto nas investigações como no fortalecimento das instituições, cooperando na identificação de prioridades, no planejamento das estratégias, na execução das atividades, na supervisão da qualidade e na difusão dos resultados. Em 1981 participaram nestas tarefas 80 países, 54 dos quais eram países em desenvolvimento” (56). Depois manifesta que “o Programa Especial foi custeado em grande parte graças a donativos. Em 1980-1981 os doadores foram Austrália, Cuba, China, Dinamarca, os Estados Unidos da América, Finlândia, Índia, Nigéria, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, República Federal de Alemanha, Suécia, Tailândia e o FNUAP” (57).

H) Clínicas de anticoncepção

Até meados da década dos anos 70, as clínicas de anticoncepção se haviam generalizado nos países desenvolvidos. A desculpa utilizada foi a suposta prevenção das mortes causadas pelos abortos. Sem embargo, tudo o que se afirma neste sentido é falso. Com efeito, em 1992 na Argentina morreram 10.206 mulheres entre 15 e 49 anos; desse total só em 307 a causa da morte teve a ver com a gravidez, e desse total, só 54 falecimentos foram por abortos mal praticados (58). A consequência imediata foi que em quase todas as nações, as taxas de natalidade baixaram tão bruscamente, que desde duas décadas estão abaixo da taxa de reposição da população, ou seja, menos de 2,1 filhos por mulher em idade de procriar.

D) Educação sexual nas escolas

O passo seguinte foi a generalização da denominada educação sexual nas escolas, que na realidade é antieducativa e contrária ao sexo, pois a única coisa que ensinam é toda a gama e farmacopéia de contraceptivos e abortivos existentes no mercado, como veremos no capítulo pertinente. Assim, “em seu plano quinquenal para 1976-1980, a Federação de Paternidade Planificada dos EUA fez uma chamada em favor de um ‘crescimento zero da população’, de mãos dadas com a obrigatoriedade da educação sexual para ‘elevar o nível de percepção entre todos acerca do planejamento familiar, a sexualidade humana, o crescimento demográfico, e a saúde em geral’. A federação exortava seus filiados a ‘participarem ativamente no desenvolvimento e promoção de programas sobre a sexualidade humana em clínicas, escolas locais e outras organizações’” (59).

i.1.

Em concordância com esses objetivos, “em 1976 a IPPF edita ‘O status das mulheres’ em que se pedem reformas sobre direitos da mulher ao aborto, a esterilização, leis flexíveis sobre divórcio e família, uma menor idade para dar o consentimento ao uso de serviços para o controle de natalidade a fim de ‘satisfazer as necessidades dos jovens’ e, por suposto, educação sexual obrigatória, tal como eles a concebem: tanto em seus conteúdos como em seus meios e fins” (60).

Continuando na mesma linha, “a IPPF no relatório ‘O direito humano ao Planejamento Familiar’ (1984), afirma sob o título ‘Direitos dos jovens’, que o grupo de adolescentes entre 10 e 19 anos de idade deve ter total acesso à regulação da fertilidade, informação sexual e serviços médicos especializados, com privacidade e confidencialidade garantidas; incluídos a esterilização e o aborto. E isso sem o conhecimento ou permissão dos pais” (61).

i.2.

Depois, essa experiência se exporta aos países do Terceiro Mundo de modo tal que “em 1978 havia tantos programas de educação sexual para jovens dos países subdesenvolvidos, que o Centro de Opções em População criou um departamento especial em Washington para ‘seguir-lhes a pista’. A International Planned Parenthood Federation (IPPF), o principal promotor em nível mundial da educação sexual, realizava a maior parte dos programas” (62); tudo isso comprovaremos no capítulo dedicado ao tema. Outros países como o nosso foram refratários à introdução da educação sexual nas escolas. Sem embargo, nestes momentos, há iniciativas concretas em tal sentido no Ministério da Educação, na Câmara dos Deputados da Nação, e em várias províncias e municipalidades já forma parte dos currículos.

Nas “classes” da mal denominada educação sexual, além de mostrar todo tipo de imagens de genitais de ambos os sexos, costumam-se fazer visitas a farmácias e clínicas de contracepção, para que as crianças observem o material disponível, seus preços etc. Ali é ensinado a eles que todos esses serviços são gratuitos e confidenciais, ou seja, que não são comunicados a seus pais. Precisamente a luta de uma década da Sra. Victoria Gillick na Inglaterra consistiu em opor-se à distribuição de anticoncepcionais a meninas menores de 16 anos sem conhecimento nem consentimento de seus pais, luta que descreve com grande simpatia em seu livro “Relato de uma mãe”.

J) Suposta prevenção de gravidez em adolescentes

Outra das falácias que tem sido muito útil aos cultores do controle de natalidade é a da suposta prevenção das gravidezes juvenis. Com a desculpa de combater esse problema, generalizou-se a educação sexual nas escolas e o acesso a contraceptivos por parte dos adolescentes dos países desenvolvidos, providos gratuitamente pelos sistemas de seguridade social; isto é, ocorre o cruel paradoxo de que os impostos dos cidadãos se empregam para evitar o nascimento de quem deve substituí-los como força de trabalho... O resultado tem sido penoso, porque as gravidezes juvenis e extramatrimoniais aumentaram notavelmente.

Por outro lado, tais países começam a legalizar o aborto, com o resultado final de uma pavorosa diminuição nas taxas de natalidade, o que impede a reposição da população. “A razão se tornou evidente através dos anos: anticoncepcionais e aborto estão inextricavelmente ligados. Um médico e investigador de Brook Advisory Centers ratifica o seguinte: ‘vinte anos atrás as mulheres estavam mais resignadas às gravidezes não desejadas; mas à medida que tomaram maior consciência das possibilidades de prevenir a concepção, vieram a procurar o aborto

toda vez que os meios anticoncepcionais falham. **Há evidências contundentes que demonstram, contrariamente ao que se poderia esperar, que a disponibilidade de métodos anticoncepcionais conduz a um incremento na porcentagem de abortos** (63).

K) Ações judiciais contra a vida

Nos Estados Unidos, os grupos antivida utilizaram com marcado êxito a tática de obter muitos de seus avanços, não por via legislativa, na qual encontraram maior oposição, mas mediante ações judiciais, aproveitando a constituição da Suprema Corte, com maioria de juízes libertinos e ignorantes da natureza humana e dos princípios mais elementares do direito. Assim alcançaram a despenalização do aborto na tristemente célebre sentença “Roe versus Wade”, do ano 1973; e na mesma linha de argumentação, se resolveu o “direito” (sic) ao aborto para meninas menores de idade sem o consentimento paterno, no caso “Planned Parenthood vs. Fitzpatrick” de 1975; o “direito” ao aborto das mulheres casadas sem necessidade do consentimento de seus esposos, na sentença ditada em “Planned Parenthood of Central Missouri versus Danforth”, do ano 1976; e privaram-se os pais do direito de serem informados da decisão de sua filha menor de idade de abortar, no caso “Planned Parenthood vs. Belotti”, de 1980.

k.1.

“Paternidade Planificada dos EUA não só obteve o direito à contracepção e ao aborto para menores de idade sem consentimento ou conhecimento paterno (e continua defendendo-o na Corte), mas também se opõe a que se disponha dos bebês abortados de uma maneira humanitária. PP empreendeu uma demanda judicial contra uma lei que foi aprovada no estado de Minnesota para este propósito, e ganhou, alegando que tal lei sugeria às mulheres que o aborto mata uma vida humana. Assinalou PP que dispor dos cadáveres de bebezinhos abortados de forma humanitária interfere no direito da mulher a abortar, tornado mais difícil e psicologicamente perturbadora a decisão” (64) (sic). Para obter seus fins, para a IPPF não importam os meios: se são mais permeáveis os legisladores, consegue-se a lei; se são mais propensos os juízes, faz-se uma demanda; se é mais favorável o executivo, enche-o de “assessores”...

L) Cumplicidade dos laboratórios

Obviamente, os laboratórios e fabricantes de todo gênero de contraceptivos são contribuintes habituais mediante publicidade e donativos, da campanha mundial contra a vida humana. Muitos médicos ginecologistas e obstetras não ficam atrás. Schooyans observa que “as implicações econômicas e políticas da aplicação constante do

malthusianismo são consideráveis no plano internacional. O que confirma isso é, em primeiro lugar, o esforço sem precedentes realizado por grandes empresas farmacêuticas em favor de uma investigação sobre anticoncepção e aborto. A propaganda malthusiana emprega o chamariz de enormes benefícios, ante os quais alguns laboratórios não são insensíveis. Assim, para a realização do que se chama eufemisticamente a ‘anticoncepção pós-ovárica’ (sic), a ‘restauração da regra’ ou a ‘extração menstrual’ (resic) — entenda-se aborto — os laboratórios Upjohn realizaram, faz alguns anos, investimentos neste terreno que só podem ser comparadas em importância às efetuadas, com o apoio dos governos francês e alemão, para a preparação da fúnebre RU 486 pelas firmas Roussel-Uclaf-Hoescht ... Entre os laboratórios que ampliaram de maneira significativa sua produção neste terreno figuram: Searle, Ortho (Johnson & Johnson), Parke-Davis, Syntex, Wyeth” (65).

M) O Grupo Mundial de Parlamentares em População e Desenvolvimento

Em 1979, em Colombo, capital de Sri Lanka, realizou-se a reunião de fundação do Grupo Mundial de Parlamentares em População e Desenvolvimento, que é o braço legislativo da IPPF. A “multinacional da morte”, desde que começou a operar, tomou consciência da importância que têm as leis para a organização social dos países, sobretudo quando muitas delas se opõem diretamente a seus objetivos, v.g.: penalização do aborto e da esterilização voluntária, proibição de atividades contraceptivas e educação sexual nas escolas; etc. É por isso que desejava estender seus tentáculos com um grupo de parlamentares afins, que lhe servissem como uma espécie de “cabeça-de-praia” para a invasão dos Parlamentos Nacionais. A esse primeiro congresso em Colombo, assistiram entre 50 e 60 parlamentares de diversos países do mundo. Ali surgiu a iniciativa de criar duas Regiões para formar o Grupo Mundial.

m.1.

As duas regiões são: o Hemisfério Oriental, basicamente dedicado aos países então sob a órbita comunista; e o Hemisfério Ocidental, que aglutinou principalmente a Europa Ocidental, toda a América, África e Ásia. Por sua vez, o Hemisfério Ocidental se subdividiu nos Grupos Europeu, Asiático, Africano e no Grupo Parlamentar Interamericano para População e Desenvolvimento. Este último teve sua primeira Conferência em dezembro de 1982 em Brasília, à qual assistiram 87 legisladores norte-americanos, canadenses, colombianos, peruanos, brasileiros etc., representantes de 20 países. Concluíram as sessões “com um documento que se chama a Declaração de Brasília sobre População e Desenvolvimento ... Solicitam ao Comitê

Organizador da Conferência coordenar as atividades dos parlamentares sobre população e desenvolvimento da região e **insistir para manter relações de estreita cooperação com o plano de desenvolvimento das Nações Unidas, com o Fundo de População das Nações Unidas, com o UNICEF, com a Organização Mundial de Saúde, com a Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF), com a Organização dos Estados Americanos, o Banco Mundial, etc.**” (66).

m.2.

Como conseqüência de tal Congresso, no ano seguinte, isto é, em 1983, é fundado o Grupo Parlamentar Interamericano (GPI). A IPPF em seu Relatório Anual de 1989-1990 disse, referindo-se ao Grupo Interamericano de Parlamentares (GPI), que “é uma organização constituída por legisladores de todos os países das Américas em que existe um corpo legislativo ... os membros do GPI estão nas salas do poder onde se tomam as decisões nacionais”. O GPI compartilha os mesmos escritórios, telefone e secretarias em Nova York, e o mesmo Coordenador Executivo que a IPPF, que é o Dr. Hermán Sanhueza. O Secretário Geral do GPI é o deputado peruano Celso Sotomarino, que por sua vez é diretor da IPPF em nível regional, Presidente da Associação Peruana para a Planificação (filial peruana da IPPF) e Presidente do Grupo Parlamentar Peruano. O Presidente do GPI é o deputado brasileiro Haroldo Sanford, que também é membro da Comissão Diretora do Comitê Mundial de Parlamentares de População e Desenvolvimento, e preside a filial brasileira da IPPF.

m.3.

Em nossos dias há Grupos Parlamentares trabalhando para a IPPF em 50 países do Mundo, entre os quais se conta a Argentina (67). Outra prova da vinculação indissimulável entre o GPI e a IPPF é o fato de que o Grupo Parlamentar do Brasil organizou-se “com o assessoramento da Sociedade Brasileira de Bem-Estar Familiar”, filial da IPPF nesse país, e na reunião inaugural do Grupo Parlamentar Argentino, participou o Dr. Domingo Olivares, em seu caráter de Diretor Executivo da Associação Argentina de Proteção Familiar (AAPF), filial vernácula da IPPF (68).

m.4.

O Grupo Parlamentar Argentino tem ata constitutiva e estatutos de 08.01.1986, aprovados pelo Senado da Nação em 08.04.1986, e realizou sua primeira sessão em 18.04.1986, conforme o relatado e o que se relatará mais abaixo. Seu Presidente desde a fundação é o senador nacional Fernando de la Rúa.

N) A Conferência de População do México

Em agosto de 1984, acontece a Segunda Conferência Mundial de População de caráter político, na cidade do México. Compareceram mais de mil delegados oficiais de 136 nações, 367 representantes de organismos não-governamentais e 800 jornalistas. A reunião teve um custo de US\$ 2.000.000, sem contar os trabalhos preparatórios, que duraram dois anos e meio. O presidente norte-americano Reagan enviou uma mensagem à Conferência, que foi lida pelo senador James L. Buckley, cujo conteúdo foi bem sintetizado por Kasun: “longe de ser a causa de todos os problemas econômicos e sociais, o crescimento da população é ‘em si, um fenômeno neutro, não necessariamente bom ou mau’. O crescimento recente da população — continuava a mensagem — resultou da expansão dos avanços na área de saúde pública e da produção alimentícia, o que demonstra ‘não uma má planificação, mas um progresso humano’. Dizia ainda a mensagem de Reagan que alguns haviam ‘reagido em excesso’ em torno do tema da população, mas que a causa real da pobreza era ‘o controle governamental das economias, um fato que condiciona negativamente o crescimento econômico’ ... Declarando que ‘hão de ser rejeitados os intentos de usar o aborto, a esterilização involuntária e outros métodos coercitivos no planejamento familiar’, a mensagem de Reagan dizia que os Estados Unidos ‘já não contribuirão com organizações não-governamentais que realizem ou promovam o aborto como método de planejamento familiar em outras nações’” (69).

n.1.

Algo mudou então na política norte-americana quanto ao controle de natalidade, mas isso não foi suficiente. “Em 1984 o presidente Reagan cortou todos os subsídios concedidos pela USAID à IPPF e ao Pathfinder Fund, até que essas organizações cessassem totalmente de promover o aborto no estrangeiro. ‘Em 1985, o Congresso dos EUA, pelo mesmo motivo, suspendeu igualmente todos os subsídios destinados ao Fundo das Nações Unidas para as Atividades em Matéria de População (FNUAP), em razão do apoio prestado por esta agência da ONU ao programa de abortos e genocídio na China’” (70).

n.2

Mesmo com um menor aporte de fundos, os burocratas das Nações Unidas continuaram com sua política demográfica exatamente como antes. Reagan nunca deixou sem efeito ou suspendeu em sua execução o “Relatório Kissinger”, nem tampouco se manifestou publicamente contrário à contracepção ou à teoria da “segurança demográfica”; simplesmente afirmou que algumas das medidas tomadas em relação à questão populacional haviam sido exageradas, porque se havia tentado aplicá-las compulsivamente.

É patente que o presidente Reagan e seu sucessor Bush foram partidários do controle de natalidade no Terceiro Mundo, com a condição de que o mesmo fosse induzido e não imposto, e não se usasse o aborto como meio contraceptivo. Em seu momento isso significou um importante avanço, mas foi absolutamente insuficiente. Apesar de ambos os mandatários terem-se declarado contrários ao aborto (exceto em casos de estupro), não obtiveram modificações substanciais na legislação interna, nem na jurisprudência da Corte Suprema norte-americana, apesar de terem substituído a maioria de seus membros. **O imperialismo contraceptivo, criado pelo governo norte-americano quinze anos antes, demonstrou que, nesse período, conseguiu tornar-se independente de tal governo, com base em fontes seguras e inesgotáveis de financiamento, e em sua ramificação por todo o mundo.**

n.3.

Por outro lado, existem evidências do descumprimento das ordens presidenciais norte-americanas. Por exemplo, a própria revista da IPPF, Fórum, em seu número de agosto de 1987, declara que “A IPPF - Hemisfério Ocidental recebeu uma subvenção de US\$ 27.000.000 da Agência Internacional para o Desenvolvimento dos Estados Unidos (AID) para um projeto de cinco anos de duração para a ‘Expansão e Melhora do Planejamento Familiar na América Latina e Caribe’”. E tampouco se deve esquecer que os EUA são um Estado Federal, motivo pelo qual o presidente maneja unicamente os fundos federais, ficando os de cada um dos 50 Estados sob a jurisdição de seus governadores; é por isso que “em 1987, Paternidade Planificada (filial estadunidense da IPPF) relatou haver recebido US\$ 111.000.000, quarenta por cento de sua receita, do governo. Sem embargo, PP de Nova York relatou que 60% de sua receita provieram do governo” (71).

O) Iniciativa para uma maternidade sem riscos

Trata-se de um plano para a promoção da contracepção, esterilização e aborto, nos países não desenvolvidos, utilizando para isso os hospitais públicos e o pessoal sanitário do Estado, que é treinado e provido de elementos por organismos dependentes das Nações Unidas, em especial a OMS e o UNICEF, ou por diversos organismos não-governamentais. Esses programas são custeados pelos próprios países, através de créditos outorgados pelo Banco Mundial ou outros organismos multilaterais de créditos (72).

P) O Conselho Mundial para a Vida e a Família

Em 29 de novembro de 1991 constituiu-se na cidade de Roma o Conselho Mundial para a Vida e a Família, que agrupa pessoas e organizações de todo o mundo, que buscam promover os perenes valores

da vida humana e da família. Já está sendo uma verdadeira organização mundial, que aspira superar a “multinacional da morte” e todos os seus tentáculos. Obviamente não conta e possivelmente nunca contará com os capitais da IPPF, do Grupo Rockefeller e das agências da ONU, mas tem um capital maior: a verdade. O Conselho dividiu o mundo, por razões operativas, em seis regiões: África, Ásia, Austrália, Europa, América do Norte, e América Latina, que inclui o Caribe. Em 1991 realizou Congressos em Manilha, Lagos, Bratislava, Katowice, Vilnius, Porto Rico, Costa Rica e México.

p.1.

De 22 a 24 de abril de 1992, realizou-se em Monterrey o Primeiro Encontro Latino-americano para a Vida e a Família, que teve como consequência a criação do Conselho Latino-americano para a Vida e a Família. Sua coordenadora é a Sra. Magaly Llaguno e, para sua eficácia, foi subdividido em 5 Sub-regiões, a saber: Caribe (Cuba, Porto Rico e República Dominicana); América Central (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua e Panamá); Países Bolivarianos (Colômbia, Equador, Peru e Venezuela); Brasil (Brasil e Portugal) e Cone Sul (Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai). A expansão do Conselho Mundial é assombrosa, e prova a existência de numerosas instituições — que estavam dispersas por toda a terra — interessadas na promoção dos autênticos valores humanos e familiares. Esta organização em nível mundial permitirá multiplicar a eficácia de seus esforços.

Prova da vitalidade do Conselho Mundial em nosso país, é que já foi celebrado o Sexto Congresso Nacional Pró-Vida e Pró-Família, na cidade de Lujan, em fins de 1996, com representantes de 15 províncias argentinas.

Copio alguns parágrafos da Declaração Final do III Congresso (Mendoza, 1993):

“2. Revalorizamos o conceito de família baseada na união estável entre homem e mulher — matrimônio indissolúvel — ...

3. Reconhecemos na vida um verdadeiro dom de Deus e como tal há de ser respeitada desde sua concepção no seio materno até sua morte natural. Rejeitamos o aborto e a eutanásia, que são verdadeiros homicídios.

4. Afirmamos que a mentalidade abortista nutre-se da mentalidade anticonceptiva. A opção anticoncepção ou aborto é um embuste a serviço da cultura da morte.

5. Denunciamos como verdadeiros abortivos os contraceptivos hormonais (pílula) e mecânicos (DIU), instrumentos de morte a serviço do maior holocausto da história.

6. Denunciamos a política antinatalista das Nações Unidas e

de suas agências (Fundo para a População, UNICEF, OMS etc.), do Banco Mundial e das instituições como a International Planned Parenthood Federation (IPPF), que atua em nosso país com o nome de Associação Argentina de Proteção Familiar.

7. Denunciamos que na Conferência Mundial de População (Cairo, 1994), através do Fundo para a População das Nações Unidas, quererão impor a todos os países do mundo a liberação do aborto e da esterilização, convertendo os membros da ONU em Estados corruptores dos cidadãos ...

9. Exigimos que sejam os pais que dêem a seus filhos a educação integral para o amor humano, baseada no respeito às diferenças naturais, psíquicas e espirituais, entre homem e mulher, sem ingerências totalitárias por parte do Estado” (73).

Q) Assunção de Clinton

Em janeiro de 1993 assume a presidência norte-americana Bill Clinton, que fora apoiado financeiramente em sua campanha eleitoral pelos grupos abortistas, homossexuais e feministas radicalizados. Ao assumir, entre suas primeiras medidas, “devolveu” alguns favores (dinheiro para a campanha política) recebidos:

a) derogou a proibição de outorga de fundos federais para organizações promotoras do aborto no estrangeiro, como método de planejamento familiar;

b) suspendeu a proibição de aconselhar o aborto a menores de idade norte-americanos, que acorram a centros de planejamento familiar subvencionados pelo Estado;

c) autorizou o uso de fundos federais para fazer experimentos com fetos abortados;

d) permitiu o ingresso e a permanência de homossexuais nas forças armadas, medida esta que teve que “suspender” temporariamente pela forte oposição dos militares, e finalmente outorgou (74).

Durante a campanha havia prometido, ainda, os seguintes pontos:

a') autorizar a comercialização nos EUA da pílula abortiva RU 486;

b') eliminar a emenda Hyde, que proíbe o uso de fundos federais para pagar abortos a pedido nos EUA;

c') reprimir pela força as manifestações pacíficas de instituições pró-vida, frente às clínicas abortistas, medida recentemente adotada;

d') promover um ensino sexual mais explícito nas escolas, e distribuir nelas preservativos, com a desculpa da prevenção da AIDS, tudo isso sem o consentimento paterno;

e') lutar pela aprovação de uma lei que permita o aborto até o

momento mesmo do nascimento (Freedom of Choice Act);

f) nomear exclusivamente juizes pró-aborto na Corte Suprema norte-americana.

O tempo dirá se leva a cabo ou não seus sinistros propósitos...

R) A Declaração Final dos Bispos Latino-americanos

De 15 a 18 de março de 1993, reuniram-se os Bispos Católicos Latino-americanos Presidentes das Comissões Episcopais de Família, em um Encontro na Cidade do Vaticano, como reunião preparatória para o Ano Internacional da Família (1994). Copio textualmente alguns parágrafos da Declaração Final:

“3.2 Estar atentos para instruir os fiéis e para denunciar o uso de métodos que passam por contraceptivos (com sua intrínseca desordem), mas que são ainda, em boa parte dos casos, abortivos. **Há uma relação interna inegável entre mentalidade anticonceptiva e abortista, tanto no aspecto sociológico (onde cresce a contracepção aumentam os abortos), subjetivo (a mentalidade contra a vida humana culmina na rejeição, em não poucos casos, do ‘nascituro’) e objetivo (há elementos químicos que impedem, não a concepção, mas a nidadação do embrião. Há uma ‘guerra química’)...**

“4.2. Denunciar o egoísmo que está na atitude de quem prefere ter poucos filhos para poder assim ‘gozar melhor a vida’.

“4.3. Ainda que as leis da maioria de nossos países não admitam oficialmente o aborto, este crime abominável continua sendo realizado se maneira clandestina; e **há campanhas que continuam empenhando-se em uma primeira aceitação sociológica, para procurar depois sua legalização”.**

“4.4. **Iluminar com a verdade e com a ajuda das ciências sociais os resultados reais de empobrecimento moral a que chegaram os países que aceitaram os argumentos antinatalistas difundidos pela IPPF (International Planned Parenthood Federation) e suas filiais nacionais e outras Instituições sustentando que ‘quanto menos nascimentos, menor pobreza’ e promovendo a ‘liberdade sexual ilimitada’ como direito do homem e da mulher. Não esquecer que há poderosos interesses econômicos e políticos de organismos financeiros e de laboratórios que buscam mercados para seus produtos anticoncepcionais e abortivos”.**

“6.5. Estar atentos para que as campanhas de prevenção da AIDS, que com o pretexto da prevenção levam muitas vezes a promover a promiscuidade sexual e a irresponsabilidade moral, sejam orientadas a promover a verdade e a mostrar qual deve ser o reto exercício da sexualidade ...”.

“7.2. Denunciar os antivalores que se propagam através dos meios de comunicação social, especialmente os que apresentam modelos

de família e estilos de vida que contradizem os valores cristãos arraigados na cultura de nossos povos”.

Como se pode apreciar, é esta uma adequada, oportuna e eficaz resposta às medidas ditadas ou prometidas pelo presidente Clinton, para a área latino-americana. Não deve surpreender a radical oposição entre a Igreja Católica e a “multinacional da morte”. A Igreja é “perita em humanidade” e “mãe e mestra”, nas felizes frases pontifícias. Já nos advertia Schooyans, ao dizer que “por sua postura em matéria demográfica, a Igreja constitui uma ameaça para a segurança nacional dos EUA. Esta é a tese apresentada com grande violência por um autor que dificilmente pode ser tachado de excessivo progressismo: Stephen D. Mumford, in *American democracy & the Vatican. Population growth & national security*, Nova York, Humanist Press, 1984” (75). A IPPF o sabe, e por isso, promove uma organização feminista denominada “Católicas pelo direito de decidir”, cujas andanças serão expostas no capítulo 11, ponto a.7. Nestes anos, a América Latina será o cenário do intento da “multinacional da morte” por despenalizar o aborto em nosso Continente.

S) O projeto de lei de “procriação responsável”

A Câmara dos Deputados da Nação incluiu no orçamento de 1995 uma parcela de \$ 2.500.000 para o inexistente Programa de Procriação Responsável (76). Em 02.11.1995 a mesma Câmara aprova um projeto de lei que cria o Programa Nacional de Procriação Responsável, no âmbito do Ministério de Saúde e Ação Social da Nação. O texto consta de 11 artigos e um anexo, “que se considera parte integrante da presente lei” (art. 11). A versão original aprovada de tal anexo — é a que citarei adiante — tem 91 páginas, com uma introdução dividida em 5 temas, depois 3 capítulos e a bibliografia.

s.1.

A **finalidade** de tal Programa é universalizar a contracepção em nosso país, através da matéria “educação para a saúde” incorporada em todos os níveis educativos (Anexo, Capítulo I) e, ao mesmo tempo, o assessoramento e distribuição gratuita e maciça de anticoncepcionais, nos centros públicos de saúde (art. 3). Para facilitar seu uso, estabeleceu-se que todas as obras sociais — oficiais e privadas — devem incluir em seus catálogos as prestações médicas e farmacológicas pertinentes (art. 8). Ademais, prevê-se que o Ministério de Saúde e Ação Social da Nação assine convênios de adesão com as Províncias, a fim de remeter-lhes as parcelas pactuadas, dos fundos do Tesouro Nacional afetados ao Programa (art. 7, inc. b).

O objetivo da lei está expresso sem eufemismos no Anexo, Capítulo II, ao afirmar que “**a orientação, assessoramento e prescrição**

de procedimentos contraceptivos à população ... constitui o embasamento prático sobre o qual se apóia o Programa de Procriação Responsável” (p. 28).

s.2.

O meio para conseguir universalizar a contracepção em nosso país é a mudança das pautas morais e culturais de nossos cidadãos. Em nome da liberdade e da responsabilidade (art. 1, inc. b), se exercerá uma pressão dificilmente sustentável sobre os argentinos, especialmente em “idade fértil” (art. 2), **dirigindo-os** à modificação de suas condutas, para fazê-las compatíveis com a mentalidade anticonceptiva. O Anexo da lei está infestado de instruções concretas nesse sentido. Vejamos:

- A folha de rosto do Anexo tem um destaque que diz “DOCUMENTO DE TRABALHO NÃO APTO PARA SUA DISTRIBUIÇÃO” (sic, assim foi aprovado por “nossos” representantes). Ou seja, é fundamental que a população não se inteire sobre como vão trabalhar com ela os integrantes do Programa...

- O primeiro objetivo é: “Criar consciência pública e **promover atitudes e comportamentos individuais, familiares e comunitários de acordo com as pautas do Programa de Procriação Responsável** mediante as técnicas e instrumentos da Educação para a Saúde” (p. 9).

- O Capítulo I se intitula “Educação para a Saúde”. Prevê desenvolvê-la em quatro etapas, a última das quais se designa como “motivação atitudinal e obtenção de condutas”; a qual tem “o objeto de motivar atitudes individuais, familiares e comunitárias favoráveis à **aceitação das condutas propostas**” (p. 12).

- No marco da educação para a saúde, afirma-se que “o ensino sistemático nos níveis primários, médios e secundários é **o impulso motor do modelamento das condutas** que fazem a vida do homem em sociedade. As crianças e adolescentes constituem uma material ao qual ainda não atingem os **condicionamentos negativos dos adultos que originam a resistência à mudança**” (p. 13).

- Nesse contexto, prevê-se “a detecção dos líderes de opinião comunitária ... já que os mesmos podem chegar a condicionar as possibilidades de comunicação efetiva, **reforçando, difundindo ou bloqueando as mensagens**, influídos pelos antecedentes históricos, culturais e políticos dessa comunidade” (p. 13).

- Também expressa que “a comunicação interpessoal direta, pessoa a pessoa é **o recurso por excelência para motivar determinadas atitudes**” (p. 14).

- Prevendo dificuldades com os pais ou autoridades dos institutos educativos, nas atividades do “pessoal dedicado ao Programa de Procriação Responsável, considera-se conveniente a **assinatura de convênios ou contratos** entre o estabelecimento base da equipe e os

estabelecimentos educativos ou instituições receptoras dos conteúdos de educação para a saúde” (p. 15).

- Prevê-se “comprometer a todos os assistentes aos cursos de capacitação com o fim expresso de que **atuem como ‘multiplicadores’ em seu meio...** Esta dinâmica gerará o protagonismo necessário para alcançar modificações genuínas e válidas em nível local” (p. 15-16).

A proposta se completa com a realização de “oficinas de *formação de capacitadores* em: 1- **Novas tecnologias de intervenção social**” (p. 17). Tudo isso porque “à sexualidade espontânea se considerou conveniente **agregar uma educação sexual orientada, com propósitos determinados explicitamente**” (p. 19).

- Depois se estabelece que “a informação sobre reprodução humana e sexualidade deve-se dar dentro de uma atividade programada denominada assessoramento ou aconselhamento. O **Assessoramento ou Aconselhamento sobre** Procriação Responsável em geral e **anticoncepção** em particular, é um processo em duas direções. Nesse processo, **uma pessoa ajuda a outra a identificar suas necessidades** em matéria de saúde em relação à reprodução e **a tomar as decisões mais apropriadas concernentes ao uso seguro e efetivo da anticoncepção. O aconselhamento se caracteriza** por um intercâmbio de informação e **motivação na atitude sexual adequada**” (p. 21).

- Quanto à “Informação sobre reprodução humana e sexualidade destinada à população em geral”, estabelece-se como objetivo “oferecer informação que permita um melhor conhecimento da sexualidade e **facilite** a organização de atitudes positivas e de **práticas conseqüentes** em direção à mesma” (p. 25).

- O Capítulo II denomina-se “Procedimentos Contraceptivos”. Começa afirmando que “**a orientação, assessoramento e prescrição de procedimentos contraceptivos à população ... constitui o embasamento prático sobre o qual se apóia o Programa de Procriação Responsável**” (p. 28).

- Referindo-se aos “aspectos operativos”, afirma: “**a ‘Procriação Responsável’ responde a uma Política de Saúde determinada e precisa que a rege ... os objetivos desta política, claramente delineados na primeira parte deste trabalho**, obrigam o profissional a uma dedicação preferencial diante do problema traçado” (p. 29).

- Entre os “métodos contraceptivos” a serem promovidos pelo programa, mencionam-se as “**pílulas pós-coitais**” (p. 50), as quais — como seu nome expressa — são exclusivamente abortivas. Sugestivamente se ocultam os efeitos abortivos das pílulas, minipílulas, injetáveis e dispositivos intra-uterinos (p. 53,54 e 59).

- No ponto referente à “anticoncepção na adolescência”, estima que os “requisitos para o uso da anticoncepção na adolescente são a

aceitabilidade, praticabilidade, disponibilidade e **privacidade**” (p. 63). Isso implica que se deve fazer com expresso ocultamento aos pais.

- Com respeito ao “Preservativo ou condom”, afirma que “é útil em todos os sentidos incorporar o homem na consulta, **para ensinar e estimular seu uso**” (p. 64).

- O Capítulo III denomina-se “Organização da Atenção Institucional no desenvolvimento dos Programas de Procriação Responsável”. O primeiro “critério programático para atender a grupos populacionais” é “alentar a demanda proveniente da área programática do hospital ... **com o objetivo de recuperar as desertoras, sobretudo ... as adolescentes**” (p. 68). Para recuperar e evitar as “desertoras” (sic), estabelece “normas de atenção”, “organização dos recursos”, “equipamento”, “recursos humanos” e os “registros e informação adequados, formulário de consentimento informado e história clínica normatizada” (p. 68 a 71).

- Mediante o formulário de consentimento informado, a paciente subscreve: “autorizo o Dr./Dra. a colocar em mim um dispositivo intra-uterino (DIU), que solicitei para satisfazer minha necessidade de planejar minha família. Reconheço ter recebido informação completa dos métodos anticoncepcionais ... O Dr. explicou-me completa e claramente ... a possível aparição de complicações (por causas conhecidas ou não conhecidas), moléstias concomitantes e riscos que possam produzir-se” (p. 72). Com esta assinatura obtém-se o amparo “ao profissional nos julgamentos de ‘mala praxis’” (p. 28).

Com esse formulário, não fica registrada certeza alguma de que tenham explicitado à mulher ou enumerado sequer os fatores especiais de risco, efeitos secundários e reações adversas dos DIUs, que segundo o formulário que nos EUA se usa para o ParaGard T 380A, são: “infecção ou aderências abdominais, anemia, dor de espádua, **envenenamento do sangue (septicemia)**, obstrução intestinal, infecção ou erosão do colo uterino, quistos nos ovários ou nas trompas, **morte**, atraso na menstruação, extração difícil, gravidez ectópica, incrustação, expulsão, desmaio e dor no momento da inserção ou da extração, fragmentação do ParaGard, **esterilidade**, gotejamento de sangue entre as menstruações, aborto espontâneo, dores ou espasmos, ato sexual doloroso, infecção pélvica, que pode levar à **extração cirúrgica de seus órgãos reprodutores, incluída a histerectomia, perfuração do útero ou do colo uterino**, gravidez (sic), fluxo menstrual prolongado e abundante, **aborto espontâneo séptico seguido, em alguns casos, de envenenamento do sangue, o que pode causar a morte, fluxo vaginal**”.

- A “história clínica do programa de procriação responsável” tem entre outros, o objetivo de “realizar investigações” (p. 74). O item

24, 07 inquire sobre o “número de abortos provocados” (p. 77) e o “módulo anticoncepção” está encabeçado pelo item “método anticoncepcional **proposto**” (p. 78).

- Finalmente propõe uma “Avaliação Quantitativa do Programa de Procriação Responsável”, para medir o alcance do **cumprimento do objetivo em direção ao qual estão orientadas**” (p. 85). A “Avaliação Qualitativa do Programa de Procriação Responsável” procura “**as mudanças na prática social (impacto) e institucional (processo)**” (p. 83). Entre as “técnicas de avaliação qualitativa” menciona o “questionário em oficinas grupais de *pessoas que interessem* em grupos fechados de 15 a 30 pessoas” e a “*entrevista pessoal com informantes chave*” (p. 85).

- O aborto é considerado “um *problema moral e jurídico*, tendo em conta o fim obtido: **a destruição de um ser potencial**” (sic, p. 89). A clareza das citações me exime de maiores comentários.

A meia sanção deste projeto foi qualificada como “Uma longa história. Um grande triunfo”, título do artigo de Teresa Durand e Silvina Ramos, no n.º 3/4 da Revista Mujer-Salud. Contam que “desde o começo, o movimento de mulheres apoiou esta iniciativa. Algumas companheiras colaboraram na elaboração do projeto e assessoraram as deputadas. Várias organizações difundiram o tema na opinião pública e para personagens chave do jornalismo. Constituiu-se uma instância permanente de diálogo, elaboração e avaliação de estratégias entre deputadas e organização de mulheres. Outros grupos participaram em uma campanha de assinaturas e o movimento em seu conjunto se autoconvocou em mobilização de rua ... Depois de oito horas de debate, às duas horas da madrugada, a pressão na galeria, uma trabalhosa e astuta negociação das deputadas assinantes do projeto com o bloco do partido oficialista e o clima de opinião pública, alcançaram seu efeito” (sic, toda uma lição de *lobby* parlamentar que devemos aprender).

Afortunadamente, o projeto caducou, por não haver sido tratado pela Câmara de Senadores da Nação, no final de 1997.

CAPÍTULO 5 AS CINCO VERDADES DEMOGRÁFICAS

Uma vez concluída a parte histórica do controle de natalidade no século XX, resulta importante aclarar uma série de conceitos científicos e técnicos em torno à demografia. Eles nos permitirão contar com os elementos básicos necessários para não nos deixarmos enganar pelas campanhas antinatalistas dos meios de comunicação e dos foros pseudocientíficos que pululam por toda a parte. Corresponde, então, realizar uma análise das certezas e probabilidades que surgem da demografia, que sintetizei em cinco postulados denominados “verdades demográficas”, para contrapô-los com as “mentiras demográficas”, às quais me referirei no capítulo 12. Começaremos com os dados que trazem a biologia e a história, para então definir alguns conceitos técnicos, necessários para evitar equívocos.

A) Primeira verdade: *É antinatural separar a sexualidade da procriação.*

Cronologicamente, as primeiras pessoas interessadas em separar a procriação da sexualidade foram as prostitutas. As razões são óbvias. Elas começaram a contracepção nos alvares da humanidade, ainda que com métodos que hoje se consideram muito rudimentares. Além disso, as meretrizes são indubitavelmente os paradigmas de quem sustenta a separação entre sexo e reprodução, já que têm a genitalidade mais ativa, conjuntamente com a mínima procriação...

a.1.

Todavia, pode-se observar que “do ponto de vista biológico, a única razão que move a todo o gênero animal, dentro do qual podemos incluir o homem, é a de conservar-se a si mesmo. Por isso, resulta antinatural querer separar a sexualidade e a reprodução” (77). Ainda mais, como o homem é um ser racional, dotado de inteligência e vontade, e assim de capacidade de conhecer e amar, sua plenitude está assinalada pela realização de tais capacidades; de maneira que um ser humano que não consiga conhecer ou amar, resulta um ser absolutamente frustrado em si mesmo. Ora, um amor que não quer perpetuar-se mediante a fecundidade, é semelhante a um comerciante que não quer ganhar dinheiro: ali não há amor, aqui não há comerciante....

Victoria Gillick exprime isso com muita claridade, ao dizer:

“Estou pessoalmente convencida de que a contracepção por si mesma danifica todas as relações sexuais, sejam dentro ou fora do matrimônio, não porque impeça que se desenvolvam filhos, mas porque impede que se desenvolva o amor ...

Enquanto o casal trata de expressar seu total e incondicional amor mútuo, os contraceptivos, que eles estão usando intencionalmente, estão-lhe dizendo ao mesmo tempo — às vezes a um nível quase subliminar — que o dom físico, sexual, de cada um está sendo rechaçado pelo outro. **A contracepção é por isso uma negação fundamental do amor sem condições. O amor contraceptivo é, por isso, uma contradição, um paradoxo. Porque se o amor total exige a entrega total de si mesmo, a doação total, a contracepção converte o dom em incompleto, e a entrega em condicionada”** (78).

Mais adiante continua fazendo-nos refletir com suas perguntas: “Poderá uma relação amorosa sobreviver muito tempo — ou, pelo menos, sobreviver alegre — quando a mútua atração corporal se expressa de modo contínuo e deliberado como destruição corporal programada? É razoável, por isso, esperar que os matrimônios possam viver com essa mentira e conservar, todavia, toda a fineza de suas emoções, em momentos em que cada um deles é tão vulnerável aos humores, às necessidades, aos desejos, aos temores e às esperanças do outro? Poderão juntar tão paradoxalmente a vida e o dom do amor corporal com a morte, no profundo de seu próprio ser, e isso durante muitos anos? Penso que não é razoável. É pedir o humanamente impossível de nossa sexualidade, infinitamente complexa e tão delicada de concordar” (79).

a.2.

Karol Woytila, em sua insuperável obra “Amor e Responsabilidade”, pode-nos ajudar a compreender com maior profundidade esta realidade: “Ao constatar que a ordem da natureza tende à procriação mediante as relações sexuais, damos à palavra ‘procriação’ sua acepção mais ampla. A procriação segue sendo o fim natural das relações conjugais, ainda que o ato sexual realizado em momentos de infecundidade natural da mulher não possa consegui-la. Considerada objetivamente, a vida conjugal não é uma simples união de pessoas, mas uma união de pessoas em relação com a procriação”. Mas adiante esclarece que “nas relações conjugais do homem e da mulher duas ordens se entrecruzam: a da natureza, cujo fim é a reprodução, e a ordem das pessoas que se expressa no amor e tende à mais completa realização delas. **Não se podem separar essas duas ordens, porque uma depende da outra; a atitude com respeito à procriação é a condição para a realização do amor”** (80).

Mais adiante exprime que “para realizar-se em um nível realmente humano e pessoal, a procriação não pode prescindir do amor.

Um e outra estão fundados na eleição consciente das pessoas. Ao se casarem e decidirem, com ciência e consciência, terem relações sexuais, o homem e a mulher escolhem, de maneira inegável, ainda que geral, a procriação (a qual, contudo, não é subjetivamente mais que provável, porque depende da ausência natural de uma infecundidade que escapa sempre a nosso conhecimento). Deste modo declaram-se dispostos a participar — se lhes for concedido — na criação segundo a significação própria da palavra ‘procriação’. Por isso mesmo — é, por outro lado, a única maneira de consegui-lo — dão a suas relações sexuais um caráter verdadeiramente personalista ... Portanto, quando o homem e a mulher se casam, seu consentimento tem que ir acompanhado deste estado de consciência e de vontade: ‘eu posso ser pai’ e ‘eu posso ser mãe’. Sem isso, suas relações conjugais ulteriores não estarão interiormente justificadas, serão injustas. **O amor conjugal recíproco exige a união das pessoas. Mas esta não se identifica com a união no ato carnal. Este só alcança o nível pessoal quando, na consciência e na vontade dos sujeitos, está acompanhado desse estado geral criado no momento de contrair matrimônio e que há de perdurar todo o tempo em que as relações conjugais forem possíveis: ‘eu posso ser pai’, ‘eu posso ser mãe’**” (81).

Mais abaixo, Woytila afirma com muita força e convicção: “**Se se exclui das relações conjugais radical e totalmente o elemento potencial de paternidade e de maternidade, transforma-se com isso a relação recíproca das pessoas. A união no amor insensivelmente passa a ser um prazer comum, ou, por assim dizer, o dos dois co-partícipes ... Quando o homem e a mulher repelem absolutamente esta idéia ‘eu posso ser pai’, ‘eu posso ser mãe’, ou quando artificialmente a paternidade ou a maternidade (o que até certo ponto vem a ser o mesmo) correm o perigo de limitar suas relações — objetivamente — ao gozo cujo objeto seria a pessoa**” (82).

Em seguida, amplia assim seu raciocínio: “Na ordem do amor, o homem não pode permanecer fiel à pessoa mais do que na medida em que permanece fiel à natureza. **Violando as leis da natureza, ‘viola’ também a pessoa, convertendo-a em objeto de prazer em vez de fazê-la objeto de amor. A disposição à procriação nas relações conjugais protege o amor, é a condição indispensável de uma união verdadeira de pessoas. Esta pode realizar-se no amor, fora das relações sexuais. Porém quando se realiza mediante elas, seu valor personalista não pode assegurar-se senão pela disposição à procriação.** Graças a esta, as pessoas atuam conforme a lógica interna do amor, respeitam seu dinamismo imanente e abrem-se elas mesmas a um novo bem, neste caso à expressão da força criadora do amor. A disposição à procriação serve para dobrar o egoísmo recíproco (ou o de uma das pessoas com o qual a outra não

consente) o qual dissimula sempre a utilização da pessoa” (83).

Todavia, a abertura à vida de todo ato matrimonial não deve levar-se ao extremo. “Não há nenhuma razão para sustentar que cada ato sexual tem que tender obrigatoriamente à fecundação, como seria falso afirmar que esta resulta de todo ato sexual. Mas a formulação das leis biológicas, por científica que seja, funda-se sempre na indução incompleta e não exclui certa dose de imprevisto, no terreno sexual como em qualquer outro. **Não se pode, portanto, exigir dos esposos que desejem positivamente a procriação em cada ato de suas relações conjugais. Mas pode-se sim lhes pedir a aceitação da concepção imprevista.** Seria exagerado afirmar: as relações sexuais não são admissíveis nem justas a não ser com a condição de que os esposos a realizem visando à procriação. Semelhante atitude seria contrária à ordem da natureza que se manifesta precisamente no que há de fortuito na relação entre o ato sexual e a procriação” (84).

A modo de síntese, e explicando a radical diferença entre a contracepção artificial e a continência periódica, Karol Woytila ensina que: “Resulta do que precede que a biologia e a moral da procriação estão estreitamente ligadas à vida conjugal. As relações sexuais dos esposos compreendem a possibilidade da procriação, pelo qual exige o amor que a possibilidade da paternidade e da maternidade não seja total ou artificialmente excluída do ato sexual. Semelhante eliminação da procriação é contrária não somente à ordem da natureza, mas também ao próprio amor, à união do homem e da mulher enquanto pessoas, porque reduz o conteúdo do ato conjugal ao mero prazer. Sublinhemos que é somente a eliminação total ou artificial a que tem tais conseqüências. Conquanto que o homem e a mulher não eliminem a procriação por procedimentos ou meios artificiais e conquanto conservem em sua consciência e em sua vontade a aceitação geral da paternidade (‘eu posso ser pai’) e da maternidade (‘eu posso ser mãe’), sua atitude é reta. Basta que estejam dispostos a aceitar o fato da concepção, ainda quando, no caso, não o desejem”. (85).

Mais abaixo se expressa com maior amplitude sobre a continência periódica: “é evidente que o método chamado natural não é moralmente bom a não ser quando corretamente interpretado e aplicado. Isto é o que impõe a resposta às questões postas mais acima. A continência periódica, enquanto meio de regulação da concepção, é admissível: 1) porque não infringe o princípio da norma personalista, e 2) sob certas reservas ... A principal entre elas se refere à atitude ante a procriação. Já que é virtude e não método no sentido utilitarista, a continência periódica não pode ser acompanhada da negativa total de procriar, sendo, como é, a disposição para a paternidade e para a maternidade a justificação das relações conjugais, que mantém ao nível

da união verdadeira das pessoas ... Eis aqui por que, se se quiser considerar a continência periódica como um ‘método’ neste terreno, é unicamente como um método de regulação dos nascimentos, mas não como método de eliminação da família ... Do ponto de vista da família, a continência periódica só é admissível na medida em que não se opõe à disposição fundamental para procriar. Porém podem concorrer circunstâncias nas quais os pais se vêem obrigados a renunciar a ter mais filhos. Movidos pelo cuidado do bem de sua família e pelo sentimento de responsabilidade que têm eles da vida e da educação de seus filhos, o homem e a mulher limitam então suas relações conjugais, renunciando a elas durante os períodos em que seriam susceptíveis de produzir uma nova concepção, contra-indicada nas condições concretas de existência de sua família. A disposição para a procriação se expressa então pelo fato de que os esposos não se esforçam por evitar a concepção custe o que custar, mas que estão, pelo contrário, dispostos a admiti-la se sobrevier apesar de tudo” (86).

a.3.

Passando a uma análise mais vulgar do tema, observamos que com a genitalidade sucede algo semelhante à alimentação: acrescentam o gozo à sua finalidade própria; que na sexualidade é a geração de uma nova vida e na alimentação é a manutenção da vida gerada. Curiosamente resulta-nos repugnante o costume da Roma decadente de comer só por prazer, o que levava muitos romanos — uma vez repleta sua capacidade — ao lugar denominado “vomitorium”, a fim de esvaziar seu estômago, para voltar ao banquete com ânimos renovados. Todavia, a atitude de quem usa do sexo impedindo a concepção, em muita gente não causa o menor repúdio; apesar de se tratar de um fato em si mesmo muito mais repugnante, já que enquanto os romanos só esterilizavam o alimento que mantém a vida, estes últimos impedem a própria vida, que é um dom inefável que dignifica a própria natureza humana. Por que se dá essa incongruência?

Uma resposta acertada nos dá Joseph Ratzinger: “Na cultura do mundo ‘desenvolvido’ destruiu-se em primeiro lugar o vínculo entre sexualidade e matrimônio indissolúvel. Separado do matrimônio, o sexo ficou fora de órbita e se converteu em uma mina flutuante, em um problema e ao mesmo tempo em um poder onipresente”.

“Depois desta primeira ruptura houve outra, que é conseqüência da primeira: Consumada a separação entre sexualidade e matrimônio, a sexualidade também se separou da procriação ... Este (o prazer), sem uma razão objetiva que o justifique, busca uma razão subjetiva na satisfação do desejo, em uma resposta, o mais ‘gratificante’ possível para o indivíduo, para os instintos, aos quais não se pode opor um freio racional. Cada qual é livre para dar o conteúdo que desejar a

sua libido pessoal... Resulta então natural que se transformem em direitos todas as formas de satisfação da sexualidade” (87).

No mesmo sentido se exprime Domingo Basso, ao afirmar: “Não se rebaixa a sexualidade porque se respeita a ela, mas se degrada quando se instrumentaliza, sob pretexto de idolatrá-la. A sexualidade é muito mais do que a genitalidade ou o prazer venéreo. Seria verdadeiramente tão exaltado o sexo se o orgasmo genital não constituísse uma grande fonte de prazer? Então reconheça-se que não é a sexualidade mesma a que se pretende enaltecer, mas a voluptuosidade derivada de seu uso. Com o mesmo critério se exaltarão a droga, o álcool, os afrodisíacos etc., ainda que todos os cientistas conheçam e temam as perturbações e danos psíquicos e orgânicos produzidos por esses recursos do prazer” (88).

Mais abaixo diz que “a respeito da continência sexual fora do matrimônio — e, em alguma medida, também dentro dele — exigida ao homem e à mulher, não deve ser considerada efeito, mas causa: porque a pessoa deve ser continente, o que supõe simplesmente usar o prazer para aquilo a que está destinado, há de se evitar o uso do sexo violando sua íntima e autêntica natureza ou desviando sua verdadeira finalidade. O apetite venéreo, mesmo sendo o mais veemente e intenso de todos que existem, não se distingue nisso dos demais apetites sensitivos; o de comer, por exemplo. Em seu caso a situação adquire especiais realces éticos, por estar sujeito à sexualidade e esta, por sua vez, à transmissão da vida. O prazer pelo puro prazer, em qualquer nível que se imagine, perde a dimensão humana para descer à da animalidade. Uma relação sexual buscada unicamente como fonte de prazer, fechada ao amor e à vida, cai no egoísmo ou narcisismo e converte a pessoa do parceiro em uma coisa” (89).

Em nosso país vivemos a primeira parte deste declive, com a sanção da lei n.º 23.515, que **proíbe o matrimônio indissolúvel**, consagrando, ademais, o divórcio vincular, que surte o efeito de legalizar a poligamia sucessiva. Estamos percorrendo rapidamente a segunda fase: a pornografia como técnica de “marketing”; a propaganda em favor dos contraceptivos, sejam os preservativos apresentados como um tipo de “vacina” anti-AIDS, sejam as drágeas que evitam às mulheres sua mais “terrível enfermidade”: a gravidez (sic); a exaltação da homossexualidade e do lesbianismo como opções vitais normais etc. no-lo demonstram cabalmente.

a.4.

Ora, todas estas atitudes são anti-humanas. Por sua própria realidade intrínseca, homens e mulheres estão chamados ao matrimônio, que “é a união de um homem e uma mulher, que estabelecem uma comunidade indissolúvel de vida e de bens, com o fim de procriar e

educar os filhos, e de obter seu mútuo aperfeiçoamento pelo amor”.

“Isso não é uma definição acadêmica, mas o descobrimento de uma realidade necessária para a espécie humana, derivada de três verdades indiscutíveis: a) os seres humanos somos mortais, b) para que nasçam os novos seres humanos que mantenham a espécie, é necessária a união biológica de um homem e uma mulher, e c) para que um homem amadureça, deve ser criado e educado por muitos anos em um ambiente de amor, respeito e compreensão que ordinariamente só se dá em uma família fundada na íntima comunidade de vida e amor dos cônjuges. Pelas especiais características naturais do amor, tal união tende a perdurar e a fortalecer-se com o passar dos anos” (90).

Como agudamente captou o Papa João Paulo II, “há quem se atreva a negar, e mesmo a ridicularizar, a idéia de um compromisso fiel para toda a vida. Essas pessoas — podeis estar bem seguros — desgraçadamente não sabem o que é amar: **quem não se decide a querer para sempre, é difícil que possa amar de verdade um só dia**” (91). Já Kant havia percebido esta característica própria do amor humano: a exclusividade e daí, a indissolubilidade do pacto conjugal.

a.5.

Do ponto de vista jurídico, os seres humanos têm direito de contrair matrimônio, cumpridos certos requisitos lógicos — como idade núbil, carência de impedimentos etc. Este direito de contrair matrimônio inclui a faculdade de realizar com o cônjuge — e só com ele — o ato conducente à procriação. Todavia, não há o direito à procriação em si mesmo — como alguns pretendem para justificar a fecundação extracorpórea — pois do contrário, qualquer mulher poderia exigir judicialmente de qualquer homem, que tivesse relações sexuais com ela, ou vice-versa, o que não ocorre nem ocorreu jamais ao longo da história.

Propriamente falando, nem há tampouco um direito à escolha do número e espaçamento dos filhos, já que, conforme o explicou com solvência e verdade Karol Woytila, no ato da procriação intervêm os gametas masculino e feminino, e um componente “aleatório”, que nada mais é que o Criador, o que leva Victoria Gillick a falar do “liberal conceito cristão sobre as crianças que diz, inequivocamente, que cada criança é uma criança desejada — por Deus, seu Criador — independentemente de que sua mãe, seu pai ou quem quer deste mundo digam o que queiram” (92). Na realidade, os pais têm o direito unicamente de pôr os meios naturais a seu alcance, para ter os filhos que possam criar e educar razoavelmente, conforme suas próprias circunstâncias.

B) Segunda verdade: A humanidade sempre cresceu.

O total de componentes da humanidade cresceu sempre — salvo breves e catastróficos períodos — e cresceu de forma exponencial, e não linear, mesmo que tal crescimento populacional nunca tenha sido constante.

Estas características resultam lógicas, tendo em conta a liberdade e a racionalidade que caracterizam o ser humano. Uma manutenção da população ou um crescimento constante e linear são produto de mentes abstratas e matemáticas, que desconhecem a intimidade da natureza humana.

Uma tabela com a população total da Europa pode ajudar-nos a visualizar esta verdade. Nos casos de queda da população inclui-se a razão histórica que a motivou.

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	FENÔMENO
500	17.000.000	
650	11.500.000	Queda do Império Romano
1.000	28.000.000	
1.340	54.500.000	
1.450	37.000.000	Peste Negra
1.500	54.900.000	
1.600	68.300.000	
1.700	71.600.000	
1.800	100.100.000	
1.900	197.900.000 ⁽⁹³⁾	

Quadros análogos podem-se efetuar com todos os continentes e regiões. A tendência em longo prazo, — já que tomando períodos curtos de tempo, a demografia resulta sumamente imprecisa — demonstra o crescimento exponencial da população, ou seja, que para duplicá-la é necessário o mesmo tempo; e, ao mesmo tempo, observam-se períodos em que o total da população diminui; em tais casos sempre há uma explicação histórica que supõe uma catástrofe, o que entronca com a seguinte lei da demografia:

C) Terceira verdade: A diminuição da população é prejudicial para a sociedade.

É uma constante histórica irrefutável que a perda de população de todos os povos que a sofreram por um período de tempo relativamente extenso, trouxe como conseqüências catástrofes para os mesmos. Nos casos em que mais perdurou a denatalidade, produziu-se o desaparecimento do povo ou da civilização em questão. Vejamos alguns exemplos:

c.1.

Em fins do século II começou a decrescer vertiginosamente a população do Império Romano. Dois séculos antes havia começado o fenômeno na Urbe. As causas são múltiplas (epidemias, libertação de escravos, negativa dos habitantes das cidades a terem descendência, etc.) e excedem este trabalho; mas o real e concreto é que a população diminuiu vertiginosamente, tanto que entre os séculos VI e VIII só viviam em tais territórios entre 10 e 20% da população dos começos da Era Cristã (94). As conseqüências disso foram:

1º) a queda do Império Romano e

2º) a destruição de todo vestígio da brilhante civilização romana, exceto o que puderam resgatar os monges copistas da Idade Média, e os monumentos históricos perduram ainda hoje.

“O decréscimo da população ocasiona a lenta demolição das infra-estruturas, e isto leva a uma crise de subsistências. Os esqueletos analisados dos séculos VI e VII mostram-nos sinais de desnutrição que não se observam nos da época romana clássica”.

O mesmo princípio é válido para o Estado, que funciona mediante a arrecadação de impostos. Quando diminui a população, esse Estado tem que reduzir seus gastos, mas isto nem sempre é fácil. Por exemplo, no caso de Roma, era impossível licenciar as legiões quando em todas as fronteiras do Império a presença dos bárbaros as tornava imprescindíveis. Em conseqüência, os mesmos gastos deviam distribuir-se entre menos contribuintes ... e a população se empobrece. Este círculo infernal desatado pela diminuição do número de habitantes leva tudo em direção ao abismo” (95).

A principal causa da destruição da civilização romana, que se não fosse a Igreja Católica teria desaparecido definitivamente, foi a denatalidade. O desenvolvimento e até a própria subsistência de qualquer cultura requer vários elementos:

1º) um investimento não recuperável em termos econômicos; já que para uma economia em nível de subsistência não sobra nenhum elemento material nem dinheiro para aportar, e portanto, não há progresso cultural possível;

2º) depois, é necessária uma base espiritual: a cultura implica uma inovação em relação ao anterior, que é produto do espírito criativo do homem. Aqui está a chave, pois é evidente que quanto mais homens tiver uma sociedade, maiores possibilidades terá de encontrar esses gênios criativos, que a fazem progredir;

3º) por sua vez, esses homens criativos necessitam de um mínimo de organização social para poder desenvolver eficazmente suas potencialidades e, como é óbvio, toda organização social necessita de bastante população para poder sustentá-la.

Compreendidos estes elementos, é lógico comprovar que em todo povo ou civilização que perdeu uma parte importante da população, seja pouco menos que impossível manter sua própria cultura. **Afortunadamente o inumano mundo “desenvolvido” atual vai tomando este caminho a largos passos, pelo que é previsível sua desapareção em algumas gerações...**

c.2.

Similares resultados produziram diversos processos — com causas e desenvolvimentos muito variados — ao longo da história. O caso mais vizinho é o das culturas indígenas da América Latina, que em 1520 tinham ao todo 80.000.000 de habitantes e em 1570 se haviam reduzido a só 10.000.000, principalmente por causa das pestes provenientes dos vírus e bactérias trazidas a nosso continente pelos conquistadores espanhóis. O resultado foi pavoroso; pois não sobraram nem vestígios das ricas culturas pré-colombianas.

Outro tanto se pode dizer da Espanha do Século de Ouro (século XVI), que por causa da emigração para a América e das riquezas levadas pelos conquistadores, diminuiu sua população e disso se ressentiram a agricultura, a indústria e o comércio e, desde então, a Espanha deixou de ter uma posição importante no mundo político. Poderíamos citar muitos outros exemplos, todos com idênticos resultados: a diminuição da população provoca catástrofes de difícil ou impossível recuperação.

c.3.

Paralelamente, os grandes avanços na história europeia e em sua cultura coincidem com épocas de forte incremento populacional.

Por exemplo: a Itália passa de 7.500.000 habitantes no ano 1450 para 10.500.000 no ano 1500, coincidindo com o esplendor cultural e econômico do Renascimento Italiano. Outro caso: a Revolução Industrial começa na Inglaterra, que passa de 10.900.000 habitantes no ano 1800 para 36.900.000 no ano 1900.

c.4.

“Chegamos, pois, à formulação de uma série de leis básicas de toda demografia humana: a biologia nos ensina que se requerem relações estáveis de casal para criar e educar a descendência; a fragilidade de nossa memória cultural nos obriga a ter mais filhos que pais; e a história nos documenta que o progresso não se dá sem aumentos de população. **Estes são os fundamentos a partir dos quais se deve iniciar todo raciocínio demográfico. Se os desprezamos, as conclusões serão inevitavelmente errôneas**” (96).

D) Alguns conceitos técnicos em demografia

Com freqüência em artigos jornalísticos e trabalhos demográficos utiliza-se uma série de palavras cujo conceito não costuma ser explicado ao leitor, e isso pode originar erros de interpretação, talvez presentes na intenção dos autores...

d.1.

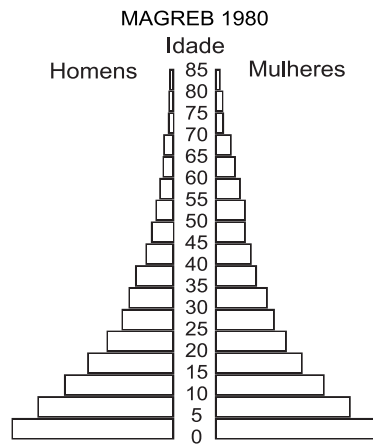
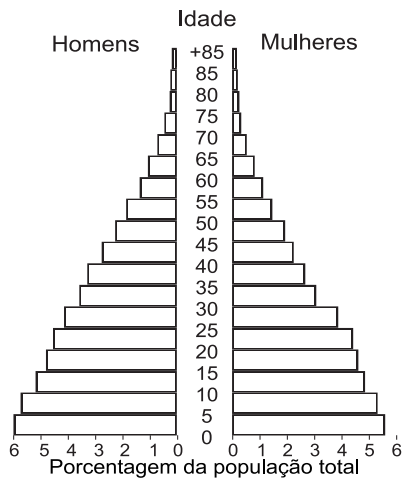
Os termos utilizados com maior freqüência são: taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de nupcialidade. Tais taxas calculam-se dividindo o número de nascimentos, mortes e matrimônios em um ano pelo total da população; e divide-se o resultado por mil. Por exemplo, conforme os dados do Indec de 1990, a República Argentina tinha 32.300.000 habitantes e nesse ano nasceram 670.000 crianças; portanto, nossa taxa de natalidade em 1990 foi de 20,74.

Estes dados têm um valor muito relativo, pois só seriam válidos em um prazo maior que um ano se o número de habitantes permanecesse invariável, para o qual se necessitam de tantas mortes quantos nascimentos. Como isto não acontece, o valor desta informação é escasso, já que, por exemplo, se tomamos uma população jovem — o que implica uma taxa de mortalidade baixa — poderia dar-se o caso de que tenha muito poucos filhos por matrimônio e, todavia, aparecer estatisticamente como uma sociedade bastante prolífica, com uma taxa de natalidade alta. É por isso que para conhecer a verdadeira situação demográfica de um país, devem-se tomar outros parâmetros.

d.2.

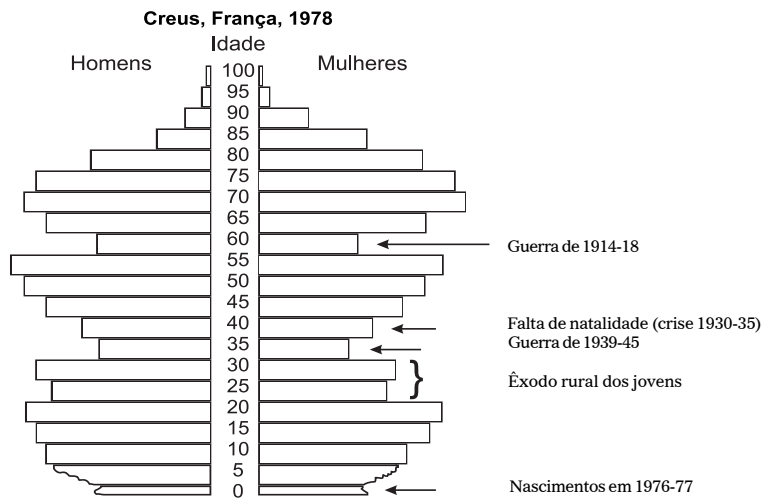
As pirâmides de população são gráficos que mostram a estrutura de cada população. O eixo vertical nos marca as idades, e o horizontal a quantidade de habitantes. Em uma sociedade demograficamente sadia, a forma do gráfico é precisamente a de uma

pirâmide, porque há maior quantidade de habitantes de menor idade; estes vão diminuindo à medida que correm os anos, conforme se vão produzindo as mortes naturais.



Fonte: CHAUNU Pierre
Um futuro sin porvenir, Paris 1979, pág. 295

(97)



(97)

A forma da pirâmide varia conforme a expectativa de vida e a natalidade: se aumenta a expectativa de vida, a pirâmide se alarga na ponta; ao contrário, se aumenta a natalidade, a pirâmide se alarga na base. Há catástrofes que produzem uma grande mortalidade (guerras, pestes etc.), que se refletem como incisões nas pirâmides, de acordo com as idades de quem as sofreu. Estes são bons indicadores

demográficos.

d.3.

A esperança de vida é o número de anos que estatisticamente viverá cada pessoa em determinado país. Costuma-se contar a partir do ano do nascimento. Neste século houve um incremento muito importante, especialmente no Terceiro Mundo, e é a principal causa do importante aumento da população nos últimos anos, já que ao viver a gente mais tempo, acumula-se a população com relação às novas gerações. Desde alguns anos, há certo estancamento neste indicador — e em alguns países não desenvolvidos um retrocesso — o que permite prever uma diminuição no ritmo do crescimento populacional na próxima geração, atribuível a esta causa. A Argentina passou de uma expectativa de 65 anos de vida em 1960 para 71 anos em 1990 (98).

d.4.

A média de nascimentos por mulher calcula-se tomando o número total de nascimentos em determinado período e dividindo-o pelo número total de mulheres potencialmente mães, nascidas no mesmo período. Para que a estatística seja tecnicamente válida, devem-se retirar as mulheres que superaram a idade de procriação, tendo em conta que aos 35 anos já nasceram 95% de seus filhos. Este número é particularmente interessante porque mede a vitalidade real de uma população determinada; tem a dificuldade de não poder calcular-se para o momento presente, mas sempre indica o que já se passou.

É interessante saber se determinada sociedade está em condições e repor seus habitantes ou não. Para isso, nos países com melhor atenção sanitária e alimentação, requer-se uma taxa de 2,1 filhos por mulher para que isso seja possível; dado que nascem mais meninos que meninas (106 para cada 100 mulheres) e, além disso, deve-se cobrir a mortalidade pré-matura.

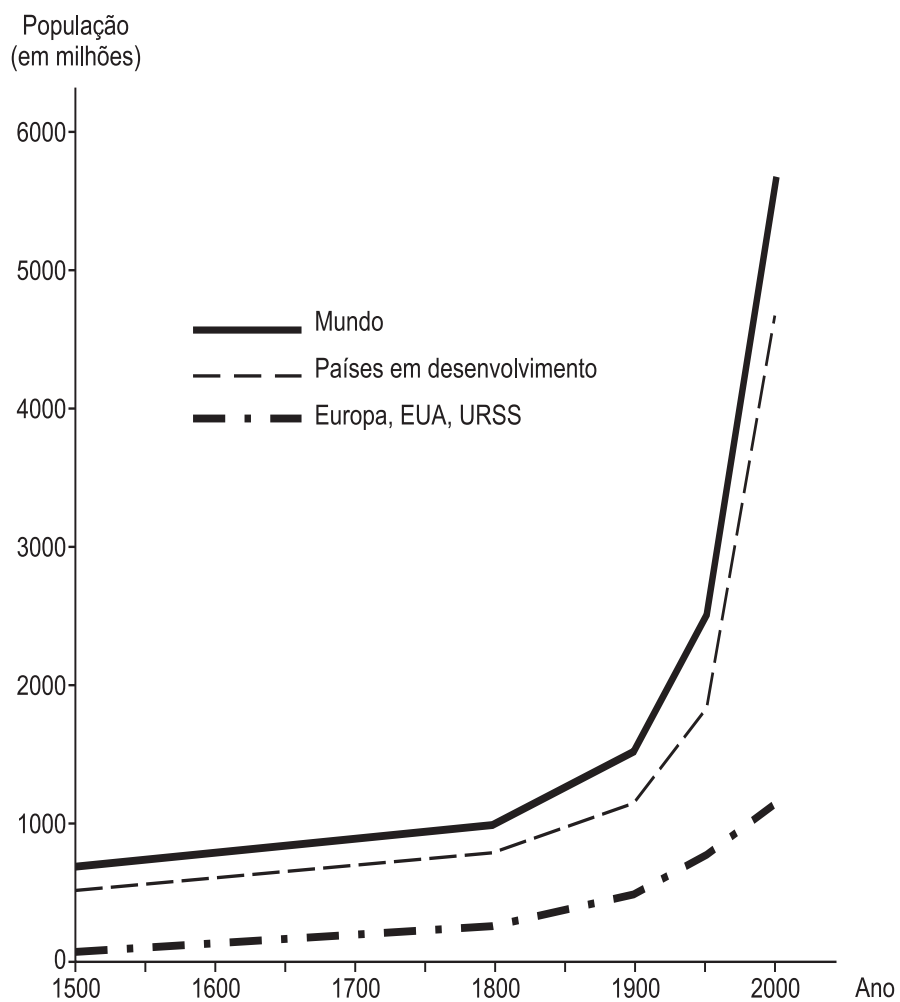
Nos países africanos, onde há grande mortalidade infantil, requerem-se 4 filhos por mulher para assegurar a substituição generacional. Na Europa atual, a média é de 1,6 nascimento por mulher; o que implica um continente que logo começará a ver diminuída sua população, se não tomar as medidas adequadas.

E) Quarta verdade: *A população dos países em desenvolvimento cresceu exponencialmente durante este século.*

A seguinte tabela mostra-o com clareza; as cifras de habitantes estão em milhões. A fonte do trabalho são diversas estatísticas das Nações Unidas.

ANO	POPULAÇÃO MUNDIAL	PAÍSES DESENVOLVIDOS	TERCEIRO MUNDO
1900	1.610	518	1.092
1950	2.504	751	1.753
1985	4.842	1.173	3.369

População mundial (1500-2000)



(99)

e.1.

As causas deste crescimento são duas:

1º) o aumento da expectativa de vida, e

2º) o chamado “efeito eco”, uma espécie de inércia demográfica, pela qual continua a expansão populacional duas gerações depois de iniciado um pronunciado decréscimo da natalidade. Com relação à maior esperança de vida no Terceiro Mundo, no-la mostra o seguinte quadro:

Regiões	Esperança de vida (em anos)		Aumento (em anos)
	1950/55	1980/85	
Norte da África	41,2	55,9	14,7
África Tropical	35,8	47,7	1,9
África do Sul	41,1	53,0	11,9
China	40,6	67,4	26,8
Ásia Oriental	48,2	66,7	18,5
Sudeste da Ásia	41,1	56,8	15,7
Ásia do Sul	39,2	51,8	12,6
Sudoeste da Ásia	45,0	60,6	14,4
América Central	50,0	64,8	14,8
América do Sul Tropical	49,9	62,9	13,0
América do Sul Temperada	60,3	69,0	8,7

(100)

e.2.

“A forma mais simples de explicar o ‘efeito eco’ é utilizar um modelo. Imaginemos uma sociedade em que haja mil mulheres casadas que trazem ao mundo 6 filhos cada uma. Ao cabo de vinte ou trinta anos, esses seis mil filhos ter-se-ão tornado adultos. Suponhamos que desses seis mil adultos, a metade sejam mulheres e que a taxa de fecundidade diminua 50%. Ou seja, as três mil mulheres só terão 3 filhos durante seu período fértil; porém, em frios números isto significa 9.000 crianças, 3.000 a mais do que antes. Portanto, apesar de uma fecundidade em baixa, requerem-se 50 anos para que a população decresça” (101). Este fenômeno também se produz ao inverso das populações decrescentes: naquelas em que ocorre um aumento importante da taxa de natalidade, a população continua decrescendo por um par de

gerações.

e.3.

Todavia, e apesar de continuar o aumento da população no Terceiro Mundo, desde aproximadamente 1965, não pára de diminuir a taxa de natalidade em tais países. Entre 1965 e 1985, 13 países em desenvolvimento diminuíram suas taxas de natalidade mais do que 33%, encabeçados pela China, que o fez — **manu militari** — em 44%; 21 nações diminuíram suas taxas de natalidade entre 20 e 29%; 15 países reduziram entre 10 e 19%; 32 países tiveram uma diminuição entre 1 e 9%; e somente 11 países não viram diminuída sua taxa de fecundidade (102). Apesar disso e pelo já explicado “efeito eco” e pela maior expectativa de vida — hoje estancada nesses países — continua aumentando a população nas nações em desenvolvimento.

F) Quinta verdade: Os países desenvolvidos dirigem-se rapidamente ao “suicídio demográfico” e pretendem que o resto das nações os acompanhe.

Zurfluh descreve com agudeza científica este processo, ao dizer que “as conseqüências de uma redução dos nascimentos são, do ponto de vista demográfico, de dois tipos: **a idade média da população se eleva, e se modificam as proporções da pirâmide de idade em favor dos maiores.** Quanto mais diminui a natalidade, maior será o envelhecimento da população. Para o ano 2025 calcula-se que haverá na Europa 25 por cento de pessoas maiores de 60 anos. Hoje chegam a 20 por cento ... Com uma taxa de 1,87 filho por mulher, os menores de 20 anos já são menos que os maiores de 60 anos. Para além desta cifra a situação se torna cada vez mais extrema. A Alemanha, com uma taxa de 1,3 filho por mulher, terá, dentro de pouco tempo, duas vezes mais pessoas maiores que jovens” (103).

Depois afirma que “podemos reconhecer pelo menos três fases no processo de envelhecimento da população. A primeira fase dura uns trinta anos. Caracteriza-se porque não ocorre nada de espetacular: reduz-se a fecundidade, mas a relação entre população ativa e passiva se mantém. Não se modifica a situação, há menos filhos e mais aposentados. O mundo industrializado se encontra no final desta fase, Espanha e Portugal, no princípio.”

“A segunda fase começa quando as novas gerações chegam à idade ativa. De repente escasseia a força de trabalho, a mão-de-obra. Suíça e Japão começam a sofrer esta situação e, por isso, estão dirigindo todas as suas energias na robotização de sua indústria. O número de aposentados segue aumentando inexoravelmente”.

“Quando o envelhecimento da população é apreciável à simples vista, alcançamos a terceira fase. A população diminui. Os poucos que

trabalham têm que manter uma massa ingente de aposentados. Encontramo-nos no começo de um processo que, até hoje, sempre teve um desenlace fatídico” (104).

f.1.

Resulta óbvio dizer que há uma estreita relação entre o homem e o trabalho. E mais: sem trabalho — com suas diversas características — os homens não poderíamos sobreviver neste mundo. Por sua vez, a economia está também estreitamente vinculada ao homem, tanto que sem pessoas não há economia. É por isso que as crises demográficas influem na economia. Vejamos:

Em 1964 o índice de natalidade dos países da CEE. era de 2,75 filhos por mulher. Em 1984 reduziu-se para 1,58 filho por mulher. Esta diferença produziu nesses vinte anos um déficit de nascimentos de 20.000.000 de pessoas; o qual trouxe duas conseqüências econômicas concretas: a) um mercado consumidor menor que o projetado pelas fábricas e empresas, as quais se encontram superdimensionadas, o que explica a atual crise das indústrias têxteis e de aciaria da CEE.; b) uma menor produção, com a conseqüente perda dos ingressos que a mesma tinha trazido.

f.2.

Todavia, não são estas as únicas conseqüências negativas da baixa da natalidade, que se têm podido observar nos países europeus. Com efeito: a quase carência de filhos moveu muitas mulheres a trabalhar fora do lar, competindo com os homens por muitos postos de trabalho que podem ser ocupados indistintamente. Esta circunstância é uma das principais causas do desemprego europeu. Não afirmo que as mulheres não possam ou não devam trabalhar fora de suas casas, o que é uma decisão pessoal sua, mas observo uma simples realidade: é necessária uma menor quantidade de trabalhadores — por haver menos consumidores — e, ao mesmo tempo, incorporam-se à oferta laboral mais pessoas; a conseqüência lógica e inevitável é o desemprego maciço.

f.3.

A aposentadoria está-se apresentando já como problemática. Nestes momentos 21% dos suíços estão aposentados; e são sustentados por cada cidadão ativo, que aporta para tal fim 24% de seu salário. Em alguns anos, os passivos suíços serão entre 30 e 35% da população total, e deverão ser sustentados por uma menor quantidade de cidadãos ativos. Isso explica por que todos os organismos previdenciais europeus sejam atualmente muito deficitários, tanto que são a principal causa do enorme déficit fiscal de tais países.

Todavia, isso não é tudo, porque quanto mais idade tem uma pessoa, maior é seu custo sanitário. Na França, tal custo médio é de 7.600 francos por pessoa por ano; porém as pessoas entre 60 e 80 anos

custam à seguridade social 23.000 francos por ano. Isso faz prever que a atual crise de previdência social européia desembocará proximamente numa quebra dos respectivos sistemas.

f.4.

Como observa agudamente Zurfluh, “o nível técnico atual é tão complexo que sua simples conservação devora enormes quantidades de recursos. Os problemas com os quais se defronta o homem são também cada vez mais árduos. Podemos-nos perguntar se se poderá enfrentá-los no futuro com uma população reduzida à metade. É muito improvável que com a metade de cérebros se produza tanto como até agora.”

“O gráfico n.º 18 ilustra-nos o problema. O número de crianças alemãs reduziu-se à metade. No mesmo período de tempo, as invenções multiplicaram-se por 16. Nestas condições é difícil imaginar como vamos seguir adiante: como a metade dos cérebros vai absorver a mesma quantidade de conhecimentos que hoje se armazenam no dobro das cabeças?” (105).

f.5.

Algo similar pode-se dizer dos inventos: havendo menos população, as possibilidades de que nasçam gênios e inventores se reduzem proporcionalmente. “Toda sociedade que sofreu um índice de fecundidade inferior à taxa de substituição generacional, viu como o número de seus inventos se reduzia no mesmo ritmo que diminuía sua população ... **Quando se reduz a população alarmantemente, o crescimento econômico e o progresso técnico se estancam. Não há progresso, se não há pessoas que o levem adiante. É simples e claro**” (106).

f.6.

Outra conseqüência socialmente fatal, da não substituição generacional em qualquer país é o convertê-lo em uma espécie de gerontocracia; o risco disso nos países com regimes políticos democráticos é ainda maior, já que os eleitores votam em geral pelos seus próprios interesses individuais, sem se importar com o bem-estar geral. Continuando as atuais taxas de fecundidade européias, até o ano 2025, a metade do eleitorado estará composta por pessoas maiores de 50 anos.

Um exemplo claro do que se disse ocorreu em dezembro de 1987, quando se submeteu a referendo na Confederação Helvética uma série de benefícios da seguridade social para fomentar a maternidade. Rejeitaram-se as propostas com 71% de votos negativos. Essa maioria de suíços quis evitar um aumento de suas próprias cargas sociais, que não os iria beneficiar diretamente, mas só àquelas pessoas dispostas a ter descendência. O exemplo é patético. Por outro lado, na Holanda, os

cidadãos maiores de 60 anos “terão direito a um número eqüitativo de deputados que os representem no Parlamento. Estas duas reivindicações (a outra é que ninguém possa ser obrigado a aposentar-se aos 65 anos) já foram aceitas por dois partidos que detêm a maioria de votos na Câmara baixa do Parlamento holandês: os democratas cristãos do CDA e os liberais do VVD” (107).

Prova do avanço da gerontocracia européia é que “toda a imprensa neerlandesa está de acordo em que um dos maiores vencedores das eleições gerais é a ‘onda grisalha’, ou a ‘força das cãs’, como chamam os outros. A Liga geral dos velhos (AOV) obteve seis cadeiras e se converte no quinto partido do país, superando outros sete, entre os quais se inclui a ‘Esquerda Verde’, o partido ecologista, que baixou de seis para cinco deputados. As pessoas maiores, todavia, apresentaram-se divididas nas urnas. Outro partido, a União dos mais de 55 anos (Unie 55+) disputou esse ‘mercado’ de votos com a AOV e obteve outro deputado, elevando o total a sete. Ambos os partidos declararam que vão colaborar estreitamente. O resultado é surpreendente se se tem em conta que a AOV não existia há um ano, enquanto que outros vários partidos levam várias décadas sem passar de três deputados. A média de idade dos partidários da AOV é de 62 anos” (108).

f.7.

Paradoxalmente, e de forma paralela à previsível gerontocracia, está o movimento da gente jovem, a fim de competir para obter os recursos do poder, que seus maiores não querem ceder. Tal pressão política se vê acentuada pelo fato de que a juventude cada vez vai ter que trabalhar mais para manter uma classe passiva sempre em marcada expansão; ou seja, “gozará” pouco do fruto de seu trabalho. Esta realidade que na Europa já começa, levou diversos grupos sociais a promover primeiro a prática e depois a legalização da eutanásia. Desde 1991 na Dinamarca a eutanásia está legalizada em alguns supostos e em 1993 legalizou-se a mesma na Holanda (109).

Nesta ordem de coisas, o diário “La Voz del Interior” de 13.02.1993 publica “Médicos holandeses declararam ontem que não aceitarão pedidos de pacientes que preferem morrer a serem internados em sanatórios, apesar da nova lei que permite a prática da eutanásia sob certas condições”. A lei holandesa foi aprovada pelo Senado; “por 37 votos contra 35 ficou ratificado o projeto que a Primeira Câmara do Parlamento aprovou já em fevereiro passado. A eutanásia segue sendo delito tipificado no Código Penal, mas os que a praticarem não serão castigados se justificarem tê-lo feito com os requisitos estabelecidos na lei. Isto equivale a sancionar legalmente a tolerância praticamente total com que os tribunais holandeses vêm tratando os casos de eutanásia ... A lei contempla, ademais, o caso de os pacientes que não podem prestar

seu consentimento, aos quais também se poderá aplicar a eutanásia contanto que o médico testifique que, por conversações anteriores com eles ou com os familiares, podia presumir-se que a haveriam solicitado” (110)

f.8.

“Hoje em dia, existem mais de 15 milhões de emigrantes do Terceiro Mundo na Europa. Esta emigração pode adotar a forma de uma integração não conflitiva, ou a de uma invasão organizada até a aniquilação da população autóctone. Um movimento migratório desta envergadura nunca foi pacífico na história da humanidade. Sairá bem nesta ocasião?”.

“Tanto em política interior como exterior, haverá problemas graves e de difícil solução. Se a redução da natalidade continuar acentuando-se, estes problemas não farão mais que aumentar de intensidade” (111). Com frequência diária, os meios de comunicação nos informam sobre incidentes raciais nas diversas partes da Europa, em especial na Alemanha, onde imigrantes são agredidos, às vezes até à morte, por alemães nativos...

“Dissemos que a função da imigração consistia em compensar os desequilíbrios demográficos, porém desde 1975 este mecanismo não funciona. Hoje existe na Europa um exército crescente de desempregados. Na França calcula-se que haja 2,5 milhões de parados e a imigração continua sem se deter. A explicação deste fenómeno é relativamente simples. Desde 1975 não são os fatores demográficos e económicos os que controlam a imigração, mas as condições políticas e sociais. Poderosos grupos de pressão pró-imigração, unidos a grupos de defesa dos direitos humanos, pressionam os políticos a não rechaçar os imigrantes apesar do desemprego” (112).

As consequências desta situação no futuro foram previstas pelo mesmo autor, na obra citada: “A proporção entre franceses e estrangeiros vai variar em favor destes últimos. Em relação à população total, o incremento de estrangeiros ainda é ‘modesto’. Os imigrantes não europeus são hoje cerca de 5% da população francesa, mas no ano 2015 serão já 28%. Ou seja, um em cada três franceses será de procedência não europeia.”

“As cifras relativas ao número de nascimentos são ainda mais significativas: junto a 100 crianças francesas nascem 75 estrangeiros. Quase a metade dos filhos nascidos na França será constituída de não europeus” (113).

“Ora, ante esse panorama, “se nem sequer a própria família é um âmbito isento de pequenos problemas de convivência, que acontecerá quando tratem de integrar-se em nossas nações pessoas com valores sociais, culturais, políticos e religiosos totalmente diferentes? Os

defensores da imigração imaginam que os imigrantes se sintonizarão com nossa cultura sem problemas.”

Isto é falso, e podemos comprová-lo nos Estados Unidos. Quando se agrupam muitas pessoas de outra cultura em uma nação distinta da sua, seguem conservando seus usos e costumes e constituem seu próprio ‘gueto’. Não se pode falar de ‘crisol de nações e grupos étnicos’ nos Estados Unidos. Apenas de diversos grupos que vivem uns ao lado de outros. Não há por que ser diferente o processo de integração na Europa” (114).

f.9.

A partir de 1965, e como conseqüência da entrada no mercado das pílulas anticoncepcionais, a fecundidade humana modifica-se radicalmente: **antes da pílula existiam alguns métodos de regular eficácia para limitar os nascimentos; depois da pílula, requer-se uma decisão positiva para ter filhos...**

As falhas e as contra-indicações da pílula levaram a que, uma vez instalada a mentalidade contraceptiva, se efetuassem enormes pressões sociais para a despenalização do aborto provocado, o que se obteve na maioria dos países economicamente desenvolvidos, na década dos anos 70.

Depois, a tomada de consciência pela sociedade das características criminais do aborto, e suas seqüelas físicas e psíquicas, levaram na década dos anos 80 à generalização da esterilização como método de controle de natalidade para as mulheres que já haviam tido o filho ou os filhos planejados.

Estes três elementos combinados (pílula anticoncepcional, aborto e esterilização), produziram uma espetacular queda nas taxas de natalidade, especialmente nos países opulentos. “Uma mulher que se case aos 25 anos, e cujo matrimônio não se dissolva antes do tempo, terá por média entre 5 e 8 filhos. Este número pode-se reduzir até 3 ou 4 se se utilizam métodos preventivos ‘naturais’, como são a abstinência e o método Ogino-Knauss.”

“Hoje em dia, as mulheres têm uma média de 1 ou 2 filhos. Algo anda mal na sociedade quando ocorre isso. Imagine-se que sua moeda nacional fosse desvalorizada em 75%. Isso só ocorreria se algo estivesse funcionando muito mal. Pois o mesmo podemos dizer de nossa taxa atual de natalidade: algo está funcionando muito mal” (115).

A crise demográfica atual nos países desenvolvidos pode-se medir conforme os seguintes parâmetros: na Alemanha, desde 1915 não se substitui a população, exceto no período 1950-1970; a população ainda continua em crescimento pelo “efeito cascata” e pela maior longevidade de seus habitantes; porém a taxa atual é de 1,3 filho por mulher, o que implica um déficit de 40% em relação ao mínimo para repor seus

habitantes.

Se tomarmos a taxa de fecundidade da cidade de Munique de 1976 (0,75 filho por mulher), e ela continuar estável até o ano 2050, resultará a seguinte tabela:

Nascimentos:	2,1 %
Falecimentos:	40,3%
Diminuição anual da população:	38,2%
Maiores de 60 anos:	54,2%
Menores de 20 anos:	6,0%
Perda de população durante uma geração:	63,14%

(116)

Obviamente estamos diante do colapso total e definitivo do mundo desenvolvido. Cada país europeu tem sua própria pirâmide populacional, o que implica — insisto que só no caso de se manter a fecundidade atual — que faltarão alguns anos a mais ou a menos para se chegar ao colapso, porém o mesmo é inevitável, se não se tomarem rápidas medidas para aumentar notavelmente a natalidade.

Ora, conforme estamos vendo ao longo deste trabalho, o chamado mundo desenvolvido está empenhado em que os países do Terceiro Mundo cheguem a ter diminuições de fecundidade similares às próprias. O argumento é manter o atual equilíbrio demográfico, que lhes permita uma dominação econômica com sua correlativa dominação política; e a ameaça mais grave a tal **status quo** é que o Terceiro Mundo continue aumentando sua população como até agora: “No ano 2000 a população do Terceiro Mundo será 4,3 vezes maior que o que era em 1900, enquanto a dos países industrializados só terá crescido 2,5 vezes” (117).

Para atingir este objetivo, o imperialismo contraceptivo não poupa nenhum dos meios a seu alcance: pressões de governo a governo; cláusulas nos empréstimos de organismos multilaterais de crédito; campanhas nos meios de comunicação social; **lobbies** com grupos internacionais de parlamentares; utilização de todas as repartições, agências e programas das Nações Unidas; planos de saúde primária ou materno-infantil; publicações com ar de científicas; subvenções a laboratórios e fábricas de contraceptivos; conivência de ginecologistas, psicólogos e “sexólogos” etc.

CAPÍTULO 6

FINANCIAMENTO DO CONTROLE DE NATALIDADE ATRAVÉS DOS ORGANISMOS MULTILATERAIS DE CRÉDITO

A

Para se fazer uma idéia mais completa dos volumes de dinheiro investidos no controle demográfico, é importante destacar que atualmente se gasta nele US\$ 4.500.000.000 por ano. Os investimentos em quantidades enormes vêm-se realizando desde décadas. Por exemplo, durante o período inicial, entre 1965 e 1976, “as fontes primárias que alimentam os Fundos internacionais de assistência da população se apresentavam da seguinte maneira, em milhares de dólares:

Alemanha Federal: 23.512; Bélgica: 2.388; Canadá: 33.846; Holanda: 33.390; Reino Unido: 25.172; Suécia: 134.491; EUA: 867.534. O total da ajuda governamental se elevava a 1.249.598; a Ford Foundation interveio à razão de 177.757; a de Rockefeller Foundation, à razão de 68.667. O total do investimento governamental e privado elevou-se a 1.496.022.000 de dólares dos EUA” (118).

B

Os organismos multilaterais de crédito estão agrupados em torno do Banco Mundial, e constituem o denominado “Grupo do Banco Mundial”, integrado por:

a) o Banco Mundial (BM), com seus bancos regionais dependentes, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Asiático de Desenvolvimento etc.;

b) o Fundo Monetário Internacional (FMI);

c) o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD);

d) a Corporação Financeira Internacional (CFI);

e) a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID);

f) o Centro Internacional de Regulação de Diferenças Relativas a Investimentos; e

g) o Organismo Multilateral de Garantia de Investimentos (OMGI).

Com relação ao financiamento do imperialismo contraceptivo, devem-se acrescentar também:

1º) a Agência Internacional para o Desenvolvimento do governo norte-americano (AID ou USAID);

2º) os organismos das Nações Unidas, em especial UNESCO, UNICEF, OMS, PNUD, FNUAP e PNUMA (aos quais dedicarei o capítulo seguinte);

3º) as ajudas governamentais de diversos países, em especial Japão, Alemanha, Suécia, Dinamarca e Holanda;

4º) os aportes das Fundações norte-americanas, em especial as Ford e Rockefeller.

C

Os agentes do controle demográfico criaram um perverso e eficaz sistema de autofinanciamento do mesmo. Os empréstimos que concedem os organismos multilaterais de crédito (FMI, BM, AID etc.) devem ser devolvidos pelos países “beneficiários” dos mesmos, com mais seus juros. Donde resulta que estes créditos, outorgados pelos países ricos para controlar a natalidade dos países pobres, e assim impedir-lhes o desenvolvimento econômico, devem ser devolvidos com os acessórios pactuados, aumentando assim o endividamento e, portanto, a dependência econômica dos países subdesenvolvidos. De uma forma tão simples os países ricos “matam dois pássaros com um só tiro”...

Algo similar ocorre com os programas das Nações Unidas, cuja principal fonte de financiamento são os organismos multilaterais de crédito; portanto, em geral, não há uma verdadeira doação de fundos, mas só um empréstimo dos mesmos. Quando se trata de verdadeiras “ajudas”, o dinheiro provém em parte dos mesmos países em desenvolvimento, que aportam suas cotas ordinárias e extraordinárias às ditas repartições da ONU, para tais fins.

Finalmente, destaco que a IPPF e suas filiais nacionais, no começo subvencionam parcialmente suas atividades nos países do Terceiro Mundo, mas quando a sucursal local está mais organizada, através de convênios com o Estado, doações oficiais e privadas, e atividades pagas de suas próprias clínicas de planejamento familiar (prestações médicas, organização de cursos, seminários etc.), reportam-lhes utilidades que superam os custos mais o investimento originário, convertendo-se assim em verdadeiras atividades lucrativas, cujos fundos obtêm em sua totalidade dos próprios países subdesenvolvidos. Um claro exemplo disso é que da totalidade de marcas de preservativos autorizados pelo Ministério da Saúde Público em nosso país, uma delas é fabricada pela AAPF, filial local da IPPF (119).

Isso nós veremos em profundidade no capítulo dedicado à IPPF. Estudemos agora cada um dos organismos que financiam o controle demográfico no mundo.

D) O Grupo do Banco Mundial

No discurso que cito a seguir, há uma frase reveladora sobre o Banco Mundial, como ferramenta financeira da dependência econômica dos países subdesenvolvidos: “A fim de aproveitar as oportunidades para impulsionar seu crescimento, os países em desenvolvimento deverão adotar e manter medidas de ajustes mais profundas que as que a maioria conseguiu aplicar até agora” (120).

A tática foi simples: outorgar excessivos créditos que superaram a capacidade de devolução dos mesmos e vigiar estreitamente para que a maioria dos fundos fosse dedicada a questões improdutivas: importações de armas e bens de consumo; turismo aos países do Primeiro Mundo; “desvios” de parte do dinheiro aos bolsos de funcionários de ambos os países — a “tangente” italiana e suas repercussões nacionais o demonstram -; operações comerciais forjadas; saída de divisas para colocar no exterior (calculam-se em US\$ 40.000.000.000 os fundos argentinos depositados em outros países, que equivalem a boa parte do total de nossa dívida externa) etc. E depois, quando se torna crítica a impossibilidade de pagar a dívida, refinancia-se a mesma a longo prazo, impedindo a aplicação dos excedentes financeiros em produção, porque devem ser utilizados para o pagamento dos juros e amortização do capital da dívida externa. Se a isso adicionarmos as cláusulas demográficas obrigatórias — já denunciadas pelo Romano Pontífice em 1981 — a situação de dependência econômica e política se prolongará pelo menos por outros 30 anos.

Em nosso país provam tangivelmente a dependência externa:

1º) as contínuas intervenções do embaixador norte-americano em questões internas;

2º) o humilhante desmantelamento do míssil Condor II (121);

3º) a aprovação dos Estatutos da “comunidade homossexual argentina”, por decisão presidencial e contra uma sentença da Corte Suprema de Justiça da Nação;

4º) a baixa do Subsecretário de Culto da Nação, Dr. Arturo Juan Figueroa, disposta pelo Ministro das Relações Exteriores e Culto, Di Tella, em 7.4.1993; porque o Dr. Figueroa enviou em consulta à Procuradoria do Tesouro o expediente da autodenominada “igreja metropolitana”, filial local da casa matriz estadunidense, e que agrupa homossexuais e lésbicas (122);

5º) a exigência norte-americana de aprovação de uma lei de patentes que assegura a seus laboratórios o pagamento de “royalties”, com o conseqüente encarecimento dos remédios para o povo argentino; etc.

Ao tratar do denominado “Relatório Kissinger”, vimos como o imperialismo da Comissão Trilateral (EUA, Japão e Europa Ocidental)

tem-se preocupado com a possibilidade do progresso econômico dos países em desenvolvimento, e, em consequência, muitos dos programas de ajuda e os créditos dos organismos multilaterais de crédito, supostamente para aplicar em atividades de desenvolvimento econômico, foram desviados para questões que nada têm a ver com ele. A compra de armas de guerra pelos países do Terceiro Mundo foi financiada com estes créditos. Outros se dedicaram total ou parcialmente a atividades de controle de natalidade, como já vimos.

Cabe destacar que “o presidente Bill Clinton escolheu um violoncelista virtuoso, o banqueiro James Wolfensohn, de 61 anos, para presidir o Banco Mundial. Tradicionalmente, Washington nomeia os titulares do Banco Mundial desde a sua fundação ...” (123).

d.1.

Como demonstrativo da atividade do Grupo do Banco Mundial em prol do controle demográfico, extrairei alguns parágrafos do discurso de seu então Presidente, Barber B. Conable, pronunciado em 27.09.1988, ante a Junta de Governadores do Grupo, em Berlim, conforme o Comunicado de imprensa n.º 4, que citarei. Começa afirmando o suposto objetivo do Banco Mundial, ao dizer “centraremos agora a atenção na meta fundamental do Banco: a redução da pobreza ... o que se necessita é atuar com decisão e tenacidade em cinco amplas frentes ... o controle do crescimento excessivo da população” (124). Depois desnuda sem maiores circunlóquios a verdadeira política antinatalista. Vejamos:

“É imprescindível que os países em desenvolvimento imprimam novo impulso a seus esforços para limitar o crescimento da população e os ampliem. Alguns países obtiveram importantes progressos nesta esfera. Apesar disso, em muitas nações a já considerável população se duplicará para o princípio do próximo século. Permita-me, Senhor Presidente, que fale sem rodeios. Estou consciente de que a política demográfica delinea delicadas questões relacionadas com os valores culturais e religiosos. Porém as sociedades cuja população cresce a um ritmo tão rápido têm que reconhecer que muitas das novas vidas — talvez a maioria — se caracterizarão pela miséria, a desnutrição e a brevidade” (125).

Detenho-me aqui, porque isto é o triunfo em nível mundial do nazismo. Com efeito: Hitler considerava que os deficientes e as raças que qualificava como inferiores não deveriam viver, precisamente porque estavam em piores condições; hoje se utiliza o mesmo conceito nazista quando se afirma que “carecem de qualidade de vida suficiente”; por isso, ou seja, pela vontade de outro homem — ontem Hitler, hoje Conable — envia-se a eles à morte — ontem em câmaras de gás, hoje mediante pílulas, dispositivos intra-uterinos ou abortos ... O espírito de Hitler se

apoderou das mentes dos filhos de seus vencedores!...

d.1.1.

Continua o discurso do Sr. Conable: “Ao contrário, os programas eficazes de planejamento familiar que se aplicam em países tão diferentes como México e Indonésia, permitem reduzir consideravelmente os gastos com assuntos de saúde pública e educação com o transcurso do tempo (sic), e essa redução se soma aos benefícios que recebem as famílias (sic). Dada a magnitude e a gravidade do problema, é alarmante que muitos governos não apliquem políticas demográficas sensatas. Também é lamentável que haja diminuído a assistência internacional para as atividades em matéria de população. Estas tendências têm que se modificar radicalmente. **Uma parte vital do trabalho do Banco se relaciona com atividades de desenvolvimento que têm um importante efeito na população ... Já proporcionamos financiamento para programas de saúde e maternidade sem riscos, e vamos ampliar nosso apoio direto para atividades relacionadas com a família. As questões demográficas ocuparão um lugar de destaque em nosso diálogo com os governos membros**” (126). Para bom entendedor, poucas palavras...

d.2.

Na página 177 do “Relatório sobre o Desenvolvimento no Mundo” do Banco Mundial, se diz: “No transcurso dos últimos anos, o Banco Mundial decidiu participar em ações de promoção de saúde coletiva — incluído o âmbito do planejamento familiar — no Iêmen do Sul e do Norte, Paquistão, Indonésia, Comores, Malawi, Senegal e Peru”.

d.2.1.

Para compreender com maior claridade a relação entre o Banco Mundial, os organismos das Nações Unidas e as fundações do Grupo Rockefeller, é muito ilustrativa a transcrição de alguns parágrafos da conferência em memória de Rafael Salas (diretor do FNUAP designado em 1969), pronunciada por Robert S. McNamara (ex-presidente do Banco Mundial, cargo ao qual subiu em 1968). A conferência foi ditada em 10 de dezembro de 1991 e editada pelas Nações Unidas com a denominação de “Uma política mundial de população para promover o desenvolvimento humano no século XXI”, versão que citarei a seguir. Nos agradecimentos, assim se expressa: “Sinto-me particularmente em dívida com cinco organizações: The Population Crisis Committee, The Population Reference Bureau e o Banco Mundial em Washington; e The Population Council e o Fundo de População das Nações Unidas em Nova York” (127). Ou seja: o Banco Mundial, o FNUAP e as 3 Fundações mais importantes do Grupo Rockefeller (sic...).

Depois da introdução, McNamara afirma que “em um importante relatório do Banco Mundial publicado em 1984 (Relatório

sobre o Desenvolvimento Mundial), destacou-se que havia na verdade deficiências institucionais e dos mercados, e que as altas taxas de crescimento demográfico podiam inibir gravemente o crescimento econômico e o desenvolvimento humano na maioria dos países em desenvolvimento, e que, na verdade, isso estava acontecendo” (128). Depois afirma que isto o “leva a exortar que se renovem os esforços — esforços que, como explicarei mais adiante, devem concentrar-se neste decênio — a fim de reduzir as taxas de crescimento demográfico e os níveis de estabilização da população em longo prazo” (129).

d.2.2.

Mais adiante se vê obrigado a reconhecer que “as modernas técnicas agrícolas aumentaram em grande medida o rendimento das culturas por unidade de terra, e durante vários decênios possibilitaram que a produção aumentasse mais rapidamente que a população. Isto se obteve principalmente mediante a ‘revolução verde’: utilização de variedades de culturas de alto rendimento, maior emprego de fertilizantes e pesticidas, e ampliação das terras de irrigação. À medida que a população foi duplicando, entre 1950 e 1987, a produção mundial de cereais foi aumentando ainda mais rapidamente: o produto *per capita* aumentou em 25%” (130); apesar de aceitar que a produção de alimentos tenha superado o crescimento populacional, profetiza sem maiores argumentos que no futuro os alimentos não bastarão para as novas gerações...

d.2.3.

Depois tira suas conclusões sobre os limites do crescimento que considera sustentável: “No decênio passado, produziram-se quatro fenômenos mundiais em relação ao meio ambiente: a perda de biodiversidade, a chuva ácida, a destruição da camada de ozônio e a mudança climática. Tudo isso é função das crescentes quantidades de população e do aumento do consumo *per capita*” (131). Continua citando um trabalho de “Jim MacNeil, Peter Winsemaus e Taizo Yakushiji ... em ‘Para além da interdependência’, estudo preparado para a *Trilateral Commission*” (Comissão Trilateral: EUA, Europa Ocidental e Japão) e outro da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, publicado em 1987, e denominado “Nosso futuro comum, — onde se indica: ‘Em muitas partes do mundo, a população está crescendo a um ritmo que não pode sustentar-se com os recursos disponíveis” (132).

d.2.4.

Entra agora na seção V, “A relação do crescimento da população com o desenvolvimento econômico e o alívio da pobreza”, seção que na nota 27 reconhece basear-se no “Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial” do ano 1990, do Banco Mundial, publicado pela Oxford University Press em junho de tal ano. Lá reconhece que as pessoas que

vivem em condições de indigência, atualmente são quase 1.000 milhões. A proporção que representam em relação ao total da população tem diminuído nos últimos decênios” (133). Apesar deste reconhecimento e citando o “Relatório sobre o desenvolvimento mundial” de 1984, sustenta hipocritamente que “o Banco Mundial manifestou que ‘até certo ponto é possível acomodar o crescimento da população: nos últimos três decênios, muitos países conseguiram elevar a média de suas receitas inclusive quando suas populações cresciam rapidamente. Neste sentido estrito, tem-se acomodado o crescimento da população. Porém, a meta do desenvolvimento vai mais além de acomodar uma população cada vez maior: trata-se de melhorar as vidas das pessoas. O rápido crescimento demográfico nos países em desenvolvimento tem feito com que seu grau de progresso seja inferior ao que poderia ter sido ... Estou decididamente de acordo com este juízo. Concorda com minha experiência de 13 anos de tratar de ajudar os países em desenvolvimento a maximizar suas taxas de avanço econômico e social, particularmente para os absolutamente pobres” (134).

É curioso porém uma característica de todos estes relatórios: é que estão escritos por pessoas com dotes proféticos, pois predizem o que sucederá no futuro, o que teria sucedido se o povo lhes tivesse ouvido; paralelamente, cada vez que informam sobre os fatos realmente acontecidos é para reconhecer que se haviam equivocado ... A hipocrisia de McNamara é cínica: durante sua gestão dedicou-se a intentar que os pobres não tivessem descendência e afirma que sua tarefa foi o avanço econômico e social dos absolutamente pobres...

d.2.5.

Mais abaixo, diz McNamara que “o primeiro benefício do planejamento da família — de escolher a quantidade e o espaçamento dos filhos — é o benefício de uma melhor saúde para a mãe e a criança” (135). Obviamente, tal frase fica sem demonstração racional. McNamara insiste em que “o planejamento da família é um importante meio para que as mulheres possam começar a assegurar seu papel e sua conduta” (sic). Depois começa a mostrar as verdadeiras intenções de seu discurso: “o aspecto que desejo destacar aqui é que cada país em desenvolvimento tem a oportunidade de atuar de imediato para estabelecer — dentro de amplos limites — seu futuro crescimento demográfico e fixar as taxas de crescimento a níveis que maximizem o bem-estar das gerações tanto presentes como futuras” (137).

É evidente que a suposta liberdade dos cônjuges — casais, nos documentos das Nações Unidas — de escolher o número e o espaçamento de seus filhos, não é mais que uma camuflagem; as pautas demográficas deveriam ser impostas pelos governos, de acordo com o que lhes pareça melhor: **quer dizer que para o Sr. McNamara parece natural que o Estado**

compartilhe os quartos com seus cidadãos... Isto é aberrante... É uma realidade de vital importância, que é preciso conhecer: os planejadores familiares enchem a boca com a palavra liberdade, porém são eles que restringem a livre escolha dos matrimônios, ao obrigá-los ou induzi-los coativamente ao controle de natalidade. Voltaremos a este assunto ao vermos como funciona a AID no capítulo 10.

d.2.6.

O capítulo IX da conferência vai diretamente ao essencial: denomina-se “um programa para reduzir as taxas de crescimento da população”. Diz assim: “Cabe concluir que toda campanha encaminhada a acelerar a redução das taxas de fecundidade deveria centrar-se em dois componentes: ... 2. Introduzir ou ampliar programas integrais de planejamento da família” (138). Mais abaixo fixa “a magnitude dos aumentos necessários durante o decênio na utilização de métodos de planejamento da família para que em cada um dos países as quantidades de população não aumentem substancialmente acima das quantidades indicadas no quadro III ... Para alcançar os objetivos em matéria de prevalência da anticoncepção indicados no Quadro IV, o número de mulheres em famílias que utilizam métodos anticonceptivos deve aumentar em quase 60%, de 357 milhões em 1990 até 567 milhões no ano 2000. O aumento necessário de 210 milhões em um decênio pode-se comparar com o aumento real de 175 milhões nos 20 anos transcorridos de 1970 a 1990. Pareceria que aquele é um objetivo inalcançável. Não o é” (139).

Em seguida põe como exemplos a “Tailândia, Indonésia, Bangladesh e México (que) aumentaram a utilização de anticonceptivos pelo menos com a mesma rapidez. As ações que realizaram são conhecidas e sua experiência pode-se exportar. Está à disposição de todos que a solicitem” (140). Continuando explica que:

“Quase todos os programas de planejamento da família que tiveram êxito têm as seguintes características:”

- “Proporcionar serviços — métodos de anticoncepção — com diversidade suficiente para satisfazer as necessidades das populações com muito diversos hábitos, níveis de renda e costumes pessoais.”

- “Insistir muito nos benefícios do planejamento da família para a saúde tanto das mães como das crianças.”

- “Utilizar para o apoio aos programas tanto o setor público como o privado e as organizações governamentais e não-governamentais.”

- “Recorrer a dirigentes políticos — especialmente em níveis locais — e a dirigentes religiosos para que ofereçam seu apoio.” (141).

d.2.7.

O capítulo X do trabalho refere-se aos recursos financeiros

para o programa proposto, e diz que: “Em 1990 os países em desenvolvimento gastaram entre 4.000 e 4.500 milhões de dólares no planejamento da família, de 3.000 a 3.500 milhões de dólares de fontes nacionais e aproximadamente 800 milhões de dólares de fontes externas. Segundo minhas estimativas, um programa mundial de planejamento da família da magnitude que estou propondo custaria até o ano 2.000 entre 7.000 milhões e 8.000 milhões de dólares de 1990. Devido ao substancial aumento dos custos, penso que a porção financiada pelos doadores estrangeiros deveria aumentar acima do nível de 1990. Se a proporção dos gastos em moeda local em relação com o PNB se mantivesse nos níveis correspondentes a 1990, aumentariam até 4.500 milhões de dólares no ano 2.000. E os fundos externos necessários aumentariam de 800 milhões de dólares para 3.500 milhões de dólares. Ainda que o incremento pareça de grande magnitude, é sumamente pequeno em relação às magnitudes projetadas do PNB e da Assistência Oficial para o Desenvolvimento (AOD) correspondente aos países membros da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE). Na verdade, no ano 2000 representaria menos de dois centésimos de 1% do PNB dos países da OCDE e aproximadamente 5% da AOD” (142).

Conclui depois que: **“evidentemente, está dentro das capacidades dos países industrializados e das instituições financeiras multilaterais ajudarem os países em desenvolvimento a financiar programas ampliados de planejamento da família. O Banco Mundial já se lançou por esse caminho e no corrente exercício financeiro duplicou seu financiamento de projetos de população (de 169 milhões de dólares em 1990 para uma importância estimada em 340 milhões de dólares em 1991)”** (143).

d.2.8.

No último capítulo sugere as medidas concretas para a execução de “seu” programa, instando a seguir 6 passos:

“1. Cada país em desenvolvimento, com a assistência do FNUAP, do Banco Mundial e quaisquer outras organizações às quais se deseje recorrer (leia-se IPPF), deveria estabelecer uma meta para seu próprio nível de estabilização em longo prazo, e deveria tratar de alcançá-la com uma série de subobjetivos quantificáveis e verificáveis para o decênio de 1990. **Dever-se-iam estabelecer sub-metas para: taxas de fecundidade, níveis de prevalência do uso de anticoncepcionais, gastos com planejamento da família, fontes de financiamento, e outros aspectos similares.”**

“2. Cada país em desenvolvimento deveria formular planos concretos para alcançar os objetivos fixados e informar a seu próprio povo cada ano sobre o grau em que tais objetivos se alcançarem.”

“3. O Banco Mundial deveria assumir a responsabilidade de

organizar o financiamento externo necessário para apoiar os planos do país e servir como fonte de financiamento em última instância.”

“4. O FNUAP deveria encarregar-se da vigilância geral e da supervisão do programa mundial.”

5. O Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, reunido em nível ministerial, deveria receber relatórios anuais do FNUAP sobre o avanço ou a falta de avanço rumo aos objetivos, e **deveria determinar que novas medidas seriam necessárias para assegurar que os países do mundo se encaminhassem a um desenvolvimento sustentável”**.

“6. Finalmente, recomendo decididamente a criação de uma ‘Comissão de População’ ... para que ofereça assistência nos preparativos da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, que se celebrará em 1994” (144).

Como se pode ver, o Sr. McNamara propugna, não somente que os governos estabeleçam a fecundidade de seus cidadãos, mas também que a mesma seja dirigida, quantificada e controlada pelos organismos supranacionais que conformam a “multinacional da morte” no mundo.

d.3.

Para maior abundância, cito uma notícia jornalística: “O chefe de economistas do Banco Mundial, Larry Summers, anunciou ontem que essa entidade realizará uma ampliação de crédito para a atenção educativa das mulheres nas nações em desenvolvimento. O funcionário especificou que isto permitirá melhorar a promoção das mulheres no Terceiro Mundo e **contribuir para o decréscimo do índice de natalidade**. O especialista citou como exemplo que na Índia, para cada mil mulheres que recebem educação ... evitam-se trezentos nascimentos” (145).

E) A Agência Internacional para o Desenvolvimento dos EUA (AID)

Esta Agência é o organismo oficial do governo norte-americano para financiar projetos de desenvolvimento nos países do Terceiro Mundo, os quais se canalizam exclusivamente através dela, quando se trata de ajuda direta entre governos. Sua atividade foi qualificada como “uma agenda do medo” por William M. O’Reilly, ao dizer: “embora a ajuda exterior dos EUA esteja motivada por um complexo conjunto de preocupações econômicas, políticas e humanitárias, o controle da população o está por uma ‘agenda do medo’. Teme-se a condição dos países em desenvolvimento — especialmente quando muita pobreza perturba o conforto e a conveniência dos ricos — e teme-se a gente mesma. Tem-se medo da perda da influência política e da dominação econômica dos Estados Unidos. Teme-se o que sucederia em nosso ambiente, como consequência do rápido crescimento da população e o consumo de recursos esgotáveis ... Existe medo, como o

expressaram o Conselho Nacional de Segurança e a Agência Central de Inteligência, de que uma crescente população nas nações em desenvolvimento afete a segurança nacional dos EUA, na medida em que nos convertemos em uma fração cada vez menor da raça humana” (146).

e.1.

Nesse trabalho esquematizam-se os incentivos e os desincentivos utilizados pela AID para o controle populacional, exercido de forma coativa e violadora dos mais elementares direitos humanos. Vejamos: “Os incentivos variam de país para país. Em geral, a seguinte lista de benefícios é representativa dos aliciantes dados:

- Pagamento em efetivo, usualmente um incentivo de uma só vez.

- Empréstimos sem juros ou a juros baixos.

- Serviços médicos gratuitos para os pais esterilizados e seus filhos.

- Educação gratuita e subsidiada para as crianças de pais esterilizados.

- Benefícios adicionais de pensão para as famílias de um ou dois filhos.

- Boleto de loteria gratuitos para os esterilizados”.

“Os países que oferecem pagamentos aos indivíduos esterilizados são: 1) Bangladesh, 2) Índia, 3) Indonésia, 4) Malásia, 5) Nepal 6) Coréia, 7) Sri Lanka, 8) Tailândia, 9) Tunísia, 10) Vietnã”.

“Os esquemas comunitários promovem a espionagem entre os casais, com o fim de que adiram às metas da comunidade de terem só dois ou três filhos. Empregam-se grupos de pressão nas comunidades para envergonhar as famílias com muitos filhos e pressionar os casais para que sigam as normas de famílias pequenas, com o propósito de que a comunidade seja capaz de obter recompensas ao cumprir com as metas de população ... Os seguintes países empregam incentivos comunitários: 1) Índia, 2) Indonésia, 3) Bangladesh, 4) Tailândia” (147).

Por exemplo, na Índia, a Companhia de Ferros e Aços Tata Ltda. iniciou em 1979 seus programas de planejamento familiar. “Durante os ‘acampamentos de esterilização’, patrocinados pela Aços Tata ... os médicos realizam até 80 procedimentos diários... A empresa oferece pagamento monetário que complementa a compensação atual do governo para os homens e mulheres que optam pela esterilização. Este pagamento extra podem obtê-lo os empregados e não empregados, além da atenção, **comodidade, diversões e a atmosfera festiva proporcionada àqueles que aceitam a esterilização** e a suas famílias durante os acampamentos” (sic, 148).

e.2.

Mais abaixo, O'Reilly detalha a lista de desincentivos às famílias numerosas:

“- Eliminação das deduções tributárias para os filhos dependentes.

- Não se dão cupons de comida para mais de duas crianças.

- Só se admitem os dois primeiros filhos nas escolas sociais”.

“Os desincentivos baseados nos benefícios ou nos sistemas tributários são os mais comuns. Gana, Malásia, Paquistão e as Filipinas limitam as deduções do imposto de renda, os descontos por filho e os benefícios de maternidade, depois de alguns partos. Para estimular o espaçamento, a Tanzânia paga o auxílio de maternidade só uma vez a cada três anos” (149).

Até o boletim médico da IPPF deve reconhecer que “o uso dos pagamentos financeiros para promover o planejamento familiar, particularmente a esterilização, constitui o aspecto de maior controvérsia e mais divisivo das políticas de população dos países em desenvolvimento... Ainda que a opinião internacional tenha-se tornado cada vez mais hostil quanto ao uso dos incentivos em matéria de reprodução, **os pagamentos em efetivo oferecido aos que aceitam a esterilização continuam sendo uma característica comum dos programas de planejamento familiar na Ásia** (v.g.: Bangladesh, a Índia, Nepal, a República da Coreia e Sri Lanka). **Pagamentos similares para os que aceitam dispositivos intra-uterinos costumam-se fazer em uma quantidade menor de países** (Bangladesh, a Índia, o Vietnã)” (150).

É interessante observar os movimentos da AID: “em Bangladesh, a meta de esterilização para os doze meses que finalizavam em novembro de 84 era de 892.632. De tal quantidade esterilizaram-se 720.647 pessoas. Os incentivos de esterilização (US\$ 7) foram pagos a 560.211 pessoas em 1984” (151). “Em Bangladesh, o Dr. Zagrullah Chowdhury informou sobre os resultados de uma análise sobre as principais razões para aceitar a vasectomia’ (esterilização masculina). Os resultados são os seguintes (152):

RAZÃO	LUGAR	
	Shibpur	Shalna
Controle de natalidade	49,3%	31,5%
Ajuda Financeira	39,8%	59,6%
Medo ou coação	8,9%	6,8%
Não sabia o que lhe faziam	7,8%	4,9%

A respeito, agudamente raciocina O'Reilly: **“O incentivo da AID está projetado para atrair os pobres e os desempregados. O uso de pequenos incentivos é uma maneira de escolher automaticamente os mais pobres da população, para que se esterilizem. É uma forma sutil de discriminação dos pobres, já que só eles reagiriam ante tal esquema”** (153).

“A AID está claramente patrocinando aqueles métodos pelos quais paga, seja mediante uma compensação, seja por incentivos. Quando se esterilizam 75% das pessoas a quem chegaram (como em Nepal na Índia, Sri Lanka e Bangladesh), nota-se que não existe nenhuma liberdade de eleição ... Ainda que a AID de vez em quando se dirija ao Congresso dos EUA e ao público, com críticas aos programas que se baseiam só na esterilização, continua apoiando generosamente os programas de população que enfatizam uma forma permanente de controle da natalidade. A razão para esta contradição está na ‘superênfaturação’ que se dá aos fins em vez dos métodos. Os programas de esterilização são mais baratos e têm uma porcentagem de falha zero” (154).

e.3.

Além dos incentivos e desincentivos, a AID utiliza outros métodos coativos para implementar o controle de natalidade. Por exemplo: “Os trabalhadores salvadorenhos relataram que nos acampamentos para marginalizados em Santiago de Maria, havia-se oferecido às mulheres comida em troca de seu consentimento para se esterilizarem” ... “Alguns trabalhadores dizem também que muitas mulheres grávidas que acorrem aos hospitais estatais são pressionadas pela equipe médica para que se esterilizem depois de darem à luz. Às vezes, dizem esses trabalhadores, as mães são esterilizadas sem consulta ou consentimento prévio” (155).

e.4.

Ultimamente, a AID sofisticou seus métodos de controle de natalidade. “O antigo enfoque do planejamento familiar que estabelecia a comercialização de contraceptivos e a esterilização fácil e barata, fracassou em alcançar os resultados para os quais foi concebido por aqueles que esperavam uma drástica queda nas taxas de natalidade. Por isso, atualmente se dá ênfase em empregar as modernas técnicas de mercado do ‘imperialismo cultural’, através do uso dos meios de comunicação de massa do Terceiro Mundo para manipular a crescente população, criando assim, uma demanda de contracepção e uma aceitação da norma ocidental de famílias pequenas ... Alguns desprezam a contracepção, qualificando-a com algo inumano, antinatural ou

somente ‘incorreta’. Para superar tais objeções, a AID aprovou um projeto de mercado de 20 milhões de dólares para persuadir mais casais terceiro-mundistas a empregar os anticoncepcionais” (156).

e.5.

Atualmente, “muitas das principais empresas instaladas em países em desenvolvimento estão promovendo programas coercitivos de controle da população entre seus empregados, em troca de receber financiamento dos governos ocidentais, principalmente dos Estados Unidos ... Entre as empresas que se submetem a esses planos, figura a fábrica na Nigéria da Lever Brother’s, onde se leva a cabo um programa **financiado pela Agência para o Desenvolvimento Internacional**, organismo governamental norte-americano. O **programa consiste em experimentar a reação dos trabalhadores ante as distintas táticas de persuadi-los a se submeterem a esterilizações**. Em Bombay, a empresa ‘Godrej and Boyce Manufacturing’, não proporciona moradia aos trabalhadores que tenham mais do que dois filhos, nega os benefícios por maternidade a quem tenha mais de três, e não permite ao quarto filho nem aos seguintes assistir à escola da companhia. Ao contrário, os trabalhadores que aceitam ser esterilizados, além de desfrutar de todos esses benefícios, recebem bônus mensais extras, dias de férias e outros benefícios. Na Coreia do Sul, a “Kaum Ho Tire Industrial Company’ está despedindo os trabalhadores que têm mais de quatro filhos, enquanto que os novos empregados que contrata devem receber um curso sobre os ‘benefícios e características específicas do planejamento familiar’. O Brasil é, todavia, o país onde as empresas mais têm pressionado suas empregadas a se esterilizarem. Chegou-se a falar de cifras da ordem de seis milhões de mulheres vítimas da chantagem de empresários sem escrúpulos que só admitem trabalhadoras sem filhos e sem possibilidade de tê-los no futuro” (157).

A empresa Sulmac tem uma plantação de flores às margens do lago Naivasha (Quênia). “Com a ajuda do Programa de Planejamento Familiar do Setor Privado (financiado em seus 4 primeiros anos pela AID), a Sulmac instituiu serviços de planejamento familiar em 1986. A companhia tornou obrigatório que todos os empregados novos recebessem assessoramento em planejamento familiar do médico da empresa em seu primeiro dia de trabalho. Posteriormente, quando os trabalhadores se apresentam na clínica por outras razões, a conversação gira freqüentemente em torno da anticoncepção. Este enfoque, combinado com uma campanha de informação, educação e comunicação com cantos e peças teatrais, resultou em um incremento espetacular na prevalência anticonceptiva, passando de 15 por cento entre as mulheres casadas há cinco anos para 95 por cento na atualidade” (158).

e.6.

O Colégio Médico de Honduras criou uma Comissão ‘ad hoc’, integrada pelos doutores Marel Castellanos, Pedro Portillo, Marcial Vides Turcios e Orison Velásquez García, para investigar a pílula contraceptiva “Ovrette” em mulheres no período de lactância. Tal comissão produziu seu relatório final em 7 de junho de 1993, do qual extraio os seguintes parágrafos: “O uso de Ovrette está sob o programa ‘Projeto Setor Saúde 2’, com um custo de 35 milhões de dólares para os anos 1989-1994. **O medicamento foi doado pela Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID) e foi incorporado ao Subprograma Risco Reprodutivo**” (159). “As autoridades ministeriais reconheceram que não se tinha dado informação alguma às mães lactentes sobre a possibilidade de existência de efeitos indesejáveis na mãe e na criança que é alimentada com leite materno, e que não existia aprovação escrita de consentimento da mãe” (160).

Entrevistados os diretores do Instituto Hondurenho de Seguridade Social (IHSS), os mesmos reconheceram que “o anticonceptivo ‘Ovrette’ é parte de um programa de Investigação Operativa em Saúde Reprodutiva e cuidados pré-natais, aprovado pela Junta Diretora do IHSS, sessão n.º 1562 de 29 de maio de 1990 ... **O programa é financiado em parte pelo organismo internacional Population Council** ... Dá-se capacitação ao médico sobre o programa, mas à paciente não se proporcionou nenhuma informação escrita, somente a apresentação de vídeos sobre aspectos gerais do programa. Ao médico não se proporciona um guia completo sobre o uso adequado do Ovrette, nem da literatura contida no prospecto que o laboratório fabricante adjunta ao produto” (161).

O relatório analisa depois o mecanismo de ação da pílula no qual “o Norgestrel, mediante outros mecanismos de ação, interfere na implantação do ovo fecundado e afeta a sobrevivência de um blastocisto no útero devido a alterações estruturais e funcionais do endométrio” (162); ou seja, trata-se de um fármaco **abortivo**. Passa-se então a estudar os efeitos na mãe lactante e na criança: “recentemente a farmacopéia norte-americana em 1993 relatou que estes hormônios, ao passar para o leite, podem causar efeitos indesejáveis na criança, motivo pelo qual recomenda a necessidade de usar outro medicamento ou descontinuar a amamentação da criança, e estabelece ademais a obrigação de advertir as usuárias sobre este perigo ... É preocupante, segundo a OMS (1983) e Harlap (1987) a possibilidade de que um ou mais órgãos ou sistemas possam ser danificados pelos progestágenos, com a possibilidade de alterações na personalidade, no comportamento, na anatomia dos órgãos sexuais, na capacidade reprodutiva, na função imunológica e no desenvolvimento de neoplastias” (163).

Quanto aos efeitos indesejáveis para a mãe, destaca que “se

relatou que 8 de 21 usuárias (35%) de minipílulas com apenas progestágenos apresentam quistos de ovário com diâmetro de 30-58 mm. Os efeitos indesejáveis mais freqüentes com Norgestrel são: sangramentos irregulares, amenorréia, cefaléias e sensibilidade dolorosa nas mamas. Os sangramentos uterinos e os ciclos mais curtos são as moléstias principais. Os sangramentos irregulares e freqüentes podem conduzir à anemia ferropênica, sendo maior o risco no país e/ou populações que não têm uma nutrição adequada” (164). Depois concluem, entre outras coisas, que “até o momento atual a Farmacopéia norte-americana e a Food and Drug Administration (FDA) dos Estados Unidos não autorizam o uso do Ovrette para mulheres que estejam amamentando” (165). Por tudo isso o estudo termina recomendando a “suspensão da distribuição e uso de Ovrette em mulheres que estejam amamentando, até que se tenham estudos com adequado desenho epidemiológico, demonstrando inocuidade na criança que, tendo recebido o Norgestrel através do leite materno, alcance sua maturidade reprodutiva. Nestes estudos dever-se-á fazer referência particular a populações com altos índices de desnutrição” (166).

Tal como afirma o diário La Prensa de Tegucigalpa de 11.6.1993 “a minipílula é distribuída sem a informação que os próprios produtores elaboraram para ser proporcionada à paciente. **Nos Estados Unidos nenhuma mãe lactante usa Ovrette**”. Na nota de imprensa de 25.6.1993 de Vida Humana Internacional, expressa-se que “isso tem as características de um projeto da USAID para usar as mulheres do Terceiro Mundo como porquinhos-da-índia para experimentar novos produtos. Os hondurenhos estão preocupados pelo fato de que este poderia ser um novo programa experimental que viola os acordos internacionais, e pensam que a distribuição deste contraceptivo poderia ser outro esforço eugenésico para eliminar certas classes de pessoas tornando-as inférteis, mesmo quando, ao fazê-lo, se cause dano às crianças”. Para um bom entendedor, poucas palavras...

e.7.

A AID subvenciona também revistas que promovem o controle de natalidade. Por exemplo, o projeto n.º DPE 3055-C-00-0051-00 financia a revista “Atualidade Geral em Planejamento Familiar”, que é o resultado do projeto Family Planning Management Development, cujo Comitê Consultivo está composto por representantes das filiais locais da IPPF no Equador, Honduras, Colômbia e México. Um de seus números está dedicado a “Como utilizar a informação sobre o abandono do uso de anticoncepcionais para reter os clientes” das clínicas de planejamento (castração) familiar. Alguns dos temas desenvolvidos são: “Dizer de quais clientes se deve fazer um acompanhamento”; “Formas simples de identificar clientes que não atendem a sua entrevista”; “Um

sistema especial de acompanhamento diário”; “Utilizar um registro diário de atividades para identificar as ausentes”; “Uso de informação sobre as pessoas que abandonam para averiguar quem e por que”; “Elaborar e utilizar uma planilha para estudar as características das pessoas que abandonam”; “Análise do período de tempo que as clientes utilizam um método antes de abandoná-lo”; etc. O único objetivo desta publicação pode-se sintetizar em que “ao demonstrar que o pessoal da clínica se interessa pela saúde reprodutiva das clientes e pela satisfação que lhes causa o uso de um método anticonceptivo efetivo, **conseguir-se-á com o tempo reter um maior número de usuárias de métodos anticonceptivos permanentes**” (167).

F) As principais fundações norte-americanas que financiam as atividades de controle populacional

Nos EUA existem mais de 1.000 Fundações que aportam dinheiro para o controle de natalidade. Detalharei só as principais, e entre parênteses mencionarei algumas das doações efetuadas durante 1991 a organismos que integram a “multinacional da morte”, tudo isso conforme um dossiê especial preparado por Vida Humana Internacional. São elas:

1. The Ahmanson Foundation (US\$ 100.000 à Paternidade Planificada de Los Angeles);
2. Atkinson Foundation;
3. The Community Foundation of Greater Washington D.C. (US\$ 10.000 ao Population Crises Committee, hoje Population Action International);
4. S.H. Cowell Foundation (US\$ 50.000 ao Population Council e US\$ 50.000 ao Population Crises Committee);
5. The George Gund Foundation (US\$ 30.000 ao Population Crises Committee e US\$ 25.000 ao Zero Population Growth);
6. The William and Flora Hexlett Foundation;
7. John D. and Catherine T. MacArthur Foundation;
8. The Andrew W. Mellon Foundation (US\$ 450.000 ao Family Health International, US\$ 500.000 ao Pathfinder Fund, US\$ 285.000 à IPPF, US\$ 1.800.000 ao Population Council e US\$ 120.000 à World Health Organization);
9. The Ford Foundation;
10. Pathfinder Fund;
11. Edward John Noble Foundation, Inc. (US\$ 150.000 ao Population Council e US\$ 20.000 ao Zero Population Growth);
12. The David and Lucile Packard Foundation (US\$ 91.000 à IPPF);
13. The Prospect Hill Foundation, Inc. (US\$ 40.000 ao Population

Crises Committee);

14. Public Welfare Foundation, Inc. (US\$ 54.000 ao Pathfinder Fund e US\$ 75.000 ao Population Crises Committee);

15. The Rockefeller Foundation (US\$ 25.000 ao Pathfinder Fund, US\$ 450.000 ao Population Council e US\$ 700.000 à World Health Organization);

16. The Scherman Foundation, Inc. (US\$ 25.000 ao Population Crises Committee).

Agora, e conforme o mesmo dossiê, farei uma breve lista com algumas das doações das principais fundações a diversos países do Terceiro Mundo, a saber:

- Fundação Ford: US\$ 8.000 ao Governo do Egito; US\$ 49.500 para atividades do Conselho de População no Brasil; US\$ 50.000 à Liga Internacional de Mulheres no Rio de Janeiro; US\$ 40.000 ao Comitê de Crise de População para atividades de aborto no Peru; US\$ 32.700 à Universidade Heredia do Peru; US\$ 86.000 à Liga Internacional de Mulheres na Indonésia; e US\$ 49.500 ao Conselho de População na Indonésia.

- Fundação Rockefeller: US\$ 81.540 ao Governo do Egito; US\$ 350.000 a um instituto da Nigéria; US\$ 20.670 à Universidade de Ibadan na Nigéria; US\$ 10.100 à Universidade de Lagos na Nigéria; US\$ 228.100 à Tanzânia; US\$ 73.050 à Índia; US\$ 19.100 à Universidade de Dacca em Bangladesh; US\$ 99.500 ao Governo da Costa Rica; US\$ 170.000 ao Governo de Honduras; US\$ 450.000 para estudos reprodutivos em Honduras; US\$ 48.000 em contraceptivos ao Governo do Brasil; US\$ 99.500 em anticoncepcionais para o Governo de São Paulo; US\$ 27.000 à Universidade Autônoma de Santiago de Chile; US\$ 92.950 à Universidade Médica de Pequim; US\$ 35.600 à Academia de Medicina de Pequim destinados ao aborto; US\$ 13.500 à Universidade de Pequim e US\$ 74.420 ao Governo de Indonésia.

- Fundação David e Lucía Packard: US\$ 91.000 à IPPF para atividades gerais na Costa Rica; US\$ 91.000 à IPPF, para atividades gerais em Honduras; US\$ 91.000 à IPPF, para atividades gerais na Colômbia, US\$ 100.000 ao Population Council, para introduzir o DIU Cooper T380A na Colômbia e US\$ 91.000 à IPPF, para atividades gerais no Uruguai.

- Fundação Jessie Smith Noyes: US\$ 40.000 para aborto, US\$ 26.450 para treinamento de médicos aborteiros, US\$ 15.000 para contraceptivos, e US\$ 40.000 para educação sexual, tudo isso na Colômbia; US\$ 13.000 para direitos reprodutivos em São Paulo; e US\$ 15.000 às “Católicas pelo Direito de Decidir” da República Oriental do Uruguai.

- Fundação Juan e Catalina T. MacArthur: US\$ 740.000 para a

Universidade de Ibadan na Nigéria; US\$ 194.000 para a filial mexicana da IPPF; US\$ 260.000 ao Centro de Orientação para Adolescentes do México D.F. e US\$ 509.200 para a Associação População e Progresso da Tailândia.

Corporação Carnegie de Nova York: US\$ 150.000 à Coalizão Internacional de Mulheres na Nigéria; US\$ 460.000 para saúde reprodutiva na África Subsaariana; US\$ 120.000 ao Conselho de População, para fertilidade adolescente no Caribe; e US\$ 120.000 ao Conselho de População para fertilidade adolescente no México.

G) Os organismos pseudocientíficos que promovem o controle de natalidade. Seu financiamento

Ao redor da “multinacional da morte” há uma série de instituições que se dedicam a dar um sustento teórico às práticas contraceptivas em nível mundial. Trata-se de organizações de diversos tipos: associações civis sem fins aparentes de lucro, seções de universidades, institutos dependentes ou com convênios universitários, centros de documentação internacionais etc.

Quanto à obtenção de seus fundos, dependem exclusiva ou majoritariamente de fundações que promovem o controle de natalidade, agências das Nações Unidas dedicadas a isso, ou laboratórios que produzem contraceptivos; e para assegurar uma atividade conforme os fins dos doadores, estes detêm os cargos executivos. Isso faz com que todas as suas investigações estejam direcionadas previamente, para dar uma aparente justificativa teórica e científica às campanhas de controle de natalidade em suas diversas manifestações. Trata-se de instituições com fins políticos e geopolíticos, porém, com uma camuflagem científica. Não lhes interessa descobrir a verdade sobre as questões demográficas, mas unicamente difundir idéias falsas a respeito, em dois níveis: o acadêmico e diante dos meios de comunicação. Passaremos em revista rapidamente algumas delas:

- Family Health International publica um boletim trimestral em castelhano, denominado Network, que distribui gratuitamente entre seus assinantes. O índice dos volumes 1 a 7, que compreende os anos 1986 a 1992, e foi publicado neste último ano, expressa: “Family Health International é uma organização biomédica sem fins de lucro, destinada à investigação e assistência técnica **para o desenvolvimento de anticoncepcionais, o planejamento familiar, a saúde reprodutiva e a prevenção da AIDS ao redor do mundo ... Network em espanhol recebe apoio parcial da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID)**”.

O número correspondente a outubro de 1993 contém uma “foto

da fachada por Beryl Goldberg. Cartaz da IPPF”, quatro artigos onde se analisam métodos para melhorar a qualidade de atenção nas clínicas de planejamento familiar (p. 4/13), 3 artigos promovendo o contraceptivo Depo-Provera (p. 14/19 e 27), e os artigos: “A AIDS e as DST promovem o uso dos métodos de barreira” (p. 20/22), “Um projeto de esterilização oferece um modelo para uma melhor atenção” (p. 23/26) e “Métodos só de progestina: seguros para a lactância” (p. 32-33).

- O Instituto Alan Guttmacher, com escritórios em Nova York, publica em castelhano todos os anos a revista “Perspectivas Internacionais em Planejamento Familiar”. É interessante destacar que o Dr. Alan Guttmacher foi membro diretivo da Sociedade de Eutanásia dos EUA; depois passou a ser membro do Comitê Diretivo de Paternidade Planificada (a filial norte-americana da IPPF); e detendo tal cargo, fundou o Instituto que leva seu nome. No número especial de 1987, figuravam como membros da Comissão Consultiva Editorial da revista antes mencionada, “curiosamente” as seguintes pessoas: Roushdi A. Henin, do Conselho de População; W. Parker Mauldin, da Fundação Rockefeller e Nafis Sadik, uma nativa do Paquistão, que trabalha como Diretora de Programas do Fundo das Nações Unidas para Atividades em Matéria de População (FNUAP), desde inícios da década dos anos setenta, até 1987, quando foi designada sua Diretora Executiva, cargo pelo qual presidiu a Conferência de População de 1994, no Cairo.

Para darmos uma idéia mais acabada da orientação da revista, transcreverei os temas de que tratou o número especial de 1987: “Atitudes dos Estudantes e Docentes Costarriquenhos Frente ao Sexo e à Educação Demográfica” (p. 1 a 5); “Fecundidade e Uso de Anticoncepcionais no Panamá” (p. 6 a 11); “Aborto Induzido: Uma Perspectiva Mundial” (p. 12 a 16); “A Sexualidade na Adolescência no Peru” (p. 17 a 21); “O Financiamento para Questões de População: É suficiente?” (p. 22 e 23); “A Suspensão das Vendas de DIUs nos Estados Unidos: Que Implicações Internacionais tem?” (p. 28 a 32); “Risco de Câncer Pouco Comum do Fígado Depois de 8 anos da Pílula” (p. 34); “Hospitais Brasileiros Relaxam Critérios para a Esterilização Feminina” (p. 35 e 36); “Variações no Começo e a Duração do Período de Procriação” (p. 37); “Enquetes de Homens Sobre a Anticoncepção na República Dominicana” (p. 38); “Colômbia: Profamilia (filial da IPPF) Estuda a Comercialização de Anticoncepcionais” (p. 39) e “Vínculo Entre Uso a Longo Prazo da Pílula e o Câncer Cervical” (p. 40). O temário da publicação me exime de maiores comentários.

- A Universidade John Hopkins, de Baltimore (EUA), tem um Programa de Informação sobre População, que realiza publicações em inglês e francês, a principal das quais é a Population Reports, um de cujos números analisarei detalhadamente ao tratar do capítulo dos meios

de comunicação de massa.

- Em Washington tem sua sede o Centro de Opções em População, que “trabalha para reduzir a incidência da gravidez involuntária das adolescentes através de programas que melhoram as oportunidades dos jovens em áreas de educação, acesso aos serviços de saúde e planejamento familiar”. Tal Instituto constituiu o Centro Internacional de Documentação sobre Fecundidade Adolescente (ICAF), que publica em castelhano a revista trimestral “Reflexão Juvenil”. O número de setembro de 1989 contém um artigo de fundo intitulado “Prevenir o quê? Os anticoncepcionais como meio fundamental para prevenção da gravidez”. Ali se contém afirmações como as seguintes: Para o casal que já mantém relações sexuais, a única maneira de evitar uma gravidez é mediante o uso de anticoncepcionais” (p. 1); em continuação o artigo analisa “por que os programas (de planejamento familiar) evitam oferecer anticoncepcionais?”, mencionando as seguintes causas: 1) proibições oficiais; 2) oposição de pais e da comunidade; 3) temor de que fomente as relações sexuais; 4) “pressão para produzir (sic) o primeiro filho”; 5) ignorância; 6) “moralidade” (sic). O artigo afirma depois que **“Nosso desejo de que os adolescentes não experimentem a sexualidade não os impedirá que o façam.** Os jovens têm relações sexuais e é necessário que os adultos o reconheçam. Muitos dos que trabalham com os jovens e os promotores do planejamento familiar se opõem pessoalmente às relações pré-maritais. Esta atitude de desaprovação pode obstaculizar o uso responsável de anticoncepcionais entre os clientes adolescentes sexualmente ativos” (p. 2). O capítulo seguinte se refere aos “passos para oferecer serviços anticoncepcionais” (p. 2 e 3).

- The Population Institute, com sede em Washington, e presidido por Werner Fornos, se apresenta em seus boletins como “a organização independente (sic), sem fins de lucro maior em nível popular, especializando-se em assuntos de população mundial. Estamos comprometidos a criar consciência, educar o povo sobre as conseqüências, e desenvolver diretrizes e apoio para superar o problema da população mundial”. Tal organismo convocou na República Dominicana a “Conferência Preparatória de Ativistas Não-Governamentais da América do Norte, América Central e o Caribe”, realizada entre 26 e 30 de abril de 1993. Essa Conferência foi copatrocinada pelas seguintes filiais nacionais da IPPF: a Associação Dominicana Pró Bem-Estar da Família, a Associação Demográfica Costarrriquenha e a Associação Pró Bem-Estar da Família de Guatemala (em formação). Esta reunião foi preparatória da Conferência de População e Desenvolvimento realizada no Cairo em 1994, organizada pelo PNUD, e o objetivo foi fixar pautas comuns das ONGs, para

pressionar o Egito. O lema da convocatória dizia: “No Cume da Terra no Rio o ano passado, o poder do Vaticano e o medo de ocupar-se de assuntos contraceptivos relegou a um posto secundário na agenda o discurso da superpopulação e o papel importante que desempenha na destruição do meio ambiente e nas privações humanas. A Conferência de População e Desenvolvimento no Cairo em 1994 é nossa última oportunidade, antes do fim da década, de unir um consenso entre os líderes do planeta. Desta vez teremos que discutir a crise da população e as decisões difíceis que se deverão tomar mundialmente”. Também afirma que “Em 1992 e em princípios de 1993, as Nações Unidas patrocinaram seis reuniões com especialistas, nas quais se discutiram e fizeram recomendações sobre os seguintes temas: Programas de planejamento familiar, a saúde e o bem-estar da família...”.

- Population Action International, antes denominado “Population Crises Committee”, com sede em Washington, tem publicados 8 pacotes com informação sobre políticas de população; o último deles, de setembro de 1993, intitula-se “Ampliação do acesso ao aborto sem risco — Questões básicas de política” (está impresso em papel reciclado, o que demonstra o interesse pelas plantas daqueles que negam o direito à vida aos homens...). Ali se afirma, entre muitas outras coisas, que: **“o aborto deverá ser oferecido em nível adequado, mas sob o sistema de atenção de saúde com um sistema de envio de casos complicados a estabelecimentos melhor dotados, segundo corresponda. A aspiração uterina é agora a técnica preferida para o aborto precoce e para o tratamento do aborto incompleto. A aspiração uterina manual, uma técnica segura e eficaz, acha-se muito subutilizada, apesar de ser portátil e de baixo custo, fatores estes que a fazem especialmente conveniente para os países em desenvolvimento. A nova combinação abortiva de medicamentos de RU 486 e prostaglandina poderia também melhorar possivelmente o acesso à atenção de qualidade de aborto. O acesso de ampla base aos serviços de aborto voluntário sem risco é um elemento essencial da atenção de saúde da mulher. Para as mulheres que têm completo controle de suas vidas reprodutivas (sic), o aborto é um respaldo necessário da anticoncepção”** (168).

- O Conselho de População foi “beneficiado” pelo laboratório Roussel Uclaf com a doação dos direitos de patente para a fabricação e venda nos EUA da pílula abortiva RU 486. Desta forma, o laboratório francês aceitou a fabricação da mesma nos Estados Unidos, vencendo-se sua resistência pelo risco econômico que significariam os pleitos por danos e prejuízos causados às usuárias norte-americanas. Os passos seguintes são: a) a escolha por parte do Conselho do laboratório que fabricará o fármaco abortivo — laboratório que assumirá o risco jurídico e patrimonial -; e b) o começo da fabricação e venda do produto. Desta

maneira Clinton cumprirá sua promessa de introdução da RU 486 em seu país, como anunciou logo após assumir a presidência (169).

Instituições como estas há muitíssimas, especialmente nos EUA; só escolhi algumas delas a título de exemplo, e sem que por isso sejam as mais importantes ou representativas. **Como se pode apreciar, a comunidade de fins, interesses e meios entre a ONU, a IPPF e estes organismos é total.**

CAPÍTULO 7
A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS:
PRIMEIRO EXPORTADOR MUNDIAL DE CONTRACEPÇÃO

A

O título deste capítulo pode parecer exagerado. Todavia não o é. Para fazermos idéia da importância que tomou nos últimos anos a ONU, basta compreender que “com um volume de compras que excede os 1700 milhões de dólares e oportunidades comerciais que se aproximam de 23.000 milhões de dólares anuais, a Organização das Nações Unidas (ONU) e os organismos que a integram transformaram-se em um importante mercado para provedores de bens e serviços dos países em desenvolvimento ... a maioria dos bens adquiridos compreende equipamentos de escritório, computadores, veículos, equipamentos de laboratório, produtos farmacêuticos, serviços de especialistas e consultores ... elaboração e execução de projetos em cooperação com os governos beneficiários” (170). Isto demonstra que as Nações Unidas se converteram em uma entidade supranacional com um orçamento astronômico, que supera o de muitos países (US\$ 1.700.000.000 anuais só para compras de bens e serviços...).

a.1.

Já na década dos anos 60, distintos organismos pertencentes às Nações Unidas começaram sua atividade contraceptiva, de forma progressiva. Hoje todas as agências da ONU têm entre seus objetivos principais — e em algumas delas praticamente único — a difusão e implantação do controle da natalidade nos países em desenvolvimento. Para demonstrar isso, repassaremos os documentos mais importantes, elaborados nos últimos anos pelas principais agências da ONU.

É necessário advertir ao leitor que os funcionários das Nações Unidas são gente inteligente, hábil e com muitíssima experiência. Portanto, seus objetivos de controle de natalidade estão muito bem dissimulados, tanto nos documentos oficiais da instituição, como nas atividades que leva à prática. Os documentos mencionam a saúde reprodutiva, a saúde da mulher e a igualdade de seus direitos, o bem-estar da infância, o direito humano à livre escolha da oportunidade e espaçamento dos filhos etc., e por lá, em letras pequenas e como que perdidas no texto, aparecem referências mais claras à coação no “planejamento familiar” (ou, se preferir, que tal planejamento é efetuado por organismos da ONU). Assim mesmo, o dinheiro concedido em

empréstimo, ou os programas nos quais intervêm ou assessoram as Nações Unidas, têm designações aparentemente inócuas, como estudos sobre população e desenvolvimento, desenvolvimento sustentável, iniciativa para a maternidade sem riscos, atenção aos meninos de rua etc.

a.2.

Ademais, os organismos dependentes das Nações Unidas cuidam de sua “boa imagem” diante dos cidadãos dos países onde trabalham. Para isso concedem com generosidade prêmios e bolsas por concursos a jornalistas: por exemplo, todos os anos o PNUD concede o Prêmio Desenvolvimento Humano “para aqueles profissionais da imprensa que tenham escrito o melhor artigo sobre o Relatório Desenvolvimento Humano em geral, algum tema tratado pelo mencionado Relatório ou o Desenvolvimento Humano na Argentina. O citado Relatório de Desenvolvimento é preparado anualmente por uma equipe de especialistas internacionais ... Serão premiados os melhores artigos sobre estes temas publicados entre 24 de abril de 1992 e 31 de março de 1993, correspondendo ao ganhador uma visita à sede do PNUD em Nova York, com passagem e estadia de cinco dias pagos” (171). O objetivo é óbvio: com os prêmios buscam que os jornalistas difundam seus relatórios, e, ademais, que o façam de maneira favorável aos mesmos — requisito indispensável para aspirar ao galardão — e o prêmio consiste em uma estadia paga ao jornalista em um dos escritórios para “incentivá-lo” ainda mais a continuar louvando o PNUD...

As agências da ONU e seus organismos dependentes realizam com frequência campanhas publicitárias pagas, para adquirir, difundir ou melhorar sua própria imagem ante a opinião pública. Na Argentina, 1993 foi o ano do UNICEF neste sentido. Já em março publicou-se nos principais jornais de Buenos Aires, em um quarto de página, que “Unicef e Canal 13 lançam o primeiro programa para crianças que durará 24 horas por dia, os 365 dias do ano. Uma campanha de proteção e defesa dos direitos de todas as crianças, que desde hoje começa na frequência 3.60 e durará o resto do ano. Porque as crianças estão em primeiro lugar, Canal 13 está com as crianças” (172). Com motivo do comercialmente denominado “dia da criança”, o Unicef da Argentina publicou um aviso em conjunto com o cartão de crédito American Express e a loja de brinquedos “El país de las Maravillas”, para incentivar a compra de brinquedos (173), e no interior, “Córdoba Shopping Center, Canal 10 e Unicef trabalham juntos na campanha ‘Todos pelas crianças 1993’” (174). Esta campanha publicitária permitiu à Unicef Argentina arrecadar “durante a coleta anual do Dia da Criança cerca de 5.000.000 de pesos” (175).

a.3.

Por outro lado, os organismos dependentes das Nações Unidas estabelecem boas relações com as instituições de maior peso social. Por exemplo, na República Argentina é inocultável seu desejo de “congrajar-se” com a Hierarquia da Igreja Católica. O Sr. Eduardo Bustelo foi Presidente do UNICEF-Argentina até meados de 1994, e responsável por tal organismo na América Latina para as políticas de minoridade. Dissertou no III Encontro de Construtores da Sociedade, organizado pela Comissão Episcopal de Pastoral Social, realizado em Tanti (Província de Córdoba), onde interveio no painel da Comissão 5 (“Os direitos das crianças”), em 26 de setembro de 1992. Seu contato permanente com o Episcopado é feito através da Prof. María Verónica Rodríguez, do Secretariado Permanente para a Família da Conferência Episcopal Argentina.

O UNICEF colabora economicamente com tal Secretariado. Por exemplo: “de 1º a 6 de março de 1992, desenvolveu-se o Encontro organizado pela Área Infância e Adolescência, do Secretariado para a Família ... auspiciado pela Fundação Navarro Viola e UNICEF-Argentina ... Depois de almoçar com todos os participantes, as autoridades do Secretariado, acompanhadas pelo doutor Eduardo Bustelo, diretor do UNICEF-Argentina...” (176). “Desde 1990 a Área Infância e Adolescência vem promovendo a humanização e abertura institucional, ao oferecer e organizar com o apoio do UNICEF, seminários sobre ‘Crianças em situação de risco’” (177). Ademais, “a Secretaria de Desenvolvimento Social aprovou a concessão de uma parcela de 200 mil pesos ao Secretariado Permanente para a Família da Conferência Episcopal Argentina... O programa conta com a participação, execução e financiamento do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). O mesmo organismo aportará 53.000 pesos para o projeto” (178).

Não tenho motivos para pôr em dúvida a sinceridade e honestidade do Sr. Bustelo e muitíssimo menos dos integrantes do Secretariado Permanente para a Família, mas a tática dos hierarcas do UNICEF é evidente: em todo o mundo promovem o aborto — como veremos seguidamente —; na Argentina, onde é penalizado, financiam projetos do Episcopado; nessas condições, quem se animará a criticá-los? E se são questionados, quem sairá a defendê-los?...

a.4.

Em seguida estudaremos documentos das diversas Conferências das Nações Unidas. Para compreender o nível dos participantes das mesmas — e dessa triste realidade se podem deduzir os resultados dessas reuniões — é esclarecedora uma recente notícia jornalística, intitulada sugestivamente “Moças, urgente”. Diz assim: “Para debater planos de erradicação da pobreza no mundo estão reunidos

em Copenhague altos representantes de 130 países. Paralelamente, as trabalhadoras da noite manobram para tirar partido do conclave. Segundo a agência Reuter, os clubes de *strip-tease* e os serviços de acompanhantes noturnas estão contratando mais moças — requerem umas 4.000 — e muitos locais de diversão têm abertas suas portas as 24 horas durante a Cúpula convocada pela ONU, que durará até o domingo. ‘Mediante avisos nos diários solicitamos mais bailarinas tailandesas, da Inglaterra e da Europa do Leste, além das dinamarquesas’ — explica Marianne Gro, dona do Wonder Bar. ‘Trata-se de oferecer qualidade e variedade’. Quem dirige estes serviços responde ao interesse de muitos funcionários nas atividades sociais *extraprogramáticas* que oferece o país nórdico” (179).

B) Intervenções de organismos da ONU nas Conferências de População de Bucareste e México, e do Meio Ambiente no Rio de Janeiro

Nos capítulos respectivos, mencionei a atuação das agências das Nações Unidas em ambas as Conferências de População, e remeto-me a isso. Vale a pena recordar que o primeiro antecedente importante da múltipla atividade contraceptiva das Nações Unidas foi a Conferência de Bucareste. Por serem eloqüentes, transcrevo parágrafos do discurso do diretor do UNICEF em tal reunião:

“Estou persuadido de que, para serem verdadeiramente eficazes, as políticas demográficas nacionais devem traduzir-se em medidas precisas que afetem direta e individualmente a vida das famílias, e as animem a tomar, voluntariamente, decisões sobre a qualidade de sua própria vida... Por isso, o problema crucial é motivar hoje as famílias para limitarem o número de filhos com o fim de romper o círculo vicioso da miséria e da ignorância, para permitir uma elevação do nível de vida de cada um e, deste modo, contribuir para o desenvolvimento do país ... Em 1967, o Conselho de Administração do UNICEF autorizou a ajuda para o planejamento familiar, que ‘será outorgada a pedido dos governos e constituirá uma parte dos serviços de saúde do país, e não uma categoria distinta de assistência’” (180).

b.1.

A chamada “Cúpula da Terra”, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992, é um exemplo típico e recente da manipulação contraceptiva, exercida pelos organismos internacionais dependentes das Nações Unidas, conjuntamente com as ONGs (organizações não-governamentais reconhecidas pela ONU) e os governos dos principais países desenvolvidos, os quais atuam de forma solidária a estes fins. O estudo dos documentos preparatórios da Eco 92 e seu desenrolar assim o demonstram. Adiante estudaremos a atuação dos distintos organismos

dependentes das Nações Unidas, basicamente através dos documentos prévios da Conferência do Rio de Janeiro, para provar a atitude contraceptiva denunciada:

C) O Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP)

Fundado em 1967, seu primeiro diretor foi o Sr. Rafael M. Salas. Desde o início de suas atividades, trabalhou estreitamente ligado ao Banco Mundial (presidido desde 1968 e por muitos anos por Robert S. McNamara) e com o Conselho de População (do Grupo Rockefeller). Já em 1973 dispunha de um capital de cem milhões de dólares, que atualmente multiplicou muitas vezes. É tal sua envergadura em todo o mundo, que tem um representante residente na Argentina, que coincide com o coordenador residente das Nações Unidas em nosso país, que é o Sr. Timothy Painter, que apresentou suas credenciais ante o nosso chanceler Di Tella, com o qual discutiu sobre o Programa Nacional de Cooperação Técnica para o período 1992-1996, plano conjunto do governo com o PNUD (181).

“O mandato do FNUAP foi estabelecido em 1973 pelo Conselho Econômico e Social. É o seguinte: — adquirir a capacidade necessária para satisfazer as necessidades nas esferas da população e do planejamento familiar ... O FNUAP presta assistência aos países em desenvolvimento a fim de que estes: — melhorem seus serviços de saúde genésica e ofereçam serviços universais de planejamento familiar ... O financiamento do FNUAP depende inteiramente de contribuições voluntárias; o Fundo não se financia nas contas do orçamento ordinário das Nações Unidas. Em 1994, a receita do FNUAP foi de 265,1 milhões de dólares (cifras provisionais). Em 1994 houve 88 doadores ao FNUAP, a maioria deles, países em desenvolvimento. Os maiores doadores do Fundo na atualidade são: o Japão, os Estados Unidos, os Países Baixos, a Alemanha, a Noruega, a Dinamarca, a Suécia, o Reino Unido, o Canadá, a Finlândia, a Suíça, a França, a Bélgica, a Austrália e a Itália... O Fundo das Nações Unidas é a maior fonte de assistência em matéria de população financiada internacionalmente, e administra diretamente a quarta parte da assistência mundial aos países em desenvolvimento em matéria de população” (182).

Embora a Conferência do Rio de Janeiro devesse versar sobre questões ambientais e, por isso, dentro do organograma da ONU corresponderia sua organização ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), por carecer este da experiência e disponibilidade de meios econômicos e técnicos da envergadura requerida para o evento, foi o FNUAP que trabalhou com afinco nas tarefas preparatórias da Eco 92. Vejamos seus documentos:

c.1

O Fórum Internacional sobre a População e o Século XXI: realizado em Amsterdã, de 6 a 9 de novembro de 1989, aprovou a denominada “Declaração de Amsterdã — uma vida melhor para as futuras gerações”. Ali se podem ler frases como as seguintes: “Representantes de 79 países participaram do Fórum. O Fórum foi organizado pelo FNUAP em cooperação com o Governo dos Países Baixos. O propósito fundamental do Fórum era o de reunir os ministros, oficiais superiores dos governos e peritos em população de todo o mundo para debater aberta e francamente as questões mais importantes em matéria de população para o decênio de 1990 e mais adiante” (183).

c.1.1.

No Preâmbulo afirma: “reconhecemos que a população, os recursos e o meio ambiente estão indissolúvelmente ligados entre si e sublinhamos nosso compromisso de chegar a conseguir uma relação sustentável entre a quantidade de seres humanos, os recursos e o desenvolvimento” (184). No capítulo de “População e desenvolvimento sustentável”, recomenda, entre os meios para alcançar tal desenvolvimento, “fortalecer a qualidade, a eficácia e o alcance dos serviços de planejamento familiar, tanto no setor público como no setor privado” (185).

Como objetivos em matéria de população, propõe-se: “Reduzir a média do número de filhos por mulher para que seja compatível, pelo menos, com as projeções de população das Nações Unidas segundo a variante média; reduzir consideravelmente a proporção de mulheres que atualmente não usam métodos confiáveis de planejamento familiar... incrementar a prevalência do uso de anticoncepcionais em países em desenvolvimento com o objetivo de alcançar ao menos 56% das mulheres em idade de procriar até o ano 2000 ... e ampliar assim o número de casais usuários, estimado atualmente em 326 milhões, para chegar a 535 milhões” (186).

c.1.2.

Entre as prioridades dos programas a implementar — conforme o documento citado — destaca-se “a necessidade de ampliar o alcance e a qualidade dos programas de saúde materno-infantis e planejamento familiar onde quer que seja possível, dentro do contexto da atenção primária de saúde” (187), “a necessidade de capacitar um número suficiente de funcionários, incluídos os diretores de programas, a fim de possibilitar que cheguem a ser auto-suficientes na execução de programas de população de maior amplitude” (188). Também prioriza “a estreita relação entre os programas de luta contra as enfermidades de transmissão sexual, incluindo a AIDS, e a saúde materno-infantil, o planejamento familiar e a educação e informação sobre população” (189).

c.1.3.

Quanto aos “recursos necessários” para obter seus fins, tal trabalho afirma que “um programa equilibrado e integral de população abarca várias atividades importantes. São estas, entre outras, serviços de planejamento familiar e informação a respeito. O custo anual mínimo do apoio a tais atividades estimado para o ano 2000 é da ordem dos 9.000 milhões de dólares” (190). Depois o documento sustenta que “o total dos gastos nacionais e internacionais para o planejamento familiar e outras importantes atividades de população em todos os países em desenvolvimento ascenderam a um total em torno de 4.500 milhões de dólares. A maneira de mobilizar os 4.500 milhões de dólares adicionais de que necessitarão anualmente até o ano 2000 é então o principal desafio que todos enfrentamos hoje” (191).

c.1.4.

Os participantes do Fórum concluíram com diversas conclamações:

1) “*a todos os países*, a fim de que acrescentem seu compromisso político em prol dos programas e políticas de população em consonância com as prioridades e aspirações nacionais e tendo em conta os princípios do Plano de Ação Mundial sobre População de 1974, confirmados e ampliados na Conferência Internacional de População, realizada no México em 1984” (192), também para que “assegurem que os programas de população proporcionem educação, orientação e serviços para os jovens... assegurem que todos os casais e pessoas tenham garantido o direito humano de decidir livre e responsavelmente o número e o espaçamento de seus filhos, e tenham informação, educação e meios para fazê-lo, em conformidade com o Plano de Ação Mundial sobre População...” (193).

2) *A conclamação a todos os países em desenvolvimento*, a fim de que “...aumentando as dotações orçamentárias para os setores sociais, particularmente em matéria de educação, saúde, planejamento familiar e proteção ambiental” (194).

3) *A todos os países doadores* se conclama para que “respondam positivamente aos pedidos de assistência para questões de população e aumentem a proporção de sua ajuda ao desenvolvimento destinada a atividades de população” (195).

4) *A conclamação a todos os parlamentares e dirigentes da comunidade* foi para que “apóiem as iniciativas, incluídas as medidas legislativas, para promover a formulação de estratégias nacionais de população” (196).

5) *À imprensa e aos meios de comunicação* convocou-se para que “reconheçam o valor e a boa relação custo-eficácia da utilização de formas de comunicação modernas e tradicionais com grande poder de

atração sobre o público, assim como diversos enfoques inovadores, a fim de proporcionar informação e motivar grandes quantidades de pessoas, incluídas as que vivem em zonas isoladas, para que possam optar com conhecimento de causa em matéria de planejamento familiar” (197).

6) Às Nações Unidas, aos seus organismos especializados, ao Banco Mundial e aos bancos regionais de desenvolvimento, se instou a assegurar “que as preocupações em matéria de população sejam incluídas nos programas ordinários de todos os organismos e organizações das Nações Unidas, e que se conceda cada vez maior prioridade aos programas de população quanto se trate de destinar recursos” (198).

7) Às organizações não-governamentais se convocou, a fim de que “prossigam desempenhando seu importante papel e o ampliem, em caráter de co-partícipes com as organizações internacionais, os governos e o setor privado: na promoção do direito de homens e mulheres de controlar voluntariamente sua reprodução a fim de assegurar uma melhor qualidade de vida (sic) ... na abordagem de problemas de população e ambientais de maneira integrada; e na mobilização de maiores recursos públicos e privados” (199).

c.1.5.

Este documento nos permite conhecer as políticas que em matéria de população e meio ambiente desenvolvem os organismos internacionais dependentes das Nações Unidas, conjuntamente com os países desenvolvidos e quem — em todo o mundo — segue suas diretivas, a saber: muitos parlamentares e dirigentes políticos, meios de comunicação social, todos os organismos multilaterais de créditos, muitas organizações não-governamentais (ONGs) e organizações feministas. Para compreender isso com maior claridade, recordemos alguns parágrafos transcritos mais acima:

1º) *Fins*: entre os objetivos que se delineiam surge com nitidez:

a) a preponderância dada aos serviços de planejamento familiar, que se propõem aumentar consideravelmente, tanto da órbita da saúde pública, quanto de organismos privados;

b) também se propõe reduzir o número de filhos por mulher e,

c) ao mesmo tempo, aumentar notavelmente o número de mulheres usuárias de métodos contraceptivos no Terceiro Mundo.

2º) *Meios*: Para isso:

a) pretendem incluir nos programas de atenção primária de saúde os serviços de planejamento familiar, entendidos como um meio eficaz de redução da natalidade;

b) ademais, capacitarão funcionários públicos dos países do Terceiro Mundo, para que sejam “auto-suficientes na execução de

programas de população de maior magnitude” — obviamente ditos programas serão elaborados pelo FNUAP;

c) finalmente destacam a inter-relação que deve haver entre os planos de luta contra as enfermidades de transmissão sexual, incluída a AIDS, a educação e informação sobre população, para o planejamento familiar.

3º) *Recursos econômicos*: Para tudo isso, têm a meta de duplicar os fundos destinados ao planejamento familiar, elevando-os de US\$ 4.500.000.000 gastos em 1987, a 9.000.000 milhões para o ano 2.000.

4º) *Recursos humanos*: A fim de obter a redução da natalidade dos países em desenvolvimento, que é o principal objetivo político e institucional desses organismos dependentes das Nações Unidas, propõem-se fazer convergir a este fim prioritário:

a) os esforços dos governos de todos os países do mundo, em especial os ofertantes de dinheiro e os dos próprios países cuja taxa de natalidade se pensa diminuir. As principais áreas de trabalho são as referentes à saúde pública e educação. Ao acionar os governos, devem-se somar:

b) os parlamentares e demais dirigentes da comunidade;

c) os meios de comunicação social;

d) todos os organismos dependentes das Nações Unidas, especialmente o FNUAP;

e) o Banco Mundial e os bancos regionais de desenvolvimento;

f) as ONGs; e

g) as organizações feministas.

D) A UNESCO e o controle de natalidade

Apesar de se tratar, em princípio, do organismo das Nações Unidas dedicado à educação e cultura, também a UNESCO tem-se destacado pela defesa dos princípios do controle de natalidade. Dois congressos o provam fidedignamente. Vejamos:

d.1.

A Conferência Mundial sobre a Educação para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, em março de 1990, concluiu com uma “Declaração mundial sobre a Educação para todos”, em cujo artigo I estabelece que “Toda pessoa — criança, adolescente ou adulto — deve poder beneficiar-se com uma formação concebida como resposta a suas necessidades educativas fundamentais”, após o qual insta a recorrer a “Programas de Educação Formal e não Formal vinculados com a saúde, a nutrição, a população, as técnicas agrícolas, o ambiente, a ciência, a tecnologia, a vida familiar — incluindo informação sobre a fecundidade — e outros problemas da sociedade”.

d.2.

O Congresso Internacional de Educação em População e Desenvolvimento: Realizado em Caracas entre 28 de janeiro e 1º de fevereiro de 1991, organizado conjuntamente pela UNESCO e o FNUAP. O documento de trabalho de tal reunião internacional denomina-se “Dez problemas prospectivos de População”; a ele me remeterei em todas as citações. Dito texto foi tomado como guia das regionais da América Latina e o Caribe, de ambas as instituições, para levar à Conferência do Rio de 1992. De todos os chamados problemas de população, quatro se referem de modo bastante direto ao tema que nos ocupa. Vejamos:

d.2.1.

Ao sexto “problema” intitulam “os direitos humanos emanados do crescimento populacional”. Lá se afirma que “a decisão de ter uma grande ou pequena família tem conseqüências em toda a sociedade e, portanto, apresenta problemas de responsabilidade”; mais abaixo se afirma que as decisões dos governos em matéria demográfica “não deverão ser consideradas puramente como assuntos nacionais porque respondem cada vez mais a questões internacionais” (200). Isso equivale a que as Nações Unidas deveriam formar parte integrante dos quartos de todas as nossas casas; o que é obviamente intolerável...

d.2.2.

O sétimo item foi “os problemas encontrados no melhoramento da condição da mulher”, onde se diz que “um recente estudo em quatro países da América Latina (Colômbia, República Dominicana, Equador e Peru) mostra que o melhoramento da educação, independentemente de outros fatores, contribui de 40 a 67% para o decréscimo da taxa de fecundidade nesses quatro países. Investir na educação da mulher é um investimento seguro para o futuro, porque a mulher, por sua vez, educa seus filhos, especialmente as meninas” (201).

d.2.3.

A nona questão foi denominada “políticas demográficas”, e ali se elogia o Plano Mundial de Ação em População das Conferências de Bucarest e México. Em relação à América Latina se diz que “de acordo com a Sexta consulta das Nações Unidas aos Governos, 19 de 33 países da região consideraram sua taxa de crescimento muito alta e adotaram políticas de intervenção nessa área ... Os governos mesmos dão mais e mais apoio a atividades de planejamento ... as ações em favor do planejamento familiar deveriam ser introduzidas nos serviços de saúde” (202).

Com relação às técnicas utilizadas, menciona que “Desde 1952, o governo da Índia se declarou em favor de dominar seu crescimento demográfico. A posição avançada do governo da Índia foi confirmada no curso de planos quinquenais sucessivos com objetivos como número

de esterilizações a serem feitas, número de dispositivos intra-uterinos a serem colocados e número de pessoas que aceitam a contracepção, excluindo o aborto porque foi declarado inaceitável por razões éticas ... A política de reduzir a taxa de fecundidade na Indonésia é notavelmente bem sucedida, e consiste em uma redução de impostos para as famílias que estejam de acordo em limitar sua descendência, assistência econômica para casais que usam contraceptivos, melhoramento do 'status' da mulher e aumento da idade mínima para o casamento" (sic) (203). O texto é inequívoco: a UNESCO recomendou o aborto como meio contraceptivo, o qual não foi aceito na Índia por motivos religiosos.

d.2.4.

O último ponto intitula-se "o que podemos esperar no futuro da população mundial"; lá se profetiza que os objetivos demográficos das Nações Unidas se cumprirão. Depois pretende introduzir a falsa idéia de que para prosperar economicamente é necessário diminuir a natalidade, ao dizer que: "A demografia de duas velocidades (Norte e Sul), que existiu faz vinte anos, está começando a desfazer-se em uma escala maior e maior, na qual os países em desenvolvimento se diferenciarão entre si mesmos, alguns dando grandes passadas para alcançar os países industrializados em nível tanto demográfico como econômico, estando conectados estes dois tipos de mudança" (204). É por demais óbvio dizer que um país como o nosso — muito grande, muito rico e despovoado — necessita ao menos duplicar rapidamente sua população para poder explorar seus recursos com um mínimo de racionalidade; ou seja, exatamente o contrário do propugnado pela ONU em matéria demográfica.

E) "Estado Mundial da População", 1991

O FNUAP produziu seu relatório anual de 1991, denominado "Estado Mundial da População", de cujo resumo de imprensa destaco as seguintes citações: "O objetivo fixado é ampliar o número de casais que utilizam métodos modernos de planejamento familiar voluntário nos países em desenvolvimento, para passar de 381 milhões em 1990 a 567 milhões no final do século, com um incremento líquido próximo de 50%. Ao todo, cerca de 2.000 milhões de homens e mulheres decidirão planejar suas famílias pela primeira vez ou mudarão de método anticonceptivo ... Adotado pela primeira vez em 1989 no Fórum Internacional sobre a População no Século XXI, este objetivo foi incluído na Estratégia Internacional de Desenvolvimento para o Quarto Decênio das Nações Unidas para o Desenvolvimento. A cobertura dos serviços necessários para alcançar esse objetivo incrementará o custo dos programas de população de 4.500 milhões de dólares, em 1990, para

9.000 milhões de dólares anuais para o ano 2000. A maior parte dos recursos dos programas de população procedem dos próprios países em desenvolvimento. Ao todo, a ajuda para o desenvolvimento destinada a atividades de população representa 675 milhões de dólares. O Relatório prevê um incremento da ajuda internacional até os 4.500 milhões de dólares (incluídos 1.000 milhões de dólares oferecidos pelo FNUAP), aos quais se somarão outros 3.500 milhões de dólares oferecidos pelos governos dos países em desenvolvimento e 1.000 milhões de dólares procedentes dos usuários”.

e.1.

Este relatório do FNUAP mereceu uma severa crítica de Fernando Orrego, que afirma que “talvez o mais fundamental dos dados demográficos é a densidade de população, sem a qual as taxas de crescimento populacional quase não têm significado. O relatório do FNUAP omite totalmente o fator densidade, enquanto enfatiza as taxas de crescimento. Isso, em minha opinião, leva a uma impressão distorcida dos países em desenvolvimento como superpovoados e afetados por uma ‘explosão’ de população. Na realidade, a densidade populacional (habitantes por km² de terra agrícola) é: África, 80 (taxa anual de crescimento, 3%); América Latina, 58,2 (taxa 1,9%); Ásia, 422,9 (taxa 1,8%); Europa, 213 (taxa 0,2%); América do Norte, 55 (taxa 0,7%); Oceania, 15 (taxa 1,4%); União Soviética, 69 (taxa 0,7%). Isso mostra que virtualmente todo o ‘Sul’ do mundo tem uma baixa densidade, indicando que não há padrão comum para os países em desenvolvimento”.

“O mundo tem outros problemas demográficos, que o FNUAP omite quase totalmente. Uma crença comum, ao menos fora da Grã-Bretanha, é que a vida ali é altamente civilizada, inclusive de bom tom. A imagem pública da China é bem diferente. Porém a densidade de população da China, medida também por km² de terra agrícola é 273, enquanto que a da Grã-Bretanha é 315. As densidades médias, medidas em relação à superfície total são: China, 115 e Grã-Bretanha, 234. Isso indica que não há maior fundamento para impor a cruel política de um filho por família na China, que na Grã-Bretanha. Tal política, devido à preferência pelos homens, pode levar em um tempo muito curto, a uma catástrofe demográfica”.

“Os fatos apresentados aqui demonstram, em minha opinião, que o relatório do Fundo de População das Nações Unidas está fortemente distorcido e é enganoso, ao mesmo tempo em que tecnicamente incompetente e de muito baixo nível. Como os temas de população são em muitos sentidos de grande importância, e o FNUAP parece incapaz de analisá-los, sugiro que se feche essa agência e que a responsabilidade da tarefa se confie a outro organismo” (205).

e.2.

Para compreender como atua o FNUAP, é importante recordar que o “programa de controle da natalidade da China recebeu dinheiro e louvores do Fundo das Nações Unidas para Atividades em População, a respeito do qual, “em 1984, um estudante americano que investigava entre os camponeses na China foi expulso do país por revelar algo que o governo chinês havia pretendido manter em segredo: que, para conseguir seus objetivos de controle de natalidade, o governo chinês levava a cabo um espantoso programa de abortos forçados. O estudante, Steven Mosher, falou com muitas mulheres que lhe contaram intermináveis histórias dos quadros de controle de natalidade, seguidas da condução forçada, entre gritos, das mulheres grávidas de nove meses às tendas de aborto” (206).

Mais abaixo esse estudo expressa que “faz dois meses que o Dr. Blake Kerr, um médico que trabalhou recentemente no Tibet, publicou um artigo no Washington Post dando detalhes espantosos da política de controle da natalidade da China, empregada como instrumento de pressão contra os tibetanos. O Dr. Kerr havia falado com três mulheres cujos recém-nascidos sadios haviam sido assassinados mediante injeções letais na parte mais mole da testa. Dois monges budistas refugiados lhe contaram que haviam visto mulheres grávidas de nove meses sendo conduzidas à força às tendas de aborto, tendo seus filhos arrancados sem sequer cuidados médicos ordinários. Nas palavras dos monges: ‘Vimos muitas mulheres chorando, ouvimos seus gritos quando estavam esperando sua vez de entrar na tenda, e vimos o monte de fetos empilhados fora da tenda, exalando um fedor horrível’. Os monges, ademais, acrescentaram isto: ‘As equipes de controle da natalidade foram instituídas em 1982, mas desde 1987 tiveram um grande aumento do número e frequência de equipes de vão de povo em povo e às áreas nômades’”(207).

“Mais de um milhão e meio de meninas nascidas entre 1985 e 1987 na China, que foram inscritas nos registros civis, poderiam ter sido assassinadas, segundo indica um relatório da Agência de Estatística dos Estados Unidos. Se bem que o infanticídio maciço tenha sido tradicional na antiga China, em especial tratando-se de meninas, alguns observadores ocidentais consideram que, nas últimas décadas, a política demográfica do governo desse país contribuiu para o ressurgimento dessa prática. A lei chinesa obriga os matrimônios a não terem mais de um filho, ainda se sua primeira descendente seja menina. Porém, desde séculos, a cultura chinesa privilegia o homem (porque pode sustentar com seu trabalho os progenitores durante sua velhice); daí que muitos pais tenham feito desaparecer as meninas para substituí-las por um filho” (208).

F) O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)

Foi criado em 1972, ao término da Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente, organizada pela ONU. Desde então e até a Conferência do Rio de Janeiro, tal Programa não realizou nenhuma Conferência Mundial, mantendo um “perfil baixo” em relação a outros organismos dependentes das Nações Unidas. Apesar de não contar com um grande orçamento, sua atividade tem sido fundamental no crescimento das correntes ecológicas dos países desenvolvidos, inclusive em suas vertentes político-partidárias. Em 1990 inicia-se o projeto piloto denominado Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), dirigido pelo Banco Mundial e com a cooperação do PNUMA e do PNUD, com o propósito de que tal Fundo canalize a ajuda financeira aos países em desenvolvimento para atividades de Meio Ambiente; na Eco 92 discutiu-se o manejo do mesmo.

O PNUMA, em janeiro de 1992, publicou “Salvemos o planeta: problemas e esperanças” de Mostafá K. Tolba, seu Diretor Executivo, e o “Inventário do Planeta”, que é uma versão de divulgação do anterior. Ambos os trabalhos foram preparados “como contribuição especial para a conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que se celebrará no Rio de Janeiro em junho de 1992” (209).

f.1.

Ao falar de população e saúde humana, manifesta que “melhorar o meio ambiente e catalisar o desenvolvimento, por exemplo, são dois elementos essenciais para controlar o crescimento da população” (210). Depois afirma: “Porém o problema de fundo mudou pouco. A pergunta ‘Existe alguma maneira de satisfazer as necessidades e aspirações dos 5.000 milhões de pessoas que vivem hoje na Terra sem hipotecar a capacidade dos 8 ou 10 mil milhões que viverão amanhã para satisfazer as suas?’ segue sendo tão válida — e carente de resposta — como há 20 anos” (211).

f.2.

Este relatório contém erros e contradições muito grosseiros, como por exemplo, um quadro na página 6 em que se afirma que 50% dos habitantes da cidade de Buenos Aires vivem em choupanas e assentamentos ilegais (sic). Depois diz que “o número de pessoas que sofrem fome crônica em todo o mundo aumentou de 460 milhões em 1970 para 550 milhões em 1990, e se prevê que alcance os 600-650 milhões no ano 2000. Se bem que, em escala mundial, havia mais alimentos disponíveis por pessoa em 1990 que em 1970...” (sic) (212). Com relação ao florestamento, afirma que “as reservas vitais mundiais ascendem a 315.000 milhões de metros cúbicos, que geram um crescimento de 6.000 milhões de metros cúbicos por ano. O consumo mundial é,

aproximadamente, só a metade dessa cifra ... Pode ser que o mundo não seja capaz de satisfazer à demanda de madeira serrada em apenas 20 anos” (sic) (213). As contradições são tão evidentes que não merecem comentários.

f.3.

No capítulo final, destacam-se os 27 objetivos prioritários propostos pelo Dr. Tolba para solucionar os problemas do meio ambiente. Deles se diz que “se bem que não sejam exaustivos, tais objetivos apontam as causas subjacentes da degradação medioambiental e das deficiências no desenvolvimento humano: por uma parte um crescimento demográfico incontrolado...” (214). Entre os objetivos prioritários de regulação, propõe-se para o ano 1995, “adotar um convênio mundial para prevenir e reduzir as principais ameaças ao meio ambiente” (215); a primeira das que se menciona é o crescimento demográfico... Para o ano 2000 propõe-se “conseguir um acordo sobre os meios de assegurar o cumprimento dos tratados medioambientais e criar as instituições necessárias para verificar esse cumprimento” (216). Logo veremos como estes dois objetivos foram a causa do “fracasso” da Eco 92.

G) A Organização Mundial de Saúde (OMS ou WHO)

Esta instituição incluiu de fato, entre o catálogo de enfermidades da espécie humana, a gravidez. Isso se demonstra com a enorme quantidade de recursos e meios empregados para evitá-la. Produziu muitos contraceptivos, de diversos tipos, tais como dispositivos intra-uterinos e anéis vaginais (217). Também “administra uma vacina antifertilidade a respeito da qual uma publicação interna da OMS afirma: ‘O princípio ativo da vacina é um peptídeo imunógeno que se projetou especificamente para desencadear imunização contra a gonadotrofina coriônica humana ... hormônio que desempenha um papel crucial no início e manutenção dos primeiros estádios da gravidez’” (218). Prova também sua participação na comercialização de contraceptivos orais que “a Organização Mundial de Saúde (OMS) comunicou que dois anticoncepcionais que se injetam uma vez por mês são efetivos. O organismo das Nações Unidas informou que o Cyclofem e o Misigyna impedem em alta porcentagem a gravidez e regulam com maior efetividade o ciclo menstrual, em comparação com a droga genérica DMPA, que se injeta a cada três meses”(219). “O financiamento das atividades sobre população da OMS procede principalmente da Inglaterra, Suécia, Noruega e Dinamarca” (220).

g.1.

A OMS criou o Programa Especial de Investigações, Desenvolvimento e Formação de Investigadores sobre Reprodução Humana, cuja atividade pode-se entrever de alguns dos cursos que

desenvolveu durante o biênio 1980-81, a saber:

- Investigações sobre serviços de saúde em matéria de planejamento familiar, de três semanas de duração, nos seguintes países: Bangladesh (2), Egito (2), Índia (2), Indonésia (2), Nepal, República de Coréia, Tailândia, Turquia (2), Brasil, Nigéria, Camarões, Sri Lanka e Tunísia.

- Aplicação da epidemiologia às investigações sobre regulação da fecundidade, de 6 meses de duração, em: Índia, Quênia, Nepal, Sudão, Tailândia (2), Turquia, Bangladesh, Colômbia, China, México e a então Iugoslávia.

- Oficina sobre investigações psicossociais de duas semanas de duração nos seguintes países: Bangladesh, China, Filipinas, Índia, Indonésia, Japão, Malásia, Nepal, Paquistão, Papua-Nova Guiné, República de Coréia, Singapura, Sri Lanka e Tailândia (221).

g.2.

Em julho de 1975 a ONU estabeleceu o Decênio das Nações Unidas para a Mulher, que concluiu com a Conferência Mundial avaliadora de seus resultados, efetuada entre 15 e 26 de julho de 1985 em Nairóbi, capital do Quênia, à qual assistiram 6.000 delegados. Paralelamente se realizou o Fórum 85, reunião destinada às Organizações Não-governamentais (ONGs), que se traduziu em 150 oficinas com uma assistência de 14.000 pessoas. Como preparação de tal Conferência, a OMS apresentou um relatório, elaborado por seu Conselho Executivo e aprovado pela 38ª Assembléia Mundial de Saúde, de maio de 1985. Lá se dizia que a “fecundidade incontrolada agrava muitos problemas de saúde” e instava “a todos os Estados Membros a que procedam de imediato a estimular o espaçamento da gestação”. Depois afirmava que “a elevada cifra de aborto é um indicador da magnitude das necessidades não satisfeitas de serviços de planejamento familiar: em alguns países em desenvolvimento só entre 5 e 7% das mulheres em idade fértil estão em condições de utilizar algum método de planejamento familiar” (222).

g.2.1.

A Conferência de Nairóbi culminou com o documento “Estratégias de aplicação orientadas ao futuro para o avanço da mulher até o ano 2000”, onde se afirma, entre outras coisas, que “Como questão urgente, os governos devem proporcionar educação, informação e meios necessários para ajudar a mulher e o homem a adotar decisões acerca do número de filhos que desejem ter. A fim de assegurar uma decisão livre e voluntária, a informação, a educação e os meios de planejamento familiar devem incluir todos os métodos cientificamente reconhecidos e apropriados ... As organizações não-governamentais, em particular as de mulheres, devem participar nestes programas porque podem ser o meio mais eficaz para motivar as pessoas nesse nível” (223).

g.3.

Depois de utilizar a mulher como fator relevante no controle de natalidade, a OMS se dirigiu aos adolescentes com idêntica finalidade, através de um trabalho coordenado com o FNUAP e o UNICEF, concluído com uma declaração conjunta denominada “Higiene da reprodução na adolescência: estratégia de ação”, do ano 1989. Já em seu Prefácio expressam que “estes homens e mulheres jovens são, ou serão, os pais da nova geração. Devem-se lhes dar todas as oportunidades possíveis para que se desenvolvam ao máximo como indivíduos sadios e para que aprendam a planejar suas gravidezes”. Depois sustenta que “enquanto a sociedade continuar permitindo estes problemas (gravidez e parto adolescente), perderá grande parte da energia, da criatividade e do idealismo dos jovens. Não obstante, os problemas podem ser prevenidos ... A OMS, o FNUAP e o UNICEF comprometeram-se a prestar apoio a todos esses esforços”. Por último, o Prólogo destaca que “em uma série de recomendações, a Conferência Internacional sobre População (1984) instava os governos a adotarem as medidas necessárias para prevenir as gravidezes precoces e exortava que a educação sexual e a orientação em matéria de planejamento familiar fossem postas à disposição dos adolescentes”.

g.4.

A Comissão de Saúde e Meio Ambiente (CNUMAD) da Organização Mundial de Saúde (OMS), criada em 1990 como uma entidade autônoma, constituída sob a presidência da eurodeputada francesa Simone Veil (promotora da despenalização do aborto em seu país), produziu um relatório em começos de 1992, denominado “Nosso Planeta, nossa saúde”, de cujo resumo protocolado como WHO/EHE/92, faço as citações a seguir. Tal relatório constituiu a mensagem central da OMS à Cúpula da Terra. Ali se recomenda, entre outras coisas, que “se deve dar grande prioridade em reduzir o crescimento demográfico, o consumo excessivo e a geração de rejeitos. O melhor para se obter uma queda rápida e firme das taxas de crescimento demográfico é abordar simultaneamente as causas econômicas, sociais e culturais das famílias numerosas” (sic, esta afirmação da Organização Mundial de Saúde implica que tal organismo considera as famílias numerosas como uma enfermidade que deveria ser erradicada do planeta...).

g.4.1.

Na mesma ordem de idéias se reitera que “o crescimento demográfico e as modalidades atuais de exploração dos recursos e produção de refugos põem em perigo o equilíbrio ecológico de que dependem nossa saúde e nossa sobrevivência, expondo as gerações futuras a gastos crescentes” (224).

g.4.2.

No capítulo intitulado “Problemas mundiais de saúde e meio ambiente”, afirma-se que “nos países em desenvolvimento, onde a população segue aumentando, é difícil melhorar as condições de vida... O meio ambiente mais saudável e a redução da mortalidade não são incompatíveis com o objetivo de reduzir o crescimento demográfico. De fato, as medidas que põem limite à mortalidade infantil são as mesmas que incitam a limitar a fecundidade: ... elevação do grau de saúde e instrução das mães ... junto com programas eficazes de planejamento familiar integrados nos sistemas de saúde para todos ... Uma redução firme da fecundidade exige medidas econômicas que livrem as famílias pobres da necessidade de procriar muitos filhos. Ora, a expansão demográfica e o aumento do consumo impõem tais pressões aos recursos, que seria catastrófico esperar que o desenvolvimento econômico reduzisse a fecundidade. Urge pois oferecer à população rendas estáveis, instrução e assistência sanitária (com inclusão de meios de planejamento familiar)” (225).

H) O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)

Já vimos sua intervenção na Conferência de Bucareste. Desde então sofre uma espécie de obsessão pelo controle de natalidade. O UNICEF produziu um relatório denominado “Estado Mundial da Infância - 1991”, que tem um capítulo inteiro denominado “Espaçamento dos nascimentos: educação e serviços de planejamento familiar para todos”. Ali se expressa que “o fornecimento de métodos culturalmente aceitáveis de planejamento familiar deveria constituir uma das maiores prioridades humanas para os anos noventa” (226).

h.1.

Mais abaixo expressa que “a satisfação desta demanda (de controle de natalidade) durante a próxima década permitiria obter, com um custo muito baixo, importantes avanços para a humanidade, a saber: ... Um crescimento mais lento da população. Estima-se que se as mulheres pudessem controlar o número de gravidezes e seu espaçamento, reduzir-se-ia em 30% a taxa de crescimento da população do mundo em desenvolvimento. No prazo de uma geração, a população total somaria aproximadamente 20% ou 1.300 milhões de pessoas a menos em relação às procriações atuais” (227). Como se pode apreciar, o Fundo para a Infância está realizando uma campanha para que haja 1.300 milhões a menos de crianças no mundo... Cruel ironia, não?

h.2.

O relatório “Estado Mundial da Infância — 1992” do UNICEF: Foi preparado por James P. Grant. Sua introdução constitui a denominada “Agenda para a nova ordem”, sintetizada em que “as mudanças políticas

e econômicas dos últimos anos manifestaram de forma clara a emergência de uma nova ordem mundial. O UNICEF apresenta dez proposições para a agenda da nova ordem, da perspectiva de uma organização mundial em contato diário com alguns dos problemas mais aguçantes da humanidade” (228). A terceira proposição intitula-se “que se na nova ordem mundial não se enfrentarem os problemas da desnutrição, das enfermidades preveníveis e do analfabetismo generalizado, será muito mais difícil reduzir a taxa de crescimento da população e efetuar a transição para um desenvolvimento ambientalmente sustentável” (229).

h.2.1.

A décima proposição é ainda mais clara, ao sustentar: “que o planejamento responsável dos nascimentos é um dos meios mais eficazes e menos dispendiosos para melhorar a qualidade de vida no mundo presente e futuro, e um dos maiores erros de nosso tempo é não tornar realidade esse potencial ... Se todas as mulheres pudessem exercer este direito (ao planejamento familiar), a taxa de crescimento da população decresceria aproximadamente 30%” (230).

h.2.2.

Entre as metas para o ano 2.000, surgidas da “Cúpula Mundial em favor da Infância”, de setembro de 1990, fixaram-se 27 objetivos, um dos quais é “a cobertura universal dos meios de planejamento familiar” (231). Com relação à terceira proposta sintetizada como “para menor mortalidade, menor natalidade”, assinala-se que “a queda das taxas de natalidade associa-se principalmente a quatro fatores. Estes quatro cavaleiros antiapocalipse são: o aumento das rendas, a instrução feminina, a redução da mortalidade infantil e o acesso ao planejamento familiar. Sua ação conjunta tem um efeito muito maior sobre as taxas de natalidade que a intervenção isolada de qualquer um deles” (232).

h.2.3.

Por fim, com relação à décima proposta, inclui-se o capítulo denominado sem eufemismos “Planificação dos nascimentos”, que contém afirmações como as seguintes: “O planejamento familiar poderia beneficiar um maior número de pessoas e com um custo mais baixo que qualquer outra ‘tecnologia’ ao alcance do gênero humano ... Não há razões para negar a ninguém os benefícios do planejamento familiar” (233).

h.2.4.

Depois sintetiza seis motivos — obviamente falsos — do que considera benefícios do controle de natalidade, a saber: “Primeiro, o planejamento familiar permitiria salvar a vida de entre a quarta e a terça parte das 500.000 mulheres que morrem a cada ano por causas relacionadas com a gravidez e o parto ... Segundo: o planejamento

familiar permitiria evitar muitos, e talvez a maioria, dos 50.000 abortos ilegais diários que atualmente se realizam, e que provocam a morte de 150.000 mulheres jovens a cada ano ... Terceiro: o planejamento familiar pode melhorar drasticamente a qualidade de vida das mulheres — a curto e longo prazo — , ao reduzir os problemas físicos e psíquicos associados às gravidezes demasiado frequentes, demasiado consecutivas, ou em uma idade demasiado precoce ou demasiado madura ... Quarto: o planejamento familiar permitiria salvar vários milhões de crianças a cada ano (sic) ... Quinto: o planejamento familiar pode melhorar significativamente o estado de nutrição das crianças de todo o mundo em desenvolvimento ... Sexto: o planejamento familiar melhora a qualidade de vida das crianças” (234).

h.2.5.

Apesar de todas as falácias mencionadas anteriormente, deve-se reconhecer certa sinceridade no trabalho, porque finalmente admite as verdadeiras causas de sua insistência no controle de natalidade dizendo que “Estes benefícios por si só seriam motivo suficiente para conceder especial prioridade ao ‘planejamento familiar para todos’ dentro de uma nova ordem mundial. Porém, com isso, evidentemente, também se contribuiria para resolver outro dos grandes problemas da humanidade: o problema do rápido crescimento da população” (235). Como vimos ao tratar do “Relatório Kissinger”, o crescimento populacional só é um “problema” para os países ricos, em especial os EUA; para os países em desenvolvimento, o aumento do número de seus habitantes é crucial para assegurar sua futura prosperidade econômica.

h.3.

Conforme um dossiê sobre as atividades do UNICEF, elaborado pelo Population Research Institute de Baltimore, EUA, do ano 1992, o UNICEF realizou as seguintes tarefas de controle de natalidade: “Junto com o FNUAP, o UNICEF entregou US\$ 720.684 e atuou como agente executor da compra de abortivos na Jamaica”. No Quênia deu “US\$ 700.000 para um projeto do Banco Mundial que estabeleceu serviços de esterilização em 13 hospitais distritais e 5 clínicas urbanas”. Em Malauí, “o UNICEF contribuiu com US\$ 1.800.000 para um projeto do Banco Mundial para o desenvolvimento de serviços de esterilização e para incrementar o uso de métodos contraceptivos”. No Nepal “o UNICEF financiou US\$ 795.569 e executou um projeto do FNUAP e OMS, que proveu contraceptivos e expandiu a esterilização em clínicas e unidades móveis em todo o país”. Em Ruanda, “o UNICEF entregou US\$ 37.116 para um projeto do FNUAP que oferecia coordenação e atividades de treinamento para fornecimento de contraceptivos abortivos”. Na Tanzânia “o UNICEF doou US\$ 21.657 e executou um programa do

FNUAP que incluía treinamento em técnicas para administrar, procurar e entregar abortivos”. Em Zimbábue “o UNICEF entregou US\$ 4.837 e atuou com agente executor de um projeto do FNUAP para armazenar e distribuir contraceptivos e abortivos”.

“Segundo o ‘Inventário de projetos demográficos nos países em desenvolvimento’, publicação oficial do Fundo das Nações Unidas para as atividades de População (FNUAP), o UNICEF recebeu fundos do Banco Mundial e do FNUAP para levar a cabo programas para frear a demografia, sobretudo na Ásia e África ... Os fundos do FNUAP financiaram diversas iniciativas do UNICEF em Bangladesh — 5.453.023 dólares — para o controle da natalidade ... Na Jamaica — 720.684 dólares — e em Cabo Verde — 59.719 dólares — o dinheiro destinou-se à aquisição de contraceptivos de diversos tipos” (236).

h.4.

Durante a reunião celebrada nos dias 2 e 3 de novembro de 1993 na sede do UNICEF em Nova York, o representante permanente da Santa Sé ante a ONU, Mons. Renato Martino, efetuou uma contribuição da Santa Sé para o UNICEF e “assinalou que especificava, pela primeira vez, que a Santa Sé destina essa soma a cinco programas concretos de caráter sanitário, ‘que não contradizem o ensinamento moral da Igreja nem o encargo original do UNICEF’. O representante vaticano explicou que ‘durante vários decênios, a Santa Sé e os católicos de todo o mundo colaboraram alegremente com o UNICEF em numerosos projetos’. Porém ‘a Santa Sé e os católicos comprovam com profunda amargura que, em tempos recentes e sob a pressão de alguns países doadores, a orientação positiva da Agência, para promover o bem-estar da mãe e da criança e o apoio à vida, mudou de modo ambíguo mas significativo’. Mons. Martino disse, em concreto, que a Santa Sé não pode estar de acordo com as orientações de fundo do documento intitulado ‘A política do UNICEF sobre planejamento familiar’, pois contradizem ‘os ensinamentos fundamentais da Igreja Católica e as convicções de uma ampla parte da população mundial’...”.

“... O representante vaticano acrescenta que a Santa Sé sustém com firmeza que a crescente implicação do UNICEF em programas de planejamento familiar — que poderiam incluir métodos inaceitáveis — modifica o encargo originário do UNICEF, duplica outros programas das Nações Unidas, ou impede o uso dos escassos recursos econômicos em favor de programas essenciais do UNICEF. E tudo isso precisamente quando as Nações Unidas estão tentando reduzir gastos’. O documento assegura que esta decisão da Santa Sé terá, sem dúvida, conseqüências para os católicos e as organizações católicas, que limitarão sua contribuição ao UNICEF aos programas não implicados no âmbito do planejamento familiar. ‘É esperança da Santa Sé que o UNICEF mude,

de modo que permita aos católicos tornar a oferecer seu pleno apoio a esta Agência” (237). É de esperar que os milhões de católicos sigam o exemplo da Santa Sé em relação ao UNICEF, eliminando ou orientando suas doações à mesma.

I) O Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC)

Também este embarcou na aventura contraceptiva. Preparou a Conferência Mundial de População e Desenvolvimento do Cairo em 1994, mediante os trabalhos de um Comitê *ad hoc*, em cujo 2º período de sessões, entre 10 e 21 de maio de 1993, aprovou o denominado “Consenso Latino-americano e do Caribe sobre População e Desenvolvimento”, que por sua vez havia sido elaborado na Conferência Regional realizada na cidade do México de 29 de abril a 4 de maio de 1993, organizada conjuntamente pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o FNUAP. Citarei em seguida alguns parágrafos da versão castelhana de tal documento.

i.1.

Ao tratar da situação da população na América Latina, em começos da década dos anos 90, expressa que “o alto crescimento demográfico e os elevados níveis de pobreza põem os países em condições menos favoráveis para melhorar a capacitação e produtividade de sua força de trabalho ... Particularmente se observou a carência de programas de planejamento familiar adequados aos princípios de assistência integral à mulher e às crianças (sic) ... Outra manifestação de falta de equidade na região é a discriminação que afeta a mulher. Do ponto de vista da população, esta discriminação se observa principalmente na dificuldade de exercer os direitos reprodutivos, ou seja, na falta de acesso ou opções no uso de métodos anticoncepcionais, já mencionada; na carga que assume exclusivamente quanto à responsabilidade nos programas de planejamento familiar (238). A sexta recomendação do documento inclui “o acesso aos serviços de saúde reprodutiva” (239).

i.2.

O capítulo denominado “Mulher e dinâmica de população” contém os seguintes conceitos: “Considerando que nos países da região persistem idéias estereotipadas, preconceitos e atitudes negativas contra a mulher e suas atribuições na sociedade contemporânea, entre eles os que afetam o efetivo exercício de seus direitos reprodutivos, exortam-se os governos a adotarem medidas eficazes destinadas a eliminá-los, promovendo mudanças nas modalidades de socialização, nos meios de comunicação e no ensino formal e não formal” (240).

Depois afirma: “reconhecendo que a maior parte dos esforços nacionais e internacionais de redução da fecundidade dirigem-se quase

exclusivamente à conduta reprodutiva da mulher, pede-se aos governos que adotem e legitimem enfoques que contemplem nesta matéria o critério de equidade de gênero ... tendo em conta que entre os direitos reprodutivos encontra-se o de uma maternidade que não implique riscos para a vida da mulher, recomenda-se aos governos proporcionarem serviços de acesso universal relativos à educação sexual, programas de saúde, planejamento familiar ... e prevenção da gravidez adolescente, incorporando, especialmente neste caso, a perspectiva de gênero” (241). Finalmente afirma: “considerando que o aborto constitui um importante problema de saúde pública nos países da região, e que, embora existam diversas posições a respeito, em geral nenhum deles o aceita como método de regulação da fecundidade, recomenda-se aos governos prestarem maior atenção ao estudo e acompanhamento do tema, com o fim de avaliar suas dimensões reais e os efeitos sobre a saúde das mulheres (leia-se: recomenda-se aos governos sua despenalização) e a família e, deste modo, promover o acesso universal a uma orientação adequada acerca de métodos para evitar gravidezes não desejadas” (242).

i.3.

No capítulo intitulado “Desenvolvimento, saúde, planejamento familiar e bem-estar”, afirma-se que “reconhecendo que a possibilidade de regular a fecundidade é um direito humano fundamental universalmente reconhecido, recomenda-se aos governos assegurar o exercício pleno deste direito como um objetivo de primordial importância, e proporcionar a informação veraz e completa necessária para este fim. Para isso, dever-se-á assegurar o acesso aos serviços de planejamento familiar, ampliar sua cobertura e melhorar sua qualidade ... Reconhecendo que os programas de planejamento familiar, por sua contribuição para a redução da gravidez de alto risco, são inseparáveis das políticas sociais e, em particular, dos programas de saúde e educação, recomenda-se concebê-los como instrumentos de atenção à saúde em todo o ciclo reprodutivo” (243).

Depois, com a desculpa das desigualdades econômicas, “recomenda-se que os governos, em colaboração com as organizações não-governamentais e o setor privado, empreendam ações relativas ao planejamento familiar (e) dirijam-se, de maneira prioritária, a dar acesso aos grupos mais desfavorecidos” (244). Isso se inscreve na “solidária” política de eliminar a pobreza evitando que os pobres tenham descendência...

i.4.

Depois se “insta aos governos que dediquem esforços, de maneira prioritária, para projetar e adotar modelos de atenção integral à saúde reprodutiva dos adolescentes, prestando particular atenção à educação em população, abordando com ênfase a educação familiar, a

educação sexual integral e o planejamento familiar ... Ainda assim, dever-se-ão reexaminar as regulações que restrinjam o acesso aos métodos anticoncepcionais por parte deste grupo de idade” (245). Mais abaixo afirma que “considerando o direito dos indivíduos, dos casais e das uniões de disporem de uma ampla gama de métodos de regulação da fecundidade, o que, junto ao auxílio da orientação profissional para a seleção do método mais adequado às condições socioculturais e individuais do usuário, define em grande medida a qualidade e efetividade dos serviços de planejamento familiar, insta-se os governos a prestarem especial atenção à efetiva disponibilidade de amplas opções anticoncepcionais e à informação acerca de suas características” (246). Mais abaixo afirma que “os programas de saúde materna e infantil e de planejamento familiar formam parte (das políticas sociais), insta-se os governos a aplicarem uma vigorosa política em tal sentido ... Do mesmo modo, considera-se da maior importância abrir canais de comunicação, assim como compartilhar responsabilidades executivas com organizações comunitárias (leia-se filial local da IPPF), associações de mulheres e organismos não-governamentais e o setor privado” (247).

Continua o trabalho, “considerando que em vastos setores da população de uma região ainda se observa uma baixa participação positiva dos homens, tanto nas decisões em matéria de planejamento familiar, como no uso de métodos anticoncepcionais, e inclusive uma oposição a que a mulher os utilize, recomenda-se implantar estratégias específicas de informação, educação e comunicação para superar a situação mencionada” (248). Isso contradiz as afirmações anteriores a respeito da liberdade para a determinação do número de filhos do matrimônio; na realidade, isso é uma desculpa para implantar o controle de natalidade.

Depois afirma: “considerando que a informação, comunicação e educação em população desempenham um papel determinante na tomada de decisões a respeito da conduta reprodutiva, insta-se os governos a estabelecer, ou fortalecer quando os houver, programas na matéria. Em especial, recomenda-se acelerar o ritmo de institucionalização no sistema educativo dos programas sobre educação em população com ênfase na preparação para a vida familiar e em educação sexual... considerando que os avanços futuros do planejamento familiar dependerão em grande medida da melhoria do conhecimento que se tiver da realidade, recomenda-se que se impulsione a investigação neste campo, em particular, a que se refere aos fatores socioculturais que influem na fecundidade e na dinâmica do uso de anticoncepcionais. Recomenda-se também intensificar a investigação operativa com o fim de melhorar a qualidade da prestação de serviços e dos programas de educação e comunicação em população” (249).

J) “Cuidar da Terra — Estratégia para o Futuro da Vida”

O antecedente mais importante para a Eco 92 foi o documento “Cuidar da Terra — Estratégia para o Futuro da Vida”, publicado conjuntamente pela União Mundial para a Natureza (UINC), o PNUMA e o Fundo Mundial para a Natureza (WWF) na Suíça em outubro de 1991, com a colaboração do Banco Asiático de Desenvolvimento, a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a OEA, o Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (CNUAH), a UNESCO, o FNUAP, o Banco Mundial, a OMS e o Instituto Mundial sobre Recursos (WRI). O trabalho foi patrocinado por distintos organismos dos seguintes países desenvolvidos: Canadá, Dinamarca, Finlândia, Itália, Países Baixos, Noruega e Suécia. Citarei o resumo do documento protocolado como “UICN/PNUMA/WWF (1991). Cuidar da Terra. Estratégia para o Futuro da Vida”. Este trabalho foi o anteprojeto mais importante de propostas para a “Cúpula da Terra”, mais conhecida como Eco 92. Vejamos uma apertada síntese do seu conteúdo:

j.1.

O documento está composto por um prólogo denominado “Uma mensagem para o mundo” e 3 partes, a saber: “Princípios para viver de maneira sustentável”, “Ações adicionais encaminhadas à obtenção de uma vida sustentável” e “O caminho a seguir”. O prólogo declara os objetivos dos redatores: “Cuidar da Terra é tanto uma análise como um plano de ação. Sua finalidade é ser um guia, de ampla orientação, mas de caráter prático, sobre as políticas que devemos adotar e as ações que devemos empreender” (250).

j.2.

Também no prólogo mostram-se as verdadeiras intenções, ao dizer que “por causa de nossos estilos de vida atuais, a civilização está em perigo... A população mundial poderá duplicar-se em 60 anos, e em tal caso a Terra não poderá sustentar a todos, a menos que se reduza o esbanjamento e a extravagância, e se estabeleça uma aliança mais aberta e equitativa entre os ricos e os pobres. Ainda assim, a probabilidade de uma vida satisfatória seguirá sendo remota se não baixarem radicalmente as atuais taxas de crescimento demográfico. Nosso enfoque deverá satisfazer dois requisitos fundamentais. Um é obter um compromisso profundo e generalizado com uma nova ética para viver de maneira sustentável, e materializar seus princípios na prática. O outro consiste em integrar a conservação e o desenvolvimento” (251).

Depois define o conceito de sustentabilidade da seguinte maneira: “Nesta Estratégia utiliza-se a expressão ‘desenvolvimento sustentável’ com o seguinte significado: melhorar a qualidade da vida humana sem rebaixar a capacidade de carga sobre os ecossistemas que

a sustentam. Uma ‘economia sustentável’ é o produto de um desenvolvimento sustentável” (252). Isso é bastante absurdo, porque se pretende definir o futuro com os parâmetros atuais; o que só poderia ser válido se a inteligência humana — e todas as demais variáveis —, se mantivesse estática e fosse incapaz de encontrar novas repostas aos problemas atuais e futuros. Em definitivo, é repetir o principal erro de Malthus...

No proêmio enunciam-se os destinatários do trabalho. “A presente Estratégia está dirigida a todos, porém seus principais destinatários são os que se encarregarão de decidir quais são as medidas essenciais que devemos tomar a partir de agora. Dirigimo-nos aos chefes de governo, ministros de departamentos governamentais, e diretores ou secretários gerais de organismos e organizações intergovernamentais. Como o poder dos governos é essencial, mas não ilimitado, apelamos também aos dirigentes dos setores empresarial e industrial e a todo o conjunto de organismos não-governamentais locais, nacionais e internacionais” (253). Antes haviam manifestado seu propósito de “forjar uma aliança mundial” (254), obviamente com a classe dirigente de todos os países...

j.3.

Na Parte I, preconiza-se a necessidade de “criar uma nova ética” por consenso, que deveria ser adotada pelos Estados e cumprida pelos indivíduos em sua vida pessoal; sua aplicação deveria ser controlada por um novo organismo internacional, surgido de uma aliança entre as nações. Formaria parte dessa nova ética o compromisso de reduzir a natalidade ao nível de substituição estável (2,1 filhos por mulher). Para esses fins se utilizariam os meios de comunicação social e a educação ambiental nas escolas, mediante programas dirigidos pelas ONGs. Vejamos agora as citações textuais do trabalho, que são eloqüentes:

j.3.1.

“O fundamento da vida sustentável é uma ética baseada no respeito e na consideração por cada um dos outros e pela Terra (sic)... Para promover e aplicar este princípio, necessitam-se de quatro ações:

“ — a ética para viver de maneira sustentável deve evoluir através do diálogo entre as autoridades religiosas, os pensadores, os dirigentes da sociedade civil, os grupos de cidadãos e todas as pessoas dirigentes. Os grupos interessados devem vincular-se através de coalizões nacionais e de uma rede internacional. O resultado destas atividades será uma declaração clara e universalmente aceita dos princípios que devem reger a conduta humana dentro do mundo natural;”

“ — os Estados deverão adotar uma Declaração Universal e Convênio sobre Sustentabilidade em virtude dos quais se comprometam

a respeitar a ética mundial, e incorporar os princípios dessa ética em suas constituições nacionais e sua legislação;”

“ — as pessoas de todo tipo e condição devem incorporar a ética em seus códigos de comportamento pessoal e conduta profissional;”

“ — haverá de se criar uma nova organização mundial com a incumbência de vigiar a observância da ética mundial e chamar à atenção pública qualquer transgressão séria de seus princípios.” (255).

j.3.2.

Mais abaixo recomenda que “as medidas tendentes a estabilizar a população mundial devem levar em conta os numerosos fatores simultâneos que determinam o tamanho da família. Devem-se redobrar os serviços de planejamento familiar ... Todos os países têm que tomar medidas para levar suas Taxas de Fecundidade Total a 2,1 (nível de substituição estável) o mais rápido possível, e a maior parte deles devem alcançar este objetivo, no mais tardar, para o ano 2010” (256).

Depois preconiza-se “modificar as atitudes e práticas pessoais”, ao dizer que “para poder adotar uma ética de vida sustentável, os indivíduos devem reconsiderar seus valores e modificar seu comportamento. A sociedade deve promover valores que estejam em consonância com a ética e desestimular aqueles que sejam incompatíveis com um modo de vida sustentável. Deve-se proporcionar informação, através da educação oficial e tradicional, para que compreendam verdadeiramente as medidas que é necessário adotar. Mudar as atitudes e práticas das pessoas exigirá realizar campanhas de informação, alentadas pelos governos e dirigidas por organizações não-governamentais ... Todos os países deverão ter incorporado o ensino ambiental nos programas de estudo escolares, e adotado planos nacionais para promover um modo de vida sustentável” (257).

Mais abaixo se propõe “estabelecer um marco nacional para a interação do desenvolvimento e a conservação ... todos os países devem dispor de sistemas completos de direito ambiental que salvaguardem os direitos humanos, os interesses das gerações futuras e a produtividade e diversidade da Terra. Os princípios da sociedade sustentável devem-se incorporar na Constituição ou em outro instrumento jurídico fundamental sobre o governo e a política de uma nação ... Até fins do século, todos os países deverão ter revisto suas leis nacionais, com a finalidade de readaptá-las para que tendam a um modo de vida sustentável...” (258).

Depois se propõe “forjar uma aliança mundial”. “A obtenção da sustentabilidade mundial dependerá do estabelecimento de uma firme aliança entre todos os países ... Deve-se adotar uma Declaração Universal e Convênio sobre sustentabilidade, como expressão internacional

da ética mundial para viver de maneira sustentável” (259).

j.3.3.

Para esses fins recomendam que se desenvolva “uma campanha em prol de uma sociedade sustentável”. “Todo o mundo participa na busca de uma sociedade sustentável. Não há ‘audiência’ ou ‘população alvo’ de uma campanha. Assim, pois, esta campanha deveria estimular uma corrente bidirecional de informação que permita às pessoas dar sua contribuição e receber ao mesmo tempo outras idéias e informações ... Esta campanha deverá estar destinada a:...

“ — Aproveitar todos os meios disponíveis (imprensa, rádio, televisão, películas cinematográficas, fitas magnéticas, teatro, representações populares, dança, canções, narrações tradicionais), segundo a audiência. Em regiões de baixo nível de alfabetização devem-se utilizar meios de comunicação direta e audiovisuais, servindo-se dos métodos tradicionais. As campanhas de cartazes publicitários e os programas de ensino ambiental podem proporcionar um apoio eficaz...

- Assegurar que as pessoas tenham acesso a uma informação clara e compreensível, e indicar-lhes a forma de modificar sua atitude” (260).

j.4.

O capítulo II carece de relevância para os fins do presente trabalho. A parte III é uma síntese do caminho que se propõe seguir: “Cuidar da Terra está dirigida a toda a comunidade mundial. Os dirigentes mundiais que se reunirão na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a celebrar-se no Brasil em junho de 1992, constituem um grupo de interlocutores importante, de igual modo como as organizações não-governamentais e os grupos de profissionais; os dirigentes religiosos e os educadores; os empresários, os agricultores e os pescadores, ou seja, todos aqueles que encontrarem nas declarações da Estratégia um eco de seus próprios interesses e convicções... Na Estratégia enumeram-se 132 ações específicas destinadas a criar uma sociedade sustentável. As metas foram fixadas tanto para centrar a ação rumo à obtenção de fins concretos, como para avaliar os resultados dessas atividades. Os indivíduos e os grupos devem atuar agora para:...

“- promover a Estratégia dentro de seus grupos locais, comunidades e governos;

- iniciar ações baseadas na Estratégia;

- trabalhar a fim de reorientar as políticas e instituições nacionais e internacionais tendo em vista pôr em prática a Estratégia. A ação através de comunidades locais, governos e a aliança mundial de nações é essencial” (261).

j.4.1.

“A ação exigirá financiamento. Estima-se que muitas das ações expostas na Estratégia serão rendáveis por si mesmas, na medida em que aumentem o bem-estar social e a prosperidade, sem conter um custo superior ao das práticas atuais mais dissipadoras. Porém, outras necessitarão de uma maior disponibilidade de fundos, estimados em um total de US\$ 77.000 milhões de dólares dos EUA por ano em 1991, aumentando para 161.000 milhões no ano 2.000, ascendendo a um total de 1.288.000 milhões durante todo o próximo decênio” (sic) (262).

j.4.2.

Ou seja, o documento base da Eco 92 propõe o seguinte: estabelecer uma “nova ordem mundial” — agora que caiu o bloco soviético —, baseada em uma “nova ética mundial” cujo fim é assegurar uma qualidade de vida “sustentável” para os atuais habitantes da terra e seus descendentes. As propostas são dirigidas aos líderes religiosos, sociais e políticos de todo o mundo, a fim de que chegam a um “consenso” a respeito dos princípios desta nova ética, que deverão ser adotados por todos os Estados em suas normas fundamentais. Propõe a criação de um organismo supranacional para que vigie o cumprimento destas normas éticas, que serão obrigatórias para todos os homens, que deverão mudar seus comportamentos para torná-los compatíveis com esta “nova ética”. Esta idéia foi retomada em outro momento, onde se afirma que “os problemas da humanidade já não podem ser resolvidos pelos governos nacionais. O que se necessita é um Governo mundial. A melhor maneira de se obter isso é mediante o fortalecimento do sistema das Nações Unidas ... seria necessário criar instituições completamente novas. Entre estas poder-se-ia incluir, por exemplo, uma Polícia Mundial permanente que estaria facultada para intimar países a fim de comparecerem ante a Corte Internacional de Justiça, ou ante outros tribunais especialmente criados. Se os países não cumprissem as decisões da Corte, deveria existir a possibilidade de aplicar sanções, tanto militares como não militares” (263).

Um dos pontos que “Cuidar da Terra” considera chave para uma “economia sustentável” é baixar, o quanto antes, as taxas de fecundidade até alcançar as de reposição em países de baixa mortalidade infantil (2,1 filhos por mulher). Para esses burocratas da ONU, o único problema do mundo é sua alta taxa de natalidade; baixando-se as mesmas, viveríamos em um mundo feliz; e para diminuir as taxas de natalidade de todos os países, requerem um investimento de US\$ 128.800.000.000 para o próximo decênio! Reitero que este foi o documento base para as discussões da Eco 92.

K

Depois de lida e estudada a documentação que se cita, referida aos objetivos, planos e ações levados a cabo pelos distintos organismos dependentes da ONU, com relação ao controle de natalidade, as esterilizações humanas e o aborto, só cabe concluir que as Nações Unidas são um organismo internacional genocida, que superou em ferocidade e disponibilidade de meios para a morte de seres humanos inocentes, os regimes de Adolf Hitler e Joseph Stalin. Tal genocídio se dirige, não mais a um povo determinado, mas a todos os pobres que habitam o Terceiro Mundo. A intervenção militar dos capacetes azuis

na Somália, com propósitos supostamente humanitários, converteu-se em poucos meses em uma carnificina de mulheres e crianças inocentes. Este é o verdadeiro rosto das Nações Unidas...

CAPÍTULO 8

A CÚPULA DA TERRA DO RIO DE JANEIRO DE 1992, CÚPULA DA TERRA + 5 E A CONFERÊNCIA DE POPULAÇÃO DO CAIRO DE 1994

A) A posição latino-americana a respeito da Eco 92

Os governos latino-americanos adotaram diversas posturas frente à Conferência do Rio de Janeiro, apesar da intervenção dos organismos dependentes das Nações Unidas para que aceitassem seus próprios trabalhos, em especial “Cuidar da Terra” e “Nosso Futuro Comum”. O principal tema de discrepância foi a não aceitação do controle demográfico imposto pelos países ricos. É que “a teoria de que a deterioração do meio ambiente se deve em grande parte ao crescimento da população não está apoiada pelos dados” (264). Para fundamentar essa posição, publicaram-se dois documentos: “Nossa Própria Agenda” como contrapartida a “Nosso Futuro Comum” e a “Declaração dos Andes”, com definições antagônicas às preconizadas pelos organizadores da Eco 92, como estas:

- “Um uso dos recursos naturais não renováveis que não comprometa o futuro pode levar à imobilização da América Latina em algumas áreas, pelo que se deve procurar uma melhor integração” (265). Sobre a mesma questão, a Declaração dos Andes afirma que “os sistemas econômicos e de desenvolvimento vigentes são causa da deterioração ambiental, social, econômica e cultural da região. Há que definir modelos próprios de desenvolvimento”.

- “Temos recursos naturais para manter uma população muito maior que a atual” (266). Nesse ponto, a Declaração dos Andes é ainda mais contundente: “As políticas de população não podem ser ferramentas para resolver o problema da pobreza, que é consequência do modelo de desenvolvimento dependente. O casal deve decidir o número e o espaçamento dos filhos”.

- “Os meios de comunicação de massa transmitem mensagens ambientais baseados em um tratamento superficial tendente a consolidar os modelos de desenvolvimento que é preciso transformar. Os setores independentes devem exercer pressão sobre os que controlam os meios, capacitando os comunicadores em matéria ambiental para influírem

sobre a opinião pública” (267). Destes antecedentes surge com clareza que a posição latino-americana e de muitos países em desenvolvimento seria difícil de se controlar para os organizadores da Eco 92. Em igual sentido, deve-se interpretar a proposta do Grupo das 77 nações não alinhadas (G-77), do qual a Argentina faz parte, de “que se eliminarão da próxima Conferência da ONU sobre população, prevista para 1994, as discussões relativas a população e meio ambiente” (268).

B) A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento do Rio de Janeiro

Chamada por seus mentores de a “Cúpula da Terra”, e conhecida vulgarmente como a Eco 92, reuniu-se na cidade do Rio de Janeiro, entre 3 e 14 de junho de 1992. Assistiram delegações de 178 países. Seu secretário geral foi o canadense Maurice Strong. A sede da Conferência denominou-se Riocentro, onde desenvolveram suas atividades os 15.000 delegados, 4.300 jornalistas credenciados, 12.000 funcionários, 800 recepcionistas e 400 mensageiros; utilizaram 4.000 linhas telefônicas (269). O semanário alemão *Der Spiegel* denominou-a “o festival da farsa” (270). Paralelamente à Eco 92 houve uma “Cúpula de Parlamentares da Terra”, integrada por 270 legisladores e líderes religiosos de diversos países do mundo; resolveram criar a “Cruz Verde Internacional”, parodiando a Cruz Vermelha Internacional, com a missão de tratar acidentes ecológicos mundiais; foi designado como Presidente da mesma o ex-líder soviético Mikhail Gorbatchov, e Patricia McCune cumprirá as funções executivas da instituição (271).

b.1. O Foro Global

A vários quilômetros de distância, porém também no Rio de Janeiro, realizou-se o Foro Global 92, congresso que reuniu 12.000 representantes de 3.500 organizações não-governamentais (ONGs); seu coordenador foi o suíço Warren Linder (272). O enviado especial do diário *La Nación*, Lucio Mansilla, faz uma breve e sagaz descrição do Foro, mencionando que na semana em que foi iniciado, havia recebido um ultimato “para pagar uma dívida de dois milhões de dólares que tem com os provedores ... A inauguração foi estrondosa e colorida, com a chegada de uma réplica do barco *viking*, o Gaia, que custou cinco milhões de dólares a um empresário norueguês ... Acrobatas, uma multidão de japoneses tratando de vender os últimos avanços de sua tecnologia verde, seitas religiosas, índios adequadamente borrados de tinta para a ocasião ... levantaram suas vozes em favor da ecologia ... Se bem que a Eco 92 é admirável por seu grau quase perfeito de desorganização, o Foro Global parece uma feira *hippie* preparada por *yuppies* nostálgicos dos anos 60” (273).

O Foro Global reuniu grande quantidade de seres pitorescos e com estranhas ideologias. Por exemplo, dentro do mesmo desenvolveu-se a conferência denominada “Planeta Fêmea”, que agrupou mulheres de distintas ONGs, para debater assuntos relacionados com a mulher, o meio ambiente e o desenvolvimento (274). Sem embargo, ainda dentro dessa excêntrica conferência se escutaram vozes sensatas, como a de “Rosiska de Oliveira, a coordenadora geral, (que) denuncia que ‘nos documentos oficiais se relaciona de maneira simplista a degradação ambiental com o crescimento populacional, e as mulheres dos países pobres estão sendo acusadas da degradação do planeta, quanto, por exemplo, um habitante da Bolívia consome 247 vezes menos que um dos Estados Unidos’ (275). Mais abaixo o mesmo artigo afirma que “as dirigentes denunciam que **44 por cento das mulheres brasileiras entre 15 e 47 anos foram esterilizadas, em sua maioria sem seu consentimento**” (sic).

Uma das assistentes do “Planeta Fêmea” foi “Mabel Bianco, da Fundação para Estudo e Investigação da Mulher (FEIM)”, que informou que ali se rechaçou “toda política coercitiva com respeito à população e, mais especificamente, modalidades de controle da natalidade que afetem o direito de decidir livremente ... especificando que se estava contra estas políticas, qualquer que fosse seu fundamento: religioso, de desenvolvimento econômico, de proteção do ambiente ou outro”. Outra das conclusões foi que “a deterioração do ambiente e o estancamento do desenvolvimento não são atribuíveis fundamentalmente ao crescimento da população, mas aos padrões de consumo excessivo dos países do Norte e dos grupos privilegiados dos países do Sul, às políticas de ajuste, ao armamentismo e aos sistemas de comércio internacional injustos. A rejeição de toda investigação científica sobre reprodução que implique manipulação genética, riscos para a saúde da mulher e que não respeite valores éticos e afete os direitos humanos e à espécie” (276). De qualquer modo, nem tudo foi sensatez na dita reunião, já que promoveu a despenalização do aborto com o falso argumento de rejeitar “toda imposição às mulheres baseada nos direitos do feto que atente contra sua livre opção frente à reprodução” (277).

Também aproveitaram a reunião alguns personagens do circo mundial para fazer chamados em favor do controle de natalidade, como Ted Turner (dono da cadeia televisiva norte-americana CNN), Jane Fonda, Shirley McLaine e o oceanógrafo francês Jacques Cousteau, que levou um manifesto supostamente ecológico, denominado “Carta ecológica dos direitos para as gerações futuras”, com claro conteúdo antinatalista, segundo o qual neste mundo há lugar para as baleias, mas não para os seres humanos... Tal manifesto continua circulando pelo mundo, recolhendo adesões (278).

A corrupção no Foro Global seguiu seu curso e seu coordenador “Warren Linder foi acusado de malversação dos fundos que devia administrar. Segundo os denunciadores, ao menos 1,7 milhões de dólares doados para o Foro Global foram para na conta bancária de ‘Our Common Future’, grupo ecológico com sede na Suíça, fundado e presidido por Linder” (279); talvez isso explique a falta de pagamento aos provedores... Durante o Foro, editou-se o diário “Crosscurrents”, supostamente publicação independente das ONGs, auspiciado pelo Comitê de Planejamento da Eco 92; sem embargo, entre os quatro funcionários representantes da Conferência de ONGs no Comitê, encontrava-se Cyril Ritchie pela IPPF (280).

“Uma carta com sete princípios de ação (a Carta da Terra), 32 acordos de trabalho integrado, um processo de colaboração para fiscalizar a ação ambiental dos governos e **uma campanha mundial para impor seus critérios sobre os das delegações oficiais**, são a síntese de duas semanas de trabalho no Foro Global ... as ONGs obtiveram algo que parecia impensável: sua integração. Em duas semanas de trabalho, os alternativos fixaram as bases para integrar os milhares de organizações isoladas que, em todo o mundo, representam setores sem voz e à margem das decisões governamentais: mulheres, crianças, anciãos, ambientalistas, homossexuais, prostitutas, amantes dos animais e comunidades terceiro-mundistas, entre muitas outras” (281). As ONGs culminaram com a campanha denominada Objetivo 1995, para que a ONU substitua nesse ano a Declaração do Rio (subscrita por 185 países) pela Carta da Terra, subscrita por umas 3.500 ONGs; onde os objetivos do controle de natalidade estão exibidos explicitamente.

b.2. A Posição Argentina

A Eco 92 começou com um debate em torno do ponto central da mesma, que conforme demonstrei com todos os antecedentes da Conferência, era o tema do controle de natalidade nos países do Terceiro Mundo. Isso ficou bem refletido no diário oficial da Cúpula, Terra Viva, do dia 2 de junho de 1992, em cujo título das páginas centrais se dizia: “Argentina, Israel e o Vaticano abriram nova frente — Inesperada frente de tormenta foi gerada na Cúpula: 3 países intentam reabrir o debate sobre a Carta da Terra”. Ali se menciona que “O chefe da delegação argentina, Raúl Estrada, explicou que ‘há dois princípios que meu país não pode aceitar’ ... A segunda diferença é com o princípio 8, que sugere que para alcançar o desenvolvimento sustentável os países devem eliminar padrões insustentáveis de consumo e promover políticas demográficas apropriadas. Estrada susteve que **isso é uma ‘chantagem’ pois ‘nos sugerem trocar menos filhos por mais automóveis de luxo’**”.

O mesmo diário expressava em outro artigo que “O Vaticano

divulgou um documento em que fixou sua posição acerca da Cúpula da Terra no Rio de Janeiro e negou que exista um ‘nexo causal’ entre a degradação do ambiente e o aumento da população” (282).

O ódio sectário dos organismos das Nações Unidas ao Vaticano, ao nosso país e às Filipinas ficou claro pelas declarações da Diretora Executiva do FNUAP, Sra. Nafis Sadik (que presidiu a Conferência de População do Cairo), que “assinalou dois países por sua ‘ativa participação’ na eliminação das referências ao tema do planejamento familiar”; o que também foi criticado pelas ONGs militantes do controle de natalidade, como o “Instituto de População, o Comitê sobre Crises de População e Católicos pela livre eleição. Werner Fornos, presidente do Instituto de População, criticou na segunda-feira o Vaticano (nestes termos) ‘Se existisse um tribunal de crimes de guerra ao qual pudéssemos dirigir-nos, o Papa estaria sob juízo’ ... ‘Em sua atual versão, a Agenda XXI constitui um sério retrocesso em relação ao consenso obtido no México em 1984. Ademais, também põe em perigo toda a assistência internacional para o planejamento familiar’” (283). Nesse mesmo dia, Werner Fornos pôs na boca de Nafis Sadik, em outro artigo para Terra Viva, que “todas as alusões ao planejamento familiar foram retiradas... Isso aconteceu, entendo, ante a ativa participação do Vaticano e a ajuda de alguns governos ... Argentina e Filipinas”. Em similar sentido se expressou Kevin Whaley, integrante da delegação do Instituto de População (284).

No dia seguinte, Terra Viva publica uma reportagem ao chefe da delegação argentina, Ministro Plenipotenciário Raúl Estrada Oyuela, que havia recebido fortes pressões dos países e organismos propensos ao controle de natalidade e disse que “se ninguém nos apóia, então ficaremos sozinhos, mas não posso chegar a Buenos Aires dizendo que permiti que se limitasse nosso direito ao desenvolvimento para obter dinheiro ... devemos deixar a hipocrisia de uma vez por todas e fazer valer nossos direitos ... Ademais, expressou que **a vinculação entre os problemas ambientais e os indicadores demográficos eram uma escusa dos países industrializados para condicionar a ajuda ao Terceiro Mundo. Se aceitamos este ponto de vista, será como permitir que usem um rifle ecológico diante de nossa população. O Norte aceitou a declaração porque lhes dava ferramentas para controlar o Sul**” (285).

O apoio da Argentina à postura da Santa Sé ficou patente com a nota enviada pelo Cardeal Angelo Sodano, Secretário de Estado do Vaticano, ao chanceler argentino Di Tella, “pela colaboração prestada pelo embaixador na ONU, Jorge Vázquez, e pelo ministro Raúl Estrada Oyuela, na conferência sobre meio ambiente celebrada no Rio de Janeiro” (286).

b.3. A posição da Santa Sé

Foi representada pelo Cardeal Martino, com a dignidade de Núncio ante a Conferência do Rio, no dia 4 de junho de 1992. Seu discurso começa, como é lógico, com uma apreciação eminentemente personalista, ao afirmar: “O verdadeiro desenvolvimento toma como critério fundamental a pessoa humana com todas as suas necessidades, com suas justas esperanças, e com seus direitos fundamentais. Em complemento ao respeito pela pessoa humana e a vida humana está a responsabilidade de respeitar toda a criação” (287). Depois examina a dimensão moral da problemática da Conferência: “Para a Santa Sé os problemas do meio ambiente e do desenvolvimento são, em sua raiz, temas de uma natureza moral e de uma natureza ética, das quais se derivam duas obrigações: a necessidade urgente de encontrar soluções, e o iniludível dever de que qualquer solução proposta siga os critérios de verdade e justiça ... É manifestamente injusto que uns poucos privilegiados continuem acumulando bens, esbanjando recursos disponíveis, enquanto massas de gente estão vivendo em condições de miséria, nos mais baixos níveis de subsistência” (288).

Com relação ao tema populacional, “torna a insistir a Igreja em sua posição de que a vida humana é sagrada; e de que o objetivo da autoridade pública é enriquecer o bem-estar da família; de que é direito dos esposos decidirem sobre o tamanho da família e o espaçamento dos nascimentos, sem pressões de governos ou de organizações. Esta decisão deve respeitar totalmente a ordem moral estabelecida por Deus, tendo em conta as responsabilidades do casal para cada pessoa, os filhos que já têm e a sociedade à qual pertencem. **Ao que a Igreja se opõe é à imposição de políticas demográficas e à promoção de métodos para limitar os nascimentos que são contrários à ordem moral objetiva, à liberdade, à dignidade e à consciência dos seres humanos. Ao mesmo tempo, a Santa Sé não considera o povo como meros números, nem somente em termos econômicos. Enfaticamente a Igreja exige que os pobres não sejam culpados, como se pelo mero fato de existir fossem a causa e não as vítimas da falta de desenvolvimento e da degradação do meio ambiente**” (289).

O documento prévio, entregue pelo Vaticano à imprensa em 30 de maio, ou seja, dias antes do início da Eco 92, dizia que “a relação entre desenvolvimento e meio ambiente com o crescimento da população é complexa e, frequentemente, tênue. O controle da população não vai ao centro do problema ... O crescimento da população não é a causa primária dos problemas do meio ambiente. As nações do Norte, com menos população, são direta ou indiretamente responsáveis pela maioria dos prejuízos ao meio ambiente em todo o planeta ... A Santa Sé se opõe a essas estratégias que, de alguma maneira, intentam limitar a

liberdade dos casais de decidir o tamanho de uma família ... Nas relações internacionais, a ajuda para os povos não deve ser condicionada à aceitação de programas anticonceptivos, esterilização ou aborto” (290).

b.4. O Balanço da Eco 92

Em uma medulosa série de artigos publicados pelo diário La Prensa, nos dias 6, 8, 9, 13 e 16 de junho de 1992, o Dr. Luis Alfredo Vedoya analisou os antecedentes filosóficos e políticos da Conferência do Rio de Janeiro, desnudando os propósitos antinatalistas de seus organizadores. Terminou o último de seus trabalhos assim: “Se tiver êxito a Conferência do Rio, os que a programaram sairão seguramente com a convicção de terem montado uma das maiores trapaças da história para concretizar seus projetos geopolíticos, instrumentalizando para isso a legítima ilusão da humanidade de preservar este planeta de sua destruição. Terão alcançado seus propósitos e a humanidade talvez deva recordar estes dias como os mais penosos de sua história” (291).

Sem embargo, os meios de comunicação, os organismos dependentes das Nações Unidas e as ONGs cujo objetivo primário é o controle de natalidade, não puderam ocultar sua decepção diante da Conferência do Rio. Foram demasiado otimistas em seus planos e fracassaram em seus principais objetivos. A campanha de assinaturas de apoio à declaração “Promessa da Terra” do FNUAP, com claro conteúdo antinatalista (292), também fracassou em seu intento de torcer a vontade dos países não desenvolvidos para aceitar o controle demográfico promovido pelos países ricos. Providencialmente as cláusulas de controle populacional foram suprimidas, ou fortemente suavizadas, da Declaração do Rio e da Agenda XXI. **A humanidade se salvou uma vez mais.**

A Eco 92 terminou com a subscrição de cinco documentos aprovados por maioria, e subscritos parcialmente pelas 178 delegações ali representadas. Os convênios são:

- a) A Declaração do Rio, que consta de 27 princípios “que reconhecem a natureza integral e interdependente da Terra”;
- b) A Agenda XXI, de ações ambientais a serem aplicadas no começo do século vindouro;
- c) O Convênio sobre biodiversidade, rejeitado pela maioria dos países ricos, pelas limitações às emanações de gases tóxicos de suas fábricas;
- d) O Convênio sobre Clima, para combater o aquecimento da terra e o efeito estufa; e
- e) Os Princípios Florestais, para a proteção dos bosques.

O cumprimento dos mesmos pelos Estados signatários “será supervisionado oficialmente pela ONU e, paralelamente, pelas Organizações Não-governamentais (ONG) ... A comissão fiscalizadora

da ONU terá a missão de vigiar para que os países industrializados dupliquem, tão rápido quanto seja possível, a ajuda econômica que atualmente oferecem aos pobres. A comissão não governamental ... encarregar-se-á de vigiar para que cada um dos governos cumpra os compromissos a que aderiram ao assinar os documentos aprovados na conferência” (293).

Conhecendo a ideologia das agências da ONU e suas aliadas incondicionais, as ONGs, este é um precedente muito perigoso e indubitavelmente antijurídico: nenhum organismo tem poder para fiscalizar o cumprimento de tratados internacionais, como os levantados na Eco 92; o contrário fere as soberanias nacionais e põe a dos países pobres em uma situação claramente desvantajosa em relação às nações ricas, que obviamente com seu dinheiro, governam a seu bel-prazer tanto as Nações Unidas como as ONGs. Apesar de tudo isso, o balanço da Eco 92 é alentador: **O fracasso da ONU é diretamente proporcional ao triunfo da causa da vida humana no mundo. A República Argentina, do mesmo modo que nas Conferências de População de Bucareste e México, esteve decisivamente em favor da vida humana.**

b.5. Cúpula da Terra + 5

De 23 a 27 de junho de 1997 realizou-se uma sessão especial da Assembléia Geral da ONU, a fim de avaliar os resultados obtidos até agora, acerca da aplicação dos convênios assinados na Conferência do Rio de Janeiro. Para preparar tal sessão, de 13 a 21 de março de 1997, realizou-se no Rio de Janeiro a reunião do Conselho da Terra, presidido por Maurice Strong — cujas falcatruas financeiras em 1992 já foram descritas. Compareceram 500 delegados, entre eles representantes do UNICEF, FNUAP, PNUD, PNUMA, a IPPF, Católicas pelo Direito de Decidir, Wedo etc.

Um grupo de pessoas, que inclui Paulo Freire, Mikhail Gorbatchov, Frederico Mayor Zaragoza — diretor geral da UNESCO — e a cantora argentina Mercedes Sosa, elaborou a “Carta da Terra”, apresentada como o “Decálogo da Nova Era”, com os princípios para elaborar “uma nova ética para um novo mundo”, substituindo “os Dez Mandamentos por princípios contidos nesta Carta ou Constituição da Terra”, fazendo a transição “do homem como rei da natureza para o homem como parte dela”. O Preâmbulo começa assim: “A humanidade é parte de um universo evolutivo. A Terra é nosso lar. A Terra mesma está viva”. As passagens panteístas e irracionais abundam: “A paz ... é a integridade que resulta das relações harmoniosas e equilibradas consigo mesmo, com outras pessoas, **com outras formas de vida e com a Terra**”; “O trato **humano** a todas as criaturas sensíveis, domésticas e selvagens, é uma **responsabilidade fundamental e essencial para a criação de uma**

sociedade ética”; etc.

Obviamente não faltam as claras referências ao controle de natalidade: “A população e o consumo de recursos devem ser limitados ... Toda mulher e todo homem deve ter à sua disposição o conhecimento e os meios para o planejamento familiar responsável e voluntário” (ponto 9).

C) A Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento do Cairo

Desenvolvida de 5 a 13 de setembro de 1994, foi presidida pela Diretora Executiva do FNUAP, a Sra. Nafis Sadik, antiga integrante da IPPF e colaboradora de McNamara em sua passagem pelo Banco Mundial. O Comitê Preparatório foi presidido pelo Dr. Fred Sai, atual presidente também da IPPF. Billie A. Miller presidiu o Comitê de Planejamento das ONGs que participaram da Conferência e, ao mesmo tempo, preside a Região Hemisfério Ocidental da IPPF e é membro da Junta Diretiva do GPI — braço parlamentar da IPPF. Também teve um importante cargo executivo na Conferência o Dr. Halfdan Mahler, que fora durante 15 anos Diretor Geral da OMS, cargo que deixou em 1989 para ocupar a Secretaria Geral da IPPF. Amparo Claro formou parte do Comitê a cargo das ONGs e, ao mesmo tempo, é dirigente de Isis Internacional, entidade feminista e abortista da qual falarei no capítulo respectivo. O Semanário Europe Today, em seu número de 13.09.1994, dedicado exclusivamente à Conferência, informou-nos que na mesma participaram **“210 delegados da IPPF, dos quais 90 vêm com a ONU, ocupando postos de importância em todos os comitês de trabalho, e o resto forma parte das delegações nacionais”**. Com este *staff*, ninguém em sã juízo poderia duvidar da orientação que se pretendeu dar à reunião. Evidentemente a “multinacional da morte” aprende com seus próprios erros, e não quis que a oportunidade se lhe escapasse como na Eco 92... Do todo modo, fracassou igualmente...

Já o relatório anual da IPPF, Ano 1992/93, na mensagem de seu presidente Fred Sai, instou a que “durante o ano que corre, as associações de planejamento familiar devem preparar-se para converter-se em ativistas em nível nacional, para mobilizar as autoridades do governo, de população e planejamento familiar para a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento que se celebrará no Cairo em 1994, solicitando para isso ajuda dos Boureaux Regionais e do Escritório Central da IPPF, se necessário. As organizações não-governamentais, e as associações de planejamento familiar em particular, têm um importante papel a desempenhar na tarefa de configurar a agenda e os objetivos desta importante Conferência” (294).

“Em setembro de 1992, representantes da Rede de Direitos

Reprodutivos e de Saúde das Mulheres da Ásia, África, América Latina, Caribe, Estados Unidos e Europa do Oeste, em preparação para a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento de 1994, acordaram exigir a incorporação desta série de direitos na agenda do Cairo. Então foi redigida a seguinte declaração à qual aderiram mais de cem organizações de mulheres do mundo inteiro” (295).

A Liga pela Decência informou que tal instituição havia sido registrada como ONG para intervir na Conferência: “de forma surpreendente, também recebemos dois envelopes contendo abundante material informativo e propaganda de ‘Catholics for a Free Choice’, entidade que disfarçada sob o título de ‘católica’, promove o aborto como solução para o planejamento familiar. E chamou-nos a atenção que nossos endereços nesses envelopes mostram o mesmo tipo de letra e impressão dos que se enviam oficialmente pelo Comitê Preparatório das Organizações Não-governamentais das Nações Unidas, que esperávamos, guardasse imparcialidade e independência — ao menos em aparência” (296).

c.1.

O governo norte-americano, através do Conselheiro do Departamento de Estado Timoty Wirth — segundo chefe da delegação do Cairo, depois do Vice-presidente Gore — manifestou na segunda reunião preparatória que “o Presidente Clinton está plenamente comprometido a enfrentar os assuntos de população como uma das maiores prioridades internacionais dos EUA’. O Sr. Wirth deixou claro que os EUA planejam exercer pressão em favor da legalização do aborto em todos os países na Conferência, ao declarar durante a mesma reunião: ‘O Governo dos EUA crê que a Conferência do Cairo seria negligente se não desenvolvesse recomendações nem compartilhasse orientações a respeito do aborto. Nossa posição é apoiar o direito à opção reprodutiva, a qual inclui o acesso ao aborto seguro’. O Sr. Wirth foi membro da junta diretiva da Paternidade Planificada (filial norte-americana da IPPF) em Denver, Estado de Colorado e, junto ao Vice-Presidente Gore, membro do Comitê Global de Parlamentares sobre População e Desenvolvimento” (297).

A mencionada segunda reunião preparatória aconteceu em Nova York, entre 10 e 21 de maio de 1993, e nela se delineou o futuro Plano de Ação Mundial, que deveria ser aprovado na Conferência do Cairo. Tal Plano foi redigido pelo *staff* do PNUD, e consta de um preâmbulo e 4 partes, integradas por 15 capítulos. O nó argumental do documento é o seguinte: “Em todo momento se precisa que o fator demográfico é causador de uma maior pobreza nos países menos desenvolvidos (justificando as campanhas de controle populacional) e que, por sua vez, a pobreza é causadora da maior contaminação

ambiental. E dentro desse contexto a desigualdade entre sexos é considerada como causadora da explosão demográfica, motivo pelo qual seria importantíssimo modificar os valores e as pautas de comportamento (ambos os fatores intimamente ligados ao tema religioso) e a distribuição do poder na sociedade; considera-se necessária a transferência de poder para a mulher como um fator essencial no alcance de objetivos em matéria de população, assim como incentivar aquelas atitudes que a afastem da maternidade, tanto no campo do trabalho, como no intelectual e social...”.

“Algumas delegações pediram introduzir modificações na divisão de poder de tomada de decisões na família, na igualação entre os sexos (dando abertura à homossexualidade e ao lesbianismo), na transferência de poder à mulher desde os aspectos jurídicos, econômicos, educacionais e culturais, na reformulação do conceito ‘família’ tendo em conta a atual diversidade das mesmas e suas diferentes experiências (em total igualdade com a monogamia e a heterossexualidade)... especificamente diz que se devem ‘reafirmar os direitos reprodutivos dos casais, de espaçar os nascimentos e ainda a possibilidade de ter filhos’, direito que poderá ser exercido por ‘somente casais, somente indivíduos e somente mulheres’. Além disso, diz que ‘toda mulher, independentemente de sua orientação sexual, deve ter acesso à informação, educação e serviços necessários para exercer seus direitos reprodutivos e sexuais’...”.

“Passando ao plano concreto da difusão destas medidas, reconhece-se que a sensibilização já não é suficiente, deve-se passar à ação; para isso as atividades relacionadas com a informação, a educação, comunicação e sensibilização em matéria de população, tanto para as autoridades como para o público em geral, são essenciais para o êxito de programas de controle demográfico; para isso é necessário usar **todos os meios possíveis**, como a modificação das barreiras jurídicas e normativas que impeçam o acesso franco aos serviços de ‘saúde reprodutiva’ e de ‘planejamento familiar’, outorgando apoio econômico ao setor privado e às ONGs (filiais da IPPF) dedicadas a este tema. Também dizem que será necessário implementar campanhas com mensagens que induzam os governos, seus programas de informação, educação e comunicação, **adaptando-os a cada grupo destinatário do mesmo**, e elaborar mecanismos de seguimento do tema assim como contínuos relatórios de avaliação dos resultados para sua imediata difusão...”(298).

c.2.

Ante este panorama, João Paulo II enviou uma mensagem à Sra. Nafis Sadik, datada de 18.03.1994, na qual, depois de recordar-lhe as “verdades fundamentais: que toda pessoa tem uma dignidade e um

valor incondicionais e inalienáveis, independentemente da idade, do sexo, da religião e da nacionalidade; que a própria vida humana é sagrada desde o momento de sua concepção até o de seu ocaso natural; que os direitos humanos são inatos e transcendem qualquer ordem constitucional; e que a unidade fundamental da raça humana exige que todos se comprometam a edificar uma comunidade livre de injustiças e que lute por promover e assegurar o bem comum” (299); e “deve-se evitar resolutamente a propaganda ou a desinformação dirigidas a persuadir os esposos a limitarem sua família a um ou a dois filhos, e a promoção de métodos de controle da natalidade que separam as dimensões unitiva e procriadora da relação matrimonial e são contrários à lei moral inscrita no coração do homem, ou que atentam contra o caráter sagrado da vida. Por esta razão, a esterilização, difundida cada vez mais como método de planejamento familiar, é evidentemente inaceitável por causa de sua finalidade e sua capacidade de violar os direitos humanos, em especial da mulher. Representa um perigo ainda maior contra a dignidade e a liberdade, quando se promove como parte de uma política demográfica. O aborto, que destrói a vida humana existente, é um crime abominável, e não se pode aceitar nunca com método de planejamento familiar” (300).

c.2.1.

Conclui o Santo Padre dizendo que: “Neste contexto, o anteprojeto do documento final da Conferência do Cairo, que já foi dado a conhecer, causa-me grande preocupação. Muitos dos princípios que acabo de mencionar não se reconhecem em suas páginas, ou foram totalmente excluídos. Com efeito, algumas de suas propostas contradizem certos princípios éticos fundamentais. As considerações políticas ou ideológicas não podem constituir, de per si, a base de decisões essenciais para o futuro de nossa sociedade. Aqui está em jogo o próprio futuro da humanidade. **As questões fundamentais**, como a transmissão da vida, a família, e o desenvolvimento material e moral da sociedade, **requerem um exame muito sério**”.

“Por exemplo, o anteprojeto omite mencionar o consenso internacional sobre a população, celebrado na cidade do México em 1984, que afirmou que ‘em nenhum caso deve-se promover o aborto como método de planejamento familiar’. Na realidade, existe uma tendência de promover o direito, reconhecido internacionalmente, de poder praticar o aborto a pedido, sem restrição alguma e **sem considerar os direitos da criatura por nascer**, de maneira que vai mais além do que, por desgracia, já permitem as leis de algumas nações. A visão da sexualidade que inspira o documento é individualista; ignora o matrimônio, como se fosse algo do passado. Uma instituição tão natural, universal e fundamental como a família, não pode ser manipulada

sem causar graves danos ao tecido e à estabilidade da sociedade” (301).

c.3.

A terceira reunião do Comitê Preparatório realizou-se em Nova York, entre os dias 4 e 22 de abril de 1994; ali se apresentou um Plano de Ação para sua aprovação. Tal Plano contém os seguintes elementos: “os objetivos são: a) ... deter o crescimento da população” (302). Com relação à família expressa que “os governos deveriam eliminar todas as formas de coerção e discriminação nas políticas e práticas relativas ao matrimônio, às uniões consensuais e à educação dos filhos” (303) (v.g. permitir o “casamento” de homossexuais e que adotem filhos). O controle de natalidade é o instrumento para conseguir a finalidade de deter o crescimento da população; para isso se afirma que “os países deveriam ... assegurar o acesso universal à ... atenção primária da saúde, incluídos a saúde reprodutiva e os serviços de planejamento familiar” (304), esclarecendo que “os serviços de saúde reprodutiva no contexto da atenção primária da saúde devem compreender: informação e serviços de planejamento familiar, ... educação e assessoramento, segundo convenha, sobre sexualidade humana, saúde sexual e reprodutiva e procriação responsável” (305). Para direcionar melhor os governos, afirma que “a qualidade dos programas de planejamento familiar muitas vezes guarda relação direta com o nível de uso de anticoncepcionais e com o crescimento da demanda de serviços” (306). Ademais propugna que “os governos devem tornar mais fácil para os indivíduos e para os casais assumirem a responsabilidade quanto à sua própria saúde reprodutiva, eliminando as barreiras desnecessárias de ordem jurídica ... que se opõem à informação e ao acesso aos métodos de planejamento familiar” (307). Conforme a moda atual, “a administração e a distribuição de preservativos devem formar parte de todos os serviços de atenção da saúde reprodutiva” (308). Como se pode apreciar, tudo se reduz a incitar os indivíduos — custa reconhecê-los como pessoas — a multiplicar seus encontros sexuais irresponsáveis, e, ao mesmo tempo, provê-los com técnicas e elementos químicos, mecânicos, farmacológicos e cirúrgicos que impeçam a concepção de novos seres humanos...

c.3.1.

Como não podia ser de outra maneira, os burocratas da ONU — também funcionários da IPPF — promovem o aborto como meio de controle de natalidade. Com efeito, “insta-se a todos os governos e às organizações intergovernamentais e não-governamentais a se ocuparem de maneira franca e direta da questão do aborto... e a elaborarem leis e políticas de aborto baseadas na proteção da saúde e do bem-estar da mulher sem recorrer ao código penal e a medidas punitivas... **As mulheres que desejem pôr fim à gravidez devem ter fácil acesso à**

informação confiável, a serviços de consulta em que sejam tratadas com compreensão e a serviços para atender as complicações derivadas dos abortos em más condições” (309). Para se completar o mecanismo de degeneração das sociedades, “a educação em matéria de população — tal como eles a entendem — deve-se iniciar na escola primária e continuar em todos os níveis da educação estruturada e não estruturada... com o fim de assegurar uma cobertura adequada das ... opções de reprodução” (310).

c.3.2.

O documento preparatório termina com uma lista interminável de pedidos de fundos para cumprir seu único objetivo final de “deter o crescimento da população”. “Em sua totalidade, as necessidades de recursos projetadas para executar os programas nacionais de população que se descrevem nos parágrafos de 13.14 a 13.17 supra (em dólares dos EUA de 1993) suporia um total de 13.200 milhões de dólares no ano 2000, 14.400 milhões em 2005, 16.100 milhões em 2010 e 17.000 milhões em 2015” (311). Para completar o cinismo dos redatores, **“prevê-se que sejam os próprios países que assumam até dois terços dos custos”** (312) e, em conseqüência, “as necessidades de recursos adicionais procedentes dos países doadores ascenderiam (em dólares dos EUA de 1993) a 4.400 milhões de dólares no ano 2000; 4.800 milhões de dólares em 2005; 5.300 milhões de dólares em 2010; e 5.700 milhões de dólares em 2015” (313).

c.4.

No debate geral do documento, o Secretário de Estado de População, Prof. Aldo Carreras, fixou a posição argentina, diametralmente oposta à do documento preparado pelos funcionários da ONU e da IPPF; sustentando — entre outros — os seguintes conceitos:

“1. Os objetivos em matéria de população e desenvolvimento devem ser assunto de competência e soberania de cada país, em concordância com a fundamentação e orientação de suas políticas nacionais, sob a guia do respeito à dignidade humana e à decisão livre e responsável dos indivíduos. Para tanto, **rechaçar-se-á toda imposição de políticas que respondam a interesses exclusivamente extra ou supranacionais**”.

Rejeita a modalidade antinatural da família segundo a ONU, afirmando que:

“12. O objetivo de toda política de população é a família, a qual entendemos como a união de homem e mulher com tendência a perdurar, da qual se derivam os filhos. Estes programas e políticas se formularão e se levarão a cabo tendo em conta a proteção da família e dos direitos de cada um de seus membros”.

Também criticou com precisão outros aspectos lamentáveis do Plano de Ação, ao dizer:

“14. Em questões de população está comprometida a pessoa em sua totalidade e suas relações mais íntimas com os demais. Neste sentido devem-se reconhecer as dimensões interpessoais da sexualidade humana e a obrigação de aceitar suas conseqüências e responsabilidades.

15. Os temas relacionados com a educação em população não podem reduzir-se à publicidade de meras técnicas sexuais, mas devem ter em conta os princípios éticos e culturais que a pessoa recebe da família, assim como os costumes próprios de cada país.

16. Os programas de planejamento familiar devem transcender os simples objetivos de controle da natalidade e devem ser compreendidos dentro de uma concepção mais integral de orientação familiar e paternidade responsável ... com a participação das famílias e o respeito dos valores culturais e religiosos, dos programas de educação para a vida familiar...

18. No que se refere à mortalidade e morbidade maternas, a delegação argentina considera, tal como se acordara no Consenso do México e no anteprojeto do Plano de Ação Regional da América Latina e o Caribe, que **em nenhum caso o aborto poderá ser promovido ou considerado como método de planejamento familiar**”.

Junto à Argentina, alinharam-se a Santa Sé, Filipinas, Nicarágua e bastantes nações africanas, que não subscreveram o Plano de Ação.

c.5.

A posição da Santa Sé foi muito mais clara e completa que a de nosso país. Disse, entre outras coisas: “A política promovida primariamente no documento não é já a tradicional relação existente entre população e desenvolvimento, apesar do título da Conferência do Cairo, mas o direito de opção em matéria sexual, especialmente das mulheres, acompanhado pelo investimento econômico necessário em meios e instrumentos que tornem possível essa opção” (314). “O tema do desenvolvimento, mesmo sendo um dos temas da Conferência, é completamente relativizado (6 páginas das 83 do documento), sem que se ponham em evidência as relações de interação existentes entre o crescimento demográfico e os processos de desenvolvimento ... O Consenso Latino-Americano da Conferência Regional sobre a População da Cidade do México de 1992 (n. I.2) fazia notar que a queda da taxa de crescimento demográfico dos últimos dez anos foi de fato acompanhada por uma regressão nos índices de desenvolvimento econômico” (315).

c.5.1.

“O chamado ‘aborto seguro’ seria não somente tolerado, mas inclusive promovido, do ponto de vista da chamada ‘saúde reprodutiva’” (316). “Em relação à família, o documento leva à confusão e não alenta o apoio ao núcleo familiar. Há uma referência contínua à

‘família em todas as suas formas’, uma fórmula que leva a reconhecer todas as formas de união livre, os casais de homossexuais etc., como equiparadas à família” (317). “O documento utiliza termos novos que não estão definidos com precisão e que não formam parte da linguagem comum da demografia ou do desenvolvimento. Por exemplo, faz constante referência aos ‘direitos reprodutivos’, ou à saúde reprodutiva. Não há todavia em nenhuma parte do texto uma definição completa do conteúdo, extensão ou limites de tais supostos direitos, por exemplo, em relação ao aborto” (318). “Aceita como um postulado primário indiscutível o direito universal de ser sexualmente ativo, sem nenhuma obrigação de aceitar as conseqüências e as responsabilidades envolvidas. Não há nenhum reconhecimento da dimensão interpessoal da sexualidade humana. Assim, aceitam-se as relações sexuais promíscuas se são seguras (fisicamente) ainda quando o interessado e outras pessoas possam sofrer psicologicamente” (319).

c.5.2.

“O documento propõe um vasto e onipresente programa de educação e de manipulação dos meios de comunicação em favor de seus pontos de vista em temas de população e sexualidade, que, na prática, constituirá, ou ao menos apoiará, uma mudança de grande envergadura no clima moral de nossas sociedades” (320). “Descreve-se sempre o planejamento familiar não só como um direito dos casais casados, mas também dos indivíduos, e frequentemente ele é mencionado como uma parte de um estilo de vida sexualmente liberado. Há uma ênfase constante no uso de preservativos...” (321). “Não se menciona o fato de que a esterilização está-se convertendo no método de planejamento familiar mais difundido e promovido. Muitos grupos de mulheres estão preocupados com esta realidade. Falta totalmente também qualquer referência da recomendação 18(e) da Conferência da Cidade do México sobre a População de 1984, que dizia que ‘em nenhum caso o aborto deve ser promovido como método de planejamento familiar’. Em sua redação atual, o documento deixa aberto o caminho para a inclusão de métodos abortivos dentro do termo ‘planejamento familiar’” (322). “O documento não contém nenhuma referência aos métodos naturais de planejamento familiar, apesar do vasto reconhecimento dos avanços científicos obtidos ultimamente em relação aos mesmos” (323).

Depois, o documento da Santa Sé vai criticando especificamente o Plano de Ação, seguindo a pontuação do mesmo. Vejamos alguns conceitos importantes:

c.5.3.

Com relação ao preâmbulo, afirma que “empenha à comunidade internacional no estabelecimento de metas quantitativas

em relação ao acesso universal ao planejamento familiar e aos serviços de ‘saúde reprodutiva’. Isto, **indubitavelmente, será uma interferência na soberania nacional, e poderá ser usado para condicionar a cooperação internacional**” (n.º 1.8); depois fustiga a redação, ao dizer que “semelhantes afirmações, vagas e inconcretas, são totalmente a-científicas, e com facilidade podem confundir o leitor, levando-o a conclusões ideológicas predeterminadas. Ademais, pelo tipo de linguagem genérica utilizada, faz-se muito difícil refutar essas afirmativas sem ser acusado, também sobre uma base ideológica, de estar a favor da morte das mães” (n.º 1.13). Do capítulo II, a crítica mais certa é o comentário à frase “ninguém deve ser pai ou mãe contra sua vontade”, ao dizer que “é um conceito novo, muito genérico e que **não leva em consideração os direitos do nascituro. Tal linguagem, em aparência dirigida contra a coação, de fato bloquearia qualquer possível legislação que restringisse as condições temporais ou causais do aborto: esta linguagem significaria legalizar o aborto a pedido**” (n.º 2.27). Mais abaixo questiona que os ‘princípios’ referidos aos ‘direitos reprodutivos’ aplicam-se sem distinção a casais e indivíduos, ou a indivíduos considerados isoladamente, como se não existisse diferença. O parágrafo 2.30 ignora totalmente a família e o casal, e fala só de indivíduos. Uma vez mais, estamos diante de um modo de abordar a questão que tira a paternidade do contexto familiar, e corrói as responsabilidades mútuas dos esposos e pais” (n.º 2.28-2.30).

A respeito do capítulo III, diz que este “afirma que os esforços para alcançar o progresso econômico e reduzir a pobreza podem ser potencializados pela diminuição do ritmo de crescimento demográfico e pela consecução rápida da estabilização populacional. Todavia, como já foi dito antes, **foi posto em evidência que uma redução do crescimento da população não trouxe consigo um crescimento econômico**” (n.º 3.11). Sobre o capítulo IV destaco o parágrafo: “Há uma tendência a estabelecer uma dicotomia dialética mulher-homem, em vez de vê-los como iguais e complementares em suas responsabilidades e oportunidades de aumentar o bem-estar de toda a família humana”.

“Ao longo deste capítulo (V), encontram-se referências a ‘diversidade de formas familiares’, ‘pluralidade de formas familiares’, ‘matrimônios e uniões’; uma linguagem que tende a pôr no mesmo nível que a família outras formas de coabitação não baseadas na união matrimonial de um homem com uma mulher... Ao recomendar aos Governos que desenvolvam políticas de apoio à ‘pluralidade de formas familiares’ (5.2), o documento mina políticas profundamente arraigadas em muitos países, estabelecidas com um critério definido sobre a natureza do núcleo familiar e com o objetivo específico de sustentá-lo. Não é qualquer forma familiar alternativa que pode, ou necessariamente deve, ser reconhecida

como uma unidade familiar”.

Com relação ao capítulo VI, a Santa Sé faz uma agudíssima observação: “Ao falar das populações indígenas, o documento corretamente põe em relevo a diversa e importante perspectiva que têm em matéria demográfica, assim como a importância de respeitar sua cultura e espiritualidade. **Justamente este respeito à cultura, à ética e aos valores espirituais e religiosos, absolutamente ausente no resto do documento, deve ser estendido a todas as regiões do mundo e a todos os povos.** Cada cultura tem uma ‘diversa e importante perspectiva’. **O documento, ao contrário, tende a impor sua própria visão de mundo, sem respeitar as diferentes perspectivas de muitos, especialmente em temas religiosos e culturais**” (n.º 6.19).

As críticas ao capítulo VII são numerosas e certeiras: “Indica o alcance que o documento pretende dar à introdução de educação para o planejamento familiar. Fala de lugares de trabalho, vida militar e até lugares de recreação. Trata-se de uma concepção em que o planejamento familiar impregnará, na prática, todos os aspectos da vida” (7.6). “Afirma-se que o objetivo dos programas de planejamento familiar deve ser o estabelecimento da mais ampla liberdade de opção em matéria de procriação. Esta afirmação destrói as bases da família e favorece a atividade sexual extramatrimonial” (n.º 7.10). “Lança-se a proposta de que para o ano 2015 todas as crianças que nascerem devem ser crianças desejadas. A história deste prazo mostra como está relacionado com um cálculo demográfico. Se a razão ‘2,1 filhos por família’ considera-se o necessário para obter a estabilização demográfica, assume-se como um postulado que todos os matrimônios subscreverão o cálculo, e que, portanto, todos os filhos, além de ‘2 por família’ serão nascimentos não desejados. Assim, os esposos que voluntariamente desejem ter mais de dois filhos, encontrarão provavelmente desaprovação social e discriminação. Ao longo do documento, ainda quando se encontram referências a políticas sensíveis às famílias, **a tendência é reduzir a família ao papel de um objeto que deve aceitar a imposição de políticas familiares e converter-se no instrumento dessas políticas. Assim, as decisões fundamentais sobre a procriação deixam de pertencer às famílias e passam aos políticos, governos e organizações internacionais**” (n.º 7.13). “Refere-se à disponibilidade global de contraceptivos e outros produtos de saúde reprodutiva. **Não se menciona qual indústria ou grupo econômico estará comprometido neste serviço internacional tão lucrativo**” (n.º 7.11) (324). “Nem há tampouco menção alguma ao necessário controle sanitário que seria necessário para o uso desses produtos nos países em desenvolvimento” (n.º 7.19). “O ‘comportamento sexual e reprodutivo responsável e são’ é promovido para enfrentar as questões relativas à ‘saúde reprodutiva’ dos

adolescentes. **O termo ‘responsável’ reduz-se ao simples uso de contraceptivos**” (n. 7.37). Por último questiona que o ponto “7.8 pede a eliminação das barreiras legais e regulamentares ao cuidado da ‘saúde reprodutiva’ dos adolescentes, sem nenhuma referência aos direitos e responsabilidades dos pais”.

Do capítulo VIII destaca que os pontos “8.16 e 8.19 pedem a todos os países ‘que eliminem totalmente as mortes causadas pelos abortos inseguros’, ou ‘que eliminem todos os nascimentos não desejados e todos os abortos inseguros’, o que é claramente impossível. Novamente se está propondo o aborto para eliminar os nascimentos não desejados. **Quem decide que nascimentos não são desejados?**”. “Começa manifestando uma preocupação pelo aborto inseguro, mas em definitivo aprova o aborto em caso de estupro ou incesto, e apóia a todas as mulheres que queiram interromper sua gravidez. **A referência ao estupro e ao incesto intenta justificar esse tipo de abortos porque muitas legislações aceitam este critério. Este é o melhor modo de introduzir ao menos uma aprovação clara do aborto.** O parágrafo continua apoiando as mulheres que queiram pôr fim à própria gestação, assegurando-lhes informação, conselho e solução para as complicações” (n.º 8.21). Critica depois a proposta de “incluir os preservativos em todas as listas de medicamentos essenciais (ainda quando não se trate de remédios), — porque — suporá dar-lhes prioridade sobre outros muitos medicamentos realmente essenciais para a proteção da saúde, e em muitos casos significará pô-los à disposição com preços subsidiados ou mesmo grátis, às expensas do gasto público” (n.º 8.29).

A respeito do capítulo XI, ponho em realce que o mesmo “considera a informação como o meio para habilitar os indivíduos e os casais a fazerem a opção sexual que mais lhes agrada. O comportamento sexual e reprodutivo se isola da vida familiar, e é visto como uma prerrogativa tanto dos indivíduos como dos casais” (n.º 11.1). “Propõe que os esforços de informação, educação e comunicação sejam dirigidos a públicos específicos e pré-determinados, especialmente no caso dos jovens. Não se faz nenhuma menção da necessidade de contar com o consentimento dos pais. Tais esforços podem violar tanto os direitos dos pais como os dos jovens” (n.º 11.8). “Sugere a utilização dos meios de comunicação, inclusive o rádio, as telenovelas, para ensinar modelos de padrões de comportamento, especialmente nas matérias mais ‘sensíveis’. Dever-se-ia tomar cuidado particular ao sugerir, em uma atividade das Nações Unidas, **a prática de programas que supõem uma manipulação sutil dos meios de informação e, portanto, de pessoas, em temas tão delicados**” (n. 11.12). “É um ulterior exemplo do ponto até onde o documento propõe que a educação neste âmbito de população impregne todos os níveis de educação formal e informal desde a mais

tenra idade. O conteúdo de tal educação é claramente ideológico e inclui, já em nível de educação primária, temas como ‘as opções reprodutivas’, as enfermidades de transmissão sexual etc.” (n.º 11.14).

Em relação ao capítulo XII, diz que “reclama novos contraceptivos masculinos, e o desenvolvimento de outros novos métodos contraceptivos. A referência às ‘necessidades de saúde reprodutiva e sexual’ dos adolescentes não faz nenhuma menção à formação moral nem às implicações morais do comportamento sexual extramatrimonial, **aparecendo assim como uma incitação aos hábitos de promiscuidade sexual entre adolescentes**. A experiência mostra que a extensão da promiscuidade entre os jovens produz um aumento das necessidades de atenção sanitária e tem conseqüências psicológicas, e tudo isso acarreta, a longo prazo, um grande aumento do gasto público e grandes sofrimentos para as pessoas. Estão os Governos dispostos a pagar este preço?” (n.º 12.10). Mais abaixo critica que “inclusive chega a pedir que a investigação se dirija rumo ‘à mudança das estruturas familiares e de interação entre os diversos papéis do homem e da mulher’. A investigação não parece que tenda a apoiar a complementaridade do casal homem-mulher, mas a buscar vias de distinção e separação” (n.º 12.19).

A firme postura assumida pela Santa Sé, a República Argentina, Nicarágua e outros poucos países latino-americanos fizeram fracassar o pretendido consenso para o Plano de Ação. A idéia dos funcionários da ONU era que se aprovasse o documento por unanimidade, para levá-lo já pronto ao Cairo e que sua aprovação fosse uma mera formalidade, depois dos discursos dos funcionários governamentais que representassem cada país. Este objetivo não foi alcançado na Reunião preparatória de Nova York, uma vez que não se alcançou o consenso a respeito de muitos pontos mais conflitivos, que constituíam aproximadamente dez por cento do documento. Tais parágrafos foram postos entre colchetes, significando que os mesmos seriam discutidos novamente no Cairo. Os parágrafos que não estiveram entre colchetes ficaram aprovados em Nova York e concordou-se em não reabrir sua discussão na Conferência de População. Este fato obrigou as Chancelarias de muitos países a estudar em profundidade o documento preparatório, como fruto do qual muitas delegações deixaram de apoiar o mesmo e converteram-se em críticos opositores do anteprojeto, especialmente os países islâmicos, Uruguai, Peru e Chile, que em Nova York tiveram uma atitude passiva e no Cairo apoiaram muitas das modificações obtidas.

c.6.

As vozes de protesto pela orientação do anteprojeto do novo Plano de Ação Mundial em População não deixaram de se fazer ouvir.

Em Honduras realizou-se o II Congresso Internacional sobre Políticas Demográficas e Controle de Natalidade, organizado pelo Comitê Pró-Vida de Honduras e a Aliança Latino-Americana para a Família (ALAFA). “Tanto os expositores como os participantes coincidiram em afirmar que a Conferência Mundial será aproveitada pelas organizações antinatalistas para impulsionar o controlismo eugenésista nas nações do Terceiro Mundo. Segundo os principais expositores, o mito da superpopulação é motivado mais por interesses econômicos e ideológicos que por razões científicas ... os estudos científicos indicam que não existe tal ‘bomba populacional’, e fornece estes dados: A área ocupada pelos seres humanos alcança 1% da superfície da Terra”.

“Se a fertilidade continuar declinando, as regiões menos desenvolvidas do mundo alcançarão um crescimento nulo antes do final do próximo século”.

“Apesar das guerras e más políticas governamentais, nos últimos 25 anos a produção de alimentos em nível mundial aumentou em 25% por pessoa”.

“Há suficiente gás natural e carvão sobre a terra para satisfazer demandas de pelo menos mil anos...”

“Em outro momento do congresso, os participantes analisaram com especial preocupação as medidas antinatalistas adotadas pela administração Clinton. O presidente norte-americano dispôs que só em 1994 seu governo destine 663 milhões de dólares a políticas antinatalistas, 100 milhões a mais do que o que gastou o presidente George Bush durante seus quatro anos de governo. Obviamente, grande parte desse dinheiro será destinada aos países da América Latina” (325).

c.6.1.

“A Academia Africana de Ciências recusou assinar uma declaração comum das academias da maior parte do mundo que propugna ‘o crescimento demográfico zero’. É a primeira vez que as academias de ciências publicam um manifesto conjunto. A iniciativa partiu da Royal Society britânica e das academias norte-americana, sueca e índia, com vista à próxima conferência da ONU sobre população e desenvolvimento, que terá lugar no Cairo em 1994. O texto foi aprovado por 56 academias durante uma reunião celebrada em finais de outubro em Nova Delhi”.

“A academia africana, que agrupa as de todo o continente, tornou pública sua desconformidade em uma nota... ‘Na África, a população segue sendo um importante recurso para o desenvolvimento, sem o qual os recursos naturais do continente permaneceriam latentes e sem ser explorados’. Portanto, ‘o desenvolvimento dos recursos humanos deve ser incluído nos debates sobre população e recursos durante a próxima conferência do Cairo’... A nota assinala também que

os africanos consideram muito importante o matrimônio, tanto para a ajuda mútua entre os esposos como para a procriação. Também se opuseram à declaração as academias de ciências irlandesa e pontifícia. As da Argentina e Japão não assinaram por considerar que o tema saía de suas competências” (326).

c.6.2.

“A Delegação da Santa Sé insiste, junto com outras delegações, que o reconhecimento da pessoa humana em sua dignidade e direitos seja claramente afirmado, como premissa que oriente todas as afirmações e proposições que se sigam referentes à população e ao desenvolvimento. Se se descuidar disto, toda a questão carecerá de uma base firme e permanente e será incoerentemente tecnocrática’, expressou Monsenhor Giuseppe De Andrea, membro da delegação pontifícia ante a Assembléia Geral das Nações Unidas, na Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, ao comentar o esquema do Documento final... Sublinhou que ‘se faz necessária uma maior ação em favor da diminuição da dívida, das transferências de tecnologias, das verdadeiras oportunidades educativas e de trabalho, de mudanças radicais nas estruturas escandalosas do consumismo e do esbanjamento, mais que se limitar a sublinhar a estabilização da população, por séria que seja esta questão em algumas regiões...”

“Monsenhor De Andrea sublinhou que ‘o processo de procriação é responsabilidade de ambos os esposos, do homem e da mulher. Por esta razão, surpreende que enquanto em algumas partes o presente anteprojeto do documento demanda o uso e a disponibilidade de métodos anticonceptivos, não faz nenhuma menção ao planejamento natural da família, que tem como ponto de partida a plena e responsável participação do homem e da mulher no planejamento do número de filhos” (327).

Em outra oportunidade, “O prelado (Mons. De Andrea) observou igualmente aquela parte do texto em que se faz menção à família em suas muitas formas’, por meio de conceitos que se apartam da formulação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde se assinala a família como ‘célula natural e fundamental da sociedade’. As legislações e a política — ajuntou — relativas à família não devem converter-se em meios adaptáveis a novas tendências sociais ou experimento algum” (328).

c.6.3.

Com relação explícita à Conferência do Cairo, a defesa da vida humana desde a concepção, da dignidade do matrimônio, como fundamento da família, que é a célula social básica, foram defendidos por diversos agrupamentos muito importantes.

Em um interessante artigo, Jorge Rouillon entrevista a líderes

de distintas confissões religiosas com relação à postura norte-americana para a Conferência do Cairo — posição que, obviamente, coincide com a “oficial” da ONU. O grão rabino de Buenos Aires, Salomón Bem Hamú, susteve que “a religião judaica proíbe terminantemente o aborto como um assassinato. A posição adotada neste ponto pela República Argentina na reunião dos chefes de Estado ibero-americanos de Cartagena coincide em cem por cento com os princípios da religião judaica”. Mons. Héctor Aguer, em nome da Igreja Católica, disse com total clareza que “esta postura dos EUA merece um claro repúdio e um enérgico protesto. Agora fica claro que se trata de um propósito imperialista, que instrumentaliza as Nações Unidas e suas principais agências para reduzir a população dos países pobres. Estamos diante de uma nova forma de totalitarismo racista e genocida. Não é de ideologia socialista, mas liberal. Trata-se de pôr os países pobres a serviço de um mercado mundialista controlado pelos países ricos”. O pastor Rogelio Nonini disse que “as igrejas evangélicas se pronunciam terminantemente contra o aborto. Manifestam seu acordo com a posição da Igreja Católica: não há direito de tirar uma vida para controlar a população. Preocupamos que na Conferência Internacional do Cairo vá-se a propor a opção de ser mãe, que é uma opção de matar”. O doutor Abdelkader Ismael sustentou: “O Islã defende a vida, ninguém tem direito de atentar contra ela. cremos que a vida começa no momento da fecundação”. Mons. Kirilos Doumat afirmou: “A Igreja Ortodoxa não aceita jamais, de nenhuma forma, o aborto: é assassinar. Não é um direito da mulher nem dos médicos, porque a vida é sagrada. Os cônjuges devem colaborar com a Criação, não para matar, mas para criar, para dar educação e boa conduta, para adorar a Deus. Não há que matar o sopro de Deus, a alma do homem que está no feto, que é uma pessoa” (329).

No consistório extraordinário dos cardeais da Igreja Católica, tratou-se do tema da Conferência de população. O porta-voz foi o Cardeal John O’Connor, que sustentou que “esta Conferência poderia ser de enorme benefício para todos os povos do mundo se se centrasse na família, a família no sentido tradicional e natural do termo. Em vez de irmos à Conferência com uma atitude de desesperação e com um exagerado temor para com as tendências de crescimento da população, rogamos especialmente aos países ricos e poderosos que ofereçam esperança mediante a promessa e a provisão de recursos para o desenvolvimento, que é um elemento essencial para ir ao encontro das necessidades da população, que aumenta... **As fracassadas políticas de muitos países desenvolvidos não se podem impor aos pobres do mundo. Nem a Conferência do Cairo nem nenhum outro foro se devem prestar ao imperialismo cultural ou a ideologias que isolam a pessoa humana em um mundo fechado em si mesmo, onde o aborto a pedido, a**

promiscuidade sexual e as visões distorcidas da família se proclamam como direitos humanos ou se propõem como ideais para os jovens. Se os direitos se separam das responsabilidades, as pessoas se destroem inevitavelmente umas às outras, assim como a vontade humana que desafia a Vontade Divina, e leva a pessoa humana à autodestruição” (330).

Os bispos católicos norte-americanos aprovaram por unanimidade um documento onde sustentam que “o enfoque do governo dos Estados Unidos tende também a centrar-se demasiado frequentemente na população em detrimento do desenvolvimento... Mais que se centrar simplesmente no que as nações pobres devem fazer, quicá nossa nação deveria voltar a examinar suas responsabilidades nos campos da assistência, do intercâmbio e do desenvolvimento... em uma mudança decisiva de documentos anteriores da ONU, o Projeto do Plano de Ação intenta tornar a definir a família. Faz caso omissa, praticamente, do matrimônio... O Plano também considera todo comportamento sexual como aceitável, ainda entre adolescentes não casados. Insta ao uso de anticoncepcionais, aconselha o aborto para menores não casados, sem necessidade de que o saibam ou o apóiem seus pais, e prevê a maior difusão possível de preservativos. Oferecer aos jovens um convite à licença sexual com os preservativos e as pílulas, somente promove um falso sentido de segurança física, emotiva e espiritual... O Projeto faz caso omissa do fato de que o aborto tira a vida da criança antes de nascer. **Como representantes religiosos e cidadãos estadunidenses, sentimo-nos ultrajados porque nosso governo é pioneiro em fomentar a aceitação global do aborto**” (331).

Em 18 de junho de 1994, em Santo Domingo, o plenário de Presidentes das Conferências Episcopais da América Latina e do Caribe emitiu uma mensagem intitulada “Família, Vida e Solidariedade”, onde recorda a doutrina católica sobre o matrimônio, a liberdade, o amor, o bem da vida, a paternidade e maternidade responsáveis e a sexualidade. Afirma com audácia que “a conduta sexual deve reger-se pelas leis que Deus inscreveu na natureza e no coração do homem. Os métodos naturais de regulação da natalidade demonstram cada vez mais sua seriedade científica e sua eficácia, frente aos métodos artificiais. Estes últimos são apresentados muitas vezes como ‘modernos’, mas foram superados em ‘modernidade’ pelos métodos naturais, estes sim que estão de acordo com a ecologia humana, pois não violentam nem deterioram a natureza da pessoa” (332). “O aborto não poderá ser nunca um meio lícito de regulação da natalidade, pois atenta contra o direito da criança que vive e espera nascer. Por outro lado, a esterilização atenta contra o direito e o dever de conservar a integridade física da mãe ou do pai, ao tirar-lhes a capacidade de transmitir a vida” (333).

Depois de falar do mito da superpopulação, sustenta que: “A partir desses mitos se estabelece por parte dos países industrializados e dos organismos internacionais, que se não houver controle populacional, não haverá ajuda econômica nem técnica; em consequência, não haverá desenvolvimento e continuará crescendo a miséria. **A estas campanhas se associam numerosas organizações não-governamentais (ONGs), as quais, seguindo o estilo de alguns governos de países desenvolvidos, estão mais dispostas a oferecer fundos para programas de controle de natalidade que para autênticos planos de desenvolvimento. Segue-se preferindo diminuir o número de convidados ao banquete da humanidade a multiplicar o pão. Toda esta difusão sistematizada tem um caráter colonialista, do qual não se livra o próprio documento preparatório.** Nosso continente sofre por causa do imperialismo anticonceptivo, que consiste em impor a povos e culturas toda forma de contracepção, esterilização e aborto, que se considera efetiva, sem respeito às tradições religiosas, étnicas e familiares de um povo ou cultura” (334).

O Pontifício Conselho para a Família publicou o livro “Evoluções demográficas: dimensões éticas e pastorais”. “O livro afirma que as nações industrializadas resistem a adotar os métodos naturais de planejamento familiar porque estes oferecem a libertação ‘de uma das formas mais insidiosas de dominação política: o colonialismo biológico na procriação’” (335). “Quanto aos ‘métodos de controle da população’, o texto afirma: ‘Que existe uma vasta rede internacional de organizações bem financiadas que indicam a redução da população, é um fato conhecido (...) Estas organizações preconizam publicamente as políticas antinatalistas’. Constituem métodos destas ‘campanhas sistemáticas contra a natalidade’: programas de educação sexual antinatalista para os jovens, anticonceptivos hormonais, a esterilização, o aborto e o infanticídio, que afetam principalmente os pobres e as nações em desenvolvimento” (336).

Também houve importantes críticas à posição dos EUA no próprio seio do Congresso norte-americano. Mais de 70 membros da Câmara de Representantes publicaram em 18.07.1994 uma carta dirigida aos Chefes de Estado dos quase 100 países cuja legislação proíbe o aborto. Ali afirmavam: “Cremos firmemente que as crianças — não nascidas ou por nascer — valem muitíssimo e que o governo tem o altíssimo dever moral de proteger de todo dano as crianças indefesas. Vêm-nos à memória estas magníficas palavras que formam parte da Declaração dos Direitos da Criança das Nações Unidas (1959), reiteradas recentemente na Convenção dos Direitos da Criança, as quais nós categoricamente respaldamos: ‘A criança, por razão de sua imaturidade física e mental, necessita de especial salvaguarda e cuidado, incluindo

uma apropriada proteção legal, tanto **antes** como depois do nascimento”.

c.7.

Quanto à posição argentina na Conferência de População, como era de esperar, manteve a linha de valente e ineludível defesa integral da vida humana e sua dignidade, expressada inequivocamente nas Conferências de Bucareste (1974), cidade do México (1984) e Rio de Janeiro (1992). As cartas do Secretário de Culto da Nação, Dr. Centeno a Mons. Jean Louis Tauran, datada de 28.03.1994 e do Presidente Menem a João Paulo II, de 26.04.1994 — esta última em resposta à carta do Papa aos chefes de Estado de todos os países — o haviam antecipado.

c.8.

Em 5 de setembro de 1994 começou com pouca expectativa jornalística a Conferência sobre População e Desenvolvimento. As posições extremas que representaram na Reunião Preparatória de Nova York, os EUA por um lado, e a Santa Sé e Argentina por outro, intentaram ser conciliadas pelas propostas de modificações nos parágrafos questionados, que levou a União Européia, entre as quais se destacou a oposição em considerar o aborto como um meio de controle de natalidade. Todavia, o documento europeu era também inaceitável para a América Latina e os países muçulmanos — que se haviam entrincheirado na defesa do matrimônio heterossexual e na oposição às relações extraconjugais e ao aborto (337). Por tal motivo reinaram a preocupação e o pessimismo entre os organizadores da Conferência. Seus temores foram confirmados pelos fatos. Todos os temas habilitados para a discussão foram questionados com habilidade e energia.

Entre os delegados argentinos, destacaram-se por sua perícia e constância o Secretário de População, Prof. Aldo Carreras, que como chefe da delegação oficial, levou o peso da responsabilidade no manejo da mesma, os funcionários da Chancelaria Silvia Raiola, Eduardo Airaldi, Eduardo Berti, Aberto Balboa e Pablo Cavaeri, e os enviados da Presidência da Nação, Eng. Ricardo de la Torre e da Procuração do Tesouro, Dr. Luis Vedoya. Os Estados Unidos e os burocratas do FNUAP pressionaram as delegações dos distintos países, através dos membros da Missão Permanente ante as Nações Unidas de cada país. Aliás, sobre a Argentina o fez o segundo chefe da delegação norte-americana Timoty Wirth, com muito pouco sucesso, por certo... Foi lamentável o papel do senador nacional pelo Movimento Popular Neuquino e médico Jorge Solana — membro do GPI e Presidente da Comissão de População do Senado — que subscreveu a Mensagem da União Interparlamentar para a Conferência do Cairo, que, entre outros pontos, recomendava que o planejamento familiar e a educação sexual integrassem os serviços básicos de saúde, os quais deveriam incluir o aborto, considerado como um ato médico (338). Também foi lamentável o papel de Mabel Bianco

— ativa feminista, mulher do ex-ministro da Saúde Aldo Neri, titular do FEIM e do Grupo Mulher e AIDS, e membro do Conselho Diretivo da Rede de Saúde das Mulheres Latino-Americanas e do Caribe; por este último cargo assistiu para fazer *lobby* na Conferência de Pequim — que dirigiu o grupo argentino de ONGs, quase unanimemente alinhado com a postura norte-americana.

c.8.1.

A América Latina levou à Conferência uma postura continental, plasmada no Projeto do Plano de Ação Regional Latino-Americano e do Caribe sobre População e Desenvolvimento, elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o Centro Latino-Americano de Demografia (CELADE), organismos dependentes das Nações Unidas, mas compostos, em geral, por funcionários de nosso continente. Tal trabalho foi aprovado no XXV Período de Sessões, de 20 a 27 de abril de 1994, em Cartagena das Índias. O capítulo III,C está dedicado a “saúde, direitos reprodutivos, planejamento familiar e bem-estar da família”, onde menciona como objetivo específico “reduzir a incidência do aborto e suas complicações” (339). Essa é a única menção ao aborto em todo o documento. Todavia, o texto está infestado de recomendações para aumentar os serviços de planejamento familiar e a “educação sexual” entendida como *marketing* de contraceptivos. Isto se explica porque o documento é uma espécie de transação entre os países caribenhos, cuja política exterior está submetida aos ditados do governo norte-americano, e os países latino-americanos, alguns dos quais, como o Brasil e o México, também perderam sua independência na matéria, e a grande maioria, que, encabeçados pela República Argentina, mantiveram sua tradicional postura em matéria demográfica.

Tal posição pode-se sintetizar em algumas das frases do discurso lido pelo Chanceler Guido Di Tella na jornada inaugural. Sustentou o governo nacional que “a pessoa, o respeito pela vida e a dignidade humana devem ser o objetivo de qualquer iniciativa em matéria de população e desenvolvimento”; “a Argentina manteve em relação ao controle da natalidade uma posição conseqüente ao longo dos anos nos foros das Nações Unidas, assim como em sua tradição jurídica na ordem interna. A mesma pode sintetizar-se no irrenunciável direito à vida, em seu caráter universal e privilegiado por sobre todo outro direito individual. Esta universalidade é o fundamento mesmo do agir das Nações Unidas que outorga substrato ético às decisões de seus diversos órgãos”. Deste modo, nossas políticas de população “partem do princípio de que a vida humana existe desde o momento da concepção até a morte natural, excluindo qualquer prática que resulte um atentado contra tal existência, por exemplo, o aborto, a manipulação genética e a eutanásia”.

Sustentou que a família está “organizada a partir da união estável de homem e mulher” e que os cônjuges são os únicos que podem decidir sobre o “número e o espaçamento dos filhos”; e, portanto, “a prática do aborto compromete e fere uma vida humana plena de dignidade e direitos, distintos da vida da mãe”; também afirmou que “a aceitação do aborto ou a da esterilização como métodos de controle populacional para aqueles setores privados de todo bem-estar material abre a porta para outro tipo de causalidades como podem ser a seleção do sexo, a presunção ou constatação de incapacidades e outros” (340).

Na prática, a América Latina quase em bloco (exceto o Brasil, México e Colômbia*), defendeu a vida desde a concepção até a morte natural de todo ser humano — opondo-se em consequência ao aborto, à manipulação genética e à eutanásia — e a família baseada no matrimônio heterossexual, monogâmico e com tendência a perdurar; rechaça-se o controle de natalidade, porque os cônjuges são os únicos legitimados para determinar o número e espaçamento dos filhos. Em matéria de contracepção e educação sexual, a posição latino-americana não foi tão positiva nem tão clara; de todas as maneiras, rechaçou o acesso de menores a sistemas de planejamento familiar ou a cursos de educação sexual sem o consentimento de seus pais. A posição dos países islâmicos, encabeçados brilhantemente pelo representante iraniano, foi praticamente idêntica à nossa. Alguns países africanos — especialmente Quênia — tiveram uma postura similar, assim como pequenos países europeus: a Ilha de Malta e a Santa Sé. A católica Irlanda desertou, e o governo de Berlusconi que pretendia ganhar para si o catolicismo italiano — muito forte em seu partido Forza Italia, e mais ainda na Aliança Nacional — não foi capaz de suportar as pressões da Liga do Norte e dos sócios da União Européia, pelo qual apesar do discurso conciliador de seu Ministro da Família, votaram sempre junto com a União Européia.

Na Conferência do Cairo houve três nações destacadas: a Santa Sé, que com somente 17 membros credenciados, representou a reserva moral e, conseqüentemente, a esperança da humanidade; a República Argentina, que encabeçou o grupo latino-americano; e a República Islâmica do Irã, chefiando os países muçulmanos. Os Estados Unidos — representado por seu vice-presidente e assessorado na delegação oficial por vinte ONGs pertencentes à “multinacional da morte” — e os funcionários da ONU, em seu afã por obter um consenso, foram cedendo terreno paulatinamente, em todos os pontos em discussão e terminaram aceitando muitas propostas dos países que defenderam a vida e a dignidade humanas. A Argentina novamente cumpriu com um papel

*Nota do Tradutor: por coincidência, os três países latino-americanos que estão no conjunto dos 13 países chaves, citados pelo Relatório Kissinger, nos quais os Estados Unidos têm interesse estratégico especial.

fundamental no concerto das Nações Unidas. Devemos estar orgulhosos disso.

c.8.2.

A Conferência começou em 5 de setembro de 1994, às 9h30min do Cairo, em forma de sessões plenárias, com os discursos protocolares de Nafis Sadik, sua Secretária Geral, Boutros-Ghali, Secretário Geral da ONU, Hosni Mubarak, Presidente do Egito, Gro Brundtland, Primeiro Ministro da Noruega — que quis remediar a posição da União Européia, com um discurso abortista tão torpe que no dia seguinte teve que se desculpar publicamente — o Vice-presidente Gore dos EUA, que tentou convencer ao jornalismo que o documento não era abortista, porque se propugnava que fosse “seguro, legal e pouco freqüente” — na infeliz frase de Clinton, como se convertêssemos o roubo ou o homicídio em seguro e legal para o delinqüente e pretendêssemos que fosse pouco freqüente... (sic)... Depois seguiram os representantes do Paquistão, Suazilândia, Bangladesh, China, Japão, Ilhas Marshall, Hungria, Romênia, Macedônia, Alemanha, México, Quênia, Argentina, FMI, Tuvalu, Chile e Espanha.

O Presidente da OMS desconcertou em partes de seu discurso, com afirmações como estas: “Devemos abandonar toda atitude alarmista ante as mudanças demográficas, como se o povo, ou seja, os outros, só pudessem representar uma ameaça para nós. O povo representa oportunidades e recursos para o futuro, com a condição de que se ofereça a possibilidade de aproveitar todo seu potencial... A melhor maneira de assegurar a eficácia e viabilidade das políticas encaminhadas a enfrentar esses desafios consistirá em adaptá-las às necessidades da população e a suas expectativas no que tange a sua vida, a suas relações e à qualidade de vida que desejam para seus filhos. Dito de outro modo, as políticas demográficas deverão ser elaboradas, aceitas, desejadas e aplicadas pela própria população... A OMS deseja reafirmar que não se pode promover o aborto como método anticonceptivo” (341). Todavia, o resto do discurso demonstrou que tais frases foram somente um intento conciliador, já que detalhou diversos planos da OMS sobre a saúde reprodutiva, maternidade sem riscos, planejamento familiar etc.

Além das Sessões Plenárias, estava previsto o trabalho de uma Comissão Principal, na qual participaram delegados de todos os países credenciados, — a Argentina teve quatro assentos reservados na mesma, mas ante as ausências de alguns membros de outras delegações, sempre foram mais do que esse número os co-nacionais presentes. Sua função era a de obter o consenso sobre a redação dos parágrafos entre colchetes. O sistema de consenso implica que qualquer um faz uma proposta e, se há silêncio dos presentes, considera-se a mesma aprovada por consenso; ou seja, o silêncio considera-se voto positivo, ao contrário de qualquer

sistema jurídico razoável. Como os capítulos 7 e 8 criaram tão profundas divisões na Comissão Principal, Fred Sai — presidente da IPPF — resolveu a criação de Comissões *ad hoc*. A do capítulo 8, presidida por ele mesmo e a do capítulo 7 pelo colombiano Hernando Clavijo — também ativo membro da IPPF. Sugestivamente a República Argentina não foi designada para participar de nenhuma das duas Comissões *ad hoc*, devendo contentar-se com apoiar a tarefa desenvolvida nelas do lado de fora.

Às 16 horas, começou o trabalho da Comissão Principal, presidida pelo Sr. Fred Sai. Tal Comissão devia tratar os parágrafos entre colchetes — ou seja, aqueles sobre os quais não houve consenso na Reunião Preparatória de Nova York. Em toda a parte, nem sequer puderam acordar as modificações ao preâmbulo e ao capítulo II. Enquanto isso, no plenário seguiam as exposições de distintas nações e organismos da ONU; curiosamente se fechou o plenário, com o discurso de Halfdan Mahler, como Secretário Geral da Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF) — recordo que ao mesmo tempo ostentou o cargo de Secretário Geral da Conferência do Cairo. Deste modo, à IPPF se outorgou uma espécie de dignidade estatal, o que demonstra a convivência entre a mesma e as Agências das Nações Unidas.

c.8.3.

Seis de setembro foi um dia decisivo. Enquanto prosseguiam os discursos oficiais no plenário, começaram as sessões das Comissões *ad hoc* dos capítulos mais conflitivos: o 8 (Saúde, morbidade e mortalidade) e o 7 (Direitos reprodutivos, saúde sexual e reprodutiva e planejamento familiar). Iniciou-se a discussão do ponto 8.25, relativo ao aborto, e não bastou o dia para obter nada parecido com um consenso. Nesse instante, a Comissão se dividiu de forma espontânea, tomando assento em dois blocos claramente diferenciados: os que defendiam a vida humana e os que se submetiam à postura oficial de atentar contra os seres humanos mais débeis e indefesos, os já concebidos, porém ainda não nascidos. A Santa Sé, Argentina, Honduras, El Salvador, Nicarágua e a República Dominicana tiveram uma posição irredutível.

Tampouco houve avanços na discussão do capítulo VII do anteprojeto. Devo esclarecer que o texto sobre o qual se trabalhou é o inglês. A principal discussão surgiu em torno do termo “fertility regulation”, empregado em abundância em tal capítulo. Em castelhano traduz-se inocentemente por “regulação da fertilidade”, frase que carece de conotações. Todavia, um texto da OMS inclui entre os meios de “fertility regulation” o “planejamento familiar, o aborto, elevar a idade mínima para contrair matrimônio e a lactância” (342). Portanto, o termo “fertility regulation” tem, na linguagem da ONU, um significado abortista, o

que motivou a rejeição por parte de numerosas nações. Ao final, o consenso se obteve — no começo de 12.09.1994 — substituindo “fertility regulation” por “regulation of fertility”, que ainda que em castelhano se traduza de modo idêntico, na linguagem oficial um inclui o aborto e o outro texto o rejeita explicitamente. Este ponto demonstra o profissionalismo das delegações que encabeçaram o movimento em defesa da vida humana.

Outro termo conflitivo foi “reproductive health” ou saúde reprodutiva, definida pela OMS, além dos aspectos sanitários, como a possibilidade de cada indivíduo de usar satisfatoriamente o sexo e gozar dele, de maneira totalmente irresponsável, e inclui o “direito ao acesso” a todo serviço ou método que previna ou solucione qualquer problema de saúde reprodutiva, como poderia considerar-se uma “gravidez não planejada” (343). No texto final aprovado, o termo se delimitou aclarando expressamente que a saúde reprodutiva incluía o acesso a métodos para a “*regulation of fertility*, que não vão contra a lei” (parágrafo 7.1), o que exclui o aborto.

Paralelamente, no plenário, as coisas não iam melhor. O discurso do Cardeal Renato Martino, em representação da Santa Sé, com uma brilhante alegação em defesa da vida humana, seus direitos e dignidade, disse, entre outras coisas: “A Santa Sé rejeita firmemente qualquer intento de debilitar a família ou de propor uma redefinição radical de sua estrutura, como a de atribuir o estatuto da família a outras formas de estilos de vida... A transmissão responsável da vida e o afeto dos pais tem de andar juntos. A Santa Sé não pode ratificar métodos de planejamento familiar que separem fundamentalmente essas duas dimensões essenciais da sexualidade humana... Esta preocupação se refere especialmente aos programas de esterilização, método de planejamento familiar que normalmente é irreversível ... e que é o método de planejamento familiar mais exposto a abusos, no terreno dos direitos humanos, especialmente quando se promove entre os pobres e os analfabetos... O conceito de ‘direito ao aborto’ seria uma total inovação na comunidade internacional e seria contrário às posições constitucional e legislativa de muitos Estados, como também alheio às sensibilidades de um vasto número de pessoas, tanto crentes como não crentes”. Tais palavras foram insuportáveis para os burocratas da IPPF; o Cardeal Martino foi vaiado por parte dos assistentes — o que não tem antecedentes em nenhum foro internacional da história mundial — o que motivou uma enérgica reprimenda do Prof. Aldo Carreras, que fez cessar definitivamente essas manifestações destemperadas de dissenso com a exposição da posição de uma nação soberana. Os ânimos estavam suficientemente acalorados para que os organizadores temessem uma ruptura abrupta das negociações e, por conseguinte, que se votasse o

texto proposto por maioria, com rejeições totais de vários países. Este temor de não alcançar o consenso fez que a delegação norte-americana a partir desse dia suavizasse ostensivamente suas posturas, cedendo paulatinamente mais terreno.

Também leram seus discursos nesse dia ante o plenário os representantes de Population Action International (ex-Comitê de Crise de População), o Conselho de População e o Centro de Atividades para o Desenvolvimento e a População, todos com categoria de quase-nacionais (sic). O presidente do grupo do Banco Mundial foi explícito ao afirmar “falando cruamente: se não resolvermos o problema do rápido crescimento demográfico, não reduziremos a pobreza e o desenvolvimento não será sustentável... O apoio do Banco Mundial à redução da pobreza se baseia nos mesmos investimentos necessários para uma estratégia ampla de redução da fecundidade... Nos cinco últimos anos, o Banco se converteu também em uma das maiores fontes de financiamento dos serviços de planejamento familiar e saúde reprodutiva. No ano passado se destinaram para esse fim quase US\$ 200 milhões e se prevê um crescimento de 50% nos três próximos anos” (344).

c.8.4.

Em 7 de setembro, a Comissão continuou a discussão em torno do ponto 8.25, que tornou a fracassar tanto pela manhã quanto pela tarde, pela férrea oposição às referências ao “aborto arriscado” e “aborto legal”, oferecida pelos delegados da Eslováquia, Malta, El Salvador, Afeganistão, Tanzânia, Indonésia, Guam, Honduras, Equador, Santa Sé e Argentina. Começaram-se a tratar as modificações nos capítulos 9 (onde nossa delegação sustentou o princípio da não intervenção estrangeira em assuntos interiores dos países, com relação a temas de distribuição da população e migrações internas), 10 (migrações internacionais), 11 (educação em população e desenvolvimento) e 13 (atividades nacionais). As diferenças em torno do ponto 8.25 são tão profundas, que o presidente da IPPF e ao mesmo tempo, presidente da Comissão redatora, designa *manu militari* um grupo de trabalho para tentar o consenso em um texto relativo ao mesmo, ainda prevendo que, se não houvesse acordo, as nações poderiam efetuar reservas ao parágrafo definitivo. Integraram tal grupo representantes do Irã, Egito, EUA, Noruega, Indonésia, a União Européia, a Federação Russa, Barbados, África do Sul, Nicarágua, Trinidad e Tobago, El Salvador, Benim e Malta. Para pressionar em favor dos textos promotores do aborto, fizeram-se participar diversas ONGs, em tarefas de *lobby* frente aos delegados das nações defensoras do direito à vida humana desde a concepção; porém foi inútil, porque não houve mudança de posição.

c.8.5.

No dia 8 de setembro continuam-se discutindo as divergências nos capítulos 13 (atividades nacionais, mas ingressa-se no ponto c, que é o financiamento dos planos de ação, que apresenta sérias dificuldades, já que ninguém quer encarregar-se dos sobrecustos), 14 (cooperação internacional, relacionado nos aspectos financeiros com o capítulo anterior, pelo que se opta por resolver a questão, estabelecendo que as contribuições dos países doadores e dos países em desenvolvimento serão “da ordem de”, sem estabelecer uma cifra concreta), 16 (atividades complementares posteriores à Conferência), 3 (relações entre população, crescimento econômico sustentado e o desenvolvimento sustentável), 4 (igualdade e equidade entre os sexos e habilitação da mulher), 5 (composição, estrutura e papéis na família; aqui o Irã propõe que se substitua o parágrafo que afirma que há “diversos conceitos de família” por um que diga que há “diversas formas de família”, salvando assim o conceito único de matrimônio heterossexual; sugestão que em definitivo é aceita), 6 (crescimento e estrutura da população), 12 (tecnologia, investigação e desenvolvimento), 15 (participação do setor não governamental, onde se objetam as menções ao planejamento familiar e saúde reprodutiva, ao considerá-los direitos humanos). Às 18 horas se entrega o texto em inglês do novo anteprojeto do parágrafo 8.25, anunciando que para o dia seguinte estará traduzido em todos os outros idiomas oficiais da Conferência. Anuncia-se a culminação da redação dos capítulos 9, 11 e 16, obviamente sujeitos à aprovação pelo plenário.

c.8.6.

Em 9 de setembro, o Comitê para as reformas começa a trabalhar sobre o capítulo 7, nos parágrafos 7.2, “direitos sexuais e reprodutivos”, onde muitos países solicitam que se aclarem as ambigüidades do texto, entre eles: Chade, Gâmbia, Libéria, Benim, Líbia, Argélia, a Santa Sé, Honduras, Nigéria, Camarões, Peru, República Dominicana, Equador, Malta, Irã, Argentina, Indonésia, Uganda e Costa Rica. Tampouco houve consenso na redação do parágrafo 7.3, relativo à “regulação da fertilidade” e 7.4, com menções ao aborto, e do parágrafo 8.25, que é aprovado por maioria, mas vários países (a Santa Sé, Argentina, Peru, Malta e a República Dominicana) reservam sua aprovação aos resultados dos textos definitivos dos capítulos 7 e 8; os países centro-americanos fazem reserva de votar o texto quando se conhecerem as traduções para o castelhano de tal parágrafo, pois as mesmas haviam sido adulteradas pelos organizadores da Conferência.

c.8.7.

No dia 10 de setembro a Comissão avança na redação das modificações nos parágrafos 3.16, 3.19, 3.21, 3.22, 4.9, 4.17, 4.21, 4.29, 5.1, 5.5, 6.27, 8.24, 10.7, 14.3. Depois se avoca a estudar as reformas ao

Preâmbulo (capítulo primeiro), e continuar com os capítulos 8 (saúde, morbidade e mortalidade) e 12 (tecnologia, investigação e desenvolvimento). No plenário seguem expondo diversos países e organizações como FNUAP, Fundação Pathfinder, a União Interparlamentar, a Associação de Planejamento Familiar da Índia (filial da IPPF) etc.

c.8.8.

O domingo 11 de setembro se tomou como dia de descanso e o dia seguinte foi o último de trabalho, já que o dia 13.09.1994 se dedicou às aprovações dos textos e às cerimônias protocolares de conclusão da Conferência. O último dia de trabalhos se dedicou a obviar as diferenças nos capítulos 7 (direitos reprodutivos e saúde reprodutiva), que concluíram com um texto sem consenso, e do qual Argentina, a Santa Sé, Malta e Nicarágua comunicaram sua intenção de incluir reservas ao mesmo ao votá-lo no plenário. Com relação ao capítulo 13, a Santa Sé objetou que se promovesse “a expansão da distribuição de preservativos” como meio de luta contra a AIDS; tal objeção não foi aceita, ainda que o texto tenha sofrido uma ligeira modificação. Também se trataram das últimas divergências com relação aos capítulos 10 (migração internacional), 2 (princípios), 1 (preâmbulo), 5 (a família, seus papéis, direitos, composição e estrutura). Neste capítulo, a intervenção da Santa Sé, Argentina e países muçulmanos foi decisiva para manter um conceito único de família, exteriorizado no parágrafo 5.2: “a família é a unidade básica...”, 14 (cooperação internacional) e 15 (participação do setor não governamental) (345).

c.8.9.

Em 13 de setembro vota-se o documento pelos 182 países assistentes, e se produzem duas questões surpreendentes:

a) é a primeira vez que a Santa Sé dá um consenso parcial a documentos surgidos deste tipo de Conferências. Em concreto a Santa Sé aprova os capítulos 1 a 6, e 9 a 11, louvando um maior respeito à família e às crenças religiosas, que puderam apreciar-se durante o desenrolar da Conferência. O chefe da delegação vaticana, Cardeal Renato Martino, expressou que “nada do que fez a Santa Sé neste processo de consenso deveria ser entendido ou interpretado como uma subscrição de conceitos que não pode apoiar por razões morais. Especialmente não se deve entender que a Santa Sé apóie o aborto ou que tenha mudado em algum aspecto sua posição moral em relação ao aborto, os anticonceptivos, a esterilização ou sobre o uso de preservativos nos programas de prevenção do HIV ou da AIDS” (346). Isso desmentiu as pregações do vice-presidente norte-americano que, para pressionar a aceitação do documento preparatório sem emendas, havia manifestado que o Vaticano jamais subscreveria nenhum texto

saído dessa reunião. A Guatemala se uniu à Santa Sé ao dar consenso somente a alguns dos capítulos do documento; e

b) também foi surpreendente que muitos países (17 em concreto) fizessem reservas formais sobre o texto aprovado: Irã, Líbia, Zimbábue, Iêmen, Argélia, Afeganistão, Djibuti, Zâmbia, El Salvador e a República Dominicana objetaram que a contracepção se havia feito chegar aos indivíduos, pois acertadamente consideraram que as relações sexuais não devem dar-se fora do matrimônio e, por conseguinte, sustentaram que a distribuição de contraceptivos a indivíduos não casados supõe o fomento da imoralidade sexual.

Nove países latino-americanos: Argentina, Peru, Equador, República Dominicana, Nicarágua, Honduras, El Salvador, Guatemala e Paraguai compartilharam as reservas efetuadas por nosso país, a saber:

“Capítulo 2: Princípios. Princípio 1: A República Argentina aceita o princípio 1, tendo em conta que a vida existe desde o momento da concepção e desde esse momento a pessoa, em sua dimensão única e irrepetível, goza do direito à vida, sendo este o fundamento de todos os outros direitos individuais”.

“Capítulo 5: A família, suas funções, direitos, composição e estrutura. Parágrafo 5.1: A República Argentina aceita o parágrafo 5.1 tendo em conta que, ainda que a família possa ter distintas formas, em nenhum caso pode alterar sua origem e fundamento, que é a união entre homem e mulher da qual se derivam os filhos”.

“Capítulo 7: Direitos reprodutivos, saúde reprodutiva e planejamento familiar. Parágrafo 7.1: A República Argentina não pode admitir que no conceito de ‘saúde reprodutiva’ se inclua o aborto nem como um serviço nem como um método de regulação da fecundidade. A presente reserva, fundada no caráter universal do direito à vida, estende-se a todas as menções que recolham esse sentido”.

c.9.

O balanço da Conferência do Cairo pode-se fazer a partir da comparação entre os textos do parágrafo 8.25 — o mais conflitivo, porque se refere ao aborto — antes e depois da Conferência. O anteprojeto dizia:

“Insta-se a todos os governos e às organizações intergovernamentais e não-governamentais pertencentes a se ocuparem de maneira franca e direta do aborto em más condições como um importante problema de saúde pública. Haveria que fazer todo o possível por obter informação objetiva e confiável sobre as políticas de cada país em relação aos abortos, e sobre a incidência e as conseqüências destes. Deveriam impedir-se as gravidezes não desejadas mediante educação sanitária sexual e serviços ampliados e melhorados de

planejamento familiar, incluídos os serviços de assessoramento para reduzir a taxa de abortos. Insta-se aos governos a avaliarem e revisarem as leis e políticas sobre o aborto para que estas levem em conta os compromissos assumidos em relação à saúde e bem-estar das mulheres em conformidade com as situações locais, em lugar de recorrer a códigos penais e a medidas punitivas. Se bem que o objetivo principal da política oficial seja impedir gravidezes não desejadas e reduzir a taxa de abortos, as mulheres deveriam ter acesso fácil a serviços de atenção sanitária de boa qualidade que incluíssem informação confiável, assessoramento e cuidado médico que lhes permitissem interromper a gravidez nos casos em que esteja permitido pela lei, se assim decidirem, e que incluam o tratamento de complicações e seqüelas de abortos realizados em más condições. Dever-se-iam oferecer com prontidão serviços de planejamento familiar, educação e assessoramento pós-aborto, a fim de impedir a repetição dos abortos”.

O texto finalmente aprovado diz:

“Em nenhum caso se deve promover o aborto como método de planejamento familiar. Insta-se a todos os governos e às organizações intergovernamentais e não-governamentais pertencentes a fortalecerem seu compromisso com a saúde da mulher, a se ocuparem do impacto que sobre a mesma têm os abortos realizados em más condições, que constituem um importante problema de saúde pública, assim como a reduzir o recurso ao aborto através de mais e melhores serviços de planejamento familiar. As mulheres com gravidezes não desejadas devem ter fácil acesso a informação confiável e assessoramento humanitário. Deve-se dar sempre máxima prioridade à prevenção das gravidezes não desejadas e fazer todo o possível para eliminar a necessidade do aborto. Somente através do processo legislativo nacional podem-se introduzir no sistema de saúde, medidas ou mudanças relacionadas com o aborto, no âmbito nacional ou local. Nos casos em que o aborto não é contrário à lei, deve-se realizar em condições adequadas. Em todos os casos, as mulheres deveriam ter acesso a serviços de qualidade para o tratamento das complicações derivadas do aborto. Dever-se-iam proporcionar sem demora serviços pós-aborto em matéria de assessoramento, educação e planejamento familiar, que ajudem deste modo a evitar a repetição do aborto.

NOTA: O aborto em más condições se define como o procedimento pelo qual se interrompe uma gravidez não desejada, quer seja realizado por pessoas que carecem da competência necessária, quer seja em um meio que não reúne os requisitos médicos indispensáveis ou ambas as coisas simultaneamente”.

A diferença entre ambos os textos é evidente: enquanto o primeiro era um intento de legalizar o aborto a pedido em nível mundial,

a redação definitiva estabelece que não se pode utilizar como meio de controle de natalidade e, além disso, reivindica as soberanias nacionais sobre o tratamento legal do assassinato dos não nascidos, sem prejuízo de prestar atenção médica pós-aborto.

Os organizadores da Conferência do Cairo haviam proposto para todo o Mundo:

a) impor a visão de que haveria pluralidade de famílias, com idêntico valor social e jurídico, entre as quais se incluiriam as uniões homossexuais;

b) legalizar o aborto livre e pago pelo sistema primário de saúde;

c) universalizar as clínicas de contracepção, pagas pelo Estado e formando parte dos sistemas primários de saúde;

d) impor a educação sexual e a distribuição de contraceptivos aos adolescentes, sem necessidade de permissão nem consentimento de seus pais.

Fracassaram em todos os seus principais objetivos. De qualquer forma, é necessário aclarar que os textos aprovados definitivamente são ambíguos, pois se tratou de dar consenso a uma redação que fosse aceita por representantes de 182 países, com religiões, culturas,

interesses políticos e econômicos muito divergentes. Por isso, não causou estranheza que o pessoal da “multinacional da morte” — depois de absorvida a depressão causada pelo documento final — manifestasse que alcançaram alguns de seus objetivos. Todavia, a prova mais patente de seu fracasso é que a imprensa mundial dedicou pouco espaço à Conferência durante seu desenvolvimento — excetuam-se as injúrias à Santa Sé — e silenciou completamente depois de sua culminação...

CAPÍTULO 9

O GRUPO PARLAMENTAR INTERNACIONAL: BRAÇO LEGISLATIVO DA IPPF

A) Organização

No capítulo 4 fiz uma breve resenha histórica do Grupo Mundial de Parlamentares em População e Desenvolvimento, sua criação como o braço legislativo da IPPF, e sua realidade como o *lobby* internacional para realização dos planos da “multinacional da morte”. Remeto-me ao que foi dito ali. Neste capítulo tratarei mais especificamente das atividades do Grupo Parlamentar Interamericano sobre População e Desenvolvimento (GPI).

“O GPI está dirigido por um Conselho formado por parlamentares e ex-parlamentares pertencentes a grupos nacionais reconhecidos como Membros Oficiais ou Membros Associados. O Conselho se responsabiliza por eleger a Junta Diretiva, a qual consiste de não menos de três e não mais de cinco oficiais. O pessoal de apoio do GPI inclui um Coordenador Executivo e uma Secretária Executiva. O GPI tem personalidade jurídica no estado de Nova York. Como tal, goza de privilégios de exoneração de impostos e, por conseguinte, as contribuições individuais à organização estão isentas de impostos” (347).

Atualmente, seu *staff* é o seguinte: Presidente: Harold Sanford, que simultaneamente preside a filial da IPPF no Brasil; Vice-presidente, o norte-americano John Porter; Secretário Geral, o peruano Celso Sotomarino, diretor da IPPF - Hemisfério Ocidental, e Presidente da filial peruana da IPPF e do Grupo Parlamentar Peruano; o Tesoureiro é Bruce Halliday, do Canadá; o Coordenador Executivo é Hernán Sanhueza, que simultaneamente é o Coordenador Executivo da IPPF - Hemisfério Ocidental em Nova York; a Secretária Executiva é Teresa Edholm e exerce o papel de Assessora Billie Miller, de Barbados (348). “Os membros do GPI estão nas salas do poder onde se tomam as decisões nacionais. Os parlamentares são os que desenvolvem as políticas e estão

em uma situação que lhes permite gerar um impacto na opinião pública” (349).

Para informar sobre suas atividades, o Grupo Parlamentar Interamericano sobre População e Desenvolvimento publica o “Noticiário Interamericano de População”, editado em Nova York.

B) Primeira e Segunda Conferência de Parlamentares em População e Desenvolvimento

A I Conferência de Parlamentares sobre População e Desenvolvimento se efetuou em Brasília em dezembro de 1982. No ano seguinte se fundou o GPI, como fruto de tal reunião. A II Conferência de Parlamentares do Hemisfério Ocidental sobre População e Desenvolvimento realizou-se em Quito, entre 6 e 9 de março de 1990, com a organização da Associação Pró Bem-Estar da Família Equatoriana (APROFE), filial da IPPF em tal país, presidida por seu Diretor Executivo, Dr. Pablo Marangoni. As conclusões da Conferência se plasmaram em um denominado “Plano de Ação”, de que extraio os parágrafos mais salientes:

“Concentramos nossa atenção em quatro temas gerais: população e saúde da família, população e meio ambiente, população e progresso social, e políticas de população ... Em nossa qualidade de legisladores, podemos aprovar leis, sustentar audiências e pressionar para a destinação de fundos para as áreas prioritárias. Em nossa qualidade de líderes de opinião pública, podemos criar consciência através de discursos, escritos e em aparições públicas. Em nossa qualidade de representantes do povo, podemos servir de vínculo entre o governo e nossos eleitores. Podemos também supervisionar a execução das atividades de população e desenvolvimento ... Nosso trabalho mais imediato é formar grupos nacionais de parlamentares de população e desenvolvimento, filiados ao GPI, em cada um dos países representados nesta Conferência” (350).

b.1.

Com estes parágrafos, fica claro o sistema de lojas secretas — remedo das maçônicas — com o qual trabalha o GPI. De fato, destaco que o único representante da Câmara de Deputados da Nação Argentina em tal Conferência, foi o até então desconhecido Eng. Jorge Rodríguez, que à sua volta foi “misteriosamente” catapultado à presidência da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, e dali passou a desempenhar-se como Ministro de Educação da Nação (sic), o que demonstra o agir do GPI como *lobby* e sociedade secreta ao mesmo tempo...

Mais abaixo, o “Plano de Ação” especifica ainda mais o que o

GPI exige de seus membros em nossas nações latino-americanas: “Nos países onde não existe uma política de população explícita, os membros do parlamento ou do congresso podem determinar a conveniência e oportunidade de formular uma lei ou política de população ... Os parlamentares podem revisar a legislação e derrogar as leis que obstaculizam alcançar os objetivos da política de população e desenvolvimento, por exemplo ... **as legislações que proíbem a educação sexual no sistema escolar ou restringem a promoção de anticoncepcionais**” (351).

Depois dedica um capítulo especial ao tema do planejamento familiar, com frases repetitivas como as seguintes: “Existe uma enorme evidência de que as pessoas querem ter acesso a informação e a serviços de planejamento familiar e que esta última pode salvar vidas e proteger a saúde da mulher e das crianças. Isto se pode conseguir reduzindo o número de nascimentos em mulheres menores de 18 anos e maiores de 35; em mulheres que deram à luz dentro de um período menor do que dois anos e em mulheres que tiveram quatro ou mais filhos ... Quase todos os países do hemisfério apóiam o planejamento familiar. Os anticoncepcionais estão disponíveis em clínicas governamentais” (352).

Continua assim: “A educação familiar, incluindo a educação sexual e informação e serviços de planejamento familiar, deveriam estar à disposição dos adolescentes através de todos os canais apropriados. O aborto ilegal é outro problema que não podemos ignorar. É a amostra clara de que não temos tido capacidade para oferecer planejamento familiar e um claro sinal de que a vida das mulheres segue sendo arriscada de forma desnecessária” (353) (sic: significa que a vida da pessoa humana concebida mas ainda não nascida carece de todo valor, já que com o aborto ou a anticoncepção, seu destino é não viver)...

C) Encontros Interparlamentares em Montevideu

De 25 a 27 de outubro de 1991, realizou-se na capital da República Oriental do Uruguai o Encontro Interparlamentar “População, Desenvolvimento e Qualidade de Vida”, organizado pelo GPI em colaboração com o FNUAP e a Autoridade Sueca para o Desenvolvimento Internacional, com o apoio do PNUD, o Comitê Mundial de Parlamentares sobre População e Desenvolvimento e a Associação Uruguaiana de Planejamento Familiar (filial local da IPPF), e com o auspício da Organização Pan-americana de Saúde (OPS) e da OMS.

c.1.

Entre as conferências mais sugestivas se incluíram: “Gravidez e Sexualidade dos Adolescentes”, de Hernán Sanhueza; “O Papel dos Parlamentares no Movimento Latino-Americano e Iniciativas Mundiais

sobre População e Desenvolvimento”, de Blanca Esponda, mexicana, membro do Comitê Executivo do Comitê Mundial de Parlamentares sobre População e Desenvolvimento; e “Parlamentares, População e Desenvolvimento”, de Pedro Pablo Villanueva, representante para o Brasil do FNUAP. Assistiram legisladores do Uruguai, Paraguai, México, Cuba, Chile, Brasil, e pela Argentina o Dr. Fernando de la Rúa, e os Senadores Jorge Solana, Margarita Malharro de Torres e Eduardo Vaca. Além disso, estiveram presentes Judith Helzner, ao mesmo tempo Diretora de Programas do GPI e Diretora de Coordenação de Programas da IPPF; Hernán Sanhueza, ao mesmo tempo Coordenador Executivo do GPI e Coordenador Executivo da IPPF; o representante do FNUAP no Brasil; o Representante Residente do PNUD; a Dra. Cristiana Torres, representante da Organização Pan-americana de Saúde (OPS); entre muitos outros.

c.2.

Por sua vez, nos dias 26 e 27 de fevereiro de 1993, a Associação Uruguaiana de Planejamento Familiar (filial da IPPF), organizou jornadas de legisladores rio-platenses sobre População e Desenvolvimento, à qual assistiram os senadores Fernando de la Rúa (Presidente do Encontro), Jorge Solana e José Bordón, além de outros legisladores uruguaios (354).

D) O Comitê Parlamentar Argentino de População e Desenvolvimento

Seus Estatutos e a ata da primeira reunião constam no diário de Sessões Ordinárias da Câmara de Senadores da Nação. O art. 1º, ponto IV, do Estatuto estabelece entre seus objetivos: “manter relações parlamentares com o Comitê Parlamentar Interamericano de População e Desenvolvimento, membro do Comitê Mundial de Parlamentares de População e Desenvolvimento, ser parte dele e representá-lo no país” (355). O art. 6º também marca a dependência deste organismo, ao estabelecer que “anualmente o Comitê elevará uma comunicação ao Grupo Parlamentar Interamericano de População e Desenvolvimento no qual se informará sobre a atividade desenvolvida e o progresso das políticas sobre população e desenvolvimento” (356). Firmaram sua Ata Constitutiva, entre outros, os seguintes legisladores: Fernando de la Rúa (eleito seu presidente desde então), Margarita Malharro de Torres, Alfredo L. Benítez, Eduardo Menem, Julio Amoedo, Miguel Mathus Escorihuela, Adolfo Stubrin, Ricardo Lafferrière, Marcelo Stubrin, Elias Sapag (+), Jorge Vanossi, Luis Braseco, Augusto Cangiano, María Cristina Guzmán, Antonio Berongaray e José Rodríguez Artusi (357).

Em 20 de abril de 1988, a Comissão de Relações Exteriores e Culto da Câmara de Deputados da Nação aprovou também a Ata constitutiva do Comitê Parlamentar Argentino de População e

Desenvolvimento. Subscreveram tal aprovação os então deputados Frederico Storani, Eduardo Vaca, Roberto Silva, José Soria Arch, Saturnino Aranda, Ricardo Argañaraz, Benito Ferreyra, Horacio Huarte, Carlos Rosso, Carlos Ruckauf (depois Ministro do Interior e atual Vice-presidente da República), Bernardo Salduna, Carlos Silva e Marcelo Stubrin (358).

d.1.

A primeira reunião da Seção Argentina do Grupo realizou-se em 18 de abril de 1986, foi presidida por Fernando de la Rúa, que na abertura manifestou sua preocupação pela “inserção da explosão demográfica na planificação econômico-social” (359) (sic: evidentemente o atual intendente da cidade de Buenos Aires, de la Rúa, vive em outro país, porque a República Argentina sofre uma verdadeira implosão demográfica: não estamos nem perto dos cem milhões de habitantes com os quais sonhara Juan Bautista Alberdi...).

Concedida a palavra ao Dr. Hernán Sanhueza, este relatou as origens históricas do GPI e suas “relações de estreita cooperação com o plano de desenvolvimento das Nações Unidas, com o Fundo de População das Nações Unidas, com o UNICEF, com a Organização Mundial de Saúde, com a Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF), com a Organização de Estados Americanos, o Banco Mundial **et coetera**” (360). Depois explicitou a forma coativa de trabalho do GPI, ao afirmar que “também a Argentina como país quer saber que tipo de população quereria ter no futuro, que tipo de tamanho de população, que distribuição de população, que outras características são as mais favoráveis para o processo de desenvolvimento socioeconômico, qualquer que este seja, e **quais são as medidas e os instrumentos que o país poderia decidir adotar em um esforço multissetorial para poder atuar sobre os direitos dos indivíduos e da coletividade** (sic)” (361).

Mais adiante, o deputado Sanford referiu que “o Brasil já tem uma política de população, em nível federal, porque no Brasil, o Ministério da Previdência Social, que é o órgão encarregado de efetivamente executar a política de saúde pública, já atende uma clientela de mais de 80 milhões de brasileiros com relação ao planejamento familiar” (362). Depois faz uma sutil defesa da despenalização do aborto em seu país, ao dizer que “no Brasil, onde está proibido o aborto, existem anualmente valores de 3 milhões de abortos* executados por clínicas clandestinas. Falta a informação com relação a este comportamento

*Nota do Tradutor: a cifra de 3 milhões de abortos por ano baseia-se na mais científica “chutometria”.

sexual e, o que é mais grave, a rede hospitalar de saúde pública brasileira, se não pode fazer abortos porque é ilegal, está obrigada a ajudar aquelas mulheres que acodem à rede de saúde pública nacional para o tratamento de abortos condenados e que não tiveram curso normal” (363). Depois de vários palestrantes, intervém a Dra. Susana Torrado, investigadora do Centro de Estudos Urbanos e Regionais, que efetuou uma análise da legislação vigente nesse momento em nosso país, em matéria de população. Criticou o decreto 659, de 04.03.1974, ao dizer que “é um decreto que a meu juízo impede de colocar os serviços relacionados com a reprodução humana e seus riscos no marco de uma política global de saúde materno-infantil, como deveria uma legislação relacionada com o planejamento familiar. É um decreto pelo qual se impossibilita o reembolso das prestações por contracepção no contexto das obras sociais. Impede o desenvolvimento de programas de educação sexual relacionados inclusive com a saúde” (364). Este decreto, que como se pode apreciar, era muito bom para nosso país, foi derogado mediante o decreto n.º 2274, de 05.12.1984, assinado pelo ex-presidente Alfonsín.

Depois, com relação ao decreto 3938 do ano 1977, disse: “que fixa objetivos e políticas nacionais de população. Isto sim é uma proposta global, relativa ao conjunto dos fenômenos demográficos e ao conjunto das metas demográficas que deveria ter a Argentina com as metas de incrementar o crescimento, assegurar uma distribuição mais equilibrada e produzir diferenciais sociais e regionais da qualidade de vida ... além disso se propõe que a política econômica deve ser de caráter populacionista. Ou seja, que se subordina a política econômica ao alcance de metas demográficas ... Decretou-se a eliminação das atividades que promovam o controle da natalidade” (365). Apesar dos numerosos projetos de declaração apresentados por vários deputados nacionais, tendentes a que o Presidente da Nação derogue este decreto, o mesmo encontra vigente na letra, ainda que lamentavelmente quase sem aplicação prática; de todos os modos, é importante que subsista, para permitir que qualquer governo posterior com vontade de atuar corretamente com este tema, disponha de uma boa plataforma para fazê-lo.

d.2.

Na segunda sessão de trabalho da referida primeira reunião, dissertaram várias pessoas, entre elas o deputado Celso Sotomarino, em seu triplo caráter de Presidente do GPI peruano e da filial da IPPF de seu país, e funcionário das Nações Unidas (sic). Contou os pormenores da lei de população peruana, que sintetizo com estas citações: “transcorria a parte final do governo do presidente Belaúnde, com quem tinha certo grau de amizade pessoal e de aproximação (*lobby*), e vendo que debater este tema no seio do mesmo Parlamento traria

problemas de regime e dificuldades muito grandes para poder aprovar o projeto ... ao examinarmos a Constituição do Estado, demo-nos conta de que existia uma maneira de fazer as coisas bem e rápido, pelo menos era o que esperávamos². Um artigo nosso nos permite delegar faculdades legislativas ao Poder Executivo, por um prazo determinado e sobre tema específico, e o prazo foi 60 dias e o tema foi uma lei de população, mas tampouco queríamos deixar as coisas demasiado soltas do lado do Poder Executivo ... Cinco deputados e cinco senadores. Reunimo-nos com frequência, fizemos 31 sessões” (366).

Depois de apresentado o projeto de lei, conta que “houve algumas críticas da Igreja Católica. Por exemplo, dizíamos nós ‘o que se refere ao aborto terapêutico está regido pelo Código Penal’, então os sacerdotes saíram dizendo que como era possível que em uma lei de população puséssemos pautas sobre o aborto ... Outro caso conflitivo foi o da possibilidade de esterilizar a pedido do interessado. Foi outro ponto de conflito e encontramos uma maneira de tirá-lo e deixá-lo ao mesmo tempo” (367). O tema mais resistido foi o dos dispositivos intra-uterinos; assim o explica Sotomarino: nós “não admitimos que os dispositivos intra-uterinos sejam abortivos e eles sim o afirmam, este era o ponto real de discrepância. Finalmente, isto fez que os chamados pró-natalistas começassem a tentar impedir a promulgação do projeto, o que motivou um diálogo entre quem fala e o Presidente da República, fazendo afirmações de que é uma lei muito importante para o porvir do país e que ele deveria assiná-la e que não devia deixar-se levar por influências dissuasivas. Ele, em um alarde de confiança em mim, no grupo, na instituição Impares (filial peruana da IPPF) ... o presidente Belaúde aprovou a lei” (368). Este texto supõe uma pública confissão do *modus operandi* do GPI e de sua convivência indissimulada com a IPPF e os organismos das Nações Unidas.

Prossegue afirmando Sotomarino que, uma vez aprovada a lei, forma-se o Conselho Nacional de População do Peru, “mas o governo seguinte modifica a estrutura do Conselho Nacional de População quanto às pessoas, não quanto a sua organização; por suposto, põe gente de seu partido, põe um doutor como chefe do Instituto, chamado Ibarcena, que é um ex-voluntário de Impares (recordo que é a filial peruana da IPPF); também nomeia o doutor Américo Mendonza, que é um voluntário militante de Impares, e o outro membro importante que nomeia é o secretário executivo de Impares, o doutor Miguel Ramos, ou seja, quase nos trouxe a bola para nosso campo” (369) (sic).

Depois se refere ao financiamento, ao dizer que “se pode ter uma norma legal e aplicá-la mal, ou não ter vontade de fazer a aplicação, ou tê-la e não ter recursos. E um pouco nos ocorre isso **com a grande ajuda que estamos recebendo da agência norte-americana AID,**

porque por razões políticas o governo peruano (de Alan García) está em interdito com os EUA ... Não é que essa seja a única fonte de recursos, há muitas, mas **essa é uma fonte muito importante de recursos, além das outras, como poderia ser a própria IPPF**; em matéria de ajudas está tendo também problemas por outras razões, em nível de núcleo central, com a AID” (370).

Depois, o deputado Juan José Fuentes, do Uruguai, deu uma visão sensata da situação demográfica de sua pátria, ao afirmar “que às vezes uma população excessivamente reduzida também é um problema sério” (371); e concretamente com relação à situação de seu país, expressou que “há um enorme número de passivos, e é uma situação que não tem solução a curto prazo, é um peso muito grande que a estrutura orçamentária do Estado tenha a existência de um passivo para cada 1,2 ativo e este é um tema muito importante” (372).

d.3.

Depois de outros painelistas, intervém Domingo Olivares, Diretor Executivo da Associação Argentina de Proteção Familiar (AAPF, filial local da IPPF). Seu discurso é breve e vai diretamente ao assunto sobre os objetivos da “multinacional da morte” em nosso país. Vejamos: referindo-se aos decretos do Executivo já mencionados, diz que “impediam qualquer atividade que se realizasse significando uma regulação da fecundidade. Não se trata simplesmente da comercialização de anticonceptivos, mas de expressões do decreto que levaram ao fim de todos os serviços que nos hospitais existiam em planejamento familiar e que levam à anulação de todo serviço que se faça nas obras sociais em assessoramento à população nos temas de sexualidade ... por omissão obriga-se a população a ter uma paternidade incontrolada, negando-lhe a informação necessária e os serviços necessários para que todos os casais possam, de acordo com sua vontade, regular sua própria fertilidade” (373).

Mais abaixo dá cifras falsas e avultadas sobre os abortos realizados em nosso país e as mortes maternas por causa dos mesmos* e afirma que “tudo isto pode desaparecer com a educação da população que nós solicitamos por via legislativa; **chegue a educação sexual às escolas e a informação a toda a população através de hospitais públicos, de modo que todos os hospitais incorporem os serviços de planejamento familiar de que a população necessita e que as obras sociais onde se atendem 70% da população incluam também tal serviço**” (374). O escrito em negrito são os objetivos da IPPF em nosso país; avançaram bastante em sua consecução desde 1986 até agora, tanto no lado normativo quanto na prática, mas ainda não os alcançaram...

* Nota do Tradutor: a invenção de números de abortos e de mortes de mulheres em decorrência do aborto também é comum entre os abortistas brasileiros.

Mais adiante, o Dr. Olivares tornou a relatar seus verdadeiros objetivos, ao dizer: “estou gratamente impressionado porque vejo que brevemente, muito brevemente, teremos em todos os hospitais os serviços de planejamento familiar de que agora carecemos. Os serviços que facilitam a aquisição de anticonceptivos que agora não existem nas obras sociais ... Os senhores sabem que os anticonceptivos não são inócuos, não se podem dar em forma dispendiosa, mas devem ser personalizados ... e ocorre que a Argentina vende anualmente 8.000.000 de cartelas de pílulas porque não existem serviços nos hospitais que assessorem sobre o bom uso da pílula, mas existe sim a venda livre da pílula, e pelo mercado farmacêutico sabemos que há 600.000 mulheres que estão usando a pílula de forma indiscriminada, e causando danos em muitas delas. O mesmo se passa com o DIU, que é muito observado, mas ocorre que as leis do país permitem a importação dos DIUs, e mais ou menos podemos calcular uma cifra muito alta, de 120.000 DIUs, que se vendem anualmente sem nenhum controle pessoal especializado” (375). É bom recordar que a AAPF patrocina a promoção da pílula Gynovin da Schering, com o *slogan* “Cuidar-te é querer-te”, e tem licença para fabricar um dos preservativos aprovados pelo governo argentino.

d.4.

Ao final da sessão de trabalho, alguns funcionários nacionais pronunciaram diversos arrazoados inteligentes, como, por exemplo, que “há um trabalho de Kusnes sobre isso: mostra claramente que as etapas de maior crescimento foram coincidentes com maior crescimento populacional, ou seja, que o insumo populacional nesses países, provavelmente com um crescimento vegetativo diferente de alguns aumentos explosivos, mas principalmente por migração, foi decisivo, e isto está bastante aceito em nível de conhecimento” (376). A Dra. Susana Torrado e o Prof. Marcenaro coincidiram com esse ponto de vista em termos enérgicos (377). Finalmente o deputado Sotomarino tentou justificar a postura da “multinacional da morte” com esta linguagem obscura: “Uma coisa é o controle da natalidade e outra coisa muito distinta é o planejamento familiar. A manipulação por parte do Estado está firmemente rejeitada por mim, para tomar-me como exemplo de muita gente que pensa igualmente, mas o planejamento familiar é conscientizar o povo para ir à direção de X, o que lhe convém como casal, mas também como coletividade nacional” (378) (sic). Ou seja, tudo se reduz a uma questão de nomes, porque os conceitos são idênticos, mas o controle de natalidade é um nome não agradável à opinião pública; por isso as personalidades da IPPF o denominam eufemisticamente “planejamento familiar”.

d.5.

Afortunadamente, à parte destas primeiras reuniões informativas, não se registra nenhuma outra atividade pública da filial local do GPI. Todavia, a julgar por algumas nomeações nos ministérios chave de ex-legisladores vinculados (Jorge Rodríguez na Educação e depois na Coordenação, e Carlos Ruckauf no Interior e depois Vice-presidente da República), o GPI faz *lobby* nos corredores do poder na Argentina...

d.6.

Em nível continental, a influência do GPI parece maior, a julgar por suas próprias publicações. Dizem: “Com frequência os serviços de planejamento familiar são chave para alcançar os objetivos das políticas de população nacional. Todavia, **também se devem empreender outras medidas, como as reformas jurídicas e a educação sobre a vida familiar.** As políticas de população também estão relacionadas com o desenvolvimento, sobretudo **em áreas que tendem a influir sobre o número de filhos que um casal deseja.** Entre elas, encontram-se como

* Nota do Tradutor: convém lembrar que o México é um dos treze países-chave citados no Relatório Kissinger.

melhorar a condição da mulher, como oferecer mais oportunidades de educação e como prover melhores serviços de saúde e de nutrição... O México* é um país onde se formulou e se executou com êxito uma política de população... Esta política iniciou um ativo programa de planejamento familiar e saúde; incluiu a educação sexual nos programas nacionais de educação; anulou leis que iam contra a política e coordenou a participação do setor público e do privado” (379).

CAPÍTULO 10 A IPPF EM AÇÃO

A

Ao longo deste livro foi explicado o **modus operandi** da “multinacional da morte”. Chegou o momento de vê-la atuar com total cruzeza. Uma boa introdução a este capítulo nos dá o livro intitulado “O Direito Humano ao Planejamento Familiar”. Ali se diz que “o direito ao planejamento, por si só, geralmente não nos envolve sanções legais para assegurar a provisão dos serviços onde são negados à população”.

“Princípios fundamentais tais como a proteção igual da lei e o direito inerente da dignidade humana podem proporcionar bases legalmente obrigatórias para a promoção do planejamento familiar como um direito humano. O planejamento familiar é essencial para o desfrutar de alguns dos direitos civis e políticos clássicos e seu complemento em forma de direitos econômicos, sociais e culturais modernos sobre a base da igualdade entre o homem e a mulher. O direito ao planejamento familiar também é uma consequência necessária do direito inerente à dignidade humana ... As estatísticas demonstram de forma contundente que as restrições aos serviços de regulação da fecundidade afetam desfavoravelmente a saúde física e mental das mulheres.”

“As Associações de Planejamento Familiar e outras organizações não-governamentais não deveriam usar a ausência de leis ou a existência de uma lei desfavorável como uma escusa para a inação; a ação fora da lei e até a violação da mesma é parte do processo de mudança.”

“A natureza do direito legal ao planejamento familiar é positiva ao mesmo tempo em que negativa em sua formulação. Sua natureza negativa poderá exigir que a lei proíba a discriminação ou proteja o caráter privado das decisões que tomam os indivíduos, de qualquer interferência.”

“Em alguns países existem provisões legais que impedem o

governo de interferir com o direito do indivíduo de escolher os métodos anticoncepcionais, e que protegem esse direito; todavia tais provisões poderão não ser aplicáveis necessariamente à esterilização voluntária ou ao aborto” (380).

B

De um modo muito cru e direto, a IPPF se pronunciou como promotora em nível mundial do aborto, da esterilização e da contracepção voluntária e ainda contra a vontade das pessoas. Isto mesmo o reafirma o Boletim Médico de tal instituição, no qual transcreve a “Declaração sobre o aborto com risco e a saúde reprodutiva. Em março de 1991, os dois comitês especializados da IPPF, o Grupo Internacional para Assessoramento Médico (IMAP) e o Grupo Internacional para Assessoramento de Programas (IPAP), celebraram uma reunião conjunta na qual produziram a declaração que se reproduz abaixo, e que consideramos sumamente importante para todos os nossos leitores que se ocupam de assuntos relacionados com a saúde reprodutiva” (381). Ali se define do seguinte modo anticientífico e antijurídico o aborto: “O aborto induzido é a interrupção da gestação (que se inicia quando terminou o processo de implantação do ovo fecundado) antes que o feto seja viável fora da mãe” (382). Depois a Declaração dá uma série de pautas de ação muito concretas ao Secretariado da IPPF e suas associações membros, divididas em três grupos: a) a todas elas, b) às que trabalham em países onde o aborto é legal, e c) às que atuam em nações onde o aborto está restringido legalmente. Transcrevo a seguir os parágrafos mais salientes:

“A IPPF pede a todas as associações membros que examinem o custo físico, espiritual e social do aborto com risco. Todas as associações têm a obrigação de incrementar sua própria base de conhecimentos sobre a questão do aborto com risco, e de incrementar a consciência sobre os problemas de saúde pública associados ao mesmo. Além disso, devem promover uma expansão realista da educação para a paternidade responsável e dos serviços de planejamento familiar, incluindo educação, orientação e serviços para os jovens” (383).

Depois continua a declaração, com os passos a seguir para implantar de fato o aborto nos distintos países. Diz assim: “As associações devem advogar pela disponibilidade de serviços adequados de saúde para as mulheres que sofrem complicações devidas ao aborto com risco (sic, o aborto com risco é um eufemismo para referir-se ao realizado naqueles países onde está penalizado). Esses serviços devem incluir o acesso rápido a uma atenção médica de alta qualidade, à orientação e a serviços anticoncepcionais subsequentes”.

“Onde o acesso aos serviços de aborto sem risco é restringido,

as associações devem manter um diálogo positivo e trabalhar de forma construtiva com outras organizações não-governamentais ou grupos dedicados a reduzir a incidência dos abortos com risco, a promover reformas na lei ou a outras atividades especializadas relacionadas com o tema”.

“Onde se podem obter serviços de aborto sem risco (ou seja, que tenha sido despenalizado) e responsáveis, as associações têm a obrigação de defender tais serviços contra críticas e restrições injustificadas”.

“As associações devem prestar assistência a profissionais da saúde para organizar serviços de aborto sem risco, onde seja apropriado de acordo com as interpretações atuais das leis (sic, obviamente se trata de interpretações que violam a lei), e devem facilitar o acesso não restringido das mulheres a esses serviços” (384).

O Apêndice à declaração mencionada contém uma “lista de opções para as Associações”, dividida em três capítulos: o primeiro, para todas elas; o segundo, para os países onde “os serviços não se acham restringidos pela lei”; e o terceiro para as nações onde “os serviços estão restringidos pela lei”. Vejamos algumas opções:

— Para todas as Associações:

“As associações poderiam organizar campanhas para conseguir que os governos satisfaçam os requerimentos atuais da população no que se refere ao planejamento familiar”.

“Prover informação sobre os níveis de gravidezes não desejadas entre os jovens, para ilustrar os alcances do problema”.

“Organizar o apoio de médicos interessados em ajudar as associações a reunirem informação sobre o problema do aborto induzido com risco”.

“Desenvolver um papel educativo com o pessoal de saúde, através de seminários e oficinas, com o fim de aumentar a consciência sobre as conseqüências que tem para a saúde o negar acesso a serviços seguros às mulheres, e as medidas que pode empreender esse pessoal de saúde para assegurar serviços seguros e humanitários” (sic).

“Dar publicidade às necessidades de saúde sexual dos jovens, e tomar um papel ativo para que os governos indiferentes ao problema reconheçam as realidades da sexualidade adolescente, e a necessidade de proporcionar aos jovens educação em saúde sexual e reprodutiva, assim como, serviços”.

“Prover serviços de informação e orientação para jovens sobre assuntos relacionados com a sexualidade e a anticoncepção, e para os jovens que acodem em busca de ajuda para fazer frente a uma gravidez não desejada”.

— Onde não há restrições legais aos serviços:

“Pôr em evidência os lugares em que não existem serviços adequados de aborto para alguns setores da população”.

“Desenvolver um papel de informação e educação informando às mulheres sobre seus direitos aos serviços, a localização dos serviços disponíveis, e o processo que devem seguir para obtê-los”.

“Elaborar um registro de médicos com atitude favorável nesta matéria”.

“Onde os serviços são legais, mas pelo momento só são previstos em uns poucos centros, as associações podem assumir um papel de pioneiras, fazendo investigações para identificar estratégias e enfoques culturalmente apropriados para ampliar os serviços seguros”.

“As associações poderiam desempenhar um papel na preparação do terreno para o uso de novas tecnologias, mantendo-se atualizadas e informando aos governos e aos provedores de serviços sobre as técnicas seguras disponíveis”.

— Em países onde há restrições legais ao aborto e/ou ao planejamento familiar:

“Desenvolver, com a ajuda de juristas e profissionais na matéria, pautas claras de tal maneira que os trabalhadores da saúde possam interpretar positivamente a lei para proporcionar um aborto sem risco, onde algum pressuposto legal permita a realização do aborto sem risco em determinadas circunstâncias”.

“Estabelecer laços com advogados que estejam dispostos a defender nos tribunais o pessoal de saúde ou usuários acusados de haver levado a cabo ou tentado um aborto seguro. Eles poderiam também aceitar defender casos polêmicos para exercer pressão em prol de uma interpretação mais liberal de certas leis” (sic) (385).

Como se pode verificar, nesta declaração está contida uma síntese da estratégia da IPPF, para a implantação do aborto e a generalização das clínicas abortivas e contraceptivas em todo o mundo. Vale a pena recordá-la e analisar com estes elementos muitos dos acontecimentos atuais em nosso país e no resto do mundo. Não são novas as propostas da IPPF, já que em uma conferência no Sydney Cesses College em 1973, o Dr. Malum Ports, Diretor Médico da IPPF havia dito que: “não podemos frear a fecundidade humana mediante a simples contracepção. **Tem que haver um serviço complementar, fundado na esterilização e no aborto. À medida que o povo adere à contracepção, produz-se um aumento, não uma diminuição do número de abortos.** Por isso, os médicos, quando a contracepção falha, como às vezes ocorre, deveriam ser capazes e estar dispostos a proporcionar, com se fosse um serviço de pós-venda, o apoio do aborto, assim como deveriam praticar a esterilização a quem a pedisse” (sic).

Outro destacado membro da IPPF, Christopher Tietze, escreveu que: “o regime de controle mais seguro para os casais casados e não casados é o uso dos métodos de anticoncepção conhecidos (mecânicos e hormonais), **apoiados pelo aborto**. Se este regime começa no início nos anos férteis, o mais provável é que inclua vários abortos no curso dos anos férteis de cada mulher que o pratique” (386).

C

Na mesma linha de pensamento, mas com propostas mais sociais e gerais que a anterior, o Sr. Frederico Jaffé, então vice-presidente da IPPF, enviou um memorando a Bernardo Berelson em 11.03.1969, que continha um quadro com projetos em quatro campos: 1) em nível universal; 2) impacto seletivo dependente da situação econômica; 3) medidas para evitar uma gravidez não desejada; e 4) elementos de controle social. Transcreverei o conteúdo de tal quadro:

1) Em nível universal:

- Reestruturar a família (para isso postergar ou evitar o matrimônio e alterar a imagem da família ideal);
- educação sexual obrigatória das crianças;
- incremento da homossexualidade;
- educar e limitar a família;
- **induzir substâncias de controle de natalidade na água potável;**
- animar a mulher para que trabalhe fora do lar.

2) Impacto seletivo conforme a situação econômica:

- Modificar a política fiscal (**introduzindo a taxa matrimonial, taxa por nascimento, taxa maior para os casados que para os solteiros, e taxa adicional na escola para mais de dois filhos**);
- Reduzir ou eliminar a licença paga pela maternidade;
- Reduzir ou eliminar o subsídio familiar;
- Premiar os matrimônios tardios e com filhos espaçados;
- Pensão para a mulher de 40 anos com menor número de filhos;
- Eliminar a ajuda social depois do primeiro ou segundo filho;
- Exigir que a mulher trabalhe, para que possa ocupar-se menos de seus filhos;
- Reduzir ou eliminar os direitos à escola, habitação digna e subsídios para as famílias com mais filhos.

* Nota do Tradutor: “a pedido”, ou seja, por simples solicitação da pessoa, sem qualquer justificativa ou pretexto.

- 3) Medidas para evitar uma gravidez não desejada:
- Esterilização paga;
 - Pagar para estimular a contracepção;
 - Pagar para estimular o aborto;
 - Aborto e esterilização a pedido* ;
 - Permitir que certos contraceptivos se distribuam sem restrições médicas;
 - Melhorar a tecnologia contraceptiva;
 - Fazer que a contracepção seja disponível e acessível a todos;
 - Melhorar o tratamento sanitário da mulher com planejamento familiar.
- 4) Medidas de controle social:
- Aborto obrigatório na gravidez extramatrimonial;
 - Esterilização obrigatória para os homens com mais de dois filhos;
 - Permitir só um número determinado de filhos;
 - Permissão para ter filhos;
 - Modificar a política de habitação (suprimir a propriedade privada da habitação e conceder casas populares às famílias pequenas) (387).

D

A fim de levar a cabo seus macabros projetos, a IPPF é uma organização dividida administrativamente em “seis regiões ao redor do mundo que servem ao todo a 134 associações filiadas. Estas regiões são: África, Mundo Árabe, Leste-Sudeste da Ásia e Oceania, Europa, Sul da Ásia e o Hemisfério Ocidental. Cada região possui seu órgão de governo chamado Conselho Regional, formado por dois representantes de cada IPPF afiliada nessa região. Cada região envia representantes ao Conselho Central, o qual estabelece as políticas internacionais ... A agência da IPPF/RHO (América) em Nova York foi estabelecida por membros da IPPF em 1954 com o fim de prover apoio técnico e financeiro através da assistência a programas e assessores financeiros. Pretendia-se assim partilhar e facilitar informação e apoiar o planejamento familiar em nível regional e internacional. Todas as associações filiadas da IPPF/RHO contam com mais de 40.000 pontos de serviço que oferecem planejamento familiar na América do Norte, América Latina e o Caribe. Para isso dispõe de 3.000 profissionais e do esforço e dedicação de mais de 35.000 voluntários” (388).

d.1.

A IPPF/RHO tem Associações Membros nos seguintes países: Argentina (Associação Argentina de Proteção Familiar — AAPF), Bar-

bados, Belize, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Estados Unidos, Guatemala, Honduras, Jamaica, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Porto Rico, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago, e Uruguai. Tem organizações filiadas no Haiti e Venezuela. Por último, a Associação de Planejamento Familiar do Caribe está composta por representantes de: Anguilla, Antígua, Aruba, Bahamas, Bermuda, Ilhas Virgens Britânicas, Curaçao, Dominica, Granada, Guadalupe, Guiana, Martinica, Montserrat, Névis, San Kitts, Santa Lúcia, San Maarten, São Vicente e Ilhas Virgens Norte-americanas (389).

d.2.

“Nossas associações membros (da IPPF/WHO) manejam 2.100 clínicas, oferecendo todos os métodos de planejamento que sejam legais e efetivos. As filiadas entregam extensa informação sobre planejamento familiar, métodos e serviços. Também desenvolvem seminários profissionais e oficinas comunitárias sobre saúde reprodutiva. Muitas ajudam a facilitar educação sexual nos colégios, através da capacitação de professores e aconselhamento” (390). Seus ativos em 31.12.1992 somam um total de US\$ 16.581.691, dos quais somente US\$ 205.094 correspondem a melhoras de imóvel e móveis de escritório. O resto é dinheiro ou títulos. Durante 1992 teve ingressos de US\$ 14.536.777, dos quais o principal contribuinte é a Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID) do governo norte-americano, com uma cifra de US\$ 8.876.568, o que supõe 61,06% do total de ingressos. A IPPF - Londres fez doações de US\$ 3.799.977, o FNUAP contribuiu com US\$ 88.027, Serviço Humano e de Saúde dos EUA contribuiu com US\$ 34.800, e diversas fundações a soma de US\$ 992.459. Os itens principais do gasto são as subvenções às próprias filiadas com US\$ 6.164.820 e a organizações não filiadas com US\$ 1.149.739, os diversos programas a desenvolver no exterior com um total de US\$ 4.571.216, e gastos de administração de US\$ 2.202.866 (391).

O Diretor Regional é Hernán Sanhueza, cuja secretária se chama Mirtha König. As distintas dependências — entre parênteses se indicam seus diretores — são: Programa de Coordenação (Judith F. Helzner), Desenvolvimento e Comunicações (John V. Hilton), Pessoal e Administração (Anne Friedman), Finanças (Benjamín B. Cruz, interinamente), Escritório do Controlador (Benjamín B. Cruz), Projeto de Transição/Unidade de Mercância (María C. Townsend), Escritório de Campo em Haiti (Rudolf Magliore), Projeto de Transição/Escritório no México (Alvaro Monroy) e Conselho de Presidentes (Jill W. Sheffield) (392).

E

No Primeiro Encontro Latino-americano pela Vida e a Família, os delegados dos países latino-americanos assistentes, efetuaram um breve relatório sobre o direito à vida em seu país, nos quais se destacou a atividade contrária à vida humana da filial local da IPPF. Sintetizo a informação em seções para cada nação. Salvo esclarecimento, todas as citações estão tiradas das Atas desse Congresso:

— Honduras

A delegada Martha Casco afirmou que “A Associação Hondurenha de Planificação da Família (ASHONPLAFA, fundada em 1961) é uma organização de caráter privado filiada à IPPF. Esta organização tem em cada região sanitária do país uma clínica onde se dispensam serviços de anticoncepção a baixo preço e informação gratuita (estas clínicas somam um total de seis). Além disso, criaram uma ampla rede de distribuidoras comunitárias que se encarregam de dispensar os anticonceptivos orais e os preservativos às pessoas que os solicitem; possuem dois quirófanos que têm como fim quase exclusivo serem utilizados para realizar microlaparotomias esterilizadoras, e ainda têm ajudado a equipar quirófanos estatais em troca da promoção da esterilização entre as pacientes que acodem para serem atendidas no momento do parto” (393).

“A ASHONPLAFA treina de forma gratuita o pessoal médico e paramédico em técnicas de anticoncepção, incluindo-se aqui estudantes da área de saúde ... As distribuidoras comunitárias são pessoas que unicamente se encarregam de vender os anticonceptivos orais, vaginais e preservativos; não têm nenhum conhecimento médico que as capacite para dispensar medicamentos hormonais deste tipo ... As principais formas de promoção e publicidade utilizadas pela ASHONPLAFA são a rádio, a televisão e a educação de estudantes, líderes comunitários e pais de família. Existe um forte incentivo monetário para todo aquele pessoal que de forma particular colabore no recrutamento de usuárias de anticoncepção ou que realize esterilizações” (394).

“Um aspecto que mostra, ainda mais, o trabalho conjunto do governo com a ASHONPLAFA é o fato de que toda a informação que se refere aos serviços públicos e privados relacionados com a anticoncepção são manejados pela ASHONPLAFA, e não pelo Ministério da Saúde; tudo isso sob um estrito controle de confidencialidade. **A AID (Agência Interamericana para o Desenvolvimento do Governo Norte-americano) promove e condiciona sua ajuda financeira ao governo de Honduras através de políticas de controle da natalidade que provocam, entre outras coisas, o trabalho conjunto com a ASHONPLAFA.** Além disso, o

organismo internacional contrata diretamente as instituições que podem (...) “financiamento para as atividades antinatalistas” (395).

Culmina seu relatório com dados estatísticos (396), entre os quais destaco:

ocat sed

Em 1989:	
Palestras sobre planejamento familiar:	6.821
Participantes:	116.149
Chamadas radiofônicas produzidas:	7.853
Impressos elaborados:	55
Pessoas que receberam impressos:	12.680
Películas projetadas:	80
Distribuidoras comunitárias:	1.503
Usuárias de métodos temporários:	10.322
Usuários de métodos permanentes:	8.435
Usuários de serviços comunitários não médicos:	45.093
Em 1.988:	
Esterilizações realizadas:	60.704
Vasectomias realizadas:	378

— Costa Rica

Em seu relatório, Eduardo Loria Beeche afirmou, entre outras coisas, que “a estrutura dos programas de controle populacional estabeleceu-se principalmente com a ajuda internacional de UNESCO, FNUAP, OMS, American Public Health Assoc., Church World Service, Fundação Pathfinder, IPPF, AID, Comitê Internacional para a Administração de Programas de População, Population Council, Fundação Ford, Fundação Rockefeller e a Associação para a Esterilização Voluntária. Com a ajuda destes organismos internacionais, formaram-se na Costa Rica os seguintes grupos: 1) Associação Demográfica Costarriquenha (filiada à IPPF). Fundada em 1966 e financiada com recursos da maioria dos organismos antes mencionados ... Os mais recentes programas (que conhecemos publicamente) para o uso de anticoncepcionais são os chamados ‘Auto-suficiência do Planejamento

Familiar e Reprodução Humana’ e ‘Educação em População’, produto dos convênios com a AID e a UNESCO, respectivamente, mas trabalhando conjuntamente sob um mesmo programa nacional denominado ‘Saúde Reprodutiva’, que **tem como objetivo ‘um maior uso de anticoncepcionais, uma redução na taxa bruta de natalidade de 3,2 para 2,9%, e implementar nos programas gerais de educação a educação sexual’** (397). Só este programa conta com mais de 13.550.000 dólares americanos” (398). Mais adiante expressa que “Outro grupo que está começando a fortalecer-se é a Associação Gay, que conta com a ajuda e o apoio da Associação Demográfica Costarriquenha (IPPF)” (399).

As conseqüências destas políticas também são descritas: calculou-se que em 1992, 70% da população fértil usava algum método anticoncepcional e “25% (de tal população) já tinha sido esterilizada” (400).

— Brasil

Humberto Leal Vieira relatou que “em 1986 a instituição responsável pela assistência médica e social da previdência social (INAMPS) anunciou sua intenção de assumir o planejamento familiar, implementando diversas medidas, como a autorização para a fabricação e comercialização do DIU de cobre, implantação do planejamento familiar em sua rede de saúde com distribuição gratuita de contraceptivos ... Os programas de contracepção sob o eufemismo de ‘Planejamento Familiar’ patrocinados pelo governo são, em sua maioria, executados com recursos da IPPF (**através de sua filial brasileira, a Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil — BEMFAM, fundada em 1965**) e da AID, através de diversas instituições e por meio de convênios com governos estaduais e municipais, notadamente no nordeste brasileiro” (401).

“Segundo dados da BEMFAM, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mais da metade das mulheres casadas utiliza métodos contraceptivos (64,5%), chegando a porcentagens de 70 a 72% em algumas regiões. Dentre os métodos contraceptivos mais utilizados estão a esterilização e a pílula. O índice médio de esterilização é de 27%, elevando-se a 46,9% em algumas regiões ... Para os denominados projetos de população, incluindo o planejamento familiar, os grupos internacionais de controle investiram em 1988-1989 a soma de US\$ 49.000.000, segundo a publicação do FNUAP. Segundo a mesma fonte, em 1990-1991 investiram a soma de US\$ 635.500.000, dos quais US\$ 610.600.000 do Banco Mundial para serviços básicos de saúde e planejamento familiar no nordeste do Brasil, até 1995. Nos últimos 15 anos deste século (1984-1999) o orçamento dos controlistas contempla recursos de US\$ 2.100.000.000 a serem investidos no Brasil em projetos de controle de população ... Nos últimos cinco anos, os antinatalistas introduziram também o programa de ‘educação sexual’ ... O manual

para educadores sexuais intitulado ‘Saúde Sexual e Reprodutiva’, financiado pela Fundação Pathfinder, considera como tabus ultrapassados a virgindade e o incesto” (402).

Com relação à esterilização de brasileiras, um diário espanhol afirmou que “O alto número de mulheres brasileiras esterilizadas, **sete milhões** com idades compreendidas entre 15 e 64 anos segundo estatísticas oficiais, despertou a suspeita de que a causa seja a existência de programas de planejamento familiar elaborados nos Estados Unidos nos anos setenta. Quase 200 deputados solicitaram a constituição de uma Comissão Parlamentar para investigar o problema. Um exame de março da esterilização feminina revela que nos Estados mais subdesenvolvidos do nordeste brasileiro, ocorrem as porcentagens mais altas de mulheres esterilizadas. No Estado do Maranhão quase 80% das mulheres em idade fértil estão esterilizadas, e mais de 64% em Alagoas ... Esta acusação se baseia em documentos secretos que recentemente foram liberados nos arquivos dos Estados Unidos ... Benedita da Silva, deputada pelo Partido Democrático Trabalhista, converteu-se em paladina da denúncia da esterilização feminina no Brasil ... Denuncia a deputada que 90% das brasileiras esterilizadas são negras e com uma escolaridade mínima, apenas um ano. No nordeste formam-se filas enormes de mulheres para a ligadura de trompas. Umas querem e outras nem sequer sabem o que fazem e vão enganadas” (403).

Comentando o livro “O planejamento familiar no Brasil”, de Delcio da Fonseca, o serviço de notícias Europe Today comenta que “em 1965, a ditadura militar brasileira instituiu a ‘BEMFAM’, a Sociedade Civil Bem-Estar Familiar, cujo objetivo era ‘difundir a ideologia do planejamento familiar’. Mas na verdade essa sociedade, que travou estreitos laços de colaboração com a International Planned Parenthood Federation (IPPF), foi muito mais além da simples contracepção, fomentando abertamente a esterilização. Deste modo o número médio de filhos das mulheres brasileiras caiu dos 6,5 que ostentava nos anos 1950 até menos de três nos anos 70, muito abaixo da média dos demais países do Terceiro Mundo.

A pressão norte-americana explicaria o fenômeno excepcional que faz do Brasil o país com a mais alta taxa mundial de esterilização feminina, que alcança uma média de quase 30% e ‘picos’ de até 45% nas classes mais pobres” (404).

— El Salvador

Em seu relatório, Sr. Franklin Estrada destaca que a Associação Demográfica Salvadorenha (fundada em 1966) é a filial local da IPPF. “Em El Salvador, o uso de anticoncepcionais está fomentado pelo Ministério da Saúde Pública e pelo Instituto Salvadorenho de Seguro

Social, os quais têm metas mensais a cumprir; para este fim as duas instituições capacitam constantemente pessoal para que se dedique completamente a estes programas ... nestas campanhas colabora estreitamente a Demográfica Salvadorenha, que também depende do apoio e colaboração do Estado e difunde também seus programas anticonceptivos” (405).

“Sabemos que a AID colabora com o Governo para o desenvolvimento econômico e que condiciona seus empréstimos se não se trabalha no campo da explosão demográfica. A Demográfica Salvadorenha trabalha intensamente em suas campanhas anticonceptivas, capacita pessoas que não estão relacionadas com o campo da medicina — por exemplo: secretárias etc. — para que possam fazer esterilizações por minilaparoscopia ou vasectomias; além disso, faz campanhas intensas promovendo a família ideal, o que só se obtém planejando. Organiza todo tipo de atividades para se ganhar a confiança das pessoas, como por exemplo: rifas, bailes, venda de lembranças etc.; todo o dinheiro que investem em tais campanhas se supõe que provenha da AID” (406).

— Porto Rico

Trata-se de um Estado Livre Associado aos EUA. Aurélio Adán Espinosa informou que “em abril de 1980 o Tribunal Supremo de Porto Rico confirmou a legalidade do aborto em Porto Rico no caso judicial de Pueblo V. Duarte Mendoza. Tal decisão declarou legal a prática do aborto em Porto Rico durante quaisquer dos nove meses da gravidez. Em agosto de 1980, surgiu a Associação Pró-Vida de Porto Rico ... Por razão de seu trabalho, obtiveram o fechamento de muitas clínicas de aborto. Segundo seus dados, em janeiro de 1981, havia 43 clínicas de aborto e 51 médicos de aborto; e agora, em abril de 1992, há 13 clínicas de aborto e 11 médicos de aborto” (407).

A filial da IPPF é a Associação Porto-riquenha Pró-Bem-Estar da Família — PROFAMILIA, fundada em 1954.

— Colômbia

Em 13 de outubro de 1990, o diário El Tiempo, de Bogotá, informava que nesse dia havia completado 25 anos de existência na Colômbia a Associação Pró-Bem-Estar da Família Colombiana (PROFAMILIA). Fundada então em 1965, como “filial da Federação Internacional de Planejamento Familiar, converteu-se em uma instituição admirável (sic), que tem podido oferecer seus serviços a sessenta por cento da população colombiana, e que agora dispõe de quarenta clínicas com atenção tanto para homens como para mulheres. Sua extraordinária tarefa se refletiu, entre outras coisas, no positivo (sic) decréscimo dos

índices de fecundidade, que nos últimos anos diminuíram no país de 6,4% para 2,5% ... Como explicou o doutor Fernando Tamayo, chegou a ser por seu desenvolvimento em vinte e cinco anos o maior instituto de planejamento familiar depois do dos Estados Unidos”.

Em outro artigo laudatório se dizia que “Faz três décadas falar de anticonceptivos, vasectomia, ligadura de trompas, esterilização e planejamento familiar escandalizava nossa sociedade ... a taxa de fecundidade do país era uma das mais altas do mundo, em média cada mulher dava à luz 6,6 filhos. Se em 1965 menos da quarta parte dos casais planejava, hoje 70% o fazem e com métodos anticonceptivos modernos. A taxa de fecundidade é de 2,6%. Essa mudança tem um nome próprio, Fernando Tamayo, médico gineco-obstetra, que rompeu o mito, atreveu-se a abordar esses temas ‘espinhosos e delicados’ e fundou a Associação Pró-Bem-Estar da Família Colombiana (PROFAMILIA), no segundo semestre de 1965” (408).

Mais abaixo continua o artigo: “Em seus 25 anos, PROFAMILIA atendeu 6.275.134 consultas de planejamento familiar, praticou quase 3.000.000 de citologias vaginais e de 1971 a 1990 fez 708.267 esterilizações femininas e 26.401 masculinas, para um total de 734.568 esterilizações. Nos últimos 15 anos vendeu 206.411.756 de anticonceptivos: pílulas: 69.426.786; preservativos: 82.883.047 e vaginais 54.101.923 ... **Hoje, a entidade está a cargo de sessenta por cento do planejamento familiar que se faz no país** e a Colômbia é modelo no Terceiro Mundo (sic) ... Em 1985 se fundou a primeira clínica para o homem e em 1988 todos esses programas receberam o ‘Prêmio de População das Nações Unidas’ ... Finalmente desenvolve um trabalho de comercialização comunitária com distribuição de anticonceptivos a drogarias, supermercados e salões de beleza” (409).

Cabe recordar que Tamayo, catalão de nascimento, foi durante 6 anos presidente da IPPF, onde “aprendeu tudo o que se deve e não se deve fazer no controle da natalidade” (410).

Jesús Magaña corroborou todos estes dados ao informar que “PROFAMILIA maneja 60% do controle de natalidade no país através de 40 clínicas próprias, deixando o resto para outros organismos do setor privado, as clínicas oficiais do Ministério da Saúde, Seguro Social e o Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar (ICBF), que recebe por lei 3% da folha de pagamento dos empregados de todo o país ... Outro dos organismos promotores da mentalidade antivida tem sido ASCOFAME (Associação Colombiana de Faculdades de Medicina), através de sua divisão de estudos demográficos. Receberam dinheiro do Population Council e implantaram em todas as faculdades de medicina do país as matérias que promovem o controle de natalidade” (411).

— Nicarágua

O Dr. Rafael Cabrera informou que “o Ministério da Saúde publicou o Programa e Norma de Planejamento Familiar em 1989, com o seguinte objetivo geral: Promover e obter a utilização dos métodos de controle da fertilidade por indivíduos ou casais com vida sexual e contribuir para diminuir a morbidade materna e perinatal, mediante a estratégia de atenção baseada no método de enfoque de risco ... Com estas normas pretendia-se um incremento na cobertura e isso fez com que aumentassem os serviços dados por organismos não-governamentais, tanto nas clínicas da mulher antes mencionadas, como na **PROFAMILIA (Associação Pró-Bem-Estar da Família Nicaragüense, fundada em 1971), continuadora da ASSOCIAÇÃO DEMOGRÁFICA NICARAGÜENSE, órgão da IPPF na Nicarágua**, com suportes financeiros da AID” (412).

“Apoiados nestas normas, estabeleceram-se no país diferentes organizações feministas, que com o apoio financeiro de diversos organismos não-governamentais (ONG) europeus e norte-americanos estabeleceram mais de 40 casas de atenção à mulher, que sob a máscara de dar atenção médica gineco-obstétrica, prevenção de câncer ginecológico, assistência psicológica, educação sexual e assistência legal, efetuam abortos indiscriminadamente, os quais não têm nenhum registro oficial nem extra-oficial. Ocorrem casos em que nem sequer informam à mulher o procedimento que a vão submeter, pois somente lhes dizem que efetuarão uma regulação menstrual. Em outras ocasiões, argumentam que somente extraíram uma bolsa de sangue e células, ocultando-lhes a palavra aborto” (413).

Mais abaixo descreve a ação de certos organismos não-governamentais, com estas palavras: “As agências das Nações Unidas estão envolvidas em ajudas ao governo sobre aspectos de população.

UNESCO: Financiou programas de educação em população, tanto em nível escolar com em nível extra-escolar. Até 1988 havia tido um orçamento acumulado de US\$ 357.024 e o orçamento para 1989 foi de US\$ 84.590.

ONU: Orçamento acumulado até 1988 foi de US\$ 561.119. Orçamento para 1989, US\$ 222.762. Para 1990, US\$ 65.328”.

“FNUAP: Na 32ª sessão do Conselho de Governo do PNUD, em junho de 1985, aprovaram-se US\$ 6.000.000 para que o FNUAP apoiasse por 4 anos os programas de governo. Estes programas estão dirigidos a melhorar a qualidade e estender a cobertura da atenção materno-infantil e serviços de planejamento familiar em todo o país. As agências executoras são a OPS e o FNUAP. Na 36ª sessão, em junho de 1989, o Conselho de Direção do PNUD aprovou um maior programa de assistência ao FNUAP, pela quantia de US\$ 12.000.000. Os projetos sob este programa são: saúde materno-infantil e planejamento familiar,

atividades formativas para mulheres, população e desenvolvimento de programas de educação sexual” (414).

Depois descreve as atividades da “IPPF: Cujas organização afiliada é PROFAMILIA, antes ADN, que redefiniu seu programa estratégico em 1988. Expandiu-se promovendo serviços de planejamento familiar e educação sexual através de atividades comunitárias, serviços clínicos e cirúrgicos de contracepção, programas educativos de planejamento familiar, população e enfermidades de transmissão sexual, buscando principalmente adolescentes e adultos jovens. A IPPF ofereceu US\$ 170.200 em 1988; US\$ 291.900 em 1989; US\$ 372.400 em 1990. Em 1991, PROFAMILIA recebeu uma contribuição considerável da parte da AID” (415).

— Uruguai

O Dr. Carlos Casares Balparda relatou que “a IPPF opera sob o nome de AUPFIRH (Associação Uruguaia de Planejamento Familiar e Investigação em Reprodução Humana, fundada em 1961), com sede no Hospital de Crianças do Estado. Entre suas atividades, encontram-se: a) promoção e distribuição de métodos artificiais de planejamento familiar; b) oficinas de educação sexual; c) publicações; d) presença ativa nos meios de comunicação.

A IPPF está tratando de implementar programas de educação sexual com cursos curriculares em escolas e liceus. E a criação de uma Cátedra de Sexologia na Faculdade de Medicina da Universidade da República ... No Uruguai existem 19 agrupamentos feministas, todas elas pró-aborto; entre elas se encontra a Associação ‘Católicas pelo Direito de Decidir’. Se bem que sejam muitos grupos, seus integrantes são poucos” (416).

— México

O Prof. Jorge Serrano Limón informou que a filial mexicana da IPPF denomina-se “Fundação Mexicana para o Planejamento Familiar (MEXFAM, fundada em 1965). Conta com 4 centros em 27 estados da República. A IPPF pôs especial interesse em crianças de 9 a 14 anos, através de literatura, vídeos e películas de cinema, para induzi-los à prática da masturbação, e aos adolescentes de 15 a 22 anos, para que tenham relações sexuais livremente, mas ‘com responsabilidade’ (usando anticoncepcionais). MEXFAM é uma sucursal da IPPF que promove o aborto como medida de controle de natalidade. Adeptos promotores juvenis como instrutores sexuais, que se encarregam de distribuir o material pornográfico, anticoncepcionais e induzir os jovens a participarem nos programas de gente jovem” (417).

Instituiu-se o programa “Gente Jovem” porque “ao chegarem

os adolescentes ao princípio de seus anos reprodutivos, MEXFAM também espera exercer uma influência positiva no processo de tomar decisões reprodutivas durante a vida das pessoas ... ‘Gente Jovem’ constituiu-se em torno das atividades de jovem para jovem, permitindo aos próprios adolescentes adotarem um papel mais dinâmico em proporcionar informação, educação e serviços a seus colegas. Desde seus começos, ‘Gente Jovem’ adotou um enfoque integral, que inclui três elementos principais: saúde reprodutiva e educação sexual; colaboração entre coordenadores adultos e jovens voluntários; e participação e ação integradas — participam os jovens, os pais e os professores — ... A filosofia de ‘Gente Jovem’ é a de que a sexualidade é uma força positiva que contribui para a felicidade humana, ao invés de um mal social. Reconhecendo que a gente jovem seguirá explorando sua sexualidade independentemente das restrições sociais, o programa promove um sexo livre de perigo, saudável e responsável ... Há dois tipos de voluntários adolescentes: os líderes juvenis e os promotores ... Os promotores proporcionam informação básica sobre reprodução e enfermidades de transmissão sexual e distribuem métodos de anticoncepção tipo barreira a jovens de mais de 16 anos. Segundo a necessidade, os jovens podem remeter seus colegas a serviços médicos, jurídicos, psicológicos ou de outra índole. Os exames médicos, que são fortemente subvencionados, são úteis para a detecção dos problemas de saúde reprodutiva e constituem um meio para a promoção de outros tipos de anticoncepção, tais como a pílula e os dispositivos intra-uterinos” (418).

Antes, Serrano Limón, havia explicado que o “Conselho Nacional de População (CONAPO) [é o] órgão oficial do governo para marcar as políticas de população no México. Estabeleceu metas de anticoncepção para baixar a taxa de natalidade de 3,8% em 1973 para 1% no ano 2000. Lesaram gradualmente as famílias mexicanas com campanhas contrárias à concepção. Transformaram a cultura do mexicano com seus *slogans* ‘A Família Pequena vive melhor’, ‘Vamos fazendo-nos menos’, ‘Poucos filhos para dar-lhes muito’, ‘Goza de teu par, mas faze-o com responsabilidade’ etc. ... Em 1987 modificaram o artigo 67 da Lei Geral de Saúde nos seguintes termos: ‘É prioritária a atenção de planejamento familiar aos adolescentes e menores’, (não solicitam o consentimento e o conhecimento dos pais). CONAPO publicou no Diário Oficial de 17 de julho de 1991, o Plano Nacional de Planejamento Familiar, onde se enumera um plano de redução do Índice de Crescimento e Plano de Anticoncepção. Em tal decreto, reconhece MEXFAM e CORA como órgãos oficiais de trabalho conjuntamente com o governo do México” (419).

O “Centro de Orientação para Adolescentes, A.C. (CORA) é

uma associação civil fundada em 15 de maio de 1978. Sustenta-se à base de quotas e donativos recebidos principalmente dos Estados Unidos (Pathfinder, Development Associated, Organização Pan-Americana de Saúde e a UNESCO). Trabalha principalmente com adolescentes de 11 a 22 anos, e na atualidade conta, segundo seus dados, com cerca de 125.000 usuários” (420). Mais adiante denuncia os principais “Colaboradores ativos da IPPF: Alfonso López Juárez (MEXFAM), Jorge Martínez Manatou (IMMS), Beatriz Rueda de Tarrab (DIF), Gabriela Rodríguez Ramírez (MEXFAM), Anamely Monroy de Velasco (CORA) e Manuel Urbina Fuentes (CONAPO)” (421).

O Prof. Michel Schooyans, em uma entrevista concedida ao diário La Prensa, de Buenos Aires, comentou alguns projetos seguidos pela IPPF e conta que “para se ter uma idéia do alcance de tais campanhas, é ilustrativo recordar que no México, por exemplo, durante os anos 1984/85/86 efetuaram-se 1.602.000, 1.610.000 e 1.660.000 esterilizações femininas, enquanto as masculinas alcançaram 540.000, 480.000 e 500.000 nos mesmos anos. Devendo levar-se em conta que não cito senão os casos mais extremos, ou seja, as esterilizações cirúrgicas, sem considerar abortos e a administração de anticoncepcionais de distintas classes, geralmente abortivos” (422).

— Bolívia

Cabe destacar que este país tem o privilégio de ser um dos poucos na América Latina que não conta com uma filial da IPPF. O Sr. Juan Pablo Moreno informou-nos sobre as atividades de distintos organismos internacionais que formam parte da “multinacional da morte”, e nestes termos: “O governo e muitas instituições privadas particulares e transnacionais de saúde, sob o título ‘Paternidade Responsável’, ‘Centros de Orientação’, ‘Programas Materno-Infantis’, ‘Prevenção da AIDS’ etc. difundem profusamente o uso de anticoncepcionais com toda legalidade e apoio oficial e financiamento de entidades que contam com grandes somas de dinheiro. Sobre este tema já faz bastante tempo que se realizam diferentes tipos de denúncias. Em 1968 a película nacional ‘Yawar Mallku’ (O Sangue do Condor) denunciava a esterilização maciça de mulheres camponesas, sem seu conhecimento e sem seu consentimento, por equipes de saúde assessoradas pelo Corpo de Paz norte-americano. Por investigações realizadas, comprovou-se a esterilização irresponsável de mulheres camponesas”.

Em 1975 a Igreja Católica denunciou a existência de um programa nacional de saúde da mulher, que incluía ‘Serviços de Planejamento Familiar’. Este programa, que funcionou entre 1974 e 1976 com apoio financeiro de USAID e FNUAP, oferecia estes serviços. O

programa não se baseou em uma estimativa da demanda existente para serviços de Planejamento Familiar, mas em metas concretas de redução dos índices de natalidade. Em março de 1988 surgiu outra denúncia, depois de tornar-se público o documento do Banco Mundial, que recomendava a ampla difusão de Serviços Anticonceptivos com o fim de baixar as taxas de fecundidade e reduzir a pressão demográfica de serviços e empregos” (423). Depois afirma que “segundo dados do Conselho Nacional de População de 1987, opera no país o programa SOMARC (Social Marketing of Change) que, mesmo sendo praticamente desconhecido para o público em geral, é um programa quinquenal com sede nos EUA que opera em vários países do Terceiro Mundo, com fundos de USAID. Sua finalidade é ampliar o mercado social de anticonceptivos, que em todos os casos chegam como donativos, e os promovem não só entre clientes potenciais, mas também entre médicos, farmacêuticos e encarregados de fazer políticas que possam contribuir para o êxito do programa” (424).

— Equador

A Senhorita Olga Muñoz Reyes relatou que “os agentes de controle de natalidade conseguiram introduzir sub-repticiamente o art. 193 no Código de Saúde, segundo o qual É OBRIGATÓRIA a educação sexual nos estabelecimentos educacionais, fábricas, asilos, quartéis e cárceres” (425). Depois analisa as principais instituições antividua, que são “APROFE (1965 aproximadamente). Filial da IPPF, é a ‘Associação Pró-Bem-Estar da Família Equatoriana’. Financiada pela IPPF, conseguiu cobrir todo o país com clínicas de planejamento familiar, que oferecem contracepção a preços simbólicos. Nos pequenos povoados se oferece ainda um serviço de ambulância a fim de conduzir as mulheres até as cidades maiores para esterilização com a perigosa técnica de laparoscopia, a fim de economizar dias-hospital ... CEMOPLAF (1967 aproximadamente) é o ‘Centro Equatoriano de Orientação e Planejamento Familiar’, também financiado pela IPPF, tem consultórios para contracepção nas capitais de todas as províncias, propaganda radical muito freqüente até nas radiodifusoras locais nos pequenos povoados ... O fato mais grave é que põe à venda pílulas, preservativos e outros métodos de barreira em bazares dos bairros pobres para que o povo adquira — sem prescrição médica — contraceptivos perigosos para a saúde ... CEPAR (1973 aproximadamente) é o ‘Centro Equatoriano de Paternidade Responsável’. Aproveitou-se do art. 24 da Constituição vigente para desenvolver suas ações. Financiado sobretudo pela Fundação Pathfinder, recebe fundos também de AID. Ocupa-se das estatísticas demográficas e das publicações sobre questões sociais e políticas ... Sua máxima executiva, a doutora Bety Proaño, concorreu à

sede da ONU para receber o prêmio FNUAP pelo melhor trabalho realizado na América Latina ... FUNDAÇÃO FUTURA (1990), sustentada pela AID, financia uma campanha milionária por todos os meios de comunicação, sobretudo TV e *outdoors*, promovendo diretamente o uso do preservativo para os casais responsáveis, que deverão ‘proteger seu amor’” (426).

— Peru

O Sr. Carlos Polo Samaniego foi contundente ao afirmar que “Fujimori é o Presidente que deu maior apoio político aos programas antinatalistas na América Latina. Inclusive o ano anterior denominou-se ‘Ano do Planejamento Familiar’, e deu mão aberta a todos os planos da IPPF e da AID. Está regida pela Lei de Política Nacional de População de 1985, a qual é uma série de generalidades que amparam o planejamento familiar, a educação sexual e a necessidade de programas de população. As forças antivida a usaram como um sustento político-legal para respaldar seus programas antinatalistas. Todavia, esta lei exclui o aborto e a esterilização como métodos de planejamento familiar ... A AID financia 75% do programa antinatalista no Peru. Sua estratégia fundamental será a promoção de métodos de longa duração: TCU-380A, Progestasert (ambos são DIUs), Norplant e a esterilização voluntária. A IPPF, denominada INPPARES (Instituto Peruano de Paternidade Responsável, fundado em 1977) no Peru, além do mencionado, iniciou uma agressiva campanha de educação sexual para a anticoncepção nos colégios e nas universidades sob a desculpa da prevenção da gravidez adolescente. Além disso, uma campanha de promoção do uso do preservativo e da homossexualidade sob a desculpa da prevenção da AIDS” (427).

Os fatos lhe têm dado razão. Com efeito, “o Congresso peruano aprovou hoje (08/09/1995) a esterilização como meio de controle da natalidade, apesar do protesto da Igreja Católica no país. Depois de um acalorado debate, o Parlamento concordou com a modificação de um artigo da lei de política nacional de população, pela que permite a vasectomia para os homens e a ligadura de trompas para as mulheres ... A Igreja sustenta um aberto confronto verbal com o governo do presidente Alberto Fujimori, desde que anunciou, em fins de julho, uma maior ênfase sobre o planejamento familiar como uma forma de assegurar o desenvolvimento futuro do Peru” (428).

— Chile

A Senhorita Adriana Taipa Moya relatou que “no Chile, no ano 1965-1966, implementaram-se os programas de controle de natalidade. Depois de um período em que se intensificaram bastante,

no período de 1974-1989, o governo desse tempo do Sr. Pinochet cortou o incentivo fiscal à APROFA (Associação Chilena de Proteção à Família, fundada em 1962), filial da IPPF em nosso país ... este novo governo que existe em nosso país ... abriu novamente as portas à APROFA, já que o governo está sendo apoiado com muito dinheiro de agências internacionais. É assim que de certa maneira, o fato de que não se consagram em programas as disposições ministeriais que estabeleçam expressamente o controle de natalidade, não significa que este não esteja sendo implementado nos consultórios. O Ministério não maneja estatísticas de quantas pessoas utilizam em nosso país métodos anticoncepcionais, mas a APROFA as tem, e eles dizem que no ano 1989 — que são as últimas que têm — houve 312.291 ingressos de pessoas que começaram pela primeira vez a utilizar um método de controle de natalidade. E até esse momento houve 663.900 pessoas ativas em controle da natalidade, das quais 427.531 utilizavam o DIU. Só 151.037 utilizavam os métodos orais, e 1.308 pessoas, outros métodos, incluindo o Norplant” (429).

— Guatemala

A filial da IPPF denomina-se Associação Pró-Bem-Estar da Família de Guatemala (APROFAM, fundada em 1966). É tal sua influência no governo de tal nação centro-americana, que no Primeiro Encontro Latino-americano sobre “Saúde dos Adolescentes”, realizado em São Paulo, Brasil, de 15 a 19 de junho de 1992, a Guatemala apresentou dois relatórios oficiais, o do Ministério da Saúde Pública e Assistência Social e o de APROFAM, elaborado pelo Prof. Edílzar A. Castro.

O relatório mencionado, realizado pela filial guatemalteca da IPPF, reconhece que “do total de anticoncepcionais distribuídos em nível nacional, 45% são fornecidos pela APROFAM” (430). Depois reconhece que “apesar de muitas tentativas realizadas com diferentes governos, a APROFAM como líder nesta matéria em nível nacional desde 1966 não conseguiu introduzir nos currículos dos estudos a educação sexual, tão importante e decisiva para o desenvolvimento pessoal e familiar” (431).

Depois sintetiza suas atividades desde seu nascimento com estes dados, entre outros:

“775.518 pessoas desde 1978 receberam informação sobre Educação para a Vida Familiar e Educação Sexual em geral, através de 15.423 palestras.

42.329 pessoas, em 11 anos receberam informação telefônica sobre Planejamento Familiar, Sexualidade Humana e outros temas por meio do Orientador Familiar.

2.184 estudantes de medicina da Universidade de São Carlos de Guatemala receberam treinamento em Saúde Reprodutiva, através

de 62 cursos de capacitação.

3.059 líderes juvenis foram cobertos através do processo educativo APRENDENDO A VIVER...

17.182 projeções cinematográficas e 314 seminários foram realizados, dirigidos a profissionais em diversas disciplinas, especialmente no campo educativo, com a participação de 13.119 assistentes, que receberam informação sobre a importância da Educação Sexual.

550 instituições públicas e privadas ... são cobertas anualmente com atividades educativas.

44 médicos, 17 enfermeiras e 39 trabalhadoras sociais de diversas associações de Planejamento Familiar da América Latina, em cinco anos, receberam treinamento em técnicas cirúrgicas de Planejamento Familiar (sic).

21.101 participantes da Guatemala e 14 diferentes países receberam capacitação através de 425 cursos com modernas técnicas participativas...

55.773 leitores obtiveram informação, desde há onze anos, no Centro de Documentação e Biblioteca, o qual conta com mais de 8.000 documentos especializados em temas de População, Planejamento Familiar, Educação Sexual, Paternidade Responsável, Saúde Materno-Infantil, Meio Ambiente, entre outros.

233.000 resenhas bibliográficas foram postas à disposição dos leitores com informação sobre Reprodução Humana, Planejamento Familiar, Saúde Materno-Infantil etc. através das bases de dados computadorizadas POPLINE E LILACS (Tecnologia de Disco Laser).

O Centro de Documentação e Biblioteca será automatizado com o Sistema da Rede Ipalca, do Centro Latino-americano de Demografia CELADE...

180 materiais educativos e informativos são produzidos aproximadamente cada ano, para a Rádio, Imprensa, Televisão e Impressos...

7 novelas foram escritas, com temas de Saúde Reprodutiva. Todas elas foram levadas com resultados muito positivos à televisão e às revistas; outras ainda, à Rádio e à Imprensa...

385.000 Folhetos, Calendários Demográficos e Boletins com temas e dados sobre População, Educação, Ecologia, Saúde Materno-Infantil, Condição da Mulher, Trabalho etc. foram distribuídos entre profissionais e líderes de decisão.

8.000 profissionais de diversas instituições participaram em mais de 44 Seminários, Painéis, Foros e Oficinas ...

148.297 adolescentes em onze anos foram beneficiados através

do Centro do Adolescente *El Camino*, com os serviços de: Clínica Psicológica, Odontológica e Médica, incluindo distribuição de Métodos de Planejamento Familiar...” (432).

— Argentina

A filial local da IPPF denomina-se Associação Argentina de Proteção Familiar (AAPF). Foi fundada em 1965, e em 1969 filiou-se à IPPF. Trimestralmente publica a revista “Contribuciones”. Em 1990 trabalhava ou assessorava em 61 consultórios privados, 36 hospitais, 21 unidades sanitárias e 4 entidades privadas disseminadas em todo o país (433). No número de março de 1992 de “Contribuciones”, detalha-se uma lista de “serviços em planejamento familiar prestados por organismos oficiais e privados com o apoio de AAPF”, que inclui 8 centros na Capital Federal, 47 na Província de Buenos Aires, 1 em Corrientes, 1 em Córdoba, 1 em Chaco, 5 em Chubut, 2 em Entre Ríos, 1 em Formosa, 1 em Jujuy, 3 em Mendoza, 1 em Misiones, 7 em Neuquén, 13 em Río Negro, 2 em Salta, 11 em Santa Fé e 1 em Santiago del Estero (434). Uma notícia jornalística de 1995 dizia que “A AAPF é uma Organização Não Governamental (ONG) única no país, membro da IPPF/RHO com trinta anos de atividade; sendo modelo e referência para os 188 Centros de Planejamento Familiar de todo o país e consultor obrigatório na instalação de cada novo centro, consultório ou serviço (hospitalar) ou Programa de Planejamento Familiar. Através de um convênio entre a AAPF e a Subsecretaria da Juventude, dependente do Ministério do Interior, iniciou-se a extensão de atividades de difusão do Documento da C.I.P.C. (Conferência Internacional de População e Desenvolvimento — Cairo 1994)” (435).

Sua Comissão Diretiva está composta pelos médicos Osvaldo Botiroli (Presidente), Nilda Calandra (Vice-presidente), Jorge Campi (Secretário) e Olga Vigliola (Tesoureira). Seu Diretor Executivo e *factotum* é Domingo Olivares, que já em 1971 havia expressado que “os médicos sabemos e sentimos que há abortos necessários e que há abortos desnecessários, que há abortos bons e que há abortos maus...” (sic) (436). Olivares, além disso, reveste o cargo de Presidente da Federação Latino-Americana de Sociedades de Sexologia e Educação Sexual (FLASSES).

O orçamento da AAPF para 1991 ascendia à soma de US\$ 614.778, dos quais US\$ 318.625 correspondiam ao aporte em dinheiro da IPPF, a qual também já havia doado 107.000 cartelas de pílulas contraceptivas, 300 diafragmas e 20.000 DIUs TCU-380 (437). Segundo a própria informação da IPPF/WHO, “a demanda no país de serviços de planejamento familiar é realizada principalmente por médicos e organizações privadas. A AAPF é a única instituição que provê serviços

de planejamento familiar economicamente acessíveis. Tem uma clínica central em Buenos Aires e oferece serviços em hospitais e centros de saúde ... Com relação à contracepção, a clínica central oferece uma ampla variedade de serviços relacionados a serviços para a saúde reprodutiva da mulher, e mantém um centro de consulta para homens. A AAPF também distribui contraceptivos a 9 hospitais e 11 centros de saúde, e colabora com 7 municipalidades e 79 centros médicos para provê-los com serviços privados e instituições públicas. A AAPF realiza atividades educativas que incluem campanhas por rádio e televisão, artigos publicados em meios e publicações. Também conduz um importante programa de educação sexual” (438).

“Desde dezembro de 1986, em parte graças aos esforços da Associação (a AAPF), a lei que proibia o planejamento familiar foi finalmente derrogada. Durante este período de mudança, a Associação moveu-se rapidamente para adaptar-se a seu próprio papel de responder às necessidades do povo e fazer que os serviços de planejamento familiar estejam ao alcance de todos. Por mais de cinco anos, a Associação concentrou seus esforços na atividade de Informação e Educação... Agora a Associação mudou a direção de suas atividades para os serviços clínicos, e demonstrou sua habilidade para chegar aos diferentes grupos socioeconômicos que necessitam dos serviços de planejamento familiar no país... Mas a Associação está fazendo muito mais. Está-se estendendo para cumprir com as tremendas necessidades existentes entre as classes média e baixa da Argentina, através do funcionamento de uma clínica em Buenos Aires. A mesma provou ser extremamente eficiente em termos de recuperação de custos. **Para cada dólar gasto, a clínica recupera 1,13 dólares...** a Associação está trabalhando no desenvolvimento de um programa de estudos para treinamento na área de reprodução a ser incorporado nos programas de três universidades do país” (439).

— Paraguai

A filial da IPPF é o Centro Paraguaio de Estudos de População (CEPEP), fundado em 1966, que tem muito boas relações com o presidente Wasmosy. Por exemplo, mediante o decreto n.º 3920 do Presidente, livrou-se o CEPEP “do pagamento da Taxa Alfandegária (Lei n.º 1096/84) e do Imposto sobre o Valor Agregado (Lei n.º 125/91, art. 77), correspondente à Importação de **medicamentos** doados pela Federação Internacional de Planejamento Familiar, Região Hemisfério Ocidental, Inc.”, e a seguir especificam-se os medicamentos, que são os seguintes contraceptivos: 360.000 cartelas orais Lo Femenal, 67.200 cartelas orais Norminest, 192.000 preservativos lubrificadas, 1.000 doses injetáveis de Depo-Provera, 960 tubos de injetáveis Depo-Provera e 8

caixas com 100 pacotes de Yooh (anéis para ligaduras de trompa) cada caixa (440).

Em março de 1994 o Ministro das Relações Exteriores do Paraguai solicitou ao FNUAP o projeto de “Apoio à Saúde Reprodutiva e Planejamento Familiar no Paraguai 1994/1996”, com uma duração de 36 meses contados a partir de agosto de 1994, para o qual o FNUAP contribuirá com US\$ 2.253.265, e o Paraguai com aproximadamente US\$ 7.350.000. Dos US\$ 2.253.265 a serem aportados pelo FNUAP, mais da metade, US\$ 1.255.959 corresponde a “equipamento”, nome com que se denominam os “preservativos, pílulas anticonceptivas, dispositivos intra-uterinos, anticonceptivos injetáveis e espermicidas”. Anteriormente haviam sido efetuados os Projetos PAR/88/PO1 (em 1988) e PAR/93/PO1 (em 1993) com a assistência do FNUAP, da OPS e da OMS, e dos programas do UNICEF. Este projeto é continuação dos anteriores. Os objetivos são: 1) Ao final do projeto haver-se aprovado a consolidação do Conselho Nacional de Saúde Reprodutiva e o cumprimento de metas e objetivos do Plano Nacional de SR/PF (saúde reprodutiva/planejamento familiar). 2) Ao finalizar o projeto, haver estendido em pelo menos 90% das 517 unidades de saúde ... a cobertura dos serviços programados de SR/PF. Além disso, haver consolidado 25% dos serviços programados pelo CEPEP e conformado 100 grupos comunitários de mulheres e 23 núcleos comunitários em igual número de centros de saúde. 3) Ao término do projeto, contar-se-á com um programa de IEC (informação e educação comunitária) que integrará o Plano Nacional de SR/PF e que haverá contribuído para que pelo menos 80% da população maior de 12 anos, de ambos os sexos, reconheçam os benefícios da procriação responsável, enuncie pelo menos 5 métodos anticonceptivos e reconheça os benefícios e contra-indicações de pelo menos 2 deles ... 6) Ao finalizar o projeto, haver-se-ão sensibilizado 600 técnicos do nível local e regional em participação comunitária e social e 8 grupos de voluntários comunitários no programa de SR/PF, com sua projeção em todos os estratos sociais, principalmente rurais e marginais” (441).

— Outros países americanos

Outros países americanos com Associações Membros da IPPF na América são:

Estados Unidos, com a Federação Norte-americana de Paternidade Planificada (PPFA, fundada em 1916 sob outro nome);

Canadá, através da Federação Canadense de Paternidade Planificada (PPFC, fundada em 1964);

Jamaica, pela Associação Jamaicana de Planificação da Família (JFPA, fundada em 1957);

Panamá, com a Associação Panamenha para o Planejamento

da Família (APLafa, fundada em 1965);

República Dominicana, com a Associação Dominicana Pró-Bem-Estar da Família (PROFAMILIA, fundada em 1966);

Trinidad e Tobago, pela Associação de Planejamento Familiar de Trindade Tobago (FPATT, fundada em 1956);

Suriname, com Stichting LOBI (LOBI, fundada em 1968);

Barbados, através da Associação de Planejamento Familiar de Barbados (BFPA, fundada em 1954) e

Belize, pela Associação de Vida Familiar de Belize (BFLA, fundada em 1985).

Também tem o estatuto de Associação Membro a “Caribbean Family Planning Affiliation”, com sede em Antígua, que inclui 19 associações do Caribe. As outras organizações filiadas são a Associação para a Promoção da Família Haitiana (PROFAMIL, do Haiti, fundada em 1986) e a Sociedade de Planejamento Familiar (PLAFAM, da Venezuela, fundada também em 1986).

F

Como demonstração das atividades contrárias à vida humana, desenvolvidas pela IPPF, é interessante fazer uma análise dos temas tratados em seu Boletim Médico dos últimos anos. Para isto é interessante fazer uma classificação temática dos artigos, com base em seus títulos; em alguns deles incluirei algumas citações textuais, por serem especialmente relevantes:

- Temas de anticoncepção:

“Declaração sobre a anticoncepção oral esteroidal”, do número de fevereiro de 1987. Enumera como efeitos adversos da pílula, os seguintes: enfarto do miocárdio, tromboembolia venosa, hemorragia subaracnóidea, pressão sanguínea elevada, transtornos hepáticos, possível carcinogenicidade, metabolismo dos carboidratos, adenomas pituitários, enfermidade da vesícula biliar.

- “Consultas de planejamento familiar durante a atenção pré-natal e pós-natal (Outubro de 1987). Lá se diz, entre outras coisas, que “o questionário pré-natal foi incorporado agora no registro obstétrico adotado pelo Ministério da Saúde ... Desta forma **sugere-se a todos os médicos e parteiras que discutam o PF (planejamento familiar) com suas pacientes grávidas em transcurso de seu registro obstétrico de rotina**. A parte pré-natal do registro contém pelo menos quatro seções relacionadas com o PF. **A primeira delas é um formulário de consentimento para a ligação tubária** ... Permite à parteira discutir a esterilização com adequada antecipação, dando-lhe o tempo necessário para pôr-se em contato com o marido ou a família para obter seu consentimento” (p. 1 e 2). “Imediatamente a seguir ... está a seção relativa

à prática do PF no passado e os planos de PF futuros. Isto dá oportunidade à enfermeira de dedicar uns minutos a descobrir a extensão do conhecimento que a mulher já tem e a medida de sua receptividade para o conselho” (p. 2). Depois explica que durante o puerpério aconselha-se o PF e “discutem-se todos os métodos, concentrando-se na pílula, no DIU e nos injetáveis, e recomendando a esterilização para as múltiparas com famílias numerosas” (p. 2).

- “Os DIUs e os actinomicetes” (outubro de 1987).

- “Uso a longo prazo dos dispositivos intra-uterinos” (fevereiro de 1988). Ali se menciona que de 10.001 usuárias, “608 mulheres foram hospitalizadas para atender a complicações relacionadas com um DIU” (p. 1) e que “ocorreram 853 gravidezes com um DIU *in situ*” (p. 2).

- “Anticoncepção para mulheres maiores de 35 anos de idade” (fevereiro de 1988).

- “Mais além da anticoncepção: benefícios e riscos da pílula” (Abril de 1988).

- “Um novo DIU” (junho de 1988).

- “Femshield — um novo anticonceptivo de barreira para a mulher (junho de 1988).

- “Os DIUs fixados” (Outubro de 1988).

- “O DIU de Cobre novamente obténível nos EUA” (Outubro de 1988). Afirma que “nossos leitores recordarão que o T de Cobre foi retirado em 1986 por razões comerciais e não por razão médica alguma” (442). Termina o artigo dizendo que “O Cobre T 380A ... é um dos DIUs que a IPPF atualmente distribui a pedido entre suas associações membros” (p. 4).

- “Declinação das limitações tradicionais da fecundidade” (dezembro de 1988).

- “A USFDA aprova o capuz cervical” (fevereiro de 1989).

- “A idade e a fecundidade humana” (junho de 1989).

- “Anticoncepção e TSH para mulheres maiores de 35 anos de idade” (fevereiro de 1990).

- “Pagamentos em efetivo para o planeamento familiar em Bangladesh” (fevereiro de 1990). Ali se afirma que “o uso dos pagamentos financeiros para promover o planeamento familiar, particularmente a esterilização, constitui o aspecto de maior controvérsia e mais divisivo das políticas de população nos países em desenvolvimento” (p. 3).

- “Manual de reprodução humana” (fevereiro de 1990).

- “Maternidade sem risco na Ásia do Sul” (junho de 1990)

- “Anticonceptivos orais para as mulheres maiores” (junho de 1990).

- “Os DIUs atuam para prevenir a fertilização, não a implantação” (sic, agosto de 1990. Isso é falso, conforme estudos

científicos especializados).

- “Declaração do IMAP sobre a abstinência periódica com fins de planejamento familiar” (dezembro de 1990). Ali se afirma que “devido às altas taxas de fracasso e abandono, **a IPPF não propugna que a abstinência periódica se considere uma alternativa equivalente a outros métodos de planejamento familiar mais eficazes**” (p. 3). Todavia, e até segundo a própria OMS, a abstinência periódica é o método contraceptivo com taxas mais altas de eficácia (443).

- “Declaração do IMAP sobre o papel do pessoal da saúde nos serviços de planejamento familiar” (dezembro de 1990). Ali se estipulou que “todo papel desempenhado por membros dos distintos tipos de pessoal deve levar-se a cabo de acordo com as leis e regulamentos vigentes do país respectivo. **Onde as leis e regulamentos impedem algum tipo de pessoal de utilizar ao máximo seu potencial para a prestação de serviços de planejamento familiar, a Associação de Planejamento Familiar deverá propugnar por uma mudança nos regulamentos**” (p. 4).

- “Recomendações para os provedores da Pílula para orientar as usuárias de anticoncepcionais orais combinados” (dezembro de 1990).

- “Participação dos homens no planejamento familiar em Ruanda” (dezembro de 1990).

- “Anticoncepção na adolescência” (fevereiro de 1991).

- “Escassez de parteiras — o efeito sobre o planejamento familiar” (junho de 1991).

- “A qualidade dos serviços de planejamento familiar” (junho de 1991).

- “Os padrões de sangramento menstrual e a anticoncepção” (agosto de 1991).

- “O uso de anéis vaginais de progesterona como anticoncepcionais para mulheres lactantes” (agosto de 1991).

- “A disponibilidade dos anticoncepcionais na Europa Oriental” (agosto de 1991).

- “A saúde sexual e reprodutiva dos jovens” (outubro de 1991).

- “A anticoncepção e as enfermidades de transmissão sexual” (outubro de 1991).

- “Seleção de injetáveis nos programas de planejamento familiar” (abril de 1992).

- “Gráficos murais *Research in Reproduction* — oferta promocional” (abril de 1992).

- “Progestágeno intra-uterino para uma anticoncepção eficaz” (agosto de 1992).

- “O planejamento familiar em Benim — conhecimento, atitudes e prática” (agosto de 1992). Ali se agradece porque, para realizar este estudo, “receberam **o apoio financeiro da OMS. Os anticoncepcionais para**

distribuição baseada na comunidade foram providos pela Agência os EUA para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Desejamos expressar nosso mais sincero agradecimento às organizações, instituições e investigadores e outras pessoas que, de uma forma ou de outra, contribuíram para os resultados: **a OMS, USAID, IPPF, o projeto FNUAP/Saúde Familiar...**” (p. 4).

- AIDS:

“Síndrome da Imunodeficiência Adquirida” (fevereiro de 1987).

Ali se diz que “as Associações devem desempenhar um papel especial na prevenção da AIDS. A ampla promoção do uso do preservativo, particularmente nos grupos de risco, é uma prioridade” (p. 4).

- “O Projeto AIDS da IPPF” (abril de 1987).

“Problemas da infecção de HIV para as mulheres na África” (junho de 1988). Ali se diz que “as mulheres infectadas com HIV necessitam obter bom aconselhamento anticonceptivo” (sic, p. 1).

- “Ensinando a AIDS” (junho de 1989). Ali se recomenda que “no que se refere à atividade sexual, é cada vez mais prudente para todos os casais usar preservativos no começo de suas relações sexuais, não importando se são relações homossexuais ou heterossexuais” (p. 1) Mais abaixo explica que “quando ensino aos estudantes de Medicina do terceiro ano na Universidade Monash, costumo dedicar uma sessão de duas horas aos preservativos como parte de um curso de Reprodução Humana. Começo por distribuir um preservativo para cada participante da classe de 150 alunos, com a instrução de ‘quando eu disser *vamos!*, vocês sopram; os que rebentarem primeiro são os piores” (sic, p. 2). Continua: “neste ponto costumo anunciar um concurso: quatro prêmios de \$ 100 cada um para as melhores composições sobre um tópico como ‘Barreiras para o uso do preservativo’, ou ‘A crescente aceitabilidade do preservativo’. **O dinheiro para os prêmios é generosamente doado por um fabricante australiano de preservativos, que geralmente envia um representante ao curso** (sic..., p. 2). “Ao final do curso, costumo pedir que se apresentem voluntários dispostos a observar um ‘Mostrador de Sexo sem Risco’” (p. 3).

- “Nova declaração do IMAP sobre a síndrome da imunodeficiência adquirida” (AIDS)” (dezembro de 1990).

- “Declaração de Rostock sobre a AIDS” (abril de 1991).

- “Declaração sobre anticoncepção para clientes que são HIV positivos” (dezembro de 1991).

- “O uso de preservativos em um salão de massagens tailandês” (dezembro de 1991).

- “A interação entre a infecção de HIV e outras enfermidades de transmissão sexual” (abril de 1992).

- “O uso do preservativo e a prevenção da AIDS no projeto de planejamento familiar em Ruanda” (junho de 1992).

- Notícias da IPPF:

“Declaração de Tóquio” (fevereiro de 1987). São as conclusões da 4ª Assembléia de Membros da IPPF, realizada entre 10 e 14 de novembro de 1986 em Tóquio, entre as quais destaco: “Lançar campanhas em cada país para assegurar que o planejamento familiar seja reconhecido como um componente essencial da atenção primária de saúde ... Promover o espaçamento dos filhos de pelo menos dois anos entre um nascimento e o seguinte ... Reduzir ainda mais a mortalidade infantil oferecendo aconselhamento e serviços às mães e aos pais para limitar o tamanho da família...” (p. 8).

- “Novas publicações médicas. Manual de planejamento familiar para médicos e Guia de anticonceptivos hormonais” (dezembro de 1988).

- “O Grupo Internacional para Assessoramento Médico da IPPF” (agosto de 1990). Ali se menciona, entre seus atuais membros, o “Professor Mahmoud Fathalla (Presidente) ... **Atualmente é Chefe do Programa Especial da OMS para Reprodução Humana**. Dr. Philip Corfman, tocólogo-ginecólogo. **Atualmente é Oficial Médico Supervisor da Administração para Alimentos e Medicamentos dos EUA** ... Professor Fred Sai, **Presidente da IPPF, que acaba de retirar-se de seu posto como Conselheiro Superior para População do Banco Mundial**” (p. 4); com o que fica provada — uma vez mais — a vinculação entre a IPPF, a OMS, o Banco Mundial e o governo norte-americano...

- “Nova publicação médica da IPPF. Anticoncepção hormonal” (dezembro de 1990).

- “Reunião do IMAP em Bombay, março 1992” (junho de 1992).

- Aborto:

“Anticoncepção pós-coital” (sic, outubro de 1988). Ali se afirma que “nos Países Baixos, muitas mulheres usam um método anticonceptivo pós-coital em situações ‘de emergência’” (p. 1).

- “Os riscos da gravidez indesejada” (fevereiro de 1989). Ali se afirma que na América Latina, “hoje em dia a maioria dos países conta com um programa de planejamento familiar incorporado aos serviços de atenção de saúde previstos pelo governo, que oferece métodos anticonceptivos eficazes. Além disso, o setor privado — **especialmente as associações de planejamento familiar que formam parte da Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF)** — opera clínicas paralelas aos programas governamentais, além de usar a distribuição dos anticonceptivos baseada na comunidade. Não há dúvida de que

semelhantes campanhas contribuíram para uma diminuição nas taxas de natalidade” (p. 1).

- Reunião internacional sobre a RU 486" (agosto de 1992).

G

É interessante efetuar alguns extratos do artigo “Os desafios para os anos 1990”, onde se expõem os tópicos que a “multinacional da morte” considera suas metas para a década que estamos transitando. Citarei textualmente as partes mais substanciais de tal documento.

“Podemos esperar que o rápido incremento da prevalência (uso) anticonceptiva que já está tendo lugar em países que incluem Bangladesh, Colômbia e Tailândia, se estenderá a uma série de programas cada vez mais ativos em outras partes do Terceiro Mundo”.

“Também estará o desafio de tirar a União Soviética e os países da Europa Oriental da ‘Idade Média’ em que se encontram quanto ao planejamento familiar. As nações privilegiadas do Mundo Ocidental desenvolverão atividade especialmente intensa, não só para tratar de melhorar ainda mais a qualidade de seus próprios serviços de planejamento familiar, sobretudo no que concerne aos jovens, mas também pelas demandas do Segundo e Terceiro Mundos, para compartilhar as cargas técnicas e financeiras dos programas”.

“Como expectativa mínima, devemos assumir que o número de usuários de anticoncepção **dobrará** nos anos 1990 em todas as partes do mundo” (p. 1).

Mas abaixo acrescenta que “será necessário que dirijamos nossa atenção às três áreas que tem sido descuidadas até agora: a busca de melhoramentos no uso dos métodos existentes, a seleção de vias de distribuição mais eficazes em função dos custos, e **a decisão de encarar os problemas apresentados pela necessidade de prover uma quantidade sem precedentes de esterilizações voluntárias**” (444).

Adiante afirma que “o programa global para a AIDS da OMS recentemente gastou algo mais de US\$ 3 milhões para a compra de sua primeira provisão de preservativos — uma ínfima proporção do orçamento total. É evidente que, se é preciso usar preservativos para deter a rápida difusão da AIDS, é possível esperar que para fins da década talvez estejamos gastando um terço ou até a metade dos orçamentos internacionais de ajuda para a AIDS na aquisição desse artigo somente” (445).

“Tanto os doadores como as organizações internacionais terão que compreender que o momento para os pequenos projetos piloto passou. Os anos 1990 exigirão um trabalho intenso, o desenvolvimento de programas para ajudar (sic) a centenas de milhões de casais e, o que é mais, à medida que vamos obtendo êxitos cada vez maiores em

planejamento familiar, veremos proporções cada vez maiores dos orçamentos destinados à compra de Pílulas e preservativos para aqueles que são demasiado pobres para poder comprá-los ... Felizmente contamos com bons modelos para a distribuição eficiente em função do custo dos anticonceptivos nos países em desenvolvimento. O excelente programa de mercadotecnia social de longa data em Bangladesh agora distribui preservativos, Pílulas e terapias de reidratação oral, usando mais de 100.000 pontos de entrega, oferecendo quase 1,7 milhões de anos-casal de proteção a um preço bruto médio de US\$ 5,7 por ano-casal de proteção” (446).

“A mercadotecnia social se baseia no sistema já existente de pequenos comerciantes, comum em quase todos os países. O notável êxito obtido pelos recentes programas realizados no Zaire e Camarões demonstra que este sistema de distribuição pode-se aplicar virtualmente em todos os países e em qualquer situação cultural ... Se não de se alcançar as metas previstas para os anos 1990, será necessário que se produza uma vasta expansão no número e tamanho dos programas de mercadotecnia social” (447).

“A experiência no Ocidente mostra que a sociedade não pode controlar sua fecundidade sem o amplo uso da anticoncepção cirúrgica voluntária (esterilização). Nos países em desenvolvimento, onde o matrimônio precoce é comum e as taxas de alfabetização são baixas, pode-se assumir que o papel da esterilização, tanto masculina como feminina, será ainda mais importante que no Ocidente ... É muito provável que se realizarão mais esterilizações nos anos 1990 que em qualquer outra década na história da humanidade, anterior ou posterior”.

“A esterilização é um método de planejamento familiar muito eficiente em função de seu custo, que com frequência oferece muitos anos-casal de proteção” (448).

“Com o crescente número de habitantes no mundo e as pressões cada vez maiores em prol das famílias pequenas, também **é possível que nos anos 1990 se vejam mais abortos induzidos que em qualquer outra década da história da humanidade** ... Não há dúvida de que a técnica do aborto a vácuo realizada em uma etapa inicial da gravidez será usada em uma escala cada vez mais ampla. Para tanto, o equipamento manual para a regulação menstrual continuará sendo muito importante” (sic) (449).

O autor do trabalho, Malcom Potts, co-presidente do Grupo Internacional de Assessoramento de Programas da IPPF, termina com a seguinte frase cínica: “Nos anos 1990, um melhor planejamento familiar tem o potencial de salvar as vidas de literalmente milhões de mulheres e dezenas de milhões de crianças” (sic) (450).

H

Ajudar-nos-á a concluir o presente capítulo um documento mais recente, o “IPPF Visão Ano 2000 — Plano Estratégico”. Na introdução “Declaração da Missão”, explicita-se que “a IPPF e suas Associações Membros ‘esforçam-se, em particular, por disseminar o planejamento familiar entre grupos com menor acesso a serviços mediante a provisão de informação, promoção e serviços ... Põem especial ênfase no fomento da saúde materno-infantil, e particularmente na eliminação do aborto de risco, **mediante a provisão de informação, promoção e tratamento do aborto seguro**” (sic) (451).

A revista Forum afirma que “o projeto de Planejamento Estratégico IPPF/FPA Visão 2000 está projetado para assegurar que a IPPF e todos os membros desta Associação de Planejamento Familiar sejam formados responsavelmente, de forma individual e coletiva, **para serem a consciência e os condutores do Movimento de Planejamento Familiar no setor não governamental**” (452).

O documento elabora 3 propósitos e para cumpri-los vai detalhando diversos objetivos. Vejamos:

O propósito 1 é “obter avanços no direito humano básico de todas as mulheres, homens e jovens de decidir de maneira livre e informada sobre a sua própria saúde reprodutiva e sexual, e advogar pelos meios para exercer esse direito. Assegurar que a igualdade das mulheres e seu direito à saúde reprodutiva e sexual sejam uma prioridade nas políticas de desenvolvimento nacional e internacional” (453). Para isso, fixa 6 objetivos, entres os quais destaco os seguintes:

- “Objetivo 2: Obter a eliminação dos obstáculos legais e administrativos para a provisão de serviços de atenção em saúde sexual e reprodutiva” (454);

- “Objetivo 3: Trabalhar ativamente em prol do estabelecimento de direitos iguais para as mulheres, de tal maneira que elas tenham o controle sobre suas próprias decisões quanto à saúde sexual e reprodutiva” (455);

- “Objetivo 4: Eliminar a alta incidência dos abortos com risco e **advogar pelo direito de acesso ao aborto legal e seguro**” (456);

- “Objetivo 6: Promover a educação para a vida familiar como uma maneira de preparar a juventude para a paternidade responsável no futuro, e incrementar o acesso dos jovens à informação, à educação e aos serviços apropriados no que se refere à atenção de suas necessidades de saúde sexual e reprodutiva” (457);

O segundo propósito é: “Responder à crescente demanda não satisfeita de serviços de planejamento familiar e de saúde sexual e reprodutiva, atendendo em particular às necessidades de grupos

marginalizados e necessitados dentro da sociedade, **trabalhando em colaboração com os governos, agências internacionais e organizações privadas**” (458). Para isso se propõem os seguintes 3 objetivos:

- “Objetivo 1: Prover uma fonte de informação autorizada sobre assuntos, tendências, serviços e políticas de planejamento familiar e saúde sexual” (459);

- “Objetivo 2: Expandir o número de serviços de saúde sexual, incluindo o planejamento familiar, para que sejam disponíveis, acessíveis e apropriados para todas aquelas pessoas que os requeiram ou solicitem” (460);

- “Objetivo 3: Estabelecer e manter programas permanentes de alta qualidade em saúde sexual e reprodutiva” (461);

O terceiro propósito é “obter que a Federação funcione de maneira democrática e conserve a liderança do planejamento familiar mediante a colaboração competente e convicta dos voluntários e do pessoal; estabelecer na Federação uma base financeira segura e diversificada, e manter a responsabilidade em todos os aspectos” (462). Para isso se delineiam 4 objetivos, dos quais destaco o 3º, que é “buscar novas fontes de financiamento governamentais, incrementar as contribuições de doadores existentes, e ampliar o apoio não governamental para a IPPF” (463).

Como se pode apreciar, o único objetivo da IPPF é que nasçam menos pessoas nesta terra e, além disso, matar muitas antes que nasçam, através do aborto induzido. É um agrupamento que se maneja em nível

supranacional e que converteu em um florescente negócio todas as atividades tendentes a cumprir sua finalidade. Não há outra instituição a que corresponda com maior propriedade que a Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF) a qualificação de “**a multinacional da morte**”.

CAPÍTULO 11

OS MAIS MODERNOS INSTRUMENTOS DO CONTROLE DE NATALIDADE: A) O FEMINISMO RADICALIZADO; B) O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; C) A SAÚDE REPRODUTIVA; D) A EDUCAÇÃO SEXUAL PERMISSIVA NAS ESCOLAS; E) A PREVENÇÃO DA AIDS; F) A IGUALDADE DE HOMOSSEXUAIS E LÉSBICAS; G) A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Entre meados da década dos anos 80 e começos da atual, a “multinacional da morte” sofisticou ainda mais seus métodos de ação com o único objetivo de efetuar um estrito controle da natalidade dos seres humanos, em especial nos países do Terceiro Mundo. São sete os elementos que se puseram em jogo nessas datas, a saber:

1) A implantação de grupos feministas radicalizados nos países do Terceiro Mundo, quando este movimento mostra os primeiros sinais de esgotamento nas nações opulentas;

2) O mito do desenvolvimento sustentável, como falaz argumento frente à realidade de que a produção de alimentos e bens aumenta mais rapidamente que o crescimento populacional;

3) A utilização da infra-estrutura hospitalar e a atenção primária de saúde nos países não desenvolvidos, como base de operações dos “tecnocratas do controle de natalidade”; tais planos se realizam sob a denominação eufemística de “saúde reprodutiva”;

4) A generalização dos fracassados experimentos relativos à educação sexual permissiva nas escolas, que agora se implantam nos países do Terceiro Mundo, com modernas técnicas de *marketing* de todo elemento contraceptivo oferecido por cada mercado local;

5) O fomento das práticas sexuais irresponsáveis entre adolescentes, a propagação do mito do “sexo seguro”, a promoção do uso e venda dos preservativos como desculpa para a prevenção da AIDS.

6) A reivindicação dos supostos e inexistentes “direitos” de homossexuais e lésbicas, estratos populacionais incapazes de procriar seres humanos.

7) A introdução da chamada “perspectiva de gênero”, mediante a qual as mulheres buscam o acesso à totalidade do poder, — em luta dialética contra os homens; para isso intentam implantar um modelo cultural e educativo sexualmente neutro, pelo qual as mulheres buscam adotar a forma de ser masculina. Vejamos sumariamente cada uma delas:

A) O feminismo radicalizado

Em nossos dias, o movimento feminista fracassou em seus objetivos. É por isso que nas nações ricas, onde o feminismo teve seu berço e principal desenvolvimento, e onde seus efeitos perniciosos se fizeram sentir com maior violência, está bastante desprestigiado. Em uma enquete “elaborada por psicólogos da Universidade de Glasgow sobre um grupo de estudantes universitários, 48% dos 191 homens interrogados expressaram seus pontos de vista hostis às feministas, em comparação com 19% que se mostraram favoráveis a elas ... Alguns rapazes escreveram no questionário descrições do que é uma feminista, como esta: ‘Mulher gorda, feia e com a cabeça pelada, que veste camisas de ‘Salvar as baleias’, odeia os homens, dirige ‘Citroën 2 Cavalos’ e se dedica a sabotar” (464).

a.1.

“Betty Friedan, fundadora e primeira presidente da NOW (Organização Nacional de Mulheres Norte-americanas); é autora de *The Feminine Mystique* (1963), que se converteu em uma espécie de vademécum da feminista. Naquele livro, Friedan alentava as mulheres a se libertarem do lar, que definia como um ‘confortável campo de concentração’. A família era o meio de vedar à mulher, com razões supostamente biológicas e naturais, a ascensão profissional. Porém em 1981, Friedan escreveu em *The Second Stage* que essa reação antifamília, então compreensível, pertencia a uma fase do feminismo que devia ser superada. Em sua ‘segunda etapa’, o feminismo tinha que se preocupar com a família, se não quisesse perder sua influência ... a autora advertia contra o perigo de ‘uma retórica feminista ancorada na reação contra o passado (...) e que ignora o que realmente preocupa a homens e mulheres’. O verdadeiro problema não era já o que pretendiam resolver as antigas reivindicações, mas outro: ‘Como tornar compatíveis o trabalho, o amor, o lar e os filhos’” (465).

Nos Estados Unidos existem as “valentes, engenhosas e muito inteligentes Feministas Pró-Vida da América. Estão espalhadas por todo o país, e têm delegações em 35 Estados. Muitas delas provêm do movimento em favor dos direitos civis e do movimento pacifista, e agora se esforçam também por impedir que se aplique a pena de morte, coisa que conseguiram em Minnesota. Mas quase não saem na imprensa. Quando os jornalistas buscam gente pró-vida para entrevistar, costumam acudir a velhos de aspecto macilento ou mulheres que ostentam

crucifixos” (466).

a.2.

Apesar destes antecedentes auspiciosos, não nos devemos enganar: a maioria dos grupos feministas existentes no mundo pertence ao grupo ideologizado e radicalizado, que pretende enfrentar os homens e dominá-los, não só em na vida diária, mas especialmente no lado político. São grupos heterogêneos, surgidos os mais antigos em fins da década dos anos sessenta, cujo desenvolvimento nos países ricos está detido, mas aproveitando sua excelente organização e os fundos da “multinacional da morte”, estão-se estendendo com rapidez e profundidade no Terceiro Mundo, em especial na América Latina.

Segundo conta Elvira Lutz, parteira uruguaia, chefe de educação da Associação Uruguaia de Planejamento Familiar e Investigações sobre Reprodução Humana (AUPFIRH, filial da IPPF), vice-presidente da Sociedade Uruguaia de Sexologia e Secretária Permanente da Federação Latino-americana de Sociedades de Sexologia e Educação Sexual (FLASSES), “nos dias 8 e 9 de outubro de 1986, tem lugar uma reunião, que consideramos decisiva, entre a Coalizão Internacional para a Saúde da Mulher e *Population Council*, com a participação de líderes da *Boston Woman’s Health Book Collective* e outra ativista especialista em saúde feminina... Felizmente as aproximações entre os Movimentos de Liberação Feminina e os Programas de Planejamento Familiar abrem caminho rumo a uma convergência e uma colaboração que consideramos decisivas” (467). Tal reunião entre feministas e o Conselho de População foi o início das atividades em prol do controle de natalidade por parte das primeiras.

Os principais grupos feministas ativos em matéria de planejamento familiar e aborto são: a Rede Mundial para os Direitos Reprodutivos, a Rede de Saúde das Mulheres Latino-americanas e do Caribe, Isis Internacional, Fempress, as Católicas pelo Direito de Decidir e a Coordenadora Latino-americana e do Caribe para a mobilização pelo direito ao aborto, cuja filial argentina é a Comissão pelo Direito ao Aborto. Também existem dirigentes feministas infiltradas nos partidos políticos, como por exemplo, a ex-deputada divorciada, divorcista, abortista e sem filhos: María Florentina Gómez Miranda, e a ex-candidata a convencional constituinte María José Lubertino, também abortista, ambas pertencentes à União Cívica Radical da Capital Federal. Resumiremos sinteticamente cada um destes grupos e suas principais iniciativas.

a.3. A Rede Mundial de Mulheres para os Direitos Reprodutivos

(RMMDR)

Autodefinida como “uma rede autônoma de grupos e particulares dos cinco continentes que trabalham em prol dos direitos reprodutivos da mulher. O Direito Reprodutivo é o direito de uma mulher decidir se quer ter filhos, quando e em que condições, não importando sua nacionalidade, classe social, raça, etnia, idade, religião, incapacidade, preferência sexual ou estado civil. Em nenhum lugar do mundo a mulher tem direitos reprodutivos, ainda que as condições que lhe negam esses direitos variem de um país para outro. **Nossos objetivos** ... uma anticoncepção e esterilização eficaz e sem riscos; aborto legal e sem riscos” (468).

A respeito de sua organização, seu Boletim afirma que “a Rede existe desde 1978 e teve um crescimento constante. Os membros e subscritoras se constituem em grupos e organizam campanhas para obter uma legislação e uma política mais favorável em matéria de reprodução; oferecem informação e orientação em matéria de saúde reprodutiva; oferecem serviços médicos e de saúde reprodutiva; ... trabalham como jornalistas, publicistas e nos meios de comunicação em geral; ... pertencem a organismos dos direitos humanos; trabalham em centros de documentação e bibliotecas” (469). O escritório central que coordena a Rede encontra-se em Amsterdã. “As prioridades e áreas de trabalho em nível internacional se decidem em uma assembléia geral de membros que se celebra a cada três anos, paralela o Encontro Internacional de Saúde da Mulher” (470). Publicam seu Boletim em forma trimestral e enviam informação a pedido. O Escritório Coordenador está composto por Sorayma Carty, Gisela Dütting, Martha de la Fuente, Annet Kakerijs, Conchita de Roba Cortada, Beatrijs Stemerding e José Theunisse (471).

Uma idéia de suas atividades pode-nos dar o “Relatório da coordenação”, do qual extrato: “Nos dias 2 e 3 de dezembro, Gisela assistiu, em nome do escritório coordenador, a um Encontro sobre Mulher e AIDS. **O Programa Mundial sobre a AIDS da OMS convidou várias organizações e redes de mulheres para discutirem um documento preliminar que eventualmente conduzirá a uma política oficial da OMS sobre Mulher e AIDS** ... Em dezembro, Beatrijs assistiu a um encontro na Alemanha sobre a RU 486/PG para obter a última informação. **O encontro foi organizado pela IPPF** e uma organização alemã chamada Pró-Família. Pedimos ao membro Judith Ritcher que assistisse da parte do escritório coordenador a um encontro de consulta sobre vacinas anticoncepcionais. **Este foi convocado pelo Programa de Reprodução Humana da Organização Mundial de Saúde**” (472). Sobre o financiamento, agradecem aos seguintes doadores: “HIVOS 75.000 florins; SIDA 500.000 coroas suecas; Conselho Missionário da Igreja

Reformada Holandesa 10.000 florins” (473).

No boletim de 28 de maio de 1993, afirmam que **é um mito que “se se conta com serviços de anticoncepção e educação sexual, o serviço de aborto já não é necessário”**; porque “ainda em países como Dinamarca, Suíça e Holanda, que contam com anticoncepção e educação sexual integrais, o serviço de aborto continua sendo necessário. Continua e continuará havendo meninas e mulheres que ficam grávidas sem o desejar. O anticonceptivo falha ocasionalmente. As mulheres na menopausa que não menstruam faz tempo e pensam que já não podem ficar grávidas, de repente vêm-se na necessidade de abortar. As mulheres grávidas que ficam sem seu parceiro podem não se sentir capazes de criar um filho sozinhas. Estes são alguns exemplos que demonstram que **o aborto sempre será necessário, e não como um mal necessário, mas como uma realidade social e um direito fundamental da mulher**”. A clareza da apologia do aborto me exime de maiores comentários...

O número de 28.05.1994 está encabeçado pelo lema “Aborto legal e sem risco para todas as mulheres”, e o consideram o 7º chamado à ação. Sustentam que “o aborto deve realizar-se de forma segura... A mulher que pensa em abortar ou busca onde fazê-lo deve sentir-se fora de perigo... É preciso despenalizar o aborto... Não deveria haver leis nem políticas restritivas sobre o aborto... O aborto deve ser legal e sem risco”. Em seu “chamado à ação”, a ordem é “Une-te à Campanha pela Prevenção da Mortalidade e da Morbidade Materna”, da qual faz uma breve resenha histórica, ao dizer que “em maio de 1987 tomou-se a decisão de lançar esta campanha no marco do Quinto Encontro Internacional de Saúde da Mulher (EISM) em Costa Rica. No encontro dos membros da Rede Mundial de Mulheres pelos Direitos Reprodutivos, que teve lugar em 28 de maio, depois do EISM, escolheu-se essa mesma data como o Dia Internacional de Ação para a Saúde da Mulher... Em 1988 o tema central da campanha foi a mortalidade materna. Em 1989 se agregou a morbidade materna. Em 1990 e 1991, deu-se atenção especial ao papel dos serviços de saúde e à qualidade da atenção. Em 1992 o tema que nos ocupou a todas foi a gravidez adolescente. Em 1993, convocamos a romper o silêncio sobre o aborto, e confrontamos os mitos com a realidade do aborto... Este ano, o tema do Chamado à Ação é Aborto Legal e Sem Risco para Todas as Mulheres” (sic).

Para 1995, “o CHAMADO À AÇÃO está ligado à Campanha de Ação 95 ‘180 dias: 180 caminhos’, coordenada por WEDO (Organização da Mulher para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento). Há 180 dias desde 8 de março, Dia Internacional da Mulher, até 6 de setembro, Dia Internacional de Ação pela Igualdade da Mulher, que se celebrará em Pequim. Há 180 caminhos ou rumos para ligar a Conferência

Internacional da Mulher com a realidade da vida das mulheres” (474).

a.4. A Rede de Saúde das Mulheres Latino-americanas e do Caribe

Foi criada em 1984 e, segundo suas autoridades, congregaria 2000 grupos de mulheres. Foi coordenada por Isis Internacional até 1994, assim como o Programa de Informação e Políticas sobre Violência contra a Mulher na América Latina (fundado em 1988), que é um organismo similar e que congrega virtualmente os mesmos grupos. Trata-se de uma **tática muito astuta, que requer um alto grau de organização, e pela qual vão “multiplicando” supostas redes para enfrentar diversos temas, quando na realidade trata-se de uma rede única que diversifica suas tarefas. Deste modo obtêm um maior impacto na opinião pública e, nos temas que lhes interessam, aparecem como várias redes com idêntico pensamento, quando na realidade se trata de um só núcleo. Isso também o fazem em nível grupal, onde o mesmo conjunto de 5 ou 6 mulheres adota simultaneamente vários nomes, cruzando-se entre as dirigentes os distintos cargos e aparentando assim serem 5 ou 6 grupos em lugar de um só com 5 ou 6 membros...**

Em um folheto de suas atividades do ano 1995 expressam que “desde décadas as mulheres na América Latina e no Caribe temos vindo lutando pela despenalização do aborto. Nosso objetivo é a maternidade voluntária: que as mulheres tenham a opção de escolher quando e se querem ser mães, que exista educação sexual e anticonceptivos seguros para mulheres e homens, que as mulheres não tenham que sofrer devido a gravidezes indesejadas, que existam serviços de aborto em condições salubres e seguras. **Isso não tem relação alguma com as políticas que se baseiam na idéia de que reduzir a população resolverá a pobreza e a deterioração do meio ambiente. Cremos que a solução para estes problemas deve partir da redistribuição da riqueza em todo o mundo, não de programas coercitivos para que as mulheres deixem de ter filhos**”. Por isso criticam nessa mesma publicação tanto o controle da natalidade quanto o planejamento familiar, defendendo ao contrário “os direitos reprodutivos e sexuais (que) são direitos humanos inalienáveis e inseparáveis de direitos básicos tais como o direito à alimentação, a um teto, à saúde, segurança, educação e à participação política”.

Depois de sua emancipação de Isis Internacional, começam a publicar em 1995 a revista trimestral “Mulher Saúde”, cujo logotipo é uma serpente, “símbolo da passagem do antigo para a nova vida, da regeneração onde a pele que morre anuncia transformação. As serpentes são entes milenares ligados à sabedoria da natureza. Fundidas com a terra recolhem dela sua energia de círculo e espiral, espiral e círculo. Unidas com as plantas mágicas, consagram poderes de sanção nas mais antigas e modernas culturas” (sic, apologia do “ecofeminismo”

que informa as “Católicas” pelo Direito de Decidir, que é um dos grupos que lideram a rede). Na revista, agradecem à “Fundação MacArthur e ao Fundo de População das Nações Unidas, FNUAP, por seu apoio a esta publicação”.

Suas autoridades são: “Coordenadora Geral: Amparo Claro; Coordenadora Adjunta: María Isabel Matamala; Conselho Diretivo: María José Araújo, Mabel Bianco, Teresita De Barbieri, Ana María Pizarro, Olga Amparo Sánchez”. A Rede tem como objetivos: “promover os direitos das mulheres, particularmente seus direitos sexuais e reprodutivos; facilitar a participação de grupos da Rede na discussão e propostas em políticas públicas de saúde em nível nacional, regional e internacional; impulsionar e apoiar a participação do movimento de saúde em instâncias de decisão” (475).

No número 3-4/95 da Revista Mulher-Saúde, o artigo “Um guia para a igualdade sexual”, de Lezak Shallat, em suas páginas 58 e 59, conta o *lobby* da Rede na Conferência de Pequim. Entre os membros da Rede, figuraram na delegação oficial de seus países: María Rosa Renzi (Nicarágua), Maria José Araújo (Brasil), Mireya Zuleta (Chile), Gloria Careaga e Patricia Mercado (México) e Olga Amparo Sánchez (Colômbia); as argentinas Mabel Bianco e Zulema Palma integraram a equipe de *lobby* da Rede. Em tal artigo afirma-se que, “de fato, muitos países latino-americanos e do Caribe — incluindo Chile, Colômbia, Brasil, Nicarágua, Panamá, Bolívia, México, Uruguai, Barbados e Trinidad e Tobago — tinham mulheres das ONG e feministas em suas delegações oficiais” (p. 59).

Na Argentina constitui-se a Rede Nacional pela Saúde da Mulher, cuja Mesa Coordenadora está constituída pelas seguintes instituições: ADEUEM, FEIM, Fundação TIDO Casa da Mulher, Grupo Psicofármacos, “Salud Mía”, SAVIAS, Oficina “A Mulher”, Oficina Permanente da Mulher e Fundação Alicia Moreau de Justo. Aponta como domicílio Luis Sáenz Peña 1089, da Capital Federal; telefone: 304-3693 e fax: 954-3892. Em 1994 produziu o documento “Mulher, Saúde Reprodutiva e Sexualidade ... durante as Jornadas do mesmo nome, organizadas pela Rede Nacional pela Saúde da Mulher em Córdoba, no mês de agosto de 1994, com a participação de 59 mulheres representantes de ONGs e serviços públicos de saúde de todo o país” (476). Tal trabalho, em sua página 2 adota “a perspectiva de gênero: — que — é uma visão crítica da construção sociocultural da identidade da mulher, em busca de uma redefinição dessa identidade a partir de nós mesmas”. Pedem a despenalização imediata do aborto para obter o decréscimo da mortalidade por gestação e abrir o debate para sua legalização. — Abertura de serviços de anticoncepção com perspectiva de gênero orientados a promover a liberdade sexual e reprodutiva das mulheres”

(477). Falando do aborto, afirmam que “o paradigma positivista da ciência funciona aqui subordinando a ética: **o debate sobre se o feto é o não um ser humano é inconducente (sic)**” (478).

a.5. Isis Internacional

“É uma organização não governamental criada em 1974 como canal de informação e comunicação das mulheres. Forma parte de uma rede mundial integrada por aproximadamente 50.000 contatos em 150 países, os quais nutrem com material informativo o Centro de Documentação que o seleciona, organiza e introduz em uma completa base de dados. Estas informações são difundidas em publicações periódicas especializadas ... ISIS INTERNACIONAL proporciona igualmente assistência técnica e capacitação em comunicação e manejo de informação através de oficinas e seminários” (479). Sua sede central está na Filadélfia, EUA. Em Santiago do Chile encontra-se a base de dados em idioma castelhano; em Roma, a sede de publicações em inglês; e nas Filipinas se edita Mulheres em Ação. Dentro do movimento feminista latino-americano, Isis atua como o centro de informação e documentação, com atualizações periódicas de suas bases de dados. Publica Bases de Dados Mulher, o Diretório de Publicações da Mulher, a Lista de Palestrantes no tema da Mulher, o Catálogo Bibliográfico da Saúde das Mulheres, a Revista da Rede de Saúde das Mulheres Latino-americanas e do Caribe, Edições da Mulher, Mulheres em Ação, Conquistando as Imagens: Guia de Recursos Audiovisuais etc.

Em seus boletins menciona como organismos governamentais vinculados a sua tarefa a Secretaria de Desenvolvimento Humano e Família do Ministério da Saúde e Ação Social da Nação e o Conselho Provincial (Província de Buenos Aires) da Mulher. Também menciona como centro de documentação na Argentina o Centro de Estudos de Estado e Sociedade (CETES), situado em Av. Pueyrredón 510, 7º Piso, da Capital Federal. Entre a lista de grupos feministas que lhe adere, que realizaram atividades em nosso país, menciona: Casa da Mulher (Rosário), Cetaar (Marcos Paz), Fundação para Estudo e Investigação da Mulher (FEIM) e o Conselho Coordenador de Políticas Públicas para a Mulher, estes últimos da Capital Federal.

a.6. Fempress

“É uma Rede de Comunicação Alternativa da Mulher para a América Latina. Nasce em 1981, pela iniciativa de duas chilenas exiladas no México: Adriana Santa Cruz e Viviana Erazo ... Os objetivos da rede são gerar e transmitir informações sobre a situação das mulheres em suas distintas e múltiplas manifestações ... À medida que os estados tornaram à democracia, os movimentos populares ressurgiram, entre eles o feminismo e as organizações de mulheres. Cada publicação de Fempress apresenta facetas e alternativas do movimento em escala con-

tinental, assim se tece uma rede fazendo circular as notícias e analisando problemas ... Desde 1983 Fempress está instalada no Chile, produzindo não só sua revista mensal, mas uma série de trabalhos sobre temas específicos e seus aportes chegam a mais de 300 meios escritos e programas de rádio de mulheres ... **O projeto está financiado por agências de cooperação para o desenvolvimento como NORAD da Noruega, SIDA da Suécia, CIDA do Canadá e FNUAP das Nações Unidas**” (480).

Conta com co-responsáveis na Argentina (Ana María Amado), Bolívia, Brasil, Equador, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. Em nosso país são vários os meios gráficos que utilizam o material preparado por Fempress; entre eles destaque que no Suplemento Caldenia, da edição dominical de La Arena, diário de Santa Rosa, La Pampa, há uma página reservada para notícias emanadas desta organização feminista.

a.7. “Católicas” pelo Direito de Decidir

São uma filial das “Catholics for a free choice”, fundada em Washington em 1970; “a filial latino-americana começou a funcionar em 1987. Sua sede está em Montevidéu ... Nos demais países da América Latina há representantes que se encarregam de organizar palestras e fazer circular o material que se elabora no Uruguai e em Washington” (481).

Em um lúcido dossiê, Magaly Llaguno afirma que “a organização de feministas que se autodenominam ‘católicas’ (entre as quais há religiosas), chamada Católicas pelo Direito de Decidir, está em processo de estabelecer suas bases de apoio, dentro da própria Igreja Católica. Sua estratégia é precisamente infiltrar-se nas organizações da Igreja (especialmente as de mulheres) para destruir a unidade desta, particularmente no que concerne à anticoncepção e ao aborto. Nos EUA estes grupos fizeram muito bem seu trabalho, uma vez que existem atualmente organizações dentro de universidades católicas, que trabalham a favor do aborto, do lesbianismo etc. Para que proporcionar às feministas antívida da América Latina outro veículo para obter poder e ter acesso às mulheres católicas com o objeto de doutriná-las em sua imoral filosofia, e promover o desconcerto e a rebeldia? Todos aprendemos através das experiências, e se não somos o suficientemente prudentes para aprender das experiências dos outros, estamos condenados a aprender das nossas” (482).

Publica a revista Consciência Latino-americana. No editorial do Vol. VII, n.º 3, julho-agosto-setembro de 1995, sustenta que “apesar de tudo, um número crescente de mulheres — leigas e religiosas — nas mais diversas latitudes, depois de dolorosos processos de tomada de

consciência da opressão da estrutura hierárquica — masculina e excludente — **reafirmamos nossa decisão de permanecer na Igreja, de um modo ‘rebelde e insubmisso’, e ir resgatando nossas identidades mutiladas e recriando nossas utopias e realidades**”. No mesmo número se recolhe o artigo “Por uma antropologia igualitária”, da religiosa mexicana Leonor Aída Concha, que começa seu artigo com esta admonição: “A crítica da teologia ecofeminista faz arquear as bases mesmas da estrutura patriarcal; parece que ainda com as anteriores posições não se conseguia chegar ao coração do patriarcado” (p. 4). Mais frontal é Olga Lucía Alvarez, em seu artigo “Mais além das palavras e das flores do altar”, ao dizer: “Queremos uma Igreja não piramidal, mas circular. Ou seja, democrática e participativa. Sem complexos de poder ... **Queremos uma Igreja onde, como mulheres, possamos proclamar as grandezas de nossa DEUSA-MÃE**” (p. 12).

“Em 1973 ‘Católicas pelo direito de decidir’ emerge como filiada da Coalizão Religiosa pelos Direitos ao Aborto (RCAR), organização criada quando a Suprema Corte dos Estados Unidos legalizou o aborto. Seu primeiro ato público foi coroar uma feminista como Papa feminino, nas mesmas escadas da Catedral de São Patrício (Nova York). Em 1981 ambas as organizações apelaram ante a Corte Suprema para opor-se às restrições do aborto legal como ‘opiniões teológicas’ que, segundo dizem, violam a primeira emenda da Constituição dos EUA, a qual garante a liberdade de religião ... Entre seus aliados e doadores de fundos para suas atividades está a Fundação ‘Ford’, que deu a diversas instituições a favor do aborto até 10 milhões de dólares, e também a corporação Playboy, dona da famosa revista erótico-pornográfica do mesmo nome” (483). Entre 1980 e 1994, tal organização recebeu doações de US\$ 8.138.797 de diversas fundações norte-americanas, entre as quais se destacam as seguintes: Ford (US\$ 2.109.560); Sunnen (US\$ 1.091.700); MacArthur (US\$ 900.000); Gund (US\$ 481.208); Education Fnd. (US\$ 462.900) e Packard (US\$ 445.000) (484).

a.7.1.

Operam como quinta-colunistas destas organizações um grupo de pseudoteólogas, como María Caterina Jacobelli, “uma antropóloga católica de 62 anos [que] revoluciona a Itália com um livro que reivindica o sexo como via de acesso a Deus. Uma escandalosa pergunta percorre a Itália desde duas semanas: Existe uma teologia do prazer sexual? É o prazer do orgasmo genital um caminho para aproximar-se da essência de Deus” (485). Também se podem mencionar Rosa Dominga Trapasso, assídua escritora da revista Consciência Latino-americana, órgão da imprensa das “Católicas” pelo Direito de Decidir. É uma “religiosa católica Mary Knoll; ainda que nascida nos EUA, é peruana por adoção. Dá vida ao movimento feminista no Peru, onde vive há mais de quarenta

anos. É fundadora do círculo de feministas cristãs ‘Thalita Cumi’ e do centro popular de formação e difusão sobre os direitos da mulher ‘Criatividade e Mudança’”(486).

a.8. Coordenadora Latino-americana e do Caribe para a mobilização pelo direito ao aborto

Promovida pelo Boletim Consciência Latino-americana, que publicou a notícia de que “no V Encontro Feminista de San Bernardo, Argentina, realizou-se a oficina sobre Situação Atual e Perspectivas das leis de Aborto na América Latina. Com a participação de 200 mulheres procedentes da Argentina, Bolívia, Chile, El Salvador, Guatemala, México, Nicarágua, Paraguai, Peru e Uruguai. Com base nos pontos de coincidência e o possível trabalho em conjunto, acordou-se formar a Coordenadora Latino-americana e do Caribe para a Mobilização pelo Direito ao Aborto. No objetivo de trabalhar pela formação de uma Rede pela Legalização do Aborto ... Os objetivos são: — A interconexão e ajuda mútua entre grupos e pessoas interessadas em trabalhar pela legalização do aborto na América Latina. — Informar sobre as situações e realidades que cada país vive a respeito do aborto. — Preparar ações e atividades conjuntas” (487). Formam parte de tal Coordenadora, a Comissão pelo Direito ao Aborto, na República Argentina; e Católicas pelo Direito de Decidir, com sede em Montevideu, capital do Uruguai.

a.8.1.

Na República Oriental do Uruguai, em 28 de maio de 1989, constituiu-se o Movimento de Mulheres pela Legalização do Aborto, composto por 20 entidades, entre as quais se destacam: Associação de Mulheres Lourdes Pintos (AMULP, vinculada ao grupo guerrilheiro tupamaros), União de Mulheres do Uruguai pelo pão, pela democracia e pela paz (UMU, pertencente ao Partido Comunista), Grupo de Estudo da Condição da Mulher (GRECMU, fundado em 1975), Mulheres Católicas pelo Direito de Decidir (fundada em 1989), Coletivo Cotidiano Mulher (pedem o aborto sem nenhum tipo de restrição legal), Grupo Ecumênico de Mulheres (fundado em 1982), Centro de Medicina Alternativo para a Mulher María Abella, SOS Mulher, Mulher Agora, Casa da Mulher da União, Comissão de Mulheres do PIT-CNT, Comissão de Mulheres de AEBU, Comissão de Mulheres da Frente Ampla, Comissão de Mulheres Socialistas, Emaús — Ligas de Donas-de-Casa Emaús, Associação de Meretrizes Públicas (AMEPU), Instituto Mulher e Sociedade, Plenário de Mulheres do Uruguai (PLEMUU, criado em 1984, e até 1989 foi a coordenadora de todas as organizações feministas).

a.8.2.

Com relação à autodenominada Comissão pelo Direito ao aborto, declara como remetentes de suas publicações os endereços de

Caseros 2516, C.P.: 1.264, Capital Federal, ou Caixa Postal 62 (1402), Suc. 2 (B), também da Capital Federal. Jamais deram a conhecer o nome de suas autoridades; entre as dirigentes que publicamente afirmam pertencer à Comissão, mencionam-se Laura Bonaparte, Alicia Cacopardo, Dora Coledesky, Silvia Coppola, Rosa Farías, Carmen González, Susana Mayo, Sara Josefina Newbery, Nadine Osidala, Zulema Palma, María José Rouco Pérez e Alicia Schejter.

Tal Comissão publicou várias cartilhas e folhas avulsas intituladas “Novos aportes sobre o aborto”, entre os quais destaco que no n.º 5, de março a maio de 1991, publicam o texto completo da “Declaração de San Bernardo”, conclusão do V Encontro Feminista, que originou a criação da “Coordenadora Latino-americana e do Caribe para a mobilização pelo Direito ao Aborto”, dentro da qual se encontram os seguintes pontos: “2. Criar comissões pelo Direito ao Aborto em cada país da região e/ou apoiar as já existentes ... 5. Fazer campanhas em cada país e conjuntamente em nosso continente para conseguir exercitar esse direito de forma legal, não clandestina, segura e digna para cada uma de nós. Finalmente chamamos a todas as organizações e instituições que trabalham pela defesa dos Direitos Humanos, para que incorporem dentro de seus projetos a defesa dos Direitos Reprodutivos, incluindo o aborto” (sic)...

No n.º 6 do impresso, informa sobre o VI Encontro Nacional de Mulheres, realizado de 8 a 10 de junho de 1991, em Mar del Plata: “duas oficinas de ‘mulher e saúde’ se pronunciaram pela legalização do aborto, por sua atenção gratuita em hospitais, e fizeram seu o lema ‘anticonceptivos para não abortar, aborto legal para não morrer’” (488). O impresso n.º 7 informa com pessimismo que “devemos reconhecer que nossa concentração anual, em Plaza Congreso convocada pela Multissetorial da Mulher, neste 8 de março, não foi muito numerosa”. Também conta que “a Comissão pelo Direito ao Aborto, desde quase dois anos, leva adiante a campanha pela difusão do Anteprojeto de Lei de Anticoncepção e Direito ao Aborto, promovendo o debate deste tema na sociedade. Com esse fim estamos todas as segundas-feiras das 18 às 19h30min na esquina de Callao e Rivadavia, solicitando assinaturas de adesão a nosso Anteprojeto de lei”. Na realidade tampouco conseguiram muito, já que nenhum deputado nem senador subscreveu o projeto e teve que ser apresentado como iniciativa popular de vinte cidadãos, em 28/09/1992. Também no mesmo número publicam uma carta de apoio de tal Comissão à Comunidade Homossexual Argentina, datada de 19/12/1991, em repúdio à sentença da Corte Suprema que rejeitou a personalidade de tal “comunidade” (489).

Também informam que o VII Encontro Nacional de Mulheres se realizou em Neuquén, de 10 a 12 de outubro de 1992; do qual

transcrevo as seguintes resoluções da oficina “Anticoncepção e Aborto”:

“Exigimos a total liberdade de decidir sobre nossos corpos:

1º) Assegurando a toda a população o conhecimento dos métodos anticonceptivos, mediante assessoramento para sua utilização, com a devida explicação de cada um, de sua eficácia e de suas contra-indicações;

2º) Os hospitais públicos e centros de saúde nacionais, provinciais ou municipais, assim como os centros assistenciais dependentes das Obras Sociais, devem contar com pessoal idôneo e equipamentos necessários para garantir gratuitamente a anticoncepção a todos os setores sociais.

3º) Que se reconheça o direito de toda mulher, se assim o desejar, de interromper sua gravidez durante as doze primeiras semanas de gestação” (490). Além disso, o mesmo número informa-nos uma aberração a mais da “cultura da morte”: a Assembléia Nacional da França aprovou “um projeto apresentado por Veronique Neiertz, estabelecendo como **delito específico: o impedimento da interrupção voluntária da gravidez**” (sic, na França não é delito que a mãe mate seu filho, mas é delito impedir a mãe de matar seu filho...).

O VIII Encontro Nacional de Mulheres se realizou em São Miguel de Tucumán, de 12 a 14 de junho de 1993. Entre as oficinas menciono: Anticoncepção e aborto: planejamento familiar; no item “Mulher e Religião”, a oficina de Anticoncepção e contracepção; divórcio, planejamento familiar, aborto, sexualidade, violência sexual, e dois capítulos intitulados “Mulher e Sexualidade” e “Mulher e Lesbianismo”. O diário La Gaceta do dia 15.06.1993 informa que tal encontro, entre muitas outras questões, “requereu a legalização do aborto”.

O XII Encontro Nacional de Mulheres realizou-se em junho de 1997 em San Juan. Muitas das participantes, descontentes com a organização totalitária do mesmo, se autoconvocaram para um Congresso paralelo, cujas conclusões foram em favor da vida e da família. O Encontro “oficial” teve que admitir pela primeira vez dissensos em todos os temas controvertidos; o que supôs um grande fracasso do feminismo radicalizado argentino.

Na cartilha intitulada “Novos aportes sobre aborto I-II-III”, narram-nos a I Jornada da Comissão pelo Direito ao Aborto e à Anticoncepção realizada em 25 de maio de 1990. Participaram as seguintes agremiações feministas: Centro de Estudos da Mulher (CEM), INDESO (de Rosário), Associação de Trabalho e Estudo da Mulher (ATEM), Lugar de Mulher, Oficina Permanente da Mulher, Casa María Luisa Martínez, Casa Azucena Villaflor, Mulher e Igreja e Grupo Eleger, com a participação, entre outras, de Susana Mayol, Zulema Palma, Ali-

cia Cacopardo, Claudia Ramm Doman e Idelba Ferreiro.

a.9. Congresso Mundial da Mulher para um Planeta São

Entre 8 e 12 de novembro de 1991, realizou-se em Miami, EUA, este Congresso feminista, preparatório da Eco 92. No dossiê com que se receberam todas as participantes, disse-lhes que “nos próximos dias você ajudará a construir um Programa de Ação Mulher’21, que servirá de orientação aos dirigentes políticos e às mulheres de todo o mundo ... Para ajudá-la em suas deliberações, oferecemos-lhe sugestões (sic) preliminares relativas a um Programa de Ação Mulher’21, preparado em consulta com grupos, ativistas e advogados internacionalistas especializados em questões da mulher, o meio ambiente e o desenvolvimento”; assina a missiva Bella Abzug em representação do IPAC (Comitê de Ação Política Internacional da Mulher), que forma parte da Organização da Mulher para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (WEDO), também presidida por ela. A Sra. Abzug é uma ex-legisladora nova-iorquina, abortista, e assessora superior de assuntos da mulher do Secretariado Geral da Eco 92.

Na “Proposta-Diretrizes Preliminares” entregue às assistentes, juntamente com a carta de apresentação, enumera-se entre os objetivos prioritários que: “DEVE-SE GARANTIR À MULHER E AO HOMEM PLENO ACESSO AO PLANEJAMENTO FAMILIAR e deve-se garantir o direito da mulher de adotar decisões por si mesma acerca de todas as diversas opções reprodutivas. A esterilização obrigatória e a procriação obrigatória (sic) violam os direitos humanos da mulher” (491).

Uma participante nos conta que “desde o primeiro dia do congresso ficou patente que se tratava mais de uma estratégia por parte das organizadoras, para promover os anticoncepcionais, a esterilização, a educação sexual e o aborto através do mundo, utilizando as Nações Unidas, os grupos protetores do meio ambiente e os governos que se ofereçam. O processo durante o congresso de mulheres consistiu em ‘tribunais’ nos quais ‘testemunhas’ selecionadas com antecipação, testemunharam ante ‘juízes’ também selecionados previamente, em uma apresentação muito bem orquestrada” (492). Prova disso são algumas das resoluções aprovadas no Congresso, a saber: “Conscientes de que o direito reprodutivo e o direito de escolher são direitos humanos básicos de todo indivíduo, nós assinalamos que o Survey Mundial de Fertilidade estima que há 500 milhões de casais que desejam planejar o tamanho de sua família, mas não têm acesso aos meios para fazê-lo. Nós condenamos qualquer intento de privar a mulher de sua liberdade reprodutiva ou dos conhecimentos para exercer tal liberdade. Nós exigimos centros de cuidados de saúde e planejamento familiar especiais para a mulher e supervisionados por mulheres, que incluam o direito ao cuidado pré-

natal, anticoncepcionais e abortos legais voluntários e seguros, educação sexual e informação (493).

a.10. VI Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe

Entre 30 de outubro e 5 de novembro de 1993, realizou-se em Costa do Sol, República de El Salvador, o VI Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe. A organização do evento foi escandalosa: participaram a Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional (organização guerrilheira salvadorenha) e uma delegação de lésbicas e homossexuais coordenados por CISPES, dos EUA, o que levou o Comitê Preparatório a desmenti-lo mediante uma matéria paga publicada por “El Diario de Hoy”, de 29.09.1993. Em 23.10.1993 publicou-se em “La Prensa Gráfica” uma carta aberta de cidadãos norte-americanos, apoiando o evento; a mesma foi subscrita por um conglomerado de organizações feministas radicalizadas, como o Departamento de Estudos de Mulheres, Coalizão de Mulher Ação, Projeto de Educação sobre Direitos Reprodutivos e Coalizão Internacional para a Saúde de Mulheres, entre muitas outras; grupos homossexuais como a Associação Democrática de Lésbicas, Gays e Bissexuais, o Comitê Nacional de Gays e Lésbicas, o Comitê de Gays e Lésbicas de Filadélfia etc.; e grupos religiosos como Thomas Gumbleton, Bispo Auxiliar de Detroit, Igreja Metodista Unida e Nova Associação Judia. Em 29.10.1993 “La Prensa Gráfica” publicou uma lista de 80 organizações — feministas em sua maioria — do Canadá, EUA, México, Porto Rico, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Costa Rica, Panamá, Colômbia, Brasil, Chile, Bolívia, Equador, Espanha, Suíça, Bélgica, Holanda, França, Alemanha e Paquistão, que aderiam ao evento.

Conforme a Carta Aberta às Feministas de El Salvador”, assinada por Pat Goltz, fundadora de Feministas Pró-Vida dos Estados Unidos, “uma importante iniciativa que teve lugar no VI Encontro Feminista para a América Latina. Tal iniciativa tem o propósito de exigir a legalização do aborto em toda a América Latina ... As organizações que se formaram com o propósito de controlar a população mundial, às expensas do direito da mulher à sua própria sexualidade e à sua própria fertilidade, corromperam algumas organizações feministas. Estas organizações de controle de população querem-nos exigir o requisito de obter permissão para poder gerar filhos” (sic) (494).

a.10.1.

Uns dias antes, havia tido lugar em Santiago do Chile o Simpósio denominado “Leis para a Saúde e Vida das Mulheres: Falemos de Aborto Terapêutico”, organizada pelo Foro Aberto de Saúde e Direitos Reprodutivos, que intenta repor as causas terapêuticas da despenalização do aborto, derogadas em 1989. No Simpósio — que teve 200 assistentes

— definiram-se como tipos de aborto terapêutico os seguintes:

- casos de risco para a saúde (inclusive psíquica) e/ou a vida da mulher;

- quando o feto tem más-formações;

- em caso de gravidez fruto de estupro ou incesto;

- quando a mulher é portadora do vírus da AIDS;

- por situação socioeconômica.

O biólogo chileno Humberto Maturana baseou sua posição ao afirmar que o aborto “é um ato sagrado” e que “o feto se converte em ser humano só quando sua mãe o aceita como filho”. Outros, como Cristina Grell, coordenadora de “Católicas pelo Direito de Decidir” da América Latina e do Caribe, sustentaram que a Igreja Católica meteu-se demais no tema, querendo “impor sua moral” e, além disso, “carece de humanidade, pois deixa um só caminho à mulher: a morte”. Reconheceu-se a Igreja Católica como o maior inimigo de suas propostas (495).

a.11. A Quarta Conferência Mundial da Mulher e o Fórum de ONGs

a.11.1 As primeiras Conferências da Mulher

“Até esta data celebraram-se três conferências das Nações Unidas sobre a mulher. A primeira, na cidade do México, durante o Ano Internacional da Mulher em 1975, que teve como resultado a proclamação por parte da Assembléia Geral do decênio das Nações Unidas sobre a mulher (1976/1985). A segunda (Copenhague, 1980) aprovou um programa de ação para a segunda metade do Decênio. A terceira (Nairóbi, 1985) adotou as Estratégias de Nairóbi orientadas ao futuro para o avanço da mulher até o ano 2000. Estas estratégias serviram de marco para a adoção de medidas em nível nacional, regional e internacional encaminhadas a promover uma maior igualdade de oportunidades para a mulher” (496).

a.11.2. Preparativos para a IV Conferência da Mulher

Em setembro de 1994, reuniram-se em Mar del Plata os representantes da América Latina e do Caribe, para planejar um Programa de Ação Regional para as Mulheres da Região, com duração até o ano 2001. A falta de acordo obrigou a uma reunião suplementar, efetuada em Santiago do Chile dos dias 16 a 18 de novembro de 1994. Curiosamente participou desta última reunião uma delegação do governo norte-americano... Ainda assim não se obteve o ansiado consenso; o documento foi votado majoritariamente e a República Argentina teve que fazer 5 reservas e declarações interpretativas, relativas a: 1) que “saúde reprodutiva” não implica a prática do aborto; 2) as tecnologias

reprodutivas devem respeitar critérios éticos; 3) a correta interpretação do termo “direitos reprodutivos”; 4) o conceito de família implica a união de homem e mulher da qual se derivam os filhos; e 5) que a obrigatoriedade da educação sexual é sem alterar a responsabilidade primária dos pais sobre a educação de seus filhos.

Ao Plano de Ação Regional, podem-se fazer — entre muitas outras — as seguintes críticas:

1º) a palavra “gênero” aparece 41 vezes nas 37 páginas do documento; em nenhum momento é definida ou caracterizada, o que implica que será manipulada ideologicamente no momento de pôr em prática os acordos aprovados. Ao contrário, o termo “sexo” se utiliza poucas vezes e unicamente em sentido pejorativo;

2º) Em 8 ocasiões há menções ambíguas e confusas do termo “família”, aludindo-se à suposta existência de diversos tipos dela (sic); com isso se pretende outorgar às uniões homossexuais, concubinárias, acasalamentos ocasionais, inseminação artificial de lésbicas, pederastia e qualquer outra forma aberrante de prática sexual o mesmo *status* social e jurídico que corresponde ao matrimônio;

3º) Inclui termos ambíguos como “direitos reprodutivos” (n.º 8, 64 e 105 inc. h) e “saúde reprodutiva” (n.º 63); este último na linguagem da OMS inclui o aborto provocado, como parte integrante dos serviços de “saúde reprodutiva”.

a.11.3. O Fórum de ONGs da IV Conferência da Mulher

O Fórum foi planejado pelas feministas radicalizadas para pressionar seus governos, a fim de que aprovem na Conferência Mundial, um Plano de Ação que adote sua ideologia. Elas mesmas o afirmam claramente na cartilha n.º 2, de “Rumo a Beijing 95”, para a América Latina e o Caribe: “Três elementos são fundamentais no processo de planejamento do Fórum Regional: a elaboração dos relatórios das ONGs, o impulso de um processo de mobilização do movimento de mulheres, **e a participação e/ou pressão para que as propostas das ONGs e do movimento de mulheres estejam também contempladas nos documentos dos governos**” (497). De 1 a 6 de março de 1994, reuniu-se em Nova York o Comitê Facilitador do Fórum 95 de ONGs, presidido pela peruana Virginia Vargas.

a.11.3.1.

A cartilha citada informa que “até o momento, tive apoio financeiro de diversas agências internacionais amigas (UNIFEM e a Cooperação Técnica Holandesa)... Estou apresentando este programa a várias agências européias amigas, assim como às agências do circuito das Nações Unidas. Já ofereci cerca da terceira parte do financiamento. Sobre as comunicações estou trabalhando estreitamente com duas redes: Fempress e Isis Internacional... Além disso, estou em estreito contato

com as diferentes redes temáticas (CLADEM e ILSA para Direitos da Mulher; a Rede de Saúde de Mulheres da América Latina e o Caribe; Rede Dawn e Rede Entre Mulheres: um diálogo sul-norte, para desenvolvimento; Rede contra a Violência; Rede de Mulheres Negras; ILGA — Associação Internacional de Gays e Lésbicas, que inclui corporações de pederastas entre seus membros — e várias outras), as quais me facilitam os insumos necessários...” (498).

A região latino-americana e do Caribe foi dividida em 6 sub-regiões (Andina, Cone Sul, Brasil, México, América Central e Caribe). Quanto ao financiamento, a sub-região Andina informa que “até o momento, obteve-se o apoio da USAID, da Missão de Cooperação Técnica Holandesa, da ACDI — Canadá e do UNIFEM” (499); a sub-região Brasil se propõe “desenvolver estratégias para influenciar o documento oficial” (500); na sub-região América Central, “o PNUD impulsionou um projeto especial para coordenar a elaboração dos relatórios nacionais” (sic) (501); às reuniões da sub-região do México “estiveram presentes representantes da USAID” (502); e da sub-região do Caribe relatam que “existe uma estreita relação entre o trabalho das ONGs e dos governos e, em alguns casos, este trabalho poderia terminar em um único documento de consenso” (503). Isis Internacional e Fempress publicaram a cartilha citada e, além disso, **outorgaram as inscrições** ao Comitê Preparatório e ao Fórum de ONGs para a Sub-região Cone Sul...

a.11.3.2.

Em 14 e 15 de junho de 1994, realizou-se em Buenos Aires a reunião plenária da coordenação de Argentina e o Cone Sul, com “a presença de Gina Vargas... CAM; Adriana Spila; CEM; Cristina Zurutuza; Associação de Mulheres de Carreiras Jurídicas; Ethel Díaz; CEASOL; Mabel Filipini; CISCOSA; Ana Falu; FEIM; Mabel Bianco; LOLA MORA; ... LUGAR DE MULHER: Lucrecia Oller; OFICINA PERMANENTE: Carola Caride; TIDO: Olga Hammar... UNIFEM Regional e Dagmar Schumacher UNIFEM Argentina, assim como Mónica Rosenfeld pelo UNICEF-Argentina” (504). As participantes e o financiamento dão-nos a pauta da orientação ideológica da reunião. Com efeito, o boletim informa que “se assinalaram as preocupações pelos problemas financeiros, o atraso dos fundos de USAID, assim como a mudança de ênfase das agências doadoras, que colocam mais peso na eficiência e na eficácia, que na mobilização. Como não podia deixar de ser, assinalou-se a importância do apoio do UNICEF e UNIFEM em toda a região” (505).

a.11.3.3.

Giulia Tamayo León é a coordenadora de ONGs da América Latina e do Caribe. Produziu o Documento de Trabalho n.º 1 “Beijing

95”, onde comenta que “no processo até a Conferência de População e Desenvolvimento (do Cairo) vêm participando ativamente as mulheres como grupo de influência. Nesta Conferência uma das tensões é o conservadorismo exibido por parte do Vaticano, e a ressonância desta posição conservadora nas delegações oficiais de alguns governos” (506). Depois explica que “o papel da imprensa e da comunicação é sumamente importante durante a realização do Fórum de ONGs, tanto para informar permanentemente às participantes do Fórum como para informar às delegações oficiais sobre o Fórum de ONGs” (507). Também adverte que “durante a Conferência, encontramos Estados cujas intervenções obedecem a instruções dos governos marcadas fundamentalmente por considerações estratégicas em matéria de política internacional. Assim, poderemos observar intervenções devidas à configuração em blocos. **Isto último é importante ter em conta para influenciar nos países que lideram tais blocos**” (508). No Anexo 1 esclarece que “As ONGs e movimentos podem produzir relatórios paralelos/alternativos aos dos Estados. Estes serão utilizados na negociação com o Estado, no Fórum Regional Preparatório de ONGs, no processo de mobilização e obtenção de adesões, no Fórum de ONGs (Beijing), e em todas as atividades de *lobby* requeridas durante o processo. Igualmente as ONGs podem convergir ou integrar-se ao Comitê Nacional determinado pelo governo na tarefa dedicada à elaboração do relatório nacional” (509).

O Anexo III intitula-se “Notas sobre *Lobby*”, e afirma que “durante 1994 também se realizarão Conferências Regionais com sessões governamentais e pequenos ‘Fóruns’ paralelos de ONGs. Influenciar estes eventos pode ser mais simples que a Conferência Mundial, porque são relativamente mais familiares — e fazer *lobby* não é tão difícil como parece... A Conferência Regional da América Latina será na Argentina, de 26 a 30 de setembro, com um Fórum de ONGs prévio de 19 a 23 de Setembro em Mar del Plata” (510). Mais adiante explicita que “é necessário saber que países lideram estes grupos em cada Conferência. Sem embargo, os grupos de mulheres podem influenciar suas próprias delegações — e seus respectivos grupos nesta última etapa — **através de uma constante monitoração e *lobby*, produzindo** (com frequência da noite para o dia) **documentos curtos de posição e sobre a linguagem desejada para o Documento Final**. Estas atividades não são do gosto de muitas pessoas, não obstante serem cruciais para assegurar a proeminência dos interesses e perspectivas das mulheres e as do seguimento a longo prazo, sobre a tendência dos governos de evitar compromissos sólidos. Outra realidade é que ao voltar “para casa”, outros setores do governo — sem mencionar o público em geral — raramente se inteiram do que se decidiu e quais são as obrigações às quais os governos se comprometeram. Para isso é útil para os grupos

de mulheres **terem uma estratégia de meios de comunicação que se estenda além da Conferência**” (511).

a.11.4.

O Fórum de Mar del Plata: “Ao aproximar-se a data de iniciação do Fórum, houve um total silêncio da parte das organizadoras quanto a datas, lugares, programação, temáticas etc. ... O objetivo foi não permitir a participação de ONGs que não compartilhassem as propostas das organizadoras ... Com as instituições já pré-inscritas que não estavam subordinadas às organizadoras, iniciou-se todo um trabalho de engodos para desanimá-las de participar: citava-se a reuniões que não se realizavam; prorrogavam-se datas e horários; condicionava-se a participação de argentinas ao número de participantes de outros países; fundamentava-se a falta de informação na pouca disponibilidade de meios econômicos. Abriu-se uma pré-inscrição livre com o objetivo de obter um *mailing* de ONGs e pessoas interessadas que depois elas (as organizadoras) manipularam a seu bel-prazer para permitir ou não a participação. Até o último momento se negou a inscrição à maioria das ONGs não feministas (19.IX.94). Algumas foram aceitas, depois de múltiplas pressões e apresentações nos meios de comunicação, mas a maioria não” (512).

“No dia 21 de setembro fizeram-nos saber que tinham uma lista de ‘15 pró-vida identificadas’. Não lhes interessava a pertença a movimentos de igreja — crêem poder controlá-los — mas a categoria ‘pró-vida’. Com tal propósito e para capacitar sua gente, realizaram uma oficina sob o nome ‘Como entrar nos meios de comunicação sem se perder’, onde se ensinava como detectar um ‘espião pró-vida’. As pistas eram: — busca e ajunta material (o mais diverso para lê-lo depois); — tira fotos e grava; — pede opinião sobre o aborto; — pergunta ‘que é o gênero’, ri-se da expressão; — pede precisões sobre a eficácia do preservativo; não sabe que é o ‘caucus’; — não fica muito tempo em nenhuma oficina e enquanto está não participa; — quando se sente descoberto, escapa; — tem amigos que o apóiam em algum lugar próximo” (513).

Com esta manipulação das assistentes e neste ambiente, não podem surpreender algumas das conclusões do Relatório Final do Fórum das ONGs da América Latina e o Caribe:

a) “Que se descriminalize a interrupção voluntária da gravidez... que se previna e proteja as mulheres a respeito de práticas abortivas sob condições de alto risco e lhes ofereça serviços pós-aborto” (514);

b) “persiste uma produção normativa interna cega às repercussões de gênero; normas discriminatórias; restrições e resistências aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres” (515);

c) “levantar os obstáculos que impedem o exercício da cidadania na diversidade de identidades sociais que formam o universo feminino, em particular, as duplamente invisibilizadas: mulheres negras, jovens, indígenas, **lésbicas** e incapacitadas” (516).

O documento não foi aprovado por consenso, mas foi **imposto totalitariamente** pelas organizadoras do Foro. A posição minoritária não foi recebida na Declaração. Ante o silêncio da mesma, María Teresita Cavoti de Firpo, Dorotea Eunice Amuchástegui de Vedoya e María Larcade Suffern de Carú, mediante escritura pública, reclamaram a inclusão “das conclusões a que chegaram várias associações, entre as quais se encontram as que as presentes representam”; são atendidas “pela senhora Virginia Vargas, que disse ser a coordenadora do Fórum, com representatividade ante as Nações Unidas; então as requerentes lhe fazem saber que vêm fazer entrega do documento redigido pelas Associações dissidentes, com as conclusões finais do Fórum e que solicitam das autoridades que este despacho seja incluído no Documento Final, como posição minoritária dissidente. A senhora Vargas recebeu a documentação, mas aclarou que a recepção não implicava sua incorporação nas resoluções do Fórum, o qual devia ser considerado. Então a senhora Cavotti de Firpo requereu o regulamento de tal Fórum, a que **responde a senhora Vargas que desconhece se o mesmo existe...**” (sic) (517).

a.11.5. O Fórum de Huairou:

A política do governo chinês sobre a mulher sofre resistência tanto por quem afirma sua dignidade humana, como pelas organizações feministas ideologizadas. As autoridades de Pequim o sabiam e, por isso, decidiram que o Fórum das ONGs se realizaria na cidade campesina de Huairou, a 60 km de Pequim, muito perto da grande muralha, com carências totais de infra-estrutura hoteleira e de comunicações. Além disso, negaram o visto de entrada no país a numerosas pessoas, de modo que só puderam assistir ao Fórum 19.000 mulheres, as quais foram alojadas em um enorme campo de 42 hectares, com instalações provisórias e estrita vigilância para que as assistentes não pudessem sair do prédio. Inclusive, “os organizadores comentaram em particular que os agentes de segurança tinham revistado as habitações de algumas participantes no meio da noite ... O fustigamento a grupos feministas radicais e a vigilância de ativistas de direitos humanos, a limitação de movimentos e a falta de facilidades são só alguns dos problemas...” (518);

O clima tão-pouco ajudou o Fórum, já que “uma intensa chuva provocou o caos na sede do foro das Organizações Não-governamentais (ONG), ao derrubar tendas e converteu o recinto onde milhares de mulheres estavam reunidas em um grande charco de barro. A chuva

que caiu desde a noite anterior provocou inclusive a derrubada de um muro de sete metros de comprimento que se encontrava dentro do edifício que serve de sede às reuniões que comportam milhares de mulheres de todo o mundo... A Polícia tentou fechar o acesso à zona, mas as mulheres se esforçaram por concentrarem-se em lugares que ainda eram acessíveis para continuar seus debates sobre temas como o aborto, métodos anticoncepcionais, igualdade de sexos e direitos das lésbicas” (519).

A distância, a carência de comodidades e infra-estrutura adequadas, e o clima contribuíram decisivamente para o fracasso do Foro, em relação ao planejado por seus organizadores. Com efeito, muito poucos jornalistas cobriram o evento e quase nenhum delegado oficial participou em suas deliberações. As ativistas tiveram que se dividir em dois grupos, um para conduzir o Fórum, e o outro tentando influir na Conferência de Pequim. Sem jornalistas, o Fórum foi praticamente ignorado em todo o mundo. Quiçá por isso, na clausura, Virginia Vargas, coordenadora regional para a América Latina e o Caribe, emitiu um documento “em que mencionou que ‘a agenda das Nações Unidas está sendo atacada pelas forças mais conservadoras e os acordos logrados em fóruns internacionais estão sendo questionados’. Diz textualmente o documento: ‘As mulheres temos uma proposta muito concreta a fazer: que se acolchete o Vaticano’. Aludia assim às reservas do Vaticano, postas entre colchetes no documento” (520).

a.11.6. A Conferência de Pequim. O documento prévio:

De 15 de março a 7 de abril de 1995, realizou-se na sede da ONU em Nova Iorque a sessão n.º 39, última preparatória da Conferência de Pequim, onde se discutiu o anteprojeto do documento final, tentando chegar a um consenso sobre o mesmo, o que não foi possível; muito pelo contrário, é o documento que chegou com mais “colchetes” à Conferência. Os objetivos do documento foram similares aos propostos — e fracassados — na Conferência do Cairo, a saber:

a) despenalização e legalização do aborto provocado — este último significa que se deve oferecer gratuitamente nos hospitais públicos, como um serviço sanitário a mais;

b) impor a visão de que haveria vários “tipos” de família, todos com idêntico valor social e jurídico. Poder-se-iam incluir entre eles, as uniões homossexuais, inseminação de lésbicas, a adoção por parte de sodomitas etc.;

c) universalizar as clínicas de contracepção pagas pelo Estado e como parte dos serviços primários de saúde;

d) impor uma educação sexual permissiva, com distribuição de anticoncepcionais aos adolescentes, sem o conhecimento nem o consentimento dos pais;

e) toda esta mudança nas pautas morais e vitais da população deve-se assegurar mediante uma reforma na educação formal e intensas campanhas de educação não formal, desde a escola inicial até a universidade, e nos meios de comunicações, clubes, associações, fábricas etc.

a.11.6.1. Desenvolvimento da Conferência de Pequim:

A Conferência se desenvolveu — tal como as anteriores do Rio de Janeiro, Copenhague e Cairo — mostrando as divergências entre dois conceitos de pessoa humana. Um o do feminismo radicalizado, e o outro, a visão antropológica natural que — com seus matizes — foi recebida desde os grandes filósofos gregos até hoje.

A diferença esteve nos países muçulmanos, alguns dos quais têm ressaibos culturais pelos quais consideram — em vários aspectos — a mulher como inferior ao homem. Isto impediu a unidade do bloco de países, que no Cairo se opôs vitoriosamente à agenda da ONU. As conseqüências foram muito graves, como veremos a seguir. A voz cantante do feminismo foi levada a União Européia. A delegação norte-americana foi presidida pela esposa do presidente Clinton, ansiosa por mostrar-se moderada frente à opinião pública, de frente às eleições presidenciais nas quais seu marido foi reeleito.

A delegação argentina teve uma composição muito heterogênea. As instruções do chanceler Di Tella, via o Vice-chanceler Petrella, foram: não obstruir o consenso e preparar as reservas sobre o documento final. A partir do segundo dia a passividade da delegação foi notável. Em 11 de setembro de 1995, Mons. Héctor Aguer, bispo auxiliar de Buenos Aires, tornou pública sua queixa por tal comportamento, afirmando no diário *La Capital de Mar del Plata* — que o publicou no dia seguinte: “creio que em certos níveis da Chancelaria se professa certo relativismo ético; tudo é negociável nas relações internacionais e não devemos ficar fora do consenso das grandes potências, como se a prudência diplomática consistisse no covarde escamoteio da realidade”. Depois disso, o Presidente da Nação deu instruções para que a delegação assumisse uma posição mais firme, que se traduziu em 5 túbias declarações e reservas ao documento final.

a.11.6.2. A Plataforma de Ação de Pequim. Balanço da Conferência

O documento final consta de 361 parágrafos muito confusos e às vezes contraditórios — é o tributo pago ao consenso efetuado em duas comissões diferentes, que trabalharam simultaneamente. O vocábulo “gênero” é reproduzido 184 vezes no texto; jamais se precisa seu alcance. Sem embargo, esclareceu-se na primeira versão oficial impressa, que como Anexo IV se publicará depois uma “declaração da

Presidente da Conferência sobre a interpretação mais generalizada do termo ‘gênero’”. É supérfluo dizer que em nenhum momento da Conferência se esboçou uma definição ou ao menos o conceito de tal termo. A inclusão — *manu militari* — do Anexo em questão, prova a forma desleal e antijurídica em que se desenvolveram estes eventos.

A Santa Sé deu um consenso parcial a alguns capítulos do documento e efetuou, além disso, 13 reservas e declarações de interpretação. Além da Argentina e da Santa Sé, efetuaram diversas declarações e reservas os seguintes países: Costa Rica, República Dominicana, Egito, Estônia, Letônia, Lituânia, Guatemala — uma delas disse que “em apego aos critérios éticos, morais, legais, culturais e naturais da população guatemalteca, interpreta o conceito gênero unicamente como gênero feminino e gênero masculino para referir-se a mulheres e homens” -, Honduras, Indonésia, Irã — que sustentou: “as relações sem risco e responsáveis entre o homem e a mulher somente se podem legitimar no marco do matrimônio” -, Iraque, Israel — que se queixou por não se incluir a orientação sexual, *verba gratia*: lesbianismo -, Japão, Kuwait, Líbia, Malásia, Malta, Maurítânia, Marrocos, Nepal, Paraguai, Peru, Rússia, África do Sul, Tunísia, EUA, Vanautu e Venezuela.

A Plataforma de Ação consta de 6 capítulos, a saber:

I. Declaração de objetivos (parágrafos 1 a 5).

II. Contexto mundial (parágrafos 6 a 40).

III. Esferas especiais de preocupação (parágrafos 41 a 44).

IV. Objetivos estratégicos e medidas (parágrafos 45 a 285).

V. Disposições institucionais (parágrafos 286 a 344).

VI. Disposições financeiras (parágrafos 345 a 361).

a.11.6.3. Aspectos positivos:

O documento contém alguns elementos positivos, como o parágrafo 52 (desigualdade laboral com os homens); os incisos g e h, do parágrafo 106 (exige o consentimento informado e voluntário na atenção de saúde, e solicita “acabar com as intervenções médicas prejudiciais para a saúde”); o parágrafo 115, que inclui entre os atos de violência contra a mulher “a esterilização forçada e o aborto forçado”; o final do parágrafo 118 (fustiga a utilização de mulheres e meninas como objetos sexuais, e a pornografia); o parágrafo 122, que pede a “eliminação efetiva do tráfico de mulheres e meninas para o comércio sexual”; o parágrafo 147, inciso k (reconhece a importância “vital de reunificação das famílias”); o parágrafo 165, inciso c, que solicita eliminar a discriminação pelos empregadores ao não contratar ou despedir mulheres grávidas ou com filhos lactentes, “exigir provas de utilização de anticoncepcionais”, e impõe assegurar a reintegração normal ao trabalho depois do parto;

o inciso m, do parágrafo 230, que critica o abuso sobre as crianças; parte do parágrafo 246, onde se afirma que a principal causa da deterioração medioambiental é a produção e consumo dos países industrializados; o final do parágrafo 259 (que questiona a mutilação feminina, o infanticídio de meninas e a eleição de sexo). Todos estes aspectos positivos devem ser estudados, para obter deles o maior proveito prático possível, exigindo sua imediata execução.

a.11.6.4. O núcleo do documento:

O capítulo IV é o nó do Plano de Ação. O objetivo estratégico B denomina-se “educação e capacitação da mulher”, onde propõe que “mais mulheres se convertam em agentes de mudança” (parágrafo 69); preconiza modificar os planos de estudo, livros de texto e material didático, para incorporar a “perspectiva de gênero”, eliminando os estereótipos — desde a pré-escola e em especial em nível de pós-graduação, e também na educação não formal -; para isso, eliminar-se-ão “as barreiras legais e regulamentares que se oponham ao ensino em questões sexuais e de saúde reprodutiva” (ler especialmente os parágrafos 71, 72, 74, 75 e 83, incisos a, b, c, g, h, i, j, k e p do documento final).

O objetivo estratégico C é “a mulher e a saúde”. Lá se mencionam como “direitos humanos da mulher”:

1º) o controle de sua sexualidade — leia-se provisão gratuita de contraceptivos;

2º) a saúde reprodutiva — entenda-se atenção ginecológica e abortos gratuitos nos países em que está despenalizado;

3º) o assessoramento em saúde sexual — significa treinamento contraceptivo e provisão dos elementos necessários aos menores de idade, sem o conhecimento nem consentimento de seus pais;

4º) o acesso ao aborto seguro — o realizado em clínicas especializadas nisso;

5º) oferecer os serviços de saúde reprodutiva como parte do sistema de atenção primária de saúde;

6º) “considerar a possibilidade de rever as leis que prevêm medidas punitivas contra as mulheres que praticaram abortos ilegais” — leia-se despenalização do aborto provocado;

7º) “assegurar a administração e distribuição de preservativos aos serviços sanitários”, para a suposta prevenção da AIDS e outras enfermidades venéreas (cf. parágrafos 89, 90, 92 a 98, e 106 a 110 do Plano de Ação).

O objetivo estratégico D é “a violência contra a mulher”. No mesmo não há muitos avanços a respeito da denominada — pelo feminismo extremado — “violência intrafamiliar”; exceto o parágrafo

113, inciso a, que menciona o “estupro pelo marido” (sic). Este tema foi levado à Convenção de Belém do Pará, lamentavelmente ratificada por nosso país. O objetivo H.2 é “integrar perspectivas de gênero nas legislações, políticas, programas e projetos estatais” e, como o título enuncia, propõem-se estas mudanças em nível legislativo, executivo e judicial (parágrafos 204 e 205). O objetivo estratégico I intitula-se “os direitos humanos da mulher”. Incluem o “direito a alcançar o nível mais elevado de saúde sexual e reprodutiva”, tudo — obviamente — sob a perspectiva de gênero.

Dois pontos cruciais em que a aliança de feministas radicais e lésbicas fracassou são: a não aceitação de diversos “**tipos**” de família, e a não consideração da “opção sexual” como motivo discriminatório. Somente puderam incluir no parágrafo 29 que “em distintos sistemas culturais, políticos e sociais existem diversas formas de família”. Isto explica a profunda decepção dos grupos de gays e lésbicas acerca dos resultados da Conferência.

Em síntese: a comparação entre os objetivos dos organizadores da IV Conferência da Mulher, fixados no documento preliminar e o Plano de Ação finalmente aprovado permite um adequado balanço do que aconteceu em Pequim. Fica patente que o feminismo radicalizado aprendeu a lição da Conferência do Cairo: fez muito mais *lobby* sobre as delegações oficiais presumivelmente adversas, o governo norte-americano abandonou sua prepotência pública — exerceu-a privadamente, à margem do jornalismo — e aproveitou com astúcia o menosprezo pela mulher na cultura muçulmana. Agora toca a nós aprendermos a lição...

B) O mito do desenvolvimento sustentável

Ao tratar sobre os distintos organismos dependentes da ONU, vimos que em muitos de seus documentos recentes, enunciam os postulados do suposto desenvolvimento sustentável. Na realidade trata-se de um mito, elaborado de forma inteligente a partir de um fato certo e negativo: há um irracional desperdício dos bens da natureza, produzido basicamente nos países ricos, por povos imbuídos da mentalidade hedonista, consumista e capitalista. Eles são os que propugnam o controle de natalidade:

- a) em suas próprias vidas, pelo egocentrismo que as domina; e
- b) nas vidas dos demais, porque compreendem que o crescimento populacional, a médio prazo conspira contra sua hegemonia econômica e, por conseguinte, política.

Ora, em lugar de reconhecer com sinceridade sua própria torpeza, elaboram uma teoria falsa que os exculpa e, simultaneamente, lhes permite afiançar sua polícia de controle — ajuste — demográfico.

O raciocínio é tão simples quanto falso: a natureza não possuiria suficientes reservas de matérias-primas para permitir aos países não desenvolvidos e inclusive às futuras gerações, um desenvolvimento econômico similar ao dos países ricos. Em conseqüência, os países pobres devem-se desenvolver, mas sem pôr em perigo a humanidade atual nem a futura; para isso deve-se frear o crescimento populacional e manter os atuais números de habitantes deste mundo... Em definitivo, em lugar de reconhecer que é o desperdício consumista das nações ricas e dos ricos das nações pobres que põe em perigo (que por certo não é tão perigoso como contam) o futuro da humanidade, lança-se a culpa nos pobres, por serem numerosos... Trata-se de uma versão moderna do clássico *slogan* eugenésico e genocida: “Eliminemos a pobreza matando os pobres”. No capítulo seguinte demonstrarei que o “problema” da superpopulação não é esse e, por conseguinte, o chamado “desenvolvimento sustentável”, baseado naquela falácia, não é mais que um mito.

O Diretor de programas e tratados da Fundação Mundial para a Natureza (WWF), Gordon Shepard, expressou-o claramente, sem dissimular um tom de cinismo: “Se todo o mundo consumisse a mesma quantidade de recursos e energia que nos Estados Unidos, o planeta não poderia suportar semelhante impacto ambiental. Como não conheço planos dirigidos a reduzir o consumo, sou mais otimista na diminuição do crescimento demográfico” (521). Shepard reconhece que os hábitos capitalistas dos norte-americanos são o verdadeiro problema medioambiental, mas em lugar de solucioná-lo, atacando as causas, prefere que não nasçam pobres. Deste modo, os ricos podem continuar desfrutando seu esbanjamento...

C) Iniciativa para a Maternidade sem Riscos

A origem de tal projeto foi: “durante o mês de fevereiro de 1987, realizou-se uma conferência em Nairóbi, Quênia, sobre o tema da Maternidade Segura, auspiciada pelo Banco Mundial, a Organização Mundial de Saúde e o Fundo das Nações Unidas para Atividades em População. Foi moderador da conferência o Dr. Fred. T. Sai, Assessor Superior do Banco Mundial para assuntos de população e membro do Grupo Internacional para Assessoramento Médico da IPPF. O Dr. Sai apresentou uma declaração resumida ao final da reunião, que foi adotada como ‘Chamada à ação’ da conferência” (522). Uma das propostas da “Chamada à ação” foi: “é necessário que ampliemos os programas de planejamento familiar e educação na vida familiar, em particular para os jovens, e que tornemos acessíveis os serviços para planejar a família, cuidando que sejam social, cultural, financeira e geograficamente acessíveis” (523).

c.1.

Em março de 1990, levou-se a cabo a Conferência de Lahore, que reuniu delegados de vários países da África do Sul. Tal conferência terminou com uma declaração da qual cito os seguintes objetivos:

- “Oferecer serviços e informação de saúde materna, incluindo o planejamento familiar, através de todos os centros de saúde”.

- “Assegurar que todos os centros sanitários estejam plenamente equipados com as provisões e a equipe requeridas para atender as necessidades de saúde materna e planejamento familiar” (524).

c.2.

No ano seguinte, começou-se a aplicar tal iniciativa na América Latina. Vejamos: “Durante os próximos dois anos o Grupo Parlamentar Interamericano sobre População e Desenvolvimento (GPI, braço parlamentar da IPPF), conjuntamente com a agência Family Care International (FCI), empreenderão uma Iniciativa para a Maternidade sem Riscos na América Latina e no Caribe. Esta iniciativa aponta a redução da mortalidade e morbidade materna em 50% para os anos 2000. Desde 1987, esta iniciativa tem-se desenvolvido em mais de 70 países da Ásia, África e Oriente Médio. Agora, GPI e FCI pensam dirigir sua atenção ao problema da mortalidade materna na América Latina e o Caribe ... A falta de serviços de planejamento familiar é um fator que influi nesta situação. Aproximadamente 30 milhões de latino-americanos que necessitam de serviços de planejamento familiar não têm acesso a eles ... Como parte da Iniciativa para a Maternidade sem Riscos, o GPI e FCI organizarão, em conjunto, quatro conferências nas Américas durante 1991 e 1992. Organizar-se-ão conferências regionais na América Central, Região Andina e Caribe. Além disso, organizar-se-á uma conferência nacional no México. A estas conferências assistirão parlamentares, altos membros do governo, representantes de diversas ONGs e dos meios de comunicação” (525).

c.3.

A citação que segue, de outro Boletim Médico da IPPF, pode-nos dar uma idéia acabada do *modus operandi* para a transformação dos serviços obstétricos em oficinas promotoras do controle de natalidade: “A Iniciativa de Maternidade Sem Risco exige a formação de equipes sanitárias para colaborar com outros profissionais de saúde e com as comunidades, de maneira que o contato mais estreito com as organizações sociais de base ou de aldeia possam reforçar os esforços educacionais para informar as famílias acerca da importância e do propósito do planejamento familiar. A parteira bem capacitada é o elo crucial entre o(a) trabalhador(a) sanitário(a) com capacitação mínima e o tocólogo especialista ... Em uma reunião realizada em Genebra en-

tre 2 e 4 de abril de 1990, um Grupo de Trabalho Especial da OMS sobre Desenvolvimento de Recursos Humanos para a Saúde Materna e a Maternidade Sem Risco detalhou em maior detalhe as esferas de prática de uma parteira para incluir funções essenciais de planejamento familiar: prescrição de anticoncepcionais orais, inserção de DIUs e implantes subdérmicos de Norplant, e a provisão de apoio social e psicológico, conselho e educação para as clientes, as famílias e as comunidades”: mais em frente, informa que “a segunda Oficina de Pré-Congresso CIP/OMS/UNICEF em Kobe, Japão, em outubro de 1990, deu um significativo passo mais adiante. Sua declaração conjunta sobre ‘educação-ação do ofício de parteira para a maternidade sem risco’ sublinhou a necessidade cada vez maior das habilidades de planejamento familiar e interação com as organizações juvenis e de mulheres” (526).

D) A educação sexual permissiva nas escolas:

A “multinacional da morte” está utilizando há mais de duas décadas um novo instrumento para o controle de natalidade no mundo: a chamada “educação sexual” nas escolas. Para isso, tem-se valido dos recursos que lhe têm sido muito eficazes:

1º) a maior parte dos manuais de instrução sexual permissiva são redigidos por integrantes das filiais nacionais da IPPF, muitas vezes em colaboração com organismos dependentes das Nações Unidas, em especial o FNUAP e a UNESCO;

2º) os “sexólogos” da IPPF são os encarregados da “capacitação” dos docentes encarregados de desenvolver tal matéria.

Com o domínio da maioria dos professores e a bibliografia, a “multinacional da morte” impõe a grandes estratos da população idéias perversas sobre a sexualidade, o matrimônio, a família etc.

d.1.

O objetivo pedagógico que propõem estes manuais de educação sexual permissiva aos educandos compreende a assimilação, até fazê-los normas de sua própria vida, de 6 princípios básicos. São eles:

1º) Cada aluno deve elaborar **sua** própria moral sexual, diferente da de seus pais (exagera-se o conflito de gerações, com o fim de que a criança tenha um critério diferente do de seus pais, que lhe pareça próprio, mas que na realidade é o **imposto** pelo educador sexual permissivo);

2º) Há muitos tipos de união sexual, **todas de idêntico valor social**: matrimônio (jamais ele é apresentado como indissolúvel), concubinato, co-habitação, acasalamentos ocasionais, homossexualismo ou lesbianismo etc.;

3º) A **única** diferença entre uma mulher e um homem é a anatomia de seus órgãos genitais (procura-se assim negar as realidades da feminilidade e da maternidade que a acompanha, e a masculinidade

e a paternidade dela derivada);

4º) O sexo serve **fundamentalmente** para se procurar o máximo de prazer; depois e secundariamente, utiliza-se para a reprodução;

5º) O sexo é bom (também moralmente), só na medida em que me dá prazer; por isso devem-se eliminar os medos da gravidez e das doenças sexualmente transmissíveis através do “sexo seguro” (que é definitivamente o objetivo final da matéria);

6º) A **única** irresponsabilidade e imoralidade sexual é o uso dos órgãos genitais sem a devida proteção, contraceptiva ou preventiva de enfermidades venéreas. Por isso, as classes de educação sexual permissiva terminam convertendo-se em um verdadeiro *marketing* de profiláticos e anticonceptivos (abortivos ou não).

d.2.

As conseqüências desta visão hedonista, falsa e reducionista da sexualidade humana estão à vista. Em primeiro lugar, a tríplice corrupção da sociedade, especialmente da juventude:

1º) da inteligência, que se obscurece e se torna incapaz de conhecer a verdade;

2º) da vontade, que carece de forças para lutar pelo bem; e

3º) dos costumes, que é a conseqüência necessária das duas primeiras. Em nível estatístico, pode-nos servir a seguinte citação de um relatório da associação norte-americana Focus on the Family:

“Desde 1970, o governo dos Estados Unidos tem investido cerca de 3 milhões de dólares na promoção de contraceptivos e ‘sexo seguro’ entre os adolescentes, com o suposto fim de evitar doenças venéreas e gravidezes ... a partir de 1970, as gravidezes em jovens solteiras de 15 a 19 anos aumentaram em 87%; a cifra de abortos juvenis subiu em 67%; os nascimentos fora do matrimônio aumentaram em 61% e as doenças venéreas converteram-se em endêmicas em toda uma geração de jovens...”¹

“Segundo os centros federais para o controle de doenças dos Estados Unidos, na atualidade há um milhão de casos de pessoas infectadas com o vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) em toda a nação. Um em cada 100 estudantes que chegam à Universidade do Texas padece da enfermidade mortal. A classe de transmissão heterossexual da AIDS aumentou 44% desde setembro de 1989. As doenças sexualmente transmissíveis infectam anualmente 3 milhões de adolescentes no país. Sessenta e três por cento de todos os casos de doenças sexualmente transmissíveis infectam a pessoas menores de 25 anos. Anualmente aparecem um milhão e trezentos mil casos de gonorréia. Quinhentos mil novos casos de herpes genital ocorrem anualmente. E finalmente, mais de 20 graves doenças transmitidas sexualmente, junto com a infertilidade, o aborto e o nascimento de

crianças infectadas, são outras das graves conseqüências do supostos ‘sexo seguro’ difundido através de agressivos programas de ‘educação sexual’ aplicados em colégios estatais, inclusive contra a vontade dos pais” (527).²

d.3.

Para que o leitor possa corroborar tudo o que foi dito, citarei textualmente alguns dos manuais de educação sexual permissiva que circulam em diversos países, inclusive na República Argentina. Vejamos:

— **Manual da IPPF**

O livro “O ensino da Sexualidade Humana nas Escolas”, publicado em 1985 pela Região do Hemisfério Ocidental da IPPF, com uma edição em espanhol adaptada para os países latino-americanos (que cito a seguir): — Entre seus objetivos está ajudar as crianças a poderem “estabelecer por si mesmas um sistema pessoal de códigos e valores” (p. 6), dizendo “se desejam manter seus valores atuais (os de seus pais) ou se desejariam mudá-los” (p. 26); para isso, entre outras coisas, devem “examinar seus valores sobre a virgindade, expressar seus sentimentos sobre as restrições ao comportamento sexual” (p. 122), para “chegar a um código pessoal de comportamento sexual” (p. 123), “chegar a uma definição apropriada de moralidade no que se refere ao comportamento sexual dos adolescentes” (p. 161) e a “tomar decisões individuais efetivas sobre o uso da anticoncepção” (p. 160). Expressa que “não é útil ao desenvolvimento dos adolescentes esperar que simplesmente aceitem a versão adulta dos temas” (p. 120). Entre os objetivos da aprendizagem de pré-adolescentes de 9 a 11 anos, inclui-se “apreciar que o sexo é tanto para a reprodução quanto para expressar amor, prazer, unidade com outra pessoa” (p. 88).

Tal aprendizagem inclui “exemplos de cada método contraceptivo ou abortivo” (p. 137) e convites a “pessoas da comunidade que sejam especialistas em anticoncepção (por exemplo, da associação de planejamento familiar local) para que cheguem à escola e apresentem programas informativos aos estudantes” (p. 136) e “levar os estudantes dos últimos anos a visitarem um centro de planejamento familiar” (p. 30). Como prevenção às doenças venéreas, diz-se que se deve evitar “uma relação sexual até que se estabeleça certo nível de confiança” e “usar preservativos” (p. 182). “Os estudantes necessitam saber (sic) as condições que inibem a satisfação e gozo sexuais” (p. 181), depois do que o texto procede a “descrever as fases de um ato de união bem sucedido”, a “explicar o papel das secreções vaginais e do pênis no ato sexual” e descrever com exemplos e ilustrações “como estes elementos de preparação contribuem para uma experiência sexual satisfatória” (p. 183).

Como corolário de tudo isto, “o matrimônio deve-se comparar a outros tipos de uniões; analisando as vantagens e desvantagens de diferentes uniões, há que animar os estudantes para que examinem que união prefeririam” (p. 189). Em conclusão, “o mestre tem a oportunidade final de ajudar os estudantes ... a desenvolver um código ético e moral que governe sua eleição individual de comportamento sexual ... agora os estudantes podem usar esta informação para falar de homossexualidade, bissexualismo, lesbianismo e heterossexualidade em termos de seleção pessoal individual ... a idéia do sexo oral-genital se apresentará inevitavelmente e, com outras que incluem o sexo anal... também se discutirão os desvios sexuais como: bestialismo, sadismo, masoquismo, exibicionismo ... O uso do sexo como recreação deverá discutir-se minuciosamente” (p. 197).

Este manual é o resultado do que a IPPF havia antecipado em seu relatório “O direito humano ao Planejamento Familiar”, de 1984, que afirma no capítulo “Direitos dos jovens”, “que o grupo de adolescentes entre 10 e 19 anos de idade deve ter total acesso à regulação da fertilidade, informação sexual e serviços médicos especializados, **com privacidade e confidencialidade garantidas, incluídos a esterilização e o aborto. E isto sem o conhecimento ou permissão dos pais**” (528).

— Alguns manuais norte-americanos

Conta-nos Magaly Llaguno que “O livro ‘The Great Orgasm Robbery’ da Paternidade Planificada do Estado do Colorado, que se usa nas escolas, diz: ‘O sexo é divertido e alegre ... vem em todos os estilos, todos os quais são bons ... faça o que lhe der prazer e peça o que lhe der prazer, não se prive do gozo centrando-se em idéias antiquadas sobre o que é bom ou normal, simplesmente desfrute’. O folheto ‘Ten Heavy Facts About Sex’ diz: ‘A maioria das pessoas são heterossexuais, outras escolhem ser homossexuais ou bissexuais ... não temos o direito de condenar outras pessoas, baseando-nos em sua preferência sexual’ ... A página 148 de Boys and Sex fala do sexo com animais e adverte que ‘se um juvenzinho o pratica, fará bem em não dizê-lo a ninguém para que não o ridicularizem’. Também diz que ‘muitos jovens tiveram uma relação amorosa com um animal’” (529). Cabe acrescentar que todos estes manuais foram preparados e promovidos por Paternidade Planificada, a filial estadunidense da IPPF.

— Guia didático venezuelano

Denominado “Sexualidade e Vida Familiar — 8º Curso”, foi publicado pelo Ministério da Educação Pública e confeccionado pelo FNUAP e a UNESCO. Seus objetivos são “que os alunos — Reconheçam que a união sexual deve ser sobretudo uma forma de comunicação e

expressão de afeto dos membros do casal. — Reconheçam que a união sexual é uma experiência prazerosa se se pratica de maneira livre, consciente e responsável. — Compreendam que a união sexual é enriquecedora se em ambos os membros do casal existem o afeto, a compreensão e o respeito”.

— Manual mexicano

MEXFAM, filial mexicana da IPPF publicou um manual denominado “Gravidez precoce e métodos anticonceptivos”, cujo lema na capa é “mais vale prevenir que batizar”. Ali há textos como os seguintes: “Quando tivermos realizado parte de nossos sonhos, no momento em que ambos o desejemos e possamos mantê-lo, porque um filho é dos dois ... enquanto isso, não se esqueça do preservativo e do espermicida”. “Para começar, como bons novatos reunimos o que temos à mão e nos masturbamos ... e sabem? não há problema, a masturbação não causa nenhum dano, pelo contrário nos ajuda, é como ir explorando nosso corpo” (p. 3). “Nesta busca do amor e do prazer também há rapazes que até se casam, mas depois se dão conta de que se enrolaram em algo que não queriam”.

MEXFAM também produziu o vídeo “Música para dois”, na qual se diz que “Elsa sente como os mamilos se levantam e sua vagina se umedece. Alex sente que seu pênis se erige. Ambos querem gozar seus corpos e decidem utilizar métodos anticonceptivos, já que ainda não desejam ter filhos. O preservativo e o diafragma, combinados, asseguram uma maior efetividade anticonceptiva, além do que seu uso forma parte do jogo amoroso. Alex gosta de introduzir em Elsa o diafragma e ela coloca nele um preservativo quando seu pênis já está ereto, antes da penetração. Os 15 minutos de que necessita o diafragma para dissolver-se é um tempo que lhes permite se acariciarem mais e chegar melhor ao clímax do ato sexual, ao orgasmo, que em Alex se manifesta principalmente pela ejaculação e em Elsa pelas contrações de sua vagina”. Obviamente o vídeo mostra imagens *ad hoc*.

— Guia didático costarriquenho

Preparado pela UNESCO e o FNUAP, como parte do Programa Regional de Educação em População. Denomina-se “Guia didático em População”, publicado em 1987 e corrigido em 1990, edição que citarei. Compreende um guia para professores e cartilhas que vão desde o primeiro grau da educação básica até o 5º ano da escola média. Para o primeiro grau contém — entre outras — as seguintes frases: “Como os pais fazem amor? O homem e a mulher se acariciam, se abraçam, se beijam, e o papai põe o pênis dentro da vagina da mamãe ... Toda vez que os papais fazem amor é para terem bebês? A maioria das vezes o

fazem porque encontram uma forma muito agradável de expressar seu carinho e afeto. Se os dois decidirem, podem fazê-lo também para terem um bebê” (p. 60). O guia para o terceiro grau apresenta como objetivos “que os meninos e as meninas reconheçam como únicas diferenças reais entre homens e mulheres os órgãos e funções reprodutoras” (p. 43). No quarto grau essa idéia se faz mais extensa: “Talvez seja importante recordar um fato para o qual o homem é apto e a mulher não: para produzir espermatozóides e ejaculá-los. A mulher é apta para gestar um bebê e pari-lo, o homem não” (p. 52).

Já no 5º grau se ensina o hedonismo, ao dizer que “na espécie humana, ainda que não existam épocas de ‘cio’, é necessária a união sexual para que haja reprodução, mas recordemos algo importante: não necessariamente as pessoas têm relações sexuais para ter filhos. Uma relação sexual pode ser, entre duas pessoas que se amam: — uma forma de se dizer ‘gosto de você’; — uma forma de dizer ‘quero você’; — uma oportunidade de estar muito perto um do outro; — uma confirmação de que se é querido ou querida e de que se gosta do outro”.

“Além disso, uma relação sexual pode ser uma experiência muito prazerosa quando as pessoas que a praticam o fazem: — porque as duas querem praticá-la; — porque as duas o desejam; — quando as duas se sentem seguras, tranqüilas e confiantes; — quando não têm preocupações com o que ‘pode acontecer depois’; sem pressões, ressentimento, violência nem enganos; — com respeito e consideração ao outro, a seus sentimentos, emoções e valores”.

“Assim, pois, A RELAÇÃO SEXUAL, além de suprir as necessidades de afeto e comunicação do casal, proporciona satisfações emocionais e físicas muito agradáveis e intensas” (p. 57,58 e 59).

No sexto grau começa-se a promover a contracepção. Com efeito: “O conhecimento do processo da reprodução humana permite entender que esta pode ser decidida de maneira livre e planejada” (p. 58). “Se um casal que mantém relações sexuais decidiu usar um método anticonceptivo, é conveniente que vá a seu médico ou centro de saúde para que aconselhem o mais conveniente para eles. O que para um casal pode funcionar, para outro pode não ser adequado” (p. 71). “A nova situação econômica, social, política e cultural em que se desenvolve a mulher tem permitido o surgimento de novas alternativas sobre a decisão de ter ou não ter filhos” (p. 129). “Com a mudança ou mudanças na situação da mulher, ela já não necessita ter filhos para sentir que vale como mulher. Algumas têm outras prioridades e passam mais tempo perseguindo outros interesses simultaneamente com a maternidade ou em lugar desta” (p. 130).

O guia para sétimo a nono graus de educação básica expressa que a “masturbação é uma prática muito comum, completamente nor-

mal e de nenhuma maneira nociva para a saúde da pessoa. De qualquer forma pode produzir sentimentos de ansiedade, culpa e vergonha” (p. 47). Sua atividade n.º 4 se intitula sugestivamente “Sexo é poesia” e descreve um “trabalho de investigação por casais para reconhecer expressões de afeto nos seres humanos e outros seres vivos ... — Os jovens comentam na aula suas observações, emoções e impressões e o facilitador assinala que existe ainda uma forma muito privada, muito íntima de se dizer ‘gosto de você’, ‘quero você’, que é a relação sexual. — O facilitador explica porque as pessoas se agradam de terem relações sexuais. Com a experiência de observação e aprendizagem, os jovens elaboram poemas, cantos, refrões alusivos ao amor, ao prazer e à procriação, com motivações para a aproximação cálida e carinhosa que é a relação sexual” (p. 84). Nas páginas 210 e 211 descreve-se o funcionamento e o modo de colocação dos preservativos e diafragmas, com desenhos explicativos.

— Os manuais argentinos

Durante o governo do presidente Alfonsín, o Ministério de Educação da Nação preparou um projeto para ditar a matéria educação sexual nas escolas, apesar de que na Assembléia Final do Congresso Pedagógico Nacional, o tema foi expressamente excluído dos currículos, por decisão de consenso majoritário dos assembleístas; tanto é assim que, mesmo tendo sido um dos temas propostos, nenhuma das conclusões aprovadas se refere à questão. Sabe-se que tal Congresso Pedagógico representou uma derrota para os ideólogos alfonsinistas que, como tantas outras, não aceitaram nem assimilaram...

Entre tais planos estava o da criação de um “centro de educação sexual”, para cuja finalidade “tomamos os conceitos de Paulo Freire (pedagogo marxista brasileiro) ao referir-se ao conceito de ‘educação libertadora’, com uma aprendizagem cujo acento está posto no diálogo, com a contribuição mútua de experiências e o mútuo desenvolvimento, mediante o exercício da capacidade crítica e reflexiva da realidade circundante. Nossa proposta é uma educação sexual com metodologia participativa, cuja principal técnica é o diálogo criativo, democrático, respeitoso, sem preconceito e tolerante, onde o educador possa assumir com humildade seu papel de coordenador e facilitador do processo de aprendizagem, partindo do conhecimento de suas próprias limitações, incorporado ao processo em condições de igualdade, sem assimetrias domesticantes e opressoras” (530).

Criou-se uma Comissão Mista de Educação e Saúde, que organizou as Jornadas sobre Educação Sexual, com vistas à inclusão de tal matéria nos currículos. No trabalho preparatório dessas Jornadas, que serviu de guia para os assistentes à mesma, afirma-se que “quando a criança começa a caminhar, falar, a poder controlar seus esfíncteres,

o ânus é a zona corporal prazerosa e as atividades derivadas são, por exemplo, reter ou evacuar suas fezes quando desejar, exibir ou contemplar seus excrementos ou o de outros, brincar com eles, tocá-los etc. Até os três anos aproximadamente, descobre os genitais, que lhe oferecem no plano corporal grande atividade e satisfação, e no plano intelectual uma sorte de investigações que a leva a perguntar sobre temas tais como: a diferença entre os sexos, a concepção, o parto etc.” (sic) (531).

Em 1987, a Associação Argentina de Proteção Familiar, filial local da IPPF, apresenta o Manual de Educação Sexual da Província de Mendoza, que pensava utilizar como experiência piloto na matéria. O manual afirma o seguinte — entre muitas outras coisas:

a) “a masturbação é uma atividade comum em ambos os sexos. Cumpre um papel fundamental na elaboração e compreensão da ansiedade diante das mudanças e ... é uma atividade normal” (p. 16);

b) “Assim, por exemplo, João ou Maria, adolescente de quinze anos, masturbando-se, não significa nada a respeito de anormalidade ou normalidade. Ao contrário, João masturbando-se compulsivamente frente a seus companheiros ou Maria imaginando uma relação destrutiva para ela ou seu par enquanto se masturba, permitem inferir-se patologia” (p. 26);

c) “...é nesta passagem onde masturbação (relação erótica consigo mesmo — auto-erotismo) e condutas homossexuais podem-se considerar como fatos transacionais à heterossexualidade” (p. 28);

d) “A eleição objetal é correlativa com a aproximação física. Carícias e beijos são frequentes em crianças de idade pré-escolar. A adolescência conduz a carícias e beijos de maior intensidade erótica, que gradualmente levarão ao contato genital e à descarga orgástica” (p. 21).

A resistência dos pais de família e da Igreja Católica fez fracassar os “sonhos eróticos” dos funcionários radicais; prova disso é a matéria paga de 22.7.1987, reproduzida pelo diário *Âmbito Financeiro* de 04.08.1987, subscrita pela Liga das Donas-de-Casa, Liga das Mães de Família, União de Famílias, Instituto para o Desenvolvimento Familiar e mais de 1000 assinaturas.

— Legislação argentina

Os projetos de Comunicação S-856/84 (Malharro de Torres) e de Declaração 2405-D-85 (José L. Manzano), instando o Poder Executivo a incorporar a educação sexual nas escolas, foram aprovados pelas Câmaras de Senadores e Deputados da Nação, respectivamente. O projeto de Comunicação S-425/86 dos senadores radicais Velázquez, Napoli, Berhongaray e Malharro de Torres, que pretendia introduzir a

educação sexual na escola primária, fundamentado em que “seria muito benéfico que a essas crianças se desse informação verídica sobre a inocuidade da masturbação” (sic), foi retirado por seus autores no dia 12.08.1986, diante da publicação pela Coordenadora Nacional de Defesa da Família (CO.NA.DE.FA.) de uma matéria paga no Diário La Nación, denunciando tal projeto...

Ao contrário, foi aprovada a Declaração 1878-D-1992, de Albamonte, instando o Executivo a implementar “uma campanha de educação sexual em todos os âmbitos do país”. As deputadas justicialistas Graciela Camaño, Marta M. de De Nardo, Marcela Durrieu e Irma Roy, apresentaram um projeto de lei violador dos direitos dos pais e da intimidade dos educandos, para instaurar a matéria em todos os institutos educativos do país (532), que nem sequer foi tratado em Comissão. Na Capital Federal foi sancionada em 15.01.1993, em uma sessão “surpresa”, a Lei Municipal 46508, da vereadora ucedeísta Brema, pela qual se instaura a educação sexual permissiva em todas as escolas municipais.

Em 1994, ingressou um projeto de lei na Legislatura da Província de Buenos Aires, para incorporar “uma nova disciplina sobre educação sexual em todos os níveis de ensino... A iniciativa é impulsionada pelo Senador Ricardo Tojo (UCR), que procura a instrumentação de uma campanha permanente sobre o tema nos colégios dependentes da Direção Geral de Escolas... A iniciativa sustém que, para a instrumentação da norma, atender-se-ão todas as sugestões e recomendações que puderem formular ... o UNICEF, a Organização Mundial de Saúde...” (533).

O Governo da Província de São Luís embarcou em um projeto similar, que foi qualificado pelo Pe. José Miguel Padilla como aberrante porque “avassala um direito exclusivo dos pais... é o cumprimento de planos de governos totalitários disfarçados de liberdade e democracia. Propôs, ao contrário, estimular ‘uma campanha de valores morais, que é outra coisa que ninguém se atreve a dizer, começando pelos dirigentes políticos” (534). Nessa província, se está “capacitando” docentes para o ensino da matéria, através de cursos à distância, desenvolvidos pelo Centro de Educação, Terapia e Investigação em Sexualidade — Cetus (braço sexual da AAPF, filial local da IPPF, dirigido pelo ex-funcionário radical León Gindín), autorizado para dar este tipo de cursos, mediante resolução n.º 154/94, emanada da Superintendência Nacional de Ensino Privado (SNEP), dependente do Ministério da Educação. Devo recordar que tal Ministério se encontra a cargo do Engenheiro Agrônomo Jorge Rodríguez, contactado pela “multinacional da morte”, através do GPI, na Segunda Conferência de Parlamentares do Hemisfério Ocidental sobre População e Desenvolvimento, realizada entre 6 e 9 de março de

1990 em Quito, Equador, sic...

Cabe destacar que em nosso país o desenvolvimento de aulas de educação sexual permissiva constitui o delito de corrupção de menores, reprimido pelos artigos 125 e 126 do Código Penal, em especial o inciso 3º do art. 125, tal como sustém o ex-Vogal do Superior Tribunal de Justiça da Província de Córdoba, Dr. Daniel P. Carrera, em seu comentário “Educação Sexual ou Corrupção de Menores?” (535).

d.4. A mudança ideológica: “Novo Manual para a Educação Sexual nos Centros Educativos”

A Suécia introduziu em 1933 a educação sexual permissiva em suas escolas, com manuais de conteúdo similar aos citados precedentemente. O resultado de tal instrução foi a destruição da instituição familiar sueca. Em vista de tal fracasso, as autoridades reagiram, e em 1988 entra em vigência o novo Manual sueco para a educação sexual, o qual afirma, entre outras coisas, o seguinte:

- “A melhor solução seria que as crianças recebessem esta instrução (sexual) em seu lar, dada por seus pais”.

- “O pudor natural deve-se proteger como uma valiosa defesa. É um erro querer ser demasiado franco e pretender ‘libertar’ crianças e jovens deste sentimento natural, como se fosse uma inibição desnecessária, já que o pudor é uma proteção contra experiências para as quais não estão maduros”.

- “Esta instrução deverá aspirar a mostrar que atos não são moralmente desejáveis, pelo que não se podem aceitar como normas de comportamento”.

- “O elemento moral na instrução sexual deverá ressaltar a tensão antagônica entre as tendências internas do indivíduo, demonstrando a necessidade de controlar o impulso sexual mediante a força da vontade e a autodisciplina”.

- “Deve-se sustentar que a continência durante a adolescência é o único comportamento que a escola pode recomendar com boa consciência. Só a continência dá ao indivíduo as melhores garantias para uma vida feliz mais tarde” (536).

— Outros exemplos de mudança ideológica positiva

“As novas diretrizes anunciadas pelo ministro da Educação (britânico), John Patten, pedem aos professores que advertam aos alunos sobre os perigos das relações sexuais entre menores de idade e a homossexualidade. Também se destacará a importância das famílias com dois pais diante das carências dos lares monoparentais. Trata-se, sobretudo, de sublinhar a importância da responsabilidade pessoal e a

autodisciplina na conduta sexual... A controvérsia mais recente se produziu quando a Associação para o planejamento familiar recomendou a educação sexual para as crianças de quatro anos, incluída já a homossexualidade” (537).

- “Tanto para prevenir a AIDS, como para promover uma correta educação sexual, ‘Focus on the Family’ e outras organizações de pais de família propõem uma alternativa: a campanha da abstinência e do respeito. Segundo eles, ao contrário dos 3 mil milhões de dólares gastos na campanha do ‘sexo seguro’, a nova campanha só requereria 8 milhões de dólares. A campanha se centraria em promover o auto-respeito, o respeito pelas pessoas do outro sexo e a valorização da união sexual com ato que requer um contexto estável como o do matrimônio para alcançar seu pleno sentido. Segundo os promotores da campanha, esta sim teria acolhida entre os jovens: na atualidade 65% das estudantes de nível secundário menores de 18 anos não tiveram relações sexuais e preferem esse estado. Nos casos de quem já teve relações sexuais, existe um alto número deles, especialmente de mulheres, que desejam uma ‘nova oportunidade’ para assumir a própria sexualidade” (538).

“Desde alguns anos, Celebration of Life (COL), entidade filiada à Human Life International, prepara voluntários para que dêem aulas e palestras aos estudantes sobre o que o programa oficial não explica. Até agora, 30 das 140 escolas secundárias que existem em Singapura pediram a COL que ofereça sessões aos alunos. É habitual que, depois da primeira vez, os centros repitam o convite nos anos seguintes. O programa elaborado por COL proporciona aos adolescentes uma visão não redutiva da sexualidade humana ... Mostra-lhes que a relação sexual não deve ser episódica, mas que se orienta ao matrimônio e à família. As aulas abordam também questões difíceis: homossexualidade, relações extramatrimoniais, contracepção, aborto” (539).

- “Uma idéia similar se aplica no Canadá, mediante o programa chamado ‘Teen-Aid’. A organização promotora, uma associação pró-vida, conta com professores que atendem às escolas que solicitam seus serviços. ‘Teen-Aid’ está espalhado por toda a província de Saskatchewan, onde já se distribuiu em mais de 200 escolas a um quinto dos escolares de 12 a 17 anos. O temário do curso se centra na família e ensina o valor da castidade” (540).

- “Um programa elaborado nos Estados Unidos por uma organização chamada Teen Choice. Os destinatários imediatos são os professores que darão educação sexual a alunos de ensino secundário. Diante da pressão que sofrem os adolescentes contra a continência, o curso preparado para que os professores desenvolvam intitula-se ‘Motivos razoáveis para esperar: Vida familiar e formação do caráter’.

O curso apresenta a sexualidade dentro de uma visão integral da pessoa humana e se baseia na formação do caráter ... O programa inclui um manual para professores, outro para pais, um livro-texto para os alunos e materiais audiovisuais, com transparências e vídeos” (541).

- “Na Espanha, a Fundação Pró-Vida de Catalunha preparou um curso de ‘Educação da sexualidade humana’ em vídeo. Está projetado para que se exiba em classe aos alunos. Vai acompanhado de um guia impresso para orientar o professor sobre como apresentá-lo aos alunos, como responder às questões que eles possam levantar e como suscitar uma reflexão em comum acerca do que viram na tela ... O curso pretende convidar os adolescentes ao domínio de si mesmos, propondo-lhes valores e atitudes positivas” (542).

— **O Primeiro Encontro Interdiocesano de Educação Sexual para a Vida (ESVIDA 93)**

De 18 a 20 de junho de 1993, realizou-se este encontro na cidade de San Juan; teve 1200 participantes, que finalizaram o mesmo, entre outras, com as muito aplaudidas seguintes conclusões:

“1) Os pais são os responsáveis diretos da educação sexual de seus filhos, entendida como Educação para a Vida e o Amor Verdadeiro...”

“2) Subsidiariamente, sem substituir os pais, corresponde aos educadores auxiliá-los, transmitindo esta educação em sua integridade, sem reduzi-la nunca à mera informação carente de conteúdos morais”.

“3) Esta educação sexual da e para a família significa o crescimento na virtude da castidade, dentro do conjunto de todas as virtudes, que faça dos filhos jovens fortes e livres, capazes de afirmar um estilo cristão na vida social, e de rejeitar os projetos invasores da pornografia e do permissivismo corruptor.

“4) Faz-se um ardente chamado às autoridades públicas para que respeitem neste campo o direito de todos os pais a uma opção livre sobre a educação sexual de seus filhos”.

Tive a honra de participar como painalista em tal Encontro. A exposição versou sobre “as campanhas internacionais e locais de educação sexual permissiva”. Lá relatei quase todas as questões mencionadas neste ponto. Ao finalizar, fizeram-me por escrito muitas perguntas. Entre elas, copio uma textualmente: “Sou Cecilia, tenho 16 anos, gostaria de dizer-lhe que não entendo por que aos meninos da escola primária querem meter tantas tolices na cabeça. Penso que, se querem ensinar-lhes educação sexual, têm que formar os seus pais, para que eles falem com os meninos. Eu afirmo ‘que uma criança é criança só quando em sua cabeça tem inocência’, não educação sexual (que não só é educação sexual, mas ato sexual). Sinceramente não sei aonde querem chegar, talvez a que o sexo na adolescência seja normal e que

a virgindade não importe a ninguém. Eu lhe digo que a mim importa minha virgindade, e também importa o porvir de minha geração e da geração que vem, eu não quero que a minhas crianças arranquem essa ‘divina’ inocência que só as crianças têm. Parece-me que o que se tem que fazer é: Ensinar às crianças e aos adolescentes que a virgindade é muito importante. Porém não nos podem dizer que tenhamos cuidado com a AIDs e que usemos preservativos. O que devem dizer é: ‘Não tenham relações sexuais e menos ainda com muitas pessoas’”.

Cecilia: quisera agradecer-lhe a profundidade de suas palavras, sabiamente encerradas no frescor de sua juventude.

Este Encontro foi o início de uma resposta positiva e real à educação sexual permissiva em nosso país. Prevê-se repetir anualmente estas Jornadas, que em 1994 foram em Concórdia e em 1995 em Curuzú Cuatiá.

E) A prevenção da AIDs

A descoberta da AIDs como enfermidade mortal, uma de cujas principais vias de contágio é a dos fluxos sexuais, permitiu à “multinacional da morte” capitalizá-la, como uma sorte de desprendimento das campanhas de educação sexual permissiva nas escolas. Introduziu-se o tema como um capítulo a mais, com o propósito de deixar nos alunos esta única mensagem: “devem-se usar preservativos em qualquer relação sexual”, o contrário é ser irresponsável e estar exposto à morte atroz da AIDs. O tema foi levado também fora das escolas, e se fizeram — e fazem — dispendiosíssimas campanhas publicitárias com o mesmo *slogan*, que incluem a emissão de selos comemorativos do novo “pai da pátria”, o preservativo (543); tais campanhas se fizeram com modernas técnicas, como por exemplo, escrever a palavra AIDs sempre com as quatro letras em maiúscula — obviamente resisto a fazê-lo*. Esta supersaturação informativa fez que “os alunos conheçam sobre a AIDs mais do que os professores. Enquete: uma estatística realizada em Mercedes revela que 99% dos alunos têm um conhecimento global sobre a enfermidade, enquanto só 1,9% dos professores está muito informado” (544).

e.1.

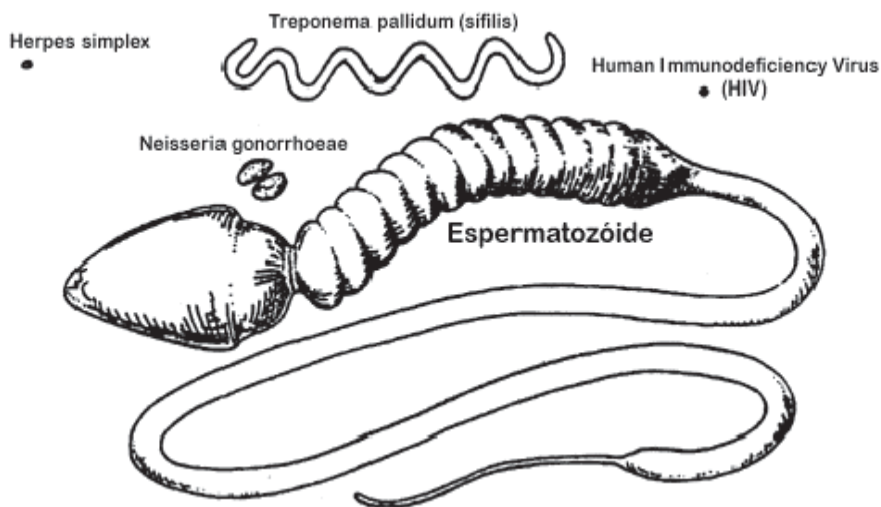
As conseqüências não se fizeram esperar: em só 2 anos, as fábricas norte-americanas de preservativos passaram a faturar de US\$ 300 milhões a US\$ 800 milhões (sic) (545). Em 1982, somente 7 por cento das mulheres estadunidenses entre 15 e 44 anos usavam preservativos. Mas, em 1988, a cifra havia aumentado para 9 por cento, e em 1990 havia chegado a 17,7 por cento” (546). Paralelamente ao

Nota do Tradutor: no texto original castelhano, o autor escreve “sida”, em letras minúsculas.

aumento exponencial do consumo de profiláticos, “as enfermidades venéreas — sem incluir a AIDS — alcançaram proporções epidêmicas nos Estados Unidos, com 13 milhões de infecções por ano. A sífilis, uma das mais perigosas, está em seu ponto mais alto desde 40 anos” (547). Quanto à AIDS: “Estados Unidos é o país com maior número de enfermos (quarenta por cento do total mundial)” (548). A bom entendedor, poucas palavras...

e.2.

Apesar de todas estas evidências, que partem de uma questão científica: o vírus da AIDS tem um tamanho 500 vezes menor que um espermatozóide e, se o preservativo tem uma taxa de falha bastante alta como contraceptivo, sua eficácia é quase nula frente ao contágio da AIDS, já que se trata de um vírus que é apenas um pouco mais grosso que a espessura dos poros do látex, transpassados com facilidade pela pressão da ejaculação e, além disso, porque a AIDS pode-se contrair em qualquer momento do ano, enquanto as mulheres só podem engravidar alguns dias em cada ciclo menstrual. Apesar de toda a evidência científica, a mensagem publicitária das campanhas contra a AIDS continua sendo a mesma: a única prevenção “eficaz” seria um preservativo.



e.2.1.

O manual “Falando da AIDS”, publicado pela IPPF, contém uns desenhos sobre “como usar o preservativo” (549) e frases com as seguintes: “No coito anal se coloca o pênis dentro do reto. Alguns casais

fazem uso deste método como uma variedade sexual ou para evitar a gravidez. É mais difícil ter relações sexuais anais seguras porque parece ocorrer que os preservativos se rompem com mais frequência que com o coito vaginal ... Nas relações sexuais orais, o parceiro lambe, chupa, beija ou morde os genitais do outro. Isto pode ser arriscado se o homem ejacula na boca de sua parceira ou se a pessoa chupa as secreções vaginais da mulher ou o sangue, particularmente se existem feridas ou sangramento na boca. A pouca evidência disponível sugere que pode haver risco de transmissão no sexo oral” (550).

Depois diz: “Em certo país, muitos jovens conhecem alguém que sofreu herpes, clamidíase ou verrugas genitais. O conhecimento pessoal sobre as consequências destas infecções motivou o povo a usar preservativos e a reduzir o número de seus parceiros sexuais. Em outros países, promoveu-se com sucesso os preservativos e espermicidas na qualidade de anticonceptivos. Com uma boa instrução e uma adequada orientação, junto com provisões confiáveis, muitos casais descobriram que os preservativos são aceitáveis, efetivos e que constituem um método de anticoncepção livre de risco. A educação sexual orientada a ajudar os jovens a serem assertivos (sic), as campanhas de meios maciços que tornam aceitável a compra de preservativos por parte dos jovens e os programas que incrementam os ingressos das mulheres facilitaram a adoção de estilos de vida sexual mais seguros para os casais” (551).

e.2.2.

A filial local da IPPF, a Associação Argentina de Proteção Familiar (AAPF), publicou o manual “Que saber da AIDS?”, que começa com estas sugestivas palavras: “Olá... Eu sou Dom Condom* e, como podem ver, sou um condom! Como sou um dos meios mais eficazes para prevenir a AIDS... creio que sou o melhor guia para levá-los por um trajeto informativo sobre esta enfermidade...” (552). Efetivamente, Dom Condom não deixará de aparecer com seus olhinhos, narizinho e boquinha, por todo o folheto. No capítulo “Como você se protegeria das DST (doenças sexualmente transmissíveis) incluindo a AIDS?”, com distintas ilustrações, responde: “— Eu tomei a decisão de usar preservativos cada vez que tiver relações sexuais... Não quero correr nenhum risco! — Eu decidi desfrutar minha sexualidade sem necessidade de ter penetração... Eu e meu parceiro gostamos de nos beijar, acariciar e descobrir novas formas de desfrutar nossa sexualidade. — Nós decidimos ter relações sexuais só entre nós... Conversamos muito sobre nossa vida sexual, e cremos que não é necessário submeter-nos a uma

* Condom é o nome com que é conhecido o preservativo em todos os países. No Brasil, prevaleceu a denominação “camisa-de-vênus”, ou simplesmente “camisinha”.

prova. Como ainda não queremos filhos, utilizaremos um método de planejamento familiar. — Eu decidi não ter relações sexuais até que termine o colégio” (553). Por certo, na página 33 estão as conhecidas instruções e desenhos para usar corretamente o pobrezinho do Dom Condom...

e.2.3.

O manual **para a escola primária** “Que é a AIDS e como nos protegermos?”, diz que: “Convém recordar que nem sempre a pessoa contaminada pelo HIV apresenta sinais da doença. Em uma relação sexual, uma pessoa aparentemente sã pode estar contagiando seu companheiro. Por isso é importante: — usar preservativo” (554). Em dois quadros **explica ao aluno da escola primária** o vocabulário difícil desse texto, da seguinte forma: “Nas relações sexuais vaginais o pênis do homem penetra na vagina da mulher. Nas relações sexuais orais, o companheiro coloca a boa no órgão genital do outro. Nas relações anais a penetração se faz pelo ânus. As relações orais e anais podem ser heterossexuais ou homossexuais” e “preservativo, condom ou camisa-de-vênus é um protetor de elástico, parecido com o dedo de uma luva grande, que o homem pode colocar no pênis, no momento da relação sexual, para evitar que o esperma se derrame” (555).

e.2.4.

Em idêntica linha, em La Pampa, o Dr. Luis González Pedemonte escreveu o livro “AIDS — para jovens e adolescentes”, onde afirma:

“E recordar que o conselho atual dirigido aos jovens em particular e a todos em geral é:

1) Terem acesso à vida sexual se o desejarem, quando estiverem maduros para isso; se não, absterem-se dela ou postergá-la;

2) Parceiros fiéis (evitar a promiscuidade e os parceiros ocasionais);

3) Se não for assim, usar sempre CONDOM ou preservativo. Porque, insistimos à maneira de Heidegger: ‘O homem, o jovem adolescente, projeto inacabado, vai alcançando sua essência através de sua liberdade, seu arbítrio, sua vontade de ser AUTÊNTICO’ ou como queria Kierkegaard: ‘de elevar-se para chegar a Deus’” (sic) (556). Mais adiante afirma sem embaraços — como se estivesse dizendo a verdade — que “O sexo oral não é uma perversão sexual e se inclui nisto, ainda que seja chocante talvez para alguém, a deglutição do sêmen ... É uma conduta de baixo risco” (557). Mais adiante afirma que “Neste momento, talvez a única circunstância em que podemos não usar o preservativo é quando conhecemos absolutamente nosso parceiro ... Recordemos que, mesmo que culturalmente rejeitemos seu uso, pois até pareceria interpor-se entre aqueles que desejam o máximo contato, não usar preservativo

pode significar contagiar-se de uma enfermidade MORTAL” (558).

e.2.5.

O Ministério da Saúde e Ação Social da Nação, através do então Diretor Nacional do programa de prevenção da AIDS, Dr. Alfredo Miroli, realizou uma campanha com o lema “AIDS — que não te surpreenda”, cujo eixo foi o vídeo “Um caminho para dois”, cuja única mensagem é uma apologia do preservativo. Pretendeu-se passá-lo em todos os colégios do país. Para isso foram remetidas as cópias respectivas. Miroli percorreu o país difundindo-o pessoalmente. Em províncias inteiras como Córdoba, praticamente não foi visto, e alguns bispos o proibiram em suas dioceses (Paraná e San Juan) para os colégios católicos. A resistência às mensagens do vídeo, por parte de muitos pais e alunos terminou por truncar a carreira do Dr. Miroli, que foi retirado de suas funções em meados de 1993.

F) A “igualdade” de homossexuais e lésbicas

O movimento gay é de caráter nitidamente político e tem como objetivo final a completa legitimação desse comportamento antinatural. Para isso se propõe fazer mudar de opinião ou de atitude todos aqueles que pensam o contrário. E se propuseram combater até à destruição a quem não modificar seu pensamento. É por isso que sobretudo buscam uma mudança nas pautas morais, éticas e religiosas da sociedade. Adotam aquelas religiões que os aceitam, ou inventam alguma “feita sob medida” e, ao mesmo tempo, combatem por todos os meios as religiões que ensinam com clareza a verdade sobre a sexualidade humana: por isso a Igreja Católica é odiada e combatida ferozmente por eles.

Esta busca de legitimação social explica dois fatos aparentemente curiosos:

a) a “necessidade” que sentem de serem aceitos nas forças armadas e

b) que sejam tão abundantes entre os psicólogos, jornalistas, artistas, legisladores e inclusive magistrados: consideram chave infiltrar-se nestas profissões e dominá-las.

f.1.

É muito interessante analisar as táticas que utilizaram para obter a aceitação social. Basta pensar que há duas décadas, o comum da gente — ao menos em nosso país — considerava que o pior que poderia acontecer a um homem era tornar-se homossexual — maricão, para ser mais preciso — e a pior infâmia de uma família era ter entre seus membros um deles; quanto às lésbicas, não entravam nem sequer na imaginação de ninguém. Agora o comum da gente não é homossexual, mas parece-lhe parece uma opção a mais, quase em igualdade de hierarquia com a heterossexual e, além disso, existe o pensamento de que são discriminados e teria que lhes dar igualdade de direitos. Os

meios de comunicação social foram os agentes da mudança de mentalidade popular. Fizeram-se eco dos seguintes *slogans* gay:

Primeiro, definiu-se a homossexualidade como uma enfermidade — não um vício — o que tornou os homossexuais dignos de compaixão;

Depois se difundiu o mito de que essa “enfermidade” teria uma causa genética, o que levou a concluir que seria um comportamento distinto, mas normal. Portanto, seria um direito humano ostentar tal condição.

Depois, afirmou-se falsamente que são uma minoria que incluiria 10% da população. Todavia, “a crença de que 10% dos homens são homossexuais, nascida de alguns estudos dos anos 40 e popularizada pelos ativistas gays, está morrendo sob o peso de novos estudos, segundo os quais esta cifra não excede 1%” (559). Assim, eles seriam uma minoria discriminada, em busca de igualdade de direitos, quando na verdade o que pretendem são privilégios.

f.2.

Os principais agrupamentos de homossexuais na Argentina são: a “Comunidade Homossexual Argentina” (CHA), presidida até sua morte por AIDS em janeiro de 1994, por Roberto Jáurequi; a “Sociedade de Integração Gay Lésbica Argentina” (SIGLA), dirigida por Rafael Freda; o “Movimento Gays pelos Direitos Civis”, encabeçado por Carlos Jáurequi — irmão de Roberto — candidato perdedor a convencional constituinte pelo socialismo portenho (560). O advogado deste movimento é José Luis Pizzi, ex-candidato a deputado nacional pela Frente de Esquerda Democrática (561); “Travestis Unidas”, coordenada por Kenny de Michelli, aceito como aluno com nome de mulher na Universidade Nacional de Buenos Aires (562); “Igreja da Comunidade Metropolitana”, dirigida pelo autodenominado reverendo Roberto González; “Convocatoria Lesbiana” e “Colectivo Eros”.

f.2.1.

Em 22 de novembro de 1991, a Corte Suprema de Justiça da Nação rejeitou um recurso da Comunidade Homossexual Argentina, ante a denegatória da personalidade disposta pela Inspeção de Justiça da Nação (563). Pese a isto, por decisão do Presidente Menem — sugestivamente depois de uma viagem aos Estados Unidos — em março de 1992, outorgou-se personalidade jurídica a tal instituição (564), que a vinha solicitando desde 1984. Em 20 de setembro de 1993 a CHA foi recebida “pela primeira vez na história por um ministro do Interior (Carlos Ruckauf), que convidou essa entidade a ‘trabalhar conjuntamente’ com a pasta política contra a discriminação desse setor” (565).

f.3.

Nos dias 28 de junho realizaram-se em todo o mundo as “marchas do orgulho gay”; na Argentina começaram em 1992, e no ano seguinte reuniram apenas 300 indivíduos. Uma frase de Jáurequi, repetida pelo megafone com uma ruidosa aprovação dos participantes da manifestação, sintetiza a recriminação que estes grupos formulam às autoridades eclesiais ‘Quarraccino, não nos molestes [aqui se usou uma palavra de baixo calão] vamos ganhar igualdade, os direitos estão perto e vamos consegui-los...’, em alusão ao cardeal primaz. Com sentido de repúdio, a caminhada se iniciou em frente à Catedral metropolitana” (566). Como parte de sua hostilidade à Igreja Católica, “o movimento Gays pelos Direitos Civis querelou, ante o juizado correcional de Susana Nocetti de Angeleri, ao arcebispo de Buenos Aires e cardeal primaz da Argentina, Dom Antônio Quarracino, por expressões que a mencionada associação, liderada por Carlos Jáurequi, considerou lesivas para a comunidade homossexual” (567).

f.3.1.

Estas críticas à postura da Igreja Católica sobre a homossexualidade são maliciosas e falsas. A doutrina católica tem sido constante há dois mil anos, em expressar a realidade desta triste situação, tal como fica sintetizado no “Catecismo da Igreja Católica”, ao dizer que “apoiando-se na Sagrada Escritura, que os apresenta como depravações graves, a Tradição declarou sempre que ‘os atos homossexuais são intrinsecamente desordenados’. São contrários à lei natural. Fecham o ato sexual ao dom da vida. Não procedem de uma verdadeira complementaridade afetiva e sexual. Não podem receber aprovação em nenhum caso” (568). A Igreja distingue entre os atos — sempre reprováveis — e a tendência homossexual, que não é reprovável na medida em que não se traduza em atos internos ou externos. Continua o Catecismo: “Um número apreciável de homens e mulheres apresentam tendências homossexuais instintivas. Não escolhem sua condição homossexual; esta constitui para a maioria deles uma autêntica prova. Devem ser acolhidos com respeito, compaixão e delicadeza. Evitar-se-á para com eles todo sinal de discriminação injusta” (569). “As pessoas homossexuais são chamadas à castidade. Mediante virtudes de domínio de si mesmas, que eduquem a liberdade interior, e às vezes mediante o apoio de uma amizade desinteressada, da oração e da graça sacramental, podem e devem aproximar-se, gradual e resolutamente, da perfeição cristã” (570). Como se pode apreciar, não há discriminação alguma. Simplesmente se lhes pede que vivam a virtude da castidade, segundo seu estado, tal qual a Igreja o exige para todas as pessoas.

f.4.

Provam a inserção do movimento homossexual nos meios de comunicação os seguintes elementos: “Desde há quatro meses, sem

escândalo nem especiais campanhas de imprensa, um grupo de gays encabeça por FM Palermo o primeiro programa radical dedicado a informar e debater sobre distintos aspectos exclusivos da homossexualidade. ‘Totalmente natural’ — produzido pela Sociedade de Integração Gay-Lésbica Argentina (SIGLA) e conduzido por Rafael Freda, seu presidente — serve de disparador de uma polêmica cada dia mais presente nos meios de comunicação” (571). Poucos dias depois, levou-se a público um programa de Telefé, Edição Plus, assim: “os gays, travestis e homossexuais chegam a 1.500.000 em nosso país. Já têm candidato a deputado. Mostramos como vivem” (572).

A chave está aqui: “A proporção de homossexuais na imprensa americana está em aumento, como está também o número de periódicos que oferecem empregos a sodomitas. A ‘Associação nacional de jornalistas lésbicas e gays’, que conta já com 800 membros declarados, organiza no próximo mês em sua convenção anual uma ‘feira de empregos’ com a participação dos mais conhecidos meios de comunicação do país. Anunciaram sua presença a essa convenção para orientar ou oferecer empregos aos gays, entre outros: o ‘New York Times’, ‘The Washington Post’, ‘USA Today’, ‘Los Angeles Times’, ‘The Miami Herald’, ‘ABC News’, e a principal agência do país ‘Associated Press’... **A forte presença gay nos meios de comunicação acima de sua proporção global na sociedade, explica as posturas favoráveis de muitos dos órgãos de imprensa americanos e sua influência no mundo político, incluindo o próprio presidente Clinton**” (573).

Nessa mesma ordem de idéias, “recentemente a maioria dos cidadãos do Colorado votaram a favor de uma lei que impede a outorga de privilégios especiais aos homossexuais em habitações, trabalho etc. Doze estados dos EUA aprovaram leis similares. Em resposta à ação tomada pelos eleitores do Colorado, os homossexuais, as lésbicas e seus aliados convocaram um ‘boicote’ contra esse Estado. Entre as organizações que se uniram ao ‘boicote’ está a Associação de Jornalistas Hispanos dos EUA... Univisión, a Cadeia de TV hispana dos EUA, doou US\$ 75.000 para ajudar a Associação de Jornalistas Hispanos a defender os direitos dos homossexuais” (574).

“Uma tormentosa polêmica estourou na Inglaterra ao se descobrir que a BBC decidiu subvencionar as férias de ‘lua de mel’ de seus empregados homossexuais. A entidade radiotelevisiva pública causou surpresa e irritação ao distribuir aos casais de sodomitas e lésbicas o direito não só a uma semana de licença ‘matrimonial’, mas também uma gratificação de 18.000 pesetas. Um porta-voz da BBC confirmou a decisão, precisando que esta se tomou devido à demanda de grupos de pressão homossexuais... Várias associações familiares protestaram dizendo que, em lugar de subvencionar o vício e a

esterilidade, o dinheiro do contribuinte deveria destinar-se aos pais de família que criam e educam a nova geração de cidadãos” (575).

A importância econômica dos grupos de invertidos sexuais fica demonstrada com esta notícia: “A tenista norte-americana Martina Navratilova apresentou um cartão de crédito Visa que será utilizado por lésbicas e grupos gay. Uma porcentagem dos ingressos por seu uso destinar-se-á à ajuda dos citados grupos” (576).

f.5.

O poder político desta influência é enorme, tanto que levaram o general Colin Powell, chefe de Estado Maior do Exército norte-americano, a renunciar ante a decisão de Clinton de permitir aos homossexuais integrar as forças armadas, desde que não manifestem sua inclinação sexual; resolução que era o cumprimento de um compromisso assumido na campanha presidencial, em troca do apoio econômico e dos sufrágios dos sodomitas estadunidenses (577).

Como demonstração de que intentam ser um grupo de pressão em nosso país, em uma sessão Câmara Municipal portenha, por iniciativa da vereadora justicialista Inés Pérez Suárez, “representantes de cinco agrupamentos de homossexuais da Capital Federal ocuparam ontem à tarde cerca de vinte bancas improvisadas no Salão Dourado da Câmara Municipal e apresentaram, assumindo momentaneamente o papel de vereadores, dez projetos de sua autoria contra a discriminação aos gays e lésbicas no âmbito metropolitano ... entre os quais figuram os seguintes:

- Diagramação e realização por parte do Departamento Executivo Comunal de cursos de capacitação sobre sexualidade, incluindo aspectos específicos da sexualidade de gays e lésbicas...

- Autorização de casais do mesmo sexo para ingressarem em albergues transitórios;

- Inclusão no Código de Habilitações de locais de baile para a comunidade de gays e lésbicas;

- Pedir ao Congresso Nacional a inclusão da orientação sexual como causa de discriminação na Lei Antidiscriminatória” (578).

De fato, nos Estados Unidos, “Nova York passa a ser o terceiro estado do país, depois de Vermont e Massachussets, em que seu mais alto tribunal autoriza a adoção por parte de homossexuais e de casais que não estejam casados. Em outros onze estados, tribunais inferiores adotaram decisões similares. Esta sentença beneficia as chamadas ‘famílias não tradicionais’ no estado de Nova York com os direitos e deveres de adoção das famílias convencionais” (579).

f.6.

Em nível internacional, o problema da sodomia é muito mais grave que na Argentina, não só no campo político, mas também porque, em 1992, 83% dos casos de AIDS em homens brancos dos Estados Unidos

foram entre homossexuais e na Europa os homossexuais constituem mais de 85% dos doentes de AIDS (580). “Os homossexuais de San Francisco parecem dirigir-se de modo crescente a uma ‘cultura gay da morte’, que lhes incita não só a não tomar precauções contra a AIDS, mas também a buscar voluntariamente o contágio. ‘Um gay de cada três pratica o sexo com risco, sobretudo relações anais, sem usar profiláticos’, afirma o departamento de Saúde do município de San Francisco. Este é, segundo as estatísticas, o método mais direto de transmissão do HIV... Duas razões os movem a disseminar o vírus. Uma veria a ser um ato de ‘fraternidade’ com as dúzias de amantes e amigos mortos pelo vírus... A outra justificação seria que o vírus da AIDS parece outorgar-lhes o ‘diploma de homossexualidade’. Como escreve o ‘New York Times’, ‘a identidade gay e a AIDS estão tão inter-relacionadas que muitos homossexuais fazem o possível para contrair o vírus, para se sentirem mais gays’” (581).

Um estudo médico sobre o comportamento homossexual confirma a aberração de tal conduta, que vai se tornando mais corrupta com o passar do tempo. Vejamos: “As investigações indicam que cerca de 90% dos gays envolveram-se em relações sexuais anais, e cerca de dois terços destes o fazem regularmente. Em um estudo diário, durante seis meses, os gays tiveram como média 110 companheiros sexuais e 68 relações sexuais anais em um ano... O rompimento ou rasgadura do interior do ânus durante as relações homossexuais é muito mais provável durante o que chamam ‘fisting’. Ou seja, quando se introduz o punho e o braço no reto. É comum também o uso de uso de ‘joguete’ (gíria dos homossexuais para se referirem aos objetos que podem ser inseridos no reto): garrafas, cenouras... Oitenta por cento dos gays admitem que lambem o ânus de seus companheiros sexuais e inserem neles a língua... Dez por cento dos gays entrevistados por Kinsey envolveram-se em ‘golden showers’ (como se chama o ato de beber a urina ou ser aspergido com ela). A maior pesquisa que se fez sobre gays concluiu que 23% destes faziam essa prática... SADOMASOQUISMO: Como indica a tabela, uma ampla minoria de gays envolve-se com a tortura para se divertir sexualmente. SEXO COM MENORES: Vinte e cinco por cento dos gays brancos admitiram ter tido relações sexuais com meninos de 16 anos ou mais jovens ainda, sendo eles adultos...” (582).

As conseqüências médicas deste comportamento antinatural são evidentes, e se patenteiam com a expectativa de vida dos gays e lésbicas, sensivelmente inferior à das pessoas de comportamentos naturais. O mesmo folheto sintetiza assim: “a idade média para um homem casado morrer era de 75 anos... Para os homens solteiros ou divorciados a idade média era de 57... Para as mulheres casadas a idade média de morte era de 79 anos... Para as mulheres solteiras e divorciadas,

a idade média de morte foi 71... A idade média de morte para os homossexuais... que morreram de AIDS foi de 39 anos. Para os 588 gays que morreram por outra causa, a idade média foi de 42 anos... As 106 lésbicas que morreram tinham uma idade média de 45 anos de idade... Dois e meio por cento dos gays morreram violentamente. Eram 87 vezes mais propensos a ser assassinados, 25 vezes mais propensos a suicidar-se... Vinte e um por cento das lésbicas morreram por assassinatos, suicídios ou acidentes, uma proporção 532 vezes mais alta que a das mulheres brancas normais entre os 25 e os 44 anos de idade” (583).

“Fica ainda por descrever, ainda que em linhas gerais, a forte campanha que esses grupos estão fazendo nos meios de comunicação, no governo, nas leis e até mesmo no sistema de educação dos EUA. É importante dar-se conta de que os grupos homossexuais estão muito bem organizados em nível estatal e exercem uma influência política muito forte também em nível nacional. Essa feroz atividade militante é possível porque são capazes de arrecadar milhões de dólares anualmente para atividades políticas e porque recebem apoio dos meios de comunicação”.

“No dia 25 de abril passado, o movimento homossexual realizou uma marcha de ‘orgulho homossexual’ em Washington. Durante essa demonstração, milhares de ‘casais’ de homossexuais e lésbicas contraíram ‘matrimônio’ com a ajuda do ‘Reverendo’ Troy Perry, que fundou uma igreja para homossexuais (como ele), que tem ‘sacramentos’ e se estendeu desde a Califórnia a todo o território dos EUA e a 15 países, incluindo México, Peru e Argentina ... Durante a marcha, os ativistas em prol do homossexualismo deram a conhecer 7 demandas gerais... A primeira demanda exige que se derroguem todas as leis que proíbem a sodomia e que se legalize todo tipo de perversão sexual... A segunda demanda inclui o uso de dinheiro dos impostos para pagar operações de mudança de sexo. A terceira demanda exige a legalização de ‘matrimônios’ de membros do mesmo sexo e a adoção de crianças por parte de casais homossexuais. A quarta demanda requer a plena participação de lésbicas, homossexuais, bissexuais e transexuais em programas de educação, de creches infantis e de aconselhamento escolar... A quinta demanda requer que os anticoncepcionais e o aborto estejam à disposição de toda pessoa, não importando a idade (para os sodomitas é uma pretensão absurda, mas prova a inserção do movimento gay na “cultura da morte”). A sexta demanda exige que se utilize dinheiro dos impostos para pagar inseminação artificial de lésbicas e bissexuais e proíbe que se expressem preocupações acerca da homossexualidade que estejam baseadas na religião. A sétima demanda exige que organizações como Roys Scouts aceitem homossexuais como diretores

de patrulha” (sic) (584).

- Tal dossiê continua afirmando que “em escolas públicas e privadas foram introduzidos cursos e programas de educação sexual, começando da pré-escola, que apresentam o homossexualismo a crianças e adolescentes como uma opção a mais, um ‘estilo de vida’ ou uma ‘preferência sexual’. Este é precisamente o objetivo de um desses programas, chamado ‘O projeto 10’, cuja fundadora é Virginia Uribe, uma lésbica professora de escola... É alarmante saber que nestes cursos e nas bibliotecas das escolas, utilizam-se livros como ‘Heather tem duas mães’ e ‘O companheiro de quarto do papai’, sem que o saibam os pais. Além disso, já se está tornando disponível um livro de jogos para crianças que trata sobre a sexualidade e que dá instruções específicas sobre vários métodos de masturbação... Também em várias universidades mais proeminentes já foram introduzidos cursos, congressos e até foram criados centros de estudo sobre homossexualismo e lesbianismo, apresentando-os como ‘estilos de vida’ tão perfeitamente aceitáveis como o heterossexual” (585).

Outra das táticas que utilizam esses grupos homossexuais é a de tachar a todos os que se opõem a sua ideologia de “homofóbicos”. Deste modo buscam ridicularizar seus oponentes para assim mudar a opinião pública... É crucial que nos demos conta de que o comportamento homossexual ou lésbico já não é algo que fica na penumbra. Os grupos homossexuais e lésbicos estão promovendo sua ideologia e suas atividades entre as crianças e os jovens. Essa é sua principal forma de sobrevivência como grupo social” (586).

f.7.

Em nível de organismos internacionais, “em 30 de julho (de 1993), Estados Unidos e outros 21 membros do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) votaram em dar a categoria de consultora à Associação Internacional de Lésbicas e Homossexuais (ILGA). O ECOSOC votou em Genebra e fez da ILGA o primeiro grupo homossexual a que se outorgou voz dentro do corpo internacional. Um folheto de ILGA descreve o grupo como ‘uma federação mundial de grupos nacionais e locais dedicados a lutar pelos direitos das lésbicas e homossexuais em todo o globo’... Em 1990, ILGA aprovou uma resolução sob o título ‘Amor homem/menino, mulher/menina’ que efetivamente reconheceu os pedófilos como uma ‘minorias sexual’. A resolução estabelece: ‘ILGA chama a todos os membros a tratarem as minorias sexuais com respeito e a estabelecer um diálogo construtivo com elas’. O reconhecimento dos pedófilos como uma minoria sexual é uma demanda chave para defender o sexo adulto/criança. Fazendo reivindicações como uma minoria, os pederastas podem seguir os passos dos ativistas homossexuais e reclamar mudanças legais e sociais para

assegurar seus direitos. Para isso, os ‘direitos dos pedófilos’ seguirão os passos dos direitos dos homossexuais... ECOSOC aprovou a solicitação de ILGA por 24 votos, contra 4 e uma abstenção de 17 nações. Além dos EUA, o Washington Blade informou sobre as nações que votaram afirmativamente, aceitando o credenciamento de ILGA: **Argentina**, Austrália, Áustria, Bielo-Rússia, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, Dinamarca, França, Alemanha, Itália, Japão, México, Noruega, Peru, Rússia, Espanha, Ucrânia e Reino Unido” (587).

“O fato de que o Conselho Econômico e Social da ONU tenha-se disposto a dar um *status* especial de organização não governamental aos homossexuais militantes, o que foi negado de forma insultante à organização pró-vida Human Life International, diz muito acerca de seus objetivos. Não é de se surpreender que se tenha outorgado tal *status* ao movimento homossexual internacional, pois os que propõem o controle sobre o crescimento da população consideram que o homossexualismo ajudará a obtê-lo” (588).

G) A “perspectiva de gênero”

Na reunião de Mar del Plata, onde se buscou o consenso dos organismos não-governamentais para o Foro de ONGs da Conferência de Beijing sobre a Mulher, Marta Lamas apresentou uma exposição que nos pode servir de guia para compreender que significado se dá ao “gênero”. Introduce o tema afirmando que “com este ensaio pretendo ‘mapear’ a complexidade de um fato — a diferença sexual — sobre o qual se constrói o **gênero** em um duplo movimento: como uma espécie de ‘filtro’ cultural com o qual interpretamos o mundo, e também como uma espécie de armadura com a qual construímos nossa vida. Reconhecendo de antemão o caráter incompleto deste anteprojeto, creio que funciona como uma introdução a diversas reflexões que abordam uma interrogação básica do **feminismo**: qual é a verdadeira diferença entre os corpos sexuados e os seres socialmente construídos? Ao redor de tal questão articula-se a teoria e a prática feminista” (589).

Depois faz uma breve análise histórica, onde critica a postura segundo a qual o varão haver-se-ia apropriado do poder, baseado na diferente anatomia corporal em relação à mulher. Frente a isso, “a denúncia feminista sobre a desigualdade sexista documentou o controle, a repressão e a exploração sobre os corpos das mulheres; a academia feminista aprofundou a reflexão sobre as diferenças entre homens e mulheres, e renovou o debate entre o inato e o adquirido. Generalizou-se então o uso da **categoria gênero para referir-se à simbolização que cada cultura elabora sobre a diferença sexual, estabelecendo normas e expectativas sobre os papéis, as condutas e os atributos das pessoas e função de seus corpos** ... A tendência intelectual dominante trabalha

sobre a construção social do corpo: desde a forma em que culturalmente se outorgam novos significados a diversos aspectos corporais, até as **reformulações políticas** que partindo de como se vivem o gênero e a etnia, a cultura e a religião, controlam e regulam diferencialmente os corpos” (590).

g.1.

Depois se chega a um dos parágrafos decisivos para compreender o que entendem por “gênero”, o que não é fácil, porque se trata de uma construção puramente abstrata e sem nenhum fundamento na realidade. Diz Lamas: “Ainda que a riqueza da investigação, reflexão e debate ao redor do gênero conduza inelutavelmente a **desessencializar a idéia de mulher e de homem**, com todas as conseqüências epistemológicas que isso implica, a urgência, em termos de sofrimento humano, localiza a **prioridade feminista no sexismo e na homofobia. Enfrentar estes produtos nefastos do gênero, conseqüência dos processos culturais mediante os quais as pessoas nos convertemos em homens e mulheres dentro de um esquema que postula a complementaridade dos sexos e a normatividade da heterossexualidade**, é o objetivo compartilhado pelos diversos feminismos” (591).

g.2.

Mais abaixo afirma que “a cultura é um resultado, porém também uma mediação. Os seres humanos deparamo-nos com um fato básico, que é idêntico em todas as sociedades: a diferença corporal entre mulheres e homens, especificamente a relativa aos genitais. **A cultura é resultado da forma como interpretamos esta diferença**, de como a simbolizamos, de como elaboramos a angústia ou o medo que nos causa; porém **também a cultura é uma mediação: um filtro através do qual percebemos a vida**” (592).

Dentro da cultura, esta teoria outorga à linguagem um lugar de primazia. Vejamos: “a linguagem possui uma estrutura que está fora do controle e da consciência dos falantes individuais, os quais, sem embargo, fazem uso desta estrutura presente em cada uma de suas mentes: umas unidades de sentido, os sinais, dividem e classificam o mundo, tornam-no inteligível para quem compartilha o mesmo código. **Não há uma relação natural entre os sinais e o mundo**, cada língua articula e organiza o mundo de diferentes maneiras a partir das relações específicas dos significados e significantes de seus sinais. Assim como cada língua nomeia, cada cultura realiza sua própria simbolização da diferença entre os sexos, que gera múltiplas versões de uma mesma oposição: homem/mulher, masculino/feminino” (593).

Continua expondo Lamas: “em cada cultura, a oposição binária

homem/mulher é chave na trama dos processos de significação. A **diferença sexual**, recriada na ordem representacional, **contribui ideologicamente para a essencialização da feminilidade e da masculinidade**; também produz efeitos no imaginário das pessoas. A diferença sexual estrutura-nos psiquicamente e a **simbolização cultural da mesma diferença, o gênero, não só marca os sexos, mas marca a percepção de tudo o mais: o social, o político, o religioso, o cotidiano**” (594).

g.3.

Mais adiante, pretende negar os conhecimentos da ciência biológica e da antropologia racional, com estes argumentos simplistas:

1º) haveria “cinco áreas fisiológicas ... genes, hormônios, gônadas, órgãos reprodutivos internos e órgãos reprodutivos externos”, e com elas se poderiam efetuar numerosas combinações, “cujo ponto médio é o hermafroditismo” (sic); definitivamente haveria além dos dois sexos uma porção de “intersexos”, que são essas supostas combinações de áreas fisiológicas.

2º) Afirma também que “outra construção social ‘biologizada’ é, por exemplo, pensar, a partir da complementaridade dos sexos para a reprodução, que a sexualidade ‘natural’ é a heterossexualidade. Esta concepção não reconhece a qualidade indiferenciada da libido sexual (sic), nem a persistência universal da homossexualidade ao longo do tempo” (595). Destes supostos errôneos conclui, também equivocadamente, que “não existe o homem ‘natural’ ou a mulher ‘natural’; não há conjuntos de características ou de condutas exclusivas de um sexo, nem sequer na vida psíquica. A inexistência de uma essência feminina ou masculina leva-nos a rejeitar a suposta ‘superioridade’ de um sexo sobre outro, e a questionar até onde há uma forma ‘natural’ da sexualidade humana” (596).

g.4.

Na página 14 de sua exposição, define a sexualidade “como uma elaboração psíquica e cultural sobre os prazeres dos intercâmbios corporais”, conceito que utiliza para defender a homossexualidade, como outra opção psíquica e cultural de igual valor que a heterossexualidade; chega mesmo a dizer que “o movimento gay aparece como uma instância libertadora, já que afirma, com razão, que a **sociedade está equivocada quanto à homossexualidade e a heterossexualidade: nem a primeira é antinatural, nem a segunda é natural**” (597). E mais, afirma que “se estigmatizam as mulheres que têm uma conduta sexual ativa e livre, ou seja, similar à masculina; e se reprimem e discriminam pessoas homossexuais que assumem abertamente seu desejo. Ambas as práticas estão tingidas pelo **sexismo** e pela **homofobia**, que são a expressão mais negativa e violenta do

esquema cultural de gênero” (598).

Mais adiante, incorpora a idéia de identidade sexual, segundo a qual “é fundamental distinguir que cada sexo pode ter duas identidades sexuais: mulher/heterossexual e mulher/homossexual, e homem/heterossexual e homem/homossexual. Estas quatro identidades se ampliam ante a conduta bissexual”; ora, “como a identidade sexual nasce de uma estruturação psíquica, sobre a qual não há controle, só se pode modificar a valoração cultural que se lhe atribui; ou seja, só a lógica do gênero, como construção social, pode ser transformada” (599).

Por sua vez afirma que o gênero pode ser escolhido por cada pessoa e que essa escolha é um “elemento para renovar a história cultural”. Conclui com esta frase admonitória: “Só mediante a crítica e a desconstrução de certas práticas, discursos e representações sociais que discriminam, oprimem ou ferem as pessoas em função do gênero, aproximar-nos-emos do objetivo ético-político primordial do feminismo: reformular, simbólica e politicamente, uma nova definição do que é ser pessoa — um ser humano e um sujeito — seja em corpo de mulher ou de homem” (600).

g.5.

Em síntese, a autodenominada “perspectiva de gênero”, começa negando a realidade da natureza humana, para o qual inventa uma suposta categoria que denomina “intersexos”, como formas de combinação dos distintos componentes fisiológicos da sexualidade. Então, definitivamente: o sexo seria uma questão biológica e o **gênero** seria uma construção cultural, mutável por si; e que, para superar os dois mais graves erros de nossa cultura atual — o sexismo e a homofobia — deve-se subverter a cultura atual — que é sexista por ser “andrógina” e heterossexual. Esta mudança cultural constitui o principal objetivo ético e político do movimento feminista. O sexismo seria assim a soma do poder político, social e cultural nos homens; e a **igualdade dos sexos** seria a transferência de tal poder às mulheres. A homofobia seria a negação da homossexualidade como uma legítima opção sexual, e a **não discriminação sexual** implicaria a universalização da sodomia.

g.6. O PRIOM

O movimento feminista está tentando levar a cabo essa “revolução cultural” através da educação. Concretamente, na República Argentina, através do “Programa de Promoção da Igualdade de Oportunidades para a Mulher” (PRIOM), do Ministério da Educação e Cultura da Nação, cuja coordenadora geral foi a Prof. Gloria Bonder, e a coordenadora operativa foi a Prof.^a Graciela Morgade, mestra em ciências sociais pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO). O programa depende da Secretaria de Programação e

Avaliação Educativa, e esteve a cargo da Prof.^a Susana Decibe até que assumiu como Ministra de Educação da Nação. Surge neste momento em que se está executando uma reforma educativa global, com atualização dos conteúdos curriculares e uma nova formação profissional para os docentes.

O PRIOM “foi concebido como um programa multidimensional ... **que incide em todos os projetos e ações que desenvolve o ministério**” (601). “A nova Lei Federal de Educação ... incorporou o princípio da igualdade de oportunidades e a eliminação de estereótipos discriminatórios nos materiais didáticos (é a primeira lei escrita no país em uma linguagem não sexista) ... Os novos programas de estudo de todos os níveis educativos — desde o primário à formação de docentes — incluem conteúdos e enfoques de gênero em todas as áreas curriculares” (602). “A criação de um currículo não sexista deve ir necessariamente vinculada à formação de docentes conscientes desta problemática, comprometidos com a proposta e capacitados para pô-la em prática. No mesmo sentido, requerem-se materiais didáticos que apoiem estas novas práticas pedagógicas, investigação diagnóstica e avaliativa, educação sexual, orientação vocacional e educação física não sexista e um permanente trabalho com e para a comunidade educativa de modo a convertê-la em uma aliada dos projetos em marcha em demandante da continuidade de ações neste campo” (603).

Dentro do PRIOM, “progressivamente temos avançado em direção a um enfoque co-educativo, **cuja intenção é produzir mudanças nas identidades e papéis tanto das mulheres como dos varões, afetando igualmente a vida pública e privada**” (604). “Nossa opção pela igualdade de oportunidades para a mulher como sustento e meta deste programa tem um sentido mais estratégico que teórico. Com efeito, do ponto de vista conceitual, baseamo-nos nos desenvolvimentos da TEORIA DO GÊNERO e sua aplicação ao campo da Educação, o que supõe **entender o gênero como uma relação de poder social que envolve tanto as definições e prescrições acerca da feminilidade como da masculinidade**” (605). A equidade de gênero seria a eliminação de toda diferenciação entre as pessoas de ambos os sexos, como o caminho idôneo para que as mulheres obtenham o poder na sociedade.

Para alcançar todos esses objetivos, propõem um modelo concreto de aplicação da “perspectiva de gênero” em toda a educação, incluindo as seguintes áreas: ciências sociais e meio ambiente (história, sociologia, geografia e economia, filosofia, psicologia e direito); ciências naturais (biologia, química e física); tecnologia (informática,

biotecnologia, eletrônica, energias não convencionais); matemática; língua e literatura; artes; e educação física (606). Pretende-se aplicar esta “perspectiva de gênero” de forma transversal; e, como explica Montserrat: “A estratégia transversal implica impregnar absolutamente toda a realidade educativa de conteúdos transversais, **os quais devem estar presentes em todos os currículos, constituindo-se no eixo em torno do qual gira a temática**” (607). Obviamente se se chegasse a aplicar em nosso país este Programa, as próximas gerações de argentinos teriam uma profunda crise de identidade, pois não saberiam se são mulheres, homens ou as diversas gamas de “intersexos”...

CAPÍTULO 12 OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO: TRANSMISSORES DO MITO DA SUPERPOPULAÇÃO

Como parte da campanha mundial para a promoção do controle de natalidade, todos os meios de comunicação difundem e repetem como *slogans* sete mentiras básicas. Tais falsidades são:

- 1) A mentira da modernidade da contracepção;
- 2) A mentira das estatísticas sobre a vida humana;
- 3) A mentira do cálculo malthusiano;
- 4) A mentira do esgotamento dos recursos;
- 5) A mentira da escassez de alimentos;
- 6) A mentira da superpopulação como causa da pobreza;
- 7) A mentira da defesa do futuro.

Passo a analisar cada uma destas falácias. Será útil para isso recordar as cinco verdades demográficas do capítulo quinto.

A) PRIMEIRA MENTIRA: A *suposta modernidade da contracepção.*

O nascimento da prostituição é a causa histórica da aparição da anticoncepção no mundo. As razões são óbvias. “Em duas obras dedicadas a estudar esses métodos na Antigüidade, mencionam-se, como referência mais antiga, cinco Papiros egípcios de 1900 a 1000 a.C., que descrevem: ‘Ungüentos vaginais, produtos capazes de constituir um pessário que bloqueie o acesso ao útero do líquido seminal’. Todas as tradições antigas relatam a existência dessas técnicas” (680). A prostituição, como toda atividade marginal, fez que ao começo a contracepção fosse limitada quanto ao número de usuárias.

a.1.

Historicamente, as técnicas contraceptivas se generalizam “na Grécia, como em Roma; trata-se de uma aristocracia dirigente que teme a divisão do patrimônio... O que se lê nos textos é que a rejeição à descendência está determinada pelo cuidado do patrimônio, a valorização do dinheiro, as facilidades da escravidão em um mundo aberto, ou o peso da educação, particularmente nas mulheres. Daí o desejo da disponibilidade feminina para fins diferentes dos da transmissão da vida” (609).

Já Hipócrates em seu juramento de há 2500 anos, rejeitava o aborto como prestação médica.

a.2.

O terceiro motivo para a contracepção é a “razão de Estado”. O primeiro a delinear-la em toda a sua crueza foi o filósofo Platão em “A República”, onde afirma que “os magistrados deverão regulamentar o número de matrimônios para manter o mesmo número de homens, reparando os vazios produzidos pelas guerras e outros acidentes; e para que o Estado, na medida do possível, não aumente nem diminua. Estas prescrições deviam, desde logo, ser acatadas sob pena de sanção para o cidadão que não o fizesse. Platão criava, pois, um código penal para a procriação livre, já que havia tipificado claramente o delito” (610).

E aqui se vêem os três elementos que dão origem à contracepção:

- 1º) promiscuidade sexual e prostituição;
- 2º) o afã de manter a riqueza; e
- 3º) a razão de Estado.

Esses mesmos motivos esgrimiram os mentores da “revolução sexual” da década dos anos 60: a liberação sexual não é outra coisa que uma espécie de “prostituição gratuita”; o egoísmo das pessoas ricas continua vigente e, por último, o “Relatório Kissinger” e as declarações da ONU a respeito, mostram-nos a vigência da razão de Estado como o mais poderoso motor da contracepção no mundo. Tudo isso tem milhares de anos de vigência. Não há “modernidade” tão antiga... O que é sim verdadeiramente novo é o volume da contracepção atual, sua indução massiva e compulsiva, temas desenvolvidos em profundidade nos capítulos anteriores, aos quais me remeto.

B) SEGUNDA MENTIRA: *A mentira das estatísticas sobre a vida humana.*

A riqueza da humanidade é impossível de encerrar em estatísticas. Todo intento nesse sentido é vão e está condenado ao fracasso: Um homem de 60 anos e um recém-nascido não fazem dois homens de 30 anos... O argentino médio, apregoado pelos estatísticos, não existe na realidade, já que somar a idade média, o peso médio, a

renda média *per capita*, etc. são abstrações; já que, ao momento de concluir a confecção das estatísticas, os dados variaram; e, sobretudo porque não existe nem sequer uma pessoa que reúna a totalidade das características médias dos outros 35.000.000 de argentinos.

b.1.

O ser humano resiste às estatísticas com a água ao azeite, porque possui três qualidades peculiares que o distinguem dos demais seres:

- a) sua unicidade;
- b) o não ser passível de medição matemática; e
- c) constituir um processo autocriador.

b.1.1. A unicidade:

É a propriedade do indivíduo em relação ao qual não há outro igual, nem pode haver outro idêntico por princípio. Os outros seres têm a característica da unidade (cada grão de trigo é único e igual a si mesmo, mas também pode ser igual a outro grão de trigo); ao contrário, cada homem é igual a si mesmo e distinto dos demais. Isso faz que as estatísticas sejam inaplicáveis aos homens e mulheres.

b.1.2. Não é possível a medição matemática do homem: Porque cada ser humano é distinto dos demais e, além disso, cada pessoa é livre, não se podem predizer nem projetar seus comportamentos, já que nem sequer cada um de nós é capaz de prevêê-los para si mesmo. Por isso, falham todas as predições demográficas. Por exemplo: “Um Boletim do Departamento de Estado dos Estados Unidos afirmou em 1969, com dados das Nações Unidas, que a população mundial chegaria no ano 2000 a 7.500 milhões. Em 1974 o FNUAP afirmou que essa quantidade seria de 7.200 milhões. Em 1976, que seria ‘aproximadamente’ de 7.000 milhões. Seu prognóstico em 1978 foi de 5.800 milhões” (611).

b.1.3. Cada homem constitui um processo autocriador: Como expressa com um tom de poesia Chaunu, “nenhuma sociedade pode contentar-se com os filhos desejados; necessita primeiro e sobretudo dos filhos aceitados. O filho desejado não é o filho mais amado. Não se deseja um filho como se deseja um automóvel, uma roupa, um artefato; por uma razão muito simples: ninguém se separa de um filho como de um objeto. A relação que nos liga a ele durará por toda a vida. Sabe-se que a vida consta de muitos riscos. Isso é o que lhe dá seu sabor. Uma vida em que cada instante se desenvolvesse segundo o projeto do começo, seria mais triste que a morte. Na realidade, seria uma morte eterna. O risco de viver inclui o risco de transmitir a vida e isso requer a aceitação do risco... Ora, no filho que vai nascer, tudo é novo; é um pouco de si mesmo, um pouco da pessoa que se ama e um ser totalmente diferente, sem começo e sem fim, como ele mesmo, uma centelha de eternidade” (612). As estatísticas da vida não podem abarcar esta simples

realidade, de que cada ser humano é único, insubstituível e imprevisível.

C) TERCEIRA MENTIRA: A mentira do cálculo malthusiano.

Tomás Roberto Malthus foi um pastor anglicano que em 1798 publicou seu famoso “Ensaio sobre o Princípio da População”, obra coerente com o iluminismo que dominava a intelectualidade de sua época. Malthus parece ter mais confiança na matemática que nos homens. E assim foi...

c.1.

Sua argumentação consiste em utilizar o cálculo linear (com interpolações e projeções), aplicando duas variáveis: população e recursos. Seu erro radica-se em que os processos sociais, como a população, são absolutamente impermeáveis a este tipo de cálculo. Malthus é o mais rigoroso introdutor do cálculo matemático aplicado ao efeito econômico do crescimento da população. Apesar do rotundo fracasso, seu cálculo é utilizado por muitos dos que ainda hoje estudam o tema da população e, para distanciarem-se dos erros de seu mestre, autodenominam-se “neomalthusianos”.

Em seu “Ensaio...”, afirmou que o crescimento da população é infinitamente maior que a capacidade da terra para produzir alimentos. Para isso baseou-se em uma relação matemática que inventou, e que não tem fundamento algum: um numerador fixo (recursos finitos), a que aplica a lei econômica dos rendimentos decrescentes (por exemplo: um mesmo campo, com os sucessivos cultivos, produz cada vez menos); e ao mesmo tempo um denominador variável: a população, que faz crescer arbitrariamente em forma exponencial ou geométrica.

c.2.

Malthus aplica sua teoria à Inglaterra e estima que em 1798 tem 7.000.000 de habitantes (base 100), calcula um aumento aritmético dos alimentos e uma progressão geométrica da população em períodos de 25 anos. Assim, o primeiro período de 25 anos resulta numa duplicação da população e numa duplicação dos alimentos. No seguinte período a população chega a 28 milhões, mas com alimentos só para 21 milhões. Malthus profetizou que em 1898 a Inglaterra teria 112 milhões de habitantes e comida só para 35 milhões. Hoje a Inglaterra tem 58 milhões de habitantes, que superam em 32 pontos o nível de necessidades calóricas *per capita*. O cálculo malthusiano é completamente errado. Em nível mundial calculou que em 1998 haveria 128 bilhões de habitantes e, às portas de tal data, mal superamos os cinco bilhões...

Malthus, no fundo, desconhece a liberdade e a inteligência humanas, porque pensa que o ritmo do crescimento populacional é inexorável (para isso o homem não deveria ser livre), e desconhece a capacidade do ser humano de aplicar novas descobertas e tecnologias à

produção, com o que implicitamente nega sua inteligência. Esses erros elementares sobre a natureza humana levam-no a cometer as desatinadas projeções que hoje nos causam riso. O lamentável é que 200 anos depois de seu estrondoso fracasso, tenha seguidores nos mais elevados postos de decisão política do mundo...

D) QUARTA MENTIRA: A *mentira do esgotamento dos recursos*.

A Conferência das Nações Unidas para a Conservação dos Recursos predisse que para 1975 “haver-se-ão esgotado as reservas de chumbo, cromo, zinco e cobre do mundo”; todavia, apesar do consumo, aumentaram respectivamente 115%, 675%, 61% e 179% nesse período (613). Hoje, com mais exploração e pesquisas, as reservas cresceram ainda mais. Não há nenhum mineral esgotado ao longo da história. Isso obedece a uma razão química: “nem um só átomo de metal se **consome** nunca, exceto no caso pouco corrente da radioatividade ou das reações nucleares” (614).

d.1.

Os principais difusores da falsa tese do esgotamento dos recursos foram três livros, a saber:

1º) “*A Bomba da População*”, escrito em 1968, por Paul Erhlich. Afirma que a Inglaterra desaparecerá no ano 2000. Começa assim: “A batalha para alimentar a toda a humanidade terminou. Em 1970 o mundo sofrerá privações, centenas de milhões de pessoas morrerão de fome, apesar dos programas de emergência que se estabeleçam agora. Nestes momentos, já nada pode impedir um incremento substancial na taxa de mortalidade mundial” (615). Obviamente nada disso ocorreu. Sem embargo, em 1990, Paul Erlich animou-se a escrever “*A Explosão Demográfica*”, outro livro-catástrofe, com erros similares, mas sem o êxito editorial do anterior.

2º) “*Os limites do crescimento*”. Elaborado pelo Clube de Roma em 1972. Em tal trabalho, muitos “cientistas” de todo o mundo fizeram modelos simulados por computador e chegaram a resultados demográficos que jamais se cumpriram. Seu erro foi incluir uma série de pressupostos falsos. Foi o intento de uns poucos para controlar o comportamento dos demais. A quatro anos de publicado o livro (quatro milhões de exemplares vendidos), o Fundador do Clube de Roma admitiu que carecia de valor científico, mas o dano já estava feito. Vinte anos depois, o Clube de Roma voltou à carga com um novo livro: “*Para além dos limites do crescimento*”, de Donella, Dennis Meadows e Jorge Randers, que foi publicado com o seguinte texto: “Nos anos 70, ‘*Os limites do crescimento*’ alertava sobre os riscos que o modelo de desenvolvimento econômico poderia acarretar ao planeta. Hoje, em *Para além dos limites do crescimento*, os autores do Clube de Roma nos

confirmam seu alerta vermelho: **o diagnóstico era correto e já desperdiçamos vinte anos**” (616). Como pode apreciar-se, a “mentira organizada” continua funcionando...

3º) “*Global 2000*”: Tratou-se de um relatório ao Presidente Carter, redigido em 1980. Esse trabalho foi refutado em 1984, por um grupo de especialistas encabeçados por Julian L. Simon e Herman Kahn, em um estudo intitulado “*The Resourceful Earth*”, onde seus autores afirmam, entre outras teses, que: “1. A expectativa de vida aumentou aceleradamente em todo o mundo, como resultado dos avanços demográficos, científicos e econômicos... o abastecimento de alimentos (pelo menos desde a II Guerra Mundial) tem melhorado, se medido pelo preço dos grãos, pela produção para o consumo e pelas taxas de mortalidade por fome... 12. Os recursos minerais se estão convertendo em menos e não em mais escassos”, etc. (617).

E) QUINTA MENTIRA: A suposta escassez de alimentos.

Pode-se afirmar que quanto mais numerosa é a humanidade, menor a fome e maiores os níveis de saúde. A prova da melhora na saúde é a diminuição da mortalidade infantil e o crescimento da expectativa de vida.

e.1.

O prêmio Nobel Teodoro Schultz afirma que “há um excesso de retórica formado por sombrias predições no sentido de que na terra os solos se estão esgotando, os recursos naturais se acabam, a terra adequada para o cultivo não consegue produzir os alimentos necessários para uma população que segue aumentando, e que não tardará a haver enormes fomes. Tais predições não são uma verdadeira avaliação dos limites da terra, **porque a produtividade futura da economia não está predeterminada pelo espaço, a energia e as terras cultiváveis**. Estará sim determinada pelas capacidades dos seres humanos, tal como aconteceu no passado; e não há razões de peso para supor que não há de ser assim nos anos por vir” (618).

e.2.

Prova disso é que, por exemplo, entre 1950 e 1980 a produção de alimentos *per capita* aumentou em 40% (619). Colin Clark demonstra que para alimentar uma pessoa adulta com a dieta norte-americana, é preciso 1,424 metros quadrados de terra. Multiplicado pela superfície cultivável, chega à conclusão de que há possibilidade de alimentar 39 bilhões de habitantes, supondo que as técnicas agrícolas não melhorem... (620). Se há fome no mundo é por causa das guerras, da injusta distribuição de riquezas e da falta de solidariedade entre os homens, ou seja, por razões morais e políticas (por exemplo: Somália, Ruanda), e não por falta de alimentos.

e.3

Ainda que pareça surpreendente, é verdade que há certa infinitude dos recursos dos recursos e do abastecimento de alimentos. Com efeito: Um recurso natural é um meio para satisfazer uma necessidade humana; portanto os recursos devem medir-se em função do grau de satisfação dessa necessidade. O homem, com sua inteligência, melhora continuamente o rendimento dos recursos (um hectare de terra produz hoje mil vezes mais do que há 3.000 anos); ou seja, mesmo com recursos limitados, ao tirar deles sempre mais proveito, por sua melhor utilização, eles se transformam em ilimitados. Além disso, muitos recursos foram substituídos por outros melhores. Em consequência, o limite físico dos recursos permanece estático, mas a inventiva humana desloca continuamente seus limites reais. Não haver captado essa realidade é um dos erros mais grosseiros de Malthus e seus “modernos” seguidores.

F) SEXTA MENTIRA: *A mentira da superpopulação como causa da pobreza.*

O prêmio Nobel de Economia, Hayek, em seu último livro (“Nossa Herança Moral”), afirma: “Tudo isso é falso. **Não é certo que o aumento da população conduza ao empobrecimento. Não temos nenhum elemento da história que o comprove... Não se conhece nenhum caso em que o aumento demográfico tenha conduzido a um empobrecimento das pessoas que já existiam**” (621). Abona sua tese com numerosos casos reais. Poderíamos citar, por exemplo, que Taiwan entre 1964 e 1973 teve um crescimento demográfico anual médio de 2,7% (catastrófico — segundo Malthus — para o desenvolvimento econômico). Nesse período a renda *per capita* cresceu 203%, a poupança líquida 796%, o PIB 260% e o valor de suas exportações 1.040%. Em Hong Kong, entre 1960 e 1980, a população cresceu 2,8% ao ano e o PIB 7% ao ano. A população aumentou 50% mas os salários duplicaram (622).

f.1.

A lei econômica segundo a qual a uma maior população corresponde proporcionalmente uma maior riqueza, que cobre com acréscimos o crescimento demográfico, tem uma explicação vital: É lei de vida que os pais de uma família numerosa — em geral — trabalhem mais do que os de uma família pequena, para cobrir suas maiores necessidades. Por sua vez, é freqüente que ao entrar na adolescência, muitos filhos de famílias numerosas comecem a trabalhar (uma boca a mais são também dois braços e uma inteligência a mais para trabalhar). Isso que acontece em nível de famílias, sucede também em nível de países, e explica que as nações com maior crescimento demográfico (subdesenvolvidas ou não) sejam as que têm um crescimento econômico

proporcionalmente mais alto.

Essa mesma é a conclusão de Adolfo Figueroa, ao dizer que “a relação entre crescimento econômico e demográfico é certamente muito mais complicada que a usual proposição de que o crescimento demográfico é determinante do crescimento econômico. Os mesmos dados das Nações Unidas que relata Kuznets, indicam que a relação estatística entre essas duas variáveis é positiva: **os países subdesenvolvidos com maiores taxas de crescimento demográfico também experimentam as maiores taxas de crescimento no produto per capita**” (623).

G) SÉTIMA MENTIRA: A suposta defesa do futuro.

Os defensores do controle da natalidade argumentam que baixando as taxas de natalidade defendem o futuro da humanidade. Comprovou-se o contrário. Ao longo de 30 anos de políticas antinatalistas, os países “desenvolvidos” estão envelhecendo a níveis insustentáveis. Pierre Chaunu sintetiza assim: “O vazio que se formou na pirâmide de idades da quarta parte mais inteligente do mundo não tem precedentes. Mesmo se tudo voltasse à ordem no ano próximo, a perturbação provocada por essa mutilação da carne de uma quarta parte do mundo supera, em muito, as perdas provocadas pelas duas grandes guerras mundiais” (624).

g.1.

“Chama-se envelhecimento (da população) o crescimento da relação entre o número de velhos e o da população total. Uma população inicia o processo de envelhecimento quando, segundo Tabla de Divillard, cruza a fronteira dos 5,6% de pessoas com mais de 65 anos e 8,8% de pessoas com mais de 60 anos... Como aponta Sauvy, ‘o crescimento da população de anciãos não se tem feito, em geral, em detrimento da população adulta... É sobre os jovens que repercute aquele crescimento, ocasionando seu descenso... A estreita relação entre o envelhecimento e a esterilidade voluntária tem uma importância sociológica. Justificada ou não, a negativa de dar a vida tem reduzido a vitalidade das populações... O antídoto é claro: não deixar debilitar-se a natalidade: acautelar-se com a nova situação, dirigir voluntariamente o olhar ao porvir” (625). Falando de toda a Europa, Zurfluh nos diz que “com uma taxa de 1,87 filho por mulher, os menores de 20 anos já são **menos** que os maiores de 60 anos. Acima desta cifra a situação se torna cada vez mais extrema. A Alemanha, com uma taxa de 1,3 filho por mulher, terá, dentro de pouco tempo, duas vezes mais pessoas maiores que jovens” (626). Atualmente, “os dados mais preocupantes fazem referência à queda de natalidade na Europa, cujo crescimento demográfico segue uma linha descendente desde 1984, cada ano mais acelerada e cuja taxa de crescimento natural (descontando a imigração) situa-se em 1,1 por mil.

Em 1993 nasceram no Espaço Econômico Europeu (a Europa dos 17) 4,19 milhões de crianças, 110.000 a menos que em 1992, o que supõe uma taxa de fecundidade (filhos por mulher em idade fértil) de 1,5, muito abaixo do limite mínimo para que se renovem as gerações (2,1). As taxas de natalidade passaram de 11,5 por mil em 1992 a 11,2 em 1993. Apesar disso, no último ano a população europeia experimentou um ligeiro crescimento de 0,39% (1,5 milhão de pessoas a mais), devido principalmente às migrações... A baixa taxa de natalidade chegou a tal ponto que em 1993, pela primeira vez desde 1960, há dois países europeus em que houve mais mortes que nascimentos. Trata-se da Alemanha (com um balanço de +96.000 falecimentos) e Itália (+3.600)” (627).

Em 1994, a situação da Itália piorou. Com efeito: “o futuro do país europeu se apresentará cheio de problemas se não se conseguir reverter o rápido envelhecimento da população em um Estado onde, em 1994, morreram 584.081 pessoas. Paradoxalmente, a expectativa de vida não pára de crescer entre os italianos. Este fenômeno do aumento do número de mortos em um marco de prolongamento dos anos de vida, é consequência de que a porcentagem de anciãos é cada vez maior, comparada com o total da população. Em 1994 houve 20.675 mais mortes que nascimentos (628).

“A população do Japão está batendo um dos recordes mais temidos no mundo ocidental: o envelhecimento. Segundo os últimos dados, no ano 2025 será o país com mais velhos do mundo. A população japonesa chegará a seu nível máximo no ano 2007 e estará composta por 20% de pessoas com mais de 65 anos, estima o Instituto de Investigação Demográfica de Nihon... A proporção de pessoas com mais de 65 anos ascenderá de 12% em 1990 a 17% em 2000 e se situará em 20% em 2007, porcentagem mais alta do mundo. Além disso, a maioria dos anciãos viverá sozinha no futuro. De 11% em 1990, passar-se-á a 18% em 2025... Para burlar este destino fatídico, Siroku Kajiyama, secretário do partido liberal-democrata, atualmente no poder, pediu aos matrimônios japoneses que tenham como mínimo três filhos a partir de agora, único remédio que pode salvar a próxima geração de japoneses de perder seu tradicional ‘espírito de competência’, indispensável em uma economia de mercado. ‘Vocês não precisam ter dez filhos, mas somente entre três e cinco’, pediu Kajiyama, referindo-se a seu exemplo pessoal, pois ele mesmo é pai de dez filhos. Segundo o secretário geral, as famílias numerosas desenvolvem o espírito de competência entre as crianças” (629).

A solidão de muitos anciãos japoneses é tal que: “uma menina de poucos anos ensina a **sua avó** seu novo livro de desenhos coloridos, enquanto a **nora** lhe faz massagens nos ombros e fala animadamente com **seu marido**. Os quatro estão sentados no quarto do tatame — sala

de estar com piso de palha, ao estilo japonês. A família do filho foi visitar a mãe-avó. Nada mais normal e ordinário. O que não é normal é que nenhuma destas pessoas esteja relacionada com as outras por laços de família. Uma obra de teatro? Não. Um drama televisivo? Tão pouco. Trata-se de **uma família de aluguel**. A avó tem 72 anos, vive sozinha em Tóquio e pagou 150 ienes para desfrutar durante três horas de uma atmosfera familiar com os atores. O aumento das famílias nucleares e o crescente envelhecimento da sociedade japonesa têm facilitado o surgimento deste tipo de negócio absolutamente único em seu gênero” (630).

g.2.

“É uma hipótese-pesadelo para os economistas, um fenômeno social que não se produziu ainda em nenhum país do mundo. Mas a ‘estréia’ mundial de uma nação com mais pensões do que soldos será realidade na Itália em fins deste ano, com toda a certeza das projeções matemáticas. As cifras não mentem. Uma investigação da ‘Prime’, sociedade de serviços financeiros do grupo Fidis (Fiat), mostra que dentro de poucos meses a relação entre o número de ocupados e o das pensões será inferior a um: 0,96 em fins de 1993. Nos anos sucessivos a proporção seguirá piorando. O envelhecimento da população combinado com a crise econômica fez cair o número de cidadãos empregados de 21,6 milhões em 1991 a somente 20,4 no ano passado. O número das prestações de todo tipo — velhice, invalidez etc. — calcula-se em 21 milhões” (631).

g.3.

O declínio da natalidade, fruto da mentalidade egoísta, hedonista e — conseqüentemente — contrária à vida humana, provocou a situação demográfica descrita nos parágrafos anteriores. Por sua vez, a realidade populacional atual nos países “desenvolvidos” produz as seguintes conseqüências, em fases sucessivas:

1º) o envelhecimento da população (com o conseqüente estancamento social);

2º) os anciãos não trabalham nem trabalharão no futuro, consomem muito mais que as crianças e têm um custo de medicamentos muito superior a eles;

3º) há muito mais passivos por pessoa ativa; em conseqüência, os jovens têm que trabalhar mais para manterem aposentados e pensionistas, podendo dispor de menos dinheiro fruto de seu trabalho;

4º) a população começa a decrescer — na Europa atual ainda não ocorre graças à imigração e ao aumento da expectativa de vida, mas logo acontecerá: sem embargo, por falta de crianças, hoje se fecham muitas escolas européias, em cinco ou dez anos se fecharão fábricas..., diminuirá a produção e haverá que atender a mais passivos; convertendo-

se esta situação em um infernal círculo vicioso realimentado, que acabará com a atual civilização européia, como outrora a denatalidade acabou com a cultura grega e o Império Romano... Em verdade, o controle de natalidade não só não defende as futuras gerações, mas — muito pelo contrário — as condena a desaparecer.

g.4.

Alguns países desenvolvidos deram-se conta desta situação e começam a reagir — ainda que de maneira muito tímida para a gravidade do problema. “O governo francês acaba de anunciar novas medidas que combinam dois objetivos urgentes: fomentar a natalidade e lutar contra o desemprego. As mães poderão cobrar um subsídio pelo segundo filho enquanto trabalham em meio expediente. O projeto de lei de Simone Veil alenta também a guarda dos filhos em domicílio” (632).

Uma medida evidente para o aumento da natalidade e, por conseqüência, para afastar o problema da subpopulação, é a penalização do aborto e sua verdadeira perseguição, tanto policial quanto judicial. É, além disso, a defesa eficaz do mais elementar direito humano, hoje violado sistematicamente nos países desenvolvidos. Zurfluh propõe ainda outras duas medidas com o mesmo fim: “o Estado poderá limitar seu fomento da natalidade àquelas famílias fecundas em descendência. Dito de outra forma, as pessoas com pouco ou nenhum filho deveriam pagar proporcionalmente muito mais impostos. Isso seria justo. Como dissemos, os aposentados sem filhos são mantidos economicamente por quem eles mesmos **não** criaram. Outra medida eficaz seria reduzir os incentivos fiscais de que gozam os casais que vivem em concubinato. Está comprovado que os casais não casados têm por média dez vezes menos filhos que os matrimônios. A exceção se produz na Suécia, onde quase a metade dos nascimentos é extramatrimonial” (633).

H) Os meios de comunicação como instrumentos técnicos para implantar o controle de natalidade

A Revista Population Reports, elaborada pelo programa de informação de população da Universidade John Hopkins — já sindicada como colaboradora “intelectual” da “multinacional da morte” — em seu número de dezembro de 1989 dá um estupendo guia para conhecer o uso dos meios de comunicação de massa como elementos técnicos modernos, com o fim de implantar o controle de natalidade nos países do Terceiro Mundo. A introdução do trabalho já é muito sugestiva...

h.1.

“Luz! Câmera! Ação! Como fomentar o planejamento familiar mediante a televisão, vídeos e películas.

Em um vídeo musical de dois cantores muito conhecidos da Nigéria, pede-se aos espectadores que decidam o melhor momento para

ter os filhos. No México dois expectadores riem ante o espetáculo de homens grávidos em uma telenovela de grande sucesso. Em um espaço publicitário da televisão da Turquia um famoso comico representa o papel de um camponês que divide a granja da família entre seus sete filhos com o resultado de que cada um recebe só uma panela cheia de terra. Em uma película de Zimbábue conta-se a história de Rita, cujos dias de estudante se vêem transtornados ao ficar grávida”.

“A televisão, as fitas de vídeo e as películas podem dar mais realidade às mensagens de planejamento familiar. Esses ‘meios eletrônicos visuais’ captam a atenção do público espectador, e um público atento está pronto para aprender. Começam a surgir indícios de que esses meios podem influir no comportamento relacionado com o planejamento familiar. **Dão resultado sobretudo quando se combinam temas e mensagens do planejamento familiar com programas recreativos em produções de alta qualidade destinados a um determinado público nas quais se promovem métodos e serviços específicos de provedores** como, por exemplo:

No Brasil, a primeira publicidade sobre a vasectomia feita por televisão ajudou a aumentar em 80% o número de vasectomias praticadas nas clínicas promotoras;

Na Turquia, uma campanha por múltiplos meios de difusão em que se transmitiram anúncios humorísticos e se apresentaram obras de teatro e programas de motivação e documentais por televisão, parece haver contribuído para que 240.000 mulheres começassem ou passassem a usar anticoncepcionais modernos.

Nas Filipinas os telefones não deram vazão depois de transmitir-se por televisão o número de uma linha telefônica direta junto com vídeos musicais que promoviam a responsabilidade sexual. Em um período de menos de seis meses telefonaram 150.000 jovens” (634).

h.2.

Continua depois o artigo: “No mundo em desenvolvimento o número de aparelhos de televisão duplicou no último decênio. Na atualidade há quase 350 milhões de aparelhos de televisão — um para cada 12 pessoas, em comparação com um para cada 2 pessoas no mundo desenvolvido. Os videogravadores estão-se difundindo ainda mais rapidamente e, desde 1984 até agora, seu número duplicou ou triplicou. Na América Latina e no Caribe e na Ásia há um videogravador para cada sete aparelhos de televisão... Com o alcance crescente dos meios de difusão, o efeito cumulativo destes no comportamento relacionado com o planejamento familiar pode ser considerável. Mesmo que teoricamente a comunicação pessoal seja mais persuasiva, na prática o tempo que o pessoal de saúde pode dedicar a cada cliente e os conhecimentos e orientação que lhe pode distribuir costumam ser

limitados. As pesquisas relevam que o povo quer ter melhor conhecimento do planejamento familiar e que uma grande maioria considera que a televisão e o rádio são meios apropriados para aprender”.

“Se bem que a televisão, as fitas de vídeo e as películas possam alcançar muito mais gente, esses meios de comunicação não são fáceis de utilizar. As produções são caras, costumam requerer especialistas técnicos de escassa disponibilidade, têm que competir com programas comerciais, podem ser difíceis de exibir e talvez gerem controvérsias. Mais ainda, é mister fazer planos minuciosos, estudar a audiência, preparar as mensagens, efetuar testes preliminares, preparar a estratégia de difusão, avaliar e, sobretudo, coordenar as atividades com os serviços existentes... Como chegam a um público cada vez mais numeroso, **esses meios de comunicação estão adquirindo crescente importância nos intentos de converter o planejamento familiar em expressão de uso corrente, norma da comunidade e escolha fundamentada do indivíduo**” (635).

O trabalho também chama a atenção sobre meios mais baratos de comunicação. Com efeito: “ainda há mais aparelhos de rádio que de televisão. Atualmente há mais de 2.000 milhões de rádios: um para cada habitante nos países desenvolvidos e um para cada cinco habitantes nos países em desenvolvimento” (636). “As salas de vídeo constituem um fenômeno que se está estendendo. Em todo o mundo em desenvolvimento estão surgindo estabelecimentos autorizados e não autorizados deste tipo. Na África e na Ásia são sumamente populares. Ali se oferece acesso aos vídeos a espectadores que não podem comprar videogravadores nem receptores de televisão” (637).

h.3.

Depois o trabalho analisa as vantagens e limitações da televisão, dos vídeos e do cinema. “As organizações de planejamento familiar têm que elaborar planos estratégicos para utilizar os meios de difusão tendo em conta suas próprias necessidades e recursos e contrapondo vantagens e limitações. Nesses planos é importante considerar a combinação dos meios de difusão e a comunicação pessoal direta, os distintos meios a utilizar e os serviços que haverá que promover” (638). Em seguida enumera 13 vantagens e 7 limitações, a saber:

“**Atraentes.** As imagens em movimento atraem a atenção. Poucas são as pessoas que podem passar diante de um aparelho de televisão sem deter-se para olhar. Geralmente a lembrança de imagens perdura mais que a de mensagens orais”.

“**Estabelecem o temário.** Os meios de difusão apresentam à atenção do público certos assuntos enquanto ignoram outros. **Esta apresentação de temas pode influir nas decisões públicas e privadas ao**

dar a aparência de que certos assuntos são mais importantes do que outros”.

“Influentes. A televisão, os vídeos e as películas são vistos geralmente por espectadores importantes como os dirigentes de um país, por exemplo. Geralmente, as pessoas abastadas, entre elas as que desfrutam do poder político e econômico, são as primeiras a ter aparelhos de televisão e videogravadores”.

“Aceitáveis. A maioria dos espectadores acha aceitáveis as mensagens de planejamento familiar transmitidas pelos meios de difusão”.

“Entretenimento educativo. A televisão, os vídeos e as películas podem educar enquanto cumprem sua função habitual de entreter o público. Todos gostam e todos querem ser entretidos, e em todas as culturas se emprega alguma forma de entretenimento para dar lições sociais”.

“Comovedores. Esses meios de comunicação, especialmente quando entretêm, podem suscitar emoções que estimulem uma mudança de comportamento. **As campanhas através dos meios de difusão que excitam as emoções podem ser sumamente poderosas, não só para influir no comportamento individual, mas também para reformar a legislação e as medidas de política”.**

“Exemplificadores. A televisão, os vídeos e as películas podem oferecer exemplos de comportamento... Além disso, ao se representarem personagens e acontecimentos, é possível converter conceitos abstratos como o planejamento familiar em algo não só concreto mas também comovedor”.

“Repartem os custos. Os produtos que são de alta qualidade e que atraem os consumidores, podem economizar dinheiro aos programas de planejamento familiar e às vezes gerar entradas. Em projetos realizados na América Latina, Filipinas, Índia e Turquia, demonstrou-se que, quando as organizações obtêm o patrocínio das empresas, e inclusive a doação de espaço no ar e material de promoção, a mensagem alcança um público mais numeroso com escasso custo para a organização”.

“Eficazes em função dos custos. As produções bem projetadas e de alta qualidade para televisão, de vídeo e cinema podem chegar a uma grande proporção da audiência prevista com um baixo custo por pessoa”.

“Educativos. As fitas de vídeo, especialmente, são muito apropriadas para oferecer capacitação aos clientes e fornecedores e para outras necessidades de ensino”.

“Ilustrativos. Nas películas e fitas de vídeo de capacitação, a combinação do som com a imagem possibilita a demonstração e

explicação de mensagens e procedimentos complicados”.

“Portáteis. Os projetores de películas e os videogravadores portáteis permitem levar a mensagem ao povo onde quer que ele se encontre”.

“Reprojetáveis. As películas, vídeos e programas de televisão podem ser exibidos uma e outra vez” (639).

Entre as limitações, menciona as seguintes:

“Dispendiosas. O preço dos receptores de televisão e videogravadores limita o número de espectadores a algumas zonas... Devido a seu custo, a produção televisiva costuma receber a maior porção do orçamento de comunicação dos programas de planejamento familiar, deixando muito pouco para os demais meios”.

“Menos acessíveis. Há menos gente com acesso à televisão, vídeos e películas que com acesso ao rádio. **O povo que mais necessita de informação sobre planejamento familiar — a população urbana pobre e a população rural — é a que geralmente tem menos acesso à televisão”.**

“Restringidas. Os ‘guardiões’ do que se deve exibir ou não pela televisão pode restringir o conteúdo dos programas. O governo costuma controlar ou vigiar estritamente os meios de difusão... **Os grupos de pressão podem ser um problema maior, já que as empresas difusoras e os funcionários estatais talvez tenham a reação daqueles. A participação dos ‘guardiões’ no planejamento de projetos e as consultas com os grupos de pressão ajudam a evitar as objeções mais tarde”.**

“Técnicas. Pode haver pouca disponibilidade de pessoal técnico capacitado. Para investigar, planejar, produzir e levar a cabo uma campanha pelos meios de difusão ou para produzir um programa de televisão ou uma película necessita-se de muita gente especializada em distintos campos”.

“Produtivas. A produção de películas sempre foi uma operação comercial. Também o é a televisão em algumas áreas, e em outras os governos estão começando a exigir que a televisão se mantenha por seus próprios meios. O fato de depender da receita que deixam os espaços publicitários é um fator que pode desalentar a doação de tempo de emissão pelas estações de televisão e influir no conteúdo dos programas”.

“Unidirecionais. A falta de informação imediata sobre os efeitos produzidos pode limitar a mudança de comportamento ante as mensagens dos meios de difusão. A televisão e as películas, sobretudo, oferecem pouca oportunidade de participação aos espectadores”.

“De lenta realização. O planejamento, estudo e produção de projetos de televisão, vídeo ou cinema podem levar meses, ou até anos. Nesse período as mensagens podem tornar-se antiquadas, ou o pessoal

que os apresenta pode ter perdido sua popularidade, o que demanda ainda mais tempo para fazer as correções” (640).

h.4.

“Os promotores do planejamento familiar podem escolher entre uma variedade de formatos quando trabalham em televisão, vídeo ou cinema. A investigação sobre os hábitos dos espectadores que formam a audiência determina quais são os formatos melhores. **Os espaços publicitários** são o formato mais comum. Mesmo que geralmente durem menos de um minuto, são muito versáteis. Neles se pode informar, recordar, promover e ensinar ao público o relativo ao planejamento familiar. Com freqüência se inclui nestes espaços o endereço dos fornecedores de planejamento familiar...”.

“**As telenovelas** se compõem de episódios em série que permitem incluir no fio da narração temas referentes ao planejamento familiar”.

“**Os minidramas e funções de variedade televisados** podem incluir no roteiro temas de planejamento familiar”.

“**Os vídeos musicais** acrescentam uma dimensão visual às canções de sucesso. Hoje em dia são indispensáveis para promover as canções. O componente visual pode reforçar a mensagem das canções”.

“**As películas de longa metragem** podem abordar temas de planejamento familiar e desenvolvê-los no fio da narração, ou inclusive referir-se ao planejamento familiar como assunto quotidiano”.

“**Os vídeos para a capacitação e ensino** dos clientes ou do pessoal dos serviços de planejamento familiar podem-se transportar facilmente. Desta maneira é possível transmitir a mensagem de forma sistemática a muitos grupos”.

“**Os documentários** exploram situações da vida real de maneira racional e objetiva. Podem tratar uma ampla variedade de temas, desde histórias pessoais que ilustram a importância do planejamento familiar para o indivíduo até descrições dos efeitos do crescimento da população no bem-estar econômico de um país. Os documentários costumam ter menos impacto que os formatos de entretenimento na maioria dos espectadores, mas podem influir nas autoridades”.

“**A informação jornalística** sobre as atividades dos programas de planejamento familiar pode oferecer, com pouco custo, **publicidade crível, especialmente em lugares onde se considera que a imprensa é independente e objetiva. Para obter informação jornalística positiva requerem-se planos minuciosos e o estabelecimento de uma relação contínua com os jornalistas, a quem se fornecerá informação precisa e de interesse jornalístico**” (sic) (641).

h.5.

Em seguida o artigo expõe uma série de exemplos concretos,

de utilização de meios de comunicação de massa, para implantar o controle de natalidade. Transcrevo somente um deles: “**Primeiro espaço publicitário sobre vasectomia na televisão. Dois corações animados que se enlaçam... e produzem um bebê. E depois mais dois. O coração feminino decide que três é suficiente e foge do companheiro quando este se aproxima outra vez. O coração masculino volta depois de fazer em si uma vasectomia, seu ‘ato de amor’. Os corações se unem novamente, sem que lhes inquiete a idéia de trazer mais filhos ao mundo. Em seguida diz-se aos telespectadores para onde telefonar para obter mais informação sobre ‘o ato de amor’. Assim apareceu na televisão brasileira o primeiro espaço publicitário sobre vasectomia. Este espaço humorístico ajudou a que o número médio de vasectomias praticadas por mês nos dispensários de saúde masculina de três cidades brasileiras anunciados neste espaço se elevasse em 80%: de 347 para 627 por mês. O número de novos clientes que visitaram os dispensários aumentou em 97%, e registraram-se 174% mais consultas telefônicas sobre a vasectomia. Este espaço, que ganhou, entre outros prêmios, o Leão de Bronze de 1990 no festival cinematográfico internacional de Cannes, França, formava parte de um esforço integrado dos meios de difusão em que também se fez uso da rádio, material impresso e um anúncio eletrônico em São Paulo” (642).**

h.6.

O último capítulo do artigo comentado intitula-se “Como preparar um projeto de televisão, vídeo ou cinema”. Começa assim: “As organizações de planejamento familiar que querem valer-se da televisão, dos vídeos ou do cinema necessitam saber como preparar um projeto de comunicação, que classe de investigação fazer e algumas lições básicas sobre a maneira de influir no comportamento através dos meios de difusão. O processo do projeto de comunicação pode visualizar-se em forma de letra “P”. O “P” se compõe de cinco passos. Esses passos têm pertinência em qualquer projeto ou meio de comunicação, mas aqui se examinarão em relação com a televisão, os vídeos e as películas” (643). Vejamos agora a síntese dos cinco passos:

h.6.1.

“Passo 1: Análise da situação.

O passo correspondente à análise ou planejamento assenta a base de todo o processo “P”. Neste passo estudam-se o problema, a audiência e o meio de difusão que se pensa utilizar... **O problema deverá estar claramente definido** a fim de determinar as possíveis soluções e grupos de interesse... **Uma plena compreensão do público ou grupo destinatário** é indispensável para a elaboração de uma mensagem eficaz. É de importância decisiva realizar uma investigação preliminar dos interesses, atitude e atividades do público destinatário, inclusive dos

meios de difusão preferidos e dos hábitos. Para recolher toda essa informação, necessita-se geralmente de discussões de grupos de enfoque, pesquisas e entrevistas... **Um exame do entorno em que se desenvolvem os meios de comunicação** revela os canais disponíveis. Os obstáculos jurídicos ou sociais talvez obriguem a excluir certos meios ou a restringir o conteúdo... **A capacidade da organização de planejamento familiar** para levar a cabo um projeto com meios de difusão também deve ser analisada. Os projetos de televisão, vídeo e cinema requerem muito mais tempo e são caros. Dispõe-se de pessoal e de dinheiro para realizar o projeto? Finalmente é importante **começar cedo a fazer planos para a avaliação**. Em todos os projetos a avaliação é fundamental para determinar a eficácia destes, identificar as áreas que requerem melhoras, e contribuir para o melhor planejamento do projeto seguinte” (644).

h.6.2.

“Passo 2: Confeção do projeto.

No segundo passo se escolhem as mensagens, formatos e meios baseando-se na informação obtida no passo 1. No esboço se destacarão o planejamento e desenvolvimento estratégicos do tema básico, ou propaganda, do projeto... **Na elaboração de mensagens** começa-se especificando a percepção, atitude e práticas no que há de influir e determinando em quais se influirá mais através da comunicação. O passo seguinte consiste em decidir que informação dar ao público e como fazê-lo interessar-se por ela. **As mensagens que se ‘tiram’ das emoções são as mais persuasivas**. Em geral, o chamamento positivo tem mais probabilidade de ser recordado e de modificar o comportamento que um enfoque que sublinhe o negativo... Uma mensagem transmitida por televisão deverá atrair a atenção e abordar as inquietudes do público destinatário. **As melhores mensagens são breves e simples... As melhores mensagens dizem ao espectador de forma muito concreta o que é que se pode fazer...**

A escolha de uma fonte apropriada para a transmissão da mensagem é de importância decisiva porque isso se acha associado à pessoa que o transmite... **O público deve-se identificar com a fonte da mensagem**. Uma fonte homóloga é geralmente a melhor... **Os meios escolhidos** deverão ser, naturalmente, os que mais probabilidade tenham de chegar ao público destinatário... Uma vez escolhidas as mensagens básicas e as fontes e meios de difusão destas mensagens, começar-se-á a preparar o anteprojeto dos roteiros. Para isso se contratará um roteirista ou compositor profissional ou uma agência de publicidade. O roteiro refletirá o encontrado acerca da audiência destinatária e deverá abordar as inquietudes desta. Nesta etapa, **a organização de planejamento familiar, os ‘guardiões’ dos meios de difusão e demais interessados deverão revisar o roteiro e sugerir mudanças**. É muito mais

fácil mudar o roteiro neste momento que durante ou depois da produção” (645).

h.6.3.

“Passo 3: *Testes preliminares das mensagens e produção de materiais.*

No terceiro passo começam realmente a produção e os testes das versões preliminares. Este é o momento de elaborar um plano de trabalho, indicando-se a forma em que se há de vigiar a marcha do projeto. No plano se incluirá a preparação de materiais, os testes preliminares, a produção, a edição posterior da produção e a preparação final do produto, um plano preliminar de difusão no qual figurem um plano de programação de emissões ou de distribuição, um cronograma de atividades de promoção e um cronograma de avaliação. **Os testes preliminares** oferecem a maneira de inteirar-se através dos membros do público destinatário de como podem melhorar-se as versões preliminares. Os testes preliminares ajudam a evitar erros dispendiosos assinalando os problemas antes da produção final e a distribuição... **A fase de produção** é geralmente a mais breve, mas a mais cara. Por isso, haverá que planejar cada passo com bastante antecipação à data da rodagem. Tudo deverá estar pronto antes de se iniciar a produção: atores, lugares de filmagem, decoração, equipe técnica. Como voltar a filmar uma cena é caro e exige muito tempo, será preciso filmar uma metragem extra para o caso de ser necessária mais adiante” (646).

h.6.4.

“Passo 4: *Execução e controle.*

Por execução se entende converter o projeto em ação. **Os materiais devem estar prontos e disponíveis para sua distribuição, as promoções prontas para representação e os serviços de planejamento familiar preparados para responder.. O período de execução** deverá ser o mais longo possível. As mensagens que se repetem por longo tempo se recordam melhor e levam com mais frequência à prática. Muito poucas pessoas modificam seu comportamento depois de ouvir ou ver uma mensagem uma só vez. Até certo ponto, quanto mais familiarizada está o povo com a mensagem, mais a considera de forma positiva. Mas quando o povo está por demais exposto a uma mensagem, a resposta positiva pode diminuir. De modo que **é melhor ter mensagens diferentes com o mesmo tema que mensagens idênticas repetidas uma ou outra vez.** **Controle** é o processo de seguir a marcha da execução do projeto. É importante assegurar-se, por exemplo, de que os espaços de televisão são transmitidos de acordo com o programado.

h.6.5.

“Passo 5: *Avaliação.*

A avaliação deverá delinear-se para determinar que mudanças

foram produzidas no público destinatário e para comparar tais mudanças com os objetivos iniciais. Idealmente, a avaliação pode assumir três formas: **avaliação do processo**, do **resultado** e do **impacto**... **A avaliação do processo** oferece informação sobre a execução do projeto. Avalia se as atividades do projeto tiveram lugar e com que grau de eficiência. É semelhante ao controle, embora retrospectivo... **A avaliação do resultado** responde às seguintes perguntas: O material foi apropriado para o público, compreendido por ele e de seu gosto? Qual foi o efeito do projeto no público destinatário? Registrou-se alguma mudança nos conhecimentos, atitude ou comportamento por causa do projeto? **A avaliação do impacto** mede os efeitos sanitários ou demográficos do programa. Nos programas de planejamento familiar o principal impacto previsto seria o espaçamento mais prolongado dos nascimentos ou taxas de natalidade mais baixas. Para se poder constatar as distintas perguntas da avaliação, necessita-se de distinta informação. Mas toda avaliação rigorosa requer pelo menos dados sobre as condições anteriores à intervenção e dados comparáveis sobre as condições durante a intervenção e depois desta” (648).

Em uma moldura afirma-se que “numerosas organizações oferecem diversas formas de assistência às atividades relacionadas com

o planejamento familiar e a saúde, nas quais se utilizam a televisão, o vídeo e o cinema. Essa assistência se estende desde o apoio técnico e financeiro até a distribuição de películas e vídeos. As organizações aqui enumeradas se acham entre as fontes principais de assistência e informação” (649). E menciona entre as instituições que prestam apoio financeiro, técnico e informação e materiais a IPPF, USAID, FNUAP, UNICEF e Universidade John Hopkins. A UNESCO só oferece informação e material e as Fundações Ford e Pathfinder, só dinheiro. Como se pode apreciar, “a multinacional da morte” em cheio...

CAPÍTULO 13 OS CÚMPLICES PARTICULARES

Estudamos a IPPF e suas distintas organizações filiadas; também seus grupos de pressão infiltrados entre os membros executivos dos governos, parlamentares e organismos das Nações Unidas; sem deixar de mencionar poderosas corporações financeiras e pseudo-intelectuais, que com seu agir permitem que a “multinacional da morte” se estenda por vastas camadas da população mundial. Chegou a vez de refletir sobre a atitude de tantas pessoas que a título individual ou em grupos de modesto poderio, constroem também a “cultura da morte” neste mundo atual.

A) Os pensadores

Os filósofos clássicos do Ocidente partiram da definição de pessoa elaborada por Boécio: “substância individual de natureza racional”. A partir daí, o reconhecimento dos direitos à vida e à dignidade humana em sua integridade surgiram como conseqüências naturais e óbvias. Séculos depois irrompe o empirismo inglês do qual “em Locke é sempre a subjetividade humana que cria as instituições políticas, as noções morais e jurídicas e o valor econômico. O homem, pequeno deus, é o criador e o grande normatizador deste mundo em que ele vive. E, a esta altura, pode alguém formular uma pergunta: há uma concepção de pessoa em Locke? Por certo, se há, não coincide nem remotamente com a doutrina clássica. O homem é, ao contrário, e somente, o indivíduo humano” (650).

a.1.

Desse pensamento liberal sobre a pessoa humana, derivam-se logo as concepções totalitárias do Estado e, por conseguinte, dos homens reduzidos a meros indivíduos. Schooyans descreve com viveza tal

situação: “A razão de Estado se converte na referência absoluta e ‘inquestionável’, de tal forma que não pode subsistir o Estado de direito. É o Estado-Leviatã quem decide o que está bem e o que está mal; quem merece ser cidadão e quem não o merece. O indivíduo só é sujeito de direito sob a condição de que cumpra as normas ditadas pelo Estado segundo o juízo, vontade e arbitrariedade dos senhores do regime” (651).

Essas correntes filosóficas foram promovidas em muitas universidades e escolas, porque serviam aos interesses políticos de muitos governantes da ocasião. A tentação do totalitarismo é muito forte, e foi exercida em primeiro lugar pelos governos liberais a partir do século XVIII, desembocando neste século em suas vertentes mais extremas: o marxismo, o nazismo e a “cultura da morte”. Esta última é, de longe, a que mais vítimas causou à humanidade.

B) Os profissionais da saúde

“Um ato médico não se define pelo emprego de instrumentos, medicamentos, instalações hospitalares, nem pela prática de conhecimentos ou técnicas nem tampouco necessariamente pelo diploma universitário de que é portador o que o realiza. **O ato médico se define com sua finalidade: salvar a vida ou melhorar a saúde.** A pessoa que faz a respiração artificial em um acidentado realiza um ato médico; o médico que colabora em uma tortura não realiza um ato médico” (652).

Já Hipócrates, o grego considerado como o “pai da medicina”, no século V a.C., tinha escrito em seu famoso juramento: “Estabelecerei o regime dos enfermos da maneira que lhes seja mais proveitoso segundo minha habilidade e meu entender, evitando todo mal e toda injustiça... Abster-me-ei igualmente de aplicar às mulheres pessários abortivos”.

b.1.

Com frequência, muitos profissionais da medicina justificaram sua participação em abortos na ‘necessidade’ de que os mesmos se façam em melhores condições para as mulheres, e essa foi a fundamentação para as campanhas que conseguiram a despenalização do mesmo em muitos países. Na realidade, procuravam aumentar a clientela... O argumento não resiste à menor análise. Schooyans raciocina assim: **“Os estupros e os assassinatos sempre se fazem em más condições (ao menos para as vítimas): quer isso dizer que haverá se que criar centros onde tais atos se façam em ‘boas’ condições (para os autores), sob vigilância médica?”** (653).

b.2.

“O médico que invoca a legalização do aborto pode crer que está servindo a sua paciente ao fazê-la abortar, mas cabe interrogar-se sobre sua atitude. Pode-se dizer ainda que este médico está incondicionalmente a serviço da vida desde o seu começo? Não pôs sua

arte a serviço das conveniências dos mais poderosos? Não sacrifica, pelos interesses destes, a vida do mais débil? Não cabe o risco de que o médico ponha sua arte a serviço do Estado ou de grupos dominantes? Não se converte acaso em um mercenário preocupado, não em proteger a vida e a saúde, mas em servir a um chefe e não a um enfermo?” (654).

“Necessita o médico de uma grande disciplina científica e moral para não ceder ante a atração de um cientificismo caduco, que associa abusivamente capacidade profissional e autoridade moral. E sem embargo, esta é a razão pela qual alguns pretendem dar ao médico direito de vida e de morte, pela qual alguns médicos reivindicam zelosamente tão exorbitante prerrogativa. O fato de ser um cientista o coloca por cima do bem e do mal? Não se encontra nunca, em suas investigações, ante situações sem saída por razões morais? Alguns levam esta evolução ainda mais longe. Na questão fundamental do direito de cada ser humano à vida, transferem ao médico a competência de juiz. Este se vê assim despojado de sua função primordial: a de fazer respeitar a vida humana, anterior à de fazer respeitar os bens” (655).

b.3. O recentemente falecido Prof. Jerome Lejeune nos ensina que “A vida tem uma história muito longa. Foi transmitida desde milênios no gênero humano. Mas cada um de nós tem um momento de iniciação preciso, que é aquele no qual toda a informação genética, necessária e suficiente, se reúne dentro de uma célula, o óvulo fertilizado, e este momento é o momento da fecundação. Não existe a mínima dúvida sobre isso”.

“Sabemos que esta informação está inscrita em uma espécie de fita que chamamos DNA (ácido desoxirribonucléico). É uma molécula longa na qual, por meio de um código específico, estão definidas todas as características da futura pessoa. A fita que está dentro do espermatozóide mede exatamente um metro de comprimento, dividida em 23 pedacinhos ou cromossomas, e há outra fita de um metro dentro do óvulo; de maneira que podemos dizer que ao princípio de nossa vida temos dois metros de fita, nos quais tudo está codificado. Para melhor entender como são pequenas estas tábuas da lei da vida, tenhamos presente que a molécula de um metro de comprimento se enrosca tão apertadamente que cabe facilmente na ponta de um alfinete. A vida está inscrita em uma linguagem fantásticamente reduzida”...

“Faz menos de três meses Monk e Holding publicaram na Inglaterra que em seu trabalho com embriões humanos produzidos *in vitro* haviam podido extrair células desses pequenos embriões, polimerizar o correspondente DNA, examiná-lo com certo procedimento e determinar se esses embriões incipientes eram masculinos ou femininos”.

“Assim, mesmo em um embrião de uma semana de idade, com

estas novas técnicas podemos dizer: ‘é um homem’ ou ‘é uma mulher’. É totalmente incrível que os advogados, tendo conhecimentos de que um embrião de uma semana é já um menino ou uma menina, se neguem ao mesmo tempo a reconhecer que é uma pessoa humana”...

“Para recapitular o que a ciência nos ensina, senhor Presidente, diria, sem dúvida alguma, que sabemos que no princípio existe a mensagem. A mensagem genética é vital e sua manifestação é a vida. Ainda mais brevemente diria, fora de toda discussão, que **se a mensagem é uma mensagem humana, o ser é um ser humano**” (656).

b.4

Além disso, no caso concreto do aborto, os profissionais que o praticam, ocultam às clientes — não são pacientes, porque o aborto não é um ato médico, mas um homicídio por dinheiro — ocultam-lhes que “há mais de 1.500.000 abortos nos EUA por ano. Cinquenta e seis por cento são primeiros abortos e 44% são segundos ou mais abortos. **Uma entre nove mulheres desenvolverá câncer de seio, e 25% delas morrerão...** Se ela (uma jovem de quinze anos) fica grávida durante sua adolescência e dá à luz seu filho, reduz seu risco de câncer de seio a aproximadamente 7,5%. Se tem um aborto, seu risco aumenta a mais de 15% (presumindo que tem pelo menos um filho em sua década dos vinte anos). Se o aborto a esteriliza ou por outras razões nunca tem outra gravidez, seu risco aumenta em 30%” (657).

b.5.

Outra questão na qual os médicos escondem a verdade, ou diretamente mentem a seus clientes, é em tudo o que se refere à fecundação extracorpórea. Por exemplo, os sofrimentos físicos e psíquicos que supõem as distintas técnicas, e o baixo índice de sucessos: “no Terceiro Congresso Mundial de Helsinque (1984): 58 equipes praticantes efetuaram 7.733 transferências (muitas delas múltiplas), das quais tão somente 2.260 embriões conseguiram aninhar-se, mas somente chegaram a termo feliz 590 gravidezes. Diz Angel Santos Ruiz: ‘Nas clínicas de maior êxito as possibilidades de gravidez são de 20% com um embrião, de 28% com dois, implantados simultaneamente, e de 38% com três’” (sic: os fracassos são pura e simplesmente abortos provocados) (658). Tampouco sabem os clientes que destino se dá aos embriões (seus filhos) congelados e não transferidos...

b.6.

Outro ponto em que os médicos atuam de maneira gravemente ilegal, ilegítima e imoral, é no que se refere às esterilizações como método de contracepção. São lesões graves conforme o Código Penal Argentino. Basso nos diz: “mas a capacidade gerativa não é um defeito da natureza, mas totalmente o contrário: é uma de suas faculdades mais belas e extraordinárias. Sacrificar artificialmente o poder da capacidade

geradora equivale à mutilação de um membro ou órgão, realizada sem razão alguma ou com alguma finalidade eticamente reprovável. Não posso... recorrer a uma cirurgia para uma (aparente) mudança de sexo; e assim outros muitos casos. **E não se diga que a fertilidade pode converter-se em algo mau; a idéia de que algo natural possa ser mau é intrinsecamente maniquéia. Não pode sê-lo nunca, nem física nem moralmente**” (659).

b.7.

Os ginecologistas costumam enganar suas pacientes quanto aos métodos naturais de regulação dos nascimentos. Dizem-lhes que são antigos — o que é falso, pelo menos quanto à maioria deles — e que têm altas porcentagens de “falhas”, tema que também é mentira: “Dois recentes estudos realizados na China e na Índia com financiamento da Organização Mundial de Saúde demonstram que os métodos naturais de controle da natalidade que se praticam tradicionalmente no extremo oriente, são muito mais eficazes que os procedimentos artificiais dos países ocidentais. O estudo ‘Ovulation Method of Natural Family Planning’, publicado no ‘British Medical Journal’, foi realizado em 19.843 casais de Calcutá, na Índia, de religiões hindu, muçulmana e cristã. Os resultados confirmam que o método indiano de ovulação tem uma efetividade de 99,06%. O outro estudo sobre a eficácia do método da ovulação foi realizado pelo governo chinês entre casais que não tinham nenhuma convicção religiosa. Seu resultado, uma eficácia de 98,7%, é muito similar ao indiano, mas revela ademais que este método natural tem a taxa de continuação mais elevada registrada por um método contraceptivo: 93% de eficácia depois dos primeiros 12 meses” (660). Muitos ginecologistas têm movido guerra aos métodos naturais por graves motivos:

1º) são gratuitos, motivo pelo qual as fábricas de remédios não os podem fabricar, nem os profissionais podem promovê-los;

2º) os métodos naturais não causam nenhum efeito secundário ou primário negativo para a saúde espiritual, psíquica e corporal dos cônjuges, o que priva os ginecologistas de trabalho. Preferem, ao contrário, os sistemas artificiais que causam verdadeiras enfermidades em suas “pacientes”, obtendo assim um mercado “cativo”. Oferecem-lhes um serviço não curativo, uma vez que a gravidez não é uma enfermidade — de onde sua prevenção jamais pode ser considerada um ato médico. Paradoxalmente tal “serviço” provoca em suas usuárias verdadeiras enfermidades e, então, ali estão solícitos os ginecologistas para curar essas enfermidades provocadas por eles, obviamente, com o pagamento prévio de seus honorários...

A esse respeito é interessante conhecer alguns detalhes da experimentação prévia à aprovação da pílula anticoncepcional Enovid,

do laboratório Searle. “Em 1960, depois das piores e menos rigorosas provas jamais feitas com um fármaco aprovado pela Food and Drug Administration (organismo norte-americano encarregado do controle dos medicamentos), autorizou-se o uso de Enovid como anticoncepcional nos Estados Unidos (até então estava permitido somente para o tratamento de transtornos da menstruação). Dois anos mais tarde foi aprovado na Grã-Bretanha. Havia-se testado em milhares de mulheres porto-riquenhas, mas só 123 a haviam tomado durante doze meses ou mais. Sessenta e cinco por cento delas haviam-se queixado de náuseas, transtornos estomacais, dores de cabeça, vertigens ou outros sintomas. Em 23,8% dos casos, os sintomas foram tão graves, que as afetadas decidiram abandonar os testes. Entre as que haviam tomado a pílula durante mais de seis meses, haviam-se verificado notáveis mudanças no colo uterino. A Dra. Satterthwaite tentou conseguir para o arquivo fotografias tiradas desses colos uterinos ‘inflamados’, como ela os chamou, mas a equipe de Massachusetts não deu importância a esse sintoma. Morreram três mulheres, e os falecimentos foram atribuídos a acidentes cardiovasculares, mas não lhes fizeram autópsia” (661).

b.8.

A vida humana começa no momento da concepção. Esta é uma verdade científica hoje incontestável. Por isso é tão repudiável a atitude de quem pratica abortos, como a dos “profissionais da contraceção”, seja por via de esterilização, seja mediante a provisão de fármacos ou elementos mecânicos. **A gravidez não é nenhuma enfermidade feminina, como a visão não é uma enfermidade do olho.** Portanto, quem se dedica a isso não são médicos — ainda que ostentem o título universitário — mas simples mercadores do prazer venéreo, que com seu trabalho prestam um inestimável apoio à “multinacional da morte”; além de obter — na maioria dos casos — um notável progresso econômico...

C) Juízes e juristas

Schooyans afirma com agudeza que “para obter a ab-rogação de uma lei, há que começar por violá-la de forma gravíssima e pública, com alguma cumplicidade, se necessário for, das estruturas mesmas do Estado. Assim se obterá sua supressão pela boa razão de que havia deixado de ser aplicada. Mas não há que se deixar enganar pelas palavras: o vazio de que se fala não é **jurídico**, mas **judicial**. A lei não foi abrogada. O que ocorre é que os magistrados, por razões externas ao direito, vacilam em aplicá-la” (662).

c.1.

Depois das “distrações” dos juízes — se não morre a mulher que aborta, não há ninguém preso por aborto em nosso país... — alguns advogados e juristas pretendem dar o marco teórico à questão. Mas “os

juristas que desenvolvem todos os seus recursos de uma técnica abstrata para refinar as ‘disposições legais’ de regulação do aborto estão condenados a criar um monstro, pois **o direito se suicida se legaliza o crime...** E o que esquecem esses juristas é que um debate sobre a legalização do aborto não é uma polêmica; é uma **guerra**. Uma guerra em um só sentido, na qual o agressor, verdadeiramente covarde, não tem nem sequer que enfrentar a sua vítima. Uma guerra em que os mais fortes, ocultos atrás de sua máscara, reivindicam *a priori* o respaldo do Estado para encurralar suas vítimas. Porque o aborto é uma guerra de verdade, em que correm o sangue e as lágrimas, uma guerra de verdade, com verdadeiros feridos e verdadeiros mortos” (663).

D) Os pornócratas

Entendo por tais aquelas pessoas ou corporações que lucram com a pornografia. Podem ser tanto produtores de cinema, vídeo ou televisão, ou suas distribuidoras; editoras total ou parcialmente dedicadas ao tema e suas cadeias de distribuição. O negócio da pornografia tem um *marketing* muito especial: os distribuidores enviam juntamente os produtos obscenos com os que não o são, obrigando assim os proprietários de cinemas, videoclubes e vendedores de revistas a exibir e vender tais mercadorias; e a quem se nega a fazê-lo, não distribuem nem o material decente. Isso é uma verdadeira extorsão, mas assim se manipula o mercado...

O Estado não exerce o poder de polícia dos costumes públicos, obrigação que é indelegável; deixa de cumprir suas obrigações, com uma escusa hipócrita: a liberdade de expressão e o fantasma da censura; como se houvesse liberdade para explorar os corpos — e as almas — de tantas mulheres e crianças, por um punhado de moedas...

d.1

Vicente Andereggen afirma, baseado no Relatório do Instituto de Proteção do Menor de da Família de 1987, que algumas famílias mafiosas norte-americanas são as pioneiras da indústria pornográfica, “cujos membros desenvolvem uma rede de distribuição nacional de revistas, livros e curtas-metragens pornográficos. Ademais, chegaram a fazer uma série de aquisições comerciais, chegando a ter o controle efetivo da mais de 500 salas para adultos e 15.000 livrarias da mesma índole... Bob Guccione editou Penthouse em 1965... Em 1971, Luis Peraino, ‘soldado’ da família Colombo e co-proprietário de duas companhias de cinematografia pornográfica produz a película “Garganta profunda”, que não só ganhou milhões de dólares em ingressos, mas também impulsionou em Hollywood a Peraino e a seu consórcio. Em 1974, a Erotic Words and Pictures se expande pela Europa, principalmente pela Holanda e Inglaterra. Em 1975 a Sony lança seu

primeiro aparelho de videocassete no mercado e isso assinala um novo marco na indústria da pornografia. A pornografia por vídeo produz milhões de dólares anuais para o consórcio, o qual por esse meio conseguiu estabelecer firmes níveis de tolerância ao sexo e à violência na tela e consolidou seu controle da distribuição pornográfica tanto nos Estados Unidos quanto no exterior. O relatório assinado que **os pornógrafos nesse país são criminosos profissionais altamente organizados, que derivam seu poder e perpetuidade de duas fontes principais: o medo gerado através da violência e ameaça de violência, e o controle sobre os corrompidos funcionários públicos e líderes políticos**” (644).

Mais abaixo afirma que “um dos itens mais dramáticos dessa indústria é a pornografia infantil destinada a clientes pederastas. Segundo Noel Manoukian, ex-presidente da Corte de Justiça de Nevada, existem mais de 50.000 homens adultos no sul dos Estados Unidos somente, em busca de vida sexual ativa com meninos de dez anos. Milhares de meninos foram fotografados em poses sexualmente explícitas ou participando voluntária ou involuntariamente em atos sexuais com adultos ou com outros meninos. Muitos pais nunca chegam a inteirar-se de que seus filhos foram fotografados em tais circunstâncias, deixando uma imagem que depois será vendida como pornografia infantil... A indústria pornográfica comercializa o desvio sexual difundindo implícita ou explicitamente a mensagem de que a promiscuidade, a homossexualidade, o sadomasoquismo, através do vício em drogas e outras anormalidades, são formas mais espirituais, instruídas e satisfatórias que a sexualidade heterossexual no contexto do matrimônio. Paulatinamente vai criando um clima de tolerância a esses comportamentos pela sociedade, tolerância que promove e estimula as agressões sexuais” (665).

d.2.

Conclui o autor que “a pornografia é literatura de desvios sexuais. Cada classe de desvio — pederastia, travestismo, homossexualismo, sadomasoquismo, exibicionismo, desordens psiquiátricas — tem sua literatura especificamente modelada: uma ou mais revistas do gênero, reforçadas por películas, vídeos e boletins, oferecidos através de distribuidores especiais. Mesmo quando a pornografia serve como veículo para a promoção do desvio sexual em grande parte da população normal, serve também para satisfazer principalmente as necessidades de indivíduos com perversões já estabelecidas. Como indústria comercial, tem ganhos diretos que para os Estados Unidos se calculam em centenas de milhões de dólares, o mesmo que suas entradas indiretas. Uma das fontes mais importantes desses lucros, além das revistas, as películas e os videocassetes, é a TV

a cabo. Esta leva ao público propostas de *soft-core* (pornografia “branda”) de Playboy, Chanel e outros grupos. Por sua parte, a companhia que dirige a revista Screw especializa-se em pornografia *hard-core* (“dura”) (666).

d.3.

Ultimamente o negócio pornográfico tornou a se sofisticar. “Uma em cada dez escolhas de ensino secundário reconhecem que seus alunos são assíduos à pornografia por computador, adverte um relatório britânico que mostra que muitos dos programas são oferecidos aos adolescentes. Esse relatório, realizado a partir de 8.000 questionários enviados a outras tantas escolas britânicas, revela que o problema já está presente nos colégios de ensino primário. Dois por cento das crianças com idades compreendidas entre 5 e 11 anos “tragaram” pornografia informática alguma vez... Das respostas proporcionadas pelas escolas, depreende-se que 42% desses programas provêm de ‘presentes’ nas ruas, de ‘abandonos’ nos pátios de recreio e clubes de intercâmbio. A outra grande fonte são os próprios alunos, com 41%... A pesquisa assinala que 70% da pornografia que chega à escola é ‘branda’, enquanto a restante 30% se classifica como ‘dura’. Merchan adverte que ‘os adolescentes podem ter acesso com um simples computador à pornografia ‘dura’, inacessível para eles através de revistas, que lhes estão proibidas” (667).

d.4.

Através do negócio de satisfazer os baixos instintos de pessoas depravadas e, ao mesmo tempo, minar as defesas morais e racionais de muitas outras pessoas, para aumentar o número de clientes desviados, os pornócratas representam hoje um valioso e temível apoio à “multinacional da morte”.

E) Os teólogos moralistas

O relativismo, que é a versão moral do liberalismo filosófico, levou muitos “teólogos” a justificar todas as aberrações relativas à sexualidade humana e, por certo, a aceitar a contracepção e o aborto. A grande maioria deles pertence a religiões distintas da católica, da qual se diga, pelo contrário, é a única religião — e instituição — que defende a vida humana desde a concepção até a morte natural e, além disso, sua dignidade de forma íntegra, o que implica que o uso do sexo deve dar-se unicamente dentro do matrimônio indissolúvel, que é a garantia de um amor verdadeiro — mútua doação dos cônjuges — e, ao mesmo tempo, do clima necessário para criar e educar os filhos. Apesar da claridade da doutrina da Igreja, alguns pseudoteólogos se permitem

dissentir publicamente do Magistério. São casos isolados.

Sem embargo, o que parece mais freqüente é o dissenso privado — no confessional — de alguns sacerdotes, em especial no tema da contracepção por meios artificiais, onde alguns prescrevem que se sigam os conselhos dos ginecologistas. Já foi dito que a regulação dos nascimentos não é um problema médico, e sim uma questão moral. Esses confessores, por ignorância, medo de ir contra a corrente ou de dizer a verdade, ou por falta de convicção — fé — declinam de exercer seu ofício em favor daqueles que são parte interessada neste assunto...*

e.1.

Os pseudomoralistas utilizam dois argumentos para justificar o aborto: “No primeiro caso, em que se trata da **criança desejada**, a sorte da criança depende da questão de saber se é desejada ou não. Por muito que exista e qualquer que seja seu nível de desenvolvimento, o direito que tem de continuar existindo e sendo humano, ou seja, de crescer e desenvolver-se, é concedido por sua mãe, seu pai, ou — o que é a mesma coisa — por alguém que não é ela. A criança pode seguir existindo **sempre e enquanto** for considerada um valor **para outra pessoa**. Essa pessoa poderá utilizar sua condição de adulto e sua posição privilegiada para ditar de maneira unilateral uma sentença de reconhecimento e — em definitivo — de vida ou morte” (668).

O segundo argumento é tão falaz como o primeiro; trata-se da falsa distinção entre o ser humano e o “humanizado”, humanização que se obtém com o tempo e através das relações interpessoais, já que o homem é um ser sociável por natureza. Tal distinção é caprichosa e não corresponde à realidade. Se a pessoa se humaniza é porque sempre foi humana (jamais se pode nem se poderá humanizar a macacos nem a golfinhos...). Não há divisão radical, mas diferentes graus de maturidade entre o embrião e o adulto.

e.2.

O Papa João Paulo II, em sua encíclica “Veritatis Splendor” ensina — retomando a tradição bimilenar da Igreja — que “a ordenação racional do ato humano para o bem em toda a sua verdade e a busca voluntária deste bem, conhecido pela razão, constituem a moralidade. Por isso, o agir humano não pode ser valorado moralmente bom só porque seja funcional para alcançar este ou aquele fim que persegue, ou simplesmente porque a intenção do sujeito seja boa. O agir é moralmente bom quando testemunha e expressa a ordenação voluntária da pessoa ao fim último e a conformidade da ação concreta com o bem humano, tal como é reconhecido em sua verdade pela razão. Se o objeto

* Nota do Tradutor: Por causa disso, a Santa Sé publicou o “*Vade-mécum para os confessores sobre alguns temas de moral relacionados com a vida conjugal*” (Pontifício Conselho para a Família, 1997).

da ação concreta não está em sintonia com o verdadeiro bem da pessoa, a escolha de tal ação torna moralmente má a nossa vontade e a nós mesmos e, por conseguinte, põe-nos em contradição com nosso fim último, o bem supremo, ou seja, Deus mesmo” (669).

Por isso, mais adiante o Sumo Pontífice critica as correntes de teologia moral denominadas conseqüencialismo e proporcionalismo: “O primeiro pretende obter os critérios da retidão de um agir determinado somente a partir do cálculo das conseqüências que se prevê poderem derivar-se da execução de uma decisão. O segundo, ponderando entre si os valores e os bens que perseguem, centra-se mais na proporção reconhecida entre os efeitos bons ou maus, em vista do ‘bem maior’ ou do ‘mal menor’, que sejam efetivamente possíveis em uma situação determinada” (670).

F) Os laboratórios

Schooyans menciona “o esforço sem precedentes realizado por grandes empresas farmacêuticas em favor da investigação sobre anticoncepção e aborto. A propaganda malthusiana emprega a isca de enormes benefícios, antes os quais alguns laboratórios não são insensíveis... Um avanço decisivo na investigação assegure-lhes uma pronta amortização dos capitais e substanciais benefícios” (671).

f.1.

Sem embargo, os laboratórios contribuem com a “multinacional da morte” não somente fabricando os instrumentos com que os verdugos de fins do século XX — boa parte dos ginecologistas — executam sistematicamente as novas gerações. Também promovem a venda de tais produtos utilizando para isso a tática do silêncio. Nada dizem dos riscos e efeitos colaterais de seus pesticidas humanos. Nesse sentido o caso paradigmático é o dos dispositivos intra-uterinos (DIU). Vejamos:

f.1.1.

Em 1974, 35.000 norte-americanas moveram ação judicial contra A.H. Robins & Co. — fabricante do DIU Dalton Shield — em razão das afecções sofridas pelo uso deste elemento contraceptivo e abortivo ao mesmo tempo. Comprovaram-se 17 mortes devidas a esse artefato, e a firma foi declarada em falência, por não poder suportar os US\$ 2.500.000.000 que foi condenada a pagar como indenização às usuárias (672).

f.1.2.

Em 1986 C.D. Searle & Co. retirou de circulação seus DIUs Cooper-7 e Tatum-T, devido a 700 demandas judiciais por infecções pélvicas e esterilidade provocadas pelos mesmos. Ambos os produtos compreendiam mais de 90% dos dispositivos intra-uterinos em uso nos Estados Unidos. Um ano antes havia sido deixado de ser fabricado na

América do Norte outro dispositivo, o Otho's Lippes Loop, e somente a Alza Corporation continuou fabricando o DIU Progestasert, que detinha menos de 3% do mercado estadunidense.

f.1.3

Em abril de 1988, a fábrica norte-americana GynoPharma Inc. lançou no mercado o DIU ParaGard Modelo T380A. Cada aparelho é vendido — naquele país — com a subscrição por parte da usuária de um folheto de 10 páginas, onde deve assinar 13 vezes, declarando ao final que: “Li o texto completo deste folheto e consultei seu conteúdo com meu médico. Meu médico respondeu a todas as minhas perguntas e me informou acerca dos riscos e vantagens relacionados com o uso do ParaGard, com outros métodos contraceptivos e com o não uso de qualquer método contraceptivo. **Compreendo que embora use o ParaGard posso experimentar graves problemas médicos. Esses problemas poderiam desembocar em intervenções cirúrgicas, esterilidade ou morte. Considerarei todos esses fatores e decido voluntariamente que me coloque o ParaGard**”. Depois da mulher, assina o médico que declara: “A paciente assinou este folheto em minha presença depois de lhe dar meu assessoramento e de responder a todas as suas perguntas”. As 10 páginas precedentes contêm o catálogo completo das contra-indicações e efeitos nocivos experimentados pelas usuárias de DIUs. A subscrição de toda essa documentação tem o efeito jurídico de inibir qualquer queixa posterior. Se a mulher morre ou fica estéril por toda a vida, sabia que isso podia acontecer e, apesar disso, voluntariamente assumiu o risco, com o devido assessoramento prévio de um profissional; e, além disso, o fabricante conserva a prova documental de tudo isso... A Alza Corporation imitou este astuto procedimento e faz as usuárias assinarem um catálogo mais completo ainda, com 11 páginas e 13 assinaturas da paciente, além da do médico.

f.1.4

Com esse sistema vendem-se muito poucos dispositivos intra-uterinos nos Estados Unidos e na Europa, onde os laboratórios adotaram táticas similares. Sem embargo, no Terceiro Mundo, os DIUs se vendem em qualquer farmácia, sem necessidade sequer de receita alguma. Os prospectos só mencionam enjôos, vômitos ou sangramentos, como únicos efeitos nocivos. Este silêncio sobre os verdadeiros efeitos dos dispositivos intra-uterinos é criminoso, sobretudo quando “o tipo de anticoncepcional que mais se utiliza na América Latina é o DIU ou dispositivo intra-uterino (43% das usuárias de anticoncepcionais o usam), de acordo com as estatísticas da IPPF/WHR. Segundo a revista chilena ‘Que Pasa’ (Oct. 29-Nov. 4, 1987), nesse país 80% das mulheres em idade fértil (15 a 44 anos) que acorrem ao Serviço Nacional de Saúde, usam o DIU. Na Argentina constituem 75%” (673).

f.2.

Algo similar ocorre com “o contraceptivo de longa duração Norplant, que se implanta cirurgicamente sob a pele das mulheres, (e) produz efeitos secundários em 70% de suas usuárias, e se presta a abusos, segundo revela um estudo publicado na Holanda. Entre seus efeitos destacam-se as dores abdominais, as hemorragias vaginais prolongadas ou a ausência de menstruações, infecções, enxaqueca, hipertensão, perda de cabelo e risco de câncer de fígado... Os autores B. Mintzes e A. Hardon descrevem uma série de exemplos de violações de direitos humanos e de desprezo à segurança das mulheres no modo em que o Norplant é fornecido, particularmente nos países do Terceiro Mundo” (674).

Sugestivamente, um prospecto da John Hopkins Center for Communication Programs afirma que é “Inócuo. Norplant foi submetido a ensaios desde 1980 e foi usado em todo o mundo sem causar dano. Não há provas de que produza efeitos secundários sérios ... Cerca de 70% das usuárias experimentam sangramento menstrual irregular ou amenorréia. Uma minoria pode experimentar efeitos secundários tais como dores de cabeça, acne, erupções cutâneas ou hipertrofia dos ovários ... Os implantes custam 23 dólares dos Estados Unidos por jogo de implantes às organizações doadores, aos governos e às organizações sem fins lucrativos dos países em desenvolvimento” (sic).

f.3.

Outro silêncio homicida dos laboratórios, farmacêuticos e ginecologistas, é o de não incluir nos prospectos das pílulas “anticoncepcionais”, em especial da “minipílula”, o esclarecimento de que atuam principalmente como abortivos. Basta ler as propagandas dos fármacos “Marvelón” e “Gynovin”, produzidos respectivamente pelos laboratórios Organón Argentina S.A.Q.I. e Schering Argentina S.A.I.C., onde não mencionam nada disso, mas que têm uma dose hormonal mínima, e por isso, que são minimamente anovulatórios e seu efeito contraceptivo consiste em serem antiimplantatários do óvulo fecundado, ou seja: são abortivos. Em concreto, o “Vade-mécum de Bolso — 1991”, editado por V.D.B. S.R.L., afirma com relação ao Gynovin: “**Seguindo as instruções, impede-se em geral que um óvulo fecundado chegue a amadurecer.** Além disso, a viscosidade do muco cervical se mantém elevada, dificultando a ascensão dos espermatozóides. Adicionalmente **se evita que no útero ocorram as modificações necessárias para a nidação do ovo.** Oferece assim, de maneira múltipla, proteção contra a gravidez” (sic) (675).

“Uma Comissão de Seguridade Médica britânica, com o respaldo da Organização Mundial de Saúde (OMS), advertiu que as

pílulas ‘Femodena (Gynovin), Femodema ED, Minulet, Tri-Minulet, Triadena, Marvelon e Mercilon’ têm uma composição química ‘perigosa’. A comissão britânica alertou que as mulheres que utilizam essas pílulas enfrentam duas vezes mais riscos de gerar coágulos sanguíneos potencialmente mortais que as usuárias de outras marcas ... O relatório difundido pela comissão oficial britânica baseou-se em três estudos e concluiu com uma recomendação às mulheres para que evitem tomar aquelas pílulas que em sua fórmula contêm gestodeno ou desogestrel” (676).

f.4.

A convivência entre os fabricantes de contraceptivos e os integrantes da “multinacional da morte” chegou a níveis escandalosos. Por exemplo: a controversa pílula francesa para abortar, RU 486, será testada nos Estados Unidos, no contexto de um acordo com o fabricante para doar seus direitos de patente a uma organização norte-americana. Roussel Uclaf, que recusou que a pílula seja usada nos Estados Unidos, devido a protestos de grupos opostos ao aborto, disse que resolveu doar os direitos de patente ao Conselho de População” (sic, o organismo criado por John D. Rockefeller III para implantar o controle de natalidade no mundo) (677).

G) Os “terapeutas e educadores sexuais”

Não me refiro neste caso àqueles que se dedicam a tratar de enfermidades reais do aparelho reprodutor humano, mas a um conjunto de pessoas que aproveitam a exacerbação genital, começada no fim da década dos anos 60, que invadiu o mundo ocidental — e agora o oriental também, a partir da retirada do marxismo — para difundir — especialmente entre os jovens — o lema de que para ser feliz o único necessário é satisfazer o próprio instinto sexual do modo em que a cada pessoa proporcione mais prazer. Porta-vozes das teses de Freud, Fromm, Lacan, Foucault etc., provocam em muitos de seus clientes verdadeiras enfermidades sexuais, de difícil tratamento. Haverá, sem dúvida, aqueles que o façam com certa honestidade intelectual; sendo assim, seus repetidos fracassos os deveriam convencer de sua postura errada. Para outros, é um bom negócio, porque cobram substanciais honorários e têm bastante trabalho, em especial nas grandes cidades. Sua contribuição à “multinacional da morte” é evidente: o sexo exacerbado exige segurança e o sexo unicamente prazenteiro, também; e aí a IPPF “vende” uma segurança que não é tal...

De qualquer modo, essas experiências costumam terminar de um modo desafortunado. Vejamos um exemplo: “Os métodos utilizados no ensino sexual nas escolas parecem cada vez mais ‘diretos’. Uma professora britânica explicou tão brilhantemente a matéria que ficou grávida. O escândalo estourou em seguida, não só na escola, mas também

na família, porque a mestra, Tracey Kearns, tem 29 anos e o aluno, Tony Burelli, de origem italiana, tem somente 16. Como se não bastasse, os dois querem casar-se antes que venha ao mundo o fruto da ‘lição prática’. A família Burelli denunciou a professora Kearns por ter seduzido o jovem, ‘arruinando sua vida’. ‘Na verdade, Tony não teve necessidade de ensinamentos especiais, pois mesmo sendo virgem, demonstrou uma enorme disponibilidade à aprendizagem’, admitiu a professora, que agora corre o perigo de nunca mais por os pés em uma escola” (678).

H) Os vacilantes nos momentos críticos

A “cultura da vida” não pode ter nenhuma fissura. O respeito pela vida e pela dignidade de nossos semelhantes não admite matizes, e isso se reflete em todos os atos da vida de uma pessoa. É como um prisma que permite ver **tudo** com um colorido novo, mais intenso, mais belo, mais humano, mais divino. O contraste com a visão anterior é tão grande, que uma vez utilizado esse prisma, não é possível tirar dele os olhos... Há muitas pessoas que encarnam perfeitamente essa cosmovisão. Uma delas é a Madre Teresa de Calcutá, que em começos de 1994 disse diante de 3.000 pessoas, entre as quais se encontravam os abortistas presidente e vice-presidente dos EUA: “Qualquer país que aceite e legalize o aborto, não está conduzindo seu povo ao amor, mas utiliza a violência para obter seus desejos... Os Estados Unidos da América do Norte, outrora conhecidos por sua generosidade no mundo, hoje se caracterizam por seu egoísmo, e a prova maior de seu egoísmo é o aborto... Se aceitamos que uma mãe possa matar seu próprio filho, como podemos dizer aos outros que não se matem mutuamente?... Por que se atormentam pela morte indiscriminada na Bósnia, quando as crianças são assassinadas muito mais eficientemente e fora da vista das câmeras de televisão?” (679).

h.1.

A “cultura da morte”, ao contrário, carece dessa totalidade, porque é falsa, e então não pode ser radical. Um partidário absoluto dessa “cultura” se suicidaria de imediato. Ou seja, não há nem pode haver um arquétipo da “cultura da morte”. Há sim aqueles que, em determinadas circunstâncias ou frente a alguns problemas, tornam-se partidários de tal “cultura”. Com todos nós pode acontecer, e mais é mais freqüente do que imaginamos... Não se alegrar enormemente — ou, o que é muito pior, mostrar preocupação ou raiva — frente à notícia da chegada de um novo rebento, próprio, de um ser querido ou de um

simples conhecido... Todo comentário depreciativo ao passar diante de uma família numerosa... Não atuar com rapidez, tão logo nos inteiramos de que uma grávida está com dificuldades de qualquer gênero, está duvidando de continuar ou não com a gestação, procurando o remédio adequado ao problema concreto, pois essa mulher não precisa de sermões, mas sim de uma mão amiga... Ser pessimista — autodenominados realistas — com respeito a si mesmo, à juventude ou o futuro... Pequenezes, pensará alguém, sim, pequenas-grandes-coisas que nos afastam da “cultura da vida”...

CAPÍTULO 14 **UM CAMINHO DE ESPERANÇA:** **O CONSELHO MUNDIAL PARA A VIDA E A FAMÍLIA**

A

Até aqui, um leitor desprevenido poderia pensar que esteve lendo um livro de conteúdos negativos. Não é assim. Para vencer o inimigo é preciso, em primeiro lugar, conhecê-lo o melhor possível. Neste caso, além disso, trata-se de uma guerra total, porque a vitória da “multinacional da morte” suporia o fim do gênero humano. Isso não vai acontecer. A humanidade — ou partes substanciais dela — sofreram ao longo da história perigos similares e maiores, e sobreviveram... Esta firme convicção me levou a escrever este livro.

B

Uma guerra à morte, como esta, exige empenhar na batalha todos os elementos disponíveis, e ainda mais, é preciso conseguir outros meios. É indubitável que a “cultura da vida”, nestes momentos, está na defensiva, e vai cedendo terreno dentro do campo de batalha... É necessário e urgente passar à ofensiva: agora mesmo! É preciso reconhecer que a IPPF tem-se mostrado muito eficaz em cumprir seus sinistros objetivos; e isso implica que tem utilizado meios apropriados para tanto. Por isso, a contra-ofensiva deve partir da análise das técnicas utilizadas, e da assimilação das que sejam compatíveis com a “cultura da vida”, dotando-as de um conteúdo objetivamente verdadeiro e bom — tanto do ponto de vista moral como ético — para o qual me permito assinalar quatro campos concretos de trabalho:

1º) Associar-se em organismo com peso local, nacional e internacional:

Para opor-se à “multinacional da morte” é preciso desenvolver a “multinacional da vida”. O globalismo em que se move o mundo desde

a queda do muro de Berlim, assim o exige. Ademais, e para que tal organismo supranacional seja eficaz capilarmente, é necessário que esteja constituído por associações com peso local em todas as localidades do mundo, até a última aldeia do país mais pobre do Terceiro Mundo; por sua vez, tais instituições devem-se agrupar em nível estatal, para poder ocupar-se com força daqueles assuntos exclusivamente nacionais, sem deixar por isso de prestar apoio a toda campanha internacional que se organize. **Há vinte anos as famílias tinham o direito de associar-se; hoje têm o dever de fazê-lo; sua sobrevivência o requer.**

2º) *Grupos de Estudo:*

É imprescindível multiplicar grupos e instituições de estudo, em nível científico e acadêmico. Há que conhecer a verdade objetiva para poder difundi-la e, ademais, é preciso aprofundar a análise, para tornar acessíveis — popularizar e universalizar — tais conhecimentos. A verdade tem uma força irresistível; por isso faremos frente à campanha de confusão desatada pela “multinacional da morte”.

3º) *Os meios de comunicação social:*

Estamos imersos numa anticultura de massas. Nosso trabalho fundamental é formar cada ser humano, um por um, pouco a pouco, como um joalheiro vai engastando cada peça. Sem embargo, isso não nos pode fazer esquecer que devemos-nos aproximar das massas; e para isso há um só meio idôneo: combater a batalha dos meios de comunicação social! Não será fácil, mas é necessário. Para isso serão de valor inestimável as contribuições das associações e grupos de estudo já mencionados. Neste combate só se pode combater usando os elementos técnicos mais modernos, os quais requerem abundante financiamento. As famílias devem aprender a investir em si mesmas, de modo inteligente, acabando de uma vez por todas com a mentalidade de apoiar mediante esmolas miseráveis essas iniciativas...

4º) *“Lobbies” com as autoridades:*

Este é um ponto fundamental, que se não se trabalha responsabilmente, pode malograr uma enorme quantidade de esforços. As associações, instituições educativas e meios de comunicação devem ter um objetivo principalmente Político — com maiúscula e isento de toda bandeira ou partidarismo: influir nos governos, parlamentares, magistrados, membros de organismos internacionais e organismos não-governamentais, para integrá-los à “cultura da vida”.

Não captar essa realidade é ficar na superficialidade do problema. Por exemplo: constitui o **fim primordial** de qualquer organismo assistencial que se dedique a dar alojamento, comida, atenção médica e profissional a mulheres grávidas em situação de conflito, como alternativa para que não abortem, difundir seu trabalho e sua mensagem em favor da vida através dos meios de comunicação social e, além disso,

por sua tarefa específica, devem ser — por direito próprio — as instituições de consulta obrigatória para as autoridades públicas — tanto seja nos âmbitos executivos, legislativos ou judiciais — e privadas, em tudo o que tenha relação com a problemática do aborto, gravidezes extramatrimoniais, educação sexual etc.

Permito-me repetir a idéia, porque pode parecer surpreendente: **diante da crise mundial atual, as instituições assistenciais de promoção da vida ou da família têm uma finalidade basicamente política e não assistencial.** A razão é simples: trata-se de reintroduzir a “cultura da vida” nas vastas camadas da sociedade, em especial nos países desenvolvidos economicamente e atrofiados moral e humanamente; e esse é um objetivo político — religioso em um sentido mais profundo — e não assistencial.

C

Orgulho-me de contar que a “multinacional da vida” já nasceu, e está dando seus primeiros passos com todo vigor. Vejamos:

c.1. Antecedentes

Diante dos ataques cada vez mais sofisticados e poderosos da “multinacional da morte”, surgiram de forma espontânea, em todo o mundo, diversas iniciativas tendentes à defesa e promoção da vida e da família humanas. A maioria delas foi em nível pessoal ou local, sem chegar a institucionalizar-se, com o que em pouco tempo deixaram de existir. Outras — a minoria — já em seu começo deram origem a instituições de bem público, que permitiram a rotatividade de seus dirigentes e, portanto, a sobrevivência das iniciativas. Entre estas, as mais importantes são: Vida Humana Internacional (fundada pelo R.P. Paul Marx, O.S.B.), Direito à Vida (criada pelo Dr. John Wilke), a Federação Mundial de Médicos que Respeitam a Vida Humana (criada pelo Dr. Philippe Scheppens) e a Aliança Latino-americana pela Família (organizada pela Sra. Cristine de Vollmer).

c.1.1. Vida Humana Internacional

Tem sua sede central em Maryland, EUA, e seu Ramo Hispano em Miami. Conta com 29 centros de atenção ao público, nos cinco continentes e com escritórios nos seguintes países: Alemanha, Argentina, Austrália, Áustria, Brasil, Bélgica, Canadá, Chile, Colômbia, Coreia do Sul, Costa Rica, Croácia, Equador, El Salvador, Eslovênia, Filipinas, Geórgia, Holanda, Hungria, Índia, Irlanda, Quênia, Lesoto, Malásia, México, Nigéria, Paraguai, Peru, Polônia, Reino Unido, República Tcheca, República Eslovaca, Rússia, Singapura, Sri Lanka, África do Sul, Suécia, Suíça, Tanzânia, Trinidad Tobago, Ucrânia, Uruguai e Zimbábue.

c.1.2. A Federação Mundial de Médicos que Respeitam a Vida Humana

Foi fundada em 1974. Seu presidente para a América Latina é o Dr. Néstor Gregorini, com domicílio em Calle 60 n.º 2304, La Plata, República Argentina. Agrega a mais de 250.000 médicos que afirmam “que a vida humana é sagrada desde o instante da fecundação até a morte natural, e que nunca se pode matar a um paciente, seja qual for sua idade ou sua enfermidade. Afirmamos que em nenhum caso se pode utilizar um ser humano como objeto de experimentação ou exploração. Opinamos que a fecundação extracorpórea, devido ao fato de que inevitavelmente leva à experimentação e seleção (ou destruição) deliberada dos humanos mais jovens, é portanto inaceitável” (680). A *Aliança Latino-americana pela Família (ALAFA)* tem sede em Caracas e filiais nos principais países latino-americanos.

c.2. O Conselho Mundial

Entre 14 e 16 de novembro de 1991, realizou-se um Congresso em Roma, ao qual assistiram 150 líderes de entidades defensoras da família e da vida humana, procedentes de todo o mundo, entre eles, da Espanha, Brasil, Estados Unidos, Bolívia, República Dominicana, Venezuela, Colômbia, Portugal, Argentina etc. Lá se resolveu, de comum acordo, que era necessário unir os esforços e criar um organismo mundial unificado. Nasceu então o Conselho Mundial para a Vida e a Família, “uma coalizão de numerosas organizações que representam diversos interesses, relativos a questões pró-vida e da família em todo o mundo”. A partir desse momento, começou a expansão: entre 22 e 24 de abril de 1992 aconteceu em Monterrey (México), o Primeiro Encontro Latino-americano para a Vida e a Família, onde se constituiu o Conselho Latino-americano para a Vida e a Família, dependente do Conselho Mundial. Também em 1992 realizaram-se os Encontros constitutivos das distintas regiões que o compõem, a saber: África, Ásia, Austrália, América do Norte (exceto México), Europa Oriental, Europa Ocidental, Europa Norte-ocidental, e América Latina e Caribe.

c.2.1

O Conselho Latino-americano está subdividido, por razões de maior eficácia, em Sub-regiões, com seu respectivo Coordenador, ao qual respondem os Coordenadores Nacionais. Por sua vez, cada país está organizado também em filiais conforme as cidades ou distritos principais. As Sub-regiões são:

- a) Cone Sul (Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai);
- b) Brasil (Brasil e Portugal);
- c) Países Bolivarianos (Colômbia, Equador, Peru e Venezuela);
- d) América Central (Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Hon-

duras, México, Nicarágua e Panamá);

e) Caribe (Cuba, Porto Rico e República Dominicana) e

f) Espanha.

c.2.2.

Na República Argentina, o Conselho tem filiais na Capital Federal, Grande Buenos Aires e nas seguintes províncias: Buenos Aires, Catamarca, Córdoba, Corrientes, Entre Ríos, Jujuy, La Pampa, La Rioja, Mendoza, Misiones, Neuquén, Salta, San Juan, San Luis, Santa Cruz, Santa Fe, Tierra del Fuego e Tucumán.

Em outros países e continentes, o crescimento do Conselho Mundial toma um ritmo similar. As razões são duas:

1º) o Conselho preenche um vazio fundamental, ao aglutinar dezenas de instituições que já estavam trabalhando, cada uma com seu próprio perfil e dinâmica, na promoção da vida e da família humanas;

2º) porque a “multinacional da morte” tem aumentado e sofisticado seus ataques a ambas, o que moveu muitos dirigentes sociais a somarem-se às iniciativas do Conselho.

Cada instituição que se incorpora ao Conselho Mundial (através do respectivo Conselho Regional) mantém seus próprios fins e meios de luta; simplesmente compartilha informação, tarefas e lemas comuns, que agregam à sua própria identidade um matiz universal. Algumas delas, como o Comitê Nacional Pró-Vida do México, podem manifestar com satisfação que “continuamos salvando vidas. Conseguimos salvar 7.112 bebês de serem abortados, desde agosto de 1989 até dezembro de 1993. Pelo que corresponde ao ano 1993, os resultados têm sido muito alentadores, uma vez que foram atendidos 2.827 casos de mães que queriam abortar e se lhes ofereceu a ajuda adequada e necessária para que não o fizessem” (681). Na Espanha, “o balanço da ajuda à vida foi positivo em 1993. Os centros de vinte províncias, representados neste encontro, entrevistaram 2.086 mulheres grávidas que atravessavam dificuldades: 454 foram acolhidas em residências maternas, pois não dispunham de alojamento nem comida, e seus filhos nasceram; outras 882, que viviam com suas famílias, puderam dar à luz graças à informação e às ajudas desses centros; 671 mães de recém-nascidos receberam ajudas econômicas e alimento. Ao todo, 2.007 mulheres atendidas” (682). Similares ganhos creditam o Movimento Anônimo pela Vida do Chile e o Portal de Belém e Grávida da República Argentina. Outras associações trabalham no campo formativo e educativo; algumas se especializam nos meios de comunicação social e, por último, há também aquelas com um perfil marcadamente político, no sentido de promover as políticas familiares. Já são numerosas as iniciativas executivas ou legislativas apresentadas ou levadas a cabo por membros do Conselho Mundial. É uma verdadeira primavera da vida, da liberdade e das famílias,

que já começa a colher a abundante sementeira de paz, alegria e amor verdadeiros.

c.3. O Romano Pontífice

Nestes momentos confluem também outros elementos, que realizam uma grande contribuição para que isto, que é simplesmente o início de um caminho de esperança, se transforme, rapidamente, em uma senda segura de realidades multifacetadas. As Nações Unidas haviam declarado 1994 como o Ano Internacional da Família, ainda que o dotasse de um lamentável conteúdo de ideologia errônea. O Papa João Paulo II fez sua a idéia e proclamou o verdadeiro Ano Internacional da Família. Em 02.02.1994 dirigiu um convite “para que permaneçam unidas no ensinamento da verdade apostólica; aos irmãos no episcopado, aos presbíteros, aos institutos religiosos e pessoas consagradas, aos movimentos e associações de fiéis leigos; aos irmãos e irmãs, aos que nos une a fé comum em Jesus Cristo, mesmo que não vivamos ainda a plena comunhão querida pelo Salvador; a todos aqueles que, participando na fé de Abraão, pertencem como nós à grande comunidade dos crentes em um único Deus; àqueles que são herdeiros de outras tradições espirituais e religiosas; a todos os homens e mulheres de boa vontade” (683).

Lá também se recorda às “amadíssimas famílias” que “entre os numerosos caminhos, **a família é o primeiro e o mais importante**. É um caminho comum, ainda que particular, único e irrepetível, como irrepetível é todo homem; um caminho do qual não se pode afastar o ser humano. Com efeito, ele vem ao mundo no seio de uma família, de modo que se pode dizer que deve a ela o próprio fato de existir como homem. Quando falta a família, cria-se na pessoa que vem ao mundo uma carência preocupante e dolorosa, que pesará posteriormente toda a vida. A Igreja, com afetuosa solicitude, está junto de quem vive em semelhantes situações, porque conhece bem o papel fundamental que a família é chamada a desempenhar” (684).

Nesta ordem de idéias se inscrevem as palavras que ao longo do ano 1994 dirigiu João Paulo II aos homens de boa vontade. Em sua homilia pascal, pediu que “diante da vida que irrompe na história, retroceda a cultura da morte que humilha o ser humano, não respeitando as criaturas débeis e frágeis e até tentando ferir a dignidade sagrada da família, coração da sociedade e da Igreja. **A família continua sendo a principal fonte da humanidade: cada Estado deve tutelá-la como precioso tesouro**” (685). Dias depois, diante de 50.000 fiéis congregados na Praça de São Pedro, “elevou a voz em várias ocasiões enquanto fazia uma apaixonada defesa dos direitos das famílias. **‘Não podemos tolerar a morte sistemática dos que ainda não nasceram... Não podemos seguir**

adiante com a morte como única base de nossa civilização. Devemos fazê-lo com a cultura do amor que dá as boas-vindas à vida” (686).

Depois, “o Papa pediu a todos os chefes de Estado que se oponham aos planos demográficos da ONU, porque ‘com o controle de nascimentos, a legitimação do aborto e a sexualidade individualista, pode-se destruir a família e a dignidade do indivíduo’, segundo o Sumo Pontífice. O Papa **dirigiu uma carta aos chefes de Estado de todo o mundo** e seu texto foi dado a conhecer hoje. Ninguém, advertiu o Pontífice, pode ‘manipular a instituição familiar’ e é sobre este ponto que ‘nossas sociedades se constroem ou se destroem’. A mensagem também foi dirigida ao secretário geral das Nações Unidas, Boutros Ghali, porque o projeto final da conferência da ONU sobre ‘População e Desenvolvimento’, que ocorrerá no Cairo, provocou uma ‘dolorosa surpresa’, uma ‘amarga impressão’, e uma grande ‘inquietação’ em João Paulo II. O Papa já havia expressado sua preocupação em 18 de março último à Sra. Nafis Sadik, secretária da Conferência do Cairo” (687). Finalmente, nos dias 8 e 9 de outubro de 1994, o Papa recebeu em Roma representantes de todas as famílias do mundo, como culminação de toda sua atividade em defesa e promoção da família nesse ano.

c.4. A Encíclica “Evangelium Vitae”

Começa João Paulo II com estas certas palavras: “O Evangelho da Vida está no centro da mensagem de Jesus. Acolhido com amor cada dia pela Igreja, há de ser anunciado com **intrépida fidelidade** como boa nova a todos os homens de todas as épocas e culturas” (688). “O homem é chamado a uma plenitude de vida que se estende muito para além das dimensões de sua existência terrena, porque consiste na participação da própria vida de Deus. A sublimidade desta vocação sobrenatural manifesta a **grandeza** e o **valor precioso** da vida humana inclusive já na sua fase temporal. Com efeito, a vida no tempo é condição básica, momento inicial e parte integrante de todo o processo unitário da vida humana” (689). Ou seja, a vida humana terrena é sagrada, porque é o começo de uma vida destinada — mediante a fidelidade a Deus — a participar na própria vida divina. É esse o nó central da Encíclica e também parece sê-lo do magistério de João Paulo II.

c.4.1.

O Papa escreve em momentos em que às ameaças à dignidade e à vida humana — pacientemente denunciadas e padecidas pela Igreja Católica — acrescenta-se “uma nova situação cultural, que confere aos atentados contra a vida um **aspecto inédito e — se é possível — ainda mais iníquo**, ocasionando ulteriores e graves preocupações: amplos setores da opinião pública justificam alguns atentados contra a vida em

nome dos direitos da liberdade individual, e sobre tal pressuposto pretendem não só a impunidade, mas até a autorização por parte do Estado, com o fim de praticá-los com absoluta liberdade e, além disso, com a intervenção gratuita das estruturas sanitárias ... O fato de que as legislações de muitos países, afastando-se talvez dos mesmos princípios fundamentais de suas Constituições, tenham consentido não apenas ou inclusive reconhecer a plena legitimidade destas práticas contra a vida é, ao mesmo tempo, um sintoma preocupante e causa não marginal de uma grave deterioração moral. Opções antes consideradas unanimemente como delitivas e rejeitadas pelo comum senso moral, tornam-se pouco a pouco socialmente respeitáveis. A própria medicina, que por sua vocação está ordenada à defesa e cuidado da vida humana, presta-se cada vez mais em alguns setores a realizar estes atos contra a pessoa ... O resultado a que se chega é dramático: se é muito grave e preocupante o fenômeno da eliminação de tantas vidas incipientes ou próximas de seu ocaso, não menos grave é o fato de que à própria consciência, ofuscada por tão vastos condicionalismos, lhe custe cada vez mais perceber a distinção entre o bem e o mal no que se refere ao próprio valor fundamental da vida humana” (690).

c.4.2

João Paulo II reconhece a dignidade da vida humana e, ao mesmo tempo, a gravidade da situação cultural dominante. É por isso que escreve esta encíclica, que “não é exclusivamente para os crentes: é para todos. O tema da vida e de sua defesa e promoção não é prerrogativa única dos cristãos. Mesmo que receba da fé luz e força extraordinárias, pertence a toda consciência humana que aspira à verdade e está atenta e preocupada com a sorte da humanidade ... **O Evangelho da vida é para o bem da cidade dos homens.** Trabalhar em favor da vida é contribuir para a **renovação da sociedade** mediante a edificação do bem comum. Com efeito, não é possível construir o bem comum sem reconhecer e tutelar o direito à vida, sobre o qual se fundamentam e desenvolvem todos os demais direitos inalienáveis do ser humano. Nem pode ter bases sólidas uma sociedade que — embora afirme valores como a dignidade de pessoa, a justiça e a paz — se contradiz radicalmente aceitando ou tolerando as formas mais diversas de desprezo e violação da vida humana, sobretudo se é débil ou marginalizada. Só o respeito da vida pode fundamentar e garantir os bens mais preciosos e necessários da sociedade, como a democracia e a paz. Com efeito, não pode haver **verdadeira democracia**, se não se reconhece a dignidade de cada pessoa e não se respeitam seus direitos. Não pode haver sequer **verdadeira paz**, se não **se defende e promove a vida**” (691).

Em suma, o Romano Pontífice entende que a raiz do problema é uma falha fundamental da cultura contemporânea, e se propõe recriar

uma nova “cultura da vida” por meio de sua encíclica. Assim o afirma: “a presente Encíclica, fruto da colaboração do Episcopado de todos os Países do mundo, quer ser, pois, uma **reafirmação precisa e firme do valor da vida humana e de seu caráter inviolável**, e, ao mesmo tempo, um ardente apelo a todos e a cada um em nome de Deus: **respeita, defende, ama e serve a vida, cada vida humana!** Só seguindo este caminho encontrarás a justiça, desenvolvimento, liberdade verdadeira, paz e felicidade! Que estas palavras cheguem a todos os filhos e filhas da Igreja! Que cheguem a todas as pessoas de boa vontade, interessadas pelo bem de cada homem e mulher e pelo destino de toda a sociedade!” (692).

c.4.3.

No capítulo I, João Paulo II se detém nas “atuais ameaças à vida humana”, descreve algumas e adverte que “nossa atenção quer-se concentrar em particular, em **outro gênero de atentados**, relativos à vida nascente e terminal, que apresentam **caracteres novos em relação ao passado e suscitam problemas de gravidade singular**, pelo fato de que tendem a perder, na consciência coletiva o caráter de ‘delito’ e a assumir paradoxalmente o de ‘direito’, até o ponto de pretender com isso um verdadeiro e próprio **reconhecimento legal por parte do Estado e a conseqüente execução gratuita por intermédio dos profissionais da saúde**. Esses atentados golpeiam a vida humana em situações de máxima fragilidade, quando está privada de toda capacidade de defesa. Mais grave ainda é o fato de que, em grande medida, se produzam precisamente no seio e por obra da família, que constitutivamente está chamada a ser, pelo contrário, ‘santuário da vida’. Como se pôde chegar a uma situação semelhante? Devem-se tomar em consideração múltiplos fatores. No fundo há uma profunda crise da cultura, que gera ceticismo nos fundamentos mesmos do saber e da ética, fazendo cada vez mais difícil ver com clareza o sentido do homem, de seus direitos e deveres” (693). O Papa se propõe, então, a proclamar o direito à vida dos mais indefesos, como intentando fazer reagir à cultura atual nesse que é o ponto mais cruel e aberrante da mesma.

“... configura-se como verdadeira ‘cultura de morte’. [Esta estrutura] é ativamente promovida por fortes correntes culturais, econômicas e políticas, portadoras de uma concepção da sociedade baseada na eficiência. Olhando as coisas deste ponto de vista, pode-se falar, em certo sentido, de uma **guerra dos poderosos contra os débeis**. A vida que exigiria mais acolhida, amor e cuidado é tida por inútil, ou considerada como um peso insuportável e, portanto, depreciada de muitos modos. Quem, com sua enfermidade, com sua deficiência ou, mais simplesmente ainda, com sua própria presença, põe em causa o bem-estar e estilo de vida dos mais avantajados, tende a ser visto como

um inimigo do qual se defender ou um inimigo a eliminar. Desencadeia-se assim uma espécie de ‘conjura contra a vida’, que afeta não só as pessoas concretas em suas relações individuais, familiares ou de grupo, mas que vai além, chegando a prejudicar e alterar, em nível mundial, as relações entre os povos e os Estados” (694). Enumera depois os sinais desta “cultura de morte”: aborto, contracepção — incluindo como abortivos “produtos químicos, dispositivos intra-uterinos e ‘vacinas’”, as técnicas de reprodução artificial, os diagnósticos pré-natais utilizados para promover os abortos eugenésicos, a eutanásia e o controle de natalidade.

O Romano Pontífice coloca na raiz do problema cultural “uma idéia diferente de liberdade”, que leva a “interpretar esses delitos contra a vida como **legítimas expressões da liberdade individual que se devem reconhecer e ser protegidas como verdadeiros e próprios direitos**” (n.º 18). Delineia depois quais são as raízes desta contradição, e as encontra em:

a) a mentalidade que só reconhece como titular de direitos a quem se apresenta com autonomia, ou seja, aquele que sai de situações de total dependência dos demais;

b) uma visão individualista da liberdade que “acaba por ser a liberdade dos mais fortes contra os fracos destinados a sucumbir”;

c) uma falsa liberdade, porque perdeu seu vínculo constitutivo com a verdade (n.º 19).

Este conceito perverso de liberdade chega à deterioração profunda da convivência social, porque “a sociedade se converte em um conjunto de indivíduos colocados uns junto a outros, mas sem vínculos recíprocos ... Todavia, frente aos interesses análogos dos outros, vê-se obrigado a buscar qualquer forma de compromisso, se se quer garantir a cada um o máximo possível de liberdade na sociedade. Assim desaparece toda referência a valores comuns e a uma verdade absoluta para todos; a vida social se adentra nas areias movediças de um relativismo absoluto. Então **tudo é pactuável, tudo é negociável**: inclusive o primeiro de todos os direitos fundamentais, o da vida ... Reivindicar o direito ao aborto, ao infanticídio, à eutanásia, e reconhecê-lo legalmente, significa atribuir à liberdade humana um **significado perverso e iníquo**: o de um **poder absoluto sobre os outros e contra os outros**. Mas isto é a morte da verdadeira liberdade” (695).

Paralelamente a essa falsa concepção da liberdade, dá-se um “eclipse do sentido de Deus e do homem”, que conduz a um materialismo prático, segundo o qual, “o **corpo** já não se considera como realidade tipicamente pessoal... Reduz-se à pura materialidade: está simplesmente composto de órgãos, funções e energias que há que usar segundo critérios de mero gozo e eficiência. Por conseguinte, também a

sexualidade se despersonaliza e se instrumentaliza: de sinal, lugar e linguagem de amor, ou seja, do dom de si mesmo e da acolhida do outro segundo toda a riqueza da pessoa, passa a ser cada vez mais ocasião e instrumento de afirmação do próprio eu e de satisfação egoísta dos próprios desejos e instintos. Assim se deforma e falsifica o conteúdo originário da sexualidade humana, e os dois significados, unitivo e procriativo, inatos à própria natureza do ato conjugal, são separados artificialmente. Deste modo, trai-se a união, e a fecundidade se submete ao arbítrio do homem e da mulher. A **procriação** se converte então no ‘inimigo’ a evitar na prática da sexualidade. Quando se aceita é só porque manifesta o próprio desejo, ou inclusive a própria vontade, de ter um filho ‘a todo custo’, e não, ao contrário, por expressar a total acolhida do outro e, portanto, a abertura à riqueza de vida de que o filho é portador” (696).

Ambos os elementos — a idéia perversa da liberdade e o eclipse do sentido de Deus e, portanto, do homem — levam o homem atual a confundir em sua consciência o bem e o mal. Frente a eles, o Papa descreve numerosos sinais alentadores em prol de uma cultura da vida (n.º 25 a 28).

c.4.4.

No capítulo II, o Papa afirma que a vida humana é sagrada porque provém de Deus, é imagem sua e está orientada para Ele, e “da sacralidade da vida deriva seu **caráter inviolável, inscrito desde o princípio no coração do homem**, em sua consciência”. A exigência do quinto Mandamento encontra na doutrina de Jesus Cristo muitas formulações positivas, que culminam com o amor ao inimigo. As responsabilidades de homens e mulheres diante da vida começam com a participação no poder criador de Deus, ao cooperar com Ele na transmissão da vida humana; todavia a proteção e reconhecimento do valor inviolável da vida não é só patrimônio dos pais, mas de todos os seres humanos, do que encontra inumeráveis exemplos nas Sagradas Escrituras. O exemplo máximo disto é a morte redentora de Jesus, que “deste modo proclama que **a vida encontra seu centro, seu sentido e sua plenitude quando é doada**” (n.º 51).

c.4.5. O capítulo III da Encíclica é como que o seu nó. O Santo Padre recorre às Sagradas Escrituras, à Tradição viva da Igreja — sem evitar as questões da legítima defesa e da pena de morte — e ao Magistério pontifício e episcopal, e frente à unanimidade das fontes da Revelação, conclui: “com a autoridade conferida por Cristo a Pedro e a seus Sucessores, em comunhão com os Bispos da Igreja católica, **confirmo que a eliminação direta e voluntária de um ser humano inocente é sempre gravemente imoral**. Esta doutrina, fundamentada naquela lei não escrita que cada homem, à luz da razão, encontra no

próprio coração, é corroborada pela Sagrada Escritura, transmitida pela Tradição da Igreja e ensinada pelo Magistério ordinário e universal. A decisão deliberada de privar um ser humano inocente de sua vida é sempre má do ponto de vista moral, e nunca pode ser lícita nem como fim, nem como meio para um fim bom” (697). Esta definição dogmática é infalível, já que “o Romano Pontífice, Cabeça do Colégio episcopal, goza desta infalibilidade em virtude de seu ministério quando, como Pastor e Mestre supremo de todos os fiéis, confirma na fé a seus irmãos, proclama por um ato definitivo a doutrina em questões de fé e moral ... Quando a Igreja propõe por meio de seu Magistério supremo que algo se deve aceitar ‘como revelado por Deus para ser crido’ e como ensinamento de Cristo, ‘devem-se aceitar suas definições com a obediência da fé’” (698).

Depois, o Romano Pontífice vai especificando a que casos se aplica esta severa condenação: “entre todos os delitos que o homem pode cometer contra a vida, o aborto provocado apresenta características que o fazem particularmente grave e ignominioso. O Concílio Vaticano II o define, juntamente com o infanticídio, como ‘crimes nefandos’”, e esclarece depois que “o aborto provocado é a **eliminação deliberada e direta, como quer que se realize, de um ser humano na fase inicial de sua existência, que vai da concepção ao nascimento**”. A gravidade deste delito é porque se trata da criatura mais inocente, débil e totalmente confiada à proteção e cuidado de sua mãe. Quaisquer que sejam as razões que se dêem para isso, “**jamais podem justificar a eliminação deliberada e um ser humano inocente**” (n.º 58). O Papa estende a condenação moral a todos os que intervêm direta ou indiretamente em cada aborto, como aos difusores do permissivismo sexual, do menosprezo à maternidade, aos governantes que deveriam realizar adequadas políticas de ajuda às famílias e, por certo, “à vasta rede de cumplicidades que chega a abarcar inclusive instituições internacionais, fundações e associações que lutam sistematicamente pela legalização e difusão do aborto no mundo” (n.º 59, muitas das quais estudamos neste livro).

“Portanto, com a autoridade que Cristo conferiu a Pedro e a seus Sucessores, em comunhão com todos os Bispos — que em várias ocasiões condenaram o aborto e que na consulta citada anteriormente, mesmo dispersos pelo mundo, concordaram unanimemente sobre esta doutrina — **declaro que o aborto direto, ou seja, querido como fim ou como meio, é sempre uma desordem moral grave**, enquanto eliminação deliberada de um ser humano inocente. Esta doutrina se fundamenta na lei natural e na Palavra de Deus escrita; é transmitida pela Tradição da Igreja e ensinada pelo Magistério ordinário e universal” (699). Pelo que foi dito anteriormente, essa definição também é infalível. Depois

esclarece que idêntica valoração moral corresponde aos experimentos com embriões humanos e também sua utilização como “abastecedores de órgãos ou tecidos para transplantar no tratamento de algumas enfermidades” (n.º 63).

Depois, o Papa se refere à vida terminal. “Para um correto juízo moral sobre a eutanásia, é necessário antes de tudo defini-la com clareza. Por **eutanásia, em sentido verdadeiro e próprio**, deve-se entender uma ação ou omissão que, por sua natureza e na intenção, causa a morte, com o fim de eliminar qualquer dor”. Distingue-a:

a) do “excesso terapêutico, ou seja, certas intervenções médicas já não adequadas à situação real do enfermo, por serem desproporcionadas aos resultados que se poderiam esperar ou, ainda, por serem demasiado gravosas para ele ou sua família”; e

b) dos “cuidados paliativos, destinados a tornar mais suportável o sofrimento na fase final da enfermidade e, ao mesmo tempo, assegurar ao paciente um acompanhamento humano adequado ... Feitas estas distinções, de acordo com o Magistério de meus Predecessores e em comunhão com os Bispos da Igreja católica, **confirmo que a eutanásia é uma grave violação da Lei de Deus**, enquanto eliminação deliberada e moralmente inaceitável de uma pessoa humana. Esta doutrina se fundamenta na lei natural e na Palavra de Deus escrita; é transmitida pela Tradição da Igreja e ensinada pelo Magistério ordinário e universal” (700). Esta definição também goza da infalibilidade papal. Por outra parte, o Santo Padre equipara a eutanásia ao suicídio e ainda, ao “suicídio assistido”.

c.4.6.

O Romano Pontífice começa agora a estudar a relação entre a lei moral e a lei civil, em especial nas sociedades autodenominadas “democráticas”, nas quais se difundiu “a opinião de que o ordenamento jurídico de uma sociedade deveria limitar-se a perceber e assumir as convicções da maioria e, portanto, basear-se somente sobre o que a maioria mesma reconhece e vive como moral” (n.º 69). “Percebem-se duas tendências diametralmente opostas em aparência. Por um lado, os indivíduos reivindicam para si a autonomia moral mais completa de decisão e pedem que o Estado não assuma nem imponha nenhuma concepção ética, mas que trate de garantir o espaço mais amplo possível para a liberdade de cada um, com o único limite externo de não restringir o espaço de autonomia a que os demais cidadãos também têm direito. Por outro lado, considera-se que, no exercício das funções públicas e profissionais, o respeito pela liberdade de decisão dos demais obriga a cada um a prescindir de suas próprias convicções para pôr-se ao serviço de qualquer pedido dos cidadãos, que as leis reconhecem e tutelam, aceitando como único critério moral para o exercício das próprias

funções o estabelecido nas mesmas leis. Deste modo, a responsabilidade da pessoa se delega à lei civil, abdicando da própria consciência moral, ao menos no âmbito da ação pública” (701).

O Papa explica que a raiz dessas tendências é o “**relativismo ético**”. “Em realidade, não se pode mitificar a democracia, convertendo-a em um substitutivo da moralidade ou em uma panacéia da imoralidade. Fundamentalmente, é um ‘ordenamento’ e, como tal, um instrumento e não um fim. Seu caráter ‘moral’ não é automático, mas depende de sua conformidade com a lei moral à qual, como qualquer outro comportamento humano, deve submeter-se; isto é, depende da moralidade dos fins que persegue e dos meios de que se serve” (n.º 70); ora, o fundamento destes valores não é uma volúvel maioria de opinião, mas o reconhecimento da lei moral objetiva, naturalmente inscrita no coração do homem: “são valores, portanto, que nenhum indivíduo, nenhuma maioria e nenhum Estado nunca podem criar, modificar ou destruir, mas que devem somente reconhecer, respeitar e promover” (n.º 71). O primeiro e fundamental desses direitos que o Estado deve reconhecer, respeitar e promover é o direito inviolável à vida de todo ser humano inocente; toda lei que contradiga este direito é um abuso e tais leis “estão privadas totalmente de autêntica validade jurídica” (n.º 72); “leis deste tipo não só não criam nenhuma obrigação de consciência, mas, pelo contrário, estabelecem uma **grave e precisa obrigação de opor-se a elas mediante a objeção de consciência**” (n.º 73).

c.4.7.

O último capítulo é uma chamada à construção de uma nova cultura da vida humana, que em primeiro lugar, é obrigação de todos e cada um dos membros e instituições da Igreja Católica: “trata-se de assinalar todas **as conseqüências** deste mesmo Evangelho — da vida — que se podem resumir assim: a vida humana, dom precioso de Deus, é sagrada e inviolável, e por isso, em particular, são absolutamente inaceitáveis o aborto provocado e a eutanásia; a vida do homem não só não deve ser suprimida, mas deve ser protegida com todo cuidado amoroso; a vida encontra seu sentido no amor recebido e dado, em cujo horizonte acham sua plena verdade a sexualidade e a procriação humana; neste amor, inclusive o sofrimento e a morte têm um sentido e, mesmo permanecendo o mistério que nos envolve, podem chegar a ser acontecimentos de salvação; o respeito à vida exige que a ciência e a técnica estejam sempre ordenadas ao homem e a seu desenvolvimento integral; toda a sociedade deve respeitar, defender e promover a dignidade de cada pessoa humana, em todo momento e condição de sua vida” (702).

Para tal fim, dirige-se em primeiro lugar aos teólogos, bispos e sacerdotes, docentes, catequistas e formadores de consciência, para

que “não assumam nunca a grave responsabilidade de trair a verdade e sua mesma missão expondo idéias pessoais contrárias ao **Evangelho da vida** como o propõe e interpreta fielmente o Magistério. Ao anunciar este Evangelho, não devemos temer a hostilidade e a impopularidade, rejeitando todo compromisso e ambigüidade” (n.º 82). Depois propõe a todos os homens, cultivar um olhar contemplativo, de religiosa admiração, para venerar e respeitar a todo homem (n.º 83). Parafrazeando Paulo VI, diz que: “esta vida mortal, apesar de suas tribulações, de seus obscuros mistérios, seus sofrimentos, sua fatal caducidade, é um fato belíssimo, um prodígio sempre original e comovedor, um acontecimento digno de ser cantado com júbilo e glória” (n.º 84). Além disso, o Papa propõe “apreciar e valorizar também os gestos e os símbolos, de que são ricas as diversas tradições e os costumes culturais e populares. São momentos e formas de encontro com que, nos diversos Países e culturas, se manifestam o gozo por uma vida que nasce, o respeito e a defesa de toda existência humana, o cuidado do que sofre ou está necessitado, a aproximação ao ancião ou ao moribundo, a participação da dor de quem está de luto, a esperança e o desejo de imortalidade” (n.º 85).

Esta mensagem deve-se dar especialmente no heroísmo da vida cotidiana, com pequenos e grandes gestos de solidariedade, onde não faltam os sinais heróicos de dar a vida pelos demais; na valentia das mães que sabem vencer um ambiente adverso e vivem a fidelidade, a castidade e o sacrifício (n.º 86). Também é uma exigência “particularmente premente no momento atual” o serviço social, como: os centros de métodos naturais de regulação da fertilidade, consultórios matrimoniais e familiares, centros de ajuda à vida e casas ou centros de acolhida à vida, comunidades de recuperação de viciados em drogas, residências para menores ou enfermos mentais, centros de atenção para enfermos de AIDS, as cooperativas de solidariedade para deficientes, a atenção digna dos enfermos terminais nos centros de saúde (n.º 87 a 89).

Para esta mudança cultural é necessário um forte compromisso político no qual “**os indivíduos, as famílias, os grupos e as associações** têm uma responsabilidade, ainda que a título e em modo diversos, na animação social e na elaboração de projetos culturais, econômicos, políticos e legislativos que, respeitando a todos e segundo a lógica da convivência democrática, contribuam para edificar uma sociedade na qual se reconheça e tutele a dignidade de cada pessoa, e se defenda e promova a vida de todos. Esta tarefa corresponde em particular aos **responsáveis da vida pública** ... especialmente no campo das **disposições legislativas** ... Se as leis não são o único instrumento para defender a vida humana, sem embargo desempenham um papel muito importante e às vezes determinante na promoção de uma mentalidade e de uns

costumes ... Nesta perspectiva, é necessário pôr em relevo que não basta eliminar as leis iníquas. Há que eliminar as causas que favorecem os atentados contra a vida, assegurando sobretudo o apoio devido à família e à maternidade: **a política familiar deve ser eixo e motor de todas as políticas sociais**” (703). Quanto às políticas demográficas estatais, é inaceitável que, para regular a natalidade, se favoreça ou imponha o uso de meios como a anticoncepção, a esterilização e o aborto” (n.º 91).

Um capítulo especial nesta recriação cultural corresponde à família, “principalmente aos esposos, chamados a transmitir a vida, sendo cada vez mais **conscientes do significado da procriação**, como acontecimento privilegiado no qual se manifesta que **a vida humana é um dom recebido para ser, por sua vez, doado** ... É principalmente mediante **a educação dos filhos** que a família cumpre sua missão” (n.º 92). Também as famílias devem participar em atos de solidariedade, com a adoção ou acolhida temporária de crianças abandonadas; e nas diversas formas de atuação social e política, “participando especialmente em associações familiares, (que) trabalhem para que as leis e instituições do Estado não violem de nenhum modo o direito à vida, desde a concepção até a morte natural, mas que a defendam e promovam” (n.º 93).

Continua o Santo Padre seu chamado à ação: “No contexto social atual, marcado por uma luta dramática entre a ‘cultura da vida’ e a ‘cultura da morte’, deve **amadurecer um forte sentido crítico**, capaz de discernir os verdadeiros valores e as autênticas exigências. É urgente uma **mobilização geral das consciências em um comum esforço ético**, para pôr em prática uma **grande estratégia em favor da vida. Todos juntos devemos construir uma nova cultura da vida**” (704). “O primeiro passo fundamental para realizar esta mudança cultural consiste na **formação da consciência moral** sobre o valor incomensurável e inviolável de toda vida humana. É de suma importância **redescobrir o nexo inseparável entre vida e liberdade**. São bens inseparáveis: onde se viola um, o outro acaba também por ser violado. Não há liberdade verdadeira onde não se acolhe e ama a vida; e não há vida plena senão na liberdade ... Não menos decisivo na formação da consciência é a **redescoberta do vínculo constitutivo entre a liberdade e a verdade**” (705). Depois, João Paulo II expõe a relação entre a formação da consciência e a educação da sexualidade e do amor, que implicam a formação na virtude da castidade, da procriação responsável para os esposos, e do sentido do sofrimento e da morte (n.º 97).

“Em síntese, podemos dizer que a mudança cultural desejada aqui exige de todos a coragem de **assumir um novo estilo de vida** que se manifeste em pôr como fundamento das decisões concretas — em nível pessoal, familiar, social e intelectual — a justa escala de valores: **a primazia**

do ser sobre o ter, da pessoa sobre as coisas. Este novo estilo de vida implica também passar **da indiferença ao interesse pelo outro e da rejeição à sua acolhida:** os outros não são contendores dos quais há que se defender, mas irmãos e irmãs com quem se deve ser solidário; há que amá-los por si mesmos; enriquecem-nos com sua própria presença” (n.º 98). Também se menciona a necessária contribuição para esta mudança cultural, de educadores, intelectuais, Universidades, os meios de comunicação social, as mulheres, e a oração e o jejum pela vida (n.º 98 a 100). Por último, o Santo Padre convoca a todas as mulheres e homens, crentes ou não, a efetuarem esta decisiva mudança cultural em favor da vida.

c.5

O campo está pronto para a batalha decisiva pela sobrevivência da humanidade. A “cultura da morte” levou as coisas até o extremo, como surge dos documentos preliminares das Conferências do Cairo e Pequim. Depois disso, não fica muito mais por impor à humanidade... Mas agora as coisas são distintas: a “cultura da vida” conta, além da verdade, com um instrumento moderno, idôneo e estendido por todo o mundo, em constante expansão: o Conselho Mundial para a Vida e a Família!

EPÍLOGO

A

Querido leitor:

Se você chegou até aqui, é porque já nos fizemos amigos. Querido amigo: Gostaria de poder conversar um pouco com você, para dizer-lhe que se decidiu não comprar mais os cartões de Natal do UNICEF e explicar porque não deve fazê-lo a quem lhe enviar; não comprar mais roupa Benetton ou Playboy; assinar o Manifesto pela Vida ou alguma nota da Fundação Argentina do Amanhã; ou escrever uma carta de leitores; ou operações similares; então, isso significa que você entendeu a mensagem deste livro. A vida de nossos semelhantes é o primeiro passo; é, desse ponto de vista, o mais importante que tudo; juntos vamos defendê-la, ainda que nos custe a própria vida...

Neste sentido temos um exemplo atual para imitar. Em 27 de janeiro de 1993 morria aos 28 anos, Carla Levati de Ardenghi, “oito horas depois de haver dado à luz uma criança que quis trazer ao mundo apesar de que os médicos lhe aconselharam um aborto para operá-la de câncer. A mulher chegou ao parto em estado de coma, depois de meses de grandes sofrimentos físicos suportados para evitar que os fármacos, que podiam acalmar sua dor, causassem dano ao feto que levava em seu seio... **Morrer antes que matar.** De acordo com seu marido, Valério Ardenghi, um pedreiro, Carla preferiu o sofrimento e dar à luz o novo filho. Seu esposo escreveu nesses meses um diário das últimas angústias e dores vividas dia a dia. Em uma das últimas páginas, escreveu: ‘Obrigado, Carla, por ter-me convertido em um homem’... O último desejo de Carla foi que seu segundo filho fosse batizado na pequena igreja da Virgem de Roveri, onde amanhã pela tarde se realizarão seus funerais” (706). Eu também lhe digo, sem a haver conhecido: Muito obrigado, Carla!...

B

Mesmo que pareça paradoxal, a seleção natural da espécie humana nos ajudará nesta tarefa: esta seleção não se fará da maneira sonhada por Darwin ou por Malthus, mas de uma forma realmente natural. Disse Lech Walesa: “em minhas atividades, chegou o momento de agir, felizmente inspirou-me o instinto do homem saído — e por sua vez pai — de uma família numerosa. Por outra parte, essa foi sempre a tradição entre os meus: uma fileira de filhos, uma vasta ramificação familiar. Neste simples traço biológico reside talvez um valor que me permite permanecer em pé apesar das vicissitudes do destino” (707). Na próxima geração haverá muitos Walesa e quase nenhum Rockefeller nem McNamara. E o Mundo necessita de muitos Walesa e de nenhum Rockefeller e de nenhum McNamara. Por isso, a próxima geração será melhor que a atual.

C

A realidade de hoje é bastante dura; mas conhecê-la em toda a sua crueza é o primeiro passo para construir um mundo melhor. A humanidade sofreu crises parecidas ou piores, e as superou sempre; porque sempre houve quem as soubesse reconduzir. Nossa terra tem muitos desses heróis, a maioria anônimos: muitas mães de família

numerosa, que ainda trabalham fora do lar; tantos pais de família numerosa, que ao regresso de seu ou seus trabalhos, trocam a fralda do menor de seus filhos ou preparam algo de comer; tantos jovens rebeldes com causa, que preservam sua pureza à espera daquele ou daquela que os acompanhará o resto de seus dias na aventura da vida. Todos eles são heróis, e os há suficientes neste mundo para tornar a reconduzi-lo: é só uma questão de tempo. Mas, querido leitor, não esqueça que sua ação oportuna pode encurtar esse tempo e, também, que sua indiferença pode retardá-lo...

APÊNDICE SOBRE A REALIDADE BRASILEIRA

Pe. Luiz Carlos Lodi da Cruz

a. O Brasil no Relatório Kissinger

O Brasil teve o “privilégio” (que a Argentina não teve) de ser um dos treze países-chave escolhidos pelos EUA como alvo principal de política de controle demográfico. Assim diz o Relatório Kissinger:

*“A assistência para o controle populacional deve ser empregada principalmente nos países em desenvolvimento de maior e mais rápido crescimento onde os EUA têm interesses políticos e estratégicos especiais. Estes países são: Índia, Bangladesh, Paquistão, Nigéria, México, Indonésia, **Brasil**, Filipinas, Tailândia, Egito, Turquia, Etiópia e Colômbia”¹.*

Ao Brasil o Relatório Kissinger dedica um parágrafo inteiro:

“América Latina. Prevê-se que haverá rápido crescimento populacional nos seguintes países tropicais: Brasil, Peru, Venezuela, Equador e Bolívia. É fácil ver que, com uma população atual de mais de 100 milhões, o Brasil domina demograficamente o continente; lá pelo fim deste século, prevê-se que a população do Brasil chegará aos 212 milhões de pessoas, o mesmo nível populacional dos EUA em 1974.

¹ NSSM 200, *Implications of Worldwide Population Growth for US Security and Overseas Interests* p. 14-15, parágrafo 30.

² NSSM 200, *Implications of Worldwide Population Growth for US Security and Overseas Interests* p. 22

A perspectiva de um rápido crescimento econômico - se não for enfraquecida pelo excesso de crescimento demográfico - indica que o Brasil terá cada vez maior influência na América Latina nos próximos 25 anos”².

O investimento maciço em controle de natalidade fez com que, no ano 2000, a população ficasse bem aquém dos temidos 212 milhões de pessoas. Segundo o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano 2000 havia apenas 169.799.170 habitantes em nosso país. Para uma área gigantesca de 8.514.876,599 km², isso significa uma densidade demográfica de 19,94 habitantes por quilômetro quadrado, ou seja, o Brasil continua sendo um deserto humano.

b. Somente dois filhos

Traçava o Relatório Kissinger um plano de combate à família numerosa:

*“A grande necessidade é convencer as massas da população que é para o seu benefício individual e nacional ter, em média, **somente três** e depois [‘and then’] **somente dois filhos**” (destaque nosso)³.*

No Brasil, o esse plano foi cumprido à risca e obteve “ótimos” resultados. Em 1960, o Brasil ostentava uma taxa de fecundidade total de 6,28 filhos por mulher em idade fértil. Esse índice foi baixando para 5,76 (em 1970), para 4,35 (em 1980), para 2,89 (em 1991) e atingiu 2,38 no ano 2000 (Fonte: IBGE, Censo Demográfico). Estamos muito próximos ao nível de estagnação de 2,1 filhos por mulher, no qual a população simplesmente pára de crescer. Abaixo desse nível, teremos um declínio demográfico. Atualmente, a mentalidade de “somente dois filhos” atingiu em cheio os casais brasileiros. Para evitar os outros, usa-se habitualmente a esterilização feminina, acrescida de anticoncepcionais ou microabortivos (como o DIU e a pílula do dia seguinte).

c. O “planejamento familiar” inserido na Constituição

Como o autor esclareceu na Introdução deste livro, o termo “planejamento familiar” não é, de modo algum, inofensivo.

Quando estava reunida a Assembléia Nacional Constituinte, que iria elaborar a atual Constituição de 1988, o Grupo Parlamentar de Estudos em População de Desenvolvimento (GPEPD), braço legislativo da IPPF no Brasil, recebeu a generosa quantia de US\$ 112.755 para

³ NSSM 200, *Implications of Worldwide Population Growth for US Security and Overseas Interests* p. 158

inserir o “planejamento familiar” no texto de nossa Carta Magna. A entidade doadora foi “The Pathfinder Fund”. A informação é oficial, contida em um dos relatórios periódicos publicados pelo Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP):

“Planejamento familiar e Assembléia Nacional Constituinte. Monitorar e, onde necessário, dar assistência no desenvolvimento do tema planejamento familiar no texto da Constituição brasileira. Membros do Grupo Brasileiro de Parlamentares sobre População e Desenvolvimento receberão instruções técnicas sobre temas que contribuirão para debates sobre planejamento familiar – Valor do projeto US\$ 112.755”⁴.

O resultado foi a inclusão do parágrafo 7º do art. 226 na Constituição Federal:

Art. 226, § 7º, CF - Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.

O texto acima é sedutor. O “planejamento familiar” é livre e não imposto. Afasta-se assim a má aparência do termo “controle de natalidade”. Além disso, ele se funda na “dignidade da pessoa humana”, o que faz supor que jamais admitirá o aborto nem a mutilação dos órgãos reprodutores. Por fim, ele também se funda na “paternidade responsável”, termo este tão caro ao Magistério da Igreja.

Da forma como foi redigido, não se poderia esperar nada de mal. Puro engano. Mais de cem mil dólares não teriam sido investidos à toa, como veremos a seguir...

d. A legalização da esterilização

Bem depressa um deputado do Partido dos Trabalhadores (PT), Eduardo Jorge (PT/SP) entrou com um Projeto de Lei (PL 209/91) para “regulamentar” esse dispositivo constitucional. E, como não podia deixar de ser, tal regulamentação incluía a legalização da esterilização, como meio legítimo de “planejamento familiar”. Aprovado, o projeto transformou-se na lei 9263/96, que “regula o § 7º do art. 226 da Constituição Federal, que trata do planejamento familiar, estabelece penalidades e dá outras providências”. É interessante notar a definição que tal lei dá de “planejamento familiar” e o cuidado de dizer que repudia o chamado “controle demográfico”.

⁴ *Inventory of Population Projects in Developing Countries Around the World.* FNUAP, 1989/1991, fl. 76

Art. 2º - Para fins desta Lei, entende-se planejamento familiar como o conjunto de ações de regulação da fecundidade que garanta direitos iguais de constituição, limitação ou aumento da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal.

Parágrafo único - É proibida a utilização das ações a que se refere o caput para qualquer tipo de controle demográfico.

O então presidente Fernando Henrique Cardoso, ao sancionar a lei, vetou os artigos 10, 11, 15 e o parágrafo único do art. 14, justamente aqueles que legalizavam a prática da esterilização voluntária. A primeira dama Sra. Ruth Cardoso ficou inconformada. O próprio marido reconheceu que seu veto fora um “acidente”. A derrubada do veto, porém, era uma missão quase impossível, pois exigia a maioria absoluta dos membros de ambas as Casas (Câmara e Senado). No entanto, o “lobby” feminista CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), com um trabalho muito bem orquestrado, obteve essa proeza. No dia 12/08/1997 o Congresso Nacional rejeitava totalmente o veto presidencial. No dia 20/08/1997 a rejeição do veto era publicada no Diário Oficial da União. Para gáudio dos controlistas, estava legalizada a esterilização no Brasil.

Vale lembrar que, antes dessa triste lei que “regulamentou” o chamado “planejamento familiar”, a esterilização era considerada crime de lesão corporal gravíssima, segundo o que diz nosso Código Penal:

Art. 129 - Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem:

Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

[...]

§ 2º - Se resulta:

III - perda ou inutilização de membro, sentido ou função;

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos.

No entanto, mesmo antes de ser legalizada, a esterilização (sobretudo feminina) já era largamente praticada no Brasil. Para burlar a lei, os médicos, ao laquearem uma mulher, costumavam colocar no prontuário da paciente uma cirurgia de “cesariana”. Agora, com a lei, tal artifício tornou-se desnecessário.

e. O disfarce do plano de controle demográfico

O Relatório Kissinger previa as seguintes estratégias para disfarçar suas atividades de controle demográfico.

“Os EUA podem ajudar a diminuir as acusações de motivação imperialista por trás do seu apoio aos programas populacionais declarando reiteradamente que tal apoio vem da preocupação que os EUA têm com:

a) o direito de cada casal escolher com liberdade e responsabilidade o número e o espaçamento de seus filhos e o direito de eles terem informações, educações e meios para realizar isso;

e b) o desenvolvimento social e econômico fundamental dos países pobres nos quais o rápido crescimento populacional é uma das causas e conseqüência da pobreza generalizada”⁵.

Essa catequese foi feita com tanto cuidado, que atualmente os brasileiros, em geral, crêem que a limitação do número de filhos é uma decisão “livre” do casal (ai do casal que resolver contrariar essa decisão “livre”!) e que o crescimento da população é causa e conseqüência da pobreza. Qualquer programa de anticoncepção, vindo do governo ou de entidades privadas, é bem-vindo. Casais com muitos filhos são simplesmente “irresponsáveis”.

Tais programas costumam ser misturados (“integrados”) com serviços de saúde, a fim de suavizar a idéia de um controle demográfico. É o que reza a cartilha do imperialismo contraceptivo norte-americano:

*“Finalmente, prestar **serviços integrados de planejamento familiar e saúde** em uma base ampla ajudaria os EUA a combater a acusação ideológica de que os EUA estão mais interessados em limitar o número de pessoas dos países menos desenvolvidos do que em seu futuro e bem-estar”* (grifo nosso)⁶.

Por isso, ao lado da distribuição gratuita de pílulas e injeções anticoncepcionais, de diafragmas e preservativos, de implantação maciça de dispositivos intra-uterinos (DIUs), encontram-se também certos serviços médicos como prevenção de câncer de colo uterino e banco de leite materno.

f. A utilização das mulheres

*“O ‘status’ e a utilização das mulheres nas sociedades dos países menos desenvolvidos são particularmente importantes na redução do tamanho da família. Para as mulheres, o emprego fora do lar oferece uma alternativa para o casamento e maternidade precoces, e incentiva a mulher a ter menos filhos após o casamento. A mulher que deve ficar em casa para cuidar de seus filhos tem que renunciar à renda que poderia ganhar fora do lar. As pesquisas mostram que o emprego remunerado da mulher fora do lar está relacionado com a redução da fertilidade.”*⁷.

⁵ NSSM 200, *Implications of Worldwide Population Growth for US Security and Overseas Interests* p. 115

⁶ NSSM 200, *Implications of Worldwide Population Growth for US Security and Overseas Interests* p.177

⁷ NSSM 200, *Implications of Worldwide Population Growth for US Security and Overseas Interests* p. 151

Tal trecho do Relatório Kissinger explica por que as associações feministas brasileiras são sobejamente financiadas por grupos controlistas. Por exemplo, o CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria), um eficiente “lobby” pró-aborto com sede em Brasília, recebe ajuda financeira do UNIFEM (Fundo das Nações Unidas para a Mulher), da Fundação Ford, da Fundação McArthur e, às vezes do FNUAP (Fundo das Nações Unidas para a População) e do UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

g. Microabortivos: o DIU e a pílula do dia seguinte

No Brasil, antigamente não só o aborto, mas a anticoncepção constituía ilícito penal. Esta última estava incluída na Lei de Contravenções Penais (Decreto-Lei N.º 3.688, de 3 de outubro de 1941):

Art. 20 - Anunciar processo, substância ou objeto destinado a provocar aborto **ou evitar a gravidez;**

Pena – multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis.

Note-se a sabedoria do antigo legislador ao colocar em um mesmo artigo o anúncio de abortivos e o anúncio de anticoncepcionais. De fato, como ficou demonstrado ao longo deste livro, o aborto e a anticoncepção estão intimamente ligados.

Somente em 1979, a lei 6734/79 alteraria a redação do artigo 20 da Lei das Contravenções Penais, deixando de lado a contracepção. Hoje tal artigo vigora com a seguinte redação:

Art. 20 - Anunciar processo, substância ou objeto destinado a provocar aborto:

Pena - multa.

Curiosamente, a liberação da anticoncepção veio logo depois da aprovação do divórcio (lei 6515, de 26 de dezembro de 1977). Os dois ataques à família vieram quase simultaneamente.

Após a anticoncepção, veio a tentativa (bem sucedida) de aprovação de microabortivos (que impedem a implantação do bebê no útero), disfarçados sob o nome de anticoncepcionais.

No dia 6 de julho de 1984, a portaria n.º 6 da Divisão Nacional de Vigilância Sanitária de Medicamentos (DIMED), publicada no Diário Oficial da União em 10/07/1984, liberou o uso do dispositivo intra-uterino (DIU) com cobre.

No dia 11 de março de 1999, a Secretaria de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde expediu a portaria n.º 204, publicada no Diário Oficial da União em 12/03/1999, que aprovava a comercialização do Postinor-2 da Aché, um produto composto de dois comprimidos de 0,75 miligramas de levonorgestrel. A primeira dose é tomada logo após

a relação sexual (ou “no dia seguinte”). A segunda dose é tomada 12 horas depois. Esse acúmulo enorme de hormônio no organismo feminino desestrutura o revestimento do útero e provoca aborto, caso tenha havido uma concepção. Para burlar a lei, tal produto, conhecido como “pílula do dia seguinte” não é classificado como abortivo, mas como “contraceptivo de emergência” ou “contraceptivo pós-coital”. Atualmente outras marcas já estão no comércio. Sua procura cresce à medida que cresce a libertinagem sexual.

As portarias que liberaram os microabortivos são ilegais e poderiam ser cassadas mediante uma ação judicial, o que até agora não foi feito.

h. Aborto

A anticoncepção e a esterilização, no entanto, são insuficientes para o controle demográfico. Assim diz o Relatório Kissinger:

“Certos fatos sobre o aborto precisam ser entendidos:

- nenhum país já reduziu o crescimento de sua população sem recorrer ao aborto”⁸.

O aborto, como se vê, é indispensável para os controlistas. No atual momento, todo aborto diretamente provocado constitui crime previsto nos artigos 124 a 128 do Código Penal.

Uma brecha encontrada pelos abortistas foi o art. 128, que assim se exprime:

Não se pune o aborto praticado por médico:

I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

A redação é clara. Não está escrito “não constitui crime” mas tão-somente “**não se pune**”. O médico que pratica aborto nesses dois casos **comete crime**, embora esteja isento de punição.

O mesmo acontece com o furto quando praticado em prejuízo do ascendente, descendente ou cônjuge. O artigo 181 do Código Penal diz que nestes casos o criminoso fica “isento de pena”. Mas ninguém de bom senso chamaria de “furto legal” àquele que é praticado pelo filho contra o pai, simplesmente porque tal furto não se pune. Nem ousaria dizer que é um “direito” dos filhos furtarem dos pais. E muito menos chegaria ao cúmulo de dizer que tal “direito” deveria ser exercido com o financiamento do Estado, sugerindo que as escolas públicas ensinassem às crianças a maneira mais segura de surrupiar coisas do papai e da

⁸ NSSM 200, *Implications of Worldwide Population Growth for US Security and Overseas Interests* p. 182

mamãe.

Os abortistas, no entanto, afirmam candidamente que nos dois casos não punidos pelo Código Penal o aborto já é “permitido”. Chamam-no de “aborto legal” ou “aborto previsto em lei”. Chegam a dizer que matar a criança nestes casos é um “direito” da mãe, assegurado desde 1942, quando o Código Penal entrou em vigor. Dizem ainda que este “direito” está no papel, mas precisa ser efetivamente exercido. E chegam ao cúmulo de afirmar que tal crime (que para eles é um direito) deveria ser praticado por funcionários públicos, financiados pelo Estado.

Valendo-se do sofisma acima, em 1989 a então prefeita de São Paulo Luíza Erundina (PT) criou o “Programa de Aborto Legal” no Hospital Municipal Dr. Arthur Ribeiro de Saboya, conhecido como Hospital Jabaquara. Rapidamente outros municípios também criaram em seus hospitais o “serviço” do aborto “previsto em lei”.

O desejo dos abortistas, porém, era uma lei federal que obrigasse todos os hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) a praticarem abortos nesses dois casos. Para esse fim, o deputado Eduardo Jorge (PT/SP) – que havia sido Secretário de Saúde do Município de São Paulo durante a gestão da prefeita Luíza Erundina – criou o Projeto de Lei 20/91 em co-autoria com a deputada Sandra Starling (PT/MG). Proposto em 19/02/1991, o projeto “*dispõe sobre a obrigatoriedade de atendimento dos casos de aborto previstos no Código Penal, pelo Sistema Único de Saúde*”.

A aprovação de tal projeto pelo Congresso Nacional estava encontrando, no entanto, enorme oposição. No dia 20/08/1997, após vários adiamentos, o projeto foi finalmente votado na Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJR) da Câmara dos Deputados. Apesar de todo o intenso “lobby” das feministas, o resultado foi um empate: 23 votos favoráveis e 23 votos contrários. Prevaleceu, assim, o parecer da relatora, deputada Zulaiê Cobra (PSDB/SP), favorável ao projeto. No entanto, ele deveria ainda ser submetido ao plenário da Câmara e depois, à tramitação pelo Senado, para só então ir à sanção presidencial. Os abortistas perceberam quanto tempo isso poderia levar e procuraram um atalho...

i. A “Norma Técnica” do aborto

O atalho foi pressionar o então Ministro da Saúde Carlos Albuquerque, para que, driblando o Congresso Nacional, assinasse uma simples portaria obrigando os hospitais do SUS a fazer aborto nos dois

⁹ PREVENÇÃO E TRATAMENTO DOS AGRAVOS RESULTANTES DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES E ADOLESCENTES - Normas Técnicas. Elaboração: Ana Paula Portela e outros. Brasília: Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Departamento de Gestão de Políticas Estratégicas, 1999. 32p. ISBN 85-334-

casos pretendidos pelo Projeto de Lei 20/91. Ocorre que Carlos Albuquerque já se havia manifestado publicamente contra tal projeto. Foi preciso que os abortistas esperassem a posse do novo Ministro.

Quando José Serra tomou posse do Ministério da Saúde, cedeu às pressões do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e, no dia 5 de novembro de 1998, assinou uma “Norma Técnica” intitulada “**Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes**”⁹, a qual instrui os Hospitais do SUS a praticarem aborto em crianças de até cinco meses de vida, que tenham sido geradas em um estupro. A Norma recomenda que as crianças de até três meses sejam mortas por esquitejamento (curetagem) ou por aspiração em pedacinhos (AMIU - aspiração manual intra-uterina). Para crianças de três a cinco meses, recomenda-se que sejam expulsas violentamente com misoprostol (Cytotec) e depois, deixadas para morrerem à míngua. Somente as crianças acima de cinco meses são poupadas. Para elas a Norma prevê o acompanhamento pré-natal e psicológico e a facilitação de mecanismos de adoção, se a gestante o desejar.

O número de hospitais públicos fazendo aborto, bem como o número de abortos, vem crescendo exponencialmente desde a expedição da referida “Norma Técnica”. Já em 02 de dezembro de 2001 isso era atestado pelo seguinte artigo publicado no Jornal do Brasil:

*BRASÍLIA - Enquanto 13 projetos sobre aborto tramitam no Congresso Nacional, 48 hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS) já interrompem a gestação de mulheres grávidas em consequência de estupros. Em 1999, apenas oito estabelecimentos realizavam esse procedimento no país. **O aumento coincide com a publicação de uma norma técnica, com diretrizes para o atendimento a mulheres e adolescentes vítimas de violência sexual, assinada há três anos pelo ministro da Saúde, José Serra (grifo nosso).***

(...)

*Entre 1989 e 2001, houve cerca de 800 abortos legais no SUS, segundo o Jorge Andalaft, presidente da comissão para o assunto na Federação das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia (Frebasgo). **Quase a metade teria ocorrido nos últimos três anos (grifo nosso).** Os hospitais, embora desobrigados a realizar o aborto legal, multiplicam os serviços¹⁰.*

¹⁰ GARDA, Cinthia. Norma técnica da Saúde aumenta aborto legal. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 02 dez. 2001.

O Ministro José Serra recebeu inúmeras pressões de grupos pró-vida, mas manteve-se firme no propósito de não sustar a aplicação da Norma Técnica. Isso deve ter sido um fator de peso em sua derrota nas eleições presidenciais de 2002.

No entanto, seu adversário, Luís Inácio Lula da Silva, empossado Presidente da República em 2003, está muito à frente dele na defesa do aborto. O Partido dos Trabalhadores (PT), a que pertence o presidente Lula, poderia ser chamado, sem exagero, o “partido do aborto”. Na legislatura 1999-2002 havia oito projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, com o objetivo de legalizar e/ou favorecer a prática do aborto. Desses oito, **seis eram da autoria do PT**, um do PTB e um do PPB!

Com a ascensão do PT ao poder, a Norma Técnica do aborto, obviamente, continua sendo aplicada. Note-se que, segundo a “Norma”, para que a mulher “prove” que sofreu estupro, basta sua palavra, escrita em um boletim de ocorrência policial. Nada mais é exigido. Estão escancaradas as portas para a falsificação de estupros e o aborto em série.

O governo deseja criar assim uma situação de fato, que abrirá caminho para uma situação de direito: a legalização do aborto.

j. O aborto eugênico

O aborto de bebês mal formados (aborto eugênico) não só é crime, mas crime punível com 1 a 4 anos de reclusão, enquadrando-se no art. 126 do Código Penal. No entanto, nos últimos anos, tem havido uma chuva de alvarás judiciais para a prática de tal crime.

Essa onda é condizente com a doação feita pela Fundação McArthur de US\$ 72.000 para “*promover a discussão e demonstrar, com base em julgamentos anteriores, que se pode obter decisão da Justiça para interromper a gravidez no caso de sérias anomalias do feto. Duração: três anos. 1996-1999*”¹¹.

Tais autorizações abrem caminho para a legalização do aborto eugênico, segundo o Projeto de Lei 1956/1996, de autoria da então deputada Marta Suplicy (PT/SP), que “autoriza a interrupção da gravidez nos casos que menciona”, ou seja, “*quando o produto da concepção não apresentar condições de sobrevida em decorrência de malformação incompatível com a vida ou de doença degenerativa incurável*”. Ao justificar seu projeto, a deputada dizia que, até aquela

¹¹Fonte oficial: FNUAP - *Inventory of Population Projects in Developing Countries Around the World* – 1996

¹²Diário da Câmara dos Deputados, 21 jun. 1996, p. 17.850.

¹³Jornal do Brasil, 19 maio 1996, página “Saúde”. Destaque nosso.

data (23/05/1996), segundo o Dr. Thomaz Rafael Gallop, do Instituto de Medicina Fetal e Genética Humana de São Paulo, haviam sido emitidos no país cerca de 350 alvarás para abortamentos eugênicos¹². No entanto, as aspirações da ex-deputada vão muito além do aborto eugênico. Disse ela com todas as letras: “Quero uma lei que permita a interrupção da gravidez em casos incompatíveis com a vida. Assim, será facilmente aprovada e **poderemos dar o próximo passo**”¹³. Pouco tempo depois, ela falava com ainda mais clareza: “Alguns estão muito preocupados que este seria o primeiro passo, visando a ampliação do direito ao aborto. **Não fazemos nenhum segredo disso**”¹⁴.

1. O “casamento” de homossexuais

Depois da aprovação da dissolução do matrimônio (Lei do Divórcio, n.º 6515 de 1977; art. 226, §6º da Constituição Federal de 1988), do reconhecimento da “união estável” (concubinato) entre o homem e a mulher como entidade familiar, do reconhecimento da família “monoparental” (“comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes”) como “entidade familiar” (art. 226, §3º e 4º, Constituição Federal de 1988), chegou a vez de se tentar aprovar o “casamento” de pessoas do mesmo sexo.

A defesa do homossexualismo é uma das bandeiras do Partido dos Trabalhadores. Desde 1992, o PT possui um Núcleo de Gays e Lésbicas (NGL). O filiado ao PT tem o dever de “*combater todas as manifestações de discriminação em relação à [...] orientação sexual*” (art. 14, inciso II do Estatuto). Todas as marchas de “orgulho homossexual” recebem apoio expresso do PT. Coube a uma deputada desse partido, Marta Suplicy, propor em 26/10/1995 o Projeto de Lei 1151/1995, que “*disciplina a união civil entre pessoas do mesmo sexo e dá outras providências*”. Por ter sofrido fortes oposições, o projeto já foi retirado de pauta várias vezes e até hoje não foi aprovado.

No Congresso, há várias matérias pró-homossexualismo:

- a Proposta de Emenda Constitucional 67/1999 do deputado Marcos Rolim (PT/RS) pretende tornar o homossexualismo um **direito constitucional**. Felizmente a proposição foi arquivada com o término da legislatura de 1999-2002, mas pode ser desarquivada a qualquer momento.
- o Projeto de Lei 5003/2001, da deputada Iara Bernardi (PT/SP), que pretende punir aqueles que “discriminarem” os homossexuais (talvez a Igreja Católica, por não admitir homossexuais nos seminários e conventos...).
- o Projeto de Lei 3099 de 2000, do deputado Pompeo de Mattos

¹⁴SUPLICY, Marta. O último baluarte. O *Globo*, Rio de Janeiro, 3 dez. 1997, p. 7. Destaque nosso

(PDT/RS), que “*dispõe sobre a obrigatoriedade de disciplina ‘orientação sexual’, nos currículos de quinta e sexta séries do ensino fundamental das escolas públicas e privadas*”. Se aprovado, toda escola será obrigada a ensinar aos adolescentes que é indiferente casar-se com alguém do mesmo sexo ou do outro sexo. E os pais serão obrigados a tolerar tal ensinamento.

O Projeto de Lei 6960 de 2002, do deputado Ricardo Fiúza (PP/PE) pretendia, em sua versão original, fazer várias modificações no texto do novo Código Civil, entre as quais incluir no artigo 11 a “opção sexual” entre os “direitos da personalidade”. Na época em que foi proposto, assim se manifestou o Jornal da Câmara:

“*Como conseqüência desse reconhecimento, o texto sugere aplicar as regras concernentes à união estável também às uniões de pessoas do mesmo sexo*” (Brasília, 21/07/2002, p.8).

O relator do projeto, deputado Vicente Arruda (PSDB/CE), propôs um substitutivo em que não aparece a “opção sexual”. O projeto ainda está em tramitação.

m. Perseguição religiosa

Após a ascensão de um partido socialista ao poder, as críticas do governo à Igreja Católica por pregar a castidade e condenar a distribuição de preservativos têm assumido o tom de verdadeira perseguição religiosa. Acompanhem a cronologia a seguir:

19/08/2003 - Ministérios da Educação e da Saúde em parceria com a UNESCO lançam em Curitiba (PR) um projeto distribuição de preservativos nas escolas. A meta é distribuir, de janeiro de 2004 até o ano 2006 um total de 235 milhões de preservativos para 2,5 milhões de estudantes espalhados por todo o país¹⁵.

14/10/2003 - Ministério da Saúde divulga nota oficial, destacando que “a Igreja presta um ‘desserviço’ ao mundo afirmando que os poros do preservativo são maiores do que o vírus da AIDS”.

07/11/2003 - Escolas da capital paulista começam a receber os preservativos para distribuição aos adolescentes.

09/11/2003 - Programa Fantástico, da Rede Globo, exhibe o filme “Perdão”, uma iniciativa de ONGs brasileiras que “combatem” a AIDS, falando sobre supostos erros históricos da Igreja católica. Diz o filme que, no futuro, a Igreja pedirá perdão à humanidade pelo “crime” de ter condenado o uso dos preservativos.

¹⁵ GOVERNO FEDERAL E UNESCO DISPONIBILIZAM CAMISINHAS NAS ESCOLAS. Assessoria de Comunicação UNESCO no Brasil. 19 ago. 2003.

Disponível em <<http://www.unesco.org.br/noticias/releases/camisinhas.asp>>

¹⁶ Cf. IGREJA CATÓLICA X CAMISINHA: POLÊMICA MONOPOLIZOU DISCUSSÃO SOBRE A AIDS EM 2003. Agência de notícias da AIDS. Disponível em <<http://www.agenciaaids.com.br/noticias-resultado.asp?offset=10&Codigo=384>>

26/11/2003 - A Igreja Católica entra com uma representação no Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro para impedir a exibição do vídeo “Perdão”. Conquista uma liminar que proíbe a exibição pelas ONGs Davida, Grupo Gay da Bahia, Fórum de ONG/Aids do Estado de São Paulo e Rede de Pessoas Vivendo com HIV/Aids do Rio Grande do Norte.

05/12/2003 - Ministério da Saúde divulga nota oficial repudiando postura da Igreja. Essa carta é enviada ao Ministério Público do Rio de Janeiro, como tentativa de liberação do vídeo “Perdão”¹⁶.

21 a 24/02/2004 – Durante o Carnaval, o Ministério da Saúde lança uma agressiva campanha de distribuição de 10 milhões de preservativos, com o *slogan*: “Pela camisinha não passa nada. Use e confie”¹⁷.

Pelo andar da carruagem, pode-se temer que, em um futuro próximo, a Igreja sofra tantas perseguições como em Cuba ou na China.

n. “Planejamento familiar” forçado

A menção ao “planejamento familiar” na Constituição Federal serviu de motivo para que o governo Lula pensasse em **exigi-lo** da população carente, assistida pelo Programa “Bolsa-Família”.

“Para ter direito ao Bolsa-Família, os beneficiados já precisam cumprir alguns requisitos: as crianças devem ser vacinadas, frequentar a escola e ter o grau de nutrição acompanhado pelos postos de saúde. Já os pais devem fazer algum curso de alfabetização ou capacitação profissional.

A proposta de Emília Fernandes é inserir o planejamento familiar nessa lista de exigências. Temos de ampliar esses condicionantes aos programas sociais. Por isso é que o Bolsa-Família condiciona [o benefício] à criança na escola, à mulher fazer o exame regular de saúde. Esses condicionantes é que fazem a diferença’, disse” (destaques nossos)¹⁸.

Tais palavras da então Secretária de Políticas para as Mulheres, diretamente ligada à Presidência da República, mostram que o chamado “planejamento familiar” é simplesmente eufemismo para o “controle demográfico”. Ele não é uma “livre” decisão do casal, mas uma condição para que o casal receba assistência. Os pobres só merecem ser assistidos se garantirem que não terão descendência.

¹⁷ CAMPANHA CONTRA AIDS MOSTRA EFICÁCIA DA CAMISINHA Releases da CN-DST/AIDS 9 fev. 2004. Disponível em <<http://www.aids.gov.br>>

¹⁸ DANTAS, Iuri. Governo pode exigir planejamento familiar. *Folha de São Paulo* (Folha on line). 06/01/2004 - 08h35. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u56923.shtml>>

o. A necessidade da Política

O autor deste livro, no capítulo 14, item B, disse acertadamente que os empreendimentos em favor da vida devem ter um objetivo Político (com P maiúsculo e isento de todo partidarismo).

“O castigo de quem não gosta de Política é ser governado por quem gosta dela”, dizia certa vez um jornalista. De fato, o contato permanente com as autoridades é fundamental. E também é fundamental saber escolhê-las, em período eleitoral, e orientar o povo a votar bem.

A Igreja admite a pluralidade de partidos e de regimes políticos, mas faz uma importante restrição: “*Os regimes cuja natureza é contrária à lei natural, à ordem pública e aos direitos fundamentais da pessoa não podem realizar o bem comum das nações às quais são impostos*” (Catecismo da Igreja Católica, n.º 1901). Entre os regimes que nenhum cristão pode aceitar ou defender está o comunismo e o socialismo. Este último, mesmo em sua versão “moderada” continua ferindo a dignidade humana ao considerar a pessoa uma mera partícula do todo social. Lembremos o que nos tem dito o Magistério da Igreja:

“Socialismo religioso, socialismo católico são termos contraditórios: ninguém pode ser ao mesmo tempo bom católico e verdadeiro socialista” (Pio XI, **Quadragesimo Anno**, n.º 119).

“Entre comunismo e cristianismo, o Pontífice [Pio XI] declara novamente que a oposição é radical. E acrescenta não poder admitir-se de maneira alguma que os católicos adiram ao socialismo moderado” (João XXIII, **Mater et Magistra**, n.º 31).

“O erro fundamental do socialismo é de caráter antropológico. De fato, ele considera cada homem simplesmente como um elemento e uma molécula do organismo social” (João Paulo II, **Centesimus Annus**, n.º 13).

É dever de todos, especialmente da hierarquia eclesial, não apenas condenar o comunismo e o socialismo, mas informar quais são os partidos políticos que defendem tais doutrinas, acrescentando que nenhum cristão poderá votar em candidatos de tais partidos nem se filiar a tais partidos.

Enquanto isso não for feito, não há esperança de que os defensores da cultura da morte deixem de ocupar cargos públicos. De fato, o menosprezo pela dignidade da pessoa humana está no cerne de qualquer socialismo.

A seguir, a lista de partidos políticos brasileiros que se declaram socialistas ou comunistas:

Partido dos Trabalhadores (PT)

¹⁹ O PV não se declara socialista, mas em seu Programa defende o homossexualismo e a legalização do aborto.

Partido Comunista Brasileiro (PCB)
Partido Popular Socialista (PPS), sucessor do PCB
Partido Comunista do Brasil (PC do B)
Partido da Causa Operária (PCO)
Partido Democrático Trabalhista (PDT)
Partido da Mobilização Nacional (PMN)
Partido Socialista Brasileiro (PSB)
Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU)
Partido Verde (PV)¹⁹

NOTAS

1. "Humanae Vitae", n.º 10 e 14.
2. "Al Servicio de la Vida", 22.4.1991.
3. "Familiaris Consortio", n.º 44.
4. Magaly Llaguno, "Paternidad Planificada", p. 1.
5. Atas do I Encontro Latino-americano pela Vida e a Família, p. 111, conferência de Michel Schooyans.
6. "Historia y Orígenes sobre el control de la natalidad", p. 5.
7. Magaly Llaguno, op. cit., p. 1.
8. Elsay Drogia, "Margaret Sanger, Padre de la Sociedad Moderna".
9. Citado por Pierre Chaunu em "Historia y Población", Fondo de Cultura Económica, México, 1982, p. 212-213.
10. Luis Ravaioli, "Sexo y Vida", 1992, p. 67.
11. Michel Schooyans, "El aborto — Implicaciones políticas", p. 100.
12. "Humanae Vitae", n.º 1.
13. " " , n.º 9.
14. " " , n.º 11.
15. " " , n.º 14.
16. " " , n.º 16.
17. " " , n.º 17.
18. " " , n.º 18.
19. Domingo Basso, "Nacer y Morir con dignidad", 3. ed., Depalma, p. 208-209.
20. Revista Nuestro Tiempo, Julho-Agosto de 1986, p. 18; dossiê do livro "La guerra contra la población", de Jacqueline Kasun.
21. Victoria Gillick, "Relato de una madre", Rialp, p. 28-29.
22. "Boletín Médico de la IPPF", Volume 21, n.º 3, junho de 1987, p. 2.
23. Atas do I Encontro Latino-americano pela Vida e a Família, Monterrey, 1992, p. 112, conferência de M. Schooyans.

24. Michel Schooyans, “El aborto — Implicaciones políticas”, p. 178 e 180.
36. Manuel Ferrer e outros, “Las políticas demográficas”, 1975, p. 47 e 48.
37. “Relatório Kissinger”, NSSM 200, p. 86 e 87.
38. Ferrer e outros, op. cit., p. 49.
39. “ “ , op. cit., p. 119.
40. “ “ , op. cit., p. 63-64.
41. “ “ , op. cit., p. 194-195.
42. “Familiaris Consortio”, n.º 30.
43. “Sollicitudo Rei Socialis”, de 30.12.87.
44. Manuel Ferrer e outros, op. cit., p. 79.
45. “Declaração de Amsterdã”, de 9.11.89, ponto 1.20.
46. “ “ , ponto 1.13.
47. Documento Preliminar, Nova York, abril de 1994, ponto 13.13.
48. Documento Preliminar, Nova York, abril de 1994, ponto 13.14.
49. Dossiê “La guerra contra la vida en América Latina”.
50. Luis Ravaioli, op. cit., p. 71.
51. Michel Schooyans, “El aborto — Implicaciones políticas”, p. 104-105.
52. Boletim de AICA n.º 1946, de 13.4.94.
53. Dossiê “La guerra contra la población”, p. 10-11.
54. Ferrer e outros, op. cit., p. 18, 19 e 20.
55. Aceprensa n.º 100/89, de 28.6.89.
56. Crónica de la OMS, Tº 36, Año 1982, p. 162.
57. “ “ , Tº 36, Año 1982, p. 192.
58. Programa Nacional de Estadísticas de Salud, de Ministerio de Salud y Acción Social de la Nación.
59. Dossiê “La guerra contra la población”, p. 12.
60. Luis Ravaioli, op. cit., p. 43.
61. “ “ , op. cit., p. 44.
62. Dossiê “La guerra contra la población”, p. 12.
63. Valerie Riches, “El sexo y la transformación de la sociedad”, Edições Pro Familia, agosto de 1988 (citando Linacre Quarterly em “Control de la natalidad para adolescentes: Esquema para el desastre”, 1979).
64. Luis Ravaioli, op. cit., p. 69.
65. Michel Schooyans, “El aborto — Implicaciones políticas”, p. 155-156 e nota n.º 20 ao pé das mesmas.
66. “Diário de Sesiones de la Cámara de Senadores de la Nación Argentina”, Sessões Ordinárias de 1986, Ordem do Dia n.º 1, impresso em 8.5.86, p. 4.
67. Biblioteca do Congresso dos EUA, ISSN-0899-8167.
68. “Diário de Sesiones” citado, p. 5 e 3 respectivamente.

69. Dossiê “La guerra contra la población”, p. 11.
70. Michel Schooyans, “El aborto — Implicaciones políticas”, p. 163.
71. Magaly Llaguno, “Paternidad Planificada — Sus ataques a los valores hispánicos”, p. 2.
72. Cf. Capítulo 11, ponto c, deste livro.
73. Boletim de AICA n.º 1925, de 17.11.93.
74. Diário La Nación, de 20.7.93.
75. Michel Schooyans, “El aborto — Implicaciones Políticas”, nota n.º 13 da p. 188.
76. Diário La Nación, de 7.12.94.
77. Zurfluh, “¿Superpoblación?”, Ed. Rialp, p. 16.
78. Victoria Gillick, op. cit., p. 32/3.
79. Victoria Gillick, op. cit., p. 33/4.
80. Karol Woytila, “Amor y Responsabilidad”, 8. ed., Madrid, 1978, p. 255.
81. Karol Woytila, op. cit., p. 256-257.
82. “ “ , op. cit., p. 258-259.
83. “ “ , op. cit., p. 260.
84. “ “ , op. cit., p. 264.
85. “ “ , op. cit., p. 268.
86. “ “ , op. cit., p. 273, 274, 275, 276.
87. Joseph Ratzinger, “Informe sobre la fe”, Ed. B.A.C., 1985, p. 92, 93, 94.
88. Domingo Basso, op. cit., p. 120.
89. “ “ , op. cit., p. 127, 128.
90. Rafael Escalera, “Unidad Familiar o Divorcio Vincular”, Ed. Frente y Dorso, p. 5 e 6.
91. Homilia na Missa pela Família em Córdoba, em 8.4.87.
92. Karol Woytila, op. cit., p. 29.
93. Tomado de Zurfluh, op. cit., p. 26.
94. Zurfluh, op. cit., p. 26.
95. “ “ , op. cit., p. 26-27.
96. “ “ , op. cit., p. 38.
97. Tomados de Zurfluh, op. cit., p. 41.
98. Informe Unicef 1992, p. 81.
99. Tomado de Zurfluh, op. cit., p. 54.
100. Tomado de Vallin, “La population mondiale”, Paris, 1986, p. 73.
101. Zurfluh, op. cit., p. 56.
102. Cf. Estatísticas nos Relatórios Anuais do Unicef.
103. Zurfluh, op. cit., p. 113.
104. “ “ , op. cit., p. 114.
105. “ “ , op. cit., p. 120.
106. “ “ , op. cit., p. 123 e 125.

107. Semanário Europe Today, n.º 58, de 12.4.93.
108. “ “ “ , n.º 112, de 11.5.94.
109. Diário La Nación del 10.2.93.
110. Aceprensa, Servicio n.º 163/93, de 8.12.93.
111. Zurfluh, op. cit., p. 128.
112. “ , op. cit., p. 131.
113. “ , op. cit., p. 134.
114. “ , op. cit., p. 136.
115. “ , op. cit., p. 96.
116. Pierre Chaunu, “Un futuro sin porvenir”, Stuttgart, 1979, p. 273/6.
117. Zurfluh, op. cit., p. 58.
118. Michel Schooyans, “El aborto — Implicaciones políticas”, p. 158-159, citando Julian Simon.
119. “Estas dezessete marcas — de profiláticos autorizados — pertencem a doze empresas, fabricantes e importadoras, e à Associação Argentina de Proteção Familiar”, diário La Voz del Interior, de 5.6.93.
120. Discurso de Conable, de 27.9.88, p. 9.
121. Que inclui a entrega das partes fundamentais do míssil aos norte-americanos, e a passagem para a reserva do Comodoro Miguel Guerrero, ex-diretor do projeto; cf. diário La Voz del Interior, de 2.8.93.
122. Cf. Diário La Nación del 29.7.93.
123. Diário La Voz del Interior, de 12.3.95.
124. Discurso citado de Barber Conable, p. 3.
125. “ “ “ “ , p. 4.
126. “ “ “ “ , p. 5.
127. Robert S. McNamara, conferência de 10.12.91, Ed. Naciones Unidas, p. 67.
128. Robert McNamara, conferência cit., p. 4.
129. “ “ , conferência cit., p. 5.
130. “ “ , conferência cit., p. 12.
131. “ “ , conferência cit., p. 21.
132. “ “ , conferência cit., p. 22-23.
133. “ “ , conferência cit., p. 25.
134. “ “ , conferência cit., p. 27-28.
135. “ “ , conferência cit., p. 29.
136. “ “ , conferência cit., p. 31-32.
137. “ “ , conferência cit., p. 33.
138. “ “ , conferência cit., p. 37.
139. “ “ , conferência cit., p. 38-39.
140. “ “ , conferência cit., p. 39.
141. “ “ , conferência cit., p. 40.
142. “ “ , conferência cit., p. 42-43.
143. “ “ , conferência cit., p. 43.

144. “ “ , conferência cit., p. 43-44
145. Diário La Voz del Interior, de 22.9.92.
146. William O’Reilly, dossiê “La agenda del miedo del USAID”, p. 2.
147. William O’Reilly, op. cit., p. 12/3.
148. Population Reference Bureau, “India: Programa de Bienestar familiar de los Aceros Tata”, fevereiro de 1.993.
149. William O’Reilly, op. cit., p. 13.
150. “Boletín Médico de la IPPF”, Volume 24, n.º de fevereiro de 1.990, p. 3.
151. Carta de Peter McPherson ao Senador Jesse Helms, de 11.4.88.
152. Revista People, Volume 9, n.º 4, de 1.982, artigo intitulado “Cash, Incentives degrade both parties”.
153. William O’Reilly, op. cit., p. 6.
154. Hodgesm, “U.S. is key player in Salvador’s controversial birth control plan”, publicado em The Cristian Science Monitor, de 13.1.84.
155. William O’Reilly, op. cit., p. 11.
156. William O’Reilly, op. cit., p. 15.
157. Semanário Europe Today, n.º 120, de 6.7.94.
158. Population Reference Bureau, “Kenia: Programa de Planificación Familiar del Sector Privado”, junho de 1.993.
159. Informe final de la Comisión del Colegio Médico de Honduras, de 7.6.93, p. 2.
160. Informe final citado, p. 3.
161. “ “ “ , p. 3.
162. “ “ “ , p. 5.
163. “ “ “ , p. 6.
164. “ “ “ , p. 8.
165. “ “ “ , p. 9.
166. “ “ “ , p. 10.
167. Revista Actualidad Gerencial en Planificación Familiar, Volume II, n.º 3, Año 1993, p. 17.
168. Population Action International, “Ampliación del acceso al aborto sin riesgo — Cuestiones básicas de política”, p. 1.
169. Cf. Diário La Nación del 5.6.94.
170. Diário La Nación del 3.2.93.
171. “ La Voz del Interior del 12.3.93.
172. “ La Nación del 9.3.93.
173. “ La Nación del 5.8.93.
174. “ La Voz del Interior, de 5.8.93.
175. “ La Nación del 13.8.93.
176. Suplemento ao boletim de AICA N.º 1876, de 2.12.92, p. 2/3.
177. Suplemento boletim de AICA citado, p. 7.
178. Diário Clarín, de 31.8.95.

179. Diário La Nación, de 9.3.95.
180. Ferrer e outros, op. cit., p. 122/3.
181. Diário La Nación, de 17.9.92.
182. Folheto ilustrativo de atividades, distribuído pelo FNUAP.
183. Declaração de Amsterdã, FNUAP, 1989, edição em castelhano, p 1.
184. Declaração de Amsterdã, p. 3.
185. “ “ , p. 7.
186. “ “ , p. 8/9.
187. “ “ , p. 11.
188. “ “ , p. 11
189. “ “ , p. 12.
190. “ “ , p. 13.
191. “ “ , p. 14.
192. “ “ , p. 15.
193. “ “ , p. 16.
194. “ “ , p. 17.
195. “ “ , p. 18.
196. “ “ , p. 19.
197. “ “ , p. 19.
198. “ “ , p. 19.
199. “ “ , p. 21.
200. “Diez problemas prospectivos de Población”, UNESCO e FNUAP, 1991, p. 11.
201. “Diez problemas prospectivos de Población”, p. 11.
202. “ “ “ “ , p. 12/3.
203. “ “ “ “ , p. 14.
204. “ “ “ “ , p. 15/6.
205. Fernando Orrego, artigo publicado na Revista Nature, de 17.10.91.
206. Revista Nuestro Tiempo, setembro de 1989, p. 81.
207. “ “ “ , setembro de 1989, p. 82/3.
208. Diário La Voz del Interior. de 17.8.92.
209. “Inventario del Planeta”, PNUMA, 1992, p. 3.
210. “ “ , p. 4.
211. “ “ , p. 5.
212. “ “ , p. 7.
213. “ “ , p. 13.
214. “ “ , p. 27.
215. “ “ , p. 27.
216. “ “ , p. 27.
217. Crónica de la OMS, Tº 36 (5), p. 193.
218. Citado pela Revista Nuestro Tiempo, setembro de 1989, p. 83.
219. Diário La Voz del Interior de 10.6.93.
220. Revista Nuestro Tiempo, setembro de 1989, p. 87.

221. Crónica de la OMS, Tº 36 (4), p. 163.
222. “ “ , Ano 1985, p. 182.
223. “Estrategias de aplicación orientadas hacia el futuro para el adelanto de la mujer hasta el año 2000”, Conferência da Mulher de Nairóbi de 1985, ONU, parágrafo 157. O tema da contracepção foi motivo dos parágrafos 156 a 159 de tal documento.
224. “Nuestro Planeta, nuestra salud”, CNUMAD-OMS, 1990, p. 4.
225. “Nuestro Planeta, nuestra salud”, p. 5-6.
226. “Estado Mundial de la Infancia-1991”, UNICEF, p. 20.
227. “ “ “ “ , p. 20.
228. “Estado Mundial de la Infancia-1992”, UNICEF, p. 1.
229. “ “ “ “ , p. 1 do resumo.
230. “ “ “ “ , p. 2 do resumo.
231. “Cumbre Mundial en favor de la Infancia”, UNICEF, 1990, p. 6.
232. “ “ “ “ , p. 21.
233. “ “ “ “ , p. 58.
234. “ “ “ “ , p. 58-59.
235. “ “ “ “ , p. 59.
236. Semanário Europe Today, n.º 90, de 29.11.93.
237. Semanário ASDPrensa, Servicio n.º 44/93, de 30.11.93.
238. “Consenso Latinoamericano y del Caribe sobre Población y Desarrollo”, Consejo Económico y Social de la ONU, 1.993, p. 4 e 6.
239. “Consenso Latinoamericano y del Caribe sobre Población y Desarrollo”, p. 9.
240. “Consenso Latinoamericano y del Caribe sobre Población y Desarrollo”, p. 12.
241. “Consenso Latinoamericano y del Caribe sobre Población y Desarrollo”, p. 12.
242. “Consenso Latinoamericano y del Caribe sobre Población y Desarrollo”, p. 13.
243. “Consenso Latinoamericano y del Caribe sobre Población y Desarrollo”, p. 16.
244. “Consenso Latinoamericano y del Caribe sobre Población y Desarrollo”, p. 16.
245. “Consenso Latinoamericano y del Caribe sobre Población y Desarrollo”, p. 17.
246. “Consenso Latinoamericano y del Caribe sobre Población y Desarrollo”, p. 17.
247. “Consenso Latinoamericano y del Caribe sobre Población y Desarrollo”, p. 18.
248. “Consenso Latinoamericano y del Caribe sobre Población y Desarrollo”, p. 18.
249. “Consenso Latinoamericano y del Caribe sobre Población y

Desarrollo”, p. 18-19.

250. “Cuidar la Tierra”, PNUMA, UINC e WWF, 1991, p. 3.

251. “ “ , p. 3.

252. “ “ , p. 4.

253. “ “ , p. 4.

254. “ “ , p. 3.

255. “ “ , p. 5.

256. “ “ , p. 8.

257. “ “ , p. 9-10.

258. “ “ , p. 11.

259. “ “ , p. 12.

260. “ “ , p. 13.

261. “ “ , p. 23.

262. “ “ , p. 23-24.

263. O autor destas frases tresnoitadas é Jan Tinbergen, em seu artigo “Gobernación mundial para el siglo XXI”, incluído na p. 97 do “Informe sobre Desarrollo Humano - 1994”, de PNUD.

264. B. Commoner, citado por ASDPrensa, Servicio n.º 27/92, de 22.7.92.

265. “Nuestra Propia Agenda”, tópico desenvolvimento sustentável.

266. “ “ “ , tópico expansão demográfica.

267. “Declaración de los Andes”, tema meios de comunicação.

268. ASDPrensa, Servicio n.º 27/92, de 22.7.92.

269. Cf. Diálogo La Prensa, de 8.6.92.

270. Diálogo La Nación, de 31.5.92.

271. “ “ “ de 8.6.92.

272. Revista Nueva, de 2.6.92.

273. Diálogo La Nación, de 7.6.92.

274. “ “ de 12.6.92.

275. “ Clarín de 12.6.92.

276. “ “ de 11.7.92.

277. “ “ de 11.7.92.

278. Cf. meia página do Diálogo La Nación de 5.8.93, sob o patrocínio de Autolatina, Billiken, La Nación, Programas Santa Clara, Radio Continental S.A. e Telefé.

279. Diálogo La Nación de 12.6.92.

280. Cf. Diálogo Crosscurrent de 4.6.92.

281. Diálogo La Voz del Interior de 14.6.92.

282. “ Terra Viva de 2.6.92.

283. “ “ “ de 2.6.92.

284. “ Clarín de 2.6.92.

285. “ Terra Viva de 3.6.92.

286. Diálogo La Nación de 8.8.92.

287. Declaração da Santa Sé na Eco 92, ponto I.

288. “ “ “ “ , ponto II.
289. “ “ “ “ , ponto III.
290. Diários Clarín e La Voz del Interior de 31.5.92.
291. Diário La Prensa de 16.6.92.
292. “ La Voz del Interior de 17.5.92.
293. “ “ “ “ de 16.6.92.
294. “Informe Anual de la IPPF” — Ano 1992/3, p. 2.
295. “Conciencia Latinoamericana” n.º 4, outubro-dezembro de 1993, p. 9; é o órgão do grupo feminista e abortista “católicas por el derecho a decidir”. A Declaração de setembro de 1992 está publicada nas p. 9-12.
296. Boletim N.º 186 da “Liga de la Decencia”, dezembro de 1993, p. 4.
297. Boletim “Escoge la Vida” n.º 49, janeiro-abril de 1994, p. 2.
298. Informe inédito de María Rita Barrios, p. 2/3.
299. Mensagem de João Paulo II a Nafis Sadik, de 18.3.94, n.º 2.
300. “ “ “ “ “ , n.º 4.
301. “ “ “ “ “ , n.º 10.
302. Plano de Ação, 3ª Reunião Comitê Preparatório, n.º 3.23.
303. “ “ , n.º 5.5.
304. “ “ , n.º 6.4.
305. “ “ , n.º 7.4.
306. “ “ , n.º 7.11.
307. “ “ , n.º 7.15.
308. “ “ , n.º 7.26.
309. “ “ , n.º 8.21.
310. “ “ , n.º 11.14.
311. “ “ , n.º 13.18.
312. “ “ , n.º 13.20.
313. “ “ , n.º 14.8.
314. Nota da Santa Sé, 3ª Reunião Comitê Preparatório, n.º 1.
315. “ “ “ , n.º 2.
316. “ “ “ , n.º 4.
317. “ “ “ , n.º 6.
318. “ “ “ , n.º 7.
319. “ “ “ , n.º 8.
320. “ “ “ , n.º 9.
321. “ “ “ , n.º 10.
322. “ “ “ , n.º 11.
323. “ “ “ , n.º 12.
324. Antes havia denunciado que “as cifras econômicas referidas à provisão de elementos de planejamento familiar com frequência aparecem nas estatísticas como ajuda aos países em desenvolvimento, enquanto de fato esses produtos são fabricados por indústrias, ou grupos

com interesse na matéria, dos próprios países desenvolvidos, onde ficam depois os ganhos gerados por esta produção” (Nota da Santa Sé, 3ª Reunião Comitê Preparatório, n.º 7.11).

325. Boletim de AICA n.º 1936, de 2.2.94.

326. ASDPrensa, boletim n.º 46/93, de 15.12.93.

327. Boletim de AICA n.º 1927, de 1.12.93.

328. “ “ n.º 1938/9, de 23.2.94.

329. Diário La Nación de 2.7.94.

330. Boletim de AICA de 22.6.94.

331. Boletim de AICA de 29.6.94.

332. “Familia, Vida y Solidaridad”, Plenário de Presidentes das Conferências Episcopais da América Latina e Caribe, de 18.6.94, n.º 12.

333. “Familia, Vida y Solidaridad”, n.º 13.

334. “ “ “ , n.º 16.

335. Diário La Voz del Interior de 8.7.94.

336. Boletim de AICA de 13.7.94.

337. Diários La Nación e La Voz del Interior e Semanário Europe Today, todos de 30.8.94.

338. Mensagem da União Interparlamentar à Conferência do Cairo, p. 5 do texto em francês.

339. ponto 66, XII, p. 33 do documento.

340. Intervenção do Eng. Guido Di Tella em 5.9.94. Nosso Chanceler leu o discurso com tal desgosto que os delegados de vários países se aproximaram para perguntar se a Argentina havia mudado de parecer...

341. Declaração do Dr. Hiroshi Nakajima, recentemente nomeado titular da OMS.

342. Fax enviado pelo Dr. Tomris Türmen, Diretor da Divisão Saúde Familiar da OMS, em 13.4.94, a Andrew J. Joseph, Diretor da OMS perante as Nações Unidas, assistente ao III Comitê Preparatório de Nova York.

343. Nota da OMS a seus delegados no III Comitê Preparatório de Nova York.

344. Discurso oficial de Lewis T. Preston, p. 13, 15 e 16.

345. O relato do ocorrido cada dia está tomado do diário oficial da Conferência do Cairo, denominado “Earth Negotiations Bulletin”, volume 6, n.º 31 a 38, publicado pelo Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável.

346. Diário La Nación, de 14.9.94.

347. Boletim Informativo del Grupo Parlamentar Interamericano.

348. “ “ “ “ “

349. “ “ “ “ “

350. “Plan de Acción”, Conferência de Quito de 1990, p. 3/4.

351. “ “ , p. 5.

352. “ “ , p. 5-6.

391. “ “ “ “ “ , p. 18 e 19.
392. “ “ “ “ “ , p. 23.
393. Atas do I Encontro Latino-americano pela Vida e a Família, Monterrey, abril de 1992, p. 35/36.
394. Atas do I Encontro Latino-americano, p. 36.
395. “ “ “ “ “ , p. 36.
396. “ “ “ “ “ , p. 37-38.
397. Convênio AID-Governo de Costa Rica n.º 515-0168.02, Anexo I, p. 1 e 10.
398. Atas do I Encontro Latino-americano, p. 41.
399. “ “ “ “ “ , p. 42.
400. “ “ “ “ “ , p. 40.
401. “ “ “ “ “ , p. 44.
402. “ “ “ “ “ , p. 44-45.
403. Diário El País, Madrid, 24.6.91.
404. Semanário Europe Today n.º 57, de 5.4.93.
405. Atas do I Encontro Latino-americano, p. 54.
406. “ “ “ “ “ , p. 54-55.
407. “ “ “ “ “ , p. 57-58.
408. Diário El Tiempo, Bogotá, de 15.10.90.
409. “ “ “ , de 15.10.90.
410. “ “ “ , de 17.8.88.
411. Atas do I Encontro Latino-americano, p. 142.
412. “ “ “ “ “ , p. 66.
413. “ “ “ “ “ , p. 65.
414. “ “ “ “ “ , p. 66/7.
415. “ “ “ “ “ , p. 67.
416. “ “ “ “ “ , p. 72.
417. “ “ “ “ “ , p. 119.
418. Population Reference Bureau, “México: Programa de MEXFAM para adolescentes — Gente Joven”, junho de 1.993.
419. Atas do I Encontro Latino-americano, p. 118.
420. “ “ “ “ “ , p. 119-120.
421. “ “ “ “ “ , p. 120.
422. Diário La Prensa, de 1.7.93.
423. Atas do I Encontro Latino-americano, p. 131.
424. “ “ “ “ “ , p. 131-132.
425. “ “ “ “ “ , p. 134.
426. “ “ “ “ “ , p. 134,135,136.
427. “ “ “ “ “ , p. 151,152.
428. Diário La Nación, de 9.9.95.
429. Atas do I Encontro Latino-americano, p. 156-157.
430. Relatório de APROFAM ao I Encontro Latino-americano sobre

- “Salud de los Adolescentes”, p. 9.
431. Relatório de APROFAM citado, p. 10.
432. “ “ “ , p. 11,12,13.
433. Diário La Nación, de 6.3.90.
434. Revista “Contribuciones”, n.º de março de 1.992.
435. Diário La Capital, de Mar del Plata, de 23.9.95.
436. “El aborto inducido”, artigo publicado na “Revista de la Sociedad de Obstetricia y Ginecología de Buenos Aires”, Volume L, n.º 675, ano 1971.
437. Ata de Reunião do Conselho Nacional de 16.2.91, atuando na Inspeção de Justiça da Nação.
438. Suplemento ao Informe Anual 1991 de IPPF/WHO.
439. Revista IPPF/WHO Forum, de agosto de 1987.
440. Gazeta Oficial da República do Paraguai n.º 50, de 2.6.94.
441. Convênio entre a República do Paraguai e o FNUAP, n.º PAR/94/PO2.
442. Na verdade, a retirada de venda de DIUs do mercado norte-americano deveu-se a que não puderam enfrentar as condenações nos julgamentos de responsabilidade por danos causados às usuárias.
443. Cf. Informe do British Medical Journal extratado no Semanário Europe Today n.º 80, de 27.9.93.
444. Malcom Potts, “Los desafíos para los años 1990”, “Boletín Médico de la IPPF”, fevereiro de 1991, p. 1.
445. Malcom Potts, op. cit., p. 1.
446. “ “ , op. cit., p. 2.
447. “ “ , op. cit., p. 2.
448. “ “ , op. cit., p. 2.
449. “ “ , op. cit., p. 2.
450. “ “ , op. cit., p. 3.
451. “IPPF Visión Año 2000 — Plan Estratégico”, Revista Forum de maio de 1993, prólogo.
452. Revista Forum de maio de 1993.
453. “IPPF Visión Año 2000”, p. 7.
454. “ “ “ “ , p. 11.
455. “ “ “ “ , p. 12.
456. “ “ “ “ , p. 14.
457. “ “ “ “ , p. 19.
458. “ “ “ “ , p. 19.
459. “ “ “ “ , p. 20.
460. “ “ “ “ , p. 21.
461. “ “ “ “ , p. 23.
462. “ “ “ “ , p. 25.
463. “ “ “ “ , p. 29.

495. Dados recolhidos do relatório inédito efetuado em 04.10.93 por Candy de Barros, Rebeca Valenzuela e Macarena Mena, revisado por Adriana Tapia, todas elas assistentes ao Simpósio.
496. “Pasos hacia Beijing”, Boletim Informativo n.º 1, setembro de 1.994, p. 1.
497. “Hacia Beijing 95”, Cuadernillo n.º 2, março de 1994, p. 2.
498. Idem, p. 4-5.
499. Idem, p. 6.
500. Idem, p. 7.
501. Idem, p. 7.
502. Idem, p. 7.
503. Idem, p. 7.
504. Idem, p. 6.
505. Idem, p. 1.
506. Tamayo León, Giulia, Documento de Trabajo n.º 1, “Beijing 95”, p. 5.
507. Idem, p. 11.
508. Idem, p. 11.
509. Idem, p. 13.
510. Idem, p. 17.
511. Idem, p. 18.
512. Delgado, Cristina, “Reporte sobre el Foro de ONGs de América Latina y el Caribe”, p. 1 e 2.
513. Idem, p. 3.
514. “Informe Final del Foro de ONGs de América Latina y el Caribe”, Mar del Plata, setembro de 1994, parte III, proposta n.º 30, p. 34.
515. Idem, Visión General, p. 10.
516. Idem, Planteamiento n.º 4, p. 15.
517. Escritura Pública n.º 359, de 24.9.94, lavrada pela Esc. Adriana Virginia Torres, adscrita ao Registro n.º 58, de partido de General Pueyrredón, da Provincia de Buenos Aires.
518. Diário La Nación de 3.9.95.
519. Diário La Voz del Interior de 2.9.95.
520. Diário Clarín de 9.9.95.
521. Diário La Nación de 21.1.94.
522. “Boletín Médico de IPPF”, Volume 21, n.º 3, junho de 1987, p. 1.
523. “Boletín Médico de IPPF”, citado, p. 2.
524. “ “ “ , “ , pag. 2.
525. “Noticiero Interamericano de Población”, órgão de imprensa do GPI, n.º 11, de junho de 1991.
526. Barbara E. Kwast, “Salud Materna y Maternidad sin Riesgo”, Cuadernos de la OMS, Volume 25, n.º 3, junho de 1991, p. 1 e 3.
527. Boletim de AICA n.º 1934, de 19.1.94, p. 84-85.

528. Ravaioli, “Sexo y Vida”, p. 44.
529. Dossiê “Informe sobre educación sexual en EE.UU.”, p. 2.
530. “Ministerio de Educación de la Nación”, Proyecto de creación del Centro de Educación Sexual, p. 18.
531. Trabalho preparatório às Jornadas sobre Educação Sexual, folha 1ª.
532. Trámite Parlamentario n.º 229, p. 8365-8366.
533. Diário La Nación de 4.7.94.
534. “ “ de 12.7.94.
535. Semanário Jurídico de 15.10.87.
536. Autores Vários, “La Vida y el Imperialismo Anticonceptivo”, Peru, 1990, p. 37/38.
537. Semanário Europe Today n.º 92, de 13.12.93.
538. Boletim de AICA n.º 1934, de 19.1.94.
539. Semanario Aceprensa, Servicio de 26.1.94.
540. “ “ “ de 26.1.94.
541. “ “ “ de 26.1.94.
542. “ “ “ de 26.1.94.
543. O selo postal diz textualmente: “sou uma defesa — protege-te — Encotel contra a AIDS”, \$ 0,10 [Nota do Tradutor: Encotel significa “Empresa Nacional de Telecomunicaciones”].
544. Diário La Nación de 22.6.93.
545. Diário Clarín de 25.2.95.
546. Diário La Voz del Interior de 11.8.92.
547. Semanário Europe Today n.º 101, de 21.2.94.
548. Diário La Nación de 2.12.93.
549. Manual “Hablando del Sida”, IPPF, 1ª edição em espanhol de maio de 1990, p. 34.
550. Manual “Hablando del Sida”, citado, p. 35.
551. “ “ “ “ , citado, p. 41.
552. “ “¿Qué sabes del sida?”, Asociación Argentina de Protección Familiar, p. 1.
553. Manual “¿Qué sabes del sida?”, citado, p. 28/29.
554. “ “¿Qué es el sida?”, colección libros del Quirquincho, p. 20.
555. Manual “¿Qué es el sida?”, citado, p. 20.
556. Luis González Pedemonte, Manual “Sida — para jóvenes y adolescentes”, p. 30.
557. Luis González Pedemonte, op. cit., p. 32.
558. “ “ “ , op. cit., p. 32.
559. Semanário Europe Today n.º 60, de 26.4.93.
560. Diário Clarín de 7.3.94.
561. “ “ de 2.7.93.
562. “ “ de 11.7.93.

563. Corte Suprema de Justiça da Nação, causa n.º 90.000.
564. Resolução n.º 164/92 da Inspeção de Justiça da Nação.
565. Diário El Cronista Comercial de 21.9.93.
566. “ La Nación de 29.6.93.
567. “ “ de 25.2.93.
568. Catecismo da Igreja Católica n.º 2357.
569. “ “ “ “ n.º 2358.
570. “ “ “ “ n.º 2359.
571. Diário Página 12 de 3.7.93.
572. “ La Nación de 17.7.93.
573. Semanário Europe Today n.º 76, de 30.8.93.
574. Diário El Nuevo Herald de 27.1.93.
575. Semanário Europe Today n.º 115, de 2.6.94.
576. Diário La Nación, de 11.10.95.
577. Diário Clarín de 20.7.93.
578. “ Página 12 de 18.9.93.
579. “ La Capital, de Mar del Plata, de 4.11.95.
580. Cf. Adolfo Castañeda, “La respuesta a la epidemia del sida no es el preservativo”.
581. Semanário Europe Today n.º 92/93, de 20.12.93.
582. Folheto “Consecuencias médicas de lo que hacen los homosexuales”, de Family Research Institute, Inc.
583. Folheto “Consecuencias...”.
584. Dossiê “Lo que usted debe saber sobre el homosexualismo”, Vida Humana Internacional, p. 3.
585. Dossiê “Lo que usted...”, p. 4.
586. “ “ “ “ , p. 4 e 6.
587. Lambda Reports, Vol. 1, n.º 4, de setembro de 1993.
588. Boletim n.º 48 de “Escoge la Vida”, novembro-dezembro de 1993, p. 1-2.
589. Marta Lamas, “Cuerpo: diferencia sexual y género”, conferência apresentada no Foro de ONGs de Mar del Plata, prévio ao da Conferência da Mulher em Beijing, p. 1.
590. Marta Lamas, op. cit., p. 2 e 3.
591. “ “ , “ “ , p. 3 e 4.
592. “ “ , “ “ , p. 4.
593. “ “ , “ “ , p. 6.
594. “ “ , “ “ , p. 9.
595. “ “ , “ “ , p. 12.
596. “ “ , “ “ , p. 13.
597. “ “ , “ “ , p. 17.
598. “ “ , “ “ , p. 18.
599. “ “ , “ “ , p. 36.

600. “ “ , “ “ , p. 40.
601. Gloria Bonder, “De la teoría a la Acción, reflexiones sobre la implementación de una política de igualdad de oportunidades para la mujer en América Latina”, p. 15.
602. Gloria Bonder, op. cit., p. 21.
603. “ “ , “ “ , p. 22.
604. “ “ , “ “ , p. 20.
605. “ “ , “ “ , p. 19 e 20.
606. “Propuestas para integrar los aportes de los Estudios de la Mujer a los contenidos básicos curriculares”, elaborado pelo PRIOM.
607. Montserrat, “Los temas transversales”, año 1.993.
608. Arturo Salazar Larraín, “La Mentira sobre la Población”, Lima, 1991, p. 26, citando Pierre Chaunu e Jean Legrand em “Historia y Población: Un Futuro sin Porvenir”, 1982, México, Fondo de Cultura Económica, p. 58.
609. Chaunu e Legrand, op. cit., p. 64/5.
610. Salazar Larraín, op. cit., p. 31.
611. “ “ , op. cit., p. 51-52.
612. “ “ , op. cit., p. 60-61.
613. “ “ , op. cit., p. 94-95.
614. Colin Clark, “El Aumento de la Población”, Madrid, 1977, p. 53.
615. Paul Erhilch, “La Bomba de la Población”, 1968, prólogo, p. XI.
616. Diáριο La Nación de 11.4.93.
617. Julian Simon e outros, “The Resourceful Earth”, p. 2-3.
618. Citado por Salazar Larraín, op. cit., p. 115.
619. Cf. Julian Simon, “El último recurso”, Madrid, 1986, p. 70.
620. Cf. Colin Clark, “El aumento de la Población, Madrid, 1977, p. 85 a 126.
621. Citado por Salazar Larraín, op. cit., p. 149.
622. Cf. Salazar Larraín, op. cit., p. 152-154.
623. Adolfo Figueroa, “Crecimiento, Empleo y Distribución del Empleo en el Perú: 1950-1974”, AMIDEP, Lima, 1980, p. 158.
624. Pierre Chaunu, “Historia y Población”, citado por Salazar Larraín, op. cit., p. 173.
625. Salazar Larraín, op. cit., p. 175/176.
626. Zurfluh, op. cit., p. 113.
627. Semanário Europe Today n.º 122, de 20.7.94.
628. Diáριο Clarín, de 23.10.95.
629. Semanário Europe Today n.º 61, de 3.5.93.
630. “ Acepresa, Servicio n.º 24/93, de 24.2.93.
631. “ Europe Today n.º 74, de 9.8.93.
632. “ “ “ n.º 102, de 28.2.94.
633. Zurfluh, op. cit., p. 147-148.

634. Revista Populations Reports, Universidad John Hopkins, dezembro de 1989, p. 1-2.
635. Revista Populations Reports citada, p. 2.
636. “ “ “ “ , p. 3.
637. “ “ “ “ , p. 4.
638. “ “ “ “ , p. 5.
639. “ “ “ “ , p. 5-7.
640. “ “ “ “ , p. 7.
641. “ “ “ “ , p. 9.
642. “ “ “ “ , p. 11-12.
643. “ “ “ “ , p. 22.
644. “ “ “ “ , p. 22 e 24.
645. “ “ “ “ , p. 24-25.
646. “ “ “ “ , p. 25-26.
647. “ “ “ “ , p. 27.
648. “ “ “ “ , p. 27.
649. “ “ “ “ , p. 26.
650. Olsen A Ghirardi, “La Persona Humana antes del nacimiento — El derecho a la continuidad de la vida”, Córdoba, 1991, p. 23.
651. Schooyans, “El aborto — Implicaciones Políticas”, p. 46.
652. Schooyans, “Contracepción — Sus agentes y sus víctimas”, Ed. Quinto Continente, Buenos Aires, p. 40.
653. Schooyans, “Contracepción...”, p. 41.
654. “ “ , p. 42.
655. “ “El aborto-Implicaciones Políticas”, p. 49.
656. Jerome Lejeune, Discurso perante a Assembléa Legislativa do Estado de Louisiana, EUA, de 7.6.90.
657. J.C. Willke, “El efecto mortal despues del aborto: Cáncer de pecho”.
658. Domingo Basso, op. cit., p. 279/280.
659. “ “ , op. cit., p. 181.
660. Semanario Europe Today, n° 124, de 2.8.94.
661. “ Aceprensa, Servicio n° 136/93, de 20.10.93
662. Schooyans, “El aborto — Implicaciones Políticas”, p. 69.
663. “ “ “ “ , p. 74-75.
664. Vicente Andereggen, “Proyectos de reforma del art. 128 del Código Penal. Hacia la legalización de la industria pornográfica”, Revista El Derecho, de 28.10.87, p. 1.
665. Vicente Andereggen, op. cit., p. 1-2.
666. “ “ , op. cit., p. 2.
667. Semanário Europe Today n.º 118, de 22.6.94.
668. Schooyans, “El aborto — Implicaciones Políticas”, p. 84-85.
669. João Paulo II, Encíclica “Veritatis Splendor” n.º 72.
670. “ “ “ “ “ “ “ n.º 75.

671. Schooyans, “El aborto — Implicaciones Políticas”, p. 155-156.
672. Intercambio de Noticias, boletins n.º 94 e 107.
673. Boletim “Escoge la Vida”, de fevereiro de 1988.
674. Semanário Europe Today n.º 81, de 11.10.93.
675. “Vademecum de bolsillo” — 1991, V.D.B. S.R.L., p. 388.
676. Diário La Capital, de Mar del Plata, de 6.11.95.
677. Diário La Nación de 17.5.94.
678. Semanário Europe Today n.º 108, de 13.4.94.
679. Diário La Capital de 13.3.94.
680. Declaração do Dr. Philippe Scheppens no Congresso Mundial da Federação em Ostende, de 5 a 8 de outubro de 1984.
681. Revista Saber Vivir, abril de 1994, p. 15.
682. Semanário Acepresa Servicio 65/94, de 11.5.94.
683. João Paulo II, Carta às Famílias, n.º 23.
684. “ “ “ “ “ “ “ , n.º 2.
685. Diário La Nación de 4.4.94.
686. “ “ de 7.4.94.
687. “ “ de 15.4.94.
688. João Paulo II, Encíclica “Evangelium Vitae”, n.º 1.
689. “ “ “ “ “ “ “ , n.º 2.
690. “ “ “ “ “ “ “ , n.º 4.
691. “ “ “ “ “ “ “ , n.º 101.
692. “ “ “ “ “ “ “ , n.º 5.
693. “ “ “ “ “ “ “ , n.º 11.
694. “ “ “ “ “ “ “ , n.º 12.
695. “ “ “ “ “ “ “ , n.º 20.
696. “ “ “ “ “ “ “ , n.º 23.
697. “ “ “ “ “ “ “ , n.º 57.
698. Catecismo da Igreja Católica, n.º 891.
699. João Paulo II, Encíclica “Evangelium Vitae”, n.º 62.
700. “ “ “ “ “ “ “ , n.º 65.
701. “ “ “ “ “ “ “ , n.º 69.
702. “ “ “ “ “ “ “ , n.º 81.

703. “ “ “ “ “ “ , n.º 90.
 704. “ “ “ “ “ “ , n.º 95.
 705. “ “ “ “ “ “ , n.º 96.
 706. Diário La Nación de 28.1.93.
 707. Lech Walesa, “Un Camino de Esperanza”, Ed. Sudamericana, Buenos Aires, p. 10.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1	
A INTERNACIONAL DA MORTE:	
SEU “MODUS OPERANDI”	13
CAPÍTULO 2	
ORIGENS E DESENVOLVIMENTO	
DO CONTROLE DE NATALIDADE ATÉ 1974	19
A) Margaret Sanger	19
B) A IPPF e o Conselho de População	21
C) A Encíclica “Humanae Vitae”	22
D) Política populacional norte-americana	24
E) O controle de natalidade na Grã-Bretanha	25
CAPÍTULO 3	
ANO 1974: O “RELATÓRIO KISSINGER”	
E A CONFERÊNCIA DE BUCARESTE	27
A) O “Relatório Kissinger”	27
B) A Conferência Mundial de População de Bucareste	32
CAPÍTULO 4	
O CONTROLE DE NATALIDADE DESDE 1974	
ATÉ NOSSOS DIAS	37
A) Década de 1973 a 1983	37
B) Investimentos para financiar o controle de natalidade	39
C) O Grupo Rockefeller e a IPPF	40
D) Novos grupos antívida	41
E) Os meios de comunicação	42
F) A Agência Internacional para o Desenvolvimento	
(AID ou USAID)	43
G) Organismos das Nações Unidas	43
H) Clínicas de anticoncepção	45

I) Educação sexual nas escolas	45
J) Suposta prevenção de gravidez em adolescentes	46
K) Ações judiciais contra a vida	47
L) Cumplicidade dos laboratórios	47
M) O Grupo Mundial de Parlamentares em População e Desenvolvimento	48
N) A Conferência de População do México	50
O) Iniciativa para uma maternidade sem riscos	51
P) O Conselho Mundial para a Vida e a Família	51
Q) Assunção de Clinton	53
R) A Declaração Final dos Bispos Latino-americanos	54
S) O projeto de lei de “procriação responsável”	55
CAPÍTULO 5	
AS CINCO VERDADES DEMOGRÁFICAS	61
A) Primeira verdade: É antinatural separar a sexualidade da procriação.	61
B) Segunda verdade: A humanidade sempre cresceu.	68
C) Terceira verdade: A diminuição da população é prejudicial para a sociedade.	69
D) Alguns conceitos técnicos em demografia	71
E) Quarta verdade: A população dos países em desenvolvimento cresceu exponencialmente durante este século.	73
F) Quinta verdade: Os países desenvolvidos dirigem-se rapidamente ao “suicídio demográfico” e pretendem que o resto das nações os acompanhe.	76
CAPÍTULO 6	
FINANCIAMENTO DO CONTROLE DE NATALIDADE ATRAVÉS DOS ORGANISMOS MULTILATERAIS DE CRÉDITO	83
D) O Grupo do Banco Mundial	85
E) A Agência Internacional para o Desenvolvimento dos EUA (AID)	92
F) As principais fundações norte-americanas que financiam as atividades de controle populacional	99
G) Os organismos pseudocientíficos que promovem o controle de natalidade. Seu financiamento	101
CAPÍTULO 7	
A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS: PRIMEIRO EXPORTADOR MUNDIAL DE CONTRACEPÇÃO	107
B) Intervenções de organismos da ONU nas Conferências de População de Bucareste e México, e do Meio Ambiente no Rio de Janeiro	110

C) O Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP)	111
D) A UNESCO e o controle de natalidade	115
E) “Estado Mundial da População”, 1991	117
F) O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA)	120
G) A Organização Mundial de Saúde (OMS ou WHO)	121
H) O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)	124
I) O Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC)	128
J) “Cuidar da Terra — Estratégia para o Futuro da Vida”	131
CAPÍTULO 8	
A CÚPULA DA TERRA DO RIO DE JANEIRO DE 1992, CÚPULA DA TERRA + 5 E A CONFERÊNCIA DE POPULAÇÃO DO CAIRO DE 1994	
	137
A) A posição latino-americana a respeito da Eco 92	137
B) A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento do Rio de Janeiro	138
b.1. O Foro Global	138
b.2. A Posição Argentina	140
b.3. A posição da Santa Sé	141
b.4. O Balanço da Eco 92	143
b.5. Cúpula da Terra + 5	144
C) A Conferência das Nações Unidas sobre População e Desenvolvimento do Cairo	145
CAPÍTULO 9	
O GRUPO PARLAMENTAR INTERNACIONAL: BRAÇO LEGISLATIVO DA IPPF	
	175
A) Organização	175
B) Primeira e Segunda Conferência de Parlamentares em População e Desenvolvimento	176
C) Encontros Interparlamentares em Montevidéu	177
D) O Comitê Parlamentar Argentino de População e Desenvolvimento	178
CAPÍTULO 10	
A IPPF EM AÇÃO	
	185
— Honduras	192
— Costa Rica	193
— Brasil	194
— El Salvador	195
— Porto Rico	196
— Colômbia	196
— Nicarágua	197
— Uruguai	199

— México	199
— Bolívia	201
— Equador	202
— Peru	203
— Chile	203
— Guatemala	204
— Argentina	206
— Paraguai	207
— Outros países americanos	208

CAPÍTULO 11

OS MAIS MODERNOS INSTRUMENTOS DO CONTROLE DE NATALIDADE: A) O FEMINISMO RADICALIZADO; B) O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL; C) A SAÚDE REPRODUTIVA; D) A EDUCAÇÃO SEXUAL PERMISSIVA NAS ESCOLAS; E) A PREVENÇÃO DA AIDS; F) A IGUALDADE DE HOMOSSEXUAIS E LÉSBIAS; G) A PERSPECTIVA DE GÊNERO	219
A) O feminismo radicalizado	220
a.3. A Rede Mundial de Mulheres para os Direitos Reprodutivos (RMMDR)	221
a.4. A Rede de Saúde das Mulheres Latino-americanas e do Caribe	223
a.5. Isis Internacional	225
a.6. Fempress	226
a.7. “Católicas” pelo Direito de Decidir	227
a.8. Coordenadora Latino-americana e do Caribe para a mobilização pelo direito ao aborto	228
a.9. Congresso Mundial da Mulher para um Planeta São	231
a.10. VI Encontro Feminista Latino-americano e do Caribe	232
a.11. A Quarta Conferência Mundial da Mulher e o Fórum de ONGs	234
B) O mito do desenvolvimento sustentável	244
C) Iniciativa para a Maternidade sem Riscos	245
D) A educação sexual permissiva nas escolas:	247
— Manual da IPPF	249
— Alguns manuais norte-americanos	250
— Guia didático venezuelano	250
— Manual mexicano	250
— Guia didático costarriquenho	251
— Os manuais argentinos	253
— Legislação argentina	254
d.4. A mudança ideológica: “Novo Manual para a Educação Sexual nos Centros Educativos”	256

— Outros exemplos de mudança ideológica positiva	256
— O Primeiro Encontro Interdiocesano de Educação Sexual para a Vida (ESVIDA 93)	258
E) A prevenção da AIDS	259
F) A “igualdade” de homossexuais e lésbicas	263
G) A “perspectiva de gênero”	271
g.6. O PRIOM	274
CAPÍTULO 12	
OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO:	
TRANSMISSORES DO MITO DA SUPERPOPULAÇÃO	277
A) PRIMEIRA MENTIRA: A suposta modernidade da contracepção.	277
B) SEGUNDA MENTIRA: A mentira das estatísticas sobre a vida humana.	278
C) TERCEIRA MENTIRA: A mentira do cálculo malthusiano.	279
D) QUARTA MENTIRA: A mentira do esgotamento dos recursos.	280
E) QUINTA MENTIRA: A suposta escassez de alimentos.	282
F) SEXTA MENTIRA: A mentira da superpopulação como causa da pobreza.	283
G) SÉTIMA MENTIRA: A suposta defesa do futuro.	284
H) Os meios de comunicação como instrumentos técnicos para implantar o controle de natalidade	287
CAPÍTULO 13	
OS CÚMPLICES PARTICULARES	
A) Os pensadores	297
B) Os profissionais da saúde	298
C) Juízes e juristas	302
D) Os pornócratas	303
E) Os teólogos moralistas	305
F) Os laboratórios	307
G) Os “terapeutas e educadores sexuais”	310
H) Os vacilantes nos momentos críticos	311
CAPÍTULO 14	
UM CAMINHO DE ESPERANÇA:	
O CONSELHO MUNDIAL PARA A VIDA E A FAMÍLIA	313

c.1. Antecedentes	315
c.1.1. Vida Humana Internacional	315
c.1.2. A Federação Mundial de Médicos que Respeitam a Vida Humana	315
c.2. O Conselho Mundial	316
c.3. O Romano Pontífice	317
c.4. A Encíclica “Evangelium Vitae”	319
EPÍLOGO	331
APÊNDICE SOBRE A REALIDADE BRASILEIRA	333
NOTAS	347

ÍNDICE DE PAÍSES MENCIONADOS

Afeganistão:	14, 168, 170
África do Sul:	168, 242, 245, 315
Alemanha:	20, 44, 76, 80, 81, 83, 84, 111, 165, 222, 233, 270, 284, 315
Anguilla:	191
Antígua:	191, 209
Argélia:	32, 169, 170
Argentina:	15, 16, 32, 33, 45, 49, 52, 53, 71, 73, 108, 109, 111, 138, 140, 141, 144, 151, 156, 157, 159, 162, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 176, 177, 179, 180, 182, 183, 190, 206, 207, 225, 226, 227, 229, 230, 234, 236, 237, 241, 248, 253, 261, 264, 265, 267, 269, 270, 274, 308, 309, 315, 316, 317, 331, 333
Aruba:	191
Austrália:	44, 52, 111, 270, 315, 316
Áustria:	23, 270, 315
Bahamas:	191
Bangladesh:	90, 93, 94, 100, 122, 127, 165, 210, 214, 215, 233
Barbados:	168, 175, 190, 209, 225,
Bélgica:	23, 83, 111, 233, 270, 315
Belize:	190, 209
Benim:	168, 169, 211
Bermuda:	191
Bielo-Rússia:	270
Bolívia:	52, 139, 201, 225, 227, 229, 233, 316, 333
Bósnia:	311
Brasil:	32, 49, 52, 96, 10, 122, 134, 163, 164, 175, 177, 179, 190, 194 a 195, 204, 225, 227, 233, 236, 270, 288, 315, 316, 333 a 346
Cabo Verde:	127
Camarões:	122, 169, 215

Canadá: 23, 83, 111, 131, 175, 190, 208, 226, 233, 236, 257, 270, 315
Chade: 169
Chile: 52, 100, 156, 165, 177, 190, 203, 225, 226, 229, 233, 234, 270, 315, 316, 317
China: 44, 76, 118, 119, 122, 165, 301, 345
Colômbia: 52, 98, 100, 102, 116, 122, 164, 190, 196, 197, 214, 225, 233, 315, 316, 333
Coréia: 93, 94, 96, 122, 315
Costa Rica: 52, 100, 169, 190, 193, 223, 233, 242, 315, 316
Croácia: 315
Cuba: 44, 52, 177, 316, 345
Curaçao: 191
Dinamarca: 44, 79, 84, 111, 121, 131, 222, 270
Djibuti: 170
Dominica: 191
Egito: 100, 104, 122, 165, 168, 242, 333
El Salvador: 52, 166, 168, 170, 190, 195, 229, 232, 233, 315, 316, 360, 369
Equador: 52, 98, 116, 168, 169, 171, 190, 202, 227, 233, 255, 315, 316, 333
Eslováquia: 168
Eslovênia: 315
Espanha: 70, 76, 165, 233, 257, 270, 316, 317
Estados Unidos: 13, 14, 15, 20, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 32, 32, 34, 40, 44, 45, 47, 50, 51, 53, 55, 59, 81, 83, 85, 88, 92, 95, 96, 98, 99, 101, 102, 11, 119, 126, 134, 139, 145, 146, 150, 159, 160, 161, 162, 164, 165, 168, 181, 190, 191, 195, 196, 200, 202, 208, 210, 211, 213, 220, 226, 227, 228, 231, 233, 242, 245, 248, 257, 259, 264, 266, 267, 269, 270, 279, 300, 301, 303, 304, 307, 308, 309, 310, 311, 315, 333, 337
Filipinas: 94, 122, 141, 151, 226, 288, 290, 315, 333
Finlândia: 44, 111, 131
França: 23, 42, 77, 80, 111, 231, 270, 293
Gâmbia: 169
Gana: 94
Geórgia: 315
Grã-Bretanha ou Inglaterra: 23, 25, 26, 46, 71, 110, 118, 121, 266, 280, 281, 299, 301, 303
Granada: 191
Guadalupe: 191
Guam: 168
Guatemala: 52, 103, 170, 190, 204, 205, 229, 233, 242, 316
Guiana: 191
Haiti: 190, 191, 209
Honduras: 52, 97, 98, 100, 156, 166, 168, 169, 171, 190, 192, 233, 242
Hong Kong: 283

Hungria: 165, 315
Iêmen do Norte: 87
Iêmen do Sul: 87
Ilhas Comores: 87
Ilhas Marshall: 165
Ilhas Virgens Britânicas: 191
Ilhas Virgens Norte-americanas: 191
Índia: 44, 92, 93, 94, 95, 100, 116, 122, 169, 290, 301, 315
Indonésia: 87, 90, 93, 100, 117, 122, 168, 169, 233, 242
Irã: 164, 169, 242
Irlanda: 167, 315
Israel: 140, 242
Itália: 71, 111, 131, 228, 270, 285, 286
Iugoslávia: 32, 122
Jamaica: 126, 127, 190, 208,
Japão: 14, 28, 31, 76, 84, 85, 88, 111, 122, 157, 165, 242, 246, 270, 285
Lesoto: 315
Libéria: 169
Líbia: 169, 170, 242
Macedônia: 165
Malásia: 93, 94, 122, 242, 315
Malawi: 87
Malta: 164, 168, 169, 170, 242
Martinica: 191
México: 32, 50, 52, 87, 90, 98, 100, 110, 113, 116, 122, 128, 141, 144, 148, 151, 152, 162, 163, 164, 165, 177, 184, 190, 191, 199, 200, 201, 225, 226, 229, 233, 234, 236, 246, 269, 270, 287, 315, 316, 317, 333
Montserrat: 191, 275
Nepal: 93, 94, 95, 122, 126, 242
Névis: 191
Nicarágua: 52, 151, 156, 166, 168, 170, 171, 190, 197, 225, 227, 229, 233, 316
Nigéria: 44, 96, 100, 101, 122, 169, 287, 315, 333
Noruega: 44, 111, 121, 131, 165, 168, 226, 270
Países Baixos: 14, 11, 112, 131, 213
Panamá: 52, 102, 190, 208, 225, 232, 316
Papua - Nova Guiné: 122
Paquistão: 87, 94, 102, 122, 165, 233, 333
Paraguai: 52, 171, 177, 190, 207, 208, 227, 229, 242, 315, 316
Peru: 32, 52, 87, 100, 102, 116, 156, 169, 171, 181, 190, 203, 227, 228, 242, 269, 270, 315, 316, 333
Polônia: 14, 315
Porto Rico: 52, 190, 196, 233, 316

Portugal: 52, 76, 316
Quênia: 96, 122, 126, 164, 165, 245, 315
República Dominicana: 52, 102, 103, 116, 166, 169, 170, 190, 208, 227, 242, 316
República Tcheca: 315
Romênia: 32, 165
Ruanda: 126, 211, 212, 282
Rússia ou União Soviética: 13, 14, 21, 118, 214, 242, 270, 315
San Kitts: 191
San Maarten: 191
Santa Lúcia: 191
Santa Sé: 32, 127, 141, 142, 151, 152, 153, 156, 158, 162, 164, 166, 167, 168, 169, 170, 173, 241
São Vicente: 191
Senegal: 87
Singapura: 122, 257, 315
Somália: 136, 282
Sri-Lanka: 48, 93, 94, 95, 122, 315
Suazilândia: 165
Sudão: 122
Suécia: 44, 83 84, 11, 121, 131, 226, 256, 287, 315
Suíça: 76, 11, 131, 141, 222, 233, 315
Suriname: 190, 209
Tailândia: 44, 90, 93, 101, 115, 122, 214, 333
Taiwan: 283
Tanzânia: 94, 100, 126, 168, 315
Trinidad Tobago: 168, 190, 208, 225, 315
Tunísia: 93, 122, 242
Turquia: 122, 287, 288, 290, 333
Tuvalu: 165
Ucrânia: 270, 315
Uganda: 169
Uruguai: 32, 52, 10, 156, 177, 181, 190, 199, 225, 227, 229, 315, 316
Venezuela: 52, 190, 209, 227, 242, 316, 333
Vietnã: 93, 95
Zaire: 215
Zâmbia: 170
Zimbábue: 127, 170, 287, 315

ÍNDICE DE INSTITUIÇÕES MENCIONADAS

A) INSTITUCIONES INTERNACIONAIS VINCULADAS À MULTINACIONAL DA MORTE

- Associação Internacional de Desenvolvimento (AID):** 83
Associação Internacional de Gays e Lésbicas (ILGA): 235, 270
Associação para a Esterilização Voluntária: 193
Banco Asiático de Desenvolvimento: 83, 131
Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID): 83
Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD): 83
Banco Mundial (BM): 16, 24, 31, 40, 49, 51, 53, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 111, 114, 115, 120, 126, 127, 131, 144, 168, 179, 194, 201, 213, 245
Caribbean Family Planning Affiliation: 209
Cartão de Crédito Visa: 266
Católicas pelo Direito de Decidir (CDD): 100, 144, 199, 221, 227, 229, 234
Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (CNUAH): 131
Centro Internacional de Regulação de Diferenças Relativas a Investimentos: 83
Centro Latino-americano de Demografia (CELADE): 205
Clube de Roma: 25, 281
Coalizão Internacional para a Saúde da Mulher: 221, 233
Comissão de Saúde e Meio ambiente (CNUMAD): 123
Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL): 128, 163
Comissão Mundial sobre o Meio ambiente e o Desenvolvimento: 88
Comitê de Ação Política Internacional da Mulher (IPAC): 232
Comitê Internacional para a Administração de Programas de População: 193
Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM): 403
Conselho Económico e Social da ONU (ECOSOC): 92, 111, 128, 270
Coordenadora Latino-americana e do Caribe para a mobilização pelo direito ao aborto: 221, 228, 230
Corporação Financeira Internacional (CFI): 83
Escola Eugenésica: 19
Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO): 274

Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF): 20, 21, 23, 37, 40, 46, 49, 53, 166, 179, 194, 195, 196, 207, 213, 217, 221, 222, 245, 246, 247, 249, 250, 254, 255, 260, 261, 296, 297, 308, 310, 313

Federação Latino-americana de Sociedades de Sexologia e Educação Sexual (FLASSES): 221, 206

Fempres: 221, 226, 227, 235, 136

Fundo das Nações Unidas para a Cultura (UNESCO): 16, 32, 41, 43, 84, 115, 116, 117, 131, 144, 193, 198, 200, 247, 250, 251, 296

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF): 16, 24, 31, 32, 41, 43, 44, 49, 51, 53, 84, 108, 109, 110, 123, 124 a 128, 144, 179, 208, 236, 246, 255, 296, 330, 337

Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP): 16, 24, 31, 33, 40, 43, 44, 50, 84, 87, 91, 92, 102, 111 a 115, 116, 117, 118, 119, 123, 126, 127, 128, 131, 141, 143, 144, 145, 162, 169, 177, 178, 191, 193, 194, 198, 201, 202, 207, 208, 212, 224, 226, 247, 250, 251, 279, 296, 334, 337

Fundo Monetário Internacional (FMI): 16, 82, 84, 165

Fundo Mundial para a Natureza (WWF): 131, 245

Grupo Internacional para Assessoramento de Programas (IPAP): 186, 215

Grupo Internacional para Assessoramento Médico (IMAP): 186, 210, 211, 212, 213, 245

Grupo Mundial ou Internacional de Parlamentares em População e Desenvolvimento: 41, 48, 49, 175 a 184, 246, 255

Grupo Parlamentar Interamericano em População e Desenvolvimento (GPI): 48, 49, 175, 178, 246

Igreja Metodista Unida: 233

ILSA: 235

Instituto Mundial sobre Recursos (WRI): 131

Isis Internacional: 145, 221, 223, 224, 225, 235, 236

Liga Internacional de Mulheres: 100

Movimento Nova Era: 38, 41, 144

Nações Unidas (ONU ou NU): 16, 17, 24, 25, 27, 32, 33, 34, 37, 38, 41, 43, 44, 48, 50, 51, 52, 73, 82, 84, 87, 89, 92, 101, 104, 107, 108, 109, 110, 110, 111, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 127, 135, 136, 137, 138, 141, 143, 144, 146, 155, 158, 159, 161, 163, 134, 166, 179, 180, 181, 198, 232, 234, 235, 239, 240, 247, 279, 280, 283, 297, 317, 319

Nova Associação Judia: 233

Organismo Multilateral de Garantia de Investimentos (OMGI): 83

Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO): 16, 24, 32, 41, 131

Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE): 91

Organização de Estados Americanos (OEA): 38, 49, 131, 179

Organização Internacional do Trabalho (OIT): 32, 131
Organização Mundial de Saúde (OMS): 16, 44, 49, 121, 123, 179, 222, 245, 255, 300, 309
Organização Pan-americana de Saúde (OPS): 177, 178, 198, 208
Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD): 16, 24, 41, 84, 103, 108, 111, 120, 144, 146, 177, 178, 198, 236
Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente (PNUMA): 16, 41, 84, 111, 120 a 121, 131, 144
Rede Contra a Violência: 235
Rede DAWN: 235
Rede de Mulheres Negras: 235
Rede de Saúde das Mulheres Latino-americanas e do Caribe: 162, 221, 223, 226
Rede Entre Mulheres: 235
Rede Mundial para os Direitos Reprodutivos: 221 a 223
União Interparlamentar: 162, 169
União Mundial para a Natureza (UINC): 131
UNIFEM: 235, 236

B) INSTITUIÇÕES INTERNACIONAIS DEFENSORAS DA VIDA HUMANA E SUA PLENA DIGNIDADE

Academia Africana de Ciências: 157

Aliança Latino-americana para a Família (ALAFA): 157, 315, 316

Conselho Latino-americano para a Vida e a Família: 52, 316

Conselho Mundial para a Vida e a Família: 39, 51, 316, 329

Direito à Vida: 315

Federação Mundial de Médicos que Respeitam a Vida Humana: 315

Igreja Católica: 22, 55, 70, 109, 127, 159, 181, 201, 203, 227, 234, 254, 263, 264, 319, 326, 343, 344, 346

Pontifício Conselho para a Família: 17, 161

Vida Humana Internacional (VHI ou HLI): 98, 99, 315

**C) INSTITUIÇÕES NACIONAIS VINCULADAS À
MULTINACIONAL DA MORTE**

ALEMANHA

Laboratórios Hoescht: **48**

ARGENTINA

ADEUEM: **225**

Associação Argentina de Proteção Familiar (AAPF): **16, 49, 53, 182, 190, 206, 253, 261**

Associação de Mulheres de Carreiras Jurídicas: **236**

Associação de Trabalho e Estudo da Mulher (ATEM): **231**

CAM: **237**

Casa Azucena Villaflor: **231**

Casa da Mulher: **225, 227, 229**

Casa María Luisa Martínez: **231**

CEASOL: **236**

Centro de Estudos da Mulher (CEM): **231**

Centro de Estudos de Estado e Sociedade (CETES): **227**

Centro de Estudos Urbanos e Regionais: **179**

Centro de Estudos, Terapia e Investigação Sexual (CETIS): **255**

Cetaar: **226**

CISCSA: **236**

Colectivo Eros: **264**

Comissão pelo Direito ao Aborto: **221, 229, 230, 231**

Comitê Parlamentar Argentino de População e Desenvolvimento: **178 a 184**

Comunidade Homossexual Argentina (CHA): **264**

Conselho Coordenador de Políticas Públicas para a Mulher: **226**

Convocatoria Lesbiana: **264**

Fundação Alicia Moreau de Justo: **225**

Fundação para Estudo e Investigação da Mulher (FEIM): **139, 226**

Fundação TIDO: **225**

Grupo Eleger: **231**

Grupo Psicofármacos: **225**

Igreja da Comunidade Metropolitana: **264**

INDESO: **231**

Laboratórios Organón Argentina S.A.Q.I. e C.: **309**

Laboratórios Schering Argentina S.A.I.C.: **183, 309**

Lola Mora: **236**

Lugar de Mulher: **231**

Movimento Gays pelos Direitos Civis: **264, 265**

Mulher e Igreja: **231**
Oficina A Mulher: **225**
Oficina Permanente da Mulher: **225, 231**
Rede Nacional pela Saúde da Mulher: **225**
Salud Mía: **225**
SAVIAS: **225**
Sociedade de Integração Gay Lésbica Argentina (SIGLA): **264, 265**
Travestis Unidas: **264**

BARBADOS
Associação de Planejamento Familiar de Barbados (BFPA): **209**

BELIZE
Associação de Vida Familiar de Belize (BFLA): **209**

BRASIL
Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil (BEMFAM): **194, 195**

CANADÁ
ACDI: **236**
CIDA: **226**
Federação Canadense de Paternidade Planificada (PPFC): **208**

COLÔMBIA
Associação Colombiana de Faculdades de Medicina (ASCOFAME): **197**
Instituto Colombiano de Bem-Estar Familiar (ICBF): **196**
PROFAMILIA: **196, 197**

COSTA RICA
Associação Demográfica Costarriquenha: **103, 193, 194**
Associação Gay: **194**

CHILE
Associação Chilena de Proteção da Família (APROFA): **203, 204**
Foro Aberto de Saúde e Direitos Reprodutivos: **233**

EQUADOR
Associação Pró-Bem-Estar da Família Equatoriana (APROFE): **176, 202**
Centro Equatoriano de Orientação e Planejamento Familiar (CEMOPLAF): **202**
Centro Equatoriano de Paternidade Responsável (CEPAR): **202**
Fundação Futura: **202**

EL SALVADOR
Associação Demográfica Salvadorenha: **195**
Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional: **232**

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
Agência Central de Inteligencia (CIA): **27, 93**
Agência Internacional para o Desenvolvimento (AID ou USAID): **16, 24, 27, 40, 43, 51, 83, 92 a 99, 191**
American Public Health Associated: **193**
Associação de Jornalistas Hispanos: **266**

Associação Democrática de Lésbicas: **233**
Associação Nacional de Jornalistas Lésbicas e Gays: **266**
Centro de Atividades para o Desenvolvimento e a População: **168**
Centro de Opções em População: **46, 103**
Centro Internacional de Documentação sobre Fecundidade Adolescente (ICAF): **103**
Church World Service: **193**
CISPES: **233**
Coalizão de Mulher Ação: **233**
Coalizão Religiosa pelos Direitos ao Aborto (RCAR): **228**
Comissão sobre o Crescimento Demográfico e o Futuro da América do Norte: **25**
Comitê de Crise de População: **87, 100, 167**
Comitê de Gays e Lésbicas de Filadélfia: **233**
Comitê Nacional de Gays e Lésbicas: **233**
Conselho de População: **21, 40, 41, 100, 101, 102, 104, 111, 168, 221, 310**
Conselho Nacional de Segurança dos EUA: **93**
Corpo de Paz Norte-americano: **201**
Departamento de Estudos de Mulheres: **233**
Development Associated: **200**
Family Care International (FCI): **246**
Federação para o Controle da Natalidade: **20**
Food and Drug Administration (FDA): **98, 301**
Fundação Atkinson: **99**
Fundação Education: **228**
Fundação Edward John Noble: **99**
Fundação Family Health International (FHI): **99, 101**
Fundação Ford: **41, 83, 84, 99, 100, 193, 228, 296, 337**
Fundação Jessie Smith Noyes: **100**
Fundação John D. and Catherine T. Mac Arthur: **99**
Fundação Pathfinder: **41, 50, 99, 100, 169, 193, 194, 200, 202, 296, 334**
Fundação Playboy: **40, 228, 304, 331**
Fundação Public Welfare Inc.: **100**
Fundação Rockefeller: **40, 41, 83, 84, 87, 100, 102, 193**
Fundação S.H. Cowell: **99**
Fundação Sunnen: **228**
Fundação The Ahmenson: **99**
Fundação The Andrew W. Mellon: **99**
Fundação The Community of Greater Washington D.C.: **99**
Fundação The David and Lucile Packard: **99, 100, 228**
Fundação The George Gund: **99, 228**

Fundação The Prospect Hill Inc.: **99**
 Fundação The Scherman Inc.: **100**
 Fundação The William and Flora Hexlett: **99**
 Fundação World Health Organization: **99**
 Fundação Zero Population Growth: **99**
 Gays e Bissexuais: **233**
 Instituto Alan Guttmacher: **102**
 Laboratórios A.H. Robins & Co: **307**
 Laboratórios Alza Corporation: **307, 308**
 Laboratórios Gyno Pharma Inc.: **307**
 Laboratórios Ortho (Johnson & Johnson): **48**
 Laboratórios Parke Davis: **48**
 Laboratórios Searle: **48, 301, 307**
 Liga Norte-americana para o Controle da Natalidade: **19, 20**
 Organização da Mulher para o Medio Ambiente e o Desenvolvimento (WEDO): **232**
 Organização Nacional de Mulheres Norte-americanas (NOW): **220**
 Paternidade Planificada (PP): **21, 37, 45, 47, 51, 99, 102, 146, 208, 250**
 Population Reference Bureau: **87**
 Projeto de Educação sobre Direitos Reprodutivos: **233**
 Research Bureau: **20**
 Sociedade de Eutanásia: **102**
 The Population Institute: **103**
 Universidade John Hopkins: **102, 287, 296**
FRANÇA
 Laboratórios Roussel-Uclaf: **48, 104, 310**
GRÁ-BRETANHA
 Centros Assesores Brook para Jovens: **25, 46**
GUATEMALA
 Associação Pró-Bem-Estar da Família de Guatemala (APROFAM): **103, 204**
 Centro do Adolescente El Camino: **205**
HAITI
 Associação para a Promoção da Família Haitiana (PROFAMIL): **209**
HOLANDA
 Conselho Missionário da Igreja Reformada Holandesa: **222**
 HIVOS: **235.**
 Missão de Cooperação Técnica Holandesa: **235**
HONDURAS
 Associação Hondurenha de Planificação da Família (ASHONPLAFA): **192**
ÍNDIA

Associação de Planejamento Familiar da Índia: **169**
Companhia de Ferros e Aços Tata Ltda.: **93**
JAMAICA
Associação Jamaicana de Planificação da Família (JFPA): **208**
MÉXICO
Centro de Orientação para Adolescentes (CORA): **101, 200**
Conselho Nacional de População do México (CONAPO): **200, 201**
Fundação Mexicana para o Planejamento Familiar (MEXFAM): **199, 200, 201, 250, 251**

NICARÁGUA
Associação Demográfica Nicaragüense: **198**
Associação Pró-Bem-Estar da Família Nicaragüense (PROFAMILIA): **198**
NORUEGA
NORAD: **226**
PANAMÁ
Associação Panamenha para o Planejamento da Família (APLafa): **208**
PARAGUAI
Centro Paraguai de Estudos de População (CEPEP): **207**
PERU
Centro Popular Criatividade e Mudança: **228**
Círculo de feministas cristãs “Thalita Cumi”: **228**
Conselho Nacional de População do Peru: **181**
Instituto Peruano de Paternidade Responsável (INPPARES): **203**
PORTO RICO
Associação Porto-riquenha Pró-Bem-Estar da Família (PROFAMILIA): **196**
QUÊNIA
Sulmac: **96**
REPÚBLICA DOMINICANA
Associação Dominicana Pró-Bem-Estar da Família: **103, 208**
SUÉCIA
Laboratórios Upjpohn: **48**
SIDA: **222, 226**
SURINAME
Stichting LOBI (LOBI): **209**
TAILÂNDIA
Associação População e Progresso: **101**
TRINIDAD E TOBAGO
Associação de Planejamento Familiar de Trinidad Tobago (FPATT): **208**
URUGUAI
Associação de Meretrizes Públicas (AMEPU): **229**
Associação de Mulheres Lourdes Pintos (AMULP): **229**

Associação Uruguaia de Planejamento Familiar e Investigações sobre
Reprodução Humana (AUPFIRH): 177, 199, 221
Casa da Mulher da União: 229
Centro de Medicina Alternativa para a Mulher María Abella: 229
Coletivo Cotidiano Mulher: 229
Comissão de Mulheres da Frente Ampla: 229
Comissão de Mulheres de AEBU: 229
Comissão de Mulheres do PIT-CNT: 229
Comissão de Mulheres Socialistas: 229
Emaús - Liga de Donas-de-Casa Emaús: 229
Grupo de Estudo da Condição da Mulher (GRECMU): 229
Grupo Ecumênico de Mulheres: 229
Instituto Mulher e Sociedade: 229
Movimento de Mulheres pela Legalização do Aborto: 229
Mulher Agora: 229
Plenário de Mulheres do Uruguai: 229
Sociedade Uruguaia de Sexologia: 221
SOS Mulher: 229
União de Mulheres do Uruguai pelo pão, pela democracia e pela paz:
229
VENEZUELA
Sociedade de Planejamento Familiar (PLAFAM): 209

D) INSTITUIÇÕES NACIONAIS QUE DEFENDEM A VIDA E A DIGNIDADE HUMANAS

ARGENTINA

Coordenadora Nacional de Defesa da Família (CO.NA.DE.FA): **254**

Fundação Argentina do Amanhã: **331**

Grávida: **317**

Instituto para o Desenvolvimento Familiar: **254**

Liga de Donas-de-Casa: **254**

Liga de Mães de Família: **254**

Liga pela Decência: **146**

Portal de Belém: **317**

União de Famílias: **254**

CHILE

Movimento Anônimo pela Vida: **317**

ESPANHA

Fundação Pró-Vida de Catalunha: **257**

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

Boys Scouts: **269**

Celebration of Life (COL): **257**

Feministas Pró-Vida da América: **220**

Focus on The Family: **248, 256**

Teen Choice: **257**

HONDURAS

Comitê Pró-Vida de Honduras: **156**

MEXICO

Comitê Nacional Pró-Vida: **317**

PORTO RICO

Associação Pró-Vida de Porto Rico: **196**

ÍNDICE DE PESSOAS MENCIONADAS

A) ESTRANGEIROS* VINCULADOS À MULTINANCIONAL DA MORTE

Abzug, Bella: **232**
Alvarez, Olga Lucía: **228**
Araújo, María José: **221**
Belaúnde Terry: **180**
Berelson, Bernardo: **189**
Binday, Aziz: **34**
Brook, Helen: **25, 26**
Brown, Lester: **34**
Brundtland, Gro: **165**
Brzezinski: **27, 31**
Careaga, Gloria: **225**
Carter, Jimmy: **28, 281**
Carty, Sorayma: **222**
Castro, Edízar A.: **204**
Claro, Amparo: **145, 224**
Clavijo, Hernando: **165**
Clinton, Bill: **53, 86, 29, 39, 55, 105, 146, 157, 165, 241, 266, 267**
Conable, Barber B.: **86, 87**
Concha, Leonor Aída: **227**
Corfman, Philip: **213**
Cousteau, Jacques: **139**
Cruz, Benjamín B.: **86, 87**
De Barbieri, Teresita: **224**
de la Fuente, Martha: **192**
de Roba Cortada, Conchita: **222**
Donella: **281**
Dütting, Gisela: **222**
Edenhol, Teresa: **175**
Ehrlich, Paul: **25, 281**
Ellis, Haveloc: **19**
Erazo, Viviana: **226**
Esponda, Blanca: **177**
Fathalla, Mahmoud: **213**

* Nota do Tradutor: não argentinos.

Fonda, Jane: **42, 139**
Ford, Gerald: **27**
Fornos, Werner: **103, 141**
Forrester, Jay: **25**
Foucault: **310**
Freire, Paulo: **144**
Freud, Sigmund: **310**
Friedan, Betty: **310**
Friedman, Anne: **191**
Fromm, Erich: **310**
Fujimori, Alberto: **203**
Galton, Francisco: **19**
García, Alan: **181**
Ghali, Boutros: **164, 319**
Gore, Al: **146, 165**
Graefenberg, Ernst: **20**
Grant, James P.: **50**
Grela, Cristina: **234**
Guccione, Bob: **303**
Gumbleton, Thomas: **233**
Guttmacher, Alan: **102**
Halliday, Bruce: **191**
Helzner, Judith: **178, 191**
Henin, Roushidi A.: **102**
Hilton, John V.: **191**
Himmler, Heinrich: **21**
Hitler, Adolfo: **86, 136**
Ibarcena: **180**
Jacobelli, María Caterina: **228**
Jaffé, Federico: **189**
Johnson, Lindon: **24**
Kakerissa, Annet: **222**
Kennedy, John: **24**
Key, Ellen: **19**
Kinsey: **268**
Kissinger, Henry: **27, 28, 29, 30, 31, 32, 38, 50, 85, 126, 278, 333, 334, 336**
König, Mirtha: **191**
Lacan: **310**
Linder, Warren: **138, 139**
López Juárez, Alfonso: **201**
Lutz, Elvira: **221**
Mac Neil, Jim: **88**

Magliore, Rudolph: 191
Malher, Halfdan: 44, 145, 166
Malthus, Tomás Roberto: 35, 132, 279, 280, 283, 331
Marangoni, Pablo: 176
Martínez Manaton: 201
Matamala, María Isabel: 224
Maturana, Humberto: 233
McNamara, Robert: 24, 87, 89, 92, 111, 145, 332
Mc Laine, Shirley: 139
Mead, Margaret: 34
Meadows, Dennis: 281
Mendoza, Américo: 181
Mercado, Patricia: 225
Miller, Billie A.: 145, 175
Monroy, Alvaro: 191
Monroy de Velazco, Anamely: 201
Moore, Hugh: 20
Mubarak, Hosni: 165
Mumford, Stephan D.: 55
Navratilova, Martina: 266
Neiertz, Veronique: 231
Nixon, Richard: 25
Painter, Timothy: 111
Parker, Mauldin W.: 102
Peccei, Aurelio: 34
Peraino, Luis: 303
Perry, Troy: 269
Pizarro, Ana María: 225
Poots, Malcom: 215
Porter, John: 175
Proaño, Bety: 202
Ramos, Miguel: 181
Randers, Jorge: 281
Renzi, María Rosa: 225
Ritcher, Judith: 222
Ritchie, Cyril: 140
Rockefeller, David: 31, 40
Rockefeller III, John D.: 21
Rodríguez Ramírez, Gabriela: 109
Rueda de Tarrab, Beatriz: 201
Sadik, Nafis: 102, 141, 145, 147, 164, 319
Sai, Fred: 145, 165, 213
Salas, Rafael M.: 24, 87, 111

Sánchez, Olga Amparo: **225**
Sanford, Haroldo: **49, 175, 179**
Sanger, Margaret: **19, 20, 21**
Santa Cruz, Adriana: **226**
Sanhueza, Hernán: **49, 175, 177, 179, 191**
Satterthwaite, Dra.: **302**
Sheffield, Jill W.: **191**
Shellat, Lezak: **225**
Shepard, Gordon: **245**
Sotomarino, Celso: **49, 175, 180, 181, 183**
Stalin, José: **136**
Stemerding, Beatrijs: **222**
Strong, Maurice: **138**
Summers, Larry: **92**
Tamayo, Fernando: **196**
Tamayo León, Giulia: **236**
Theunisse, José: **222**
Tietze, Christopher: **188**
Tolba, Mostafá K.: **120, 121**
Torres, Cristina: **177**
Townsend, María C.: **191**
Trapasso, Dominga: **228**
Turner, Ted: **42, 139**
Urbina Fuentes, Manuel: **201**
Uribe, Virginia: **269**
Vargas, Virginia: **235**
Veil, Simone: **123, 287**
Villanueva, Pedro Pablo: **177**
Wasmosy, Juan Carlos: **207**
Wetzel: **21**
Whalay, Kevin: **141**
Winsemans, Peter: **88**
Wirth, Timoty: **146, 162**
Wolfensolm, James: **86**
Wright, Helen: **26**
Yakushiji, Taizo: **88**
Zuleta, Mireya: **225**

B) ARGENTINOS VINCULADOS À MULTINACIONAL DA MORTE

Amado, Ana María: 227
Albamonte, Alberto: 254
Alfonsín, Raúl Ricardo: 180, 253
Amoedo, Julio: 178
Aranda, Saturnino: 178
Argañanaz, Ricardo: 178
Benítez, Alfredo L.: 178
Berongaray, Antonio: 178
Bianco, Mabel: 139, 162, 224, 236
Bonaparte, Laura: 229
Bonder, Gloria: 274
Bordón, José Octavio: 178
Botioli, Osvaldo: 206
Brema, Laura: 255
Bustelo, Eduardo: 109
Cacopardo, Alicia: 229, 231
Calandra, Nilda: 206
Camaño, Graciela: 255
Campi, Jorge: 206
Cangiano, Augusto: 178
Caride, Carola: 236
Coledesky, Dora: 229
Coppola, Silvia: 229
de De Nardo, Marta M.: 255
de la Rúa, Fernando: 49, 177, 178, 179
de Michelli, Kenny: 264
Decibe, Susana: 274
Di Tella, Guido: 85, 11, 141, 163, 241
Díaz, Ethel: 236
Durand, Teresa: 59
Durrieu, Marcela: 255
Falú, Ana: 236
Farías, Rosa: 229
Ferreiro, Ideba: 231
Ferreira, Benito: 178
Filipini, Mabel: 236
Freda, Rafael: 264, 265
Gindín, León: 255
Gómez Miranda, María Cristina: 221
González, Carmen: 229
González, Roberto: 264

González Pedemonte, Luis: 262
Guzmán, María Cristina: 178
Hammar, Olga: 236
Huarte, Horacio: 178
Jáuregui, Carlos: 264
Jáuregui, Roberto: 264
Laferriere, Ricardo: 178
Lamas, Marta: 270, 272
Lubertino, María José: 221
Malharro de Torres, Margarita: 177, 254
Manzano, José Luis: 254
Mathus Escorihuela, Miguel: 178
Mayol, Susana: 231
Menem, Carlos: 162, 264
Menem, Eduardo: 179
Miroli, Alfredo: 262.
Montserrat: 191
Morgade, Graciela: 274
Napoli, Antonio: 254
Neri, Aldo: 162
Newbery, Sara Josefina: 229
Olivares, Domingo: 49, 182, 206
Oller, Lucrecia: 236
Osidola, Nadine: 229
Palma, Zulema: 225, 229, 231
Pérez Suárez, Inés: 229
Pizi, José Luis: 264
Ramm Doman, Claudia: 231
Ramos, Silvina: 59
Rodríguez, Jorge: 176, 183, 255
Rodríguez Artusi, José: 178
Rosenfeld, Mónica: 236
Rosso, Carlos: 178
Rouco Pérez, María José: 229
Roy, Irma: 255
Ruckauf, Carlos: 178, 183, 264
Salduna, Bernardo: 178
Schejter, Alicia: 229
Schumacher, Dagmar: 236
Silva, Carlos: 178
Silva, Roberto: 178
Solana, Jorge: 162, 177
Soria Arch, José: 179

Spila, Adriana: **236**
Storani, Federico: **178**
Stubrin, Adolfo: **178**
Stubrin, Marcelo: **178**
Tojo, Ricardo: **255**
Torrado, Susana: **178, 183**
Uribe, Virginia: **269**
Vaca, Eduardo: **177, 178**
Vanossi, Jorge: **178**
Velázquez: **255**
Vigliola, Olga: **206**
Zurutuza, Cristina: **236**

**C) ESTRANGEIROS* QUE DEFENDEM A VIDA E A DIGNIDADE
HUMANAS**

Ardenghi, Carla Levati de: **331**
Ardenghi, Valerio: **331**
Cabrera, Rafael: **197**
Casares Balparda, Carlos: **199**
Casco, Martha: **192**
Clark, Colin: **282**
Chaunu, Pierre: **279, 284**
da Fonseca, Delcio: **195**
De Andrea, Giuseppe: **158**
Espinosa, Aurelio Adán: **196**
Estrada, Franklin: **195**
Figueroa, Adolfo: **85**
Fuentes, Juan José: **181**
Gillick, Victoria: **46, 61, 67**
Goltz, Pat: **233**
Hardom, A.: **308**
Hipócrates: **277, 298**
João XXIII: **22, 346**
João Paulo II: **18, 38, 67, 147, 162, 306, 318, 319, 320, 321, 328, 346**
Kahn, Herman: **281**
Kajiyama, Siroku: **285**
Kerr, Blake: **119**
Leal, Humberto: **194**
Lejeune, Jerome: **299**
Loria Beeche, Eduardo: **193**
Llaguno, Magaly: **52, 227, 250**
Madre Teresa de Calcutá: **311**
Magaña, Jesús: **197**
Manoukian, Noel: **304**
Martino, Renato: **127**
Marx, Paul: **315**
Mintzes, B.: **308**
Moreno, Juan Pablo: **201**
Muñoz Reyes, Olga: **202**
O'Connor, John: **159**
O'Reilly, William M.: **92**
Orrego, Fernando: **118**
Paulo VI: **22, 23, 24, 326**
Pinochet, Augusto: **203**

*Nota do Tradutor: não argentinos.

Polo Samaniego, Carlos: **203**
Powell, Colin: **266**
Ratzinger, Joseph: **65**
Sauvy, Alfred: **284**
Schultz, Teodoro: **283**
Serrano Limón, Jorge: **199**
Simon, Julián L.: **281**
Scheppens, Philippe: **315**
Schooyans, Michel: **47, 55, 201, 297, 298, 302, 307**
Sodano, Angelo: **141**
Tapia Moya, Adriana: **203**
Tatad, Francisco: **43**
Tauran, Jean Louis: **162**
Vollmer, Cristine de: **315**
von Hayek: **283**
Walesa, Lech: **14, 331**
Wilke, John: **315**
Woytila, Karol: **14, 62, 63, 65, 67**
Zurfluh: **76, 78, 284, 287**

D) ARGENTINOS QUE DEFENDEM A VIDA E A DIGNIDADE HUMANAS

Abdelkader, Ismael: **159**
Aguer, Héctor: **159**
Airaldi, Eduardo: **162**
Anderegggen, Vicente: **303**
Balboa, Alberto: **162**
Basso, Domingo: **66, 300**
Ben Hamú, Salomón: **158**
Berti, Eduardo: **162**
Carrera, Daniel P.: **255**
Carreras, Aldo: **150, 162, 167**
Cavaeri, Pablo: **162**
Centeno, Angel: **162**
De la Torre, Ricardo: **162**
Figueroa, Arturo Juan: **84**
Gregorini, Néstor: **315**
Nonini, Rogelio: **159**
Padilla, José Miguel: **255**
Quarraccino, Antonio: **264**
Raiola, Silvia: **162**
Rouillón, Jorge: **158**

Vázquez, Jorge: 141
Vedoya, Luis Alfredo: 143, 162

E) ARGENTINOS COM UMA POSIÇÃO AMBÍGUA

Brasesco, Luis: 178
Estrada Oyuela, Raúl: 141
Sapag, Elías: 178

**VINCULAÇÕES DE ALGUMAS PESSOAS DA IPPF
OU ENTIDADES DELA DEPENDENTES,
COM OUTRAS INSTITUIÇÕES**

Claro, Amparo:

Diretora de Isis Internacional.

Membro do Comitê encarregado do Foro de ONGs da Conferência do Cairo.

Gore, Al:

Membro do Comitê Mundial de Parlamentares em População e Desenvolvimento.

Vice-presidente dos Estados Unidos.

Chefe da delegação norte-americana na Conferência do Cairo.

Guttmacher, Alan:

Diretor da Sociedade de Eutanásia.

Membro do Comitê Diretivo de Paternidade Planificada (filial norte-americana da IPPF).

Fundador do Instituto Alan Guttmacher.

Mahler, Halfdan:

Diretor Geral da OMS de 1974 a 1989.

Diretor Geral da IPPF de 1989 em diante.

Secretário Geral da Conferência do Cairo.

Miller, Billie A.:

Presidente da IPPF - Hemisfério Ocidental.

Assessora da Junta Diretiva do GPI.

Presidente do Comitê de Planejamento das ONGs para a Conferência do Cairo.

Rodríguez, Jorge:

Membro do Grupo Parlamentar Argentino.

Delegado argentino ante a Conferência de Quito do GPI.

Co-autor de um projeto de lei nacional de “procriação responsável”.

Presidente da Comissão de Educação da Câmara de Deputados quando se tratou da Lei Federal de Educação.

Ministro de Educação da Nação, impulsor dos “conteúdos básicos

comuns” elaborados pela FLACSO.
Ministro Coordenador da Nação.

Ruckauf, Carlos:

Membro do Grupo Parlamentar Argentino.
Ex-Ministro do Interior da República.
Vice-presidente da Nação.

Sadik, Nafis:

Membro da IPPF.
Ex-Diretora de Programas do FNUAP.
Atual Diretora Executiva do FNUAP.
Membro da Comissão Consultiva Editorial da Revista do Instituto Alan
Guttmacher
Participante na Eco 92.
Presidente da Conferência do Cairo.

Sai, Fred:

Presidente da IPPF em nível mundial.
Conselheiro Superior para População do Banco Mundial.
Moderador da Conferência de Nairóbi sobre “a Maternidade Segura”.
Presidente do Comitê Preparatório da Conferência do Cairo.
Presidente da Comissão Principal durante a Conferência do Cairo

Sanford, Haroldo:

Presidente da BEMFAM (filial brasileira da IPPF).
Presidente do GPI.
Membro da Comissão Diretiva do Comitê Mundial de Parlamentares
em População e Desenvolvimento.

Sanhueza, Hernán:

Coordenador Executivo da IPPF - Hemisfério Ocidental.
Coordenador Executivo do GPI.

Sotomarin, Celso:

Presidente de INPPARES (filial peruana da IPPF).
Secretario Geral do GPI.
Presidente do Grupo Parlamentar de População do Peru.
Funcionário das Nações Unidas.
Diretor da IPPF - Hemisfério Ocidental.

Wirth, Timoty:

Membro da Junta Diretiva de Paternidade Planificada (filial norte-ame-

ricana da IPPF), de Denver.

Membro do Comitê Mundial de Parlamentares em População e Desenvolvimento.

Conselheiro do Departamento de Estado dos EUA.

Segundo Chefe da delegação norte-americana na Conferência do Cairo.

DOCUMENTOS DA ONU CITADOS

1. Plano Mundial de Ação em População, da Conferência de Bucareste, 1974, FNUAP.
2. Declaração de Amsterdã, de 9/11/89, FNUAP.
3. Declaração de Alma Ata, OMS.
4. Plano Mundial de Ação em População, da Conferência do México, 1984, FNUAP.
5. Declaração Mundial sobre Educação para Todos, 1990, UNESCO.
6. Dez Problemas Prospectivos de População, 1991, UNESCO e FNUAP.
7. Estado Mundial da População, Informes anuais do FNUAP.
8. Salvemos o Planeta: problemas e esperanças, 1992, PNUMA.
9. Inventário do Planeta, 1992, PNUMA.
10. Estratégias de aplicação orientadas ao futuro para o avanço da Mulher até o ano 2000, Conferência de Nairóbi, 1985.
11. Higiene da reprodução na adolescência: estratégia de Ação, 1989, UNICEF e FNUAP.
12. Nosso Planeta, nossa saúde, 1992, CNUMAD.
13. Estado Mundial da Infancia, Informes anuais do UNICEF.
14. Consenso Latino-americano e do Caribe sobre População e Desenvolvimento, 1993, FNUAP e CEPAL.
15. Cuidar da Terra - Estratégia para o Futuro da Vida, 1991, PNUMA, WWF e UINC.
16. Promessa da Terra, 1992, FNUAP.
17. Declaração do Rio, 1992, FNUAP.
18. Agenda XXI, 1992, FNUAP.
19. Projeto de Plano de Ação Regional Latino-americano e do Caribe sobre População e Desenvolvimento, 1994, CEPAL e CELADE.
20. Plano Mundial de Ação em População e Desenvolvimento, da Conferência do Cairo, 1994, FNUAP.
21. Declaração da Conferência de Lahore, 1990, OMS.
22. Declaração Educação - Ação de parceria para a maternidade sem risco, 1990, OMS e UNICEF.
23. Plano Mundial de Ação, da Conferência de Pequim, 1995.

PUBLICAÇÕES CITADAS DA MULTINACIONAL DA MORTE

IPPF: Boletim Médico; Revista Forum; Revista “Contribuciones” (AAPF); Informe Anual; Declaração sobre o aborto com risco e a saúde reprodutiva; Declaração de Tóquio (1987); Declaração de Rostock (1991).
Livros: O ensino da Sexualidade Humana nas Escolas; O Direito Humano ao Planejamento Familiar; Falando da AIDS; O status das mulheres; Manual de planejamento familiar para médicos; Guia de anticoncepcionais hormonais; Os desafios para os anos 1990; IPPF Visão Ano 2000 - Plano Estratégico; The Great Orgasm Robbery (PP); Ten Heavy Facts About Sex (PP); Gravidez Precoce e Métodos Anticoncepcionais (MEXFAM); Manual de educação sexual da Província de Mendoza (AAPF); Que sabes sobre AIDS (AAPF).

GPI: Declaração de Brasília sobre População e Desenvolvimento; Revista Noticiário Interamericano de População; Plano de Ação de Quito, 1990; As políticas de População na América Latina e no Caribe.

Banco Mundial: Discurso do Presidente à Junta de Governadores do Grupo, de 27/9/88; Informes anuais sobre o Desenvolvimento no Mundo.

OMS: Revista Crônica da OMS.

FNUAP e UNESCO: Sexualidade e Vida Familiar (Venezuela); Guia didático de Educação em População (Costa Rica).

Clube de Roma: Os limites do crescimento; Para além dos limites do crescimento.

Governo dos EUA: Memorando de Estudo para a Segurança Nacional n.º 200 - Implicações do crescimento da População Mundial para a segurança dos Estados Unidos da América e seus interesses ultramarinos (NSSM 200), conhecido como Relatório Kissinger; Memorando de Resolução de Segurança Nacional (NSDM 314), de Gerald Ford; e Ata de Assistência Internacional de Desenvolvimento e Alimentação de 1978.

Isis Internacional: Bases de Dados Mulher; Diretório de Publicações da Mulher; Lista de Palestrantes no tema da Mulher; Catálogo Bibliográfico da Saúde das Mulheres; Edições da Mulher; Mulheres em Ação;

Conquistando as Imagens; Guia de Recursos Audiovisuais; Rumo a Beijing 95 - Boletim Informativo; Suplemento Caldenia da edição dominical do diário La Arena, de Santa Rosa, La Pampa.

Boletim argentino do Comitê Latino-americano e do Caribe para a defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM).

Boletim trimestral da Rede Mundial de Mulheres pelos Direitos Reprodutivos.

Revista trimestral da Rede de Saúde das Mulheres Latino-americanas e do Caribe: "Mulher - Saúde".

Católicas pelo Direito de Decidir: Revista trimestral Consciência Latino-americana; Aportes: Serviço de documentação.

Comissão pelo Direito ao Aborto: Cadernos Novos Aportes sobre o Aborto.

Rede Nacional pela Saúde da Mulher: Mulher, Saúde Reprodutiva e Sexualidade.

Projeto 10 dos EUA: Heather tem duas mães; O companheiro de quarto do papai.

Informe Global 2000.

Documentos de Trabalho Beijing 95.

Universidade John Hopkins: Revista Population Reports.

Family Health International: Revista trimestral Network.

Instituto Alan Guttmacher: Revista Perspectivas Internacionais em Planejamento Familiar.

Centro de Opções em População: Revista Reflexão Juvenil.

Instituto de População: Boletins periódicos.

Population Action International: Ampliação do acesso ao aborto sem risco. Questões básicas de política.

Programa de Ação da Mulher 21.

Revista Lambda Reports.

Revista Atualidade Gerencial em Planejamento Familiar.

PRIOM: Propostas para integrar os aportes dos Estudos da Mulher aos conteúdos básicos curriculares.

Bonder, Gloria: Da teoria à Ação: reflexões sobre a implementação de uma política de igualdade de oportunidades para a mulher na América Latina.

Ediciones Quirquincho: Que é a AIDS e como nos protegermos.

Erhilch, Paul: A bomba da População; e A Explosão Demográfica.

Forrester, Jay: Dinâmica Mundial.

Friedan, Betty: A Mística Feminina; e A segunda etapa.

González Pedemonte, Luis: AIDS para jovens e adolescentes.

Lamas, Marta: Corpo: diferença sexual e gênero.

Mac Neil e outros: Para além da interdependência.

McNamara, Robert: Uma política mundial de População para promover o desenvolvimento humano no século XXI.

Miroli, Alfredo: Um caminho para dois (vídeo).

Tietze, Christopher: Perspectivas de Planejamento Familiar.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA RECOMENDADA PARA A DEFESA DA
VIDA E DA DIGNIDADE HUMANAS
(em castelhano)**

Autores Varios, Sida - Orígenes, Causas y Consecuencias, Medicina Editora, 1.989.

La Mujer Hoy - Despues de Pekín, JC Editores, 1.995.

La Vida y el Imperialismo Anticonceptivo, 1990.

Basso, Domingo, Nacer y Morir con Dignidad, 3ª Edición, Depalma.

Cafferata, José I., Familia, Matrimonio y Divorcio, Frente y Dorso, 1.986.

Castilla, Blanca, La complementariedad varón-mujer, Rialp, 1.993.

Clark, Colin, El aumento de la población, 1.977.

Chaunu, Pierre, Historia y Población, Fondo de Cultura Económica, 1.982.

Choza, Jacinto y Otros, Analítica de la sexualidad, Eunsa, 1.978.

de Imaz y Otros, El divorcio en cifras, Educa, 1.985.

Díaz, Armando, La mujer y el misterio, Ed. Universidad Católica de Santa Fe, 1.994.

Ferrer, Manuel y Otros, Las políticas demográficas, Eunsa, 1.975.

Ghirardi, Olsen, La Persona Humana antes del nacimiento, 1991.

Gillick, Victoria, Relato de una madre, 4ª Edición, Rialp, 1.991.

Hernández, Héctor, Familia-Sociedad-Divorcio, Gladius, 1.986.

Hernández, H. y Otros, Valor de la Vida - Cutura de la Muerte, Centro Tomista del Litoral, 1.995.

Hervada, Javier, Diálogos sobre el amor y el matrimonio, 3ª Edición, Rialp, 1.987.

Hervada, J. y Otros, **Divorcio**, 3ª Edición, Eunsa, 1.980.

Kasun, Jacqueline, **La guerra contra la población**.

Lopez Quintás, Alfonso, **El amor humano**, 2ª Edición, Edibesa, 1.992.

Medina de Fos, María S., **Jamás podrán vivir, ni reír, ni amar**, Gladius, 1.995.

Navarro Ferrer, Ana M., **Feminismo, Familia, Mujer**, Eunsa, 1.982.

Perea de Martínez, María E., **Socorro! mi hija puede estar embarazada**, Gladius, 1994.

Petrocelli, Héctor, **Divorcio**, 1.984.

Pithod, Abelardo, **La nueva pedagogía de la mujer**, 1.995.

Plenario de Presidentes de las Conferencias Episcopales de Latinoamérica, **Familia, Vida y Solidaridad**, del 18.6.94.

I Encuentro Latinoamericano por la Vida y la Familia, **Actas**.

Ravaioli, Luis, **Sexo y Vida, Cies**, 1.992.
Valoración Ética de la Eutanasia, Serviam, 1993

Riches, Valerie, **El sexo y la transformación de la sociedad**, Profamilia, 1.988.

Salazar Larraín, A., **La mentira sobre la población**, Perú, 1.991.

Sanahuja, Juan C., **El gran desafío**, Serviam, 1.995.

Simon, Julian y Otros, **El último recurso**.

Schooyans, Michel, **El aborto - Implicaciones políticas**, Rialp, 1.991.

Vedoya, Luis A., **La Conferencia sobre Población y Desarrollo de El Cairo**, 1.994.

Wilke, J.C., **Manual sobre el aborto**, 2ª Edición, Eunsa, 1983.

Zurfluh, Anselm, **¿Superpoblación?**, Rialp, 1.992.

**BIBLIOGRAFIA BÁSICA RECOMENDADA PARA A DEFESA DA
VIDA E DA DIGNIDADE HUMANAS
(em português)**

Os documentos pontifícios e eclesiais podem, em geral, ser adquiridos nas editoras católicas.

CLOWES, Brian. **Os fatos da vida: um guia indispensável para as questões da vida e da família.** Front Royal, Virgínia, EUA, Human Life International, 1999. 540 p. Nota: os pedidos devem ser feitos à PROVIDAFAMÍLIA, SQS 203, Bloco C, Apto. 204. 70233-030 – Brasília – DF. Tel./Fax.: (62)223-8497

JOÃO PAULO II, **Encíclica “Evangelium Vitae”, de 25.3.1995.**

Carta às Famílias, de 02.02.1994.

Carta Apostólica “Mulieris Dignitatem”, de 15.8.1988.

Exortação Apostólica “Familiaris Consortio”, de 22.11.1981.

PAULO VI, **Encíclica “Humanae Vitae”, de 02.07.1968.**

PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A FAMÍLIA, **A Serviço da Vida, de 22.4.1991.** Disponível em português na Libreria Editrice Vaticana (LEV), Cidade do Vaticano, 00120, Fax: +39-06-6988-4716

Evoluções Demográficas: dimensões éticas e pastorais – *instrumentum laboris*, de 25.03.1994.

PROJETO DE INFORMAÇÃO PARA A ÁFRICA. **Quem decide? Poder, política e controle de população:** um ensaio sobre o superpoder benevolente, o desenvolvimento sustentável e outros mitos contemporâneos. Brasília, PROVIDAFAMÍLIA, 1997. 320 p. Inclui índice. Nota: os pedidos devem ser feitos à PROVIDAFAMÍLIA, SQS 203, Bloco C, Apto. 204. 70233-030 – Brasília – DF. Tel./Fax.: (62)223-8497

S. CONGREGAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO CATÓLICA, **Orientações educativas sobre o amor humano, de 01.11.1983.**

SCHOOYANS, Michel. **Entrevistas sobre os riscos éticos da globalização.** Fortaleza, Premius, 2003. 104 p. Nota: Os pedidos devem ser feitos à Universidade Sem Fronteiras. Rua Nunes Valente, 919,

Aldeota. 60.120-070 – Fortaleza – CE. Tel.: (85)264-4504.

WOYTILA, Karol, **Amor e Responsabilidade**: estudo ético. São Paulo, Loyola, 1982. Nota: A primeira edição em polonês é do ano de 1960. Lamentavelmente, as Edições Loyola retiraram o livro de catálogo.

FOLHETOS OU DOSSIÊS
(em castelhano)

Castañeda, Adolfo, **La respuesta a la epidemia del sida no es el preservativo.**

Escalera, Rafael, **Unidad Familiar o Divorcio Vincular.**

Family Research Institute, **Consecuencias médicas de lo que hacen los homosexuales.**

Llaguno, Magaly, **Paternidad Planificada.**

O'Reilly, William, **La agenda del miedo del USAID.**

Ravaioli, Aldo Luis, **Aborto, Nunca Más, S.A.E.M.B., 1.997.**

Scala, Jorge, **El aborto en preguntas y respuestas, Baesa, 1.992.**

Schooyans, Michel, **Contracepción - Sus agentes y sus víctimas.**

Vida Humana Internacional, **Historia y Orígenes sobre el control de la natalidad.**

Lo que Ud. debe saber sobre el homo- sexualismo.

Wilke, J.C., **El efecto mortal despues del aborto: Cáncer de pecho.**

FOLHETOS
(em português)

Aborto: Danos e Conseqüências

Ame e deixe-me viver (*Folder* colorido que apresenta as fases evolutivas do desenvolvimento fetal e alguns tipos de aborto)

“Eu fiz 5.000 abortos”, Dr. Bernard Nathanson (o ex-dono da maior clínica de abortos do Ocidente mostra as artimanhas utilizadas para se obter a legalização do aborto nos EUA)

Evangelium Vitae (Folheto com extratos da Encíclica)

Falemos sobre os Anticonceptivos

NSSM 200 - Relatório Kissinger (Folheto com extratos do Relatório Kissinger)

O Mito das Relações Sexuais sem Risco

Os anticonceptivos (como funcionam)

Os DIUs são inofensivos? São abortivos?

Quais são os efeitos dos anticoncepcionais orais?

Sexo Seguro? (O preservativo não protege contra a AIDS)

Os folhetos acima podem ser adquiridos na
Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família (PROVIDAFAMÍLIA)
SQS 203, Bloco “C” Ap. 204
70233-030 - Brasília, DF
Fone: (061) 3224-9692 Fax: (061) 3 223-8497
www.providafamilia.org

Esterilização e anticoncepcionais

(O que ensina a Igreja sobre ambos)

O namoro

(Como deve ser o namoro cristão)

Roube com segurança

(Uma estória sobre a ridícula campanha de distribuição de preservativos)

Os folhetos acima podem ser pedidos ao
PRÓ-VIDA DE ANÁPOLIS
Caixa Postal 456
75024-970 – Anápolis – GO
www.providaanapolis.org.br

MATERIAL AUDIOVISUAL
(em português)

Vídeo “A dura realidade”: Apresenta tópicos da “Operação Resgate”. Cenas da perseguição que sofrem pela polícia os defensores da vida nos EUA, em frente a uma clínica de aborto. Cenas de crianças abortadas e jogadas no lixo. Ideal quando se dispõe de pouco tempo para apresentar vídeo sobre o aborto. Duração: 9min46s.

Vídeo “O grito silencioso”: Um aborto real de um bebê com 3 meses (12 semanas) filmado por ultra-sonografia. Quem apresenta é o Dr. Bernard Nathanson, pró-vida convertido, ex-dono da maior clínica de abortos do Ocidente. O vídeo mostra toda a agonia da criança, tentando escapar inutilmente do tubo de sucção que irá dilacerar seu corpo. Duração: 27 minutos.

Vídeo “Os primeiros dias de vida”: Imagem ultra-sônica mostrando o desenvolvimento da criança, desde a fecundação até o nascimento.

Vídeo “Sexo tem um preço”: Pam Stenzel, psicóloga e consultora de adolescentes, fala sobre sexualidade para jovens: castidade, aborto, anticoncepção, DSTs etc. Duração: 59 minutos.

Os vídeos acima podem ser adquiridos na
Associação Nacional Pró-Vida e Pró-Família (PROVIDAFAMÍLIA)
SQS 203, Bloco “C” Ap. 204
70233-030 - Brasília, DF
Fone: (061) 3224-9692 Fax: (061) 3223-8497
Sítio: www.providafamilia.org

Vídeo “Amor e fertilidade”: Método Billings. COMEP (Comunicação Edições Paulinas). Ensina com detalhes o método natural de regulação da fertilidade. Duração: 30 minutos. Pode ser comprado em qualquer loja das Edições Paulinas.

CD “Descobrimo a castidade”. Contém uma palestra, de cerca de 50 minutos, que o Pe. Luiz Carlos Lodi da Cruz costuma dar aos jovens sobre a castidade. Pode ser adquirido no Pró-Vida de Anápolis, Caixa Postal 456, 75024-970 – Anápolis – GO.
Sítio: www.providaanapolis.org.br



**ORAÇÃO A NOSSA SENHORA
PROTETORA DOS NASCITUROS**

*“Maria levantou-se e foi às pressas
para as montanhas de Judá” (Lc 1,39).*

Senhora e Mãe nossa, é com santa angústia e zelo fraterno que nos dirigimos a ti, amiga e defensora de todas as crianças, nascidas e por nascer.

Tu foste “às pressas” para santificar, por meio do teu Filho, Jesus, a uma criança que estava prestes a nascer. Cuidaste de tudo, com carinho e desvelos de Mãe.

Agora, queremos invocar-te como PROTETORA DOS NASCITUROS, muitos em perigo de serem assassinados, trucidados, antes de verem a luz do dia. É o maior escândalo, o pior **crime contra a humanidade toda**. O útero materno, querida Mãe, tornou-se o lugar mais inseguro e violento da terra. Tu bem o sabes e, certamente, choras como choraram as mães de Belém, na matança dos seus inocentes filhinhos (Mt 2,16-17).

Vem, **depressa**, em socorro de todos os NASCITUROS, levando-lhes, com teu Jesus, a certeza e a garantia de VIDA, de sobrevivência digna, de acolhida num lar afetivo e de merecida educação. Tu o podes fazer, porque levas Jesus contigo, e porque “*para Deus nada é impossível*” (Lc 1,37).

Antecipadamente, ó Mãe e PROTETORA DOS NASCITUROS, te agradecemos este imenso favor: por Jesus Cristo, teu Filho, na unidade do Espírito Santo. Amém!

**DOM EUSÉBIO OSCAR SCHEID, SCJ,
Cardeal Arcebispo de S. Sebastião do Rio de Janeiro**

**SANTA MISSA DA MEMÓRIA DE NOSSA SENHORA
PROTETORA DOS NASCITUROS
25 DE MAIO**

(comemoração instituída por Dom Eusébio Oscar Scheid, quando ainda era
Arcebispo de Florianópolis, e adotada por Dom Manoel Pestana Filho na
Diocese de Anápolis)

Antífona de Entrada

Virgem Mãe de Deus, aquele que o universo não pode conter se
encerrou, feito homem, em vosso seio.

Coleta

Ó Deus, que escolheste para mãe do Salvador
a bem-aventurada Virgem Maria,
concedei que todas as mães,
seguindo o seu exemplo,
acolham com alegria
e eduquem com natural desvelo
a vida, que por desígnio divino,
foi gerada no amor.
Por nosso Senhor Jesus Cristo, vosso Filho,
na unidade do Espírito Santo.

Primeira Leitura (Is 9,2-4.6-7)

Tema: Um filho nos foi dado

Leitura do livro do profeta Isaías

O povo que caminhava na escuridão viu um grande clarão; sobre os que habitavam na região tenebrosa começou a brilhar uma luz. Como é grande o júbilo que causaste, e enorme a alegria! Rejubilam-se todos na tua presença, como os que rejubilam no tempo da colheita, como se regozijam os guerreiros ao repartir os despojos; porque o jugo do opressor e a vara que dilacerava as costas, bem como a vara do cobrador de impostos, tu os quebraste como na jornada de Madian. Eis, nasceu-nos um menino, um filho nos foi dado; sobre seus ombros está o império e seu nome é: Admirável Conselheiro, Deus Forte, Pai Perpétuo, Príncipe da Paz. Imenso é o império, com uma paz sem fim, que estabeleceu e consolidou no direito e na justiça, para o trono de Davi e seu reino, desde agora e para sempre. Isto fará o zelo do Senhor do Universo.

Palavra do Senhor.

Salmo responsorial (Salmo 21)

Refrão: Ó Senhor, desde o ventre de minha mãe sois o meu Deus!

Vós, no entanto, sois o Santo em vosso Templo,

que habitais entre os louvores de Israel.
Foi em vós que esperaram nossos pais; esperaram e vós mesmo os libertastes.
Seu clamor subiu a vós e foram salvos;
em vós confiaram e não foram enganados.

Refrão

Desde a minha concepção me conduzistes
e no seio maternal me agasalhastes.
Desde quando vim à luz vos fui entregue;
desde o ventre de minha mãe sois o meu Deus!

Refrão

Anunciarei o vosso nome a meus irmãos
e no meio da assembléia hei de louvar-vos!
Vós que temeis ao Senhor Deus, dai-lhe louvores;
glorificai-o, descendentes de Jacó,
e respeitai-o, toda a raça de Israel!

Refrão

Aclamação ao Evangelho

Refrão : Aleluia

V. Eu vos anuncio a boa-nova de uma grande alegria:
nasceu para nós um Salvador que é o Cristo-Senhor.

Evangelho

Tema: Nasceu-nos um Salvador.

Proclamação do Evangelho de Jesus Cristo Segundo São Lucas

Naqueles dias saiu um decreto de César Augusto ordenando o recenseamento de toda a terra. Este foi o primeiro recenseamento do governo de Quirino na Síria. Todos iam alistar-se, cada um em sua cidade.

Também José subiu da Galiléia, da cidade de Nazaré, para a Judéia, à cidade de Davi, chamada Belém, porque era da casa e família de Davi, para se alistar com Maria, sua esposa, em estado de gravidez.

Estando ali, completaram-se os dias para o parto, e ela deu à luz o filho primogênito, envolvendo-o em panos e o deitou numa manjedoura, por não haver lugar na hospedaria. Naquela mesma região havia uns pastores no campo velando à noite, vigiando o rebanho. Apresentou-se-lhes um anjo do Senhor e a glória do Senhor os envolveu de luz e eles ficaram possuídos de grande temor. Disse-lhes o anjo: “Não temais, pois vos anuncio uma grande alegria, que é para todo o povo: Nasceu-nos hoje um Salvador, que é Cristo Senhor, na cidade de Davi.

Este será o sinal: encontrareis o menino envolto em panos e deitado em uma manjedoura”. Imediatamente juntou-se ao anjo uma multidão do exército celeste, que louvava a Deus dizendo :”Glória a Deus nas alturas e paz na terra aos homens por ele amados”.

Palavra da Salvação.

Sobre as oferendas

Ó Deus, o mesmo Espírito Santo,
que trouxe a vida ao seio de Maria,
Santifique estas oferendas
colocadas sobre vosso altar.
Por Cristo, nosso Senhor.

Prefácio

V. O Senhor esteja convosco!
R. Ele está no meio de nós.
V. Corações ao alto!
R. O nosso coração está em Deus.
V. Demos graças ao Senhor nosso Deus !
R. É nosso dever e nossa salvação.
Na verdade, ó Pai, Deus eterno e todo poderoso, é nosso dever dar-vos graças, é nossa salvação dar-vos glória, em todo tempo e lugar, por Cristo, Senhor nosso.
Pois a Virgem, cheia de fé, ouviu o mensageiro celeste que, à sombra do Espírito Santo, o Verbo havia de nascer entre os homens, e assim o carregou com amor no seio imaculado, para que a verdade cumprisse inteiramente as promessas feitas aos filhos de Israel, e ficasse patente que a expectativa das gentes havia de ser inefavelmente cumprida.
Por isso, a multidão dos anjos adora vossa majestade, na alegria eterna de vossa presença.
Com eles pedimos que associeis nossas vozes em concorde exultação, (cantando) dizendo:
Santo, Santo, Santo...

Antífona da Comunhão

Feliz o seio da Virgem Maria que trouxe o Filho eterno do Pai!

Depois da Comunhão

Senhor nosso Deus,
a comunhão nos vossos mistérios
manifeste em nós a vossa misericórdia
e nos salve pela Encarnação do vosso Filho,
ao festejarmos, cheios de fé, a sua Mãe,
protetora dos Nascituros.
Pelo mesmo Cristo, nosso Senhor.

PEDIDOS DESTE LIVRO PARA:

PRÓ-VIDA DE ANÁPOLIS
Caixa Postal 456
75024-970 - ANÁPOLIS - GO
<http://www.providaanapolis.org.br>

Qualquer observador atento à realidade cultural, política e social do mundo atual, pode perceber sem grande esforço que há uma cruel contradição entre a defesa irrestrita, mas só de palavra, dos direitos humanos, e a violação sistemática, na prática, desses direitos. As últimas décadas do século XX aparecem como a proclamação da dignidade humana e, ao mesmo tempo, o direito à vida é negado de forma sistemática a milhões de seres inocentes e indefesos. O homem se transformou no pior inimigo para o homem. Uma instituição, a Federação Internacional de Planejamento Familiar (IPPF), tem desempenhando um papel preponderante nessa triste realidade. Este livro desnuda tal instituição e suas numerosas ramificações, em especial na América Latina.

Jorge Scala. Advogado desde 1982 pela Universidade Nacional de Córdoba. Exerce livremente a profissão desde sua graduação. É Coordenador Auxiliar para a República Argentina, do Conselho Latino-americano para a Vida e a Família. Membro da Organização Internacional para o Desenvolvimento da Liberdade de Ensino (OIDEL), organismo com estatuto consultivo ante a UNESCO e a OEA. Publicou numerosos trabalhos científicos e de divulgação na temática da família, como "O aborto em perguntas e respostas", "Matrimônio indissolúvel ou esterilidade social", "Algumas precisões sobre a instituição matrimonial", "Liberdade individual e ordem pública no matrimônio", "Breve crítica exegetica ao projeto de lei de divórcio" etc.